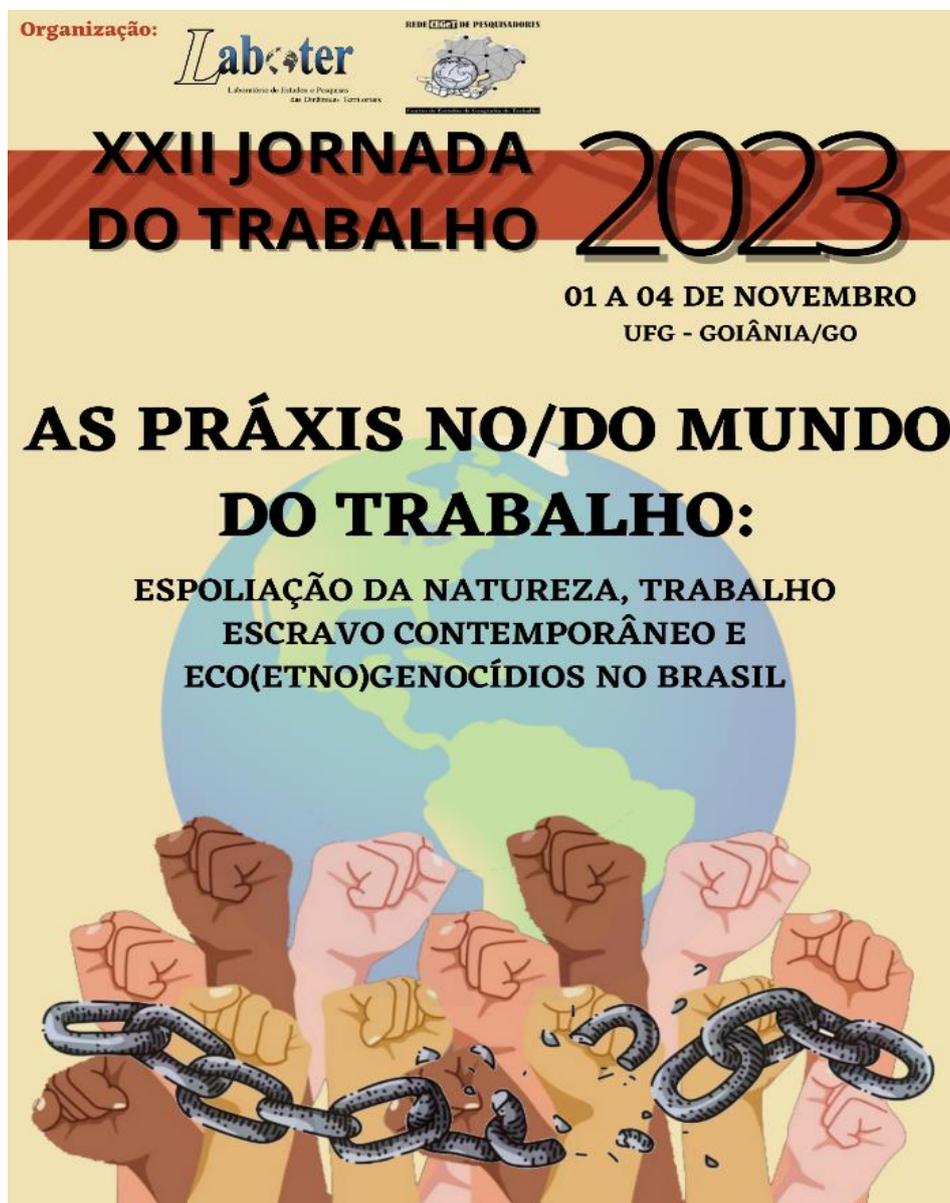


**ANAIS DA XXII JORNADA DO TRABALHO (2023): AS PRÁXIS
NO/DO MUNDO DO TRABALHO – “ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA,
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E
ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL”**



**José Alves
Karina Furini da Ponte
Thaimon da Silva Socoloski**
(Organizadores)



**José Alves
Karina Furini da Ponte
Thaimon da Silva Socoloski**
(Organizadores)

**ANAIS DA XXII JORNADA DO TRABALHO (2023): AS PRÁXIS
NO/DO MUNDO DO TRABALHO – “ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA,
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E
ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL”**

01 a 04 de novembro de 2023
Goiânia/GO





Anais da XXII Jornada do Trabalho (2023): As Práxis no/do Mundo do Trabalho – “Espoliação da Natureza, Trabalho Escravo Contemporâneo e Eco(Etno)genocídios no Brasil”

José Alves; Karina Furini da Ponte; Thaimon da Silva Socoloski (Organizadores)

ISBN 978-65-88975-90-9 • *Feito Depósito Legal*

Copyright© Edufac 2024

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac)

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre / edufac@ufac.br

Editora Afiliada



Diretor da Edufac

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial (Consedufac)

Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexsandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Délcio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jáder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos

Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração

Ornifran Pessoa Cavalcante

Diagramação

José Alves

Karina Furini da Ponte

Thaimon da Silva Socoloski

Arte da Capa

Maria Eduarda Amaral Silva

As informações, opiniões e conceitos expressos nos conteúdos desta obra, bem como a exatidão dos dados, referências, redação e revisão textual são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Ufac

-
- U588 Universidade Federal do Goiás / Universidade Federal do Acre.
Anais: XXII Jornada do Trabalho 2023. As Práxis no/do Mundo do Trabalho: Espoliação da Natureza, Trabalho Escravo Contemporâneo e Eco(Etno)Genocídios no Brasil / Organizado por: José Alves, Karina Furini da Ponte, Thaimon da Silva Socoloski. Rio Branco, AC: Editora da Universidade Federal do Acre – Edufac, 2024.
718 p.; il.; e-Book.
- Inclui índice remissivo dos autores.
ISBN 978-65-88975-9-9
1. Marãiwatsédé. 2. Territorialidade. 3. Resistência. I. Alves, José. II. Ponte, Karina Furini da. III. Socoloski, Thaimon da Silva. IV. Título.

CDD: 630

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (UFG)
Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior (Unesp/PP)
Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso (UFSM)
Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)
Prof. Dr. José Alves (Ufac)
Dra Lara Cristine Gomes Ferreira (UFG)
Prof. Ms. Gilberto Vieira dos Santos (Unesp/PP)
Prof. Ms Leonardo de Oliveira Mendes (UEA)
Prof. Ms Thaimon da Silva Socoloski (UFSM)

COMISSÃO ORGANIZADORA (UFG/GO)

Bárbara Victória da Silva Soares
Caio Souza de Oliveira
Carlandio Alves da Silva
Cristyne Vieira Braz
Flávio Marcos Gonçalves de Araújo
Jean Silveira dos Santos
Karinne de Pina Silva
Maria Eduarda Amaral Silva
Nádia de Sousa Silva
Paulo Henrique Santos Nogueira
Valéria Pereira Santos

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG/GO)
Dr. Antonio Thomaz Junior (Unesp/Presidente Prudente-SP)
Dra. Ana Maria Soares de Oliveira (Uems/Jardim-MS)
Dra. Araci Farias Silva (UFPE)
Dr. Atamis Antonio Foschiera (UFT/Porto Nacional-TO)
Dra. Avani Terezinha Gonçalves Torres (UFRPE)
Ms. Caio Souza de Oliveira (UFG/GO)
Dr. Carlos Alberto Feliciano (Unesp/Presidente Prudente-SP)
MS. Dival Vieira de Araújo Neto (PPGeo/Ufac)
Dr. Eduardo Schiavone Cardoso (UFSM/Santa Maria-RS)
Dr. Edvaldo Carlos de Lima (UEPB/Guarabira-PB)
Fernanda Aparecida Matheus (UFG/GO)
Dr. Fernando Mendonça Heck (IFSP/Tupã-SP)
Flávio Marcos Gonçalves de Araújo (UFG/GO)
Dr. Gilberto Vieira dos Santos
Dra. Janaine Daniela Pimentel Lino Carneiro (UEG/Campus Sul/Morrinhos)
Ms. Jean Silveira dos Santos
Dr. José Alves (Ufac/Rio Branco-AC)
Dra. Karina Furini da Ponte (Ufac/Rio Branco-AC)
Lara Cristine Gomes Ferreira

Dr. Leandro de Oliveira Mendes
Ms. Lucas Gabriel da Silva Moraes
Lucas Souza Silva
Dra. Maria Joseli Barreto (Unesp/PP)
Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves (UFMS)
Dr. Marcelo Dornelis Carvalho (Unesp/Ourinhos-SP)
Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (UFG/GO)
Matheus Buttler de Oliveira
Dra. Mercedes Solá Perez (UPFR/Curitiba-PR)
Natalia Lucas Mesquita
Dra. Patrícia Francisca de Matos (UFCAT)
Ms. Sidney Cassio Todescato Leal
Ms. Thaimon da Silva Socoloski
Willian Simões

APOIO

Universidade Federal de Goiás (UFG)
Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UFG)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Gerenciador de Eventos Científicos (Geci-Ibilce/Unesp)
Grupo de Bancos de Dados (Ibilce/Unesp)
Grupo PET Geografia da Ufac e PPGeo/Ufac

REALIZAÇÃO:

Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (Laboter)
Rede CEGeT de Pesquisadores (RCP)



Apoio



Financiamento



APRESENTAÇÃO

Estes *Anais* reúnem as informações completas e trabalhos científicos abordados durante a *XXII Jornada do Trabalho*, realizado no período de 01 e 04 de novembro de 2023. O evento ocorreu em formato presencial e virtual, com o título “As Práxis no/do Mundo do Trabalho: Espoliação da Natureza, Trabalho Escravo Contemporâneo e Eco(Etno)Genocídios no Brasil”.

Desde 1999, a Jornada do Trabalho (JT), evento itinerante, promovido e organizado pela Rede CEGeT de Pesquisadores, busca construir espaços para socializar experiências relacionadas com o estudo multifacetário do mundo do trabalho, visando refletir sobre os novos desafios à práxis da pesquisa em Geografia e áreas afins ao tema, bem como fortalecer a rede de pesquisa.

O evento objetivou ser um espaço de encontros, mas também de denúncias fundamentadas em pesquisas sobre a morte sistemática dos povos originários, comunidades tradicionais, a precarização do trabalho, a subordinação de ecossistemas inteiros e biomas, como o Cerrado, a Amazônia e a Caatinga aos complexos agroindustriais-químicos-financeiros mundializados, diante da territorialização das corporações capitalistas Brasil adentro.

Para tanto, propôs-se a abordar como eixo transversal a escuta dos sujeitos (Jornada dos Povos), a natureza da acumulação, e o papel do Estado na alteração dos marcos regulatórios de proteção ao meio ambiente e dos sujeitos que compõem o universo da classe trabalhadora ampliada, nos campos e nas cidades.

O evento foi promovido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais/ Instituto de Estudos Socioambientais (Laboter/lesa/UFG) e Rede Ceget de Pesquisadores (RCP), com a parceria do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UFG).

Nos quatro dias de Encontro, foram realizados Conferências, Grupos de Trabalho, Jornada dos Povos, Simpósio, Mesas Redondas e intervenções artísticas e culturais. Integramos pesquisadoras(es) de áreas diversas (Geografia, Sociologia, Antropologia, Direito, Serviço Social, Pedagogia, Saúde, entre outros) em diversos estágios formativos, como Iniciação Científica, especialistas, mestras(es) e doutoras(es), com participantes de movimentos

sociais, pastorais, associações, sindicatos, organizações não-governamentais, no intuito de encontrar eixos de discussão e ações possíveis que nos levassem, ao mesmo tempo, às análises mais acuradas da realidade espacial para delinear estratégias conjuntas, que permitissem construir projetos em parceria, com o fito de *(des)velar* as múltiplas práxis no/do trabalho e os efeitos territoriais das corporações capitalistas nos *territórios de vida*.

Os Grupos de Trabalho (GTs) constituíram espaços de reflexão e troca de experiências entre os participantes e de apresentações individuais de trabalhos. O propósito foi que as sessões funcionassem como um momento de debate e aprofundamento de questões relevantes ao campo da discussão de cada GT, perpassado pelas contribuições dos trabalhos.

Na estrutura da XXII Jornada do Trabalho foram realizados 5 Grupos de Trabalhos, sendo:

GT 01. AGRO-HIDRO-TERRITÓRIOS, DEGRADAÇÃO DA NATUREZA E DO TRABALHO

Pretendeu abordar as discussões sobre a dinâmica geográfica do capital e do trabalho nos diferentes biomas brasileiros, debatendo os conflitos pelo acesso e uso da terra, da água e do subsolo nos territórios. A denominada matriz energética limpa e a produção de agrocombustíveis gera a prática de apropriação de recursos territoriais, tendo como elemento fundamental o papel/ação do Estado. Os agro-hidro-territórios, onde se desenvolvem as monoculturas e a produção de *commodities*, geram riscos para a saúde do trabalhador, assim como prejuízos para a existência dos territórios materializados nos ecossistemas e biomas. A contaminação do solo, da água, do ar, das plantas, dos bichos e das gentes se expressa no adoecimento coletivo, no desaparecimento das espécies faunísticas e florísticas, na redução significativa dos cursos d'água e na morte das nascentes. Em síntese, assiste-se à degradação ambiental sistêmica, promovida pelas práticas predatórias da territorialização das corporações capitalistas nos campos e nas cidades. Certamente, a contradição viva se expressa numa (re)ação de parcela da sociedade organizada através da mobilização popular para as (re)existências.

GT 02. CONFLITOS TERRITORIAIS E FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO: expropriação capitalista no campo e na cidade

A partir da compreensão de que as corporações capitalistas se territorializam e subordinam o trabalho (campos e cidades) sob relações diversas, como a sujeição da renda da terra e a extração da mais-valia (absoluta e relativa), torna-se necessária uma abordagem geográfica por inteiro, ou seja, não dicotômica. Desse modo, compreende-se que, embora fragmentados, os conflitos territoriais expressam as consequências da expropriação e exploração capitalistas, apontando para a necessária unidade de ação entre as lutas do campo e da cidade. Assim, o GT procura debater temas como: 1) reforma agrária e questão agrária; 2) reforma urbana e questão urbana; 3) sistemas agroalimentares em disputa, políticas públicas e movimentos sociais; 4) direito à cidade e lutas dos movimentos sociais urbanos e direito à terra e luta dos movimentos sociais do campo; 5) Saúde do/a trabalhador/a no campo e na cidade; 6) efeitos territoriais das grandes intervenções territoriais no campo e na cidade (grandes obras de infraestrutura, mineração, megaeventos etc.); 7) os limites da teoria frente à complexidade do ser que trabalha: plasticidade do trabalho e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora.

GT 03. GÊNERO, IDEOLOGIA, EDUCAÇÃO E DISCURSO

O controle social de um país, por meio das entidades que o representam, impõe subjetividades aos indivíduos, que passam diretamente pela construção de ideologias, educação, discursos e gênero, eixos centrais em processos de identidades individuais e coletivas na sociedade capitalista e no cenário político brasileiro. Dessa forma, se mostra crucial apreender as dimensões dialéticas destas interfaces entre educação e trabalho; lutas sociais e luta pela educação; educação e luta pela terra; gênero e trabalho; gênero e educação e discursos contra-hegemônicos. Prioriza-se os espaços de subjetivação política dos indivíduos, que passam necessariamente por propostas, metodologias e práticas educativas contextualizadas e libertárias, construindo discursos “outros”, e “desde baixo”, reinventando processos de autonomia entre os povos, na busca da superação de discursos dominantes e construções de novas epistemologias. Por fim, o GT destaca a importância de reconhecer e contextualizar essas formas de subordinação e insubordinação, mediados pela mídia e o Estado, tentando

desmascarar discursos de desenvolvimento que assolam os campos e as cidades. Além disso, visa compreender as relações de gênero, no que tange aos diferentes corpos, corporeidades, sexualidades, atividades laborais, pautados através da construção de cenários de desigualdades, discriminações, hierarquizações e normatividades.

GT 04. MULTIDIMENSIONALIDADE E DESENVOLVIMENTO DO/NO TERRITÓRIO

Apresenta e discute temáticas que envolvam a multidimensionalidade do território, perpassando por questões que envolvam diferentes sujeitos sociais: povos originários, camponeses e camponesas, pescadores e pescadoras, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, seus modos de vidas e formas de reprodução e (re)existências. Traz debates sobre a questão de gênero, etnia, classe em diferentes territórios, bem como a luta pelos territórios (terra e trabalho). Aborda temas sobre lutas pelo reconhecimento e demarcação de terras, impactos e conflitos territoriais, assim como políticas públicas de desenvolvimento. Além disso, propõe reflexões acerca de estratégias e metodologias qualitativas de pesquisa.

GT 05. CRISE ESTRUTURAL, MOBILIDADE DO TRABALHO, DESEMPREGO E INFORMALIDADE

Em tempos de aniquilamento dos direitos sociais e trabalhistas, via reformas ilegítimas, busca-se trazer para o debate questões que permeiam a migração e mobilidade do trabalho, a informalidade e precarização do trabalho. Nesse contexto, discutir as condições de migração humana para o trabalho, as condições laborais impostas pelo trabalho domiciliar; o teletrabalho; o trabalho remoto; o trabalho escravo e relações de subserviência ao capital; o trabalho e lucro na indústria da reciclagem; o desemprego e crise estrutural do capital; as entidades de classe, movimentos sociais de trabalhadores e práticas de (re)existência.

ENTIDADES PROMOTORAS/CO-PARTICIPANTES

O Evento foi promovido por todos os Grupos de Pesquisa da Rede CEGeT de Pesquisadores:

- Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT/Nacional)/Unesp/Presidente Prudente/SP;
- Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (Trappu/UFG), Goiânia/GO;
- Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM) – UFCAT/Catalão/GO;
- Grupo de Estudos em Geografia, Trabalho e Ambiente da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM;
- Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - Seção Paraíba (CEGeT/PB), UFPB, João Pessoa/PB;
- Centro de Estudos Agrários e do Trabalho – UEPB, Guarabira/PB;
- Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (Encontra), UFPR/Curitiba/PR;
- Coletivo de Estudos e Ações em Resistências Territoriais no Campo e na Cidade (Ceresta), Irati/PR;
- Centro de Estudos sobre Técnica, Trabalho e Natureza (Cettran/IFSP), Tupã/SP;
- Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (Geolutas/Unioeste), Marechal Cândido Rondon/PR;
- Grupo de Estudos em Ambiente, Sociedade e Semiárido (Gepass/UFRPE);
- Grupo PET Geografia e PPGeo da Universidade Federal do Acre.

Além desses grupos, outros participantes da Rede CEGeT integram o quadro docente de outras instituições de ensino superior e de educação, ciência e tecnologia que são organizadores e apoiadores da XXII Jornada do Trabalho:

- Universidade Federal de Goiás (UFG);
- Universidade Federal de Catalão (UFCAT);
- Universidade Federal do Tocantins (UFT);
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS);
- Universidade Federal do Acre (Ufac);
- Universidade Federal de Sergipe (UFS);
- Universidade Federal do Piauí (UFPI);

- Universidade Federal do Pará (UFPA);
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
- Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS);
- Universidade Estadual de Goiás (UEG);
- Universidade Estadual do Maranhão (Uema);
- Universidade Estadual do Paraná (Unespar);
- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (Uems);
- Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)/Guarapuava/PR;
- Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)/Irati/PR;
- Universidade do Estado do Amazonas (UEA);
- Universidade Estadual Paulista (Unesp), Ourinhos/SP;
- Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente/SP;
- Instituto Federal de Brasília (IFB);
- Instituto Federal do Maranhão (IFMA);
- Instituto Federal do Paraná (IFPR).

ÍNDICE

Territorialidade Em Disputa Na Amazônia: A Conquista Do Povo Indígena A'Uwê-Xavante De Marãiwatsèdè	1
Os Rebatimentos Das Contrarreformas Neoliberais Na Dinâmica Territorial Do Trabalho	21
Os Movimentos Sociais Como Objeto De Análise: O Caso Do Movimento De Trabalhadoras E Trabalhadores Por Direitos Mtd	37
Uberização Das Relações De Trabalho Nos Espaços Urbanos Em Tempos De Pandemia	51
Linguagem Cartográfica E Acesso Ao Ensino Superior: Um Estudo Com Alunos Do Terceiro Ano Do Ensino Médio	65
A Influência Do Território No Trabalho E Na Qualidade De Vida Do Docente.	79
(Re)Configurações Socioespaciais Na Região Sudoeste De Mato Grosso Do Sul: Um Estudo De Caso A Partir Da Implantação Da Rota De Integração Latino Americana-Rila	99
Disputas Nas Políticas Da Educação Brasileira: Entre Consciências E Financiamentos Públicos	111
A Questão Agrária Brasileira E O Trabalho Escravo No Campo	121
Evasão Escolar No Distrito Federal: Quando O Abandono É Da Carreira Docente	131
A Precarização Do Trabalho Dos Tradutores E Intérpretes De Língua De Sinais E Português – Tilsp Na Ufac	151
Uma Análise A Partir Dos Conflitos Agrários No Campo Acreano De 2019 A 2022	165

O Trabalho Na Venda De Peixes Em Tefé-Am	183
Capitalismo De Plataforma E As Novas Relações De Trabalho	203
A Jornada De Um Caminhoneiro Através De Um Olhar Da Geografia Do Trabalho	221
Festivais Da Reforma Agrária: Comercialização De Alimentos Agroecológicos E Encontro De Lutas Entre Campo, Cidade, Floresta E Universidade No Pontal Do Paranapanema	235
Considerações Iniciais Acerca Dos(As) Trabalhadores(As) Do Setor Têxtil/Vestuário Em Mato Grosso Do Sul	251
Capital, Tecnologia E Trabalho: Os Influenciadores Digitais E As Novas Formas De Controle Da Força De Trabalho	271
Amazônia Em Transformação: Estratégias Do Capital Na Produção Do Espaço Amazônico	284
Educação E (Re)Existências Camponesas: A Produção De Material Pedagógico Sobre Os Feitos Territoriais Do Agrohidronegócio Nas Áreas De Cerrado Em Goiás	304
Panorama Do Trabalho No Brasil A Partir Da Pandemia Da Covid 19	321
Perspectivas Para A Geografia Do Trabalho No Olhar Sobre O Adoecimento Dos Trabalhadores Bancários	334
Territorialização Da Empresa-Aplicativo Uber: Vilipêndios E Contradições	348
Efeitos Socioeconômicos Da Pandemia Da Covid-19 Nos Municípios Da Região De Saúde Estrada De Ferro/Goiás: Análise Comparativa Do Saldo De Emprego Entre Os Anos De 2019 À 2022	361

Os Mundos Do Trabalho No Futebol Em Santa Maria (Rs)	380
Precarização E Feminização Da Periferia Urbana: Reflexões A Partir Das Experiencias De Mulheres Trabalhadoras De Baixa Renda Em Conjuntos Habitacionais Populares De João Pessoa	399
Setores E Ocupações Laborais Com Maiores Ocorrências De Acidentes De Trabalho Na Região Imediata De Tupã-Sp E Suas Médias Salariais	416
Violência Contra Mulher: Análise Quantitativa De Femicídios Nos Municípios Da Região Geográfica Imediata De Catalão, Estado De Goiás, De 2017 A 2022	426
Mobilidade Do Trabalho Na Amazônia Sul Ocidental: A Fronteira Internacional Do Acre No Contexto Do Capitalismo Contemporâneo	446
Quando Os Números Falam Ou Emudecem: Somando O Quantitativo Na Análise Qualitativa Da Pesca E Aquicultura	464
Os Efeitos Territoriais Da Mineração Nas Comunidades Rurais Do Sudeste Goiano	475
Geografia Do Trabalho E Migração: Estudo De Caso Na Cidade De Rio Branco (Ac)	486
Aplicabilidade Da Legislação Estadual Contra Incêndio E Pânico No Setor De Fertilizantes Em Catalão/Go	504
Da Comida À Commodities: A Dinâmica Da Produção Agrícola Moderna Em Porto Nacional – To	517
As (Re)Existências Do Campesinato Através Da Implantação Dos Corredores Agroecológicos Nas Comunidades Camponesas Em Catalão/Go	527
O Extrativismo De Baru Como Alternativa Para Geração De Emprego E Renda Em Comunidades Rurais Do Cerrado: Um Estudo De Caso No Assentamento Andalúcia- Nioaque/Ms	537

Precarização Do Trabalho Do Professor De Ciências Humanas No Novo Ensino Médio	553
A Prática Da Pesca Artesanal Nas Comunidades De Tarará E Socorro No Município De Tefé - Amazonas	565
O Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Tefé: Um Retrato De Suas Ações	576
Poder Estrutural Do Capital Financeiro Na Crise De 2015/16	590
A Territorialização Da Reforma Agrária Através Do Banco Da Terra No Município De Santo Expedito-Sp E Seus Desdobramentos Nas Disputas Territoriais	610
Conflitos Territoriais Da Expansão Do Monocultivo Da Soja No Matopiba	620
Migração De Retorno De Trabalhadores Imigrantes E A Barreira Em Tempos De Covid-19 Na Tríplice Fronteira Brasil-Bolívia-Peru: O Caso Dos Haitianos Em Assis Brasil (Ac)	640
Mobilidade Do Trabalho E Migração Na Tríplice Fronteira Da Amazônia Sul-Occidental Acreana	659
Precarização, Desemprego E Diáspora; A Geografia Do Trabalho Nos Cinco Principais Municípios Sojicultores Do Rs	671
A Precarização Do Trabalho Docente Do Professor De Geografia No Tocante A Educação Inclusiva	690



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



TERRITORIALIDADE EM DISPUTA NA AMAZÔNIA: A CONQUISTA DO POVO INDÍGENA A'UWÊ-XAVANTE DE MARÃIWATSÉDÉ

Gilberto Vieira dos Santos¹ e Antonio Thomaz Junior²

Resumo

O contexto aqui abordado, resultado de pesquisa findada em 2019, em que objetivamos explicitar a contribuição dos povos e do Movimento Indígena no embate ao avanço do capital no campo e na resistência à proletarização, a experiência de luta dos Xavante da TI Marãiwatsédé se faz ilustrativa. O movimento de expansão do agronegócio para a região Nordeste de Mato Grosso, resultou na deportação dos Xavantes de Marãiwatsédé, provocando a reconfiguração territorial e da paisagem regional, pois onde antes viviam os indígenas de acordo com sua cultura, passa a comportar a paisagem grandes extensões de terras desmatadas, cobertas por monoculturas, edificações, instrumentos públicos e privados destinados aos não indígenas e em contraponto aos direitos dos povos. Mesmo neste contexto, após 46 anos de lutas e resistências, os Xavante lograram reconquistar seu território tradicional.

Palavras-chave: Marãiwatsédé; Territorialidade; Resistência, Direito Originário

INTRODUÇÃO

Os processos nos quais se inserem as conquistas, em espaços concretos de disputas e lutas políticas, precisam ser analisados no contexto da territorialização do capital, que traz em seu bojo, em geral, a consequente desterritorialização dos povos indígenas. O movimento de expansão do agronegócio para a região Nordeste do estado de Mato Grosso, resultou na deportação dos Xavantes de Marãiwatsédé, provocando a reconfiguração territorial e da paisagem regional, que passou a comportar grandes extensões de terras desmatadas, cobertas por monoculturas, edificações, instrumentos públicos e privados destinados aos não indígenas e em contraponto aos direitos dos povos. Mesmo neste contexto, após 46 anos de lutas e resistências, os Xavante lograram reconquistar seu território tradicional. Buscamos, neste excerto, destacar alguns dos eventos que redefiniram a história deste povo, imprimindo impensável derrota ao projeto que um dia os deportou.

¹ Estudante de Pós-graduação, Unesp, Brasil - wataramy@gmail.com

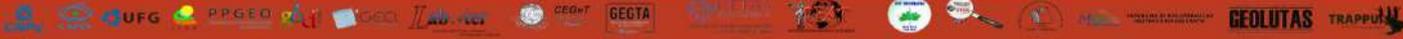
² Professor Titular, Unesp, Brasil - thomazjr@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



METODOLOGIA

A metodologia se desenvolveu, na prática, ao longo dos últimos 15 anos de convivência, observação, aprendizado e militância junto aos povos indígenas e pelo menos treze anos de acompanhamento aos Xavante de Marãiwatsédé. Este fato nos leva a afirmar que conseguimos efetivar, mesmo no curto tempo que é o Mestrado, uma pesquisa-ação, longe de qualquer reificação dos povos e distante de uma relação pesquisador-objeto, mas fazendo-nos todos sujeitos. Partimos da concepção de pesquisa-ação que nos apresenta Thiollent (2011), citado por Ferreira (FERREIRA ET ALL, 2017. p. 6).

Através da revisão bibliográfica, buscamos em publicações físicas e virtuais, sites dos órgãos do poder público, organizações de apoio aos povos indígenas ou que abordam temas correlatos as informações e reflexões que contribuíssem com nosso desvendar. Entre os anos de 2004 e 2019, acompanhamos lideranças A'Uwê-Xavante de Marãiwatsédé, seja em sua aldeia, seja em reuniões com o Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio e outros órgãos.

1- DEPORTAÇÃO E DESCONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

O diálogo entre História, Geografia e Antropologia, na perspectiva de construções interdisciplinares do conhecimento, são as bases deste texto, resultado de nossa pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2019 (SANTOS, 2019), mas que só foi possível pela convivência desde 2004 como o povo em tela e outros povos da mesma região e de outros estados brasileiros.

Buscamos aqui evidenciar que o movimento de expansão do agronegócio para a região Nordeste de Mato Grosso, durante as décadas de 1950 e 1960, resultou na deportação dos A'uwê-Xavante³ de Marãiwatsédé, provocando a reconfiguração territorial e da paisagem regional.

Esta reconfiguração pode ser bem visualizada ao observarmos a imagem (Foto 1) que segue, registrada na localidade homônima ao posto de combustíveis que ali se instalou.

³ A'uwê uptabi, ou Povo Autêntico, é a autodenominação dos indígenas conhecidos por Xavante.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

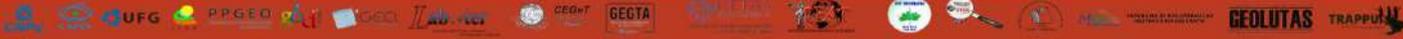


Foto 1 - Entroncamento das rodovias BR 158 e MT 242. Fonte: autor, 2009

Quem, ao observar esta imagem chegaria à conclusão que se trata de uma terra indígena? Esta composição pode nos remeter às reflexões elaboradas por Moraes (1996) quando afirma que:

Todos sabemos que as formas espaciais são produtos históricos. O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem. (MORAES, 1996. p. 15)

A construção desta paisagem é resultado, portanto, de relações estabelecidas em um dado processo histórico, neste caso, engendrado pela força do capital, ações e omissões do Estado brasileiro e por conflitos decorrentes. Tal processo, imprimiu uma nova face no território indígena Marãiwatsédé ao longo de mais de quatro décadas. Esta face redesenhada, atendendo outras funções e a partir de outras concepções de mundo, antagônicas às indígenas, encontram também eco nos apontamentos de Moraes (1996):

As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias. (MORAES, 1996. p. 16)

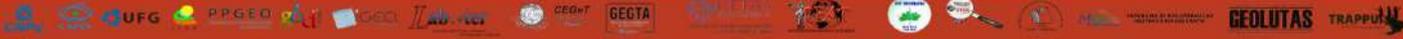
O processo de lutas até a reconquista do território protagonizado pelos Xavante, envolveu muitos e intensos conflitos para o desmonte das estruturas, mas também destas concepções e usos outros. Este processo transformou a paisagem na região Nordeste de Mato Grosso e, entre avanços e retrocessos, a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



dinâmica de vida daquele povo indígena, cuja territorialidade, entendida aqui como o sentimento anímico dos Xavante, ou seja, sentimentos vinculados à sua cosmologia e relação específica com o território e seus elementos constitutivos - físicos e simbólicos - os mantiveram vinculados ao seu território tradicional, relativizando o conceito de desterritorialização, portanto, motivando-os e os movendo em sua luta para reconquistá-lo.

Segundo Rodrigues (1992), ao final da década de 1950 até meados da década de 1960, ocorreu à invasão sistemática do território Xavante, como podemos encontrar no relatório de Identificação da Área Indígena Marãiwatsédé:

(...) A partir de 1958, diversas famílias de pequenos posseiros se dirigiram mais a Oeste de São Félix do Araguaia; em 1961, começou a ser instalada a primeira propriedade escriturada da região com fartos benefícios fiscais da SUDAM, era a fazenda Agropecuária Suiá-Missú S/A. (...) (RODRIGUES, 1992 *apud* RAMIRES, 2015. p.32)

A fazenda Suiá-Missú, tornando-se um dos maiores latifúndios da América Latina, com dimensões territoriais de 695.843 hectares, representou o auge do processo de invasão do território Xavante pelas chamadas frentes de expansão. Anos mais tarde estas terras foram compradas pelo grupo Ometto, que articulou a remoção dos indígenas em 1966, transportados por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), para a área São Marcos, distante 400 km de Marãiwatsédé, onde habitava outro grupo do mesmo povo. Sem dúvidas o Estado brasileiro foi um dos principais agentes na expropriação do território indígena, pois se por um lado financiou a expansão de projetos agropecuários para a região, por outro, atuou na chamada “limpeza” da área, o que significou a retirada dos indígenas pela Força Aérea.

Localizada no Nordeste de Mato Grosso, com partes da área nos municípios de São Félix do Araguaia, Alto da Boa Vista e Bom Jesus do Araguaia, a Terra Indígena Marãiwatsédé, que na língua xavante quer dizer ‘mata medonha’, é cortada por rodovias que ligam aos estados vizinhos, tendo em sua linha demarcatória à Oeste a rodovia MT-322. Como podemos observar no mapa que segue (Mapa I):



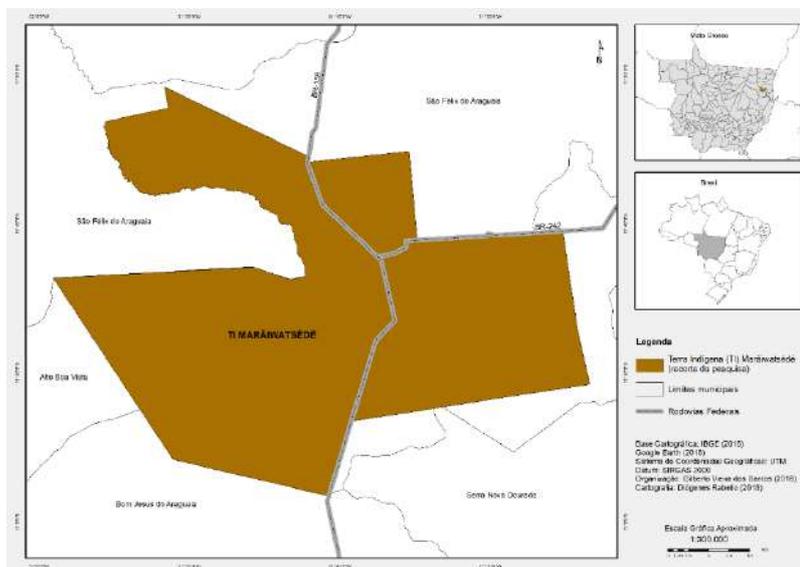
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Mapa I. Terra Indígena Marãiwatsédé



Esta terra Indígena encontra-se em uma região rica em diversidade ambiental, cortada no sentido Sul-Norte pelas BR-158 que liga o Mato Grosso ao Pará e a MT-322, no Leste-Oeste pela BR-242, artérias viárias que conectam a região aos centros urbanos financeiros do país, que constroem a região incorporada as necessidades monopolistas do capital, que explora de maneira intensa e predatória as terras por aglomerados financeiros, que desenvolvem e intensificam a expansão do agronegócio.

A partir da década de 1960 esta região passa a ser inserida na dinâmica exploradora empresarial, com incentivos fiscais e financeiros da então Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966 pelo presidente Castelo Branco (Lei 5.173/1966⁴), selando a parceria “Capital-Estado” em que os recursos públicos financiaram os desejos de exploração e acumulação capitalista. Esta parceria pública/privada de desenvolvimento, segundo Oliveira (1989), fazia parte da estratégia dos projetos da ditadura militar no Brasil, pois:

(...) A implantação dos projetos agropecuários na Amazônia tem também que ser entendida como uma das estratégias dos governos militares no sentido de patrocinarem o acesso à terra na região pelos grandes grupos econômicos. Este processo de acesso à terra [...] sempre esteve atravessado por grilagens, emissões de títulos duvidosos, falsos, como se tudo fosse uma “história de faz-de-conta”. Conseqüentemente, na origem, a grande maioria desses títulos é falsa na emissão, pois nunca se informou os órgãos competentes de que

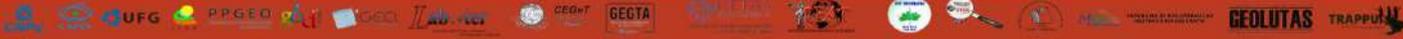
⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm (acesso em 10/05/2023)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



nessas terras havia índios ou posseiros. O processo de ocupação vai, portanto, estar marcado pelo confronto entre estes personagens na luta pela demarcação de seus territórios. (...) (OLIVEIRA, 1989. p. 67)

Neste contexto de invasão legitimada pelo Estado, se estabelecem os polos antagônicos de projetos de utilização e uso da terra, pois o confronto de interesses e o tensionamento se dará entre o agronegócio⁵ e os indígenas. Neste campo de disputas, os impactos sobre pessoas e meio ambiente, principalmente a partir da abertura de novas áreas para pastagem, será sentido sobremaneira pelos Xavante, que mantinham uma vida segundo sua cultura até então sem grandes interferências (Foto 2).

Como nos aponta Thomaz Junior (2009) ao analisar a região Nordeste do Mato Grosso:

(...) Uma das frentes objeto da expansão da pecuária de corte direciona-se para a região Norte do país, sendo que a Amazônia saltou de 35 milhões para aproximadamente 80 milhões de cabeças, em 2006. Isso reflete os elevados patamares de desmatamento, atualizados praticamente em tempo real, por meio do monitoramento por satélite que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) realiza. Se considerarmos alguns exemplos, somente o município de São Félix do Araguaia, na primeira metade desta década, teve 14,5 mil km² de sua área desmatada e dispunha de um rebanho de 1,73 milhão de cabeças de gado, enquanto o Estado do Mato Grosso representou, em abril de 2008, 70% de toda a área desmatada da Amazônia. (...). (THOMAZ JUNIOR, 2009. p. 322)



Foto 2 - Jovens xavante (*wapté*) em Marãiwatsédé. Fonte: AXA

A dinâmica da vida Xavante, forte em seus traços culturais, marcados por uma organização coletiva, com atenção muito própria a formação de seus jovens (*wapté*), foi impactada pela deportação.

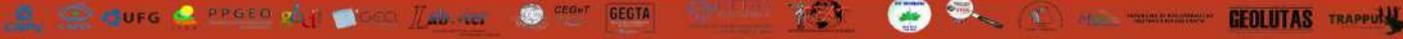
⁵ Optamos por este termo, mas a época o termo corrente era agropecuária.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Em 1966, mesmo ano em que a recém-criada Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) destinava pomposos recursos para o grupo Ometto, este grupo providenciou a deportação de pelo menos trezentos indígenas Xavante da terra indígena Marãiwatsédé para a área da Missão São Marcos, onde outro grupo do mesmo povo já se encontrava. Com base na certidão fornecida pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que indicava que naquela área não havia indígenas e com o apoio de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), a “limpeza da área” estava efetivada. Esta área foi vendida posteriormente para outros latifundiários, até ser adquirida pelo grupo italiano AGIP Liguigás.

A reivindicação dos Xavante para retornarem à suas terras deu-se desde sua chegada à São Marcos, pois foram enganados, segundo contou-nos o cacique Damião Paridzané, adolescente à época em que foram retirados. (Damião é o segundo, da esquerda para direita, na foto anterior)

Na Carta Pastoral, denominada *“Uma Igreja na Amazônia, em conflito com o latifúndio e a marginalização social”*, escrita pelo bispo católico catalão Pedro Casaldáliga em outubro de 1971, a situação dos Xavante e a reivindicação pela devolução da terra indígena já aparecia. Neste documento, D. Pedro lembra que a cada ano os Xavante retornavam a sua terra para buscar materiais para seus arcos, mas eram mantidos fora pelo grupo Ometto. Segundo a Carta Pastoral, reconhecida também como um marco na denúncia contra o trabalho escravo contemporâneo, “anualmente os Xavante voltam para a sua terra, roubada pela cobiça latifundiária, para apanhar pati, árvore por eles usada na confecção de arcos e flechas.” (CASALDÁLIGA, 1971. p. 16).

2 – O LONGO CAMINHO DE VOLTA

Após longos anos de cobrança e denúncias realizadas pelos Xavante e seus aliados, em janeiro de 1992 a Funai cria o Grupo de Trabalho para o estudo de identificação da terra indígena Marãiwatsédé.

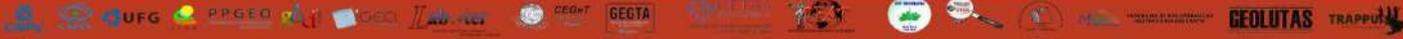
Neste mesmo ano, entre os dias 3 e 14 de junho, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecida como a Eco92. Na sequência de campanhas que fora do Brasil e durante a Conferência cobravam a devolução



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



do território, o então presidente do Grupo Agip, Gabriele Cagliari prometeu devolver a terra aos Xavante.

Como se a promessa de devolução fosse um sinal, iniciou-se neste mesmo mês uma intensa campanha de incentivo à invasão de Marãiwatsédé, promovida por fazendeiros e políticos da região, entre eles o então prefeito de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida, conhecido como *Baú*. Em reunião realizada em 20 de junho de 1992, no entroncamento das vias BR-158 e MT-242, (Foto 3), local conhecido com Posto da Mata, incentivou-se posseiros a ocupar aquela que diziam “não seria terra de índio”.



Foto 3 - Reunião em Posto da Mata. Fonte: GGN⁶

Em pronunciamentos transmitidos ao vivo pela rádio da região, Mundial FM, políticos e outros invasores da terra indígena incentivaram outras pessoas a invadir a terra indígena. Em gravação divulgada pelo Ministério Público Federal, é nítido este incentivo, com expressões racistas, que tratam os indígenas de forma animalizada. Assim fala o então candidato a prefeito de Alto Boa Vista (MT), Mazim Kalil:

*Como é que vai colocar índio no meio do povo? O índio... **tem que colocar ele no habitat natural**. Então, isso é ilusão de algumas pessoas que querem fazer de nós, o povo da região, nós, os brasileiros, de bobos. Achando que aqui só tem índio também, beijo furado, que vai deixar talvez gringo chegar e ficar mandando no que é nosso. (Grifo nosso)*

O então prefeito de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida, conhecido como “Baú”, também se pronuncia dizendo-se preocupado com a possibilidade de retorno dos indígenas e afirmou:

⁶ <https://goo.gl/tMyCSz> (acesso: 26/05/2018)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Nós não somos mentores de invasão de propriedade (...). Se a população achou por bem tomar conta dessas terras, em vez de dá-las pros índios, nós temos que dar esse respaldo. Esta área ainda não foi passada a escritura para os índios. Nós já conversamos com o governador: o governador dará todo respaldo ao povo. Nós realmente não queremos índios aqui porque senão iria desvalorizar a região.

O governador, referido nas falas, era o também ruralista Jaime Veríssimo de Campos, então do Partido da Frente Liberal (PFL), posteriormente Senador pelo Democratas (DEM).

De maneira ilegal, pois a terra já havia sido declarada indígena, em novembro de 1992, foi divulgado (Figura 1) um leilão no qual se venderia 65.960 hectares da fazenda Suiá-Missú, como ficou conhecida a área xavante. Mais uma vez se via a perspectiva de criar a “solução” via fato consumado, pois com a venda da terra se buscava “legalizar” a ocupação em uma contradição explícita da promessa de entrega da área feita pela empresa Agip.



Figura1: Panfleto anunciando leilão da fazenda Suiá-Missú. Fonte: AXA

Este e muitos outros tensionamentos ocorreram após 1992, ano em que com as frequentes e cada vez mais intensas invasões a terra indígena foi sendo desmatada, dando lugar a pastagens e a um pequeno distrito nas proximidades de Posto da Mata (um posto de combustíveis), com a instalação de bares, restaurantes, pequenos mercados e uma centena de casas. (Foto 4)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Foto 4 - Visão parcial de Posto da Mata. Fonte: autor, 2009

A presença de grandes conglomerados agroindustriais (Foto 5 e 6) na região Nordeste do Estado do Mato Grosso, comprova a articulação entre “Capital e Estado”, pois com a participação de agentes públicos, políticos locais, vereadores, deputados e governadores como sujeitos intimamente vinculados aos desejos expansionistas de acumulação das empresas, intensificou-se as tensões em torno da Marãiwatsédé.



Foto 5: Receptora de grão na BR 158, próximo a Marãiwatsédé Fonte: autor, 2010



Foto 6: Receptora de grãos, na BR 080, próximo a Marãiwatsédé Fonte: autor, 2010



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Vários conflitos se seguiram, com manifestações por parte dos ocupantes não indígenas e com forte campanha contra a presença dos Xavante.

Em 11 dezembro de 1998, através de um decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Terra Indígena Marãiwatsédé foi homologada e registrada como Patrimônio da União, segundo determina a Constituição Federal.

Apesar da homologação a desintrusão, ou seja, a retirada dos ocupantes não indígenas e a entrega definitiva da terra seguiu ainda uma longa estrada. Mais de quatrocentos indígenas originários de Marãiwatsédé que se encontravam em outras terras Xavante, iniciaram um acampamento em outubro de 2003, permanecendo às margens da BR-158, nas proximidades de seu território. Neste período de acampamento perderam duas de suas crianças⁷, mortas por problemas respiratórios agravados pela poeira e baixas condições de nutrição.

Este acampamento, estabelecido a poucos quilômetros de um outro que recebeu posseiros não indígenas, permaneceu por mais de nove meses, numa gestação difícil que não indicava “parir” a justiça até que em 10 de agosto de 2004 uma decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal reafirmou⁸ a decisão da Justiça Federal de Mato Grosso e autorizou, liminarmente, a entrada dos Xavante em uma parte de seu território, mantendo, contudo, a presença dos não indígenas. Este julgamento foi acompanhado por indígenas do povo Xavante e sob manifestação de posseiros, contrários ao retorno dos indígenas. (Foto 7)

⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200410.htm>

⁸ <https://cimi.org.br/2004/08/22072/> (acesso 12/05/2023)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

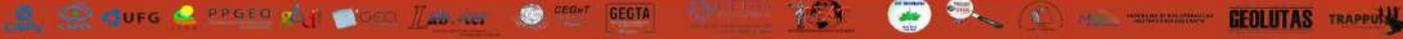


Foto 7 - Xavante durante julgamento no STF e posseiros durante manifestação Fonte: STF

As consequências do processo de invasão, incentivado em 1992, ficou expresso na devastação encontrada pelos Xavante; a imagem a seguir ilustra o processo de desmatamento ocorrido em pouco mais de dezesseis anos.

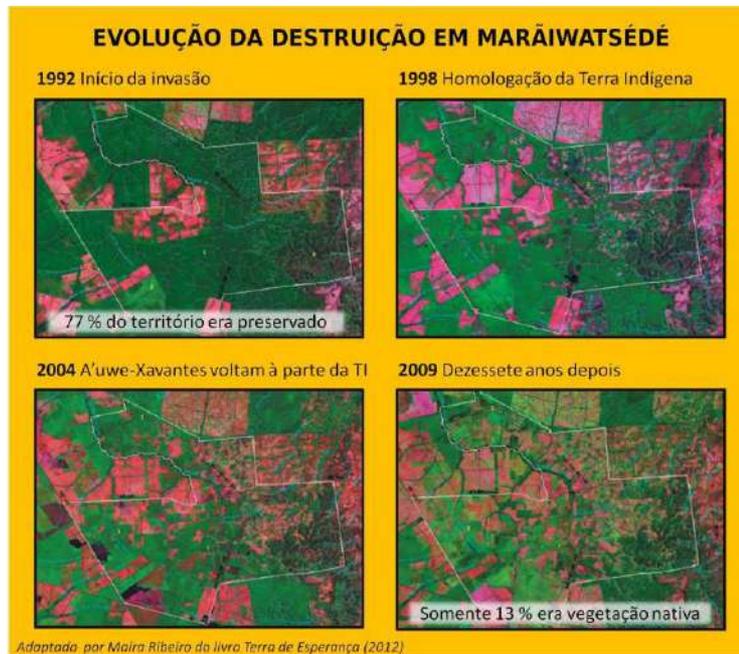


Figura 2 - Desmatamento na TI Marãiwatsédé. Org. Maira Ribeiro. Fonte: AXA



Foto 8 - Visão do acampamento xavante em agosto de 2004. Fonte: AXA



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A sequência de imagens de satélite divulgada pela Articulação Xingu Araguaia (Figura 2) e a fotografia aérea realizada em 2004 (Foto 8), demonstram o processo de destruição dos bens naturais da terra indígena, matas de babaçu e outras árvores do cerrado, que deram lugar ao solo nu que receberia sementes de capim para pastagens, arroz ou de soja. Pouco restava da “mata medonha”, Marãiwatsédé.

No mesmo mês de agosto de 2004, no dia 18, estivemos acompanhando o então Relator Especial da ONU para o Direito ao Meio Ambiente, Jean Pierre Leroy, que esteve em visita aos Xavante de Marãiwatsédé para verificar a situação de violações na qual se encontravam os indígenas. No Relatório de Leroy, falecido em 2017, encontramos a reação dos invasores à decisão do STF que garantia a entrada dos Xavante e à presença do Relator na região:

“Durante a visita da Relatoria a Marãiwatsédé, uma semana após o reingresso dos Xavante na Terra Indígena, um grupo de posseiros, acompanhados de fazendeiros e políticos da região, como o atual prefeito de Alto Boa Vista, bloqueou a BR-158 – como o auxílio de um trator da Prefeitura, que cavou uma vala na rodovia federal – na altura da localidade conhecida como Posto da Mata, e queimaram uma ponte obstruindo também a BR-080. Os posseiros, pequenos trabalhadores rurais, são usados na linha de frente dos fazendeiros e dos políticos. A Terra Indígena Marãiwatsédé ocupa a maior parte de Alto Boa Vista e vale notar que esse município foi criado, justamente, na perspectiva de criar mais um fato consumado para impedir a volta dos Xavante a seu território tradicional.” (LEROY, 2005. p. 31)

É possível perceber como os instrumentos de uso público, como o trator além dos cargos e serviços públicos eram utilizados em benefício de um grupo político-econômico e em claro desrespeito aos direitos, seja o de ir e vir, seja o direito dos indígenas à seu território. Nesta ocasião este autor, um jornalista e agentes do CIMI e CPT estivemos acompanhando a visita do Relator ao Xavante e como Leroy, tivemos que percorrer quase uma centena de quilômetros a mais para desviar da estrada bloqueada. O Relator, sua equipe e universitários da Universidade Estadual de Mato Grosso, que o acompanhavam, tiveram que fazer um desvio de mais de dez horas para seguirem viagem. A manifestação e o boqueio só terminou após quatro dias, com a chegada da Polícia Federal, representantes da Advocacia Geral da União e Ministério Público Federal.

Poucos anos depois, em 2007 a aldeia já avançava para uma maior estruturação (Foto 9), porém os Xavante ainda não logravam a retirada dos não indígenas de Posto da Mata e das fazendas que incidiam em seu território.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

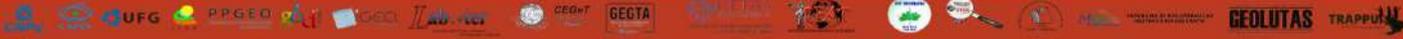


Foto 9 - Visão parcial da aldeia Marãiwatsédé. Fonte: autor, 2007

Seja nos jornais da região, rádios e através de um forte *lobby* de ruralistas e políticos da região e em cargos no legislativo estadual e federal, realizou-se uma forte campanha contra o reconhecimento da demarcação da terra para os Xavante e a conseqüente retirada dos não indígenas. Várias foram as iniciativas, em todos os níveis, que demonstram como os interesses de um seguimento minoritário da sociedade quis impor-se contra direitos.

Os xavante também não ficaram parados esperando decisões favoráveis, foram várias reuniões com representantes do Ministério Público Federal, Justiça Federal de Mato Grosso, desembargadores, Presidente e servidores da Funai em Cuiabá, em Brasília e com Ministros do Supremo Tribunal Federal, além de uma rede de organizações que se somaram em defesa da demarcação.

Entre os espaços de visibilidade da luta xavante, a Conferência Rio+20, realizada entre 13 a 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro (RJ), representou um dos mais importantes para a projeção nacional e internacional da luta deste povo.

Tendo por base o fato de que vinte anos antes o presidente do Grupo Agip Liquigás, ocupante da terra indígena havia prometido devolvê-la aos Xavante e que eles seguiam aguardando a retirada dos não indígenas, na Cúpula dos Povos, espaço paralelo à Conferência e em outros espaços foi divulgada a campanha *Marãiwatsédé é dos Xavante. Não podemos esperar mais 20 anos.* (Figura 3). No âmbito desta campanha o cacique de Marãiwatsédé, Damião



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Parizané, divulgou uma carta⁹ endereçada a então presidente Dilma Rousseff cobrando a retirada dos não indígenas do território xavante. À carta somaram-se diversas manifestações de aliados em apoio aos indígenas.



Figura 3: Material de divulgação da Campanha. Fonte: AXA

3 – L'ETAT C'EST MÓI, MAS PERDEU

No contexto da realidade antagonica, de luta e resistência de um povo indígena frente à vontade empresarial e do capital agrário, encontramos diversas manifestações e manobras que objetivaram interpor-se como barreira à efetivação dos direitos constitucionais.

Destas manobras, destacamos a aprovação, da Lei 9.564/2011¹⁰ proposta pelo então governador Silval Barbosa (PMDB) e aprovada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Esta Lei “permitia” a permuta da terra indígena Marãiwatsédé pelo Parque Estadual do Araguaia. Ou seja, agentes públicos a serviço da concretização dos desejos de uma minoria. Esta ação, absurda e inócua, como apontamos em artigo publicado ainda antes da aprovação da Lei (SANTOS, 2012), contraria o Artigo 22, Parágrafo 2º da Constituição Federal, que determina caber à União deliberar sobre povos indígenas, além de chocar-se frontalmente com o Artigo 231 que impede que qualquer terra indígena seja permutada. Embora este absurdo, e com base nesta inócua lei, os invasores apelaram para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, alegando que a retirada dos não indígenas poderia ser negociada. Na busca de reverter a demarcação, um grupo de indígenas Xavante de outra terra indígena foi utilizado, com o argumento de que haveria divergências entre o povo. Assim, setembro de 2012 o desembargador Daniel Paes Ribeiro suspendeu a retirada dos não indígenas¹¹, conforme havia determinado a Justiça Federal de Mato Grosso.

⁹<https://maraiwatsede.wordpress.com/2012/06/21/cacique-damiao-paridzane-na-rio2-e-carta-a-presidenta-dilma-rousseff/>

¹⁰ Esta Lei pode ser acessada em <https://goo.gl/pqa6OI> (link resumido) acesso 07/08/2016.

¹¹ <http://midianews.com.br/judiciario/justica-determina-suspensao-de-retirada-de-familias/133609>



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Na disputa judicial, que vem caracterizando a longa estrada para a efetivação dos direitos territoriais indígenas, após apelação ao Supremo Tribunal Federal, uma decisão do Ministro Ayres Britto suspendeu¹² a decisão do desembargador, autorizando a continuidade do processo de retirada dos não indígenas.

Esta decisão acirrou os ataques aos Xavante e em dezembro de 2012 um caminhão da Fundação Nacional de Saúde, que na época fazia o acompanhamento de saúde aos povos indígenas, foi saqueado e queimado¹³ por não indígenas quando, transitando pela BR-158, levava alimentos para os Tapirapé, outro povo indígena da região (Foto 11). O ataque fazia parte da reação à retirada dos não indígenas, durante a qual também se registrou confrontos¹⁴ entre estes e agentes da Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal (Foto 12) que atuavam na desocupação da terra indígena.



Foto 11 - Caminhão queimado em Posto da Mata. Fonte: Notícias Agrícolas

¹² <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=221597>

¹³ <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/115421-suia-missu-mt-moradores-do-posto-da-mata-poem-fogo-em-caminhao-da-funasa.html#.WLXKNFUrLIU>

¹⁴ http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Moradores_cumprem_promessa_e_entram_em_duro_confronto_com_policiais_em_Suia_Missu_veja_fotos&id=295321



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Foto 12 - Conflito entre policiais e posseiros durante desintrusão. Fonte: Notícias Agrícolas¹⁵

Após conflitos, pressões e cobranças da parte de fazendeiros e dos indígenas, a desocupação da Terra Indígena Marãiwatsédé teve seu fim no início de 2013, retirando todos os não indígenas e interrompendo qualquer atividade destes. (Foto 13). Passados quatros meses, em 5 de abril de 2013, o então Ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, esteve com uma comitiva na única aldeia onde residiam mais de setecentos Xavante. A “visita” serviu para a devolução¹⁶ simbólica da terra aos seus legítimos “donos”.



Foto 13 - Posto da Mata, desocupado, 2013. Fonte: autor, 2015

¹⁵<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/115421-suia-missu-mt-moradores-do-posto-da-mata-poem-fogo-em-caminhao-da-funasa.html#.Wwjt9EgvzIU> (acesso 12/02/2018)

¹⁶<http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2013/04/05-04-2013-gilberto-carvalho-participa-de-ato-oficial-para-devolucao-da-terra-maraiwatsede-ao-povo-xavante>



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Foto 14 - Local onde um dia foi o Posto da Mata. Fonte: autor, 2018

Passados mais de quarenta e seis anos os Xavante de Marãiwatsédé puderam, finalmente, retomar sua organização social e planejar seu futuro com maior tranquilidade, com quase nada do que foi um dia aquela primeira imagem da invasão. (Foto 14).

Em novembro de 2016, em diálogo com um dos professores xavante, Cosme Rité, fui informado que os mais de oitocentos indígenas passaram a se organizar em quatro aldeias, ocupando de forma planejada a área conquistada. Passados quase sete anos, em 2023, são quatorze aldeias. Em resposta a degradação encontrada na área, principalmente pelo intenso uso e exploração por parte dos invasores não indígenas que plantaram soja e arroz, além do gado que impactou seriamente a área desmatada, os xavante iniciaram um plano de recuperação da mata e do solo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

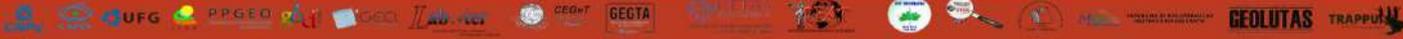
Entendemos que este longo processo de resistência e resiliência dos A'Uwê-Xavante de Marãiwatsédé nos sinaliza para a dura realidade dos povos indígenas que, embora as garantias legais, seja na Constituição Federal, seja em convenções ratificadas pelo Brasil, ainda necessitam de um duro enfrentamento para verem valer estes direitos. Este histórico de mais de quatro décadas de lutas, articulações, alianças e estratégias utilizadas pelos Xavante, nos indicam que em sua resiliência devemos enxergar também a grande



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



capacidade destes povos de se reinventar e redesenhar seu presente em vistas de um futuro melhor.

Com uma nova dinâmica, estabelecida a partir de uma diferente relação com a produção do espaço, agora não mais na perspectiva exploratória e degradadora do ambiente como quando nas mãos do agronegócio, os Xavante resgatam sua territorialidade e reconfiguram a paisagem. Num processo histórico que se iniciou com a expulsão e a instalação de fazendas em 1966, um novo momento agora imprime na paisagem da Terra Indígena Marãiwatsédé uma outra lógica, outra territorialidade. Pois:

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. (SANTOS, 1988. p. 66)

Este novo momento, sob novas lógicas de produção, agora dependerá muito da conjuntura da política indigenista e econômica que se quer impor sobre os territórios indígenas pelos mesmos setores que foram responsáveis pela desterritorialização relativa dos Xavante. Por certo, também dependerá dos próprios indígenas que, apesar de todas as pressões, ataques e ilegalidades que os vitimaram, se mantêm resilientes. Como nos afirma Gonçalves (1989):

Os povos indígenas com sua cultura e seus territórios tentam resistir à extinção não só física, mas também cultural... Até por que a vida é mais que biológica: é um determinado modo de ser, pensar, sentir e agir. Cada vez mais, os povos indígenas afirmam a sua singularidade, a sua diferença, enfim, sua cultura. Há, portanto, uma existência que poderíamos chamar de objetiva, inspirando o movimento dos indígenas e essa objetividade, sabemos, deriva exatamente da sua afirmação como sujeitos de sua própria História, da sua singularidade. (GONÇALVES, 1989. p. 19)

Com sua singularidade e construindo sua “própria História”, os Xavante lançam luzes na história recente da resistência popular, configurando-se como materialidade da conquista e concretude da territorialidade indígena. Na disputa entre a territorialidade do capital e o direito originário ao território, os Xavante deram um grande exemplo de resiliência.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASALDÁLIGA, P. **Uma Igreja em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. Carta Pastoral. Prelazia de São Félix do Araguaia. São Félix do Araguaia, 1971.

GONÇALVES, C.W.P. **O Latifúndio Genético e a R-existência Indígena-Camponesa**. In: GEOgrafia – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia/ UFF, Vol. 4, n.o 8. Rio de Janeiro, 2002. Versão digital em disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/86>

LEROY, J.P. **Relatório da Missão ao Estado do Mato Grosso**. Relatoria Nacional para o Direitos Humano ao Meio Ambiente. Plataforma DHESC Brasil. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_dhescas_br/missao_2004_mt_dhesc_meio_ambiente.pdf (consulta 28/02/2017)

MORAES, A.C.R. **Ideologias geográficas**. Editora Hucitec. São Paulo, 1996

OLIVEIRA, A.U. **Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos**. Editora Papirus, Campinas, 1989. 2ª Edição.

RAMIRES, M.M. **Datsina damro: um estudo do casamento entre os Xavante de Marãiwatsédé**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

SANTOS, G. V. **Conflitos territoriais no Brasil e o Movimento Indígena contemporâneo**. 2019, 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2019.

_____. **TRF-1 revê decisão e retoma processo de retirada dos invasores de Marãiwatsédé**, 2012. Disponível em <https://cimi.org.br/2012/06/33644/> (acesso 28/05/2023)

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. Hucitec. São Paulo, 1988.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. São Paulo: [s.n], 2009. Volume 1.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



OS REBATIMENTOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA DINÂMICA TERRITORIAL DO TRABALHO¹

Maria Joseli Barreto²
Antonio Thomaz Junior³

Resumo: O texto busca problematizar inquietações e questionamentos frente aos rebatimentos das reformas neoliberais na dinâmica territorial do trabalho no Brasil. Partindo da premissa que o desemprego é parte da crise estrutural do capital e que o mercado de trabalho tem sido marcado pelos avanços de políticas neoliberais, buscamos apresentar reflexões sobre os rebatimentos das contrarreformas instituídas no Ensino Médio, na Legislação Trabalhista e na Previdência Social para a classe trabalhadora no país. A revisão bibliográfica e as primeiras reflexões desenvolvidas a partir das leis que tratam respectivamente, das Reformas no Ensino Médio, na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na Previdência Social evidenciam que, as mudanças implementadas direcionam para mudanças expressivas na composição da classe trabalhadora no Brasil. Por um lado, a formação de jovens trabalhadores/trabalhadoras para atender as demandas neoliberais, isto é, mão de obra mais flexível, polivalente, subserviente a superexploração do trabalho, e sobretudo, alheia ao crescente processo de extração de direitos sociais e trabalhistas. Por outro, intensificar a exploração no processo de trabalho, e ampliar o processo de extração da mais valia.

Palavras-chaves: Neoliberalismo; Contrarreformas; Ensino Médio; Legislação Trabalhista; Previdência Social

Introdução

Desde os finais dos anos de 1980, a classe trabalhadora no Brasil tem amargado um crescente processo de desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas, resultado dos avanços das práticas neoliberais no país.

Amparados no discurso de que o bem-estar humano está atrelado às liberdades e capacidades empreendedoras individuais, e na ideia de que o Estado deve existir apenas para garantir a qualidade e a integridade das instituições privadas, os defensores do neoliberalismo tem, desde então, se articulado em todas as frentes para avançar e implementar seu *modus operandi* no país (HARVEY, 2005; PAULANI, 2006).

¹ O texto apresentado é resultado do projeto de Pós-Doutorado: Os Rebatimentos das Reformas Neoliberais na Dinâmica Territorial do desemprego no Brasil, que vem sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista/Campus de Presidente Prudente, sob a supervisão do Profº Drº Antonio Thomaz Junior.

² Doutora em Geografia Humana pela UNESP/Presidente Prudente, Professora da Universidade Federal de Viçosa/MG e membro do CEGeT e do CEETAS. E-mail: maria.joseli@ufv.br.

³ Doutor em Geografia Humana pela USP, Professor da UNESP/Presidente Prudente e coordenador do CEGeT e do CEETAS. E-mail: thomazjr@gmail.com.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Não é por acaso que entre os anos de 2017 e 2019, o Congresso Nacional brasileiro aprovou “contrarreformas”⁴ no âmbito do Ensino Médio, da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, com o claro objetivo de legitimar o “livre” exercício das práticas neoliberais no célere processo de desmonte das instituições e do serviço público, tanto por meio de privatizações, como pelo penoso processo de deterioração das instituições e serviços sociais, sobretudo, daqueles que visam atender a população incluída marginalmente (GENTILI, 1996; PONTUSCHKA, 1999; CACETE, 2004; PAULANI, 2006; SOUZA, 2018; THOMAZ JUNIOR, 2022).

Diante disso, buscamos a partir desse texto, apresentar reflexões iniciais a respeito de inquietações e questionamentos sobre os rebatimentos que as contrarreformas instituídas no âmbito da educação, do trabalho e das aposentadorias tem ocasionado para a classe trabalhadora no Brasil.

Nessa perspectiva, é relevante registrar que, compreendemos como classe trabalhadora, todo conjunto da população que vivem da venda de sua força de trabalho, seja no mercado formal ou informal de trabalho. Como já ponderou Antunes (2018), no contexto do capitalismo contemporâneo, a classe trabalhadora é representada pela totalidade dos seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção conforme a definição marxiana (ANTUNES, 2018, p.92).

Embora o tema seja amplamente debatido no âmbito da Geografia e outras ciências, buscamos aprofundar nossas reflexões por meio revisão bibliográfica sobre as origens e trajetória do neoliberalismo no Brasil, evidenciando como as mudanças proporcionadas pelas suas práticas político-econômica tem, historicamente, impactado a classe trabalhadora. Ademais, buscamos apresentar algumas reflexões sobre as Leis que versam sobre as contrarreformas instituídas no âmbito da Educação, Trabalho e Previdência Social. A Lei , nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que trata da Reforma do

⁴ Tendo em vista que o termo “reforma” foi incorporado pelo defensores do paradigma neoliberal com o objetivo de fortalecer seu discurso e viabilizar a aprovação de suas medidas, já que a expressão sempre esteve vinculada a práticas progressistas de lutas pela *transformação* da sociedade em benefício dos setores sociais incluídos marginalmente, buscaremos ao longo do texto, fazer uso da expressão “contrarreforma” como forma de nos contrapor as práticas neoliberais (BERING, BOSCHETTI, 2008; COUTINHO, 2012; DARDOT, LAVAL, 2016; LOURENÇO, LACAZ, GOULART, 2017; JESUS, DUTRA, DRUCK, 2019; SOUZA, THOMAZ JUNIOR, CARVALHAL, 2022).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Ensino Médio, da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que versa sobre Reforma na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a Emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que aborda a Reforma na Previdência Social.

As origens e a trajetória do neoliberalismo no Brasil: apontamentos teóricos-conceituais

As práticas político-econômicas do neoliberalismo começaram ser introduzidas no Brasil no final do governo de José Sarney (1985 – 1990), mais precisamente, no contexto do processo eleitoral de 1989, quando o país vivenciava um cenário marcado por crises e conquistas. Por um lado, uma crise econômica decorrente de problemas inflacionário que pareciam indestrutíveis, por outro, um sentimento de esperança frente a aprovação de uma nova Constituição, que de certo modo encerrava o ciclo nefasto da ditadura militar (PAULANI, 2006; POCHMANN, 2011).

Amparado por um discurso moralista de “caça aos marajás”, Fernando Collor de Mello, candidato pelo Partido Republicano Nacionalista (PRN) venceu as eleições presidenciais de 1989, e sua posse pode ser assinalada como um marco temporal para o início de um intenso processo de enxugamento do Estado. Foi a partir desse momento que, Collor de Mello (1990 – 1992), primeiro presidente eleito desde o golpe militar (1964 – 1985), passou a ditar, uma agenda de transformações para o país, estruturalmente constituída no pensamento neoliberal (POCHMANN, 2011).

Embora, no discurso da posse, Collor de Mello tenha jurado dar a vida para defender os “pobres”, como bem lembrou Antunes (2004), na prática, o então Presidente da República, atuou pela integração do ideário neoliberal no país, com impactos expressivos sobre a classe trabalhadora. Foi a parcela da população que vive da venda da força de trabalho que primeiro sentiu as agruras do aumento da inflação sobre os alimentos, do desemprego, do arrocho salarial, do processo de desmonte do Estado e das organizações sindicais.

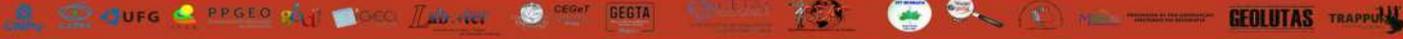
As medidas tomadas durante o governo Collor de Mello (1990-1992), marcaram a história do país. Além das privatizações, como as vendas da Usiminas, da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) entre tantas outras, destaca-se o sequestro da poupança, o arrocho salarial, ampliação do



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



desemprego e aproximação da hiperinflação. Essa conjuntura ampliou a recessão econômica no país, que somadas a instabilidade política, culminou no impeachment, o qual pôs fim no primeiro governo civil eleito pelo voto popular, após o golpe militar de 1964 (ANTUNES, 2004; PAULANI, 2006; 2008; POCHMANN, 2011).

Segundo os autores, a ascensão de Itamar Franco a presidência, representa uma nova fase na trajetória do neoliberalismo no Brasil. Tendo como pano de fundo um país em frangalhos, paradoxalmente marcado pelos efeitos do neoliberalismo econômico e, por um quadro político favorável, devido à ausência de uma oposição mais efetiva, o novo governo aprovou o Plano Real, construído pela equipe do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (ANTUNES, 2004, PAULANI, 2006)⁵.

A implantação da nova moeda reduziu os elevados índices de inflação para níveis aceitáveis. Esse fato, contribuiu para a construção ideológica de estabilidade e harmonia no cenário político-econômico, e paralelamente para a melhora da imagem do país interna e externamente, após um extenso período de crise econômica. Foi esse cenário que permitiu ao então presidente da república (Itamar Franco), retomar as ações político-econômicas iniciadas no governo Collor de Mello, porém com um *modus operandi* distinto – a ambiguidade (ANTUNES, 2004; PAULANI, 2006; 2008).

Se na perspectiva de uma escala macro, a propaganda governamental, apoiada e veiculada diariamente pela grande mídia, apresentava indicativos positivos de estabilidade político-econômica devido ao sucesso do plano real, na escala local, o cenário era outro. A desindustrialização, o elevado índices de desemprego, os baixos salários contribuía para a multiplicação da miséria e da fome em todo país, tanto no campo, como na cidade.

Ou seja, se por um lado, o Plano Real atendia as necessidades e anseios dos detentores dos meios de produção, por outro, invisibilizava/mascarava as dificuldades diariamente enfrentadas pela classe

⁵ Para Antunes (2006, p. 20) Itamar Franco recebeu o país em um quadro político favorável, tendo em vista que até os setores da esquerda mostraram-se (equivocadamente) generosos com o novo governo



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



trabalhadora (desemprego, arrocho salarial, trabalho degradante, destituição de direitos sociais e trabalhistas etc.).

Para Antunes (2004), a ambiguidade tornou-se a marca central do Governo Itamar Franco. Ao mesmo tempo em que o governo traz para o discurso questões sociais, como a miséria e a fome, propagando um “reformismo social” para a classe trabalhadora, por outro, libera bilhões em recursos para representantes do capital agroindustrial canavieiro.

Mas não é somente isso. O governo de Itamar Franco ainda buscou prosseguir com os projetos neoliberais de Collor de Mello, especialmente as privatizações. O seu governo acumulou a venda de inúmeras estatais, dentre as quais destacam-se: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Petroquímica União S.A, a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), entre tantas outras, com rebatimentos diretos e indiretos sobre trabalhadores e consumidores (ANTUNES, 2004; PAULANI, 2006; RODRIGUES, JURGENFELD, 2019).

O êxito do Plano Real no combate à inflação foi o passaporte para a vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na eleição de 1994, que delimita mais uma fase do neoliberalismo no Brasil. Embora a classe trabalhadora já enfrentasse os efeitos do neoliberalismo econômico no país, desde o final dos anos 1980, o primeiro governo de FHC, pode ser assinalado como marco temporal para sua efetivação, tendo em vista a ampliação e intensificação das práticas neoliberais no cenário político-econômico (ANTUNES, 2004; PAULANI, 2006; POCHMANN, 2011).

Ao refletir sobre o tema, Paulani (2006) sublinha que, o processo de privatização no Brasil, começou em 1990 e teve seu primeiro ápice no governo de FHC. Segundo a autora, nesse período, o governo brasileiro passou a investir de forma mais expressiva na privatização de empresas públicas, em muitos casos, fazendo uso (empréstimos) de recursos públicos, via BNDES. Entre os anos de 1996 a 1999, foram privatizadas mais de 30 empresas estatais no país – destaque para o Sistema Telebrás, a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, a Light Serviços de Eletricidade S.A, etc. Para o governo FHC interessava privatizar e avançar com o modelo neoliberal no país. Não importava os valores, a origem dos recursos e muito menos as consequências das privatizações e das



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



práticas neoliberais para a grande massa da população em todo território nacional (PAULANI, 2006; RODRIGUES, JURGENFELD, 2019).

Nesse cenário de mudança, o processo de privatizações de empresas estatais é apenas a ponta do iceberg. Paulani (2016) observa que são múltiplos os exemplos que expressam os avanços das práticas neoliberais para o país. O aumento da terceirização no interior do governo e, posteriormente, por todo mercado de trabalho, a liberalização comercial e financeira, somadas a reformas na legislação trabalhista e na previdência social retratam os avanços das medidas neoliberais no país, para além das privatizações. No sistema previdenciário, a autora chama atenção para as formas como as mudanças foram implementadas ao longo dos anos. Inicialmente, com “a imposição de tetos de valor reduzido para os benefícios de trabalhadores do setor privado, com FHC, depois, mais tarde para os trabalhadores do setor público, com Lula” (PAULANI, 2006, p. 85).

Nesse cenário, é importante considerar que, historicamente, as privatizações no Brasil, foram acompanhadas por avanços expressivos nos níveis de desemprego, arrocho salarial, precarização do trabalho e dos serviços etc. Nesse perspectiva, Antunes (2004), acrescenta que, em meio aos processos de dilapidação dos serviços públicos e direitos de trabalhadores e trabalhadoras, a resistência da classe trabalhadora, frente ao desmonte dos bens públicos e do sindicalismo combativo, foi recebida com truculência pelo governo FHC, que estrategicamente buscou substituir o sindicalismo combativo, pelo sindicalismo adepto ao modelo neoliberal (ANTUNES, 2004).

Em seus oito anos de mandato (1994-2002), o governo de Fernando Henrique Cardoso, consolidou e normalizou o neoliberalismo no país. O resultado é um país socialmente devastado - desindustrializado, submisso ao sistema financeiro internacional, paraíso produtivo de multinacionais que além de explorar os recursos naturais e minerais, frequentemente se apoderam de recursos públicos e superexploram a força de trabalho em todo território nacional, com o claro objetivo de espoliar e, por conseguinte, ampliar seu processo de acumulação.

Porém, os problemas ocasionados pelos avanços do neoliberalismo no Brasil, não se restringem aos governos de FHC. Embora o processo de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



privatização tenha reduzido nos governos do PT, os movimentos de expansão das práticas neoliberais continuaram a avançar sobre o país, porém com uma nova roupagem.

Para Paulani (2008), apesar dos avanços sociais, a política ortodoxa dos governos (Lula e Dilma) continuaram contribuindo para a ampliação da lucratividade dos mercados internacionais de capitais. Segundo a autora, a manutenção da taxa real de juros elevadas, as parcerias público-privadas-PPP's), somadas a nova Lei de Falências, a privatização do Instituto de Resseguros do Brasil e a desregulamentação do mercado de trabalho, são medidas que fortalecem o modelo neoliberal (PAULANI, 2008, p. 68).

Desde o início dos anos de 1990, com as primeiras mudanças e privatizações instituídas no governo de Collor de Mello (1991 – 1992) as práticas neoliberais têm se ampliado de forma expressiva pelo país. Haja vista, o golpe de 2016, que teve como base um programa neoliberal (A Ponte para o Futuro) orquestrado pelo então presidente Michel Temer. A retirada da Presidenta Dilma do poder acompanhada pelo desmonte dos direitos sociais e trabalhistas no Brasil são práticas para viabilizar a expansão do projeto neoliberal no país, que está em curso desde a década de 1980, haja vista a aprovação das reformas no Ensino Médio, na Legislação Trabalhista e na Previdência Social (PAULANI, 2006; 2019; SOUZA, THOMAZ JUNIOR, CARVALHAL, 2022).

Na sequência procuramos apresentar algumas reflexões sobre os impactos que as contrarreformas instituídas no último quinquênio, no âmbito da educação, do trabalho e das aposentadorias podem acarretar para os trabalhadores/trabalhadoras no Brasil.

Os impactos das contrarreformas neoliberais na dinâmica territorial do trabalho no Brasil

Embora a trajetória do neoliberalismo no Brasil seja relativamente breve, (menos de quarenta anos) os impactos têm sido devastadores desde sua implantação, sobretudo para os trabalhadores/trabalhadoras que vivem da venda da sua força de trabalho. Tendo em vista que, uma das artimanhas do paradigma neoliberal é transformar direitos em mercadoria, que o desemprego e a precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores/trabalhadoras são



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



consequências marcantes da sua implantação no país, consideramos ser necessário dimensionar e fortalecer as reflexões sobre os rebatimentos que as reformas instituídas no Ensino Médio⁶, na Legislação Trabalhista⁷ e na Previdência Social⁸ podem ocasionar para os trabalhadores/trabalhadoras, na atual conjuntura, sobretudo para os estudantes que estão em processo de formação nas Escolas Públicas distribuídas em todo território nacional.

Uma revisão mais atenta dos documentos que formalizam as respectivas reformas (Ensino Médio, Legislação Trabalhista e Previdência Social) evidenciam que, as mudanças instituídas impactam diretamente o desenvolvimento socioeconômico, político-cultural de grande parcela da população brasileira, especialmente os estudantes que precisam das Escolas Públicas para se formar, e os trabalhadores que precisam vender a força de trabalho para sobreviver e carecem da previdência social para se aposentar. (SOUZA, THOMAZ JUNIOR, CARVALHAL, 2022) (Figura 01).

Figura 01: Organograma Reformas do Ensino Médio, na Legislação Trabalhista e na Previdência Social



Fonte: BRASIL, 2017; 2017, 2019.

Organização: BARRETO, 2023

Mas não é somente isso. A aprovação das contrarreformas no âmbito da Educação, do Trabalho e da Previdência Social, também representa o claro objetivo de formar uma mão de obra apta para atender um mercado de trabalho

⁶ Lei, nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que trata da Reforma do Ensino Médio.

⁷ Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que versa sobre Reforma na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)

⁸ Emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que versa sobre a Reforma na Previdência Social.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



voltado para o modelo neoliberal. Isto é, trabalhadores e trabalhadoras flexíveis, polivalente e subserviente a superexploração do trabalho e a extração de direitos sociais e trabalhistas.

Nessa perspectiva, as disposições gerais das leis que regem as contrarreformas, podem ser assinaladas como o primeiro indicativo dos seus reais objetivos. Enquanto, a Lei, nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, apresenta mudanças que são basilares para o desenvolvimento da educação no Brasil, a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, altera dispositivos legais compreendidos como pilares da legislação trabalhista no Brasil. Por fim, chama atenção a Emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que em uma conjuntura marcada pelo crescente processo de degradação das condições de trabalho em escala global, busca restringir o acesso dos trabalhadores/trabalhadoras a seguridade social, por meio do endurecimento de regras e ampliação de prazos no requerimento da aposentadoria (JESUS, DUTRA, DRUCK, 2019; LAVAL, 2019; CANTINI, 2019, LOURENÇO, LACAZ, GOULART, 2017, SOUZA, THOMAZ JUNIOR, CARVALHAL, 2022).

Amparados no discurso de dignidade e liberdade individual os defensores do neoliberalismo tem disseminado suas práticas políticas-econômicas em escala global, as quais têm sido historicamente manipuladas para mascarar e/ou invisibilizar os objetivos e as consequências que as mudanças instituídas podem acarretar para os grupos sociais direta-indiretamente impactados.

No Brasil não é diferente. Em defesa da dignidade e da liberdade individual, os defensores do neoliberalismo no país têm atuado para desmontar/desmantelar o que resta das estruturas sociais que ainda atendem ou protege as classes incluídas marginalmente, especialmente Educação, Saúde, Trabalho e Previdência Social, e assim, transformar o país em um campo aberto para a espoliação da natureza e da força de trabalho. A aprovação das três grandes reformas nos últimos cinco anos, com rebatimentos diretos e indiretos sobre estudantes (especialmente os que frequentam as escolas públicas) e a classe trabalhadora, confirmam o interesse em alterar o perfil da mão de obra que compõem o mercado de trabalho brasileiro. Afinal, as mudanças começam no processo de formação dos trabalhadores/trabalhadoras



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



(Reforma no Ensino Médio), perpassam pela Reforma na Legislação Trabalhista, com a espoliação de direitos trabalhistas até a aposentadoria, com a Reforma na Previdência Social. Ou seja, são perdas de direitos (sociais e trabalhistas) que percorrem da adolescência à velhice.

Por isso, compreendemos, as contrarreformas instituídas no âmbito do Ensino Médio, da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, como parte de um mesmo processo, cujo foco central é fortalecer o projeto neoliberal, e conseqüentemente, ampliar os níveis de espoliação da natureza e da força de trabalho no território brasileiro (HARVEY, 2005; 2010; 2013).

Tendo em vista que, a relação trabalho-educação é base para a constituição da sociedade e, que a Escola Pública é o alicerce para formação educacional de grande parcela da população brasileira, compreendemos que as contrarreformas estrategicamente articuladas são base para formar uma classe trabalhadora, cada vez mais técnica e flexível, com vistas a atender as necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais moldado para atender as necessidade do mercado financeiro.

Ao ponderar sobre a Reforma do Ensino Médio, Hernandes (2019) demonstra que além de ampliar a permanência dos estudantes no ambiente escolar, a Lei vem acompanhada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estruturalmente norteia a formação do estudante no Ensino Médio. Isto significa que, além de alterar o tempo de escola, a proposta alcança as bases estruturais, tendo em vista a organização do ensino em eixos formativos, os quais direcionam os estudantes a fazer suas escolhas a partir de itinerários que visam uma formação técnica voltada para o mercado de trabalho⁹ GENTILI, 1996; SOUZA, 2018.

No bojo dessas mudanças, as disciplinas (Filosofia, Geografia, física, química) foram invisibilizadas a partir da organização de itinerários formativos fechados carregados pelo discurso neoliberal, isto é, embutidas em grandes áreas, tais como: Ciências da Natureza e suas tecnologias (Biologia, Física e Química); Linguagens e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Arte, Educação

⁹ Além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que norteia o processo de formação no Ensino Fundamental, foi elaborado Nova Base Nacional Comum Curricular, documento voltado exclusivamente para a formação no Ensino Médio.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Física e Língua Inglesa), Ciências Humanas e Sociais aplicadas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia), Formação Técnica e Profissional e etc. (GENTILI, 1996; SOUZA, 2018; HERNANDES, 2019). Nesse processo de mudança, a depender das formas de apresentação e escolhas das unidades escolares, as respectivas disciplinas não aparecem, são excluídas da grade disciplinar (Figura 02).

Figura 02: As competências gerais da educação Básica/Ensino Médio



Fonte: Base Nacional Comum Curricular/Ensino Médio, 2017

Nesse cenário de mudanças, questiona-se, até que ponto as reformas apresentadas vão contribuir de forma positiva na formação dos jovens brasileiros e a quem interessa essas transformações? Para Giroto (2018, p. 159) estamos diante de um novo ciclo de reformas educacionais no Brasil, concebido a partir de uma lógica de controle técnico, burocrático e gerencial da educação, onde o discurso das competências socioemocionais busca desenvolver, a partir das escolas, valores que estão na base dos principais manuais de administração capitalista. Na prática, trata-se de um discurso que desconsidera a conjuntura econômica, e responsabiliza o sujeito, isto é, trabalhadores/trabalhadora que não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho, especialmente os mais jovens.

No que se refere as alterações na legislação trabalhista, chama atenção o intenso processo de desregulamentação em curso, tendo em vista as



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



inúmeras mudanças estabelecidas nos últimos anos, dentre as quais destacamos a Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Nesse caso, chama atenção a amplitude das mudanças historicamente instituídas na Lei que norteia o trabalho no Brasil – a CLT. As mudanças instituídas, representa a intensificação do processo de degradação do trabalho e da vida da classe trabalhadora no Brasil (SOUZA, THOMAZ JUNIOR, CARVALHAL, 2022).

Além disso, as aprovações de reformas no âmbito da Educação e do Trabalho evidenciam como as referidas categorias têm sido historicamente manipuladas para atender aos projetos da agenda neoliberal em curso no Brasil e demais países latino-americanos desde a virada das décadas de 1980 e 1990 (GENTILI, 1996; GIROTTO, 2018; KATUTA, 2018).

Com a reforma da previdência social não é diferente. Entre tantas alterações no sistema previdenciário, destacam-se a ampliação da idade mínima para a aposentadoria das mulheres. Anteriormente, a lei previa a idade mínima de 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens. As mudanças instituídas apresentam ampliação em dois anos a idade mínima para as mulheres, passando de 60 para 62, e manteve a idade mínima para os homens em 65 anos. Além disso, também chama atenção, o endurecimento geral das regras para os jovens trabalhadores, com extensão de 20 anos do tempo mínimo de contribuição do homem segurado que ainda não ingressou no sistema previdenciário (BRASIL, 2019; SOUZA, THOMAZ JUNIOR, CARVALHAL, 2022).

São inúmeras as alterações e especificidades apresentadas na Emenda Constitucional nº 103, que versa sobre a reforma da previdência, as quais podem acarretar diversos contratempos na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, tendo em vista que a aposentadoria, além de ser um direito constitucional, também representa segurança, especialmente para aqueles que em muitas ocasiões, vivenciaram a experiência do desemprego, do subemprego e do trabalho precário.

Ou seja, enquanto a Reforma do Ensino Médio ajusta a educação básica às necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais alinhado aos paradigmas do pensamento e das práticas neoliberais, a Reforma Trabalhista aniquila os direitos dos trabalhadores/trabalhadoras que vivem da venda da força de trabalho, enquanto que a Reforma da Previdência estende o tempo de acesso



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



as aposentadores, com o objetivo de manter por mais tempo, trabalhadores e trabalhadoras disponíveis ao mercado.

Algumas Considerações

Ao longo do texto, apresentamos as primeiras reflexões em torno dos rebatimentos que as contrarreformas neoliberais têm ocasionado para os trabalhadores/trabalhadoras no Brasil.

Nessa perspectiva, buscamos apresentar uma revisão teórico-conceitual sobre as origens e a trajetória do neoliberalismo no Brasil, buscando evidenciar as práticas e consequências dos avanços do neoliberalismo no país nos últimos 40 anos. Evidenciamos que o pensamento neoliberal começou a tomar forma no Brasil no final do governo de José Sarney (1985 – 1990), mais precisamente, no contexto do processo eleitoral de 1989, quando o país vivenciava um cenário marcado por crises e conquistas.

Desde então, os defensores desse modelo têm atuado para implementá-lo e fortalecê-lo no território nacional, haja vista a intensificação das privatizações e as múltiplas reformas instituídas com o claro objetivo de desmantelar os serviços sociais estruturais que atende a parcela da sociedade incluída marginalmente.

Ademais, a partir de uma primeira revisão nos documentos (Leis) que formalizam as respectivas reformas (Ensino Médio, Legislação Trabalhista e Previdência Social) apresentamos, brevemente, como as mudanças instituídas podem impactar o desenvolvimento socioeconômico, político-cultural de grande parcela da população no país, especialmente os estudantes que frequentam as Escolas Públicas distribuídas ao longo do território nacional e os trabalhadores que precisam vender a força para sobreviver, e da previdência social para se aposentar, e assim, garantir estabilidade na velhice.

Diante de tais apontamentos compreendemos que, a aprovação das contrarreformas no âmbito da educação, do trabalho e da previdência social, tem entre seus objetivos, o intuito de formar uma mão de obra cada vez mais voltada as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais neoliberal.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Referências Bibliográficas

ANTUNES, R.. A desertificação neoliberal: Collor, FHC e Lula. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados. 2005. 98p).

ANTUNES, RICARDO. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. v. 1. 328p.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, 2017. Publicado no DOU de 14 jul. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017>. Acesso em: 23 dez. 2022.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, conversão da medida provisória 746, de 2016. **Diário Oficial da União**, 17/02/2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Secretaria de Previdência. **Nota Técnica SEI nº 2/2019/SPREV/SEPRT-ME**. 2019. Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/04/PEC-6-2019-MANIFESTACOES-TECNICAS-SEI_10128.100105_2019_01b.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

CACETE, N. H.. A formação do professor de geografia: uma questão institucional. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 24, p. 23-30, 2004.

CATINI, C. de R Educação e empreendedorismo da barbárie. In: Cássio, Fernando Luiz. (Org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2019, v., p. 33-.

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? Novos rumos, Marília, v. 49, n. 1, p.117-126, 2012.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, P. (Org.). **Escola S. A.**: quem ganha e quem perde



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), 1996.

GIROTTI, E. D.. Entre o cinismo e a hipocrisia: o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil. EDUCAR EM REVISTA, v. 34, p. 159-174, 2018.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 20. Ed. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERNANDES, P. R. A Reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar. EDUCAÇÃO (SANTA MARIA. ONLINE) JCR, v. 44, p. 58, 2019.

LAVAL, C. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2019.

LOURENÇO, E. Â. S.; LACAZ, A. F. C.; GOULART, P. M. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, p. 467-486, 2017.

JESUS, S. C. S. ; DUTRA, R. ; DRUCK, M. G. A Contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. Cadernos CRH (Online), v. 32, p. 42-70, 2019.

KATUTA, A. M. Mercantilização e financeirização da educação brasileira: a proposta neoliberal, o apagão pedagógico global (APG) e as r-existências. **Geografia**, Rio Claro, v. 44, n. 1, p. 89-111, 2019.

PAULANI, L. M.. Modernidade e Discurso Econômico. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. 214p.

_____. O projeto Neoliberal para a sociedade Brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F; NEVES, L. M. W (Org.). **Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2006.

_____. Brasil Delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômico. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. v. 1. 151p.

POCHMANN, M.. O neoliberalismo resiste. Fórum (São Paulo. 2001), São Paulo, p. 33 - 33, 01 jul. 2011.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



PONTUSCKA, Nídia Nacib. Parâmetros Curriculares Nacionais: tensão entre Estado e escola. In: CARLOS, A. F. A; OLIVEIRA, A. U. (Org.) **Reformas no mundo da educação**: parâmetros curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

RODRIGUES, CARLOS HENRIQUE LOPES; JURGENFELD, VANESSA FOLLMANN. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). *ECONOMIA E SOCIEDADE (UNICAMP. IMPRESSO)*, v. 28, p. 393-420, 2019.

SOUZA, A. C.. Neoliberalismo, reforma do ensino médio no Brasil e suas implicações sobre a educação geográfica. *GEOGRAFIA ENSINO & PESQUISA*, v. 22, p. 1-12, 2018.

SOUZA, E. A.; THOMAZ JUNIOR, A.; CARVALHAL, M. D. Inovações Tecnológicas e Perenização da Degradação Sistêmica do Trabalho: a contrarreforma da Previdência Social com enfoque para o trabalho no setor rural. *Presidente Prudente, Revista Pegada Eletrônica*, V. 23, p. 1, 2022.

THOMAZ JUNIOR, A. Inovações tecnológicas e Perenização da Degradação Sistêmica do Trabalho: A contrarreforma da Previdência Social com Enfoque para o Trabalhador no Setor Rural. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. 2, p. 122, 2022.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO OBJETO DE ANÁLISE: O CASO DO MOVIMENTO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS MTD

HILÁRIO JOSÉ MENEZES¹

EDUARDO SCHIAVONE CARDOSO²

O presente artigo tem por finalidade fazer uma análise teórico sobre as concepções de estudos com base nos movimentos sociais. No primeiro momento busca-se na crítica de Marx, a concepção de movimento social utilizada pelos pesquisadores das ciências sociais, porém, nesse artigo apenas duas categorias básicas do pensamento marxista serão utilizadas. Primeira estaria ligada ao jovem Marx e concentraria os seus estudos na consciência, na alienação e na ideologia. Na outra corrente, estariam os trabalhos do Marx “maduro”, depois de 1850, e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, nos quais conceitos básicos são formulados, tais como: formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação e mais-valia.

Palavras-chave: Movimento Sociais; precarização; desemprego e neoliberalismo.

Introdução:

Tendo como objeto de estudo o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). Surgiu no final da década 1990 como uma alternativa para enfrentar os ataques dos governos neoliberais. Tendo como prioridade organizar os trabalhadores e trabalhadoras desempregados. Assim, buscava-se organizar as trabalhadoras e trabalhadores, desempregados ou não, que vivem nas periferias das medias e grandes cidades a lutarem diariamente por melhorias de vida e acesso à direitos fundamentais garantidos pela Constituição Brasileira.

O Movimento de Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD), fundado como Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD),

¹Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Doutorado pela Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Grupo de pesquisa: Geografia Trabalho e Ambiente. Hilário José Menezes. menezeshj@gmail.com

²Instituição. Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Grupo de pesquisa: Geografia Trabalho e Ambiente. Eduardo Schiavone Cardoso. educard@smail.ufsm.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



surgiu no município de Gravataí, no Rio Grande do Sul (RS) e nasceu da necessidade de se criar um movimento social que atuasse nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras, em torno da luta contra as altas taxas de desemprego e contra as causas e consequências desse fenômeno.

Metodologia:

Os pressupostos metodológicos para a realização desse artigo, se baseiam no método crítico-dialético, a partir de uma revisão de literatura voltada para a análise e compreensão teórica dos momentos sociais. Em particular o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), e o seu protagonismo na capacidade de organiza e mobiliza os sujeitos sociais, em grupos de base e coordenações por território, nos bairros, favelas e periferias das grandes e medias cidades brasileira.

Desenvolvimento:

Na crítica marxista, os movimentos sociais são vistos como sujeitos imersos em “processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural” (GOHN, 1997, p. 171-172). A concepção de movimento social empregada pelos pesquisadores das ciências sociais, porém, apresenta duas categorias básicas do pensamento marxista. A primeira estaria ligada ao jovem Marx e concentraria os “seus estudos na consciência, na alienação e na ideologia”, assim, estaria vinculada a “uma tradição histórica humana”, que teve influência nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e da Escola de Frankfurt, após a Segunda Guerra Mundial. Na outra corrente, estariam os trabalhos do Marx “maduro”, depois de 1850, e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, nos quais conceitos básicos são formulados, tais como: formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação e mais-valia.

Na primeira compreensão, importa, principalmente, a análise da emergência histórica das lutas sociais e dos sujeitos que as constituem, das relações que estabelecem entre si e em relação ao Estado. Caberia ao movimento operário, partido político, sindicato e aos intelectuais orgânicos a missão, na história, de mudar a sociedade marcada pela desigualdade social, para uma sociedade mais igualitária. Na segunda perspectiva, têm relevância



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



principal as lutas de classes, sendo a classe operária/trabalhadora aquela que protagoniza as ações dos sujeitos sociais no mundo capitalista. Por meio dessa análise, o “conflito entre capital e trabalho gera a luta de classes, principal motor da história”. Nesse contexto, Marx entende que a “classe operária industrial tem primazia no processo de luta social e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais” (GOHN, 1997, p.177). Este trabalho considera, principalmente, a segunda perspectiva de análise, mas, para isso, entende que é necessário ampliar o conceito de classe social, enquanto categoria teórica nos estudos sobre os movimentos sociais.

De acordo com Sader (1988), a primeira perspectiva de análise dos movimentos sociais leva em conta uma análise dos sujeitos dos movimentos, que lutam em torno de uma bandeira comum, sendo originários de diferentes classes sociais, mas, juntos se manifestam em torno de uma essência. Assim sendo, a formação de movimentos sociais, desta perspectiva, implica em uma forma particular de elaboração dessas condições (elaboração mental, enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática, enquanto transformação dessa existência). Nesse sentido, os movimentos sociais “fazem cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente”. Esse processo acontece porque os movimentos sociais são constituídos por sujeitos oriundos da desigualdade social, portanto, são sujeitos que compõem a estratificação social. Neste trabalho, no entanto, optou-se por compreender classe social como um conjunto de sujeitos sociais que está nas mesmas condições no processo de produção e reprodução de suas existências; sujeitos trabalhadores, portanto. Esta posição dialoga, mais proximamente, com a segunda perspectiva apontada por Gonh (1997), visto que, nela está ressaltado o protagonismo dos trabalhadores no campo de luta em uma sociedade capitalista.

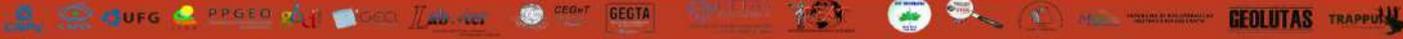
Isto posto, compartilham os mesmos objetivos de luta social os sujeitos sociais que possuem consciência de classe e se reconhecem como trabalhadores. Para Marx (1999), uma classe social só tem consciência de si mesma quando ela sabe que está lutando contra outra classe. Ou seja, para os trabalhadores, a luta de classe se revela contra aquela classe que oprime a classe trabalhadora. Na análise marxista “sobre as condições sociais que



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



permitem esta superação”, a luta de classe se dá a partir da consciência; da superação da alienação entre os homens. Os sujeitos sociais vão se identificando no processo contraditório do capitalismo, ao mesmo tempo em que sofrem com a alienação idealizada nas formas de produção. Quando isso ocorre, eles buscam, nos movimentos sociais, uma consciência de classe de interesse do coletivo, na qual se manifestam os interesses comuns:

E a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração social cria a possibilidade de formação de uma consciência de classe. Porém, apenas quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvendo, portanto, uma ideologia própria de classe, é que se pode falar da existência de uma práxis política de classe (SCHERER-WARREN, 1989, p. 34).

Porém, a práxis política de classe só vai se materializar e ter êxito contra exploração capitalista se os sujeitos sociais envolvidos conseguirem se organizar e explorar as contradições existentes no capitalismo. Assim sendo, a superação daquilo que divide a classe trabalhadora entre os que possuem e os que não possuem consciência de classe se concretiza. Scherer-Warren (1989) critica, entretanto, o distanciamento entre a teoria e a prática, quando uma e outra se distanciam. De acordo com a autora:

Segundo Marx, a teoria como tal é inoperante, tendo sua razão de ser enquanto teoria crítica e quando sua eficácia se comprova na prática. A passagem de uma teoria crítica a uma práxis revolucionária pode se dar através do movimento de libertação da classe social oprimida – no caso, o proletariado. Porém, “nem a teoria por si mesma pode emancipá-lo, nem sua existência social por si só garante sua libertação. É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação”. A teoria crítica atua, assim, como um elemento de formação desta consciência (SCHERER-WARREN, 1989, p. 25).

O termo práxis, na obra de Marx, constitui-se como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens. De acordo com Gohn (1997), a práxis expressa uma ação:

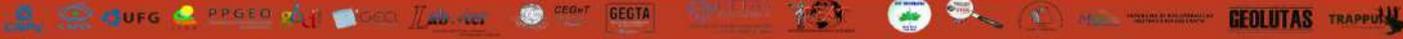
[...] transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política. No campo da produção teórica, o conceito de práxis é fundamental no marxismo, como articulador da teoria à prática. A práxis teórica é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. A práxis como fruto da atividade produtiva é a mais importante no mundo do trabalho. A práxis política surge como articulador entre a práxis teórica e a práxis produtiva propriamente dita, mediada pelas condições de desenvolvimento do processo social (GOHN, 1997, p. 176).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Para Marx (1999), uma classe social só tem consciência de si mesma quando ela sabe que está lutando contra outra classe. Ou seja, para os trabalhadores, a luta de classe se revela contra aquela classe que oprime a classe trabalhadora. Na análise marxista “sobre as condições sociais que permitem esta superação”, a luta de classe se dá a partir da consciência; da superação da alienação entre os homens. Os sujeitos sociais vão se identificando no processo contraditório do capitalismo, ao mesmo tempo em que sofrem com a alienação idealizada nas formas de produção. Quando isso ocorre, eles buscam, nos movimentos sociais, uma consciência de classe de interesse do coletivo, na qual se manifestam os interesses comuns. Na perspectiva Scherer-Warren (1989, p.34), E “a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração social cria a possibilidade de formação de uma consciência de classe”. Porém, esse processo de fato materializa-se quando as “classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvendo, portanto, uma ideologia própria de classe, é que se pode falar da existência de uma práxis política de classe.

O contexto de ação e formação dos movimentos sociais, a partir da década de 1980, perpassa pelo projeto neoliberal idealizado, pela “classe capitalista corporativa” e no processo de reorganização do capital e das hostes capitalistas. Para Harvey (2016), este projeto foi uma resposta da classe capitalista que se sentia “intensamente ameaçada política e economicamente no fim dos anos 1960 e durante os anos 1970”. Conforme Alves (2018, p. 35), a partir da metade da década de 1970 e durante a década 1980, “as corporações capitalistas, sob o comando do capital financeiro, promoveram um profundo processo de reestruturação do capital”, com vistas a “retomar o aumento da taxa de lucratividade”. A reestruturação do capital, ocorrida nesse período histórico, e a emergência do capitalismo global promoveram profundas reestruturações no modo de produção capitalista, tais quais destaca o autor:

1. reestruturação produtiva (de base tecnológica-organizacional, incluído a nova divisão organização do trabalho e o modelo de organização da grande empresa); de base salarial-contratual (“flexibilização” da legislação trabalhista); e de base sociometabólica (espírito do Toyotismo e valores-fetiches do capital);

2. reestruturação política e geopolítica (políticas neoliberais, fortalecimento das tecnocracias globais tais como FMI e Banco Mundial, novas estratégias geopolíticas do bloco hegemônico do capital (EUA, Japão e Europa Ocidental)) (ALVES, 2018, p. 35).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Desde o início dos anos 1970, diferentes movimentos sociais dos países centrais pressionaram por reformas, que estavam em desacordo com os interesses dos capitalistas e de grandes grupos empresariais. As lutas protagonizadas pelos movimentos despertavam à consciência parcelas importantes da classe trabalhadora, desenhando-se como “uma ameaça global ao poder da classe capitalista corporativa”. Os anos de 1970 foram marcados pelo aprofundamento da luta de classes-sindical e política, nos países do capitalismo central (representados pelos Estados Unidos, Japão e países da Europa Ocidental), pelo avanço das políticas sociais, rechaçado pela classe capitalista corporativa. Os conflitos gerados no período levaram à ruína a social-democracia nos países centrais e ao avanço da “nova direita”, marcado pela ascensão de Thatcher (em 1979), no Reino Unido, e de Reagan (1980), nos EUA (ALVES, 2018).

As mudanças ocorridas na esfera produtiva, com a reação do mundo capitalista em relação à luta dos trabalhadores, conforme Harvey (2016), barraram o avanço de movimentos revolucionários em Moçambique, Angola, China etc.; a possibilidade crescente de influências comunistas em países como Itália e França; e o avanço de forças progressistas na Espanha e nos Estados Unidos, cujos “sindicatos produziram um congresso Democrata que era radical nas suas intenções”. Assim, o neoliberalismo impôs perdas à classe trabalhadora, sustentadas pela ação política “gerada pela alternância de conservadores e sociais-democratas na administração do mesmo modelo”, em países de todo o mundo capitalista.

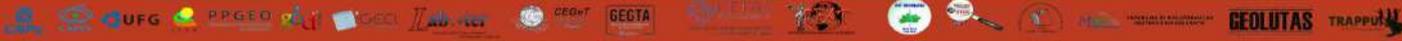
No plano econômico, em países do capitalismo periférico (demais países capitalistas que não vivenciaram uma trajetória de avanços na proteção social e trabalhista), o projeto neoliberal passou por duas etapas diferenciadas: a partir dos anos de 1980, prevaleceram as “reformas de primeira geração” com prioridade de ajuste anti-inflacionário e, no decênio seguinte, predominou a “Consenso de Washington”, que estabeleceu critérios impositivos aos países de economia periférica para adesão à agenda neoliberal e ingresso no mundo globalizado, a saber: disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários; reforma



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos, a fim de que as empresas pagassem menos tributos; privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais, quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores; abertura comercial e econômica dos países e diminuição do protecionismo, proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro e desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas

Com essas duas etapas, houve a deterioração da renda da população, provocando, assim, uma rápida desintegração da chamada velha indústria, em prol da substituição de importações. Com isso, também aumentou a vulnerabilidade da economia frente à descontrolada saída de capitais externos (KATZ, 2016, p 82-84). No caso do Brasil e dos outros países da América Latina, as decisões políticas foram todas tomadas com base na receita do Consenso de Washington, no discurso de “desenvolvimento” e com os Estados-nacionais submetidos às decisões dos países centrais, detentores do poder político e do capital. O sistema do capital, desde e sua origem e, mais ainda, com as regras definidas após os anos 80, conforme Mészáros (2007, p. 61), “moveu-se inexoravelmente em direção à ‘globalização’”. Para isto, “procurou demolir todos os obstáculos que se encontravam no caminho de seu pleno desdobramento; e cumpre que continue a fazê-lo enquanto o sistema sobreviver” (MÉSZÁROS, 2007, p. 61).

No contexto da mundialização do capital, os capitalistas descentralizam parte do capital dos países centrais e levam para os países periféricos, onde a mão-de-obra é mais barata. Porém, para a descentralização do capital funcionar, criou-se uma série de projetos, permitindo dessa maneira a viabilização da política neoliberal. Esses projetos tinham como meta “reduzir tarifas e fortalecer o capital financeiro, pois o capital financeiro é a forma mais móvel do capital”. Assim, a classe capitalista, de uma só vez, consegue, por meio do capital financeiro, expandir-se territorialmente e conter o avanço das lutas sindicais (HARVEY, 2016). A descentralização da produção ou a fragmentação sistêmica é “capaz não apenas de propiciar a otimização de custos através de uma reconstituição da hierarquia capitalista, mas, de promover, através da



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



fragmentação da classe, um novo patamar de controle da produção pelo capital”. Com a “dissolução dos coletivos operários atesta a descentralização como uma ofensiva do capital na produção. O enxugamento do centro e a dispersão da periferia incorpora a lógica secular do divide et impera” (ALVES, 2001, p. 204-205).

Assim, o projeto capitalista privatizou e desregulou a economia e gerou o desemprego. Além de gerar desemprego nos países periféricos e transferir empregos para fora do país, um terceiro componente ocorreu, qual seja a mudança tecnológica e a desindustrialização, produzida pela automação e robotização industrial. Ou seja, os capitalistas acreditavam que a robotização era a solução para “esmagar a classe trabalhadora”. Porém, o rebatimento desse projeto nos países periféricos aprofundou as desigualdades sociais e aumentou a dívida externa. Para Antunes (2001), o projeto do neoliberalismo e a:

Reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotada de forte caráter destrutivo, tem acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2001, p 35).

As lutas dos movimentos sociais, em tempo de reestruturação do capital, expõem, portanto, as contradições do capitalismo, escondidas naquilo que Santos (2000, p. 17) denominou como “o mundo como fábula”:

Alves (2009) observa que, na medida em que se rompem resistências sociais e políticas de trabalho organizado, ampliam-se as bases objetivas (e subjetivas) da precarização do trabalho. A partir de 1990, o Brasil incorpora-se na dinâmica desse processo estrutural de precarização do trabalho, inserindo-se na “nova ordem sociometabólica do capital no plano mundial”. Para o autor, acontecimentos históricos, como: a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991, “tornaram-se ícones midiáticos para a proclamação da vitória gloriosa da globalização capitalista” (ALVES, 2009, p. 190).

Nesse cenário, a hegemonia neoliberal na América Latina, com o Brasil sendo elemento-chave do “Consenso de Washington”, segue seu processo de consolidação. Com a derrota da Frente Brasil Popular, nas eleições diretas, no Brasil, em 1989, e a ascensão de Collor/Itamar à presidência do país,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



em 1990, o receituário neoliberal vence politicamente e promove, socialmente, a desagregação social da classe trabalhadora, fazendo emergir “uma alteração qualitativamente nova do cenário da luta de classes no país”. Conforme Gennari (2002), neste contexto de mudanças econômica, políticas e ideológicas:

Acendeu ao poder o Presidente Fernando Collor de Mello numa coligação política que derrotou as esquerdas organizadas nas urnas, após trinta anos de ausência de eleições diretas para o mais importante cargo da República presidencialista (o povo brasileiro não recorria às urnas desde a fatídica dobradinha Jânio/Jango de 1960). Parecia a realização das propostas defendidas pelos militares e principalmente Castello Branco, qual seja: a institucionalização política do “ideário de 1964”, na medida em que, após três décadas, os setores organizados de direita lograram eleger um candidato comprometido com o status quo (GENNARI, 2002, p. 34).

O governo de Fernando Collor de Melo fez emergir um cenário social e político bastante adverso à classe trabalhadora, em função da política autocrática implementada, que visou destruir o sindicalismo e as organizações de classe dos trabalhadores de setores públicos e privados, resistentes ao avanço das políticas neoliberais. Apesar da resistência dos trabalhadores, a reforma neoliberal realizada pelo governo Collor de Melo (1990/1992) promoveu “alterações na dinâmica da economia brasileira e, por conseguinte, na forma de ser do mercado de trabalho”. O modelo neoliberal implementado no Brasil levou o país a se inserir “de forma subalterna no processo de mundialização do capital” (ALVES, 2009, p. 192).

As reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor, em um cenário macroeconômico marcado pela recessão ou baixo crescimento da economia, juros elevados, abertura comercial, intensificação da concorrência intercapitalista e deterioração dos contratos salariais, em função da expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, contribuíram para a degradação do mercado de trabalho, provocando altos índices de desemprego nas regiões metropolitanas.

O alinhamento do Brasil ao projeto neoliberal, com a implementação das recomendações e diretrizes do “Consenso de Washington”, foi responsável por promover uma ampla política de privatizações de empresas nacionais, como já mencionado. No período, foram transferidas ao capital privado importantes empresas estatais, como: a Usiminas, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Vale do Rio Doce e a Embraer, além do setor de telecomunicações, privatizado



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



em 1998. A Telebrás foi dividida em companhias menores e o sistema foi fracionado por regiões; a oferta das empresas se constituiu na maior privatização ocorrida, até então, no país. As privatizações das empresas públicas, no Brasil, entretanto, ocorreram em meio a intensos protestos populares contrários à dilapidação do patrimônio do Estado brasileiro. Como denunciavam as organizações dos trabalhadores à época (partidos, movimentos sociais e centrais sindicais), a política neoliberal adotada, cuja lógica baseava-se na crença do “Estado mínimo”, contribuiu para a precarização do trabalho, com a degradação e desregulamentação salarial. Além disso, a abertura da economia, no Brasil e na América Latina, para a implementação do projeto de modernização capitalista neoliberal, com a venda do capital estatal, destruiu:

O pequeno e médio capital, implodindo a tecnologia nacional, substituindo-a por uma tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém esta tecnologia. E, claro, tornando ainda mais miseráveis o enorme contingente de assalariados que vive a brutalização mais aguda da história republicana. (ANTUNES, 2005, p.12).

Entretanto, conforme Corsi (2003, p. 17), o “fracasso das políticas neoliberais, inspiradas no chamado “Consenso de Washington”, revelado pelo crescimento da pobreza, resultante do desemprego e do agravamento das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, levou a economia brasileira a um processo de estagnação e vulnerabilidade.

Se nos anos de 1990 os movimentos sociais mantiveram relações conflituosas com os diferentes governos, durante os governos Lula (2003/2011) e Dilma (2011/2016), houve uma maior aproximação entre os movimentos sociais e o Estado brasileiro, estreitamento este denominado por Santos (2018) como “pacto de classes lulista.” Santos (2018, p. 106) entende que esse pacto apontou para “uma perspectiva de abertura das instituições democráticas à participação popular em ações político-propositivas” (SANTOS, 2018, p. 106), ainda que na égide da doutrina neoliberal.

Com lastro nos ideais do Consenso de Washington, o projeto neoliberal, defendido pelo governo Bolsonaro, é o mesmo que dos “últimos trinta anos, está fundado no utopismo liberal”, em que todos são iguais perante o mercado (HARVEY, 2008). Entretanto, adverte o autor (HARVEY, 2008), “não há nada mais desigual do que tratar desiguais como iguais”, evidenciando, dessa



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



maneira, que a “ideologia da liberdade de troca e da liberdade de contratos nos ludibria a todos.” Ao reduzir a importância do Estado a um Estado mínimo, o capital desestruturou as suas empresas e o arranjo produtivo territorial. Todo esse processo levou a desigualdade a ser uma “desigualdade estrutural”, que “logo se tornou disparidade de renda entre diferentes classes, estratos sociais e regiões, levando rapidamente à polarização social” (HARVEY, 2008).

A “desigualdade estrutural”, apontada por Harvey (2008), leva à precarização do trabalho, na visão de Alves (2009, p.189), e “decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe”, ou seja, insegurança de emprego, de representação de contrato que “emerge numa textura histórica específica, a temporalidade neoliberal. Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal.” O Estado neoliberal constitui-se, assim, como base objetiva da intensificação, da espoliação e da exploração da força de trabalho e o “desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego” (ALVES, 2009, p.189).

O projeto capitalista neoliberal transforma todas as formas de relações entre homens e natureza em mercadoria. Demonstra que não se encontram em discussão, para o sucesso das empreitadas capitalistas, ações voltadas à satisfação das necessidades humanas e sociais, senão de valorização do valor e da reprodução do capital. O capital tão somente voltado para a sua própria expansão “com o fim em si mesmo, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem afirmar constantemente seu poder como um modo ampliado de reprodução” (MÉSZÁROS, 2007, p. 58). No governo Bolsonaro, a negação dos movimentos sociais e das ações de ativistas em diferentes campos do desenvolvimento social brasileiro e o alinhamento do capital a uma perspectiva ideológica de extrema direita, avessa às demandas das populações e dos trabalhadores, indicam um cenário de repressão e negação de direitos que deve ser combatido pelos movimentos sociais classistas na defesa dos princípios que os ordenam.

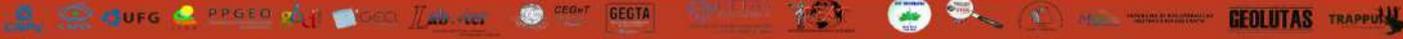
Considerações finais:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



No contexto do neoliberalismo, os impactos da reestruturação capitalista se revelaram como mais avassaladores sobre a classe trabalhadora, intensificaram o desemprego, aprofundaram o desemprego estrutural e a crescente precarização das condições de trabalho. A análise realizada possibilitou um exercício teórico sobre a relação entre os movimentos sociais, neoliberalismo e território, indicando que a construção do território é resultante da ação de sujeitos sociais e do contexto socioeconômico em que estes sujeitos vivem e produzem as suas existências. Nesse sentido, a mundialização do capital e a acumulação flexível, na fase do neoliberalismo, constituíram um processo de formação dos territórios que resulta diretamente da ação dos movimentos sociais organizados em luta por terra e trabalho.

O alinhamento do Brasil ao projeto neoliberal, que segue o receituário, as recomendações e diretrizes do “Consenso de Washington”, levou o país a se inserir no processo de mundialização do capital de forma a sujeitar-se às normas estabelecidas por organismos internacionais, sem levar em consideração a especificidade da economia e da sociedade brasileira. A partir desse contexto, movimentos organizados por trabalhadores do campo e da cidade passam a intensificar e unificar as lutas sociais e estas passam a ser uma luta de trabalhadores precarizados e desempregados da cidade e do campo.

As contradições geradas no território resultantes das políticas neoliberais no contexto da globalização do capital, apontam para a desterritorialização de populações do campo e da cidade que sofrem com o desemprego e a privação de direitos básicos, em virtude da apropriação do território pelo capital. A medida em que as políticas neoliberais intensificam a ação do capital no território, também aprofundam a desigualdade social. Nesse contexto, as lutas dos movimentos sociais, no Brasil, demonstram as contradições das políticas neoliberais implantadas e avalizadas pelo Estado e resultam na maneira como os sujeitos sociais constroem o território.

Os movimentos sociais carregam na sua bandeira a luta social representando a materializada na práxis. Para os movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra, a práxis vai se constituir no território e na construção de uma identidade coletiva de sujeitos sociais que saem da sua condição de submissão e alienação para se constituírem enquanto sujeitos sociais críticos, no coletivo.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



REFERÊNCIAS:

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização**. Londrina: Editora Práxis, 2001.

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. 3. ed. Londrina: Práxis, 2009.

ALVES, Giovanni. **O Duplo Negativo do Capital**: Ensaio sobre a Crise do Capitalismo Global. Bauru: Canal 6, 2018. (Projeto Editorial Práxis)

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CORSI, Francisco Luiz. A economia brasileira na década de 1990: estagnação e vulnerabilidade externa. In: BATISTA, Ronaldo Leme; ARAÚJO, Renan. (Orgs.). **Desafios do trabalho**. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 17-54.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. ISSN 1806-9029, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

HARVEY, David. **O neoliberalismo é um projeto político**. Entrevista com David Harvey conduzida por Bjarke Skærlund Risager. 29 de julho, 2016.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

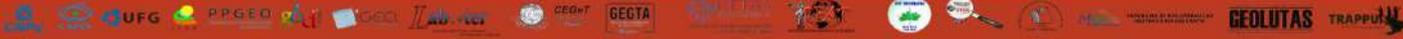
SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência Rio de Janeiro: Record, 2000.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



SANTOS, Thiago Araujo. Lulismo e Movimentos Sociais: Uma Reflexão a partir da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), 2003-2017. **Pegada**, v. 19, n. 3, p. 102-116, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1989.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS ESPAÇOS URBANOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Iana Raquel Dantas de Oliveira¹

Rafaella Larissa Gomes da Silva²

RESUMO

Com o avanço das tecnologias, novas modalidades de trabalho estão surgindo e impondo novos contornos para a economia e dinâmica do espaço urbano. Entre essas novas modalidades de trabalho, destacam-se aquelas demandadas pelas plataformas de aplicativos, onde renovações das relações trabalhistas emergem, configurando-se como relações de trabalho *uberizadas*. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo entender como essas relações de trabalho presentes em atividades demandadas por plataformas de aplicativos têm se expandido fortemente nos espaços urbanos em tempos de pandemia. Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfica com a finalidade de relacionar o fenômeno da *uberização* com o espaço urbano no contexto do Covid-19. A partir da pesquisa, verificou-se que o espaço urbano viabiliza condições para a reprodução dessas relações de trabalho e que no atual cenário pós pandêmico tal fenômeno tem sido potencialmente visualizado nas cidades.

Palavras-chave: Uberização; Covid-19; motoristas de aplicativo.

INTRODUÇÃO

Após a reestruturação do capitalismo e com o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs), o mundo do trabalho sofre grandes transformações. No atual estágio do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1996; 2013), vivencia-se uma expansão considerável dos trabalhos demandados pelas TICs, ganhando algumas nomenclaturas na literatura como *on-demand*, trabalho digital, economia de plataforma, *crowdwork*, entre outras (Antunes, 2018).

No contexto da pandemia do Covid-19 (SARS-CoV-2), os trabalhos desenvolvidos a partir de plataformas de aplicativos ganharam grandes visibilidades e passaram a se multiplicar nos territórios em função da capilarização dos aplicativos de internet na vida social e pelo alto índice de desemprego.

¹Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.
Contato: iana.raquel@hotmail.com

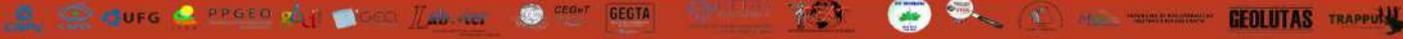
² Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba, PPGG – UFPB, Brasil.
Contato: rafalgoomes@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Nesse sentido, as pessoas passaram, cada vez mais, a buscar se cadastrar em plataformas de aplicativos e a partir delas fornecer serviços diversos, como os serviços médicos, de ensino, serviços de limpeza, motoristas e uma infinidade de outros. Não obstante, essas novas formas de gestão do trabalho têm se adequado a dinâmica de acumulação do capital, esse último encontrando nessas plataformas um mecanismo para a sua reprodução.

Nas cidades, transformações em curso na economia urbana tem se originado a partir da difusão desses serviços, visto que algumas das atividades são realizadas localmente, como os trabalhos de motoristas e entregadores. Nesse caso, a demanda ocorre virtualmente, mas a sua realização se efetua nos espaços urbanos, sendo essas plataformas de aplicativos digitais compreendidas por Tozi (2020) e Tozi, Duarte e Castanheira (2021) como verdadeiras “plataformas territoriais”, pois elas dependem desses espaços para a sua reprodução e circulação.

Entretanto, a realização desses serviços vinculados ao mundo informacional-digital leva a significativas alterações das relações sociais no espaço geográfico. Esses trabalhos, que apesar de se constituírem como uma alternativa encontrada por muitos para se inserir no mercado de trabalho, tem proporcionado novas formas de controle, gerenciamento e organização do labor (Abílio, 2019, 2020), catalisando ainda mais as condições de informalidade, flexibilidade e precarização das relações trabalhistas. Tal fenômeno vem sendo amplamente entendido como *uberização* do trabalho, onde tal processo tem se difundido fortemente nos espaços urbanos.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo entender o processo de *uberização* das relações de trabalho expressadas na dinâmica dos espaços urbanos diante da atual lógica de reprodução do capital, compreendendo como a pandemia da Covid-19 catalisou ainda mais essas relações de trabalho *uberizadas* por meio dos serviços demandados por aplicativos digitais, e como essas vem impondo novas práticas espaciais.

A partir de uma pesquisa de caráter bibliográfica centrada em discussões feitas por Antunes (2018, 2020), Abílio (2019, 2020), Harvey (2002; 2005), Carlos (2020), Maricato (1996; 2003; 2009) e Lefebvre (2006), refletimos sobre a *uberização* das relações de trabalho e como essas se constituem nos



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



espaços urbanos na atual conjuntura do capitalismo, conferindo destaque ao contexto pandêmico da Covid-19.

METODOLOGIA

Para alcançamos o objetivo desse trabalho, foram realizadas pesquisa bibliográfica focada em autores que discutem a temática da *uberização* das relações trabalhistas, como Antunes (2018, 2020) e Abílio (2020). Em consonância, realizamos nossas análises considerando as discussões de geógrafos como Montenegro (2020) e Tozi (2022), que debatem a respeito das dinâmicas atuais imposta aos espaços urbanos na tessitura da pandemia e da banalização dos aplicativos digitais.

Além disso, realizamos levantamento de dados estatísticos em canais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) e no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), para entendermos a realidade do mercado de trabalho brasileiro no contexto pandêmico. Nossas análises foram feitas, principalmente, a partir das pesquisas e dos dados secundários obtidos pela Pnad Covid-19.

A UBERIZAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NOS ESPAÇOS URBANOS

O capitalismo, que historicamente busca mecanismos para se expandir cada vez mais, o faz a partir da exploração do trabalho. A cada estágio da sociedade esse encontra diferentes formas de extrair renda e obter lucros para poder garantir a sua reprodução, e para isso ele se vale da força do trabalhador.

Em sua fase atual, a do capital financeiro, presencia-se um reordenamento produtivo desse capital onde novas relações laborais emergem, configurando numa maior flexibilização da força de trabalho e na desregulação de leis e direitos trabalhistas em escala global (Antunes, 2018; 2020).

Essas condições atuais do capital tem sido um de seus mecanismos para ampliar ainda mais a sua forma de apropriação do mais-valor, o que tem



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



provocado um conjunto de modificações no âmbito do trabalho e alterações no espaço, visto que esse último visa atender a atual lógica da produção capitalista (Harvey, 2002).

As últimas décadas do século XX foram fortemente marcadas pela grande expansão do maquinário informacional-digital e esse foi um dos fatores que levaram a reestruturação do modo de produção que acabou impondo fortes impactos a dinâmica da sociedade.

O avanço das técnicas, da ciência e da informação, também denominado por Santos (1996; 2013) como o meio técnico-científico-informacional, não só deu possibilidades para a expansão do capital, uma vez que as tecnologias se tornaram um dos diversos mecanismos de acumulação criado pelo capitalismo, como também aumentou consideravelmente os índices de desemprego.

A esse respeito, Maricato (2009), ao discutir sobre a reestruturação produtiva do capitalismo e os significativos avanços da tecnologia e da financeirização da economia, discorre sobre os efeitos disso sobretudo nos países periféricos e considera que um desses efeitos foi possibilitar uma sociedade que não conhece o pleno emprego e onde a informalidade se tornou estrutural, esse último aspecto tendo “correspondência direta com o desempenho econômico nacional” (Maricato, 1996, p. 49).

Esse foi um dos reflexos da reestruturação produtiva do capitalismo no final do século XX. No entanto, essas condições continuam a se perpetuar no atual cenário econômico sob diversos outros fatores que, quando combinados, refletem uma sociedade com sérias dificuldades de se inserir no mercado de trabalho formal e cada vez mais submetida a precariedade das condições de trabalho.

Dentro desse interim, o que se presencia em ampla escala nos últimos anos é uma corrosão dos direitos trabalhistas, consequência de uma lógica destrutiva do capital que expulsa os trabalhadores do mundo produtivo e recria os espaços a partir de novas modalidades de trabalho informais, flexíveis, intermitentes e com baixas remunerações (Antunes, 2020).

Maricato (2003) define esses trabalhadores como o “produtivo excluído”, onde tal cenário tem possibilitado a emergência de um exército de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



mão de obra excedente que em função das baixas perspectivas no mercado de trabalho formal passa a ser explorado ainda mais pelo capital que disciplina a massa trabalhadora a vender sua força de trabalho sob qualquer custo e condições.

Esse exército de mão de obra excedente se submete à distintas modalidades de trabalho que os possibilitem algum retorno financeiro, mesmo que mínimo. Nesse contexto, com a capilarização do acesso aos smartphones pelas diferentes camadas sociais, as pessoas, principalmente as de baixa renda, encontra nos aplicativos de internet uma forma de se inserir novamente nesse mercado de trabalho. Esses têm prestado seus serviços a partir de aplicativos digitais, tornando, esse último, mais um recurso que o capital encontrou para uma realização ainda maior de extração de renda na medida em que se apropria informalidade, flexibilidade e precariedade do trabalho.

Esses trabalhos por aplicativos podem ser realizados de forma geograficamente não aderente (como inserir dados em plataformas), ou de forma geograficamente aderente, como é o caso dos serviços de motoristas e de entregas.

No que consiste a esses últimos, a cidade tem passado a sediar novas dinâmicas, uma vez que ela tem atuado como uma plataforma que dar suporte ao funcionamento dessas empresas-aplicativos e seus respectivos serviços. Ela tem atuado não apenas dando condições para a sua realização, mas também possibilitando a expansão de novos serviços demandados por meio de plataformas digitais, corroborando assim com a visão de Lefebvre (2006, p. 82) de que o espaço é “o meio da mercadoria, tornando ele próprio mercadoria”, onde esse busca atender, de preferência, aos interesses da acumulação do capital (Harvey, 2005).

É nessa perspectiva que surge a *uberização* das relações de trabalho, compreendida por Antunes e Figueiras (2020) como;

expressão de modos de ser do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, onde as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que isso for possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a aparência de prestação de serviços (Antunes e Figueiras, 2020, p. 32).

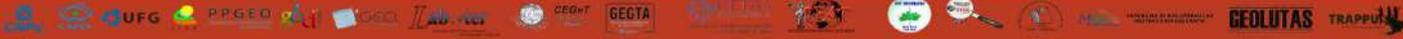
O trabalhador que oferta os seus serviços por meio de aplicativos não dispõe de contrato formal de trabalho, logo, falta acesso a proteção social. Além



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



disso, são trabalhos intermitentes, sem carga horária fixa, sem salários fixos e baixas remunerações.

Sob essas novas formas de trabalho se tem novos meios de controle, gerenciamento e organização do mundo laboral a partir de algoritmos que administram a força do trabalho, representando, assim, o estágio mais atual do capitalismo inserido no meio técnico-científico-informacional, onde as novas tecnologias, combinadas à política de flexibilização trabalhista, vem transformando as relações de trabalho e fazendo emergir uma nova morfologia do mundo laboral: o trabalho *uberizado*.

Sendo assim, isso tem trazido um conjunto de implicações diversas para a conformação das cidades, visto que essas relações de trabalho têm ganhado fortes expressões nesses espaços.

A PANDEMIA DO COVID-19 E A UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHOS EXPRESSAS NA CIDADE

O ano de 2020 entra para a história como o ano em que fez o mundo, altamente globalizado e dinâmico, 'parar', onde a circulação de bens, serviços, pessoas e capitais foi gravemente comprometido pelo avanço de um vírus altamente letal, a Covid-19 (Sars-CoV-2), que impôs transformações a dinâmica da economia urbana, demandando novos modelos de consumo atual e a emergência de novas modalidades de trabalho.

Diante dessa realidade, para conter o avanço do Covid-19 medidas de restrição de circulação de pessoas foram adotadas e isso trouxe impactos significativos, principalmente no âmbito social, econômico e sanitário.

O fechamento do comércio e de serviços ditos não essenciais, resultou na desestruturação de pequenas atividades, na interrupção da produção de diversas empresas, no aumento do desemprego que já vinha em curso no Brasil e na transferência de uma gama de serviços para o meio digital (Carlos, 2020).

Dentro desse contexto, os aplicativos de internet passaram a assumir um grande protagonismo na dinâmica da economia urbana na medida em que esses possibilitaram a realização de diversas atividades por meio de *softwares*, garantindo assim a geração de renda para milhões de brasileiros. De acordo com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Ikuta e Monteiro (2020), diferentemente de outras profissões, a modalidade de entregador teve um aumento significativo representando 3,5%, porém os rendimentos dos entregadores foram 40% inferior as demais atividades, representando a precarização desse trabalho visto que segundo os autores a jornada do trabalho de entregadores se tornou mais extensa durante a pandemia.

Desse modo, a adesão a essas modalidades de trabalhos tem escancarado um problema socioeconômico que já vem afetando o país: a falta de oportunidades no mercado de trabalho formal, onde tal problemática tem gerado a emergência de diversas atividades no mercado de trabalho informal (Maricato, 2009), entre essas atividades aquelas demandadas por aplicativos de internet.

Como discutido anteriormente, esses trabalhos vêm catalisando ainda mais as condições de informalização, flexibilização e precarização das relações trabalhistas, desencadeando um processo de *uberização* do trabalho onde tais condições de trabalho têm sido potencialmente visualizadas nas cidades.

É o caso dos serviços de entregas de alimentos e os de transporte de pessoas demandados por aplicativos. Entregadores e motoristas têm se somado, recentemente, as novas modalidades de trabalho que vem sendo desenvolvidas pela população de baixa renda (Montenegro 2020a; 2020b), tendo ganhado grande visibilidade no atual contexto pandêmico os entregadores de aplicativos de alimentos por desempenharem um papel essencial na garantia do abastecimento cotidiano da população e na permanência do funcionamento da economia urbana ao realizarem entregas de estabelecimentos comerciais como supermercados, farmácias, lanchonetes e afins.

Essas novas atividades são caracterizadas pela contratação independente e que acontece via e em plataformas digitais, sendo denominadas de *Gig Economy* por Woodcock e Graham (2020). Segundo os autores, o termo faz referência aos contratos de curto prazo e que vêm sendo bem aceito pela sua flexibilidade. Entretanto, por trás dessa flexibilidade se tem algo obscuro que é “uma série de resultados negativos para os trabalhadores: remuneração, precariedade, condições de trabalho estressantes e perigosas, contratos unilaterais e falta de proteção ao emprego” (Wood et al., 2019b).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

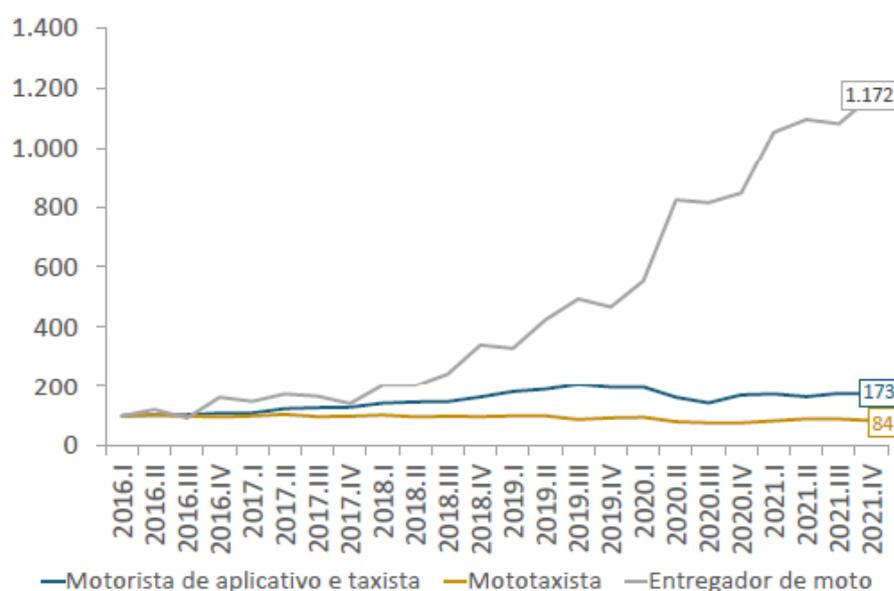
Realização:



Como é demonstrado a seguir, estima-se que no quarto trimestre de 2021, 1,5 milhão de pessoas estavam trabalhando na *Gig Economy* no setor de transporte, aproximadamente³ (Goés; Firmino; Martins, 2022). Desse número, “61,2% eram motoristas de aplicativo e taxistas, 20,9% entregavam mercadorias via motocicleta, 14,4% atuavam como mototaxistas e o restante exercia a atividade de entrega de mercadoria via outro meio de transporte” (Ibid, p. 1, 2022).

Os gráficos 1 e 2 representam a expansão dos subgrupos presentes na *Gig Economy* no setor de transporte, sobretudo os entregadores de moto.

Gráfico 1: Evolução em índice do contingente na *Gig Economy* no setor de transportes, por subgrupo. (2016 primeiro trimestre = 100)



Fonte: Fonte: PNAD Contínua 2016-2021 – IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

³ Análise feita do banco de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



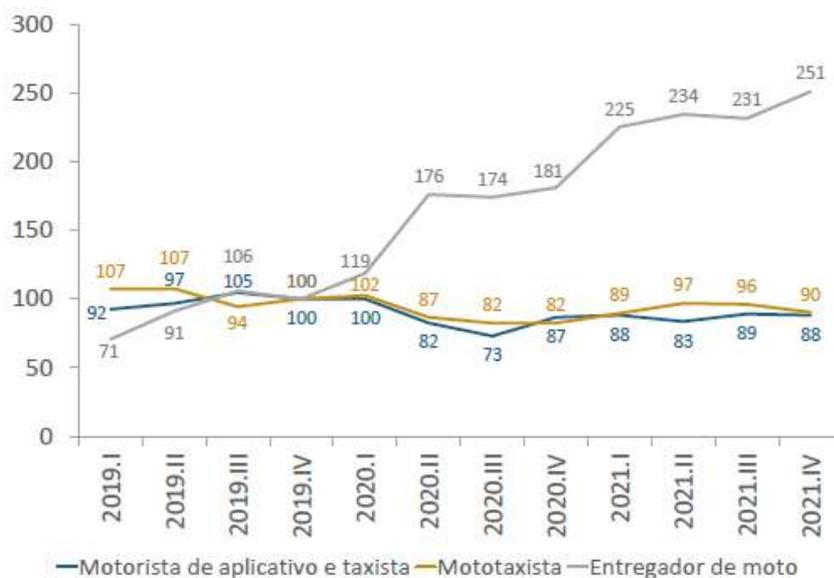
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Gráfico 2: Evolução, de curto prazo, em índice do contingente na Gig Economy no setor de transportes, por subgrupo. (2019 último trimestre = 100)



Fonte: Fonte: PNAD Contínua 2016-2021 – IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Analisando o gráfico 1, percebe-se que entre as modalidades de trabalho presentes na *Gig Economy*, no setor de transporte, a que mais cresceu no intervalo de tempo que vai desde o primeiro trimestre de 2016 até o primeiro trimestre de 2021 foi a categoria dos entregadores de moto, incluindo aí os entregadores de aplicativos como iFood, Rappi, 99Food, entre outros. Identificamos ainda que o contingente de entregador cresceu significativamente a partir do primeiro trimestre de 2020, ano em que o vírus da Sars-Cov-2 atingiu a escala global e afetou potencialmente o mercado de trabalho em função das medidas de isolamento social e provocou índices elevados de desemprego em meio à crise da pandemia.

Segundo uma matéria divulgada pelo jornal do Uol Economia, o primeiro trimestre de 2020 terminou com a maior taxa de desemprego e o maior



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



contingente de pessoas sem trabalho na série histórica, em meio aos desafios impostos pela piora da pandemia de Covid-19 no Brasil.⁴

Dessa forma, muitas pessoas passaram a recorrer aos serviços de entregas por aplicativos como possibilidade de obter alguma fonte de renda. O gráfico 2 revela que o ano de 2021 foi o ano onde a busca por esses serviços cresceu ainda mais, demonstrando que nesse mesmo ano o índice de pessoas trabalhando como entregadores atingiu os maiores números de 2016 a 2021.

Por sua vez, a ascensão dessa modalidade de serviço tem refletido nos espaços urbanos a precarização das condições de trabalho no atual estágio do capitalismo, expressando relações de dominação e subordinação entre as empresa-aplicativos e a classe trabalhadora (Montenegro, 2020a) que realizam longas jornadas de trabalho, trabalhando até mais de 12 horas por dia, muitas vezes sem folga semanal, com baixas remunerações, correndo risco de desligamento dos aplicativos sem qualquer justificativa, arcando com os custos da manutenção de seus veículos, enquanto que as empresas ficam com lucros exorbitantes e são dispensados de assegurar os direitos mínimos aos trabalhadores.

Essa realidade ficou ainda mais evidente a partir da pandemia da Covid-19 onde os serviços de entregas de alimentos se mostraram serviços essenciais a sobrevivência da população urbana em meio à crise sanitária. No entanto, esses serviços mostra o real rosto da exploração do trabalho mascarada por uma psicoesfera que nos faz ver os entregadores como empreendedores e autogerente de si mesmo.

Conforme discute Abílio (2019),

o empreendedorismo assume na atualidade usos diversos que se referem de forma obscurecedora aos processos de informalização do trabalho e transferência de riscos para o trabalhador, o qual segue subordinado como trabalhador, mas passa a ser apresentado como empreendedor. Fundamentalmente, trata-se de um embaralhamento entre a figura do trabalhador e a do empresário. Essa indistinção opera de forma poderosa, por exemplo, no discurso da empresa Uber, que convoca o motorista a ser “seu próprio chefe” (Abílio, 2019, p. 4).

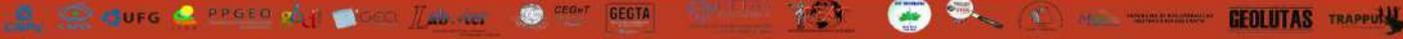
⁴ Uol Economia, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/05/27/brasil-tem-desemprego-de-147-no-tri-ate-marco-diz-ibge.htm>.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



a reprodução de novas relações sociais de trabalho correspondentes a atual lógica do sistema.

Assim, entendemos que os processos anteriormente discutidos têm desencadeado em renovações das práticas espaciais, sendo essas fortemente marcadas pela reificação da alienação, cuja uberização do trabalho é um dos símbolos mais expressivos dessa renovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido, percebe-se que a atual lógica de acumulação do capital tem se apropriado das relações de trabalho uberizadas como um mecanismo para a sua expansão, onde esse fenômeno encontra nos espaços urbanos as condições necessárias para sua ampliação, uma vez que esses espaços buscam atender a lógica do sistema.

Observa-se também que as transformações que ocorre no mundo do trabalho, principalmente em decorrência do avanço das tecnologias, faz emergir novas modalidades de trabalho no âmbito da economia urbana, como os serviços demandados por aplicativos, onde essas vem impondo renovações das relações trabalhistas, demandando maior exploração da força de trabalho, informalização e flexibilização.

Quando consideramos o cenário pandêmico, esses processos se tornaram ainda mais intensos se materializando fortemente nas cidades, essas como sendo lócus da sua reprodução. Sendo assim, entende-se que compreender a organização do espaço no seu estágio atual carece uma discussão analítica desses segmentos que faz parte da economia urbana e reorientado as relações sociais de trabalho nas cidades.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamentosubordinado. **Revista Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 1-11, 2019.

_____. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, 34 (98), p.111-126, 2020.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ANTUNES, Ricardo.; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: <<https://dialetricas.com/wpcontent/uploads/sites/18/2020/04/38901-140887-1-PB.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. **Boitempo Editorial**, 2020.

CARLOS, Ana Fani Alexandre. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. In: Carlos, Ana Fani Alexandre. **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLC/USP, 2020.

GOÉS, G.; FIRMINO, A.; MARTINS, F. Painel da Gig Economy no setor de transportes do Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham. **Carta Conjuntura**, v. 55, 2022, p. 1-12.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, 2002, p. 8-39.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Informalidade Urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In: Luiz Eduardo Wanderley e Raquel Raichelis (org.). **A cidade de São Paulo**: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC PUC-SP, 2009, p. 269-292.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados** 17 (48), 2003.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid- 19. **Espaço e economia** [Online], 19 | 2020a. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/17256>>. Acesso em: 21 de ago de 2021.

_____. MONTENEGRO, Marina Regitz. Dinamismos da economia urbana em tempos de pandemia: tecnificação, capitalismo de plataforma e reprodução da pobreza. In: ARROYO, Mônica. ; ANTAS JR, Ricardo Mendes. ; CONTEL, Fábio



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Betioli. (Org.) **Usos do território e pandemia:** dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico-informacional. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020b. p. 277-300.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2013.

SIMONI, César. A COVID-19 e o direito a cidade dos pobres no Brasil In: Carlos, Ana Fani Alexandre. **COVID-19 e a crise urbana.** São Paulo: FFLC/USP, 2020.

TOZI, Fábio; DUARTE, Leandro Ribeiro; CASTANHEIRA, Gabriel Rocha. Trabalho precário, espaço precário. **Ar@cne:** revista eletrônica de recursos em internet sobre geografia y ciencias sociales, v. 25, 2021. Disponível em: <<https://raco.cat/index.php/Aracne/article/view/387468>>. Acesso em: 25 de ago de 2022.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. GEOUSP - **Espaço e Tempo**, 2020, v. 24, n. 3, p. 487-507. Disponível em: <www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168573/165991>. Acesso em: 22 nov. 2022.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



LINGUAGEM CARTOGRÁFICA E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO COM ALUNOS DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO

Paulo Roberto Alves de Araujo Junior¹

Resumo

A cartografia é extremamente importante dentro do ensino básico, pois, enquanto linguagem, pode ser utilizada por muitas disciplinas. Ainda assim, é dentro da geografia que ela ganha maior relevância, caracterizando-se enquanto uma poderosa metodologia de ensino dessa disciplina em contexto escolar. Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo *compreender o nível de conhecimento cartográfico dos alunos matriculados no 3º ano do ensino médio, e se esse conhecimento é suficiente para resolverem questões dessa natureza nos exames vestibulares que prestarão*. Para tanto, também consideramos as reformas educacionais realizadas no pós 2016, bem como seus possíveis impactos no ensino e no trabalho docente. Além disso, almejamos também chamar a atenção para a relação entre conhecimento cartográfico e acesso ao ensino superior, assunto pouco debatido atualmente.

Palavras chaves: cartografia escolar; vestibular; ensino de geografia; linguagem cartográfica.

Introdução

A temática da cartografia escolar vem ganhando cada vez mais notoriedade no Brasil. Segundo ALMEIDA (2007), esta temática vem se estabelecendo na interface entre cartografia, educação e geografia, o que amplia as possibilidades de estudo e os enfoques possíveis sobre ela. Ainda assim, é dentro da geografia que ela ganha maior notoriedade, possuindo diversas abordagens possíveis, desde os aspectos cognitivos do ensino do mapa, até à importância da cartografia dentro do ensino da geografia, colocando-a como um poderoso instrumento metodológico em contexto escolar.

Por envolver aspectos da cartografia, da educação e da geografia, os estudos acerca da cartografia escolar inevitavelmente perpassam pelo ensino básico, em especial pelo fundamental ciclos um e dois. Deste modo, o currículo, a formação e o trabalho docente também ganham bastante ênfase dentro desta temática. Neste ponto, as preocupações pairam principalmente sobre as

¹Mestrando do programa de pós-graduação em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT/UNESP de Presidente Prudente. Brasil. Contato: paulo.alves@unesp.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



metodologias de ensino do mapa e de sua utilização em sala de aula pelo professor, que deve explorá-lo em toda sua potencialidade, e não apenas enquanto ilustração.

Lívia de Oliveira, pioneira nos estudos da cartografia escolar brasileira, caminha nessa direção ao apontar o que entende como o *problema didático do mapa*, que diz respeito à sua utilização em sala de aula por professores e alunos. A autora, entendendo o mapa enquanto linguagem, chama a atenção para a necessidade de uma metodologia de ensino que lhe seja própria, do mesmo modo que outras linguagens – como a matemática e a escrita – possuem as suas. Assim sendo, ela ressalta a necessidade de uma *cartografia infantil* (Oliveira, 2007).

Dentro da temática da Cartografia Escolar, uma das principais abordagens de estudo diz respeito a alfabetização cartográfica, isto é, o ensino do mapa. Sobre isso, destacamos Tomoko Paganelli (2007), que, utilizando-se da epistemologia genética de Piaget, traz uma abordagem voltada ao desenvolvimento e a construção do espaço na criança. Para tanto, destaca a necessidade da operacionalização das três relações espaciais estabelecidas por Piaget, as topológicas, as projetivas e as euclidianas, que se desenvolvem gradativamente ao longo da vida orgânica do indivíduo.

Em consonância direta com a produção das duas autoras supracitadas, chamamos a atenção para uma terceira, Maria Elena Simielli. Entendendo o mapa enquanto linguagem, a análise da autora paira sobre a sua eficácia tendo em vista a clientela a que se destina, ou seja, [...] “o processo de entendimento do mapa e os caminhos para uma leitura realmente eficaz” (Simielli, 2007, p. 72). Dessa maneira, a preocupação central da autora recai sobre dois pontos centrais: a criação e o uso de mapas.

Sendo assim, a utilização do mapa em sala de aula é uma das grandes preocupações daqueles que se debruçam sobre a temática da Cartografia Escolar. Dentre as muitas autoras e autores que trazem essa abordagem, destacamos Sônia Castellar, que entende a cartografia como uma linguagem essencial dentro do ensino da geografia, capaz de tornar a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



aprendizagem mais significativa e efetiva em contexto escolar. Além disso, a autora também ressalta que a linguagem cartográfica é crucial para o desenvolvimento do *letramento geográfico*, o que evidencia a sua importância enquanto metodologia de ensino da geografia (Castellar, 2011; Castellar e Vilhena, 2010).

Como dito, a Cartografia Escolar vem se estabelecendo na interface entre cartografia, educação e geografia, dessa maneira, não podemos deixar de citar Ângela Katuta, cuja produção teórica se intersecciona entre essas três grandes áreas. As contribuições da autora são vastas, mas uma de suas principais preocupações paira sobre as políticas educacionais brasileiras e as reformas curriculares, bem como nos impactos que isso traz ao trabalho docente e ao ensino de forma geral.

Através dessa pequena exposição, buscamos chamar a atenção para as múltiplas interfaces e áreas de estudo possíveis dentro da Cartografia Escolar. Ainda assim, mesmo com todos os enfoques possíveis, os estudos inseridos nesta temática quase sempre pairam sobre a etapa do fundamental ciclos um e dois. Isso tem uma razão de ser, que é o fato de, no ciclo escolar básico, os conteúdos cartográficos estarem quase que totalmente concentrados nesta etapa, seja a alfabetização, concentrada no ciclo 1, sejam os demais conteúdos da geocartografia, previstos para o fundamental ciclo 2.

Deste modo, reconhecemos a importância que a linguagem cartográfica possui dentro do ciclo escolar básico, em especial para o ensino da geografia. Dessa maneira, neste trabalho o nosso foco recai sobre o terceiro ano do ensino médio, buscando compreender o nível de conhecimento cartográfico desses estudantes e se esse conhecimento é suficiente para responderem corretamente as questões desta temática nos vestibulares que prestarão. Com essa abordagem, buscamos estabelecer relações entre linguagem cartográfica e acesso ao ensino superior, tema pouco debatido no âmbito da Cartografia Escolar brasileira.

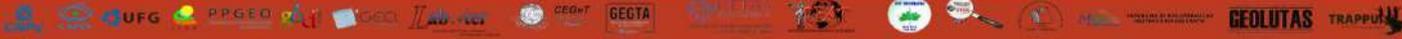
Para tanto, a pesquisa inevitavelmente perpassa pela análise de documentos normativos – em especial a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, pelas reformas educacionais recentes – sobretudo o Novo Ensino



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Médio (NEM) –, bem como pelo trabalho docente. Ademais, frisamos que este trabalho apresenta resultados preliminares, fazendo parte de um estudo maior, que ainda está sendo desenvolvido.

Metodologia

Basicamente, a pesquisa perpassa por três etapas centrais: Análise do conteúdo cartográfico cobrado nos exames vestibulares e escolha das questões que comporiam a avaliação diagnóstica; escolha das unidades escolares participantes; e aplicação da avaliação aos alunos.

Quanto a análise dos vestibulares e escolha das questões, o nosso recorte foram as últimas cinco edições dos vestibulares das três universidades estaduais de São Paulo (Unesp, Unicamp e USP) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)². Através dessa análise, selecionamos 15 questões envolvendo conteúdos cartográficos diversos, tais como: Escala cartográfica; projeções; linhas imaginárias e fusos horários; e questões envolvendo análise e interpretação de mapas.

Para a seleção das unidades escolares participantes, utilizamos as notas do Saresp 2022. Para tanto, organizamos as escolas com base em sua nota geral do 3º ano do ensino médio, selecionando duas entre as cinco primeiras e duas entre as cinco últimas. Posteriormente, formalizamos o requerimento junto à Diretoria de Ensino de Presidente Prudente e ao Comitê de Ética, quando a proposta foi aprovada, aplicamos a avaliação diagnóstica aos alunos matriculados no 3º ano do ensino médio das unidades participantes.

As reformas curriculares – BNCC e Novo Ensino Médio

Depois do ano de 2016, com a destituição da Presidenta Dilma através de um golpe institucional, as reformas de cunho neoliberal passaram a ganhar cada vez mais força no Brasil, inclusive no âmbito educacional. Marcadamente, citamos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM), reformas que geraram muitas críticas pelo modo como foram implementadas, em especial pelo seu caráter centralizador e verticalizado,

² Edições de 2018 a 2022



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



que não contou com a participação efetiva dos principais setores que seriam impactados por elas.

Como podemos ver em Albino e Silva (2019), a BNCC começa a ser formulada no primeiro semestre de 2015, ainda no governo Dilma, porém, ganha força após a ascensão de Michel Temer à presidência, em 2016. O documento passou por três versões até finalmente ser aprovado, no dia 22 de dezembro de 2017, através da Resolução número 2 do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno (CNE/CP), portanto, sofreu modificações com relação à proposta inicial.

Ainda sobre esse processo, Katuta (2018) nos ajuda a entender quais foram os principais pontos de tensionamento em torno da implementação da BNCC, bem como o modo como ela foi recebida por parte dos educadores. Sobre isso, a autora levanta dois pontos centrais de descontentamento: o primeiro se deve ao fato de a BNCC se sobrepor aos currículos já existentes, e o segundo se refere justamente ao caráter centralizador do documento, que contou com participação restrita dos educadores e da sociedade.

Para sustentar tal afirmação, a autora destaca o posicionamento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED):

[...] a associação compreende que os educadores e educadoras já praticam currículos os mais variados por meio do trabalho com conteúdos plurais e que não foram devidamente consultados, dado que os espaços criados (consulta pública *online* e audiências públicas com número limitado de participantes) eram, na compreensão da entidade, frios e pouco interativos (Katuta, 2018, p. 96)

Seguindo a mesma lógica de implementação verticalizada, a reforma do ensino médio foi aprovada em 2016, através de medida provisória (MP 746/2016), tornando-se lei apenas no ano seguinte (lei 13.415/17). Em suma, a reforma traz duas mudanças centrais: a ampliação da carga horária mínima para 3000 horas (ao longo dos três anos da etapa), e a organização curricular em duas partes, a comum e a diversificada.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

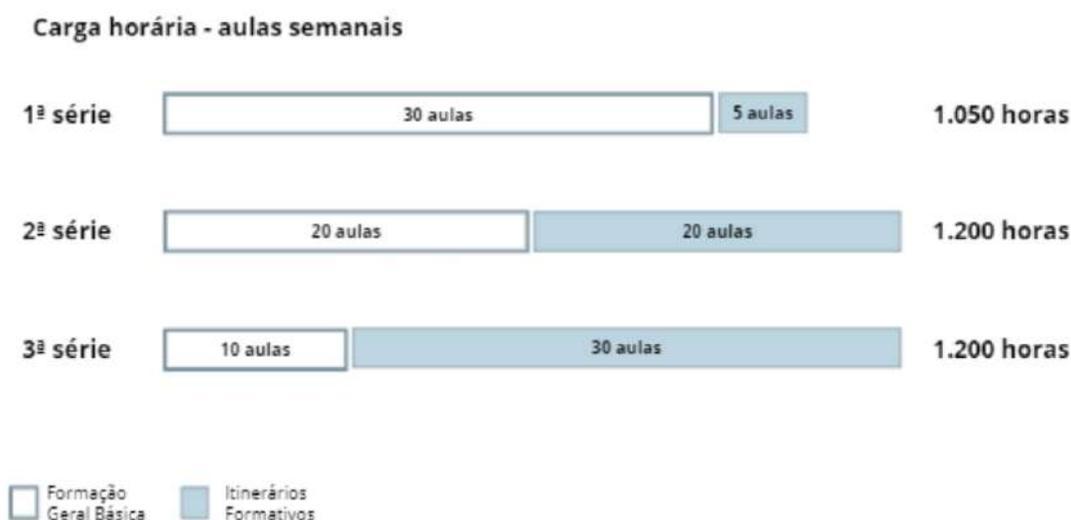
Realização:



Dessa maneira, o ponto central da reforma paira sobre a ideia de *flexibilização*, isto é, os estudantes escolhem seu próprio percurso de acordo com suas necessidades, possibilidades e interesses (Brasil, 2018). Essa flexibilização deve acontecer por meio dos *itinerários formativos*, que, em teoria, os alunos têm total liberdade de escolha³. Dentre os muitos problemas que envolvem a reforma em geral e os itinerários em particular, destacamos um: a perda gradual de espaço das disciplinas tradicionais (parte comum) ao longo dos três anos do ensino médio.

A nova arquitetura curricular imposta pelo Novo Ensino Médio divide o currículo em duas partes: A comum, composta pelas disciplinas tradicionais; e a diversificada, composta pelos itinerários formativos. Dessa maneira, nota-se que há um afunilamento das disciplinas comuns ao longo do ensino médio, em que, ano após ano, elas perdem espaço na carga horária semanal, como podemos observar na imagem 1, que ilustra como isso ocorre no Estado de São Paulo.

Imagem 1



Fonte: SEDUC, 2023

³ Partilhamos da visão defendida por Cássio e Goulart (2022), quando os autores argumentam que existe uma série de fatores de ordem estrutural que inviabilizam a liberdade de escolha prometida pelo NEM. Dessa maneira, trataremos a liberdade de escolha sempre no condicional



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Como podemos observar, do primeiro ao terceiro ano do ensino médio a formação comum perde dez horas semanais em cada ano, começando com 30 e terminando com apenas 10. Dessa maneira, todas as disciplinas comuns sofrem redução em sua carga horária, exceto língua portuguesa e matemática, que são as únicas disciplinas obrigatórias para os três anos. Com isso, a depender dos itinerários formativos “escolhidos”, os estudantes podem concluir o ensino médio sem nenhuma carga horária de geografia.

Por mais que o ensino da cartografia aconteça sobretudo durante o ensino fundamental, no ensino médio esses conteúdos são revisitados e, de certa forma, aprofundados pelos professores. Porém, com a perda de carga horária da Geografia esse processo fica comprometido, tendo em vista que essa disciplina é a principal responsável por desenvolver o conteúdo cartográfico durante o ensino básico. Em decorrência disso, os estudantes podem esquecer o conteúdo que já aprenderam, além de não os aprofundar, o que pode comprometer a sua formação.

Com essa breve exposição sobre as reformas curriculares, buscamos chamar a atenção para os possíveis impactos na formação dos estudantes, em especial pela perda de espaço da Geografia, que impacta diretamente o ensino do conteúdo cartográfico. Dessa maneira, os resultados parciais da pesquisa indicam que os estudantes concluem o ensino básico com essa lacuna, o que é extremamente prejudicial a eles, em especial para aqueles que prestarão exames vestibulares.

BNCC: Uma breve análise do conteúdo cartográfico

Mesmo com todas as críticas cabíveis a BNCC, é ela quem estabelece as bases para a elaboração dos currículos estaduais e municipais, portanto, ela é quem define as competências gerais e o conjunto de *aprendizagens essenciais* que devem ser desenvolvidas ao longo do ensino básico. Dessa maneira, é essencial que entendamos como ela aborda o conteúdo cartográfico, mesmo que de forma superficial, como é o objetivo desta seção.

Analisando-se o documento, é notório que há grande preocupação com relação ao conteúdo cartográfico, tanto nas competências gerais quanto nas específicas de área, tornando-se ainda maior dentro do componente curricular



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



da geografia. Na competência geral número 4, há o destaque para a utilização de diferentes linguagens em sala de aula, em especial a visual, que é onde se encaixa a linguagem cartográfica⁴.

Como as competências gerais fazem abordagens abrangentes, é natural que não haja menção direta à linguagem cartográfica, porém, isso muda quando entramos nas competências específicas da área de Ciências Humanas para o ensino fundamental. Ao todo, a BNCC estabelece sete competências específicas para esta área, sendo que uma delas – a número quatro – aborda especificamente a linguagem cartográfica. Essa competência diz que, ao término do ensino fundamental, o aluno deve ser capaz de:

Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão. (BRASIL, 2018, p. 357)

Entrando especificamente no componente da geografia, notamos que a importância dada para o desenvolvimento da linguagem cartográfica é ainda maior, pois ela o permeia durante toda a fase do ensino fundamental. Para além disso, a linguagem cartográfica está inserida intimamente em grande parte das *unidades temáticas* da Geografia, o que a coloca numa posição de destaque dentro deste componente.

Isso fica evidente quando analisamos as unidades temáticas que compõe esse componente, pois dentre as cinco existentes, três dialogam diretamente com a linguagem cartográfica. São elas: “O sujeito e o seu lugar no mundo”; “Conexões e escalas”; e “Formas de representação e pensamento espacial”. Dessa maneira, é evidente a importância que a BNCC atribui à linguagem cartográfica, em especial dentro da geografia, que é a principal responsável por desenvolvê-la.

Já na etapa do ensino médio o papel da linguagem cartográfica muda de figura, pois o documento não faz menção direta a ela em nenhum momento. Uma explicação possível para isso é a estrutura do ensino médio dentro da

⁴ Mesmo não sendo uma linguagem exclusivamente visual, como é o caso da cartografia tátil.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



BNCC, que está organizado por áreas do conhecimento, não mais por disciplinas, como costumava ser. Dessa maneira, não há habilidades específicas para cada componente curricular, apenas para as áreas do conhecimento.

Sendo assim, entendemos que a etapa do ensino médio apresenta um gargalo no ensino básico no que tange ao conteúdo cartográfico, que pode estar sendo acentuado pela nova organização em áreas do conhecimento e pela implementação do novo ensino médio. Essa hipótese ganha relevo quando analisamos os resultados preliminares da pesquisa, que indicam um nível muito baixo de conhecimento cartográfico por parte dos estudantes, como apresentaremos na próxima seção.

Análise dos resultados

Como já mencionado, a pesquisa envolveu quatro unidades escolares da rede pública de Presidente Prudente – SP, sendo que todas elas são PEIs (Programa de Ensino Integral). A pesquisa foi elucidativa em muitos pontos, em especial para revelar o nível de conhecimento cartográfico dos estudantes ao término do ensino básico, que seria insuficiente para responderem questões desse gênero em alguns dos principais vestibulares do país, como o ENEM.

No gráfico a seguir (imagem 2), podemos observar o desempenho geral das quatro escolas participantes, que mostra o percentual médio de acertos de cada uma delas. Através desses resultados, podemos observar o que foi dito no parágrafo anterior, isto é, o resultado geral foi muito baixo, o que indica uma séria defasagem no que tange ao ensino da cartografia nas escolas da rede pública da cidade.



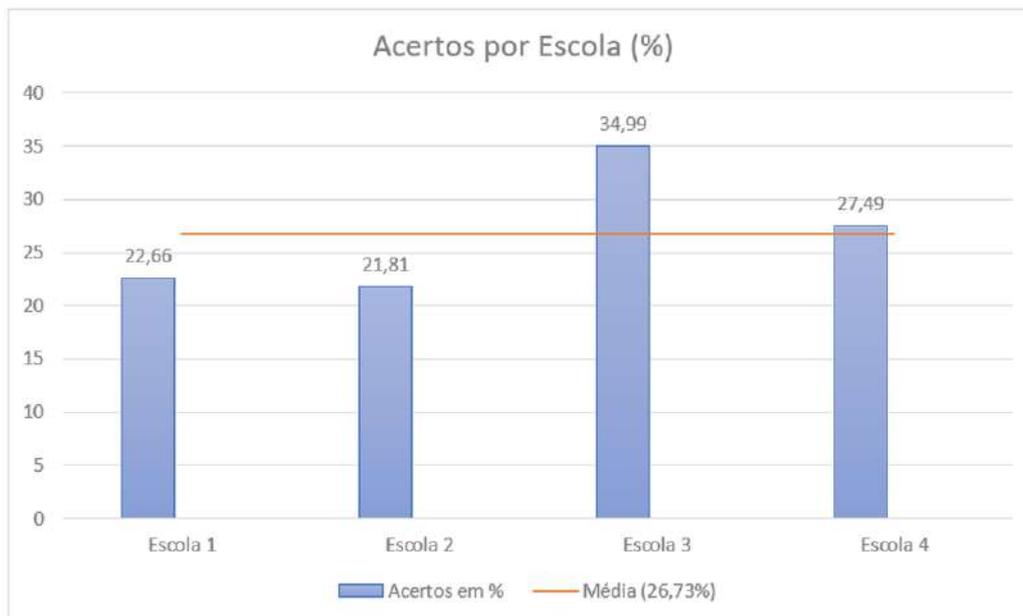
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Imagem 2



Fonte: Elaborado pelo autor

Como podemos observar, a média de acertos foi de 26,73%, o que dá um total aproximado de quatro acertos por escola, tendo em vista que a avaliação continha 15 questões, a média não chega a 1/3 das questões respondidas corretamente. Pelo fato de o estudo englobar uma amostragem baixa de escolas, não pretendemos afirmar que esses resultados representam toda a realidade da rede pública da cidade, tão pouco a do Estado ou a do país. Porém, acreditamos que eles são reveladores – e alarmantes – no que tange ao nível de conhecimento cartográfico desses estudantes ao término do ensino básico.

Quando abordamos as escolas individualmente o cenário fica ainda mais delicado, pois é perceptível que uma delas (escola 3) alavancou a média geral, obtendo resultados consideravelmente superiores às demais. Dessa forma, o número médio aproximado de questões respondidas corretamente foi de: 3,3; 3,2; 5,2; e 4,1 por escola, respectivamente.

Para que possamos entender esse cenário de forma mais aprofundada, julgamos ser necessário apresentar também o número de acertos por aluno. Nos gráficos abaixo (imagem 3), podemos observar esses números



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

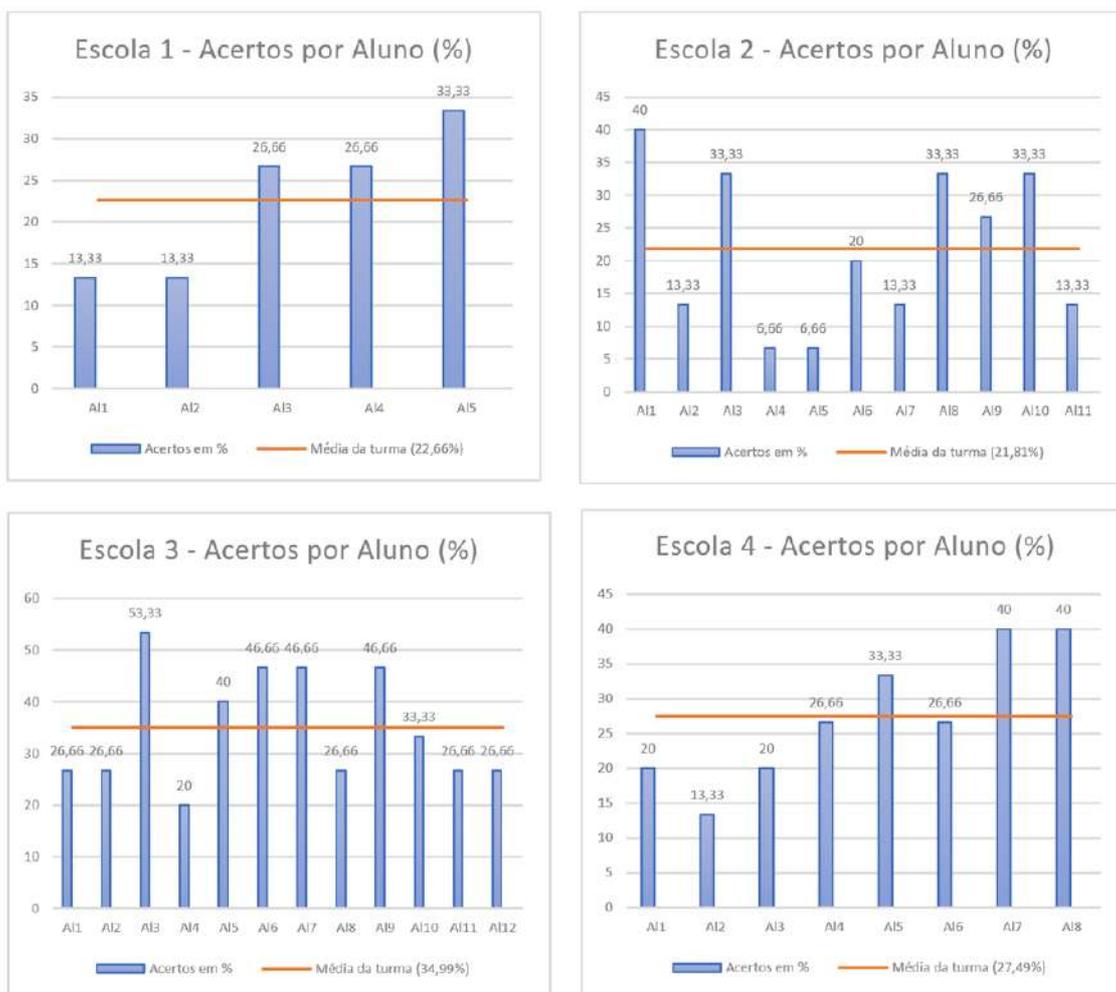
ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



mais detalhadamente, o que nos permite ter uma visão mais ampla da situação geral de cada unidade, bem como dos estudantes de cada uma delas.

Imagem 3



Fonte: elaborado pelo autor

Observando-se os gráficos, um ponto que salta aos olhos é o baixo número de alunos por unidade, sendo que a maior turma possui um total de 12 alunos, e a menor, apenas cinco. Essa é uma característica comum das escolas que fazem parte do Programa de Ensino Integral, pois muitos estudantes do Ensino Médio optam – ou precisam – ingressar no mercado de trabalho, o que impossibilita a sua dedicação total aos estudos. Em decorrência desse fato, o número total de participantes foi baixo, fazemos essa ressalta apenas para elucidar que essa é uma característica das PEIs.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



No que tange aos resultados, podemos observar que somente um aluno conseguiu acertar mais de 50% das questões, sendo que apenas outros três chegaram perto disso, com 46,66% de acertos, todos da mesma escola. Nas outras unidades o desempenho dos alunos foi ainda mais baixo, com os maiores índices chegando a apenas 40% de acertos, sendo que o total de alunos que alcançou esse número foi apenas três (um na escola dois e dois na escola quatro).

Como dito, a média geral das unidades foi baixa, mas o da escola número dois em particular chama a atenção. Nesta unidade percebemos que quase metade da turma (5/11), teve uma taxa de acertos de 6,66% ou 13,33%, o que representa apenas um ou dois acertos, respectivamente. Dessa maneira, essa unidade em particular foi a que apresentou os resultados mais baixos, o que justifica a sua média de apenas 21,81% de acertos.

Através da análise dos resultados da avaliação diagnóstica, percebemos que as deficiências dos estudantes perpassam pela maior parte de todo conteúdo cartográfico cobrado. Porém, alguns desses conteúdos se destacam pelo baixo índice de acertos, o que indica um desconhecimento praticamente total desses assuntos por parte dos alunos. Dentre eles, destacamos a escala cartográfica, sobretudo a realização de cálculos de distâncias utilizando a escala numérica.

Entendemos que uma avaliação não é, necessariamente, um raio X da realidade, pois existem inúmeras variáveis que podem comprometer o desempenho do indivíduo no momento da prova. Ainda assim, acreditamos que os resultados aqui apresentados são sintomáticos, pois apontam para uma deficiência flagrante dos estudantes em conteúdos previstos para a etapa do Ensino Fundamental. Dessa maneira, em teoria, essas deficiências não deveriam ser tão grandes no último ano do Ensino Médio.

Sendo assim, entendemos que esses estudantes concluem o ensino básico sem os conhecimentos cartográficos previstos no currículo, o que se caracteriza como uma grande defasagem em sua formação. Dessa forma, levando-se em conta as deficiências desses estudantes, consideramos que eles não possuem conhecimentos suficientes para responderem as questões



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



cartográficas dos vestibulares analisados, o que pode ser em empecilho para aqueles que almejam se inserir no ensino superior.

Considerações finais

Neste artigo buscamos destacar que a linguagem cartográfica é essencial dentro do ensino básico, chamando a atenção também para a sua importância dentro dos exames vestibulares. Dessa maneira, o nosso objetivo maior foi compreender o nível de conhecimento cartográfico dos estudantes matriculados no terceiro ano do ensino médio em escolas da rede pública de Presidente Prudente.

Os resultados aqui apresentados indicam que esses estudantes possuem grandes limitações no que tange aos conhecimentos cartográficos, limitações essas que já não deveriam existir nessa etapa, ou pelo menos não de forma tão acentuada como a averiguada. Por possuírem tais limitações, entendemos que esses estudantes concluem o ensino básico sem condições de responderem as questões desta temática nos exames vestibulares que prestarão, o que pode ser um problema para aqueles que desejam se inserir no ensino superior.

Além disso, chamamos a atenção também para as reformas educacionais ocorridas no pós 2016, em especial o Novo Ensino Médio, pois elas tendem a acentuar problemas já existentes no âmbito da educação, inclusive os relacionados ao ensino da cartografia. Enfatizamos isso pelo fato de a carga horária das disciplinas comuns ter sido reduzida para abrir espaço para os itinerários formativos, o que tende a comprometer a qualidade da educação. Dessa maneira, é imperativo que esse debate aconteça.

Ademais, destacamos que os resultados apresentados são preliminares, pois a pesquisa ainda está em andamento, o que compromete diagnósticos mais assertivos sobre os porquês de o desempenho ser tão baixo. Ainda assim, entendemos que a pesquisa abre caminhos para uma discussão pouco realizada no âmbito da cartografia escolar, que é a relação entre conhecimento cartográfico e acesso ao ensino superior.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Referências Bibliográficas

ALBINO, A. C. A.; DA SILVA, A. F. (2019). **BNCC e BNC da formação de professores**: repensando a formação por competências. *Retratos Da Escola*, 13 (25), 137–153. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/966>>. Acesso em: 26 apr. 2023.

ALMEIDA, R. D. de. (org.). *Cartografia Escolar*. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL – MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília - DF: MEC, 2018.

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. Itinerários formativos e 'liberdade de escolha': Novo Ensino Médio em São Paulo. *Retratos da Escola*, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 509–534, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1516>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CASTELLAR, Sonia. M. V. A Cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In: ALMEIDA, Rosângela Doin de. (Org.). **Novos Rumos da Cartografia Escolar**: Currículo, linguagens e tecnologia. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 121-135.

CASTELLAR, S.; VILHENA, J. *Ensino de Geografia*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção Ideias em Ação).

KATUTA, Ângela Massumi. “Mercantilização e financeirização da educação brasileira: A proposta neoliberal, o apagão pedagógico global (APG) e as resistências”. *Geografia* 44.1 (2020): 89–111

OLIVEIRA, L. de. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. In.: ALMEIDA, R. D. de. (org.). *Cartografia Escolar*. São Paulo: Contexto, 2007. pp.15-42.

PAGANELLI, T. I. **Para a construção do espaço geográfico na criança**. In.: ALMEIDA, R. D. de. (org.). *Cartografia Escolar*. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 43-70.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Documento Orientador: Implementação do Novo Ensino Médio. 1 ed. São Paulo: SEDUC, 2021. Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Documento-orientador_Novo-Ensino-M%C3%A9dio-SP.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

SIMIELLI, M. E. **O mapa como meio de comunicação e alfabetização cartográfica**. In.: ALMEIDA, R. D. de. (org.). *Cartografia Escolar*. São Paulo: Contexto, 2007. pp.71-94.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A INFLUÊNCIA DO TERRITÓRIO NO TRABALHO E NA QUALIDADE DE VIDA DO DOCENTE

Valdson José da Silva¹
Frankesliny Barbosa da Cruz²
Tássio Barreto Cunha³

RESUMO

O território pode ser considerado como um fator determinante na forma como o indivíduo exerce sua profissão e como isso afeta sua qualidade de vida. No caso dos docentes, essa influência é ainda mais evidente, pois seu trabalho é diretamente afetado pelo espaço físico em que estão inseridos, bem como pelas dinâmicas políticas e econômicas que permeiam esse território. Este artigo versa sobre algumas reflexões e abordagens sobre o conceito de território e como o mesmo pode afetar na qualidade de vida da profissão docente. A análise de autores e suas diferentes concepções de território contribuem para um maior enriquecimento de um dos conceitos mais importantes da ciência geográfica.

Palavras-chave: Território; Poder; Trabalho; Adoecimento;(R)Existência.

Introdução

A relação entre o território, o trabalho docente e a qualidade de vida dos profissionais é um tema relevante e pouco explorado. O ambiente físico, social e cultural onde ocorre a atividade docente pode ter impactos significativos na forma como os professores se sentem em seus trabalhos e nas aprendizagens dos alunos. Neste artigo, discutiremos a importância do território, seus efeitos na saúde do trabalhador, bem como na qualidade do ensino, e como a geografia pode contribuir para a compreensão desse fenômeno.

Assim sendo a qualidade de vida do docente está intrinsecamente ligada ao território em que ele atua. É preciso reconhecer a importância do espaço físico, do poder político, das condições econômicas e das políticas governamentais na formação desse profissional e na entrega de uma educação de qualidade. Ademais, é necessário promover uma reflexão sobre a

¹ Mestrado Profissional em Ensino de Geografia, IFB Brasília, Brasil. Contato: valdson.silva@edu.se.df.gov.br

² Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde, Fiocruz Brasília, Brasil. Contato: fcruz@aluno.fiocruz.br

³ Professor Orientador. Prof. do curso de licenciatura em Geografia e do mestrado profissional em geografia do IFB/RF. Contato: tassiocunha@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



valorização da profissão docente e a criação de condições favoráveis para um trabalho eficiente e satisfatório.

O texto está estruturado em três seções, além da presente introdução, da metodologia e das considerações finais. Na primeira parte, discorreremos sobre o território e suas facetas, conceitos e concepções a luz de vários autores. Na segunda parte, buscamos elementos relacionados ao trabalho docente e a falta de políticas públicas para a qualidade de vida. Na terceira seção apresentamos o perfil do absenteísmo-doença da carreira de magistério público da Secretaria de Estado de Educação do DF relacionados ao 1º quadrimestre dos anos de 2020 e 2021 sustentar a tese do crescimento de afastamentos por doença na atividade docente nesse território em questão.

Metodologia

Revisão de literatura acerca da influência do território no trabalho e na qualidade de vida do docente no Distrito Federal, apresentando o perfil do absenteísmo-doença da carreira de magistério público da Secretaria de Estado de Educação do DF relacionados ao 1º quadrimestre dos anos de 2020 e 2021 com vistas a sustentar a tese do crescimento de afastamentos por doença na atividade docente nesse território em questão.

1- O Território e suas facetas

Um dos primeiros a trazerem a concepção de território foi Claude Raffestin (1993). Em sua abordagem sobre o território, ele nos apresenta uma visão complexa e dinâmica desse conceito. Para ele, o território vai além de uma simples delimitação geográfica, sendo um espaço construído e apropriado por diferentes atores sociais. Desse modo nas palavras do autor:

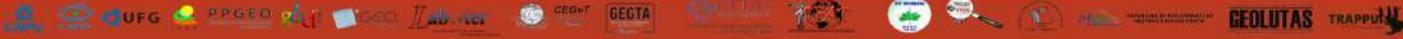
É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Raffestin (1993) destaca que o território é uma construção social, resultado das interações entre os indivíduos e suas relações de poder. Ele ressalta que o território não é apenas físico, mas também simbólico, com significados atribuídos pelas pessoas que o habitam.

O autor também enfatiza a importância das relações de poder na formação e manutenção do território. Ele argumenta que o poder está presente em todas as relações sociais e que é através dele que os atores sociais estabelecem suas fronteiras e reivindicam o controle sobre determinado espaço.

Segundo Raffestin (1993), o território é uma forma de controle do espaço, onde os atores sociais buscam garantir seus interesses e proteger seus recursos. Ele destaca que o território pode ser entendido como uma estratégia de poder, onde os grupos dominantes estabelecem suas normas e regras, influenciando as relações sociais e a organização do espaço. O autor também aborda a questão da territorialidade, que é a forma como os indivíduos se apropriam e se identificam com o território. Ele argumenta que a territorialidade está relacionada com a identidade e a pertencimento, sendo uma forma de estabelecer vínculos emocionais e afetivos com o espaço. Desse modo vejamos:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

De acordo com Raffestin (1993), o território é um conceito em constante transformação, influenciado pelas mudanças sociais, políticas e econômicas. Ele ressalta que o território não é estático, mas sim um processo contínuo de construção e reconstrução, moldado pelas relações de poder e pelas dinâmicas sociais.

Em suma, a abordagem do território de Claude Raffestin (1993) nos convida a refletir sobre a complexidade desse conceito, indo além de uma mera definição geográfica. Ele nos mostra que o território é um espaço construído e



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



apropriado por diferentes atores sociais, influenciado pelas relações de poder e em constante transformação.

Já Rogério Haesbaert (1997) analisa o território com diferentes abordagens, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) jurídico-política, segundo a qual "o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal"; 2) cultural(ista), que "prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço"; 3) econômica, "que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho" (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004, p.18). Vejamos:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos "híbridos" como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Rogério Haesbaert (1997), em seu livro "O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade", traz uma abordagem crítica em relação à ideia de desterritorialização, que tem sido amplamente difundida no contexto da globalização. Haesbaert argumenta que, ao contrário do que muitos afirmam, os territórios continuam sendo fundamentais na organização social, política e econômica.

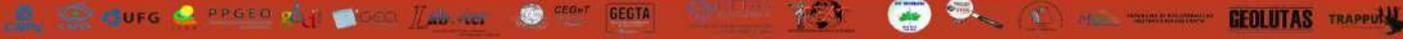
De acordo com o autor, a desterritorialização é um mito que surge a partir de uma visão simplista e superficial da realidade. Nessa perspectiva, a globalização seria capaz de superar as fronteiras e eliminar as diferenças territoriais, criando uma sociedade homogênea e sem limites. No entanto, Haesbaert (1997) defende que essa visão é ilusória e desconsidera a complexidade e a diversidade dos territórios. Para o autor, os territórios são construções sociais e políticas que estão em constante transformação. Eles são espaços onde se estabelecem relações de poder, identidade e pertencimento. Além disso, os territórios são marcados por conflitos e disputas,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



tanto internas quanto externas. Portanto, é impossível negar a importância dos territórios na organização das sociedades contemporâneas.

Haesbaert (1997) também destaca a ideia de multiterritorialidade, que se refere à coexistência de múltiplos territórios sobrepostos e entrelaçados. Nessa perspectiva, os territórios não são mais vistos como entidades fixas e delimitadas, mas sim como redes de relações que se estendem para além das fronteiras físicas. Essa abordagem reconhece a existência de diferentes escalas territoriais, desde o local até o global, e a interconexão entre elas.

Ao analisar o território a partir dessa perspectiva, Haesbaert (1997) ressalta a importância de se considerar as dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas que o constituem. Os territórios não são apenas espaços físicos, mas também simbólicos, onde se constroem identidades coletivas e se estabelecem relações de poder. Portanto, é fundamental compreender a complexidade e a diversidade dos territórios para uma análise mais precisa das transformações sociais contemporâneas.

Destarte, a abordagem do território de Rogério Haesbaert (1997) nos convida a repensar a ideia de desterritorialização e a reconhecer a importância dos territórios na organização social, política e econômica. Os territórios são construções sociais e políticas que estão em constante transformação, marcados por relações de poder, identidade e pertencimento. A multiterritorialidade é uma forma de compreender a complexidade e a diversidade dos territórios, reconhecendo a coexistência de múltiplas escalas e a interconexão entre elas.

Souza (2013) define o território como um espaço delimitado e apropriado por determinado grupo social, que estabelece relações de poder e controle sobre o mesmo. Anteriormente já destacava que “o território “ é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995:78).

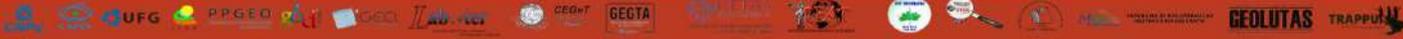
O território é, deste modo, uma construção social, resultado das interações e disputas entre diferentes atores. No entanto, o autor ressalta que o território não é algo fixo e imutável. Ele está sujeito a processos de (des)territorialização, que podem ser entendidos como as transformações e disputas que ocorrem no espaço, resultando em novas formas de apropriação



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



e controle. A (des)territorialização pode ser provocada por diversos fatores, como a globalização, o avanço do capitalismo, as migrações e os conflitos sociais.

Souza (2013) discute o entrelaçamento entre território e exclusão social. A (des)territorialização muitas vezes resulta na expulsão de determinados grupos de seus territórios, seja por meio de processos de gentrificação, remoções forçadas ou conflitos territoriais. Isso gera desigualdades sociais e espaciais, reforçando a exclusão e a marginalização de certos grupos. Além disso, o autor discute a relação entre território e ação política. Ele argumenta que o território é um espaço de lutas e resistências, onde diferentes atores sociais disputam o controle e a apropriação. A ação política no território pode ser entendida como uma forma de reivindicar direitos, de contestar as desigualdades e de buscar transformações sociais.

Milton Santos (2006) foi um importante geógrafo brasileiro que dedicou sua vida ao estudo do espaço geográfico e suas relações sociais. Uma de suas principais contribuições foi a abordagem do território, que se tornou uma referência fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e territoriais.

De acordo com Santos (2006), o território é um conceito complexo e multidimensional, que vai além de sua definição geográfica. Ele é resultado das relações sociais estabelecidas em determinado espaço, envolvendo aspectos políticos, econômicos, culturais e ambientais. O território é, portanto, uma construção social, que reflete as diferentes formas de apropriação e uso do espaço pelos grupos sociais.

Santos (2006) também destacou a importância das relações de poder na formação e organização dos territórios. Ele argumentava que o território é um instrumento de poder, utilizado por diferentes atores sociais para exercer controle sobre determinadas áreas e recursos. Essas relações de poder podem ser manifestadas de diversas formas, como a imposição de leis e normas, a delimitação de fronteiras e a exploração de recursos naturais.

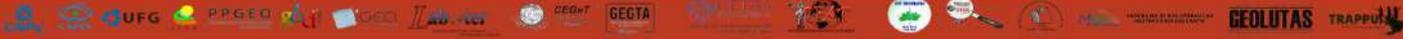
Além disso, Santos (2006) ressaltou a importância da escala na análise do território. Ele argumentava que as relações sociais e territoriais são construídas em diferentes níveis, desde o local até o global. Cada escala



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



possui suas próprias dinâmicas e contradições, e é fundamental considerar essas múltiplas escalas para uma compreensão mais completa do território. A abordagem de território de Milton Santos é amplamente reconhecida e utilizada no campo da geografia e em outras áreas do conhecimento, como sociologia, planejamento urbano e ciências sociais. Seu trabalho influenciou diversos pesquisadores e contribuiu para uma compreensão mais crítica e complexa das relações entre sociedade e espaço.

Como já temos discorrido, o conceito de território é frequentemente associado à ideia de posse, controle e delimitação de um espaço físico. No entanto, o geógrafo Cruz Hernández (2017) propõe uma abordagem diferente, entendendo o território como uma forma de existência, uma r-existência, que vai além das fronteiras físicas e se estende ao corpo e à própria Terra. Vejamos nas palavras do autor:

... la invitación que deja la propuesta cuerpo-territorio es mirar a los cuerpos como territorios vivos e históricos que aluden a una interpretación cosmogónica y política donde en él habitan nuestras heridas, memorias, saberes, deseos, sueños individuales y comunes y, a su vez, invita a mirar a los territorios como cuerpos sociales que están integrados a la red de la vida y, por tanto, nuestra relación hacia con ellos debe ser concebida como “acontecimiento ético” entendido como una irrupción frente a lo “otro”... (Cruz Hernández, 2017, p. 43).

Segundo Hernández (2017, p. 43), “o território não pode ser compreendido apenas como uma extensão de terra, mas como uma relação entre o corpo e o espaço”. Nessa perspectiva, o corpo se torna um corpoterritório, um lugar de experiências, sensações e vivências que se entrelaçam com o ambiente ao redor. O corpo é, portanto, um território em si mesmo, um espaço de manifestação da existência.

No entanto, a visão de território como r-existência vai além do corpo individual e se estende ao território-corpo da Terra. A Terra é concebida como um organismo vivo, interconectado e em constante transformação. Nesse sentido, o território se expande para além das fronteiras humanas e abrange toda a biosfera, incluindo os seres vivos e os elementos naturais.

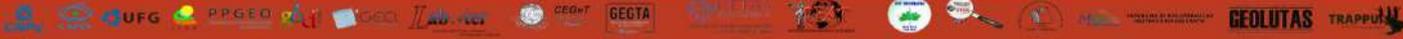
Essa concepção de território como r-existência implica uma relação de interdependência entre os corpos individuais e o território-corpo da Terra. O corpo humano não é apenas um espectador passivo do território, mas um



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



agente ativo que interage e transforma o ambiente ao redor. Da mesma forma, o território-corpo da Terra também influencia e molda os corpos individuais, criando uma relação simbiótica entre ambos.

Ao compreender o território como r-existência, rompemos com a ideia de propriedade e controle exclusivo sobre um espaço físico. Em vez disso, reconhecemos a importância da coexistência e da responsabilidade mútua entre os corpos individuais e o território-corpo da Terra. Essa abordagem nos convida a repensar nossas relações com o ambiente e a buscar uma convivência harmoniosa e sustentável com o mundo ao nosso redor.

O que se que conclui é de que o trabalho é um dos pontos fortes para a compreensão do território em que vivemos, e esse mesmo serve como fator de dominação . Logo, aventou K. Marx: "o homem vive da natureza, [o que] significa: a natureza é o seu corpo, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza" (sic; MARX, 1844/1984:155). Sendo assim:

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem... o homem se enfrenta como um poder natural com a matéria da natureza. Põe em ação as forças naturais que formam sua corporeidade, os braços e as pernas, a cabeça e as mãos, para assim assimilar, de forma útil para sua própria vida, as matérias que a natureza lhe fornece (MARX apud HARVEY, 1990, p. 108).

Insta salientar que na sociedade capitalista, verifica-se que os trabalhadores estão sendo vítimas e escravos de um sistema que busca expropriar cada vez mais as classes menos favorecidas. O capitalismo acaba por trazer a conversão dos meios de vida ao capital, as ferramentas subordinam os trabalhadores, esses são subordinados ao processo de mais valia. Deste modo, vê-se a eliminação do direito do trabalhador, colocando o trabalho precarizado e mostrando a forma brutal da separação do trabalhador da subsistência do ser social.

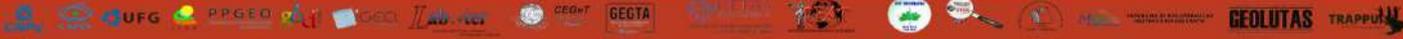
Logo, é preciso compreender as relações entre o território, o trabalho e a saúde, nesse caso dos docentes para promover melhores



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



condições de trabalho e garantir a qualidade da educação. A geografia desempenha um papel crucial nesse processo, permitindo o mapeamento e a análise das características territoriais, subsidiando a formulação de políticas públicas mais assertivas promovendo um ambiente escolar saudável e inclusivo com base no reconhecimento da importância do território como forma de exercer poder e da atuação conjunta de diferentes atores sociais como forma de (r) existência.

2- Trabalho Docente no Território do Distrito Federal e a Falta de Políticas Públicas para a Qualidade de Vida

A qualidade de vida no trabalho do docente são fundamentais para o seu bem-estar e desempenho profissional. No entanto, muitas vezes essas condições são precárias, o que pode levar a problemas de saúde e adoecimento. Mas o que é essa QVT? A preocupação com esse tema não vem de hoje, embora seja muito atual. Se não, vejamos, de acordo com Rodrigues (2001, p.76):

Os ensinamentos de Euclides de Alexandria sobre princípios de geometria, há 300 anos a.C, e que foram aplicados para melhorar o método de trabalho dos agricultores à margem do Nilo, ou a “Lei da Alavancas”, de Arquimedes, que, em 287 anos a.C, veio diminuir o esforço físico de muitos trabalhadores.

A qualidade de vida no trabalho tem sido uma preocupação do ser humano desde o começo de sua existência. Com diferentes nomes, em diferentes contextos, mas sempre com o objetivo de facilitar ou trazer satisfação e bem-estar ao trabalhador na realização de suas tarefas (RODRIGUES, 2001, p.76). No entanto, foi na década de 70 que o grande desenvolvimento da Qualidade de Vida no Trabalho realmente emergiu, principalmente devido à criação de centros de estudos em QVT nos Estados Unidos (SAMPAIO, 2004, p.28).

A utilização da QVT tem sido implicada no sentido de resgatar valores humanísticos e ambientais negligenciados pelas sociedades industrializadas em favor do avanço tecnológico e do crescimento econômico.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Isso vai ao encontro dessas preocupações, com base em dois pontos básicos: a produtividade e melhores condições de trabalho (FERNANDES, 1996, p. 39).

Partindo da premissa da falta de políticas públicas de QVT voltadas a prática docente, é preciso destacar que essa atividade que é a nossa discussão é de primazia relacional, essa característica ímpar nos remete ao adoecimento do professor do ponto de vista físico e mental observado em várias redes educacionais pelo país, tanto pública quanto privada. Como ressaltam Araújo, Reis, Kawalkiewicz (2003, p.20),

Os processos de desgaste físico e mental dos professores representam consequências negativas não somente para o professor, mas também ao aluno e ao sistema de ensino. Os custos sociais e econômicos podem ter múltiplos desfechos: absenteísmo, acidentes, e enfermidades diversas (físicas, comportamentais e psíquicas).

Dessa feita, assim como Oliveira & Assunção (op.cit, p.345), é preciso pensar políticas públicas cunhadas para a prevenção do adoecimento docente. No entanto, essa política deve estar centrada do sujeito protagonista desse processo, ou seja, o professor. Políticas essas pautadas nos fatores de proteção e prevenção as patologias típicas dessa profissão.

Não obstante, segundo a pesquisa realizada por Carlotto e Câmara (2015), fatores de proteção no ambiente de trabalho docente incluem o apoio da equipe escolar, a participação em atividades de formação continuada e a autonomia para tomar decisões pedagógicas. Esses fatores são essenciais para promover a satisfação e a motivação do professor, contribuindo para a sua saúde mental e emocional.

Por outro lado, existem fatores de adoecimento que podem afetar o docente, como a sobrecarga de trabalho, a falta de recursos materiais e a falta de reconhecimento profissional. De acordo com Lima e Guimarães (2017), esses fatores podem levar ao estresse, à exaustão e ao burnout, resultando em problemas de saúde física e mental.

A falta de condições adequadas de trabalho também pode prejudicar a qualidade do ensino oferecido aos alunos. Segundo a pesquisa de Almeida e Oliveira (2016), a insatisfação e o adoecimento dos professores podem afetar negativamente o seu desempenho em sala de aula, comprometendo o



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



aprendizado dos estudantes. Para melhorar as condições de vida e de trabalho do docente, é necessário investir em políticas públicas que valorizem a educação e os profissionais da área. Além disso, é importante promover a conscientização sobre a importância do bem-estar dos professores e fornecer suporte emocional e psicológico adequado.

Em suma, as condições de vida e de trabalho do docente são determinantes para o seu bem-estar e desempenho profissional. Fatores de proteção, como escuta ativa, o apoio da equipe escolar e a autonomia para tomar decisões pedagógicas, são essenciais para promover a saúde do professor. Por outro lado, fatores de adoecimento, como a sobrecarga de trabalho e a falta de recursos, podem levar ao estresse e ao burnout. Investir em políticas públicas e promover a conscientização sobre a importância do bem-estar dos professores são medidas necessárias para melhorar essa situação.

3-A realidade do Perfil Absenteísmo-Doença da Carreira de Magistério Público da Secretaria de Estado Educação – SEE/DF

A realidade do perfil absenteísmo-doença da carreira de magistério público da Secretaria de Estado Educação do Distrito Federal é um tema de extrema relevância e que merece ser discutido. O absenteísmo, ou seja, a ausência frequente e prolongada de servidores no ambiente de trabalho, é um problema que afeta diversas áreas, incluindo a educação.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o índice de absenteísmo no magistério público do Distrito Federal tem aumentado nos últimos anos. Isso tem gerado preocupação, uma vez que a falta de professores nas escolas compromete diretamente o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Esses dados também se apresentam nos dados levantados no Boletim Epidemiológico número 20 de agosto de 2021 organizado pela Diretoria de Epidemiologia em Saúde do Servidor – SUBSAÚDE/SEQUALI/SEEC. Esse boletim faz uma análise comparativa dos indicadores de absenteísmo-doença dos servidores estatutários entre o 1º



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



quadrimestre do ano de 2020 e 2021. O objetivo desde levantamento e monitoramento é de fomentar o planejamento de intervenções em saúde e segurança do trabalho. Vejamos os quadros.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE VALORIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA
SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO
DIRETORIA DE EPIDEMIOLOGIA EM SAÚDE DO SERVIDOR

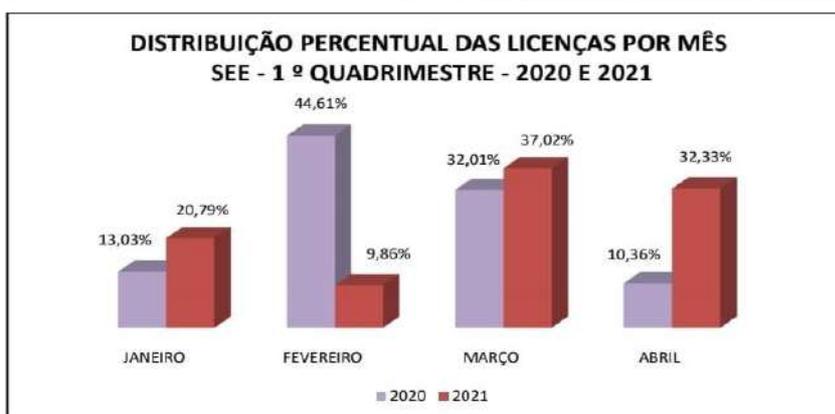


2 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.1 ANÁLISE DAS LICENÇAS POR MÊS

ANÁLISE DAS LICENÇAS POR MÊS - SEE - 1º QUADRIMESTRE - NÚMEROS ABSOLUTOS								
MÊS	2020				2021			
	QUANTIDADE DE LICENÇAS	QUANTIDADE DE DIAS AFASTADOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES AFASTADOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES ATIVOS	QUANTIDADE DE LICENÇAS	QUANTIDADE DE DIAS AFASTADOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES AFASTADOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES ATIVOS
JANEIRO	512	17496	481	34558	953	24700	905	33011
FEVEREIRO	1753	38187	1573	34278	452	14031	427	32880
MARÇO	1258	30848	1135	34113	1697	39059	1462	32733
ABRIL	407	16466	388	33893	1482	33759	1322	32575
MÉDIA	-	-	-	34210,50	-	-	-	32799,75
TOTAL	3930	102997	2764	-	4584	111549	3191	-

ANÁLISE DAS LICENÇAS POR MÊS - SEE - 1º QUADRIMESTRE - INDICADORES						
MÊS	2020			2021		
	IFL	ID	IFT	IFL	ID	IFT
JANEIRO	0,01	0,51	0,01	0,03	0,75	0,03
FEVEREIRO	0,05	1,11	0,05	0,01	0,43	0,01
MARÇO	0,04	0,90	0,03	0,05	1,19	0,04
ABRIL	0,01	0,49	0,01	0,05	1,04	0,04
TOTAL	0,11	3,01	0,08	0,14	3,40	0,10



DIRETORIA DE EPIDEMIOLOGIA EM SAÚDE DO SERVIDOR – SUBSAÚDE/SEQUALI/SEEC



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



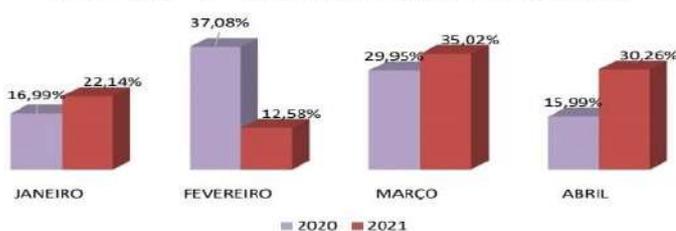
Em detida análise é possível perceber o aumento do quantitativo de licenças, o quantitativo de dias afastados, bem como a quantidade de servidores afastados comparando o primeiro quadrimestre de 2020 com o primeiro quadrimestre de 2021.

Outro dado que chama muito atenção nesse boletim é o chamado custo do absenteísmo-doença, o mesmo, segundo o relatório foi estimado calculando o valor do dia de trabalho de cada servidor afastado multiplicado pela quantidade de dias que este se ausentou para tratamento da própria saúde. Se não vejamos.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE VALORIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA
SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO
DIRETORIA DE EPIDEMIOLOGIA EM SAÚDE DO SERVIDOR



DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DIAS AFASTADOS POR MÊS - SEE - 1º QUADRIMESTRE - 2020 E 2021



2.2 CUSTO DO ABSENTEÍSMO-DOENÇA POR MÊS

CUSTO DO ABSENTEÍSMO-DOENÇA - SEE - 1º QUADRIMESTRE		
MÊS	2020	2021
JANEIRO	R\$5.712.853,17	R\$8.670.721,64
FEVEREIRO	R\$13.103.933,06	R\$4.866.988,34
MARÇO	R\$10.494.737,95	R\$14.148.897,15
ABRIL	R\$5.748.844,40	R\$12.162.423,29
TOTAL	R\$35.060.368,58	R\$39.849.030,42

2.3 ANÁLISE DAS LICENÇAS POR FAIXA DE DIAS

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS LICENÇAS POR FAIXA DE DIAS - SEE - 1º QUADRIMESTRE 2020 E 2021



DIRETORIA DE EPIDEMIOLOGIA EM SAÚDE DO SERVIDOR – SUBSAÚDE/SEQUALI/SEEC



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O custo do absenteísmo dos servidores da Secretaria de Educação do DF chega a cifras milionárias. No primeiro quadrimestre de 2021 esse valor chegou a ser a um montante de R\$ 39.849.030,42. Orçamento que de certa forma poderia ser utilizado em políticas públicas de prevenção ao absenteísmo investindo em QVT da profissão docente.

No que diz respeito as licenças por carreira, nesse caso específico do Distrito Federal, percebe-se que a carreira que domina os percentuais de absenteísmo é a do Magistério Público do DF. Vejamos.

2.5 ANÁLISE DAS LICENÇAS POR CARREIRA

ANÁLISE DAS LICENÇAS POR CARREIRA - SEE				
1º QUADRIMESTRE	2020		2021	
	IFL	PERCENTUAL DE LICENÇAS	IFL	PERCENTUAL DE LICENÇAS
ASSISTENCIA A EDUCACAO	0,10	21,09%	0,09	13,72%
MAGISTERIO PUBLICO DO DF	0,12	78,91%	0,16	86,17%
PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA DO DF	-	-	0,23	0,11%
TOTAL	0,11	100%	0,14	100%

Diversos fatores podem contribuir para o absenteísmo na carreira de magistério público. Um deles é a saúde dos profissionais, que muitas vezes são afetados por doenças relacionadas ao estresse e à sobrecarga de trabalho. Além disso, questões como a falta de valorização da carreira, a baixa remuneração e a falta de estrutura nas escolas também podem influenciar na ausência dos professores.

É importante ressaltar que o absenteísmo-doença não é exclusivo do magistério público do Distrito Federal, mas sim um problema presente em todo o país. De acordo com a pesquisa "Absenteísmo no serviço público: uma análise da literatura", realizada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o absenteísmo é um desafio enfrentado por diversas instituições públicas.

Para combater o absenteísmo-doença na carreira de magistério público, é fundamental que sejam adotadas medidas que visem a melhoria das condições de trabalho dos professores. Isso inclui a valorização da carreira, com remuneração adequada e reconhecimento profissional, além da garantia de um ambiente de trabalho saudável e seguro.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE VALORIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA
SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO
DIRETORIA DE EPIDEMIOLOGIA EM SAÚDE DO SERVIDOR



2.9 ANÁLISE DAS LICENÇAS POR CAPÍTULO DA CID – 10

ANÁLISE PERCENTUAL DAS LICENÇAS POR CAPÍTULO DA CID 10 - SEE - 1º QUADRIMESTRE 2020 E 2021		
CAPÍTULO DA CID 10	PERCENTUAL DE LICENÇAS	
	2020	2021
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	5,32%	10,47%
Capítulo II - Neoplasias (tumores)	2,62%	1,83%
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	0,23%	0,22%
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0,66%	0,59%
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	30,46%	36,06%
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	1,60%	1,44%
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	1,81%	1,16%
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,61%	0,24%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	2,98%	1,33%
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	5,14%	4,73%
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	2,06%	1,79%
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,64%	0,28%
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	16,18%	9,29%
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	2,11%	1,53%
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	1,68%	0,74%
Capítulo XVII - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	0,08%	0,04%
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório	3,00%	1,66%
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	8,52%	3,73%
Capítulo XX - Causas externas de morbidade e de mortalidade	0,03%	0,00%
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	13,23%	8,36%
Capítulo XXII - Códigos para propósitos especiais	0,03%	14,38%
Sem informação da CID 10 no SIGRH	1,02%	0,13%

DIRETORIA DE EPIDEMIOLOGIA EM SAÚDE DO SERVIDOR – SUBSAÚDE/SEQUALI/SEEC

É necessário também investir em programas de prevenção e promoção da saúde, que visem a redução do estresse e do adoecimento dos profissionais. Além disso, é fundamental que sejam oferecidos suporte e acompanhamento psicológico aos professores, para que possam lidar de forma adequada com as demandas da profissão. É mister salientar que no Distrito Federal, segundo o Boletim epidemiológico número 20 aqui discorrido, a grande maioria das Licenças da Carreira magistério é oriunda dos transtornos mentais e comportamentais seguido das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Ademais, a realidade do perfil absenteísmo-doença da carreira de magistério público da Secretaria de Estado Educação do Distrito Federal é um desafio que precisa ser enfrentado. É fundamental que sejam adotadas medidas que visem a melhoria das condições de trabalho dos professores, a valorização da carreira e o investimento em programas de prevenção e promoção da saúde. Somente assim será possível garantir qualidade de vida no trabalho para os docentes bem como uma educação de qualidade para todos os estudantes.

4- Considerações Finais

A relação entre território e poder é fundamental para compreender como a influência deste pode afetar o trabalho do docente. Em regiões onde o poder é concentrado e pouco democrático, o professor pode enfrentar obstáculos burocráticos e restrições que dificultam seu exercício profissional. Por outro lado, em territórios onde o poder é mais descentralizado e a participação dos profissionais é valorizada, o docente tende a ter mais autonomia e liberdade para desenvolver sua prática pedagógica.

O espaço físico também desempenha um papel importante na forma como o docente realiza seu trabalho. Escolas localizadas em áreas de vulnerabilidade social, por exemplo, podem apresentar maiores dificuldades estruturais e de recursos, o que impacta diretamente na qualidade da educação oferecida. Além disso, a falta de segurança nessas regiões pode levar a um ambiente de trabalho estressante e com riscos para a integridade física dos professores.

A política e a economia do território também têm um impacto significativo na atividade docente. Em regiões em que o investimento em educação é prioritário e há incentivos para o desenvolvimento profissional dos professores, é possível observar um maior engajamento e satisfação no trabalho. Porém, quando os recursos são escassos e a educação não é priorizada, a profissão docente pode se tornar desvalorizada, o que afeta diretamente a motivação e a qualidade do trabalho realizado.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Todas essas influências do território no trabalho do docente podem levar ao adoecimento profissional. A sobrecarga de trabalho, a falta de recursos, a desvalorização da profissão, entre outros fatores, podem resultar em estresse, ansiedade e até mesmo depressão. É preciso que sejam criadas políticas de valorização e incentivo aos docentes, bem como investimentos em infraestrutura e recursos educacionais adequados, visando garantir uma educação de qualidade e uma melhor qualidade de vida para esses profissionais.

Em suma, a influência do território no trabalho e na qualidade de vida do docente é inegável. Para garantir uma educação de qualidade, é fundamental que sejam criadas políticas públicas que considerem as características específicas de cada território, buscando valorizar e oferecer condições adequadas para o desenvolvimento profissional e a qualidade de vida dos docentes. Assim, todos saem ganhando: os professores, os alunos e a sociedade como um todo.

A influência do território no trabalho do docente também se estende à existência do mesmo. A existência do professor é moldada pelas condições socioeconômicas e políticas do território em que atua. O docente enfrenta desafios diários, tanto profissionais quanto pessoais, influenciados por fatores como a falta de recursos, a violência, a desigualdade social e a discriminação.

A existência do professor é permeada por questões que vão além das salas de aula, refletindo-se em sua própria identidade e bem-estar. A falta de reconhecimento, de incentivos e de condições adequadas de trabalho podem prejudicar sua motivação e comprometimento com a profissão. Isso resulta em uma redução na qualidade do ensino oferecido aos estudantes, perpetuando um ciclo de desigualdades.

No entanto, apesar de todas as adversidades que podem surgir do território, é importante ressaltar a resiliência, a (r) existência e criatividade dos docentes. Eles se reinventam constantemente para enfrentar desafios, encontrando maneiras de superar obstáculos e oferecer o melhor ensino possível, mesmo em condições difíceis. A resiliência do professor é uma resposta à necessidade de adaptar-se às condições do território em que está inserido, mostrando sua força e dedicação à educação.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Para melhorar a qualidade de vida do docente e garantir um ambiente de trabalho propício ao seu desenvolvimento profissional, é fundamental que sejam implementadas políticas efetivas de valorização da educação e dos profissionais da área. Isso inclui investimentos em infraestrutura adequada, melhores condições de trabalho, remuneração digna, programas de capacitação e apoio emocional.

Além disso, é necessário promover a participação dos docentes nas decisões políticas e educacionais que afetam o seu trabalho. Os professores devem ser ouvidos, valorizados e ter voz ativa para contribuir com a construção de políticas educacionais mais eficazes e condizentes com as necessidades e realidades do território em que atuam. Essa influência do território no trabalho e na qualidade de vida do docente é um tema complexo e multifacetado. É necessário abordar com seriedade e atenção para garantir a valorização da profissão e a melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida dos docentes. A educação é uma área fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e, para isso, é preciso cuidar daqueles que estão na linha de frente, os professores, proporcionando-lhes um ambiente propício ao seu trabalho e bem-estar.

A adoção de uma abordagem holística na valorização do território e de seus impactos no trabalho e na qualidade de vida do docente traz benefícios não apenas para os profissionais da área, mas também para os alunos e para a sociedade como um todo. Um território bem estruturado e com políticas educacionais eficazes promove um ambiente propício ao aprendizado, estimula o engajamento dos estudantes e contribui para a formação de cidadãos qualificados e conscientes.

É fundamental que as questões relacionadas ao território, poder, espaço e políticas educacionais sejam amplamente discutidas e debatidas na sociedade. Somente através do diálogo e da participação dos diversos atores envolvidos, como professores, gestores, alunos, famílias e comunidades, é possível promover mudanças efetivas e duradouras na educação.

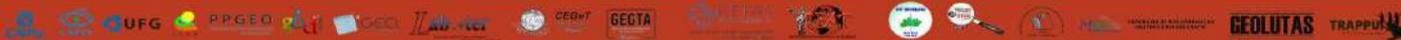
Além disso, a existência do docente deve ser valorizada e respeitada. O professor não é apenas um transmissor de conhecimento, mas também um agente de transformação e formação de indivíduos. Seu trabalho é



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



essencial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e desenvolvida.

Portanto, é necessário que sejam investidos esforços e recursos para garantir a devida atenção ao território em que os docentes estão inseridos, compreendendo suas especificidades e buscando soluções coletivas e sustentáveis. Somente assim será possível proporcionar condições adequadas de trabalho, promover a qualidade de vida dos docentes e, conseqüentemente, elevar a qualidade da educação oferecida.

Insta dizer que a influência do território no trabalho e na qualidade de vida do docente é inegável. O espaço físico, o poder político, a economia, as políticas educacionais e a existência do docente são elementos interligados que moldam a forma como o trabalho é realizado e como ele afeta a vida do profissional.

Para promover uma educação de qualidade e garantir o bem-estar dos docentes, é necessário investir em políticas públicas que considerem as particularidades de cada território, valorizando a profissão, oferecendo condições adequadas de trabalho e incentivando a participação dos profissionais nas decisões que afetam seu trabalho. Afinal, são eles que têm o poder de transformar o território através da educação.

Cabe a todos os envolvidos na área da educação, desde os gestores e governantes até os docentes e alunos, unir esforços para superar os desafios inerentes ao território e construir um ambiente educacional favorável, que promova o desenvolvimento integral dos indivíduos e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Afinal, a educação é a chave para a transformação e o progresso de um território e seus habitantes.

Referências bibliográficas

Almeida, L. S./ Oliveira, A. W. (2016). Condições de trabalho e qualidade de vida dos professores: um estudo exploratório com professores do ensino básico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(1), 1-10.

Boletim Epidemiológico – Absenteísmo –Doença nos Servidores Públicos Estatutários do Governo do Distrito Federal- Análise comparativa entre o 1º quadrimestre do ano de 2020 e 2021- DIRETORIA DE EPIDEMIOLOGIA EM SAÚDE DO SERVIDOR – SUBSAÚDE/SEQUALI/SE.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Pesquisa "Absentéismo no serviço público: uma análise da literatura". Disponível em: [https:// www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/gestao-publica/absenteismo-no-servico-publico-uma-analise-da-literatura.pdf](https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/gestao-publica/absenteismo-no-servico-publico-uma-analise-da-literatura.pdf). Acesso em: 20 de outubro de 2021.

Carlotto, M. S.; Câmara, S. G. (2015). Fatores de proteção e de risco para a saúde mental do professor. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 20(2), 126-135.

Fernandes, E.C. (1996) *Qualidade de Vida no Trabalho: Como medir para melhorar*. 3. Ed. Salvador: Casa da Qualidade.

Haesbaert, R. (1997) *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EdUFF.

Hernández, M.C. (2017). *Geografías de la existencia*. Ediciones Akal.

Lima, F. R.; Guimarães, L. A. M. (2017). Fatores de risco e proteção para o adoecimento docente. *Psicologia em Pesquisa*, 11(2), 160-169.

Raffestin, C. (1993) *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.

Rodrigues, M.V.C. (1994) *Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sampaio, J.R. (2004) *Qualidade de Vida no Trabalho e Psicologia Social*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Santos, M. (2006) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

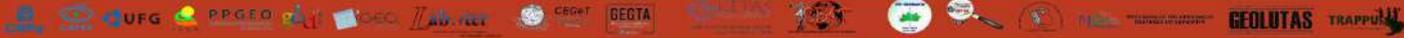
Souza, M.L. (2013) *Os conceitos fundamentais na pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Consequência.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



(RE)CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO SUDOESTE DE MATO GROSSO DO SUL: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA ROTA DE INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA-RILA

Ana Maria Soares de Oliveira¹
Amanda Macedo Saraiva²

RESUMO

O presente trabalho busca apreender as perspectivas dos setores do agronegócio, logística e transporte, frente à criação do corredor rodoviário bioceânico – Rota da Integração Latino Americana que ligará Mato Grosso do Sul (Brasil) aos portos do Chile, passando pelo Paraguai e Argentina, interligando assim a costa do Oceano Atlântico à costa do Oceano Pacífico. A atenção se voltará também para o entendimento acerca da expansão e consolidação dos negócios e atividades produtivas no âmbito do agronegócio (pecuária, sojicultura, complexo celulósico e canavicultora, por exemplo) que promovem a reprodução ampliada do capital e provoca rearranjos produtivos e organizacionais do capital e seu consequente avanço no território de Mato Grosso do Sul. Além dos aspectos econômicos que envolverão os setores supracitados e que provocam novos arranjos territoriais, produtivos e organizacionais para o capital, o propósito nesta pesquisa é sobretudo, apreender e discutir os desdobramentos socioespaciais decorrentes desse processo e da implantação da Rota Bioceânica, considerando que este corredor rodoviário passará por diversos municípios ao longo de seu traçado, impactando comunidades, culturas, costumes e modos de vida diferentes. Desse modo, esta pesquisa se pautará também na investigação e mapeamento das comunidades situadas no traçado da Rota em Mato Grosso do Sul e, particularmente na região sudoeste do estado, atentando para o cenário vivenciado por elas quanto aos aspectos territoriais, culturais e socioeconômicos das mesmas.

PALAVRAS – CHAVE: Rota de Integração Latino Americana; produção agropecuária, logística; transporte; agronegócio.

INTRODUÇÃO

Ao considerar que a lógica do capital é produzir e reproduzir um conjunto de mediações que se materializam espacialmente no território, nos instiga a refletir acerca dos contornos do processo de territorialização do capital,

¹ Doutora em Geografia. Docente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Membro do CEGET – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. Membro do GEOFRONTTER – Grupo de Estudos em Fronteira, Turismo e Território (UEMS). Membro do DITEFRON – Grupo de pesquisa sobre **Dinâmicas territoriais e espaços fronteiriços: produção do espaço, globalização e urbanização**. E-mail: ageo@uems.br

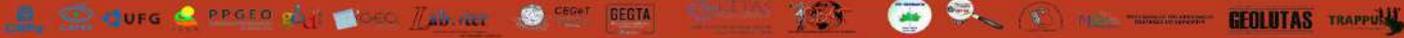
² Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: amanda.saraiva99@hotmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



que tem se expandido sobre novas áreas, explorando o uso da terra e da água para a produção e exportação de *commodities*.

Acreditamos ser importante compreender as (re)configurações espaciais produzidas no processo de expansão das atividades agropecuárias no território de Mato Grosso do Sul, decorrentes das alianças político-estratégicas estabelecidas entre o capital personificado no agronegócio, proprietários de terras, setores de logística e transporte, investidores e o Estado.

Assim, o propósito neste trabalho é sobretudo, apreender e discutir os aspectos econômicos que provocam novos arranjos territoriais, produtivos e organizacionais para o capital, bem como os arranjos socioespaciais na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, considerando o mais recente empreendimento em implantação, que é a RILA - Rota de Integração Latino Americana, ou como comumente é chamada, Rota Bioceânica.

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO DO SUL

O desenvolvimento da agropecuária no país, bem como no estado de Mato Grosso do Sul, ocorreu a partir das mudanças na base técnica, bem como das políticas de desenvolvimento da região Centro-Oeste, com o esgotamento da fronteira agrícola da região Sul e a abertura do mercado internacional da soja.

Nos anos 1970, a sociedade brasileira passou por grandes transformações decorrentes de sua inserção em uma nova divisão internacional do trabalho, sob o comando dos grandes oligopólios transnacionais. Nessa conjuntura, Mato Grosso do Sul se integrou mais efetivamente à expansão do capitalismo no campo, com a modernização da agricultura, cujos monocultivos destinavam-se ao processamento agroindustrial e à exportação, a exemplo da soja que se expandiu na região Centro-Oeste.

Terra (2009) destaca que o predomínio de terrenos planos ou de reduzida declividade, que favorece a mecanização agrícola; além do baixo custo das terras sul-mato-grossenses, foram fatores determinantes para os investimentos dos migrantes sulistas.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O autor salienta que a abundância de terras subaproveitadas com a pecuária extensiva, somadas às condições edafoclimáticas, especialmente do cone sul de Mato Grosso do Sul, favoreceu a territorialização e a modernização da agricultura sul-mato-grossense em um contexto de expansão internacional do mercado de soja. (2009, p.66)

Nas últimas décadas essa monocultura se espalhou no território nacional, se constituindo uma das principais *commodities* do agronegócio brasileiro, especialmente no cerrado, uma vez que os avanços tecnológicos possibilitaram a adaptação dessa planta às características edafoclimáticas desse bioma.

As inovações contribuíram também para que o cerrado sul-mato-grossense anteriormente ocupado majoritariamente pela pecuária extensiva, fosse expressivamente substituído por outros usos e ocupações, sobretudo pela agricultura moderna de base capitalista, inserindo Mato Grosso do Sul no cenário do agronegócio.

[...] Mato Grosso do Sul tornou-se estratégico na incorporação de novas áreas, tanto pela sua posição geográfica, como por suas características físico-ambientais, que propiciavam a expansão da produção agropecuária nos padrões da nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico da “Revolução Verde (TERRA, 2009, p. 66)

Vê-se, pois, que além dos fatores já citados, a localização geográfica de Mato Grosso do Sul, próximo a importantes centros consumidores, também tem facilitado o escoamento da produção e colocado o mesmo no ranking dos maiores exportadores de *commodities* do Brasil, especialmente com a produção de soja, cana de açúcar, açúcar e álcool, celulose, algodão em caroço e milho, como seus principais produtos. Fato que explica o crescente processo de territorialização desse setor produtivo no estado.

Apesar dos impactos que a expansão territorial e os mecanismos adotados para aumentar a produção e a produtividade desse setor tem provocado para a sociedade e para o meio ambiente, o agronegócio é considerado por seus defensores, o setor mais representativo da economia brasileira, participando em cerca de um terço do PIB do país. (RODRIGUES, 2014, p.2)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



De acordo com dados preliminares divulgados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA)³, em setembro de 2023, o PIB do setor do agronegócio no Brasil pode alcançar R\$ 2,63 trilhões neste ano. O estudo levou em consideração o desempenho da economia brasileira no período analisado e aponta que o agronegócio pode responder por 24,4% do PIB do país em 2023.

A estimativa em termos de faturamento da produção agropecuária de Mato Grosso do Sul na safra/2023 é de aproximadamente R\$ 72,5 bilhões neste ano, apresentando uma alta de 5,6%, em relação aos R\$ 68,6 bilhões registrados em 2022. (Ministério da Agricultura e Pecuária).

Se formos subdividir esses valores, a agricultura responderá pelo faturamento bruto de R\$ 52,7 bilhões e a pecuária por R\$ 19,7 bilhões. Desse total, só a soja é responsável por R\$ 31,6 bilhões, alta de 33,7% na comparação com 2022. (CORREIO DO ESTADO, 06/2023)⁴.

No que se refere às exportações do estado, a soja também aparece na liderança como o primeiro produto do ranking, representando 24,90% do total exportado em termos de valores. A celulose comparece em segundo lugar com 18,88%; o milho em terceiro com 16,71%; a carne bovina em quarto com 11,31%; seguido do farelo de soja com 7,05% e carne de aves com 4,31%. (MAIS SOJA, 2023)

Nesse cenário de exportações a China se mantém como o principal destino das exportações de Mato Grosso do Sul, sendo responsável por 35,28% das vendas externas do estado. O segundo importador é o Japão, que respondeu no primeiro trimestre de 2023 por 7,69% do total. O terceiro nesse ranking de exportações é os Estados Unidos, que responde por 7,66%; seguido pela Argentina com 5,09%. (MAIS SOJA, 2023)⁵

Importante salientar que, independentemente das questões conjunturais e climáticas que eventualmente influenciam nos quantitativos e percentuais de produção e exportação de Mato Grosso do Sul, especialmente

³ Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

⁴ Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/economia/producao-agricola-de-ms-deve-chegar-a-r-725-bilhoes-em-2023/416428/>

⁵ Disponível em: <https://maissoja.com.br/exportacoes-de-ms-chegam-a-us-2-bilhoes-no-primeiro-trimestre-de-2023-puxadas-pela-soja-celulose-milho-e-carnes/>



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



neste ano, o setor do agronegócio segue em destaque na economia do estado, do qual doze municípios são protagonistas, compondo o ranking dos cem principais municípios brasileiros produtores agropecuários.

Dada esta expansão produtiva e importância econômica atribuída ao agronegócio, o discurso dos setores econômicos e governistas é de que há a demanda por mais investimentos e melhorias no sistema logístico e de transportes do estado, de modo a propiciar mais dinâmica e eficiência no escoamento da produção.

Esses setores defendem que para expandir as exportações das *commodities*, reduzindo a distância, o tempo de transporte e os custos, requer a melhoria e a expansão do sistema logístico e de transporte, que seja eficiente e possibilite interligar diferentes modais (rodoviário, hidroviário e ferroviário).

TRANSPORTE E LOGÍSTICA E A PERSPECTIVA DA RILA

Como o setor de transportes, de modo geral, se configura um setor com capacidade de absorção das transformações estruturais, tecnológicas e econômicas, no espaço e no tempo, este pode se revelar um elemento importante que está imbricado com as estratégias de desenvolvimento econômico e regional.

Segundo Santos (2002) a sociedade contemporânea foi historicamente influenciada pelas mudanças no meio técnico-científico-informacional, possibilitando maior fluidez territorial, que, por sua vez demanda o aperfeiçoamento de técnicas, de novos sistemas de objetos que intensificam os sistemas de ações.

Nesse sentido, Santos e Silveira (2004) observam que com o meio técnico-científico-informacional, os círculos de cooperação adquiriram um nível de complexidade e uma escala geográfica mais ampla, graças a produção de fixos mais especializados e mais equipados tecnologicamente, o que possibilita o impulsionamento da circulação territorial das mercadorias vinculada à lógica do sistema capitalista.

A rapidez com que as ações e transformações ocorrem no âmbito do processo produtivo, em todas as suas fases, têm possibilitado a incorporação de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



estratégias que vão além das técnicas implantadas internamente às empresas, se estendendo à inovação das empresas no mercado, de modo a se tornarem mais competitivas. Nesse sentido, como destaca Coutinho (1992) as bases da competitividade no mercado estão diretamente vinculadas à capacidade de inovação empresarial.

Em síntese, o autor destaca que a “competitividade não advém da ‘adoção de fatores e recursos’ e dos seus preços relativos, muito embora esta possa (e deva) valer-se dessas condições, mas resulta de estratégias empresariais deliberadas de investimento, buscadas na capacitação tecnológica endógena e sistêmica, para produzir com eficiência máxima e para introduzir novos processos e produtos. (COUTINHO, 1992, p. 13)

Acredita-se que nesse processo o capital busca alianças com o Estado no sentido de viabilizar suas estratégias de reprodução. De modo que os investimentos em infraestrutura favoreçam o agronegócio, em termos de expansão territorial da produção, melhoria dos sistemas de logística e transporte e, conseqüentemente intensificando a circulação de mercadorias e, conseqüentemente seu consumo.

Nesse sentido, Lamoso (2009, p. 43) destaca que a “infraestrutura é o suporte para a produção, a circulação e o consumo de mercadorias geradas pelas atividades produtivas e um dos elementos organizadores e produtores de espaço, influenciando no desenvolvimento econômico”.

Seguindo este raciocínio, considera-se que a perspectiva de empresários e governantes com a implantação da RILA é justamente investir em melhoria da infraestrutura logística e de transporte, visando expandir os negócios.

Os agentes econômicos e de governo consideram a Rota de Integração Latino Americana como um dos projetos mais importantes para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, já que tem o objetivo de encurtar os caminhos para as exportações e importações do estado até a Ásia e a América do Norte.

Esse corredor rodoviário vai percorrer 3.320 quilômetros, partindo da capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, passando pelo município de Sidrolândia, bem como por municípios da região sudoeste do



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



estado, tais como Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Porto Murinho, até a cidade de Antofagasta, no Chile. (Figura 1)



Figura 1 – Traçado da RILA entre MS/Brasil, Paraguai, Argentina e Chile.

Fonte: Súzan Benites - Porto Murinho Notícias

Uma das medidas para dar início ao processo de implantação da RILA foi a criação do projeto de construção de uma ponte de 680 metros, ligando Porto Murinho a Carmelo Peralta, no Paraguai, a qual ainda se encontra em obras. Também há a perspectiva de construção de outra estrutura ligando Porto Murinho à localidade de Vallemey para possibilitar o acesso à região central do Paraguai e ligar à capital Assunção. (Figura 2)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 2 - Obra da ponte sobre o Rio Paraguai.
Por: Chico Ribeiro (Assegov).
Fonte: Jornal Midiamax (online)

A expectativa com a RILA é que também sejam criados portos secos, bem como novos terminais portuários, além do que já está em atividade no município de Porto Murtinho, na região sudoeste do estado. Isto propiciará um incremento no setor logístico, transformando Mato Grosso do Sul em um importante centro de importação e exportação.

Assim, a defesa dos interessados (empresários e governo) é de que a implantação da RILA é uma alternativa ao Porto de Santos (SP), possibilitando o encurtamento de distância e tempo (em 17 dias) para as exportações e importações das *commodities* de Mato Grosso do Sul e brasileiras entre mercados potenciais na Ásia, Oceania e Costa Oeste dos Estados Unidos. Conseqüentemente, poderá reduzir os custos com o transporte, uma vez que o corredor de exportação antes direcionado aos portos de Paranaguá (PR) ou de Santos (SP), passe a ocorrer pela nova rota.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS DESSE EMPREENDIMENTO

Importante observar que, para embasar essa lógica do capital, adotam-se um discurso enviesado de que a Rota de Integração Latino-Americana propiciará desenvolvimento econômico e “social” nas localidades onde este empreendimento for implantado.

A perspectiva dos diferentes setores com a criação da RILA é que, além desta se configurar como um corredor de escoamento de *commodities*, se torne um vetor de desenvolvimento econômico. Os defensores da implantação da mesma vislumbram o desenvolvimento local propiciado pelo fluxo de mercadorias que circularão, surgimento de serviços diversos para atender esse fluxo, injetando recursos nas localidades ao longo do corredor e, inclusive desenvolvimento do Turismo.

Entre os locais turísticos a ser contemplados com a implantação da Rota destacam-se o Pantanal Sul-mato-grossense, Bonito, o Chaco paraguaio, a Cordilheira dos Andes, o Deserto do Atacama e as vinícolas chilenas e argentinas, além de outros ainda menos ou não conhecidos no setor turístico.

Acredita-se, que os setores do agronegócio, logística e transporte do estado estão se mobilizando e projetando uma reestruturação na dinâmica da circulação, na medida em que seu desenvolvimento demanda investimentos em infraestruturas, modernização tecnológica, adequação funcional dos fixos aos fluxos e incremento no planejamento e nas estratégias de governo, o que repercutirá economicamente para o estado de Mato Grosso do Sul e mesmo para o país, com a ampliação de sua rede de relações econômicas com outros países.

Todavia, há que se refletir acerca desse desenvolvimento esperado, uma vez que a RILA passará por diversos municípios e comunidades dos países envolvidos, com culturas, costumes, línguas e modos de vida diferentes.

Frente a este cenário, as universidades participantes da UniRila – Universidades da Rota de Integração Latino-americana, a exemplo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS, veem como importante a realização de mapeamento das potencialidades de ensino, pesquisa e extensão



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



das universidades, visando elaborar diagnósticos no sentido de minimizar os impactos socioespaciais e ambientais negativos.

É preciso conhecer a realidade desses locais e promover ações que possibilitem evitar e/ou mitigar os desdobramentos negativos que a criação e desenvolvimento da Rota acarretará nas comunidades envolvidas.

Alguns estudos já vêm sendo feitos nesse sentido, ou seja, mapeando também as potencialidades das comunidades quanto à produção da agricultura familiar, especialmente dos municípios localizados no traçado da Rota, como Sidrolândia, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Porto Murtinho. O levantamento efetuado por pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, por exemplo, tem como propósito potencializar a produção dessas comunidades integrando-as à Rota, de modo a propiciar desenvolvimento local⁶.

Este trabalho decorre dessa perspectiva de realização de pesquisas, visando investigar e mapear o cenário atual e futuro dos municípios e comunidades situadas no trajeto por onde passará a Rota.

Para isto estamos realizando pesquisa bibliográfica básica e, levantamento de dados e informações em referências especializadas sobre os setores de logística, transporte e produção agropecuária no estado de Mato Grosso do Sul e, de modo particular nos municípios que farão parte do recorte territorial.

Também estamos iniciando a observação de campo e entrevistas para coleta de informações junto aos órgãos e instituições vinculadas aos setores em investigação, tais como: a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), Ministério de Transportes (MIT), Banco de Dados de Infraestrutura e Transportes (BIT), Empresa Brasileira de Logística (EPL), dentre outros. Bem como junto aos órgãos de governo do estado, tais como: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro), a Secretário de Estado de Infraestrutura (Seinfra), Sindicato das

⁶ Disponível em: <https://www.portomurtinhonoticias.com.br/noticia/5978/rota-bioceanica-deve-ampliar-a-producao-da-agricultura-familiar-do-estado>



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas & Logística do Estado De Mato Grosso do Sul (SETLOG) e Prefeituras Municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a perspectiva de criação da RILA, é defendida pelos agentes econômicos e de governo, como um dos projetos mais importantes para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, visando encurtar os caminhos para as exportações e importações do estado até a Ásia e a América do Norte.

Todavia, precisamos refletir acerca desse desenvolvimento esperado, uma vez que a RILA passará por vários municípios e comunidades dos países envolvidos, com culturas, costumes, línguas e modos de vida diferentes.

A partir da observação empírica, já visualizamos mudanças na perspectiva de aumento do fluxo de caminhões nas rodovias, BR-060, que liga Campo Grande aos municípios de Sidrolândia, Nioaque, Guia Lopes da Laguna e Jardim; e BR-267, que liga Jardim a Porto Murtinho.

As mudanças já são perceptíveis também do ponto de vista da territorialização de novas empresas nesses municípios, ligadas às grandes redes de lojas, atacadistas, novos hotéis, portos secos e terminais portuários, estes últimos no município de Porto Murtinho.

A pesquisa está em curso e ainda há muitas informações para levantar sobre esse empreendimento e seus desdobramentos. Sobre a realidade dos municípios da região sudoeste de Mato Grosso do Sul, localizados no traçado da RILA, bem como as ações público-privadas no sentido de evitar e/ou mitigar os desdobramentos negativos que a criação e desenvolvimento desse corredor rodoviário já está acarretando nesses locais.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, L. **A terceira revolução industrial e tecnológica**: As grandes tendências de mudança. Revista Economia e Sociedade. Campinas/SP: UNICAMP, n.1, 1992, p. 68-87.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R, L. L (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

LAMOSO, L. P. A infraestrutura como elemento organizador do território. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P. MOURÃO, P. F. C. (Org.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. Expressão Popular: São Paulo, 2009. p.43-62.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SPOSITO, E. S. Território, logística e mundialização do capital. In: SPOSITO, E. S. (Org.) **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 1999.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – UNESP: Presidente Prudente, 2009, 325f.

Fontes de sites

<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

<https://correiodoestado.com.br/economia/producao-agricola-de-ms-deve-chegar-a-r-725-bilhoes-em-2023/416428/>

<https://maissoja.com.br/exportacoes-de-ms-chegam-a-us-2-bilhoes-no-primeiro-trimestre-de-2023-puxadas-pela-soja-celulose-milho-e-carnes/>

<https://midiamax.uol.com.br/politica/transparencia/2023/obra-de-acesso-a-ponte-da-rota-bioceanica-sobre-o-rio-paraguai-custara-r-472-milhoes/>

<https://www.portomurtinhonoticias.com.br/noticia/5978/rota-bioceanica-deve-ampliar-a-producao-da-agricultura-familiar-do-estado>



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



DISPUTAS NAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO ENTRE CONSCIÊNCIAS E FINANCIAMENTOS PÚBLICOS

Tássio Barreto Cunha¹

Resumo: A política voltada para a educação no Brasil, de modo majoritário, protagoniza os anseios da classe dominante que controla o Estado, quando estes e seus/suas filhos (as) ocupam as estruturas públicas de ensino (em demasia, as universidades) ou são privilegiados em instituições privadas, em condições literalmente abissais, se tratando de desigualdades ligadas ao acesso a serviços de educação que por um lado proporciona a formação de profissionais de grande inserção no mundo do trabalho (este entendido como um princípio educativo) e do outro, uma massa de pessoas sem identidade profissional, com fortes chances de serem direcionadas para o exército industrial de reserva. Logo, a partir dessa perspectiva, se apresenta uma proposta de investigação para a compreensão de tal condição a partir do golpe de Estado executado junto ao povo brasileiro em 2016, em que as políticas de educação fizeram parte do leque de questões protagonistas desse movimento.

Palavras-chave: Educação, Política Pública, Disputa e Brasil.

INTRODUÇÃO

As disputas das políticas públicas no Estado brasileiro são vistas a partir de um percurso histórico em disputas amarradas por relações de poder embasadas na luta de classes, que focam essa instituição como central, pois a força dominante necessita do controle para a legitimação dos seus interesses. Vinculado a esse enfoque, é necessário entender que questões de renda, território/lugar, gênero, étnico-raciais etc., permeiam esse palco, vistas como protagonistas para compreender os litígios centrais que demandam o caminhar principal da estrutura estatal, que tem como enfoque da classe que o domina a transformação de tudo em mercadoria com o intuito de acumular e expandir riquezas tendo o lucro enquanto norte em desrespeito a qualquer condição e relação de vida.

Não desvinculada dessa toada, as políticas públicas educacionais historicamente foram verdadeiros espetáculos de conflitos entre sujeitos que povoam o território brasileiro, desde a chegada dos europeus no século XVI com a imposição do sistema educacional jesuítico, sem qualquer consideração das tradições e ensinamentos dos povos tradicionais ali existentes, induzindo suas verdades de mundo com uma proposta de base religiosa e doutrinária, até os dias

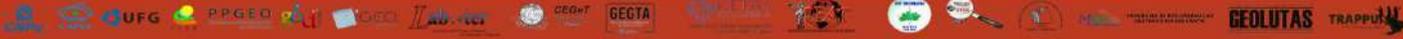
¹Professor do Instituto Federal de Brasília – IFB, campus Riacho Fundo. Contato: tassio.cunha@ifb.edu.br.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



atuais, com a inserção em massa do capital financeiro nos mais diferentes níveis educacionais dos centros de ensino e nas mais variadas partes que as compõem.

Mesmo esse padrão sendo reconfigurado ao longo dos séculos, a condição da classe dominante de induzir políticas educacionais públicas prevaleceu como “peça chave” ao longo de nossa história. Isso pelo resultado estratégico desse controle obter, tanto no que equivale aos seus anseios no modo de produção capitalista em relação à fissura de acumular riquezas, quanto à influência direta de contribuir na formação de consciências das massas populares.

Logo, são nessas duas questões fundamentais que essa proposta de pesquisa deve-se direcionar: 1 - a disputa incessante do controle do fundo público da educação e 2 - como essa condição está atrelada diretamente a propostas educacionais que influenciam a formação de consciências e conseqüentemente o modo de pensar e agir da população.

Esse campo não é visto como neutro e tão pouco imparcial. É lido a partir das vozes e ações dos sujeitos que estão infiltrados diretamente nessa questão, seja diretamente com posicionamentos e entrelaços diretos ou através de entidades representativas que expõe, descrevem e disputam os interesses daqueles (as) que os financiam, como: ONG's, Associações, Cooperativas, Partidos etc.

Logo, entende-se que há uma verdadeira clarificação da continuação da acumulação primitiva no Brasil e a clara necessidade de investigação deste processo exploratório a partir da realidade dos centros de ensino e os vínculos litigiosos com as políticas que os envolvem, com um reconhecimento que esta lógica segue viva auto se reconfigurando no tempo e no espaço, visto que as variadas maneiras vulgares de geração de valor possuem vínculos diretos com as formas e funções do ensino. Em questões atreladas a um estado de classes que tem como um dos focos de dominação o controle das consciências dos (as) subordinados (as).

Assim, é vista a construção constante de uma imposição ideológica a partir de ações pedagógicas que contribuem na formação da população pelas classes dominantes, em movimentos que se ramificam entre outras entidades classistas e que reforçam este bojo alienante, seja fora ou dentro dos centros de ensino, como as músicas, propagandas e marketings, igrejas, atividades artísticas, justiça e até (contra) sindicatos e movimentos sociais.

Ou seja, os centros de ensino são entendidos como um instrumento de reprodução do modo de produção capitalista, visto que no Brasil, a proposta que



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



predomina é uma formação sem identidade profissional para a imensa parte dos (as) filhos (as) da classe trabalhadora (empurrados para a o exército de reserva), outra pequena parcela para a realização de uma profissão alienante onde o foco é meramente a execução e não do pensar nas relações e condições do trabalho. Em que os centros de ensino em maioria, são palcos de propagação de interesse da burguesia.

Na outra margem se encontra um grupo seletivo que são direcionados a se qualificar profissionalmente, porém, intuídos de reproduzir e trabalhar em pró dos interesses dominantes.

Portanto, com base nessas relações, se propõe enquanto primeiros passos dessa proposta a ótica apresentada na seguinte hipótese enquanto uma afirmação primeira, com a finalidade de começarmos a engatinhar em um horizonte que se apresentará no caminhar da pesquisa proposta neste texto.

Hipótese (afirmação preliminar)

Entende-se que há uma disputa frente aos recursos do Fundo Nacional da Educação Pública no Estado brasileiro via o Ministério da Educação – MEC (educação básica, educação técnica e tecnológica e educação superior), com diferentes sujeitos envolvidos, estes trajados de variadas intenções, sejam pedagógicas e/ou financeiras. Porém, intuídas de interferir diretamente na formação de consciência do alunado com transmissões de princípios e valores que reverberam as leituras de mundo de cada grupo. Visto que, nesse imbróglio existem conluios dentro do Estado entre grandes capitais e representantes do MEC que defendem um modelo de educação voltado para o capital, conflitantes com propostas advindas de pensadores (as) progressistas e movimentos sociais. Estas diferenças se resumem além das disputas dos recursos, em uma proposta pedagógica voltada para as habilidades e competências (defendida pelo capital) e a outra para o desenvolvimento do conhecimento do aluno (defendida pelos progressistas).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



JUSTIFICATIVA

Parte-se do pressuposto de que o fundo da educação pública no Brasil está em disputa. Logo, entende-se a necessidade de buscar identificar os mais variados sujeitos que estão envolvidos. Isso leva-se a entender que há diferentes concepções frente aos caminhos que este instrumento do MEC deva seguir, pois as discrepantes leituras de mundo junto com os variados itinerários de vida, demonstram essa condição. O que no entender dessa proposta de pesquisa, há outros interesses que vão além do objetivo econômico, se transplantando para focos na formação das pessoas e a transmissão de valores e princípios a partir do campo educacional. O que pode-se afirmar a ocorrência de uma disputa de classes e conseqüentemente de territórios de consciências, a princípio com sujeitos direcionados pelo capital x classe trabalhadora, que disputam modos de gestão, currículos, modelos pedagógicos e em essência, corpos e mentes de brasileiros (as).

Isso é dito pela defesa de entender que a busca do conhecimento do comportamento humano é milenar, visto que as forças dominantes sempre buscaram o controle e o conhecimento desse artifício para propagar seus anseios enquanto verdade para as massas populares com o objetivo de dominá-las tanto se tratando de suas consciências, quanto das ações. Logo, entende-se que essa estratégia foi, é e será necessária nos mais diversos segmentos de classe dominantes que possam existir, pois é sabido que a formação educacional/de consciência é dada a partir das relações sociais e dos ambientes de convívio de cada indivíduo.

Se tratando dos centros de ensino, a performance não é tida de modo diferente e tão pouco único. Porém, compreendida por suas particularidades na formação humana, sobretudo a profissional, com influência o modo de pensar e agir das pessoas, por toda a vida. O que reforça a ideia de entender o trabalho enquanto um princípio educativo basilar, que também é disputado em suas mais diversas formas de domínio e controle, entendendo-o enquanto condição inerente à formação de consciência, às ações dos seres em vida e a construção e o entendimento de suas relações sociais.

Frente a esse amadurecimento de compreensão, entende-se a necessidade de um recorte temporal para melhor elucidar a problemática levantada, sobretudo no



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



que equivale a condição de momento do território brasileiro a partir de uma ótica abrupta das desigualdades sociais sustentadas por questões estruturais alavancadas junto ao estado brasileiro após a chegada portuguesa no último ano do século XV, em destaque para temas relacionados a assuntos de grandeza étnico-racial, regional, gênero e de renda.

Dessa forma, é visto que a arquitetura e a execução do golpe de estado que o povo brasileiro sofreu em 2016, é um marco para entender as novas roupagens que a acumulação primitiva segue exercendo no Brasil, vendo as políticas da educação como um dos focos centrais, trajados por meio de instrumentos regulatórios que diretamente interferem em ações públicas já em curso e/ou projetadas, como as leis/normativas de reformulação do ensino médio, da BNCC, do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD e a flexibilização para expansão da Educação a Distância – EAD (sumariamente para a educação superior); ligado a isso – os cortes/desvios orçamentários realizados e justificados via a PEC 95 (teto de gastos para políticas de educação, saúde, programas sociais e de infraestrutura) e o desvinculo de parte dos royalties do pré-sal que iria financiar políticas públicas da educação e saúde; mais o fomento a precarização do trabalho dos profissionais em educação via a lei das terceirizações, a reforma trabalhista e a da previdência social. Isso somado a portarias que fomentaram a militarização de escolas civis, com cunho na ordem, na acumulação e a propagação ideológica dos anseios dominantes em subordinar, controlar e alienar filhos (as) da classe trabalhadora.

Portanto, é na defesa de compreender a natureza dos conflitos em torno das verbas públicas da educação e as diferentes posições dos sujeitos envolvidos, que esta proposta de pesquisa se põe enquanto crucial, com os seguintes objetivos, proposta metodológica e perguntas geradoras.

OBJETIVOS

Geral

Analisar as disputas dos sujeitos envolvidos no Fundo Público da Educação no Brasil.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Específicos

- . Identificar os sujeitos e as disputas existentes;
- . Compreender os intuitos e direcionamentos das ações e verbas ligadas aos sujeitos existentes;
- . Entender a ligação das instituições ligadas ao Fundo Público da Educação no mercado financeiro;
- . Interpretar as intenções de uso das verbas do Fundo Público da Educação brasileira, pelas instituições existentes.

METODOLOGIA

Entende-se que as reservas financeiras voltadas para o financiamento de políticas educacionais no Brasil, possuem características contraditórias no que se referem aos seus direcionamentos, pois, o que é público é visto a partir do princípio que é “do povo e para o povo”. Porém, não é assim que este instrumento está sendo utilizado. Pois, a uma diversa e complexa teia de sujeitos que estão drenando suas finanças para o capital privado da educação e destoando sua essência, que é a busca da construção de uma educação popular de qualidade.

Neste sentido, essa proposta de pesquisa visa entender essas nuances a partir da orientação teórica de pensadores (as) que debatem esta temática a partir da ótica de classes, onde busca entender essas disputas com foco na compreensão de litígios de consciências e conseqüentemente de ações da massa popular, visto que os centros de ensino são lugares/territórios centrais nesta disputa.

Seguindo essa toada, é percebido a importância de buscar informações a partir de discursos dos sujeitos que se apresentam em volta da temática apresentada. Isso poderá ser possível através de levantamentos em: audiências públicas, arquivos públicos e privados, áudios divulgados, jornais e revistas, documentários, processos e arquivos jurídicos etc. Essa condição pode ser somada com a realização de entrevistas, neste caso, semiestruturadas, visto que esse modelo que indica o conteúdo a partir de tópicos permite o (a) entrevistado (a) expor suas ideias mais próximas do seu perfil ideológico e nos dá suporte para uma leitura do real mais próxima do possível.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Logo, esse caminhar deve ser mais embasado com a utilização também de procedimentos metodológicos quantitativos, que podem ser utilizados para reforçar os discursos identificados e conseqüentemente a realização de produtos com fontes a partir dessas informações, como mapas, organogramas, gráficos, tabelas, charges, quadros de fotos e arquivos e etc. Isso pode ser desenvolvido na busca de informações estatísticas em bancos de dados do MEC, INEP, IBGE, Fundação Anísio Teixeira, Ministério da Fazenda, B3 (bolsa de valores do Brasil), jornais de abrangência nacional e internacional, organizações transnacionais (BIRD, ONU, FMI, UNICEF, Unesco etc.) e etc.

Portanto, é visto que esse nexu qualiquantitativo é um importante trilho metodológico a ser seguido, pelo suporte de leitura do real que este pode contribuir com as pesquisas humanistas e sobretudo geográficas, diante das suas posições públicas que tem como foco a leitura da realidade de modo mais transparente e racional.

PERGUNTAS GERADORAS

1 - Quais as entidades de classe que protagonizam a disputa pelo fundo público da educação brasileira?

2 - Quais interesses na formação curricular os sujeitos que disputam o fundo público da educação no Brasil possuem?

3 - Como os financiamentos do fundo estão divididos se tratando da transferência de recursos e quais entidades estão angariando a maioria destes?

RESULTADOS ESPERADOS

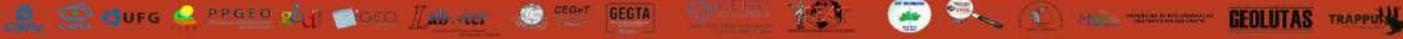
Esta proposta de pesquisa possui como intuito contribuir de modo teórico-metodológico, no que equivale à dinâmica territorial das políticas educacionais no Brasil com foco na disputa dos recursos públicos, com o foco de buscar entender a questão a partir das particularidades e dos sujeitos envolvidos a partir de uma ótica geográfica.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Logo, a geografia tem sua real contribuição com seus conceitos-base e sua capacidade de integração, para assim aprofundar a leitura da realidade. Visto que, a compreensão conjunta de alguns conceitos podem ser uma boa pista para aguçarmos nossa interpretação, sendo a relação do território e o lugar um passo para tal, considerando os centros de ensino como “babilônias”, se tratando de conflitos de ideias e identidades. A tríade estado-capital-trabalho é outro norte de interpretação, esta, intuída de ler o trabalho como princípio educativo rotulado por um estado serviçal ao capital e as nuances de resistências construídas por trabalhadores (as) contra-hegemônicos (as).

Portanto, esta temática é vista com grande importância de ser investigada, já que o direcionamento de recursos (simbolizados pelo dinheiro) são centrais para compreender rotas de diferentes interesses e anseios dos sujeitos que estão inseridos nas disputas das políticas educacionais no estado brasileiro.

BIBLIOGRAFIAS

FREIRE, Paulo. **Justificativa da pedagogia do oprimido**. In. A pedagogia do oprimido. 17a edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro - RJ. 1987.

_____. **A importância do ato de ler**. 42a edição. Coleção: Questões da nossa época. São Paulo – SP. Cortez Editora. 2001.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Inovação educacional: grandezas e misérias da ideologia**. In. Inovação educacional no Brasil. Problemas e Perspectivas. Cortez editora. São Paulo. 1980.

INSTITUTO HUMANITAS UNISMOS. Kroton Educacional: **“Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse”**. Entrevista de Allan Kenji a André Antunes. 2018.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



LAVAL, Christian. Introdução. In. **A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução Mariana Echalar. Ed. Boitempo. Coleção Estado de Sítio. São Paulo. 2019.

Mészáros, István. **A educação para além do capital**. In. O desafio e o fardo do tempo histórico. 2a edição, coleção Mundo do Trabalho. São Paulo – SP. Boitempo. 2007.

RICCI, Rudá. **A militarização das escolas públicas**. In. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Org. Fernando Cássio. 1a edição. Editora Boitempo. São Paulo - SP. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **A defesa da escola pública**. In. Ensino público e algumas falas sobre a universidade. Coleção - Polêmicas do nosso tempo. Cortez Editora. 1984.

_____. **Escola e democracia II. para além da teoria da curvatura da vara**. In. Escola e democracia. Campinas - SP. Autores associados. 1999.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E O TRABALHO ESCRAVO NO CAMPO

¹David Caio Alves Nascimento

²Edvaldo Carlos de Lima

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo tratar de um dos principais gargalos brasileiros, a questão agrária no campo e o trabalho escravo, com a manutenção da concentração fundiária privilegiando os latifúndios em detrimento dos camponeses, gerando um conflito de interesses em que o capital vai buscar explorar os recursos naturais para a maximização dos lucros, ainda se faz necessário ser debatido estes problemas seculares. O trabalho escravo ainda utilizado nas grandes propriedades, é uma mancha de um passado de exploração dessa mão de obra.

Palavras Chaves: Trabalho escravo; Concentração fundiária; Capital.

INTRODUÇÃO

Há muito tempo a história da agricultura brasileira tem sido regada por injustiça, exploração da mão de obra escrava, concentração fundiária e degradação ambiental. Por isso, o fato de a questão agrária no Brasil ainda ser repleta de problemas como esses exige a necessidade de ela continue sendo refletida e debatida. Dessa forma, destaca-se a importância dessa discussão, especialmente a respeito do persistente trabalho escravo no campo que, inclusive, está interligado ao acúmulo de terras pela parte mais favorecida da sociedade.

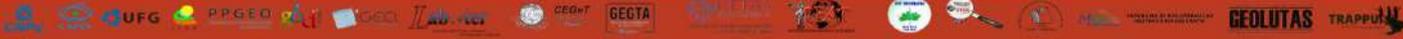
De ante mão, vale destacar que a exploração da mão de obra camponesa para a servidão à classe dominante no campo advém do período da idade média, com a tomada das terras por parte da igreja, criando uma estrutura feudal e impedindo o desenvolvimento da economia, principalmente na América Latina. Então, com a chegada das grandes navegações da Europa, iniciou-se o sistema que perdura até hoje no campo brasileiro: a estrutura fundiária concentrada e violenta, com a manutenção das condições de trabalho degradantes (Frank, 1985, p. 35). Assim, no início da exploração das terras brasileiras no século XVI, o país realizou seus



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



primeiros crimes contra os verdadeiros donos da terra, os nativos, com o roubo da terra e a distribuição para os indicados da coroa portuguesa às capitânicas hereditárias.

Adiante, segundo Alentejano (2011, p. 74), o principal ponto que manteve a concentração fundiária no Brasil foi a Lei de Terras criada em 1850, referente à escolha da não distribuição de terras para a classe trabalhadora, pois, até então, estava em vigor a escravidão oficializada, com a tutela do Estado. Por conseguinte, o ato de reavaliar as condições de trabalho referidas acima sempre foi um gargalo para os donos de terras, em razão dessa estrutura secular que facilita a exploração de mão de obra escrava, há mais de 500 anos.

Segundo Correia (2007), a base econômica do Brasil nunca foi a cana-de-açúcar nem a exploração mineral, mas sim a compra e venda de escravos. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo destrinchar a formação do campo brasileiro como principal agente de exclusão da classe trabalhadora e a sua exploração de mão de obra com o trabalho escravo.

O desenvolvimento dos conflitos agrários no Brasil, sempre esteve presente, pois a terra é geradora de riqueza para o capital, como apenas no século passado é que alguns direitos passaram a ser concedidos para os trabalhadores, como Antunes, (2017) nos coloca de forma clara, na Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) apenas na década de 30 excluiu os trabalhadores rurais destas conquistas, por uma forte influência dos latifundiários no congresso.

Os custos desta decisão são desastrosos para o proletário que mantiveram os precários moldes de trabalho, gerando assim uma acumulação ainda maior de capital impondo aos camponeses uma servidão. Na década de 60 a primeira CLT para os trabalhadores rurais com todos os direitos previstos para o proletário urbano algumas décadas anteriores.

METODOLOGIA

Como procedimento metodológico no desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se referências bibliográficas de autores que tratavam sobre o histórico do campo brasileiro, a construção dos processos enfrentados atualmente, a concentração fundiária e a exploração do trabalho escravo no campo brasileiro. Buscou-se, ainda, informações sobre a distribuição de terras no Brasil, por meio de dados fornecidos

Graduando em Geografia pela UEPB; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Membro do CEAT (Centro de Estudos Agrários e do Trabalho); Brasil; davidcaio1301@gmail.com

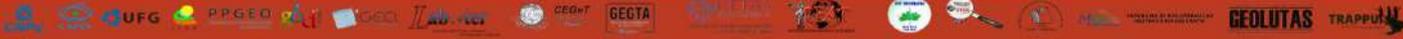
Professor titular da UEPB; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Brasil; edvaldo.edvlima@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

DESENVOLVIMENTO

O capital só é reproduzido por e a partir do trabalho realizado pela classe trabalhadora, mas o entendimento sobre a maneira que o trabalho – como fonte produtora e reprodutora de capital – ocorre vem mudando com o tempo. Dessa forma, Antunes (2020, p. 157) explica que o capitalismo tem atravessado uma metamorfose em sua base de acumulação nas últimas quatro décadas, provocando com isso a terceirização no mundo do trabalho ou, como foi implementado, a flexibilização do capital.

No campo, essa terceirização é cada vez mais crescente em razão da modernização, com o uso dos defensivos e com os maquinários, tendo como principal resultado no mundo do trabalho a intensificação do trabalho informatizado, como consequência ao desenvolvimento do capital morto e à diminuição do trabalho vivo. (Antunes, 2020, p. 40). No entanto, esse não é o único problema relacionado ao trabalho escravo em âmbito rural no Brasil.

Outro ponto que precisa ser discutido é que a estrutura fundiária, que fomenta o problema social em questão, vai muito além da perspectiva de distribuição igualitária de terras. Essa organização agrária está ligada ao modo como ocorreu a formação territorial do país, sendo esse um fator crucial no desenvolvimento econômico e social do estado brasileiro. A falta de acesso à terra colocou grupos sociais em saída de suas condições econômicas, assim como os relegou ao não desenvolvimento. Portanto, Leite (2011) expõe esse ponto de vista como motivo principal para discutir-se o progresso do país enquanto nação e como forma de entender as mazelas sociais no Brasil.

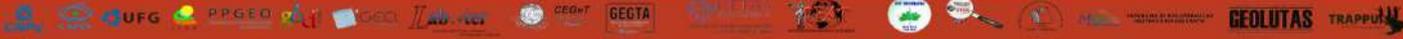
Durante séculos, o Brasil foi forjado por diversas normativas que estruturavam a questão fundiária, sendo a primeira a das sesmarias, um regulamento que fazia a distribuição de terras para o povoamento e desenvolvimento agrícola nessa nova terra. Entretanto, acometeu-se uma brecha conhecida como “Brecha camponesa”, de maneira que a coroa portuguesa concedeu terras para os escravizados a fim de que



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



fizessem a plantação de culturas de subsistência e abastecimento do mercado interno (IBGE, 2017, p. 48).

Dessa forma, somente no século XVIII foi criada uma nova normativa sobre a distribuição de terras, a Lei de Terras datada de 18/09/1850, a qual determinava uma outra forma de aquisição de propriedades no país. Essa lei levava em conta a forma como passou a ser tratada a reforma agrária brasileira, ou seja, sem considerar os camponeses, negligenciando a quem sempre produziu na terra, e deixando-os sem acesso a ela até os dias atuais (Brasil, 2020 p. 1).

Segundo Furtado (1971), uma economia colonial baseia-se em manutenção das terras nas mãos de pequenos grupos sociais, voltada à pecuária extensiva pela facilidade de o gado entrar na propriedade e, lógico, para expandir as terras. Seguindo na mesma linha de raciocínio, Andrade (2005, p.113) ratifica que a ocupação do sertão nordestino ocorreu com o domínio de grandes extensões de terras através do gado como principal agente. Isto significa que os grandes produtores possuíam uma vantagem desproporcional desde essa época. Nessa perspectiva, é possível entender que é estrutural a não distribuição das terras de maneira mais justa.

Para esclarecer ainda mais, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no último censo agropecuário realizado, colocou em números reais essa estrutura fundiária brasileira. O país possui uma distorção de terras gigantesca. A concentração de terras entre quem de fato produz e quem apenas as possui é enorme, conforme pode-se verificar abaixo:

81% dos estabelecimentos agropecuários no país tinham até 50 hectares, por outro lado, eles ocupavam apenas 12,8% da área total dos estabelecimentos no Brasil. No outro extremo, apenas 0,3% do número de estabelecimentos tinha mais de 2.500 hectares, porém chegavam a ocupar 32,8% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2017, p. 6).

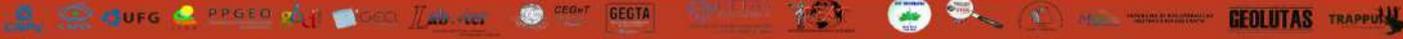
Vale ressaltar que, o índice de crescimento da concentração fundiária aumentou nos últimos anos (IBGE, 2017, p. 5). Por isso, essas distorções na distribuição de terras no Brasil incentivam a uma prática abominável da humanidade que é o trabalho escravo no campo brasileiro, visto que são índices alarmantes segundo o MPT (Ministério Público do Trabalho).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Em outros termos, mesmo com a proibição da escravatura desde o século XVIII, os casos continuam muito presentes, como retrata o observatório do MPT contra o trabalho escravo no campo. Felizmente, no ano de 2022 foram libertas cerca de 60 mil pessoas em condições análogas à escravidão, fossem elas com dívidas de trabalho ou vindouras de ambientes totalmente insalubres (Brasil, 2023, p. 1).

O crescimento dos casos de trabalho escravo no campo brasileiro está ligado a uma nova onda neoliberal, onde os direitos trabalhistas são “flexionados” para atender os interesses do capital, gera este processo de precarização do trabalho no campo, pois existe uma maior facilidade de acontecer estes crimes trabalhistas e contra a humanidade no campo, do que na área urbana.

Com o desenvolvimento das técnicas no campo brasileiro no período pós-revolução verde, este processo de apropriação do trabalho da classe operaria se torna ainda mais forte, pois com o início deste novo modelo de agricultura implantado no mundo com intuito de acabar com a fome no planeta, a partir da manutenção do modelo de latifúndios, agrotóxicos, fertilizantes e sementes geneticamente modificada é danoso para os agricultores que manejam a terra de maneira correta (Silva, Falchetti, 2011).

O desenvolvimento das variadas técnicas agrícolas a partir da revolução verde como trata Wachekowski, Rizzi, Figueiredo e Soares (2021 pág. 3)

Com a RV, entre os anos de 1975 e 1979 a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), houve a inserção dos agrotóxicos de forma definitiva no cotidiano dos trabalhadores rurais, pois uma das normas do PND dizia que o agricultor era obrigado a comprar os produtos (agrotóxicos) para conseguir ter acesso aos recursos do crédito rural. Tal fator aumentou os riscos de adoecimentos e mortes. (SILVA et al, 2005). O uso destes agrotóxicos, segundo Silva et al (2005), leva a exposição ocupacional e a contaminação ambiental dos trabalhadores do meio rural, assim como as famílias dos agricultores, a população vizinha e a população em geral que se alimenta dos produtos que são produzidos no campo.

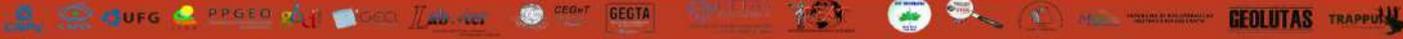
Com a implementação deste processo vários trabalhadores do campo, passaram a manusear de maneira equivocada os defensivos agrícolas, isto causou uma reação em cadeia que afeta a saúde dos indivíduos que trabalham de maneira



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



direta e indireta de quem consome esses produtos, pois além da contaminação por vias aéreas por está em contato com o vento, os alimentos são contaminados aumentando os impactos desta revolução desastrosa (Wachekowski, Rizzi, Figueiredo e Soares, 2021).

Os trabalhadores do campo brasileiro, sofrem com a informalidade, característica do Brasil como nação, facilitando assim esta perpetuação dos processos de precarização do trabalho, pois somente em 1963 é que ocorre a primeira consolidação dos direitos para o homem do campo, essa normativa trata dos direitos básicos férias, decimo terceiro, dia semanal de descanso uma evolução, mas muito distante de ser consolidada (Igor Natusch, 2023).

Dentro da política de reformas sociais instituída por Getúlio Vargas desde seu retorno à presidência, em 1951, a situação de homens e mulheres do campo voltou ao cenário político. Em 1954, o Executivo enviou ao Congresso um projeto com itens como a limitação da jornada de trabalho e a garantia de estabilidade e previdência social – que não chegou a ser aprovado, mas consolidou a agenda do trabalhador rural como um tema de profundo debate na sociedade brasileira.

Apresentado em 1956 pelo deputado gaúcho Fernando Ferrari, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), o projeto que se transformaria no Estatuto do Trabalhador Rural só encontrou um cenário favorável a partir da chegada de João Goulart à presidência. A partir dos esforços do então ministro do Trabalho, Almino Afonso, e da pressão crescente dos cada vez mais organizados movimentos sociais do campo, a bancada trabalhista (que havia crescido significativamente em anos anteriores) teve a força política necessária para fazer o Estatuto avançar rumo à aprovação.

Um dos fatores que mais corroboram a ineficiência do modelo latifundiário no Brasil, é fome do campo, algo absurdo de se pensar por sair da zona rural a comida, com o modelo agroexportador adotado pelo país como Stédile, 1997 (pág. 29) gera fome e desigualdades presentes naquela década em que quase metade da população que passava fome se localizava no campo.

Graduando em Geografia pela UEPB; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Membro do CEAT (Centro de Estudos Agrários e do Trabalho); Brasil; davidcaio1301@gmail.com

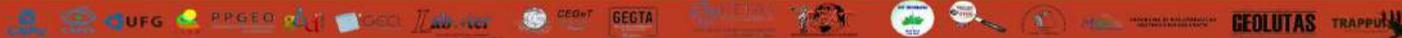
Professor titular da UEPB; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Brasil; edvaldo.edvlima@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Esse cenário foi modificado, mas persiste em acontecer no cenário atual, levando assim a corroborar os benefícios de uma reforma agrária de fato no Brasil, segundo dados do IBGE cerca de metade da população do campo passa por algum tipo de insegurança alimentar, que foi agravado de maneira vertiginosa após o golpe de 2016 que as políticas sociais foram colocadas em segundo plano no cenário.

Com grandes incentivos estatais para com o agronegócio, principalmente no processo de redemocratização fica claro a falta de interesse dos governantes para com a distribuição de terras para a reforma agrária no Brasil, o congresso nacional tomado por uma bancada que procura defender a qualquer custo os interesses dos latifundiários explicam este cenário (Junior, 2016 pág. 18).

Com as crises do capital que como Mezáros, (2002, pág. 160) trata do processo de retroalimentação para a manutenção das classes dominantes, um modelo falido que não consegue crescer de maneira orgânica e de forma igualitária. Os burgueses veem na crise de 2008, como trata Junior, (2016 pág.23) uma maneira de se apropriar de uma só vez dos elementos naturais essenciais para a sobrevivência humana, com o intuito de reprodução do capital.

Nessa nova conjuntura o desenvolvimento das questões agrárias está cada vez mais interligado de maneira empírica a invasão deste capital no campo tornando isso de forma irreversível o processo de internacionalização da agricultura uma forma nova de imperialismo que se instala nas ex-colônias.

Dessa forma, o campo é um local onde, cada vez mais, tem sido deflagradas diversas ações do MPT para combater o trabalho escravo nos grandes latifúndios. Mas, o Brasil ainda é um país fortemente marcado pelo trabalho escravo institucionalizado do início da colônia até pouco mais de 200 anos atrás, e que tem deixado marcas de uma atrocidade sem precedentes. Tudo isso influenciou na maneira como se trata o trabalho no campo, principalmente pelo enraizamento da cultura da escravidão nos donos de terras até a atualidade.

CONCLUSÃO

A partir deste estudo, foi possível constatar que o campo brasileiro possui grandes dificuldades para o crescimento e desenvolvimento do país, como observou-



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



se na relação da distribuição de terras, sendo proibido o acesso à terra por parte dos camponeses e escravos, desde o Brasil Colonial até os dias atuais. Essas práticas forjaram a formação dos grandes latifúndios presentes em todas as regiões brasileiras.

Dessa forma, foi possível construir um diálogo destrinchando a respeito da formação do campo brasileiro como principal agente de exclusão da classe trabalhadora e a sua exploração de mão de obra com o trabalho escravo, promovendo uma reflexão mais atual sobre o assunto.

Por fim, o trabalho escravo permanece ainda presente no campo brasileiro, mesmo tendo sido deflagradas diversas ações do MPT para combater o trabalho escravo nos grandes latifúndios. Inclusive, é provável que muitos outros casos venham à tona nos próximos anos, em razão da flexibilização das leis trabalhistas.

REFERENCIAS

ANDRADE, M. C. A. **Terra e o Homem no Nordeste – contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

ALEJANDRO, Paulo. Questão Agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. **Terra Livre**, São Paulo-Sp, v. 27, n. 1, p. 69-95, jun. 2011.

ANTUNES, R. **O privilégio da Servidão o novo proletariado na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boi Tempo, 396 p. 2020.

BRASIL. IBGE. **Resultados Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.html. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. R. W. Agência Senado. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ESTEDILE. João Pedro. A questão Agrária no Brasil; coordenação Wanderley Loconte – São Paulo: **Atual**, 1997 Espaço e Debate.

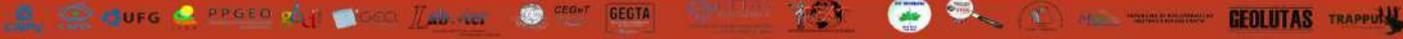
FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1971. 200 p.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



IGOR NATUSCH. Democracia e O Mundo do Trabalho. **2 de março de 1963: é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu ao ambiente do campo os direitos dos trabalhadores urbanos.** 2023. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/2-de-marco-de-1963-e-promulgado-o-estatuto-do-trabalhador-rural-que-estendeu-ao-ambiente-do-campo-os-direitos-dos-trabalhadores-urbanos/#:~:text=Primeira%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20a%20ter,o%20Estatuto%20do%20Trabalhador%20Rural...> Acesso em: 26 out. 2023.

LEITE, Acácio Zuniga. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafiose limites do uso do Índice de Gini. Revista NERA, ano 21, n. 42, p. 10-28, mai.-ago. 2018

MEZÁROS, I. Para além do capital. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo. Boitempo, 2002.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA (org.). **Brasil bate recorde de trabalho escravo e deputados sugerem propostas, força-tarefa e até CPI** Fonte: **Agência Câmara de Notícias.** 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/949504-brasil-bate-recorde-de-trabalho-escravo-e-deputados-sugerem-propostas-forca-tarefa-e-ate-cpi/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. **Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: lände Editorial, 545 p. 2016.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; SANTOS, Layane Rose Souza. **Questão Agrária e Conflitos Territoriais.** São Paulo: Outras Expressões, 2016. 230 p.

SILVA, R.T.P; FALCHETTI, S.A. Da revolução agrícola ao desenvolvimento sustentável e os princípios do ambientalismo no brasil. VIII Convibra Administração- Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2011. SIQUEIRA, S. L; KRUSE, M. H. L. Agrotóxicos e saúde humana: contribuição dos profissionais do campo da saúde. Rev. esc. enferm. USP vol.42 no.3 São Paulo Sept. 2008.

WACHEKOWSKI, Giovana; RIZZI, Julia Lazzari; FIGUEIREDO, Thaysi Carenet; SOARES, Narciso Vieira. AGROTÓXICOS, REVOLUÇÃO VERDE E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE: REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA ¹. In: XXVI JORNADA DE PESQUISA, 16., 2021, Santa Rosa-Rs. **Anais [...]** . Santa Rosa-Rs: Ijuí, 2022. p. 1-9.

Graduando em Geografia pela UEPB; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Membro do CEAT (Centro de Estudos Agrários e do Trabalho); Brasil; davidcaio1301@gmail.com

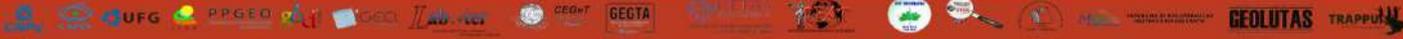
Professor titular da UEPB; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Brasil; edvaldo.edvlima@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Graduando em Geografia pela UEPB; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Membro do CEAT (Centro de Estudos Agrários e do Trabalho); Brasil; davidcaio1301@gmail.com
Professor titular da UEPB; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Brasil; edvaldo.edvlima@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



EVASÃO ESCOLAR NO DISTRITO FEDERAL: QUANDO O ABANDONO É DA CARREIRA DOCENTE

Frankesliny Barbosa da Cruz¹

Valdson José da Silva²

RESUMO

As exigências capitalistas por produção acelerada têm submetido os trabalhadores aos mais diversos tipos de adoecimento e acidentes, que acabam por culminar no abandono de suas funções. Nesta pesquisa fizemos uma revisão de literatura teórica referente ao fenômeno do abandono da carreira docente, com o objetivo de compreender os fatores que contribuem para o abandono da carreira docente, no ciclo de vida profissional dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal/DF. Como resultado, encontrou-se que a exigência de uma polivalência desmedida, aliada à precarização do trabalho e defasagem salarial contribuem para a rejeição da carreira. Dessa forma, faz-se necessário discutir alternativas de ingresso e permanência na carreira docente, com formulação e implementação de políticas públicas de valorização profissional e qualidade de vida no trabalho.

Palavras-chave: qualidade de vida no trabalho; evasão docente; vigilância em saúde do trabalhador.

Introdução

O trabalho é um direito social garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil e fomentado mediante políticas públicas. A proteção social de quem trabalha também é um direito constitucional, visto que o mundo do trabalho é permeado por transformações, tendências, dilemas, controvérsias, desafios e perspectivas. (Brasil, 1988).

As transformações da sociedade ao longo do tempo apontam para a busca por liberdade, e uma sociedade livre é construída por pessoas livres.

¹Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde – Fiocruz Brasília. Contato: fcruz@aluno.fiocruz.br; valdson.silva@edu.se.df.gov.br

² Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia, Instituto Federal de Brasília. Contato: valdson.silva@edu.se.df.gov.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Segundo a filósofa Hannah Arendt (2007), a constante busca da tão almejada liberdade leva o ser humano a querer fugir de suas prisões. Em seu livro “A Condição Humana”, a autora traz reflexões sobre as ações humanas no decorrer do tempo e apresenta alguns tipos de aprisionamentos que os homens julgam ter. Para ela, até mesmo o processo de surgimento da automação se apresentou como forma de libertar a humanidade do seu fardo mais antigo e natural: o fardo das imposições do trabalho (Arendt, 2007).

Livrar-se das prisões não é um desejo recente do ser humano. Apesar de o trabalho ser uma atividade fundamental da condição humana, o desejo do homem por se libertar das suas imposições é antigo, e já foi conquistado por uma minoria privilegiada (Arendt, 2007). Para a autora, são três as atividades da condição humana, englobadas na expressão *vita activa*: o labor, o trabalho e a ação. O labor seria o processo biológico do ser humano, desde o nascer até o declínio da vida, ou seja, reúne todos os esforços para a conservação da vida. O trabalho seria a interferência do homem na produção de um mundo não natural, que resulta em bens duráveis e que garante a sobrevivência. E a ação, por fim, é o relacionamento entre os homens, como atividade política e convívio coletivo (Arendt, 2007). Em suma, *vita activa* é estar em movimento no mundo.

As atividades da condição humana são aprendidas. Por meio da escola aprendemos a compreender e respeitar o processo biológico desde a mais tenra idade, somos preparados para o mundo do trabalho e para viver em coletividade, isto é, a ação como exercício da cidadania. No entanto, esse espaço não é neutro, as exigências capitalistas adentram também o ambiente escolar, tornando cada vez mais complexo o desempenho do trabalho docente (Souto, 2016).

A modernidade trouxe, na teoria, uma exaltação do trabalho, desvalorizando a ação como manifestação da liberdade. A sociedade transformou-se, assim, em uma sociedade do trabalho que já não conhece a liberdade de não trabalhar. Esse tipo de transformação acaba por reduzir o homem a um *animal laborans* – um animal trabalhador – e anula o pensar e o agir da vida ativa (Arendt, 2007).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Essa sociedade do trabalho deságua então numa sociedade do cansaço. A exaltação excessiva do rendimento e desempenho leva a um infarto da alma e gera um cansaço solitário (Han, 2015). É assim que por meio do trabalho o homem ganha ou perde a vida quando é submetido aos mais diversos tipos de adoecimento e acidentes, na tentativa de atender as exigências capitalistas por produção acelerada (Araújo; Ferreira; Almeida, 2016).

As transformações do mundo do trabalho, no século 21, trouxeram mudanças nas relações de trabalho e impactaram diretamente a vida das pessoas. As organizações tiveram que lidar com situações desafiadoras, como os efeitos crescente da competição e da competitividade, com trabalhadores mais conscientes de seus direitos e atentos em relação a qualidade de vida no trabalho e responsabilidade social. Assim surgiram os novos modelos de gestão organizacional, com objetivo de serem socialmente responsáveis e mais atentos às condições de trabalho (Limongi-França, 2004).

O ambiente escolar não ficou isento das transformações do mundo do trabalho e também reproduz os impactos das mudanças trabalhistas, submetendo os docentes às pressões da sala de aula somados com o controle do seu trabalho, e às longas jornadas de trabalho, gerando grave estresse. Para Neves *et al.* (2011), embora a instituição escolar tenha sido originalmente masculina e religiosa, atualmente ela é feminina e laica. O processo de urbanização e industrialização impulsionou o Estado a organizar a expansão da rede de ensino para escolarização de massa. Com o êxodo rural, o aumento da demanda por escola foi suprido às pelo processo de precarização do trabalho docente às custas, dentre outros, de um constante rebaixamento salarial (Vieira, 2007). O valor social da força de trabalho se expressa no valor de troca, que é o salário (Breilh, 1991), assim a desvalorização social do exercício da função docente, com baixos salários, tornou a profissão menos atraente para os homens.

A perda do prestígio da função de ensinar tornou-a precarizada e feminizada. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, fizeram-nas ocupar espaços que antes eram exclusivos dos homens, como é o caso do magistério. Qualidades associadas à natureza feminina, como a “destreza,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



minúcia, paciência e cuidados com o outro” foram agregadas à função de ensinar. Por não serem qualidades aprendidas em instituições formais e sim imputadas à natureza feminina, não são valorizadas socialmente e colaboram para a precarização do trabalho docente ainda nos tempos atuais (Neves *et al.*, 2011).

A precarização do trabalho docente adoece e faz com que professores não consigam retornar ao ambiente de trabalho para desempenhar suas funções. Com o constante movimento da escola para acompanhar as mudanças da sociedade, tem-se exigido dos professores cada vez mais desempenho e produção. Assim, espera-se que os professores, no exercício de suas funções, sejam trabalhadores polivalentes que saibam mediar a diversidade de saberes curriculares e tecnológicos, façam uso de metodologias de ensino inovadoras e ainda saibam lidar com a diversidade cultural dos alunos (Souto, 2016).

As exigências por produção e rendimento, a precarização e a excludência deterioram de forma progressiva as condições de trabalho e saúde dos docentes. Neves *et al.* (2011) destacam que os docentes tem apresentado quadro generalizado de sofrimento, sufocamento, estresse, esgotamento, ansiedade, depressão, e fadiga no trabalho, que se desenvolvem a partir do sentimento de incapacidade de atender as demandas por produção e desempenho.

A saúde mental de quem trabalha é afetada por diversos fatores relacionados às políticas adotadas na gestão de pessoas, pela estrutura oferecida aos trabalhadores e também pelo tipo de organização do trabalho (Merlo, 2011). Conjuntura de políticas neoliberais tendem a afastar as responsabilidades do Estado que é promover políticas públicas educacionais eficazes, e acaba por favorecer a privatização, municipalização, transferência de responsabilidade, e a privação de concurso público já que por meio dele se democratiza o acesso e assegura qualidade educacional (Vieira, 2007).

Além disso, a autora apresenta que o impacto da ausência do professor na escola é sempre negativo, seja financeiramente seja pedagogicamente. Para o profissional há perdas funcionais e/ou salariais, para o aluno, a interrupção do processo de ensino aprendizagem gera prejuízos



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



pedagógicos que afetam a qualidade da educação, para os gestores quase sempre será necessário improvisar para suprir as ausências (Vieira, 2007). Desta forma, o bem estar dos trabalhadores docentes é de suma importância para a melhoria da educação básica.

A partir dessas discussões, no presente trabalho, teve-se como objetivo analisar a ocorrência de exonerações nos últimos cinco anos solicitadas por professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, buscando na literatura os fatores que contribuem para o abandono da carreira docente e que impactam o processo educacional, a saúde do trabalhador e sua qualidade de vida.

Compõem este trabalho: a introdução, a metodologia, o desenvolvimento e as considerações finais. No desenvolvimento do texto, discorreremos sobre o ciclo de vida profissional dos professores, em seguida explanamos os fatores que contribuem para o abandono da carreira docente e que impactam o processo educacional, e por fim discorreremos sobre a fase do desinvestimento na carreira docente.

Metodologia

Para Lenin (1965, p.148, *apud* Minayo, 2002, p.16) “o método é a alma da teoria” e tanto o endeusamento das técnicas quanto seu desprezo resultam em estereótipos e especulações abstratas.

A metodologia engloba o método, as técnicas e a criatividade do pesquisador. Assim, os métodos e as técnicas utilizadas em um trabalho vão além de mera descrição formal, indicam as conexões que o autor fez com as leituras do referencial teórico, de forma a alcançar os objetivos que foram propostos (Minayo, 2002).

O método utilizado neste trabalho foi a revisão de literatura teórica referente ao fenômeno do abandono da carreira docente, com o objetivo de identificar os fatores que contribuem para a evasão docente e que impactam o processo educacional, a saúde do trabalhador e a qualidade de vida dos professores. Para Flick (2013, p. 45), “a literatura teórica é a que engloba as



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



obras sobre os conceitos, definições e teorias usadas em seu campo de investigação.”

A técnica utilizada foi a busca por artigos no buscador Google Acadêmico utilizando as palavras-chave: qualidade de vida no trabalho, evasão docente, vigilância em saúde do trabalhador, condições de trabalho. Segundo Flick (2013), a literatura cinzenta é aquela que não se encontra disponível em fontes usuais, como banco de dados ou índices, assim, também houve acesso a capítulos de livros e à literatura cinzenta com dados oriundos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF e pela Secretaria de Economia e Desenvolvimento do Distrito Federal.

O acesso à literatura cinzenta permitiu analisar o quantitativo de docentes que solicitaram exoneração nos últimos cinco anos, bem como confrontar com o crescente aumento dos casos de conflitos e ocorrências de assédios na SEEDF. Além disso, foi possível confrontar o fenômeno da evasão docente com o aumento exponencial da quantidade de licenças médicas solicitadas pelos docentes.

1. O ciclo de vida profissional dos professores

A escola possui o grande desafio de acompanhar as constantes mudanças que ocorrem na sociedade. É ela que prepara o indivíduo para ação e para o exercício da cidadania, sendo assim, dever da escola fomentar a liberdade de aprender e divulgar o pensamento e as criações (Briskievcz, 2020).

É na escola que se encontra a atividade de ação, aquela tão desvalorizada no mundo moderno, como disse Arendt (2007). Para a autora, a escola prepara para a ação, sendo capaz de ensinar valores e costumes aos alunos. Por isso, a escola antecede a plena atividade cidadã, pois ela vem antes das obrigações que as leis impõem aos cidadãos. Assim, uma cidadania se torna totalmente ativa após a passagem pela escola.

Segundo Briskievcz (2020) após ofertar aos alunos o ciclo básico de instrução, a escola deve entregar ao mundo cidadãos capacitados para o exercício da ação. Contudo, as exigências capitalistas que adentram o território



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



educacional têm priorizado mais o labor e o trabalho em detrimento da ação. Os professores são fundamentais para que a escola consiga cumprir sua missão de instruir sobre o labor, de capacitar para o trabalho e de aumentar a participação cidadã por meio da ação, e para isso, dedicam toda sua carreira profissional em busca desse ideal.

Huberman (2000) conceitua a carreira como o percurso das pessoas numa organização e como elas influenciam e são influenciadas nesse ambiente. Para o autor, o desenvolvimento da carreira é processual e se apresenta de diferentes formas para cada pessoa. Por não ser uma série de acontecimentos, o desenvolvimento da carreira pode ocorrer de forma linear ou não, passando pelo ciclo de vida profissional.

O ciclo de vida profissional dos professores, segundo Huberman (2000), possui várias fases e inicia-se pela entrada na carreira, passando pela estabilização, pela diversificação, pelo pôr-se em questão, pela serenidade e distanciamento afetivo, pelo conservantismo e lamentações, até a chegada ao desinvestimento que é quando ocorre a desistência da carreira docente.

Na fase da entrada na carreira ocorre um misto de descoberta e sobrevivência. No aspecto da descoberta, tem-se o entusiasmo de pertencer a um grupo docente e as responsabilidades próprias da função. Já o aspecto da sobrevivência se desdobra com o contato inicial com o “chão da escola” e a percepção da distância entre os ideais e a realidade educacional. Esses dois aspectos são vividos simultaneamente, e é o aspecto da descoberta que permite o docente suportar o aspecto da sobrevivência. Alguns docentes desenvolvem um dos aspectos de forma dominante e é isso que vai reger suas condutas e a forma de lidar com a carreira escolhida em suas variadas fases (Huberman, 2000).

O autor discorre ainda que no início da carreira a necessidade de explorar o todo pode muitas vezes ser cerceada pela própria instituição educacional, assim os docentes acabam por ter menos oportunidades de explorar a diversidade de turmas, de transitar entre as escolas e poucas oportunidades de crescimento profissional para além da sua sala de aula (Huberman, 2020).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Apesar desses desestímulos, Huberman (2000) indica que a próxima fase da vida profissional dos professores é a estabilização, que é quando se forma a identidade profissional. Torna-se professor aos próprios olhos ou aos olhos dos outros não é tarefa fácil, pois é uma escolha que elimina outras possibilidades. É nessa fase que há uma reafirmação da escolha pela carreira docente. Esse comprometimento com a carreira leva a um sentimento de pertença ao corpo docente da instituição, precedido de uma certa competência pedagógica que agora se reafirma perante os demais e deixa os professores sentindo-se mais confiantes no desempenho do trabalho e da função pedagógica no ambiente escolar. É a partir dessa fase que as diferenças entre os profissionais aparecem de forma mais acentuada, onde cada profissional insere sua individualidade nos seus próprios percursos.

As experiências individuais afloram e a experimentação do uso de novos materiais didáticos e de novas formas de avaliar e interagir vão construindo o ser professor, é o processo de quando o professor insere sua marca em todo o processo pedagógico. É chegada a fase da diversificação. É aqui também que o professor busca novas possibilidades de crescimento profissional (Huberman, 2000).

Quando essas possibilidades de experimentação profissional são frustradas, segundo o autor, os professores começam a mover-se para fugir da rotina e é aí que entram na fase de “pôr-se em questão” a fim de buscar inovações. Surge então o desencanto pela profissão, advindo das muitas frustrações. Põe-se em questão se valeu à pena iniciar na carreira docente, ou se ainda é possível trilhar outros caminhos profissionais (Huberman, 2000).

Para Huberman (2000) é na fase de serenidade e distanciamento afetivo que restam as boas lembranças dos tempos passados e das aventuras com os alunos; um saudosismo das energias empenhadas em projetos e trabalhos pedagógicos. A serenidade se apresenta como uma tranquilidade de pouca afetação pelas avaliações externas e dos pares. O distanciamento afetivo com os alunos se dá por ambas partes: professor e aluno; o professor por, nessa fase, compreender o seu lugar no mundo e os estudantes por diferenças de gerações. Nessa fase, o professor já não ambiciona novas experiências, tampouco vislumbra oportunidades de crescimento profissional.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Há como que uma manifestação serena em aceitar o ritmo que a carreira tomou, tendo uma noção mais tangível do eu ideal e do eu real.

Chegada a fase do conservantismo e lamentações, o autor evidencia que os professores se queixam bem mais da indisciplina dos alunos, das políticas educacionais e dos novos professores que ingressam na carreira docente. Com o avançar da idade, há maior tendência à rigidez associada à prudência e nostalgia do passado, caminhando assim para o desinvestimento da carreira (Huberman, 2000).

Na fase do desinvestimento, Huberman (2000) discorre que o fim da carreira chegará para todos os profissionais, e com os professores não é diferente. Mas há professores que chegam à essa fase de forma serena e há os que chegam à essa fase de forma amarga. Os professores que chegam à essa fase com serenidade, seguem o fluxo compatível com a despedida preparatória para se retirar da função, passando o “bastão” para os mais jovens que iniciam a carreira docente. Há um desinvestimento não só da carreira, o ciclo começa a encerrar também para os planos pessoais e institucionais, perde-se a ambição concebida no começo do ciclo de vida profissional. Já os professores que chegam a essa fase de forma amarga, iniciam o desinvestimento a qualquer tempo.

O desinvestimento na carreira docente é permeado por fatores que influenciam diretamente a qualidade de vida no trabalho e o desempenho da função docente. As decepções com os resultados dos trabalhos também geram esse processo de desinvestimento. Constatada que as metas estipuladas no início da carreira são de certa forma inalcançáveis, inicia-se então, um processo de desinvestimento progressivo na carreira e conseqüente abandono (Huberman, 2000).

2. Fatores que contribuem para o abandono da carreira docente e que impactam o processo educacional

A educação sendo direito social tem a função de promover o pleno desenvolvimento humano, preparar as pessoas para exercer a cidadania e



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



qualificá-las para o trabalho, como determina o Art. 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Para garantir o direito constitucional de acesso e permanência na escola, o Governo do Distrito Federal – GDF conta com a maior secretaria de sua estrutura governamental: a Secretaria de Estado de Educação - SEEDF. São 81.836 trabalhadores ativos e inativos, constantes no Painel Estatístico de Pessoal (GDF, 2023a). Expressiva também é a quantidade de licenças para tratamento de saúde dos servidores. Segundo os dados da Secretaria de Estado de Economia (GDF, 2020), no ano de 2019 houve 30.223 licenças solicitadas por trabalhadores da carreira magistério, sendo que os dois maiores índices de afastamentos se concentram em transtornos mentais e comportamentais (40,19%) e em doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (16,47%).

O acesso de professores à rede pública de ensino do Distrito Federal, em caráter efetivo, se dá mediante a prestação de concurso público. A Lei Complementar - LC nº 840/2011 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, e considera como servidor público a pessoa legalmente investida em cargo público em caráter efetivo ou em comissão, e cujos subsídios ou vencimentos são pagos pelos cofres públicos (GDF, 2011).

Com a estabilidade no serviço público, supõe-se que os professores tenham a garantia de que não serão demitidos, senão por Processo Administrativo Disciplinar - PAD. Diante da possibilidade de compor o número de desempregados do país, poderíamos inferir que os professores não deixariam seus cargos públicos, porém não é o que tem acontecido nos últimos cinco anos no Distrito Federal.

No intuito de entender esse fenômeno e como ele afeta a qualidade de vida dos docentes e educação básica, foi solicitado à SEEDF, via Lei de Acesso à Informação - LAI, o quantitativo de docentes que pediram exoneração



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



do cargo nos últimos cinco anos, bem como a quantidade de conflitos e assédios em desfavor de servidores, que foram comunicados à SEEDF no período entre 2018 e 2023, sobre os quais faremos análise e discussão.

Tabela 01. Quantitativo de trabalhadores da carreira docente que pediram exoneração da SEE/DF, nos últimos cinco anos.

ANO	EXONERAÇÃO A PEDIDO
2018	121
2019	98
2020	48
2021	52
2022	79
2023 ³	45
TOTAL	443

Fonte: GDF (2023b)

A tabela 01 aponta que 398 docentes efetivos da rede pública de ensino do Distrito Federal solicitaram exoneração da função nos últimos cinco anos, excetuando-se o ano de 2023. Assim, a SEE/DF perde aproximadamente 80 profissionais docentes por ano. Percebe-se um declínio na quantidade de pedidos de exoneração, a partir do ano de 2019, esse fato carece de análise detalhada, tendo em vista tratar-se de período pandêmico de Covid-19, causador de instabilidades e incertezas.

É preocupante a combinação da precarização do trabalho docente, desprestígio social, baixos salários, jornadas múltiplas e condições de trabalho insalubres que levam à uma de síndrome da desistência (Lapo e Bueno, 2001).

No Distrito Federal os profissionais da educação são os que mais se ausentam do ambiente de trabalho por questões de saúde mental e doenças osteomusculares, (GDF, 2020). A saúde mental de quem trabalha é afetada por diversos fatores relacionados às políticas adotadas na gestão de pessoas, pela estrutura oferecida aos trabalhadores e também pelo tipo de organização do trabalho (Merlo, 2011). Conjuntura de políticas neoliberais tendem a afastar as responsabilidades do Estado que é promover políticas públicas educacionais

³ Informações coletadas até a data 11/09/2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



eficazes, e acaba por favorecer a privatização, municipalização, transferência de responsabilidade, e a privação de concurso público já que por meio dele se democratiza o acesso e assegura qualidade educacional (Vieira, 2007).

O sofrimento do trabalhador docente é um sofrimento silencioso, um desgaste por tentar corresponder às necessidades e urgências do exercício da função e que culmina em adoecimento e conseqüente abandono da carreira. A Síndrome de *Burnout* ou síndrome da desistência foi identificada em 1970 nos Estados Unidos, e significa a perda de energia e da capacidade de envolvimento com as pessoas e com o trabalho, gera exaustão emocional, despersonalização e perda de envolvimento pessoal (Vieira, 2007).

Para a autora, a Síndrome de *Burnout* é uma doença típica que acomete profissionais docentes, seguida de estresse, problemas na coluna, calos nas cordas vocais, alergias, problemas cardíacos. Além disso, a autora apresenta que o impacto da ausência do professor na escola é sempre negativo, seja financeiramente seja pedagogicamente. Para o profissional há perdas funcionais e/ou salariais, para o aluno, a interrupção do processo de ensino aprendizagem gera prejuízos pedagógicos que afetam a qualidade da educação, para os gestores quase sempre será necessário improvisar para suprir as ausências (Vieira, 2007).

É fundamental que as instituições de ensino e os governos reconheçam a importância de investir em políticas de qualidade de vida no trabalho para combater a evasão docente e o adoecimento dos professores. Essas políticas devem abranger diversas áreas, como a melhoria das condições de trabalho, a redução da carga horária excessiva, o oferecimento de suporte psicológico e emocional, a valorização e o reconhecimento dos profissionais, além de uma remuneração adequada.

Outro fator que contribui para o adoecimento e conseqüente abandono da carreira docente é o assédio. Segundo a Lei Complementar nº 840/2011, os servidores investidos em cargo público precisam desempenhar um conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional do governo, e incorrem em infração disciplinar quando agem de forma omissiva ou comissiva, praticado com dolo ou culpa, e ficam sujeitos às sanções disciplinares (GDF, 2011).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A tabela 02 nos mostra que nos últimos cinco anos houve a denúncia de somente dois casos de assédios morais em toda a Secretaria de Educação. Se por um lado, essa informação pode levar à percepção de que o ambiente educacional está livre de violências, tornando-se seguro para os trabalhadores e trabalhadoras, por outro lado, há de se analisar com mais profundidade as possíveis ocorrências de subnotificações de violência. Ambas as hipóteses carecem de aprofundamento para que se compreenda se as políticas de prevenção ao assédio na SEE/DF são de fato eficazes ou se os trabalhadores e trabalhadoras da educação ainda não se sentem confortáveis e totalmente seguros para denunciar esse tipo de violência.

Tabela 02. Quantitativo de Processo Administrativo Disciplinar originado por assédio sexual e moral, praticados contra servidores da SEE/DF, nos últimos cinco anos.

ANO	ASSÉDIO SEXUAL	ASSÉDIO MORAL
2018	0	0
2019	0	01
2020	0	0
2021	0	01
2022	0	0
2023 ⁴	0	0
TOTAL	0	02

Fonte: GDF (2023c).

Praticar ato de assédio sexual ou moral configura-se como infração média, passível de suspensão, segundo os art.191 e o art. 200 da LC nº 840/2011 pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado (GDF, 2011).

O assédio moral e o assédio sexual são as duas faces de um poder perverso nas organizações, e confundidos como modismo. Um está interligado ao outro. Assediar sexualmente se configura como um passo a mais na perseguição moral. Desta forma, “o assédio moral começa pelo abuso de um

⁴ Informações coletadas até a data 08/09/2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



poder, segue por um abuso narcísico no qual o outro perde a autoestima e pode chegar, às vezes, ao abuso sexual” (Freitas, p.9, 2001).

Para Hirigoyen (1998, p.55, *apud* Freitas, 2001, p.10) o assédio moral se caracteriza por qualquer conduta que pode “causar danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, colocando em risco o emprego desta ou degradando o clima de trabalho”.

Freitas (2001) discorre ainda que a conduta do assediador é perversa e não se origina de problemas psiquiátricos, mas em sua capacidade de desconsiderar a humanidade do outro, associada à uma racionalidade fria. No assédio sexual, além da busca por vantagens sexuais, o assediador considera o outro como um objeto sexual que está à sua disposição.

Para Freitas (2001, p.10), o assédio no trabalho é tão antigo quanto o próprio trabalho, mas apenas na década de 1990 é que ele foi considerado como um dos fatores destrutivos do ambiente de trabalho. Os danos psicológicos que o assédio no trabalho causa às pessoas, influenciam na redução da produtividade e favorece o absenteísmo. Somados aos demais fatores, ele contribui para o abandono da carreira docente e impactam o processo educacional.

Enquanto o quantitativo de denúncias de assédio apresentou-se baixo, o quantitativo de conflitos envolvendo servidores nos últimos cinco anos, alcançou 450 casos devidamente formalizados, excetuando-se o ano de 2023. Merece maior aprofundamento e análise os casos de conflitos tidos como de menor relevância e que são mediados no dia a dia nos ambientes escolares sem a devida formalização e, dessa forma, não chegam ao conhecimento das instâncias superiores e não são contabilizados.

Tabela 03. Quantitativo de casos tipificados como conflito, envolvendo servidores da SEE/DF, nos últimos cinco anos.

ANO	CONFLITOS
2018	104
2019	113
2020	68
2021	72
2022	93



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



2023 ⁵	51
TOTAL	501

Fonte: GDF (2023d).

Em análise do ano de 2019, verifica-se que ocorreram 98 pedidos de exoneração, 1 caso de assédio moral, 113 situações de conflitos, além de 30.223 licenças solicitadas por trabalhadores da carreira magistério, sendo 40,19% motivadas por transtornos mentais e comportamentais (GDF, 2020, 2023b, 2023c, 2023d). Diante desses dados, urge a formalização de política públicas que de fato promova a melhoria das condições de trabalho. Isso envolve a garantia de infraestrutura adequada, a disponibilidade de recursos pedagógicos, a redução do número de alunos por sala de aula e a promoção de um ambiente saudável e acolhedor. Além disso, é necessário que os professores tenham acesso a programas de capacitação e atualização profissional, para que possam se manter motivados e engajados em sua prática educativa.

O suporte psicológico e emocional é outro aspecto fundamental para a qualidade de vida no trabalho dos professores. É importante que eles tenham acesso a serviços de acompanhamento psicológico e que sejam incentivados a cuidar de sua saúde mental. Além disso, é necessário que haja um ambiente de trabalho que valorize o diálogo, a colaboração e o respeito mútuo, de forma a promover o bem-estar dos profissionais.

A valorização e o reconhecimento dos professores também são essenciais para a qualidade de vida no trabalho. É fundamental que a sociedade reconheça a importância do trabalho desses profissionais e que eles sejam valorizados não apenas financeiramente, mas também por seu papel fundamental na formação dos cidadãos.

3. Desinvestimento na carreira docente

Han (2015) citando Nietzsche, discorre que é uma ilusão acreditar que quanto mais ativos nos tornamos, mais livres seremos. Para ele, a

⁵ Informações coletadas até a data 25/09/2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



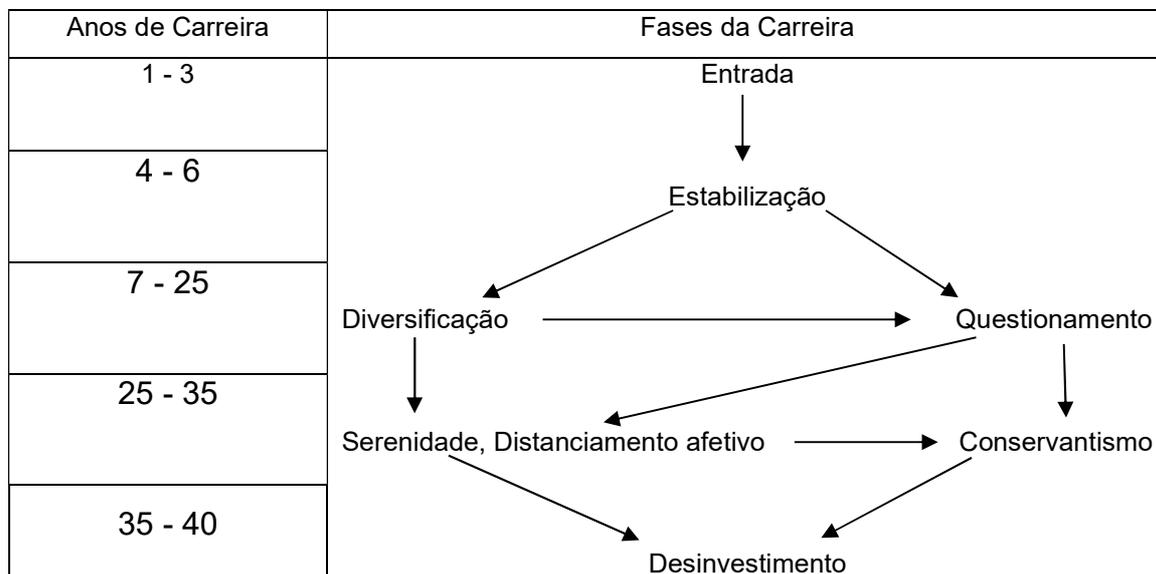
sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram somente cansaço e esgotamento excessivos:

Por falta de repouso nossa civilização caminha para uma nova barbárie. Em nenhuma outra época os ativos, isto é, os inquietos, valeram tanto. Assim, pertence às correções necessárias a serem tomadas quanto ao caráter da humanidade fortalecer em grande medida o elemento contemplativo. (NIETZSCHE, F. Humano, demasiado humano).

A fuga das imposições do trabalho se dá devido ao fato de que trabalhar não tem sido indolor e tampouco tem produzido bem estar segundo aborda os autores Araújo, Ferreira e Almeida (2016). O trabalho como influência do homem para produzir bens duráveis e nesse processo cíclico de servir ao labor, para manutenção da vida, acaba por resultar no “encadeamento de esforço e de gratificação” em que “ao esforço e à dor associados à manutenção da vida e à sobrevivência da espécie, seguem-se o prazer e a felicidade no consumo e na reprodução da espécie” (Wagner, 2002, p.65-66 *apud* Briskievicz, 2020, p.09).

O quadro 04 mostra que os anos de carreira acompanham as fases do ciclo de vida profissional dos professore, embora elas não ocorram sempre de forma linear para todos os profissionais. A linearidade ocorre até a fase da estabilização, a partir daí, a individualidade dos profissionais é que irá reger as próximas fases a serem vivenciadas, até chegar ao desinvestimento.

Quadro 04. Fases da carreira docente de acordo com os anos de profissão.





AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



--	--

Fonte: Huberman (2000).

Vimos que a desistência da carreira docente é algo que ocorre dentro de um longo processo, perpassado por questões sociais, culturais, políticas e econômicas. E do mesmo modo que tornar-se professor é uma construção, deixar de sê-lo também é um processo que não ocorre de imediato, vai se consolidando ao longo da carreira, afirmam Lapo e Bueno (2001).

Assim, antes da ruptura total com o vínculo institucional, ocorrem os abandonos temporários relacionados às dificuldades e insatisfações dos professores, configurando-se como uma fuga, dada a impotência diante dos problemas.

Considerações Finais

O trabalho docente é complexo e se relaciona com os muitos desafios da educação que se propõe a ser pública, gratuita e de qualidade. Questões de conjuntura e estruturais parecem não dar lugar às soluções desejadas pelos educadores. São muitos os fatores, necessitando de intervenções legais, institucionais, esforços e vontades, além de políticas públicas eficazes.

É preciso buscar alternativas de redução do desgaste físico, cognitivo e afetivo que minam a qualidade de vida dos trabalhadores da educação. É essencial produzir transformações sustentáveis nos contextos organizacionais, para que as atividades de trabalho docente possam se transformar em fonte de bem estar, pois as relações de trabalho podem ser frutíferas se realizadas num contexto de transparência e de democracia.

O serviço público de qualidade interessa a todos nós. Há muito que avançar na perspectiva de atender os interesses da sociedade, e de compreender melhor os impactos, as necessidades, as frustrações, as perdas e os ganhos relativos ao bem-estar no trabalho.

Sabemos que o termo qualidade de vida no trabalho nem sempre englobou fatores geradores de bem-estar individual e coletivo no contexto



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



laboral, como vemos atualmente. E constituir uma gestão organizacional humanizada que promova saúde e segurança no trabalho, tendo como foco as relações socioprofissionais, reconhecimento e desenvolvimento profissional, de forma a estabelecer um elo entre trabalho e vida social ainda é um grande desafio para as instituições.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, J. N. G.; FERREIRA, M. C.; ALMEIDA, C. P. **Trabalho e saúde: cenários, impasses e alternativas no contexto brasileiro**. Serviço Social e Saúde, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 125–132, 2016. DOI: 10.20396/sss.v15i1.8647312. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8647312>. Acesso em: 14/08/2023.

ARENDT, H. **A condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer.-10.ed.-Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 29/10/2023.

BREILH, J. **Epidemiologia: economia, política e saúde** / Jaime Breilh; tradução Luiz Roberto de Oliveira...(et al.). – São Paulo: Editora Universidade Paulista: Fundação para o Desenvolvimento d UNESP: HUCITEC, 1991.

BRISKIEVICZ, D. A. **A vita activa e os desafios para a educação a partir de Hannah Arendt**. Educação, [S. l.], v. 45, n. 1, p. e76/ 1–21, 2020. DOI: 10.5902/1984644436201. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/36201>. Acesso em: 28/10/2023.

FLICK, U. 2013. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes** / Uwe Flick; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso; 256 p.

FREITAS, M.E. de. **Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações**. RAE - Revista de Administração de Empresas • Abr./Jun. 2001. E • v. 41 • n. 2 • Abr./Jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/HNXHh6S9yzbZYPgP3mg6Djw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20/11/2023.

GDF – Governo do Distrito Federal, 2011. **Lei complementar nº 840**. Dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. Disponível em



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



<https://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=840&txtAno=2011&txtTipo=4&txtParte=>. Acesso em 20/11/2023.

GDF – Governo do Distrito Federal, 2020. Secretaria de Estado de Economia. **Perfil Do Absenteísmo-Doença Dos Servidores Públicos Estatutários Do Governo Do Distrito Federal ano de 2019**. Disponível em https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Perfil_do_Absenteismo_doenca___GDF___Ano_2019-1.pdf . Acesso em 18/08/2023.

GDF - Governo do Distrito Federal, 2023b. Secretaria de Estado de Educação. **Documento SEI/GDF 121886871**. Despacho – SEE/SUGEP/ASTEC, de 11 de setembro de 2023. Lei de Acesso à Informação.

GDF - Governo do Distrito Federal, 2023c. Secretaria de Estado de Educação. **Documento SEI/GDF 121845006**. Despacho – SEE/GAB/CORREG/DIEX, de 08 de setembro de 2023. Lei de Acesso à Informação.

GDF - Governo do Distrito Federal, 2023d. Secretaria de Estado de Educação. **Documento SEI/GDF 123043733**. Despacho – SEE/SUGEP/ASTEC, de 25 de setembro de 2023. Lei de Acesso à Informação.

GDF – Governo do Distrito Federal, 2023a. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração. **Painel Estatístico de Pessoal**. Disponível em https://www.seplad.df.gov.br/painel_estatistico_pessoal/ .Acesso em 15/08/2023.

HAN, B. **Sociedade do cansaço** / Byung-Chul Han; tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores**. In: NÓVOA, António. (Org). *Vidas de professores*. 2. ed. Porto: Porto, 2000.

LAPO, F. R.; BUENO, B. O. **Evasão docente e abandono da profissão: um estudo com professores do magistério público do Estado de São Paulo**. *Educação em Debate*, v. 2, n. 42, p. 30-42, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14609>. Acesso em 26/10/2023.

LIMONGI-FRANÇA, A.C.; **Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. – 2.ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

MERLO, A.R.C., 2011. **O Trabalho e a Saúde Mental no Brasil: caminhos para novos conhecimentos e novos instrumentos de intervenção**. In: *Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea* / organizado por Carlos Minayo Gomez, Jorge Mesquita Huet Machado e Paulo Gilvane Lopes Pena. – Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ. 540 p.



AS PRÁTICAS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



MINAYO, M. C. de S., 2002. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (org.) - 21.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NEVES, M.Y.; BRITO, J.; ARAÚJO, A. J. S.; SILVA. E.F.; 2011. **Relações Sociais de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: uma convocação teórico-analítica para estudos sobre a saúde das trabalhadoras da educação.** In: Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea / organizado por Carlos Minayo Gomez, Jorge Mesquita Huet Machado e Paulo Gilvane Lopes Pena. – Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ. 540 p.

SOUTO, R. M. A.; **Egressos da licenciatura em matemática abandonam o magistério: reflexões sobre profissão e condição docente.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1077-1092, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/6MkzxtkQbj7gNCyzFk4nrKr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 14/08/2023.

VIEIRA, J.D. **A condição docente: trabalho e formação. Formação de professores para a educação básica: dez anos de LDB /** João Valdir Alves de Souza, organizador; Clarice Nunes... [et al.]. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Disponível em https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8ZKQSR/1/vers_o_final.pdf. Acesso em 25/10/2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUAS DE SINAIS E PORTUGUÊS – TILSP NA UFAC

Orlando Menezes da Silva¹

Lucilene Ferreira de Almeida²

RESUMO

O presente estudo concebe-se por meio de relatos dos Tradutores Intérpretes de Línguas de Sinais e Português (TILSP) que atuam na Universidade Federal do Acre/UFAC. Tem por objetivo primordial, relatar a vivência dos profissionais e suas experiências precarizadas. A pesquisa tem caráter qualitativo, sendo utilizado apenas o relato dos profissionais com olhar crítico, de um recorte temporal de 2014 a 2019. Para o embasamento teórico reflexivo e discursivo usamos: Antunes, Perlin, Quadros, Sanches, Skliar, dentre outros. O levantamento dos dados permitiu reflexões acerca da acessibilidade promovida a pessoas surdas dentro da universidade, além de reflexão conclusiva sobre o reconhecimento do trabalho precário desses profissionais.

Palavras-chave: Precarização. Intérpretes. Libras.

ABSTRACT

The present study is conceived through reports from Sign Language and Portuguese Interpreter Translators (TILSP) who work at the Federal University of Acre/UFAC. Its primary objective is to report the experience of professionals and their precarious experiences. The research has a qualitative nature, using only the reports of professionals with a critical eye, from a time frame from 2014 to 2019. For the reflective and discursive theoretical basis we used: Antunes, Perlin, Quadros, Sanches, Skliar, among others. The data collection allowed reflections on the accessibility promoted to deaf people within the university, in addition to a conclusive reflection on the recognition of the precarious work of these professionals.

Keywords: Precariousness. Interpreters. Libras.

INTRODUÇÃO

¹Autor, Mestrando em Geografia, Universidade Federal do Acre, Brasil, orlando.silva@sou.ufac.br

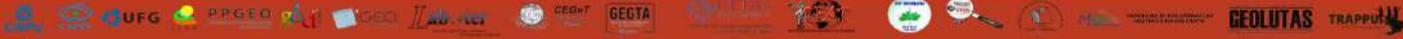
² Co-autora, Professora associada, Universidade Federal do Acre, Brasil, lucilene.almeida@ufac.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O presente trabalho surgiu por meio das aulas na disciplina eletiva do Mestrado em Geografia da UFAC, geografia do trabalho e conflitos territoriais na Amazônia, que dentre as temáticas abordadas a precarização do trabalho e a partir das discussões, surgiu a ideia de elaborar uma pesquisa com profissionais intérpretes de Libras/Português e, ainda, relatar a observação vivenciada no curso de licenciatura em Letras-Libras na Universidade Federal do Acre durante os anos de 2014 a 2019, quando ainda cursava a graduação na instituição de ensino superior já citada, em que pude observar as metodologias utilizadas pelos profissionais tradutores intérpretes de Libras/Português e que perduram até os dias atuais e vem possibilitando acessibilidade entre os sujeitos surdos e ouvintes durante sua formação acadêmica, não somente na licenciatura em Letras-Libras, mas em qualquer graduação onde há estudantes com surdez.

Foram elaborados alguns questionamentos acerca do formação acadêmica e informação geral desses profissionais como: formação acadêmica, se os entrevistados conhecem o decreto 7.612 de 2011 (que se encarregou de ofertar cursos superiores para os profissionais TILSP a partir de uma política pública de fomento de ações afirmativas que estavam em andamento no país à época), foi indagado aos entrevistados como eles se tornaram profissionais da área e como foi sua formação para se ter o perfil, o que eles faziam antes de serem TILSP e sua relação com a Libras e se eles se sentiam seguros para interpretar na licenciatura em Letras-Libras e em outros espaços da UFAC. Com relação às condições de trabalho desses TILSP, foram elencadas algumas perguntas como: se são efetivos ou contratados, sobre a jornada e suas condições de trabalho, tempo de atuação junto à UFAC, relação entre eles e os docentes no que concerne ao planejamento de aulas e sua execução e o que poderia ser melhorado quanto a essas condições de trabalho junto ao curso de licenciatura. Tal análise se dá ao longo dos temas desenvolvidos neste artigo.

1. A relevância do trabalho dos TILSP na UFAC

Atuar na tradução e interpretação, em especial, na licenciatura em Letras-Libras da UFAC é um desafio, mormente por se tratar de uma fase da vida escolar de estudantes universitários que necessitam de embasamento teórico muito abastado para compreender conteúdos de níveis de entendimento cada vez mais complexos. Se pensarmos que os alunos ouvintes já possuem dificuldade de entendimento



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



teórico, os estudantes surdos, por sua vez, possuem muito mais dificuldade ainda, visto que nem todos os professores do curso possuem fluência para ensinar na modalidade verbal/falada e verbal/sinalizada, e assim, entra em cena o trabalho do Tradutor Intérprete de Línguas de Sinais e Português (TILSP), pois estamos vivenciando ao longo dos anos uma era inclusiva de pessoas surdas junto ao ensino superior no Acre, o que fomenta ainda mais a importância desse profissional para garantir a acessibilidade da comunicação entre surdos e ouvintes. Neste recorte, tivemos a oportunidade de entrevistar, a partir de um formulário do Google formulários, 4 intérpretes que atuam(ram) no curso de licenciatura em Letras-Libras no período inicial desta graduação e que atuaram diretamente com a acessibilidade das pessoas surdas e ouvintes no período de 2014 a 2019. Uma das perguntas feitas a esses profissionais foi com relação à sua formação acadêmica e todos os 4 participantes responderam que possuíam graduação: a primeira participante é formada em Pedagogia e em Artes Visuais, a segunda é formada em Letras Vernáculas, a terceira em Letras português e a quarta em Letras, ou seja, todas as quatro participantes possuem nível superior e dentro das licenciaturas, além de uma delas possuir mestrado em Letras: Linguagem e identidade.

Cabe ressaltar que o TILSP é fruto de diversas reivindicações de pessoas da comunidade surda, o que anteriormente estava ligado somente por meio de contextos religiosos, comunitários e assistencialistas conforme o relato a seguir:

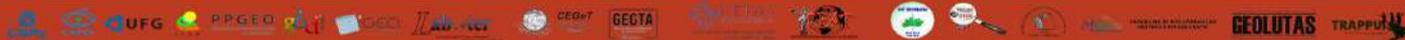
Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país (Quadros, 2008, p.153).

No curso de licenciatura em Letras-Libras da Universidade Federal do Acre/UFAC, desde sua primeira turma no ano de 2014, houve a presença de estudantes surdos, que tiveram a acessibilidade nas aulas de professores ouvintes e que não detinham conhecimento linguístico da Libras, mas que desde então se comprometeram em realizar adaptações juntamente com os profissionais TILSP para que os sujeitos surdos tivessem a garantia do entendimento dos conteúdos ali

AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



aplicados. Disciplinas específicas com gramática em língua portuguesa, e que não traziam nenhuma informação de forma visual, eram adaptadas pelos professores e TILSP para que o conteúdo fosse transmitido da melhor forma para o surdo, porém, nem tudo são bônus e nem tudo foi possível de ser realizado, pois como já citado, era a primeira turma de um curso recém-iniciado na universidade acreana e que teria seu futuro cada dia mais promissor. Outro ponto não menos importante a ser elencado dentro desses desafios que os TILSP passaram por serem das primeiras turmas foram as horas excessivas de trabalho, sem ter com quem revezar durante as traduções simultâneas das aulas faladas em português para a Libras e vice-versa. Eram de 4 a 5 horas de aulas, em que o trabalho era exaustivo, bem como promissor, visto que a mente começa a ficar lenta pelo fato da sobrecarga vivenciada. Interpretar está para além do fato de ficar ao lado de um professor ouvinte mexendo com as mãos, a interpretação simultânea é muito difícil de ser transmitida e, muitas vezes, algumas informações são perdidas durante a interpretação.

Dispositivos legais já existiam para garantir essa acessibilidade dos sujeitos surdos com os ouvintes. A exemplo, podemos citar a Lei N.º 13.146, de 6 de julho de 2015, que trata sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, afirma a responsabilidade do Estado previsto na legislação no Art. 76 “O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, s/p).

Sabemos que ter dispositivos que garantem direitos públicos não diz muita coisa se eles não forem colocados em prática. Os surdos no Brasil possuem muitos dispositivos legais que dão a ele garantias, mas que não são aplicados em sua totalidade e por isso surgem as dificuldades que eles passam em seus dias e que abordaremos neste interim algumas que os profissionais TILSP passaram de 2014 a 2019 e que continuam passando nos dias atuais.

2. Relatos sobre alguns problemas enfrentados pelos TILSP DA UFAC

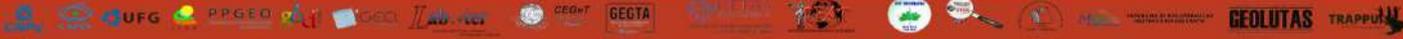
Muito se discute sobre o ensino de línguas nas escolas brasileiras em relação a uma educação linguística de qualidade (ANTUNES, 2004, 2007, 2009, 2010, BAGNO, 1999, 2007, BORTONI-RICARDO, 2004, 2005, DETTONI; BORTONI-RICARDO, 2001, POSSENTI, 2005). Os trabalhos acadêmicos, cujos autores foram



AS PRÁTICAS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



citados anteriormente, chegam a conclusões semelhantes: há muitas questões a serem observadas, por exemplo, ao ensino língua portuguesa, em sua variedade padrão – variedade do português utilizada em gêneros textuais que circulam em espaços formais de uso da língua –, no Brasil, por ser um país sociolinguisticamente complexo (BORTONI-RICARDO; CAVALCANTI, 2007). Arelada à complexidade das questões linguísticas em si, está a escassez de recursos didáticos para o ensino de língua portuguesa, reduzido, somente, ao livro didático fornecido pelo MEC (BAGNO, 2007). Quando colocamos em pauta as questões de tradução e interpretação para Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, muitas vezes, se centra na tradução de palavra por palavra ou palavra (português – oralização) por sinal (Libras – sinal) o que muitas vezes, não há um entendimento acessível para os sujeitos surdos de fato.

Os estudantes surdos, ao ingressar na universidade, se deparam com um ensino de português voltado ao estudo de uma variedade linguística muito distante da que eles utilizam em suas práticas sociais; a visão tradicional de se compreender as variedades populares do português em sua variedade escrita como “erros”, distancia, conseqüentemente, o entendimento de que é possível aprender variedades mais formais do português escrito, já que é função da escola ensinar o português padrão (Bagno, 1999); contudo, esse material entende que é possível estudar, nas aulas da graduação em Letras, o português padrão, por exemplo, contudo essa variedade tem de estar em relação com as recursos linguísticos advindos das práticas languageiras em seus ambientes sociais fora da academia. Assim, o papel do tradutor intérprete de Libras/português permite que os acadêmicos tenham acessibilidade em sua língua materna, desde que estes sujeitos tenham sido alfabetizados desde cedo, o que não é realidade, pois temos alunos surdos no ensino médio que não estão alfabetizados na Libras e não sabe e/ou não entende quase nada do português em sua modalidade escrita.

Após relatar todas essas dificuldades que são enfrentadas pelos profissionais TILSP, conseguimos visualizar a grandeza do trabalho precário que esses profissionais enfrentam na execução de sua função. Como cita Antunes (2018, p. 100):

Depois de tantos autores terem decretado o fim da classe trabalhadora, nossa interrogação é outra: quem é a classe trabalhadora hoje? Ela ainda detém um estatuto de centralidade nas transformações sociais? Trata-se de questões cujas respostas não são simples, tampouco fáceis, sobretudo diante da avalanche de teses, desenvolvidas nas últimas décadas, voltadas a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



desconstruir tanto a noção de classe quanto sua centralidade e sua potencialidade transformadora (Antunes, 2018, p. 100).

Sabemos quem faz parte da classe trabalhadora e durante a aplicação dos questionários aplicados a essas profissionais TILSP vemos claramente que elas fazem parte dessa classe e que lutam por melhores condições de trabalho dentro do campo da tradução e interpretação.

Perguntamos as profissionais quais eram as condições de trabalho dos TILSP na UFAC, a primeira relata que não há especificações sobre as condições de trabalho pelo fato de a categoria não ter um regimento aprovado, que no recorte de tempo de 2014 a 2019 o trabalho era exaustivo e que atualmente trabalham com revezamento de duplas. A segunda relatou que as condições eram razoáveis, mas que hoje está melhor, elas possuem uma sala, um computador e uma parede pintada que usam para fazer as gravações, mas que falta um laboratório de gravação e que falta também material didático e formação continuada. A terceira profissional não quis comentar essa pergunta e apenas respondeu: sem palavras e a quarta, respondeu que a UFAC carece de profissionais, o que faz com que elas fiquem com carga horária exaustiva e que as demandas têm aumentado bastante a sobrecarga profissional.

Embora a pesquisa apresente dados de um recorte temporal de apenas um período muito curto em relação do Letras-Libras da UFAC, é possível constatar a intensidade da precarização do trabalho das TILSP entrevistadas. Mesmo tendo entrevistado apenas 4 TILSP, todas mulheres, pois à época não tínhamos a presença de pessoas do sexo oposto atuando na UFAC. Evidencia-se que essa realidade afetou o trabalho feminino, que é o gênero frágil mais precarizado, inclusive em relação a questões salariais.

3. Nível linguístico e formação dos TILPS da UFAC

Para abordar sobre o nível linguístico dos profissionais, dividimos em sete perguntas a discursão sobre o nível linguístico e formação dos tradutores-intérpretes da UFAC e que subsidiaram a proposta de pesquisa aqui exposta, a saber:

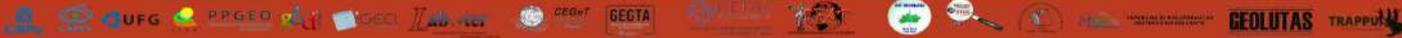
1. Você tem formação em nível superior?



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



As quatro profissionais entrevistadas possuem nível superior, todas na área de licenciatura, algumas com experiência na docência. A entrevistada 1 é licenciada em pedagogia e em artes visuais; a entrevistada 2, é licenciada em letras vernáculas; a entrevistada 3, é licenciada em letras e a entrevistada 4, é licenciada em letras-português.

2. Você conhece o Decreto 7.612 de 2011 e sobre o que ele trata?

Das quatro entrevistadas, apenas uma relata não conhecer o Decreto 7.612/2011, que dentre outros institui o Plano Nacional do Direitos da Pessoa com Deficiência no plano viver sem limites, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com Deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. (Brasil, 2011). Cabe ainda salientar que as três TILSP responderam que tiveram conhecimento do dispositivo de formas diferentes, sendo que foram através de discussões e em palestras que elas participaram, mesmo não tendo um estudo profundo acerca da Lei. E uma delas teve conhecimento através de colegas de trabalho da área da educação especial e que à época se falava muito a respeito das pessoas com deficiência nos mais variados eventos voltados para a área.

3. Como você se vê enquanto profissional TILSP da UFAC?

Ao perguntarmos como cada TILSP se via como profissional tivemos as seguintes respostas: entrevistada 1: se vê com “um perfil multiprofissional, que presta atendimento em várias áreas do conhecimento, perpassando toda a base universitária, no ensino, na pesquisa e extensão”; entrevistada 2: para ela “um TILSP precisa se profissionalizar, ter formação, manter uma boa relação com os usuários da Língua, pois a troca de experiências faz com que aprendamos muito e tenhamos um bom crescimento como profissionais”; a entrevistada 3: “essa não vou responder!!!(estou magoada com algumas coisas que não são do meu agrado). Como somos minoria, o poder de voz é um fracasso; e a entrevistada 4: coloca que “os intérpretes desempenham um papel muito importante, pois são responsáveis para promover acessibilidade as pessoas com deficiência auditiva e surdos”. O papel



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ferramenta de acessibilidade entre pessoas surdas e ouvintes e qual é a relação que essas profissionais tinham antes de se tornarem TILSP.

Dentre as colocações temos as seguintes respostas: entrevistada 1: “não tinha nenhuma relação”; entrevistada 2: “sou tia de uma pessoa surda, era uma relação superficial”; entrevistada 3: “a minha relação com a libras era na igreja, tentando entender e se comunicar com eles no estudo bíblico”; e a entrevistada 4: “tive contato com a língua de sinais no âmbito religioso. Foi uma paixão que me impulsionou a buscar mais conhecimentos até se tornar uma profissão. Trabalhei durante muitos anos como intérprete voluntária na igreja e só depois de muito tempo que resolvi fazer o concurso para a área educacional”.

6. Como você ver o perfil do TILSP na UFAC atualmente?

Ao perguntarmos como que cada profissional vê o perfil do TILSP na UFAC, tivemos as seguintes respostas: entrevistada 1: “um perfil multifuncional, atendimento em várias áreas do conhecimento, perpassando toda a base da universidade, no ensino, pesquisa e extensão”; entrevistada 2: “um TILSP precisa se profissionalizar, ter formação, manter uma boa relação com os usuários da Língua, pois a troca de experiências faz com que aprendamos muito e tenhamos um bom crescimento como profissionais”; entrevistada 3: “Essa não vou responder!!! (estou magoada com algumas coisas que não são do meu agrado). Como somos minoria o poder de voz e um fracasso”; e entrevistada 4: “Os intérpretes desempenham um papel muito importante, pois são responsáveis para promover acessibilidade as pessoas com deficiência auditiva e surdos. O papel principal é estabelecer comunicação entre os professores e alunos surdos”.

Percebemos que o trabalho de um TILSP é muito importante dentro de locais que precisam proporcionar acessibilidade linguística em Libras e português oralizado, mas para além da acessibilidade deve-se proporcionar também, melhores condições de trabalho para esse público que atua com muita responsabilidade dentro do desenvolvimento de sua função.

7. Você se sente segura para interpretar no Letras-Libras da UFAC e em outros espaços?



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Respondendo ao questionamento de número 7 da pesquisa realizada sobre a segurança na interpretação no curso de licenciatura em Letras-Libras que serviram de levantamento, para posterior análise, da formação desses profissionais, como foi o processo de formação e contato anterior com a Libras e qual o seu nível de segurança durante sua interpretação no curso de Letras-Libras e/ou em outros espaços da universidade, tivemos as seguintes colocações:

Entrevistada 1: “hoje sinto, mas foi uma longa caminhada até chegar a esse ponto, existem áreas muito difícil de atuar, por exemplo as áreas exatas”; entrevistada 2: “em partes! Acredito que qualquer TILSP teria dificuldade em interpretar em um espaço em que ele não tenha conhecimento do que possa ser apresentado! Me sinto segura em estar em espaços que já tenho uma vivência, como no curso que trabalho agora (Letras Libras), talvez não me sentiria tão segura em estar na engenharia, por exemplo. Acredito que a intimidade com o espaço faça com que a interpretação flua e seja bem mais clara”; entrevistada 3: “sim!!! No começo era difícil agora tá fácil, as dificuldades vêm, porém temos os professores que sempre estão dispostos ajudar” e entrevistada 4: “no curso de letras libras me sinto segura, porém em outras áreas que não tenho conhecimento não tenho total segurança”.

8. A precarização do trabalho dos TILPS da UFAC

A precarização do trabalho pode ocorrer de várias formas e com vários fatores. Segundo Antunes (2018) “As transformações ocorridas no capitalismo a partir das últimas três décadas do século XX impactaram profundamente o mundo do trabalho”. Sobretudo com relação a precarização das forças de trabalho. Ainda como aborda Antunes, podemos ver claramente como é precarizado o trabalho do TILSP e que se encaixa muito bem no que ele coloca como:

Essa divisão, muitas vezes perceptível nas condições da cadeia produtiva em cada país, é projetada em escala global, desenhando um mapa dos acidentes e doenças oriundos da atividade laborativa, cujos tipo e grau de incidência evidenciam, de uma perspectiva ampla, parte das diferenças entre o centro e a periferia do sistema. Quanto mais frágil a legislação protetora do trabalho e a organização sindical na localidade, maior o grau de precarização das condições de trabalho, independentemente da “modernização” das linhas de produção ou dos ambientes de trabalho como um todo (Antunes, 2018, p. 158).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Precisamos ter claro o papel desses profissionais, além de clareza, precisamos ainda, proporcionar melhores condições de trabalho que são asseguradas pela legislação trabalhista a esses TILSP, pois mesmo sendo um trabalho abstrato, onde o capitalista se apropria das necessidades da sociedade para transformar em valor de uso, mesmo sendo o trabalho uma condição humana.

Com relação às condições de trabalho dos TILSP, podemos perceber por meio das entrevistas, que mesmo ainda sendo as relações de trabalho precarizadas, os TILSP da UFAC tiveram melhorias, das quais podemos citar um local para descanso, como as entrevistadas puderam citar. Vemos que hoje os TILSP da UFAC contam com uma sala, equipada minimamente com um computador e uma que serve para a gravação de vídeos, porém não há equipamentos para essas gravações e uma das entrevistadas cita que seria fundamental se os TILSP tivessem um laboratório de gravação, mas que no momento não podem contar com esse serviço, o que de fato, torna um trabalho precário e que pode ter melhorias por parte da administração pública federal.

Em se tratando da centralidade do trabalho, Moreira (2016) quando aborda a temática diz que o trabalho abstrato, que é o trabalho dos TILSP, por exemplo é:

[...] a forma como as determinações históricas enfeixam o trabalho ontológico na formatação estrutural da sociedade capitalista. A forma que faz a produção levar o trabalho ontológico – o trabalho em toda sua potência genética de força metabólica que transforma o natural no social como ação humana – a colocar sua potência a serviço da constituição da geossociabilidade capitalista[...] (Moreira, 2016, p. 57).

Por que trabalho abstrato? Por não gerar um produto que servirá de maisvalia, assim como é o trabalho do professor, de um motorista de aplicativo, dentre outras profissões.

Com relação a formação desses profissionais TILSP da UFAC, é importante lembrar que é muito relevante a questão da formação e qualificação desses profissionais, pois conforme Thomas Junior (2018):

Os trabalhadores especializados/desqualificados do fordismo, que, durante décadas, ocuparam a cena, foram sendo substituídos pelos trabalhadores completos, não mais os artesãos do capitalismo da Primeira Guerra. Vale lembrar que a crise do fordismo é uma crise de modo de organização do trabalho que se manifesta por intermédio da explicitação/explosão da luta de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



classes na produção, em torno da extração da mais-valia, tendo em vista que o capital para garantir as determinações do processo de acumulação haveria de arrochar ainda mais os salários, ou diminuir o custo salarial real (Thomaz Junior, 2018, p. 19).

Trazendo a citação para a realidade dos trabalhadores TILSP da UFAC, podemos perceber que sua formação é um ponto de grande relevância, em se tratando de profissionais que atuam em curso de graduação e demais espaços que requerem profissionais qualificados. Ainda assim, não os eximem de passarem pelos processos de precarização do trabalho, aliás, os fazem profissionais que precisam sempre de qualificação, a chamada formação continuada do trabalho para ficarem atualizados acerca das temáticas que precisam(rão) interpretar.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Aula de português**. Encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2004.
- ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.
- ANTUNES, I. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018 [versão eletrônica].
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BORTONI-RICARDO, S. M.; DETTONI, R. V. **Diversidades linguísticas e desigualdades sociais**: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. In. COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. (Orgs.). Cenas de sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília, 1998.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. 3ª versão. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 25 de julho de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em 23 de agosto de 2023.

COX, Maria Inez Pagliarini; ASSIS-PETERSON, Ana Antonia. (Orgs.). **Cenas de sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula: leitura e produção**. 2 ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia do espaço-mundo**. Conflitos e superações no espaço capital. 1ª ed. Rio de Janeiro, editora Consequencia, 2016.

MOREIRA, Silmara Oliveira; SANTOS, Janio. **Mobilidade e plasticidade do trabalho: reflexões teóricas**. Revista Pegada. Vol. 19 n° 03 – setembro a dezembro de 2018. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5957/pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2023.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

QUADROS, Ronice Muller (org.). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Geografia do trabalho por inteiro**. Revista Pegada. Vol. 19 n. 2. 2018.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NO CAMPO ACREANO DE 2019 A 2022

Bruna Cristine de Lima Santos¹
José Alves²

RESUMO

Este *paper* tem como intuito discutir a questão agrária acreana na região amazônica. A pesquisa de Mestrado em desenvolvimento busca correlacionar com aporte bibliográfico as relações de trabalho no campo e a luta pela terra, de modo a entender como a ação do capital tem como objetivo apropriar-se dos meios de produção para sua ampliação. A questão agrária acreana aqui discutida configura-se na ampliação do capital e integração Nacional da Amazônia pós-1960, no qual estado acreano sofreu significativas mudanças, desencadeando o processo de expropriação dos trabalhadores do campo, com a frente de ocupação da agropecuária, demonstrando as desigualdades sociais que assolavam o campo no passado. A realidade atual vivida no estado do Acre nos anos de 2019 a 2022 também evidenciam os conflitos agrários, frente ao novo avanço de ocupação do capital no estado com interesse no agronegócio.

Palavra-chave: Expropriação; Concentração Fundiária; Conflitos agrários

INTRODUÇÃO

A terra como meio de produção sempre foi usada por muitos no decorrer da constituição histórica como reserva de valor (elites agrárias), como posse, ocasionando um processo de concentração fundiária, o que tem gerado a expropriação do camponês de sua terra. Dessa desigualdade social, surgem conflitos de diversos agentes no campo, sejam eles boias frias, camponês, indígenas, ou posseiros que reivindicam seus direitos em relação à terra.

De acordo com Oliveira (1990), o processo de expropriação centenário no campo brasileiro tem, em sua marcha, uma fração dos trabalhadores que têm recusado a proletarização iminente, e buscam em terras distantes a tentativa de se reproduzirem como trabalhadores livres.

¹ Aluna do curso Pós-graduação Mestrado em geografia, Universidade Federal do Acre, Brasil.
E-mail: bruna.santos@sou.ufac.br

² Professor dos Curso de graduação e Pós-graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre- Ufac. Tutor do Grupo PET Geografia da Ufac, Brasil.
E-mail: Jose.alves@ufac.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Consequência também do processo de modernização da agricultura após a década de 1960, na qual o capital usa o campo para industrialização da agricultura, expropriando os trabalhadores de suas terras para produção de mercadorias e *commodities*.

Esse contexto nos faz refletir sobre o modelo de colonização implantado com a proposta de “desenvolvimento” e a integração nacional da Amazônia, que traria o desenvolvimento para a região e supostamente para pessoas que vivem nela, entendendo o contexto criado pelo capital para apropriação e sua expansão, com intensificação da desigualdade social no território acreano, ocasionados pela concentração fundiária.

Ao evidenciar os conflitos que ocorreram no território acreano do período de 2019 a 2022, busca-se evidenciar a desigualdade que se perpetua com o tempo, e se intensifica com ações realizadas pelo governo federal e estadual.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho, e de caráter bibliográfico, com a utilização de pesquisa documental com enfoque quantitativo, utilizando de dados estatísticos de fontes secundárias sobre a concentração fundiária no Estado do Acre, e conflitos por Terra. Com a utilização de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

DESENVOLVIMENTO

Segundo Marx (2010 [1867], p. 211) o trabalho pode ser entendido como:

[...] processo de que participam o homem e a natureza, um processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo que modifica sua própria natureza.

Na concepção de Marx (2010 [1867]) o processo de trabalho seria as



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



“[...] transformações, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumento do trabalho” (Marx, 2010 [1867], p. 214) e os elementos que compõem o processo de trabalho seria, segundo o autor, o próprio trabalho, objeto de trabalho e o instrumento de trabalho/meio trabalho. O objeto de trabalho, segundo Marx (2010[1867]), seriam todas as coisas que o trabalho separa do seu meio natural, esses se constituem como objeto de trabalho fornecido pela natureza, toda matéria prima que tenha sofrido então modificação pelo trabalho, é objeto de trabalho. O meio de trabalho, onde o trabalho está inserido, juntamente com objeto de trabalho, condiz com as coisas que o trabalhador utiliza ao seu redor para execução do seu trabalho. Segundo o autor o que irá diferenciar as diferentes épocas econômicas, não está relacionado ao que é feito, mas como, com que meios de trabalho está sendo feito.

Segundo Alves, (2015, p. 98)

A ação do capital transformando os processos de trabalho e seus resultados em valores de troca, submete o trabalho, de elemento humanizador, em elemento de dominação. Em outras palavras, não é o trabalho o agente de dominação, mas as relações sob o capital que o tornam condição de prisão do homem, já que o trabalho também constitui condição para a emancipação humana.

O capital ao se (re)configurar altera as relações de trabalho de acordo com seu interesse, o trabalho passa a ser mediado, invertido da sua lógica, deixando de ser apenas uma relação ontológica, mas passa a ser mediado de acordo com o interesse do capital. Antunes (2000) entende como mediações de primeira ordem a relação natural entre homem e natureza, dadas pela própria essência humana em relação ao trabalho, no qual têm papel da sua reprodução societal. Já as de segunda ordem, dizem respeito às mudanças que foram introduzidas na primeira ordem, na qual nessa mediação o capital usa de elementos fetichizados e alienantes de controle social metabólico. Segundo o autor o capital assume, em seu processo, uma lógica onde o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao seu valor de troca.

O sistema de mediações de segunda ordem passou a se sobrepor e a conduzir as mediações de primeira ordem, formando assim um novo sistema de metabolismo societal. Segundo Antunes (2000) o mais poderoso sistema



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



metabolismo social, em seu sistema de mediação de segunda ordem está formado entre tripé capital, trabalho e Estado. Segundo Mészáros (*apud* Antunes, 2000, p. 22)

dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articuladas-capital, trabalho e Estado - é inconcebível emancipar trabalho sem simultaneamente superar capital e também Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho [...].

Diante do exposto, segundo Alves (2014), o trabalho ontologicamente constitui-se condição para o processo de humanização do ser humano, mas essa condição passou a ser subordinadas aos imperativos de acumulação do capital, ao seu processo de auto-reprodução, calcado na extração de trabalho excedente não pago, a mais-valia. Para entender a concepção de trabalho, o autor destaca a diferença na concepção de Marx sobre dois conceitos, o trabalho abstrato e o trabalho concreto. Segundo o autor o trabalho concreto tem-se o caráter útil do trabalho, intercâmbio metabólico entre homem e natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias, condição que se efetiva o trabalho concreto, em sua dimensão qualitativa. Já o trabalho abstrato é uma produção não mais voltada para a satisfação das necessidades básicas do ser humano, como no caso do trabalho concreto, mas constata-se uma produção voltada para o mundo das mercadorias e da valorização do capital.

Para o capitalista, segundo Marx (2010), o valor de uso estaria intrinsecamente ligado ao valor de troca, pois no capitalismo, tudo deve virar mercadoria. Para o autor valor de uso pode ser considerado matéria prima, meio de produção, ou produto, dependendo inteiramente da sua função nesse processo de trabalho, da posição que ocupa.

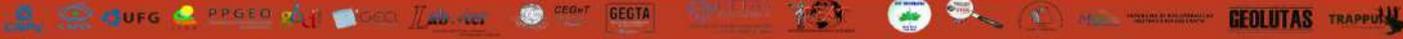
A exploração do trabalho então seria o principal foco do capital para sua reprodução, e para isso, ele usa estratégias para submeter o trabalhador à sua lógica. Segundo Oliveira (2007), no modo de produção capitalista as relações são baseadas em separar meio de produção dos trabalhadores, para que eles sejam livres de toda propriedade, exceto da sua força de trabalho, na qual o trabalhador passa pelo processo de expropriação dos meios de produção. “A despossessão da massa da população do acesso direto aos meios de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



produção (a terra, em particular) libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado" (Harvey, 2010, p.78). Essa mão de obra seria importante para o capital, pois eles resultam no "exército industrial de reserva" entendida por Marx; uma mão de obra sempre disposta a incorporar ao processo produtivo, fazendo a pressão necessária para submetimento dos trabalhadores às condições precárias de trabalho (Prieb; Carcanholo, 2011). Assim, "para o capitalista, a compra dessa força de trabalho é a compra de uma mercadoria especial, pois é a única capaz de criar outras mercadorias, ou seja, a única que cria mais valor do que aquele que ela própria contém" (Oliveira, 2007, p.37).

Segundo Oliveira (2007) o capitalista então, destina seu capital a aquisição da força de trabalho e dos meios de produção, tomando como propriedade econômica a força de trabalho do trabalhador, algo pertencente ao capital, fazendo que pareça que o produto criado seja do capital e não do trabalhador.

A questão agrária acreana após 1960 a 1990

De acordo com Alves (2014), após 1960, a integração amazônica ao contexto nacional ocorreu devido a necessidade de novos mercados consumidores para o capital industrial, com interesse de expandir o mercado de trabalho, para empregar o excedente de trabalhadores do Nordeste e expropriados pela modernização da agricultura das regiões Sul e Sudeste. Ainda segundo o autor, o Estado abriu os incentivos necessários para apropriação da natureza pelo grande capital, bem como suas formas de controle na região amazônica para que o capital conseguisse se apropriar de recursos como a terra, a água, os minerais, a madeira e a floresta para sua reprodução com base na exploração e superexploração do trabalho, essa seria a lógica de integração da Amazônia.

Se estabelecendo assim uma nova forma de ocupação desse espaço, citada por Porto Gonçalves (2019) como estrada terra-firme e subsolo. Segundo o autor, o Estado com monopólio da violência, aparece legitimando politicamente o novo modelo. Não levando em consideração as manifestações de diferentes ordens e múltiplas lógicas de uso já existentes naquele espaço.

Segundo Oliveira (1990) a criação do programa de colonização foi



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



uma política sistemática de remoção desses trabalhadores das regiões de tensão para a Amazônia. O governo utilizou da colonização como alternativa de duplo sentido: em primeiro para criar uma válvula de escape para pressão exercida devido a expropriação nas regiões de concentração fundiária, e para resolver a escassez de mão de obra. Naturalizando os efeitos do progresso técnico e científico, de apropriação da natureza sobre esse espaço, tais como derrubada de floresta, expropriação dos camponeses e indígenas, tratando como consequência da modernização.

No Estado do Acre, segundo Silva (2011), a realidade da Amazônia se formou a partir de posicionamentos de classes sociais, que constituíram no âmbito dos processos de mobilidade do trabalho e do capital, no conjunto da formação socioespacial da frente pioneira do extrativismo. Esses posicionamentos, segundo o autor, vinham de duas classes que emergiram nesse período de 1970-1980, o camponês da floresta, camponês da lavoura, contra os grandes proprietários de terra.

Segundo Paula (2005) o processo de apropriação das terras esteve associado na sua origem ao exercício e controle do comércio, ambos (propriedade da terra e atividades comerciais) sob condições de monopólio. Após a segunda crise da borracha, o governo federal, juntamente com o governo estadual, criou atrativos para a especulação de terras, com intuito de facilitar a expansão da frente agropecuária. O programa de colonização foi para inserir os novos sujeitos sociais e econômicos do centro-sul do País na Amazônia brasileira. Como consequência, em 1978 um terço das terras cadastradas no INCRA, em torno de 4 milhões de hectares, encontrava-se em domínio dos investidores do Centro-sul, oriundo em maioria do estado de São Paulo, com uma estrutura fundiária com cerca de 514 imóveis com áreas acima de 1000 ha ocupavam 93,59% das terras cadastradas no INCRA e 526 estavam com área entre 101 a 1.000 ha, equivalente 4,63%. Já os 2.807 estabelecimentos entre 1 ha a 100 ha ocupavam 1,78% da área (Paula, 2005). Tal processo demonstra que ocorreu grande concentração de terras do estado nas mãos de poucas pessoas, que não representava a população que já habitava a região.

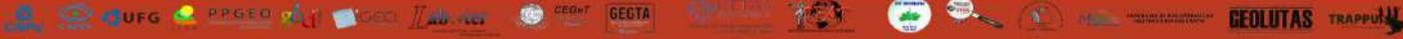
Os novos supostos donos de território já ocupado, resultaram em confrontos sociais no campo, começando a nova fase de expropriação, de um



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



lado novos proprietários de terra e dos outros acreanos (seringueiros, colonos, índios, camponeses etc.) vítimas da expropriação do capital, que vai se apropriando do território e o transformando de acordo com seus interesses, sem se importar com quem está afetando.

De acordo com Paula (2005), a missão do INCRA no estado do Acre era regularizar juridicamente o regime de propriedade de terra a fim de assegurar as condições necessárias para a expansão do processo modernizante em curso no país. O autor destaca que a formação do Acre foi marcada por um tríplice monopólio: o da propriedade da terra, o do comércio e do aparato governamental.

Segundo Paula (2005), diante de conflitos sociais e impasses políticos, e os atos de violência pelos pretensos proprietários, agravaram os conflitos de terra, e a mobilização por parte dos posseiros e seringueiros que criavam os empates como forma de resistência, com apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais-STR.

A repressão marcada pelo aumento da violência tomou o campo, como a morte em 1980 de uns dos representantes do STR de Brasiléia, Wilson Ribeiro, como tentativa do latifúndio de conter a luta por resistência (Silva; Paula, 2006). Os conflitos por terra no Acre, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (citado por Oliveira, 1990), em 1985 tinha 6 conflitos envolvendo 16.995 pessoas, fruto da violência implantada no campo devido às desigualdades sociais. Dentro desses agentes sociais atingidos, temos; seringueiros, peões, posseiros, colonos e camponeses.

Segundo Silva (2011), os conflitos emergem das formas de uso do espaço territorial enquanto campesinato usa a terra como produção e sua reprodução familiar e a venda do excedente para mercado, os seringalistas e fazendeiros têm a terra como mercadoria e valorização do seu capital. Segundo o autor, a luta tanto do seringueiro como do posseiro foi pela liberdade e autonomia no trabalho sobre a terra.

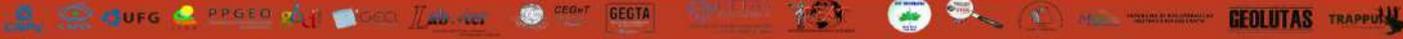
A questão agrária acreana foi submetida desde sempre ao interesse do capital. Segundo Paula (2005) foi marcado por criação de políticas compensatórias, com intuito de minimizar o agravamento da desigualdade social, estando como protagonista dessa resistência contra a expropriação do



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



camponês no estado do Acre o MSTR. Posteriormente, o capital passou a se configurar novamente frente ao novo discurso de modelo sustentável 1990, no qual tem como participante um dos próprios trabalhadores que ele tinha expropriado, o seringueiro. Mostrando como procede a lógica do capital, ele subjuga, descarta, tenta desvalidar sua resistência e depois os usa novamente quando for necessário.

Conflitos continuam a existir na região amazônica acreana, e segundo Gonçalves (2019) tais conflitos sociais são reflexo da apropriação desigual da terra, mostrando a controvérsia em relação a visão que se tem da região amazônica, que é vista como vasto território de terra, com baixa densidade populacional, mas de onde emerge os principais conflitos. Para o autor, “há muita terra para pouquíssimos latifundiários” (Gonçalves, 2019, p.50). Segundo Oliveira (1990) a estrutura fundiária não abre perspectiva para o acesso à terra para a maioria dos trabalhadores do campo, pois esta é uma lei da economia capitalista, o trabalhador deve ser livre para o capital.

Esse recorte explanado de uma realidade evidenciada no território acreano em tempos passados tem como intuito compreender uma realidade que continua existindo nos tempos atuais, utilizando muitas vezes dos mesmos mecanismos. O interesse do capital continua se inserindo no espaço, submetendo os trabalhadores à sua lógica, de acordo com seus interesses. O Estado continua legitimando esse avanço, mascarando sobre diversos discursos a realidade que se encontra no campo, os conflitos do território acreano continuam a evidenciar as desigualdades no campo, a luta pela sobrevivência.

Conflitos por terra no Acre no período de 2019 a 2022

O estado acreano encontra-se atualmente com propostas do avanço no agronegócio, sendo incentivado pelo governo acreano (atual governador Gladson Cameli), como bandeira de progresso ao desenvolvimento da população acreana. No próprio site do governo do estado, evidencia-se o aumento da produção da soja e do milho na região do Vale do Acre, destacada como área extremamente favorável ao cultivo (Acre, 2021). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a área plantada de soja, em



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



2019, era 1.660 hectares, saltou para 11.395 ha, em 2022, sendo o terceiro maior produto exportado pelo estado do Acre (Acre, 2023). Assim também como a pecuária aumentou 50% em relação à última década, chegando aproximadamente a 3,8 milhões de bovinos (Acre, 2021). Tal desenvolvimento revela o viés contraditório no conflito de interesses em relação à terra, e para quem esse desenvolvimento está sendo feito.

A questão fundiária acreana de acordo com relatório de Análise do Mercado de Terras do Acre-SR 14 (2021-2022), demonstra que em 2018 cerca de 87% dos imóveis cadastrados ocupavam apenas 10% da área cadastrada, em contraposição 85% da área cadastrada correspondia apenas a 3% dos imóveis, podemos evidenciar assim, o alto grau de concentração de terra existente no estado. No próprio relatório do INCRA sobre o projeto de reforma agrária de 2023, evidencia-se que não houve a criação de nenhum novo assentamento no estado durante o período de 2019 a 2022, e nem foi obtido para criação. O último assentamento criado no estado do Acre foi em 2015.

Neste período também se evidencia o desmonte orçamentário que o INCRA vem enfrentando. No governo Jair Bolsonaro a proposta de orçamento para o INCRA, em 2021, reduzia a zero a verba para a reforma agrária no país, ao mesmo tempo a proposta ampliava os recursos voltados a indenização judicial a ruralistas que tiveram suas terras desapropriadas. Segundo o site Brasil de Fato, o orçamento para 2021 era de R\$ 3,4 bilhões, desse total R\$ 2,1 (66%) bilhões foram reservados para pagamento de precatórios. Esses títulos tratam de dívidas com fazendeiros que conseguiram na justiça elevar o valor da indenização por terras improdutivas. Porém para a destinação de assistência técnica e extensão rural, promoção de educação no campo, desapropriação de terra, assentamentos de famílias tiveram redução de mais 99% ficando próximo de zero. A medida orçamentária deixava claro a quem o governo Federal tinha como intuito beneficiar. Pois sem as condições necessárias para conseguirem se manter na terra, o trabalhador rural se vê submetido a vender seu meio de produção/vida, passando a vender sua mão de obra diretamente para o capital. Segundo Silva (2011) é por meio da expropriação, em que fica demonstrado que a falta de política agrária expulsa o homem de sua terra de trabalho e cria, na sociedade, uma falsa ideia de que sua saída do campo e da floresta para cidade



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



provém do seu desinteresse com a terra.

No estado Acreano uma forma apresentada para facilitar a regulamentação fundiária foi a junção do INCRA e o Instituto de Terras do Acre (Iteracre) em 2022, no qual firmaram o Termo de Responsabilidade com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Segundo o site do governo, esse seria um ato inovador no processo de “desburocratização” da regulação fundiária, mostrando alinhamento entre entidades federais e estaduais.

Essas ações mostram o viés contraditório relacionado a relação de interesse da terra acreana, que tem como foco a titulação de terra, mas não tem como foco os cuidados de assistência para as famílias assentadas, e nem para ampliação da desigualdade social no campo, para os sem terras, o que acaba refletindo na realidade enfrentada no campo no estado do Acre.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT, coletados pelos relatórios de conflitos no campo publicados no ano de 2019, 2020, 2021 e 2022, podemos observar na tabela 1 abaixo, a quantidade de conflitos que emergiram no território acreano, desde os números de conflitos á quantidades de famílias envolvidas no decorrer desses anos.

Tabela 1: Conflitos por terra no estado do Acre entre 2019 a 2022.

Acre	Nº de conflitos	Número de famílias envolvidas	Conflitos no campo
2019	88	6.809	33.569
2020	59	4.469	17.876
2021	61	10.567	42.268
2022	60	8.380	27.237

Fonte: dados da Comissão Pastoral da Terra, 2019, 2020, 202, 2022 Org: Os autores, 2023

Com dados disponibilizados pela CPT é possível observar que o ano de maior explosão de conflitos por terra no Acre foi em 2019, ocorrendo conflitos em pelo menos 50% dos municípios do Estado, com maiores ocorrências em Acrelândia, Rio Branco, Manoel Urbano, Sena Madureira e Xapuri, se dissipando



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



os demais conflitos nos outros estados. Se voltarmos ao passado, no ano de 1985, conflitos de terra no Acre de acordo com dados da CPT citado por Oliveira (1990), tinham registrados 6 números de conflitos com 16.995 famílias envolvidas, ou seja, só no ano de 2019, o número de conflitos no estado do Acre foi 14 vezes maior, do que naquela época em relação ano 2019.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, esses conflitos no campo neste período são em decorrência do:

[...] recrudescimento da aliança entre a terra e o capital, resultando em um processo de desdemocratização. Com a chegada de Bolsonaro ao poder em 2019, a classe reinante encontrou terreno fértil para acelerar a marcha de apropriação dos territórios a partir de várias frentes, notadamente no Congresso Nacional por meio de projetos de lei e emendas constitucionais[...] (CPT, 2022, p. 106).

Neste período, houve avanço nos mecanismos criado para expropriação de terras, como: Titula Brasil, mineração nas TIs, extração de madeira em TIs dentre outros, além da alusão ao discurso de violência, na qual o ex-presidente Jair Bolsonaro, em suas palavras comparou MST a um grupo terrorista: "São grupos terroristas, como o MST, para mim, também é grupo terrorista. Os caras levam o terror ao campo aqui. Queimam propriedades. Desestimula o homem do campo a produzir. É no Brasil todo, essa praga do MST" (G1, 2019).

Em contradição a isso, dados da CPT mostram que no governo de Jair Bolsonaro foi registrado avanço de invasões aos territórios do campo, água e floresta em âmbito nacional. "Trata-se de um crescimento de 146,55%, pois entre 2013 e 2018 foram 132.079 famílias que tiveram seus territórios invadidos e, entre 2019 e 2022, 326.684 famílias sofreram invasão" (CPT, 2022, p. 108), mostrando o verdadeiro terrorismo para população do campo, que em 4 anos conseguiu afetar quase duas vezes mais o número de famílias em relação ao governo do período 2013 a 2018.

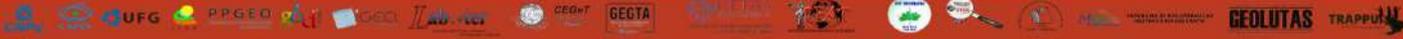
Frente ao discurso violento da população do campo, em relação a violência implantada contra a ocupação e a posse de terra no Acre, em 2022, de acordo com dados da CPT, Conflitos no Campo 2022, foram 60 ocorrências com 8.380 famílias, em uma área 26.36361 ha, com ameaça de 1.631 despejos, e 555 ameaça ou tentativa de expulsão. Isso demonstra o avanço da repressão



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

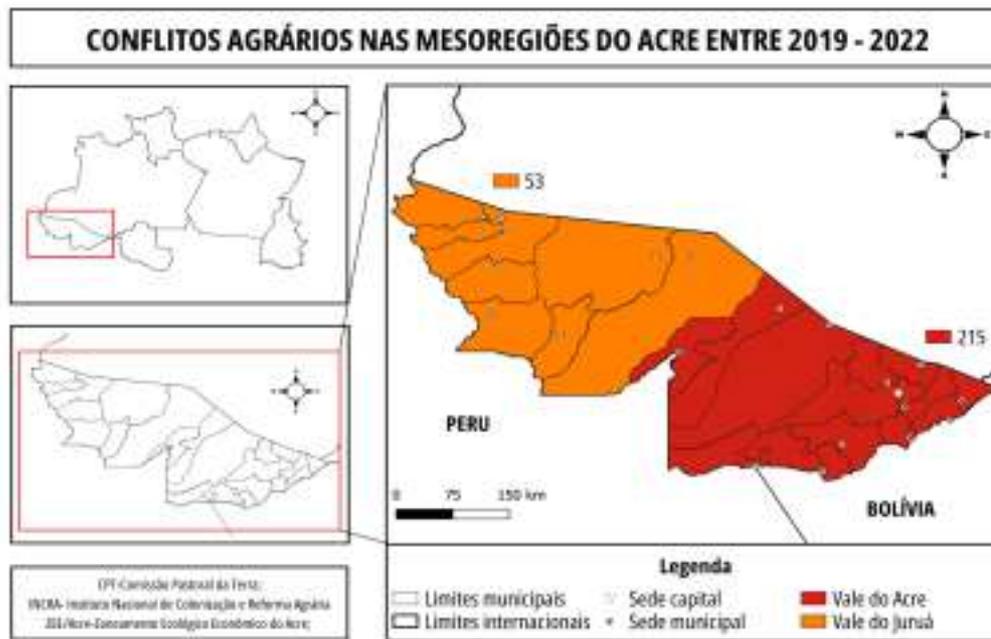
Realização:



com intuito de silenciar as resistências. Os conflitos destacados na tabela 1 tem como principais categorias envolvidas os posseiros, seringueiros, extrativistas, assentados, dentre o principal agente dá causa desses conflitos está o fazendeiro.

No mapa abaixo, demonstra-se em relação a região que mais se localizou os conflitos, mencionados na tabela 1 no estado do Acre.

Figura 1- Mapa da concentração de conflitos no Estado do Acre



Fonte: dados Comissão Pastoral da Terra, 2023 Org: Os autores, 2023

O período entre 2019 a 2022, como demonstrado na tabela 1, evidenciou uma concentração significativa de conflitos por terra, notavelmente no vale do Acre, onde aproximadamente 215 conflitos foram registrados só nessa área, consequentemente, onde encontra-se os municípios que estão em destaque de maiores ocorrência de conflito por terra como o município de Rio Branco, Acrelândia, Manuel Urbano e Sena Madureira.

A mesorregião do Vale do Acre, segundo Relatório de Análise de Terras Acre- SR-14 (2021) corresponde a 47,9% da área do Estado, a região onde tem maior desempenho agropecuário. Segundo os dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística de 2020, a área do Vale do Acre corresponde a 87% do rebanho do Estado, além de possuírem as melhores terras para uso agrícola, tendo como atividades o monocultivo de grão em larga escala, criação



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de animais de médio e pequeno porte para abastecimento de indústria. O vale do Acre possui maior facilidade de acesso, e são áreas onde se localiza a concentração da expansão do cultivo da soja, nos municípios de Senador Guiomard, Plácido de Castro, Capixaba, Rio Branco, Porto Acre, Xapuri e Epitaciolândia ao longo da rodovia federal BR-317 com poucas áreas na rodovia federal BR 364, confluência com a BR-317(Franke; Marinho; Amaral, 2023).

A região do Vale do Juruá que corresponde a 52,15% da área do estado contém cerca de 53 ocorrências dos conflitos no período de 2019 a 2022, tem como atividade agropecuária, e a agricultura, só que em baixa escala comparada com a outra. Sua criação de bovino equivale a 2,7% do plantel do Estado, segundo explicações do próprio relatório, isso se deve à dificuldade de acesso da região.

As áreas que apresentam maior interesse do capital, e conseqüentemente, áreas onde detém maiores quantidades de conflitos por terra, o vale do Acre é apresentado pelo governo como área promissora para o avanço da soja, e com ela também avança-se os conflitos sobre os agentes que supostamente atrapalham seus interesses, que resistem à lógica de submissão e lutam por seu espaço. Desde seringueiros pela luta da floresta em pé, aos assentados, posseiros e do território indígena.

Além disso, outro fator que possa contribuir para conflitos nesta área é o avanço da fronteira do desmatamento na região Amacro, com junção de área que une os Estado do Amazonas, do Acre e de Rondônia. Segundo estudo promovido pelo Greenpeace, ao todo foram desmatados 3.500 hectares em planos de manejo da Amacro, sendo que dois terços pertenciam a terras públicas (G1, 2023). Segundo dados do Cedoc, disponibilizados no Caderno de Conflitos de 2022 da CPT, áreas que compreendem a fronteira agrícola, houve avanço de 26,7% nos números de conflitos nos períodos correspondentes de 2013 a 2018 e de 2019 a 2022.

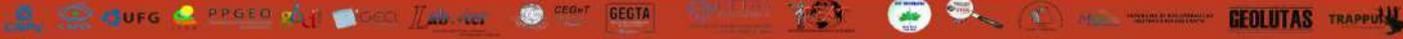
No evento de inauguração do livro Conflitos no Campo 2022, um olhar para o Acre, alguns moradores que se encontram nessas áreas de conflitos, apresentaram sua indignação com as situações que vem enfrentando. Dentre as queixas expostas estão o abandono dos órgãos públicos pela falta de estrutura que promova a educação, saúde, transporte, para que tenham o mínimo de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



dignidade nessas áreas. Dentre os depoimentos, uma das pessoas evidenciou o fato de ter nascido e se criado nessas áreas, e sofre ameaça de despejo por fazendeiros, na qual querem impossibilitar de plantar, colher, ou criar algo. Além de denúncias de ameaças sofridas por essas pessoas, na qual os órgãos de segurança se mantêm omissos, nas resoluções destes problemas.

Os conflitos do território do Acre evidenciam um problema, que não é recente, como demonstrado anteriormente, a concentração de terra no território acreano configura-se desde de sua criação, onde sujeitos como seringueiros, posseiros, indígenas, camponeses dentre outros, resistem e lutam por seu território.

A desigualdade social no campo acreano demonstrado na tabela 1 é perceptível a quantidade de famílias que vivem à mercê do avanço do capital, sem uma ação por parte do governo do estado do acre, que tem responsabilidades com esses sujeitos. Os próprios meios de comunicação não validam sua luta, sendo taxados como invasores, além de não evidenciar as ocorrências nos meios de comunicação do Acre, normalizando essa realidade.

Desigualdade essa que se manifesta também nas cidades, em todos os municípios acreanos, evidenciados com dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável IDSC, que medem o progresso do total das cidades em uma escala de 0-100, para alcançar os 17 objetivos estabelecidos pela ONU em 2015. Dentre esses objetivos é avaliado a saúde, educação, renda, moradia, assistência social, dentre outras coisas. Deste estudo todos os municípios do estado do Acre encontram-se abaixo na média, a média nacional brasileira é de 46,8. A cidade acreana que mais se aproxima da média nacional é Assis Brasil, que soma 44,42 pontos. Rio Branco (44,21) e Capixaba (43,33) completam o pódio das três mais sustentáveis do Acre. Sena Madureira (35,95), Acrelândia (37,58) e Feijó (37,80) são as piores no estado (G1, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como algumas ações que foram realizadas no início do avanço da fronteira agropecuária na região acreana, para inserir a lógica de inserção capitalista de integração Nacional, na qual proveu diversos conflitos e



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



desigualdades sociais, alguns padrões do capital tendem a se repetir, como, ações do governo federal em atuação com do governo estadual criando mecanismo para que haja o avanço da lógica capitalista no território, avançando sobre os meios de produção, como a terra, utilizando da regularização fundiária e do discurso de desenvolvimento para avançar sobre os territórios. Reprimindo aos que não estiverem submetidos a sua lógica. No território acreano, encontra-se em uma desigualdade profunda no campo, com alto nível de concentração fundiária, ocasionando conflitos no campo, enquanto o camponês, os posseiros, os assentados lutam por acesso à terra e melhores condições de vida, os latifundiários querem expandir seu capital.

Conflitos agrários demonstram a falta de política efetiva que beneficie realmente a população acreana, no qual possibilite dignidade e melhores condições de vida aos trabalhadores do campo. Por isso a importância de resistência à imposição do capital, que tem em seu discurso sempre ação do desenvolvimento, mas este por vez só tem a beneficiar uma pequena parte da população. Portanto, segundo Alves (2014, p.299) se faz necessário que, “[...] a luta pela terra, pela água e pela floresta necessita se fortalecer, tendo em vista as disparidades de forças e poder entre os agentes envolvidos [...]”. Para que assim, ocorra mudanças realmente significativas para estas pessoas.

REFERÊNCIA

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <[Acervo Digital: As revoltas dos trabalhadores em Jirau \(RO\): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia \(unesp.br\)](#)> acessado em: 19 jan. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANUTE, Danna. Inkra e Iteracre assinam Termo de Responsabilidade para acelerar processos de Regularização Fundiária no Acre. **Notícias do Acre**, 27 abr. 2022. Disponível em: <[Inkra e Iteracre assinam Termo de Responsabilidade para acelerar processos de Regularização Fundiária no Acre - Notícias do Acre \(agencia.ac.gov.br\)](#)> Acessado em: 02 ago. 2023.

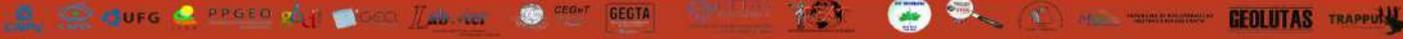
BRASIL, Ministério de desenvolvimento agrário. **Relação de projetos - INCRA.**



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Brasília, DF, 2023. Disponível em: [Assentamentos - Relação de Projetos — Incra \(www.gov.br\)](#) Acessado em: 01 ago. 2023.

BRASILDEFATO. **Bolsonaro Reduz verba para reforma agrária e aumenta indenização a Ruralista.** Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/08/bolsonaro-reduz-verba-para-reforma-agraria-e-aumenta-indenizacoes-a-ruralistas>> Acessado em: 01 ago. 2023.

BRYAN, Samuel. Em uma década, o rebanho do Acre aumenta em torno de 50% e elevação de abates acompanha recuperação econômica do estado.

Notícia do Acre, 27 set. 2021. Disponível em: <[Em uma década, rebanho do Acre aumenta em torno de 50% e elevação de abates acompanha recuperação econômica do estado - Noticias do Acre \(agencia.ac.gov.br\)](#)> Acessado em: 02 ago. 2023.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento agrário. **Relatório de análise de mercados de terra SR (AC)**, 2023. Disponível em: <[Relatório de Análise de Mercados de Terras — Incra \(www.gov.br\)](#)> Acessado em: 02 ago. 2023.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-Goiânia: **CPT Nacional**, 2021. Disponível em: <[Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no campo Brasil 2022 \(cptnacional.org.br\)](#)> em: 30 ago. 2023.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2021. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-Goiânia: **CPT Nacional**, 2022. Disponível em: <[Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no campo Brasil 2021 - Resumo do Download \(cptnacional.org.br\)](#)> em: 30 ago. 2023.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2022. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-Goiânia: **CPT Nacional**, 2023. Disponível em: <[Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no campo Brasil 2021 - Resumo do Download \(cptnacional.org.br\)](#)> em: 30 ago. 2023.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2019. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-Goiânia: **CPT Nacional**, 2020. Disponível em: <[Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no campo Brasil 2019 web \(cptnacional.org.br\)](#)> Acessado em: 30 ago. 2023.

FRANKE, Idésio Luis; MARINHO, José Tadeu de Souza; AMARAL, Eufraim Ferreira do. Pesquisa e extensão do cultivo da soja no estado do Acre. **Embrapa**, 2023. Disponível em: <[Pesquisa e extensão do cultivo da soja no estado do Acre. - Portal Embrapa](#)> Acessado em: 12 ago. 2023.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Amazônia, Amazônias**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2019.

GADELHA, Alcione. Rio Branco tem o melhor desempenho entre as 22 cidades do Acre em metas sustentáveis da ONU, aponta estudo. **G1 Acre**, Rio Branco, 11 jul. 2022. Disponível em: <[Rio Branco tem melhor desempenho entre as 22 cidades do Acre em metas sustentáveis da ONU, aponta estudo | Acre | G1 \(globo.com\)](#)> Acessado em: 01 ago. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



G1. **AMACRO**: Região entre três estados do Norte é conhecida como ‘fronteira do desmatamento. Disponível em:<[AMACRO: Região entre três estados do Norte é conhecida como ‘fronteira do desmatamento’ | Fantástico | G1 \(globo.com\)](#)> Acessado em: 25 set. 2023.

HARVEY, David. O Capital vai ao trabalho. *In*: HARVEY, David. **O enigma do Capital**: e as Crises do Capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011 cap. 3, p. 77-132.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. **Produção agropecuária**. Rio janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:<[Produção Agropecuária no Brasil | IBGE](#)>Acessado em: 21. ago.2023.

MARX, Karl. O processo de trabalho ou processo de produzir valores-de-uso. *In*: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – livro I. Tradução SANT’ANNA, Reginaldo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010[1867]. p. 211-231.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro diz que o governo pretende considerar oficialmente o Hezbollah como grupo terrorista. **G1**. Brasília, 20 ago. 2019. Disponível em:<[Bolsonaro diz que governo pretende considerar oficialmente o Hezbollah como grupo terrorista | Política | G1 \(globo.com\)](#)>Acessado em: 02 ago. 2023.

MORAES, Wesley. Acre: a nova fronteira agrícola da soja. **Notícia do Acre**, 22 mai. 2023. Disponível em:<[Acre: a nova fronteira agrícola da soja - Notícias do Acre \(agencia.ac.gov.br\)](#)> Acessado em: 02. ago. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino.de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática S.A, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo:FFLC, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: Monopólio, Expropriação e conflito. 3ºed. São Paulo: Papyrus, 1990.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des) envolvimento sustentável na Amazônia ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PRIEB, Sérgio A. M.; CARCANHOLO, Reinaldo A. O trabalho em Marx. *In*: CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital**: essência e aparência. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011. cap. 7, p. 147-161.

PINHO, Kelton. Todas as cidades do Acre estão abaixo da média nacional de desenvolvimento sustentável, aponta relatório. **G1 Acre**. Disponível em:<[Todas cidades do Acre estão abaixo da média nacional de desenvolvimento sustentável, aponta relatório | Acre | G1 \(globo.com\)](#)>Acessado em: 02 ago. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário**: uma análise a partir da realidade amazônico-Acreana. Rio Branco: Edufac, 2011.

SILVA, Silvio Simione da; PAULA, Elder Andrade de (org). **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: Edufac, 2006.



OS TRABALHADORES EM BANCAS FIXAS E AMBULANTES NA VENDA DE PEIXE EM TEFÉ-AM

Fabício Cavalcante da Silva¹
Leonardo de Oliveira Mendes²
Viviane Pimentel Moscardini Sussumo³

RESUMO

O presente Trabalho tem como objetivo a compreensão das relações dos trabalhadores em bancas de vendas de peixe na cidade de Tefé-AM, com em ênfase nas discussões geográficas, a própria geografia do trabalho, para capturar as dinâmicas das relações de trabalho que esses agentes enfrentam em seu cotidiano, para compreender essa dinâmica da relação de trabalho, identificando os motivos das escolhas, sua renda e carga horária, se vendem, pescam ou ambas, o nível de escolaridade, se possuem algum tipo de apoio, se possuem direitos trabalhistas e suas condições de trabalho. A informalidade se amplia atualmente e esses trabalhadores estão envolvidos na venda de peixe que é uma das especialidades culturais da região, sendo comercializado de forma precária, fazendo necessária reflexão sobre tais condições de trabalho. Esse trabalho busca tornar esses trabalhadores visíveis para a sociedade. **Palavras-chave:** Geografia; Informalidade; Espaço; Território.

Introdução

Esse presente artigo é resultado do projeto de pesquisa fomentada pelo PAIC/Fapeam. Valorizando e trazendo esses sujeitos trabalhadores do cotidiano que pouco se discute sobre tais em reflexões e como esse fenômeno influencia todo um arranjo territorial, econômico e social sobre o viés municipal. O município de Tefé-AM possui uma economia aquecida em grande parte pelo setor informal, pequenos empreendedores que buscam na informalidade uma renda para manter-se na busca diariamente pela sobrevivência.

¹Graduado em Licenciatura em Geografia na Universidade do Estado do Amazonas-UEA, Brasil. Contato: fabriocavalcante194@gmail.com

²Prof^o. Me. em Geografia na Universidade do Estado do Amazonas-UEA, Brasil. Contato: lmendes@uea.edu.br

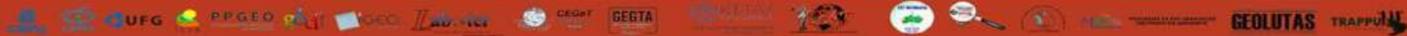
³Prof^a. Me. em Geografia na Universidade do Estado do Amazonas-UEA, Brasil. Contato: vsussomo@uea.edu.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Metodologia

A caminhada se deu de reflexões e embasamento teórico com foco da ciência geográfica, do trabalho, trabalho informal tanto no âmbito geral (mesmo que de forma breve) quanto em aspectos mais específicos do município de Tefé, onde concentramos o foco principal. Por meio de visitas nos diversos lugares da cidade em busca dos locais que os trabalhadores se encontravam, localizando-os no perímetro urbano da cidade. Dessa maneira, avançamos em trabalho de campo que nos preocupamos com a descrição da paisagem, se fez necessária para termos condições de captar questões visíveis, auxiliando na compreensão do movimento do real, através de fotografias registradas com autorização dos participantes, representando o dado momento no qual foram registrados.

Através de um questionário contendo perguntas com caráter semiestruturada contendo informações de identificação e com respostas de ‘sim’ ou ‘não’, em cerca de 25 entrevistados correspondendo 100% (cem por cento). Com essas informações obtidas pela análise no campo das bibliografias da Geografia do Trabalho e através do reconhecimento de campo e das entrevistas. Correlacionado os dados obtidos com os dados fornecidos pelo IBGE (2010).

Recorremos à tríade de categorias da ciência geográfica sob a representação da realidade, de importante valor teórico, prático e social que com a evolução dos contextos e relações obteremos indicadores sobre vários aspectos enriquecendo esse debate e propiciando mais estudos. Mas que de forma clara utilizamos sob o qual Moreira (2008) que “do ponto de vista da representação, tudo começa na categoria da paisagem, mas se explicita na categoria do espaço mediada na categoria do território.”

Partimos então da paisagem (dos aspectos visíveis) do trabalho dos trabalhadores/vendedores de peixe, no segundo momento mergulharemos na análise dos sentidos dos de seus arranjos desvendando a lógica de apropriação do espaço, ou seja, o seu território, e finalizamos compreendendo suas tramas complexas de relações, ou seja, sua (des) ordem espacial (Moreira,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



2011). Por fim, trazer discussões sobre os dados obtidos com o formulário, a bibliografia e os dados do censo do IBGE (2010).

Desenvolvimento

O trabalho e a geografia

O conceito de trabalho discutido a sua relevância para análise de questões que envolvem o trabalho como conceito o que está ligado as análises geográficas sob o olhar desta ciência, para a compreensão dos fenômenos, a base do debate é geográfica, como ver os fenômenos sob as lentes dessa ciência ultrapassando a estrutura do visível para o invisível do espaço (Moreira, 2008).

O trabalho como condição é o meio em que o homem tem para perpetuar a sua sobrevivência, na evolução humana e da sociedade. O trabalho sempre existiu e logo tem relevância no processo de apropriação do próprio espaço, o homem se apropria do espaço quando se trabalha nele. O trabalho vem ganhando espaço nas discussões geográficas, no qual antes não era dada tanta relevância a esse tema, mais ligado ao gênero de vida. Se levamos em consideração que o homem tanto usa quanto precisa do trabalho para se perpetuar enquanto 'ser' que transforma e se adapta a transformações (Marx, 1996; Thomaz Jr., 2002).

Desta maneira, o conceito trabalho foi sendo aprofundado e sendo desenvolvido ao longo do processo de maturação, sendo cada vez mais utilizado em trabalhos mais recentes, mas também de suma importância.

Os seres humanos dependiam das condições naturais, mesmo que pareça um discurso determinista e verdadeiramente é de fato. Essa linha histórica se faz importante para entendermos o conceito de trabalho. Encontramos em Moreira (2008) o conceito de trabalho social, onde o autor ressalva a questão de transformação do meio. Onde,

Ora, como a obra de transformação do meio é uma realização necessariamente dependente do trabalho social (a ação organizada dos homens e coletividade), é o Trabalho social o agente de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



transformação do homem de um ser animal, para um ser social.
(Moreira, 2008)

Em Moreira (2009), ele enfatiza e interliga o conceito trabalho sobre questões de necessidade do próprio ser de sua própria existência, o trabalho funciona como uma engrenagem para a própria reprodução humana, enquanto ser social valorizando assim a inteligência humana, fato que o diferencia dos animais.

Desta forma, o trabalho enquanto categoria ontológica cria segundo Lima (2014) o papel de responsabilidade mediante as relações do homem no ato de planejar e suprir suas necessidades, logo vem se caracterizar como um dos conceitos chaves para compreendermos e melhor analisarmos a sociedade.

O trabalho ganha seu sentido mais amplo, a ciência geográfica utiliza desse conceito, analisando-o a partir de suas categorias de análise, dando um salto no entendimento como forma de recriação do próprio ser e dessa forma a sociedade no desvendamento das máscaras sociais. Engajados assim de perceber, compreender e recuperar a questão trabalho (Lima, 2014).

Sob seu olhar descritivo e crítico do real sob o qual analisamos e buscamos compreender suas complexidades. No entanto, os geógrafos buscaram essa essência da geografia nos fenômenos da realidade mesmo que de forma superficial, mas de grande valia para melhor posicionamento sobre as transformações da realidade e desvendando as máscaras sociais.

A questão da informalidade

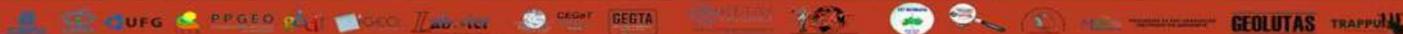
A geração de empregos e a sua manutenção em escala podem ser por muita das vezes um fator determinante, uma vez que a grande massa de pessoas que não possuem um emprego remunerado legalmente cresce. Com a autorreprodução do ser social através do trabalho, os homens por essas relações que os mantém conectados criando toda uma produção de relações, que se transformam, mas em seu cerne são fatores determinantes para o desenvolvimento das relações de produção (Netto, 2011).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A minoria recebe salários exorbitantes, comparados ao salário da maioria que recebe o “salário-mínimo”. Forçando a aceitação de condições que são induzidos de forma inconsciente, mas constante a apropriação da sua mão de obra. O trabalhador se expõe ao mercado, onde encontra alto nível de competitividade. A população que vive do trabalho, na maioria das vezes as condições de trabalho são precárias, passam a maior parte do seu dia para poder se manter nesse mercado competitivo (Thomaz Jr., 2002).

Acarreta uma grande exclusão do mercado de trabalho com o restante, a pergunta mestre é “e para onde vão esses restantes? A resposta dessa pergunta se encontra no que se conhece por informalidade, onde o trabalhador não encontra no mercado de trabalho sua oportunidade de busca de renda. Sendo assim, desmotivação das consciências, influenciando que esse excluído venha a aceitar qualquer outra “oportunidade” que lhe venha a ser apresentada (Thomaz Jr., 2002).

A informalidade pode ser de o trabalhador oferecer um serviço como intermédio de um contratante ou por sua própria autoria, reconhecendo as necessidades dos mercados de suas localidades vê nessas “lacunas” que o mercado oferece uma oportunidade de inserção. Essa classe tenta acompanhar todo esse sistema que vê na competitividade uma grande vantagem, também seu maior motivo de exclusão. Percebe-se que mesmo na informalidade o sistema em voga consegue captar essas pessoas que são induzidas a atuarem dentro do circuito capitalista de produção, uma vez que para o capital esse tipo de relação é até mesmo mais lucrativo (Thomaz Jr., 2002).

Segundo essa lógica, as pessoas excluídas, na revolução industrial que muitos saíram das zonas rurais e encaminharam suas esperanças na cidade, muitas foram excluídas, pois não tinha emprego para todos. No processo, esses excluídos perceberam que teriam que obter algum tipo de renda para sua subsistência e como já explanada como instrumento de pressão aos já empregados. O capitalismo conseguiu perpetuar processualmente o seu sistema de produção e relação recorrente a exploração de mão de obra.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



No que diz respeito ao fator econômico a informalidade “aquece” a economia da classe afastada dessa grande polarização do comércio formal e até mais aceita em questões locais. No geral, a informalidade pode fazer que o trabalhador obtenha arrecadação dependendo do grau de relevância dos serviços prestados em fatores como qualidade e volume, limitando certos setores tendo que sair da informalidade e se reajustar na formalidade o que demonstra diversas divergências entre os setores devidos suas características específicas ao seu próprio consentimento. Com a complexidade da informalidade e sua ampliação, as suas relações com novos mercados se reajustando de forma gradativa a percepção dos seus participantes que atuam em sua essência, os trabalhadores informais (Thomaz Jr., 2002).

Toda essa complexidade intriga, pois permeia vários fatores tanto quanto social e econômico, pois tal ocasião remete a sua causalidade histórica, mas não iremos nos aprofundar nesse tema somente nos focaremos em debatermos a informalidade e suas questões que possibilitam o nosso posicionamento correlato com o fenômeno estudado em que faz necessária essa análise sobre determinadas concepções bem como a informalidade.

A informalidade e a venda de peixe na cidade de Tefé

A complexidade das relações de trabalho informais no Brasil, sobretudo, no interior do Amazonas é de grande importância e necessitam de pesquisa. A cidade de Tefé-AM localizada na região do Médio Solimões tem uma posição estratégica na logística fluvial e aérea, sendo considerada uma cidade de grande importância no Estado. Tem um comércio extremamente aquecido que aliado aos problemas sociais tem mantido e gerado a expansão da informalidade do trabalho. O desemprego, as migrações para cidade, as crises econômicas, a perda do poder de compra do salário-mínimo, a corrupção, as políticas públicas sociais quase inexistentes, são parte destes problemas. Como já viemos abordando em todo o contexto sobre o qual estamos dispostos a discutir, Tefé como uma cidade que é subsidiada pelas suas instituições e localidade estratégica sobre a qual se favoreceu no decorrer de anos.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Segundo os dados do IBGE, a população da cidade de Tefé possui cerca de 73.6669 mil pessoas nos dados fornecidos pelo censo do IBGE de 2022, onde apenas 14,34% da população que corresponde à população ocupada, ou seja, apenas 8.495 pessoas que formam a média dessa população ocupada de 1,7 salários-mínimos em trabalho formal, demonstrando tamanha disparidade das desigualdades na população (IBGE, 2022).

A vida corriqueira se monta e remonta no desenrolar dos processos sociais da vida da população que ali se inserem e são estimulados a todo esse ciclo de produção e reprodução, esses dados são indicadores mesmo sendo representações, são dados capazes de apoiar uma aproximação deste mesmo real, por isso, sua importância quantitativa e qualitativa que sobre essa pesquisa não poderiam ser menosprezados.

Logo, os dados fornecidos pelo censo de 2022 conseguimos ter uma reflexão sobre a realidade tefeense, em sua maioria possui baixa renda, baixa escolaridade e o número de ocupados é muito baixo, em contradição com o número de desocupados e desempregados que é em sua maioria. Dessa maneira, grande parte da população tefeense está englobada nessas condições, sendo um dos indicadores do crescimento da informalidade, como os vendedores que trabalham na venda de peixe em bancas fixas e ambulantes na cidade que por unanimidade correspondem a esses índices sob o qual estamos nos referindo.

Os trabalhadores e trabalhadoras em bancas fixas e ambulantes na venda de peixe Tefé.

Sob o olhar descritivo da paisagem, na realidade em questão percebe-se grande precariedade nas suas condições de trabalho desses atores sociais, pois são localidades que possui uma infraestrutura bem simples geralmente em calçadas em bancas improvisadas, onde o armazenamento, o manuseio, a higiene também se encontraram frágeis ao que seria o “mínimo” exigido.

Em relação à localização, esses pontos de vendas são divididos



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



em três segmentos: 1- Pontos distribuídos pela cidade, 2- Suas próprias casas e 3- Vendedores ambulantes em carrinhos. O primeiro caso se remete a pontos estratégicos em vários pontos da cidade onde tem grande movimentação de pessoas, algumas mais bem estruturadas em relação a outras. No segundo segmento dos pontos de vendas são as próprias casas dessas pessoas que são predominantes em bairros mais afastados, mesmo assim, possuem fluxos diários de pessoas o que fomenta a comercialização e o consumo das pessoas que ao invés de se encaminharem ao centro da cidade preferem comprar deles. Nos casos que os pontos são as próprias casas, aproveitam para a comercialização de outros produtos que acompanham o consumo do peixe bem como verduras, o limão, a farinha, entre outros.

O terceiro segmento são os ambulantes que possuem algumas características em específico, como é o caso de poderem se movimentar para certos lugares onde lhes possibilitem uma melhor arrecadação de suas vendas, ficando em esquinas ou cantos de ruas que estão localizadas, em bairros mais periféricos em relação ao centro da cidade. Usando sempre roupas normais do dia a dia, transportam os peixes em carrinhos de mãos em que são agrupados por “cambada” ou pela quantidade de peixe por um determinado valor, acompanhando o comércio do período. Alguns ambulantes transportam os peixes em caixa de isopor, ou até mesmo colocam gelo no carrinho para maior conservação.

Esses trabalhadores atuam sem fardas, uniformes ou qualquer tipo de equipamento de proteção individual (EPI). Na grande maioria dos entrevistados, utilizam ferramentas como facas ou terçados dependendo do peixe em questão, balanças, ganchos, em poucos casos usam luvas e a maioria utilizam as próprias sacolas de plástico como uma forma de higiene para espantar os insetos.

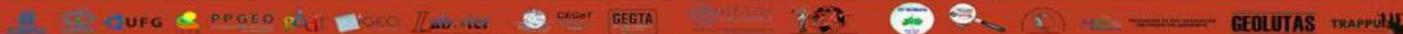
No primeiro e segundo segmento (fixos) os trabalhadores possuem a possibilidade de naquele local fazer o “trato” do peixe enquanto no terceiro caso (ambulantes) isso não foi percebido e que em ambos os casos a venda



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



está em torno de peixe tratado e não tratado variando o seu preço não somente no tipo de peixe, mas no tipo de “trato” que este recebe.

Esse presente trabalho busca antes de tudo fazer uma representação da realidade nas relações de trabalho, trazendo reflexões e fatos da realidade desses trabalhadores. São sujeitos de grande importância para o fornecimento de alimentação para a população e aquecem a economia local. Trabalhadores que em meio a sociedade de classe se colocam em uma atividade econômica informal e com difíceis condições de trabalho.

O peixe que é comercializado em pequenas bancas improvisadas em que o proprietário por conta própria, busca da melhor forma possível com sua possibilidade financeira a estrutura na qual irá atuar. Outros são os trabalhadores que improvisam ainda mais, como é o caso da comercialização ambulante em que utilizam carrinhos de mão, esses são muitas das vezes improvisados com madeira variando em formas e tamanhos. Com isso, esses trabalhadores buscam fornecer seu produto (peixe) aos compradores.

Esses trabalhadores possuem uma distribuição espacial que corresponde tanto a localizações mais afastadas do centro comerciais quanto locais de movimentação, evitando de o comprador ir ao “centro”, ele pode comprar ali mesmo na proximidade. Esses trabalhadores obedecem a esse tipo de arranjo socioespacial que se apropriam de suas proximidades já excluídos pelo grande centro e fiscalizações, que suas atividades contrariamente nos bairros mais afastados onde não encontram respectivos “empecilhos” ao seu trabalho. Por sua vez os locais que mais são viabilizados e próximos do “centro” possuem assim certa estrutura básica a esse tipo de serviço.

As territorialidades que esses atores sociais representam e atuam no que tange seu perímetro de influência e de serem influenciados com suas respectivas movimentações seja os fixos como os ambulantes de maneira geral. Esses trabalhadores também representam parte da população tefeense que enfrentam diversas dificuldades no âmbito econômico e nos aspectos sociais excludentes de uma sociedade intrinsecamente ligada à concorrência mútua entre os indivíduos que neles estão inseridos acompanhando todo o ciclo



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



econômico influenciando de forma direta e indireta mesmo que formas e intensidades variadas.

Essa concepção desses atores vai de encontro com o que entendemos em nossas análises bibliográficas referentes à informalidade, pois remetem a pessoas que são excluídas pelo sistema capitalista, processual no seio da sociedade tefeense. Essas e outras constatações somente foram possíveis através do trabalho de campo sob o qual foram feitas perguntas de teor quantitativo e qualitativo abordando sob diferentes aspectos referentes as suas relações que permeiam seu cotidiano.

Descobertas da entrevista aos trabalhadores e trabalhadoras.

Em momentos em que os entrevistados se sentiam confortáveis em responder as perguntas que foram elaboradas com objetivos específicos e predefinidas, nem todos aceitaram que fotografias fossem tiradas como forma de registro, da mesma forma a gravação das conversas em que alguns dos entrevistados se recusavam a tal. Respeitamos suas posições me identificando como aluno pesquisador, pois o que ficou claro em vários discursos o receio da prefeitura como uma forma de medo aos de controle público de fiscalização e assim foram encaminhados os questionários em momentos aprovados por eles.

De uma apuração de 25 entrevistados cerca de 70% dos entrevistados são do sexo masculino e 30% correspondem ao sexo feminino, em uma média de idade de 38.9 anos, sendo que a idade de menor proporção é de 19 anos e a maior é de 67 anos. O bairro que mais predomina esses atores sociais é o Monte Castelo seguido do bairro de Jerusalém. A maioria dos entrevistados é de origem do município, entretanto, encontramos pessoas de origem como exemplo de Eirunepé e Manaus, bem como outras localidades mais próximas como Japurá, cidade de Caiambé, Maraã e São Paulo de Olivença.

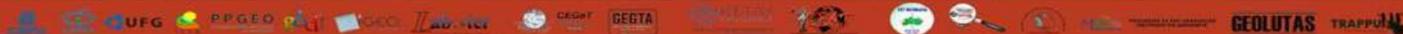
Quando perguntados sobre se possuíam casa própria apenas 3(três) pessoas responderam que não e o restante disse que possuíam casa própria; com relação a escolaridade apenas 3(três) dos entrevistados possuem ensino



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



fundamental completo e ensino médio incompleto, enquanto a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto, em alguns casos a pessoa não sabia ler e nem escrever, mal sabia praticar ambas ou tinham dificuldades na hora de passar troco. Em relação a cursos profissionalizantes, apenas 3 entrevistados possuíam algum tipo de curso, mas apenas 1 estava ligado à sua ocupação atual que é a venda de peixe, enquanto o restante não possuía qualquer tipo de curso profissionalizante como por exemplo o entrevistado respondeu: *“Na minha época era tudo muito difícil para estudar e poucas pessoas conseguiam estudar eu como sempre fui pobre não tive muito estudo, deste cedo tive que trabalhar(...)”* (Entrevistado 1)¹.

Relacionando a questão de auxílio do Estado, apenas 3 (três) pessoas responderam que não recebiam qualquer tipo de auxílio do governo, enquanto a maioria recebia o auxílio emergencial seguido do bolsa Família (Auxílio Brasil). Essa informação nos mostra que se trata de pessoas de baixa renda, que estão ali realizando seu trabalho em busca de sua sobrevivência. Não foi mencionada nenhuma política pública por parte do Estado e da prefeitura no sentido de apoio a essa.

Sobre a venda de peixe apenas uma pessoa respondeu que a venda de peixe não é sua principal fonte de renda, onde 50% apenas vendem e 50% além de pescar também vende, porém, destes últimos apenas 1 entrevistado que comercializa o seu pescou e o restante apenas para seu consumo. Isso quer dizer que estamos diante da atividade econômica mais importante desses sujeitos. Descobrimos ainda que dentre os motivos de exercerem essa profissão, estão: possuir uma venda própria, um trabalho, complementar a renda, ajudar a família, possuir uma renda até a aposentadoria (neste caso em questão a pessoa já estava com o processo de aposentadoria em aberto, mas não tinha qualquer outra forma de renda), por necessidade, para escoar sua pesca e obter uma renda considera rápida; Em média esses

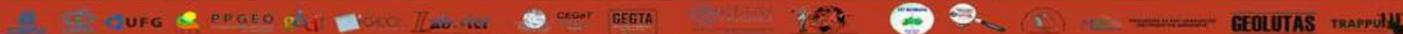
¹ Entrevistado 1. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



trabalhadores estão nesse ramo a aproximadamente 4.4 anos, sendo o limite inferior de 2 meses e o limite superior de 15 anos aproximadamente.

Por unanimidade os entrevistados consideraram que trabalham por conta própria e que sua relação de trabalho é baseada no apoio familiar, onde nas entrevistas responde que *“Eu trabalho por minha conta, meus familiares me ajudam até mesmo quando não posso vir, eles vêm. Porque temos que pagar o aluguel daqui”*. (Entrevistado 1) e *“Sim trabalho por conta própria mesmo, assim minha mulher vem me ajudar as vezes ela não vem e as vezes meu filho me ajuda, mas como ele estuda não pode vir todos os dias”* (Entrevistado 2) ³. Em uma das poucas organizações em que apenas 2 entrevistados participam é a Z4 (Associação de Pescadores), o restante afirmou que não participavam de nenhum tipo de organização. E sobre isso os entrevistados afirmaram que o motivo de não participarem da Z4 seria porque na verdade essa organização estaria voltada aos trabalhadores que vivem da pesca e não aos que vendem como era o caso destes, fixando a fala que *“a Z4 é uma associação de pescadores, mas apenas vendo, o que pesco na verdade só as vezes, mas pra minha família comer em casa mesmo.”* (Entrevistado 3)

Esse dado é fundamental para compreendermos a dificuldade de organização política desses trabalhadores, podemos refletir que suas demandas mais imediatas de sobrevivência podem ser um dos motivos dessa desmobilização política. Esses trabalhadores enfrentam os períodos de sazonalidade da região ao perguntar sobre a quantidade de peixe que vendem, com exatidão não souberam responder, mas com base aproximada de suas experiências foi informado os seguintes dados: Em média são aproximadamente 516 kg de peixe mensalmente que esses trabalhadores vendem (isso com base no período analisado dos meses de agosto a setembro, variando entre o início e o fim do período sazonal dos rios onde o rio estava começando a ‘secar’ em diante e espécie de pescado (Sardinha, Pacú, Tambaqui os peixes mais comercializados no período estudado).

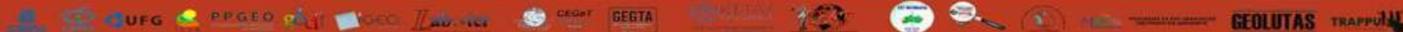
Em relação a quem lhes fornecem apenas 4 entrevistados



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



disseram que o pescado provinha de seu próprio trabalho, contrariamente dos demais que compravam de atravessadores considerando estes como pequeno, médio e grandes fornecedores provindos dos próprios pescadores que vem oferecer seu pescado cedo na feira do produtor localizado no centro da cidade próximo ao porto. Não podemos esquecer dos atravessadores que ficam esperando esses pescadores trazerem esses peixes para comprarem mais cedo

³Entrevistado 2. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 18 de agosto de 2022

Entrevistado 3. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022

e venderem com um valor maior, que logicamente encarece o peixe ao consumidor final.

Mais da metade das pessoas entrevistadas se sentem explorados, as pessoas associaram exploração ao incômodo que sofrem em relação ao poder público de suas cobranças fiscalizadoras como um ato de revolta sobre essas ações: *“Porque eles fazem muitas cobranças, mesmo não ajudando em nada”* (Entrevistado 4) e *“Eles vieram aqui e prenderam o peixe porque era pirarucu, fui até preso, mas falei que só estava vendendo porque preciso, não estava vendendo para fora, estava vendendo para nós aqui da cidade e não achava nada de errado isso...”* (Entrevistado 5)

Com base nas entrevistas sobre sua renda mensal, poderia ser agrupada em conjunto com a venda de peixe a outras fontes de renda e a média foi de RS 1.475 reais, onde o menor valor foi de 300 reais e o maior de RS 4.000 reais mensais, ao referir sobre se essa renda lhes fornece uma boa qualidade de vida apenas 3 entrevistados disseram que sim, enquanto o restante informou que não. O que é demonstrado em algumas respostas onde *“Sim, porque mesmo sendo razoável dá pra se manter aos poucos”* (Entrevistado 1)²; *“Não, porque dá pra se manter, ir sobrevivendo”* (Entrevistado 2) e *“Não, porque mal*

² Entrevistado 1. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022

Entrevistado 2. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 18 de agosto de 2022

Entrevistado 4. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022

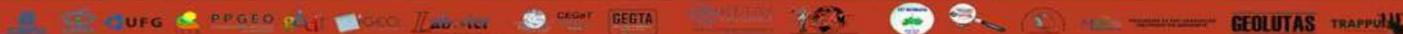
Entrevistado 5. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



dá para pagar as contas de casa como luz, água e o aluguel do local.”
(Entrevistado 4)

A respeito do local de trabalho se era próprio da pessoa ou alugado, mais de 60% dos entrevistados trabalham em locais alugados ou em locais públicos, enquanto 40% representam as pessoas que trabalham em seus próprios locais. Seguindo essa lógica de localização foi lhes perguntado sobre a escolha sobre o local e a maioria dos entrevistados indicou que foi pela movimentação diária das pessoas naquele local, seguindo de morar no local, de aproveitar o local e pôr a única alternativa.

A carga horária em média são 8,9 horas trabalhadas diariamente que varia de 5 horas a 14 horas em que segundo eles costumam trabalhar diariamente. Esses trabalhadores informaram não possuir nenhum tipo de conflito territorial entre eles; já com os atos de fiscalização do poder público apenas 2 entrevistados não receberam visitas, enquanto todo o restante já foi alvo de fiscalização. Destacamos algumas respostas como: *“Pelo fato de ficar aqui na calçada, eles já tentaram remover a banca desta localidade”* (Entrevistado 6); *“Nós somos legalizados, devido muitas cobranças feitas pela prefeitura para se regularizar(...)”* (Entrevistado 7); *“Vieram aqui fazer vistoria para falar para ter melhoria aqui, mas não ajudam em nada.”* (Entrevistado 8); *“Não, depois que fui preso eles vinheram mais fazer vistoria.”* (Entrevistado 5)⁵; *“Eles já vieram aqui para fazer vistoria e ver aqui como é o estabelecimento e só.”* (Entrevistado 9) e *“Não, nunca vieram aqui.”* (Entrevistado 10)

Um destes entrevistados já foi até mesmo preso por comercializar o Pirarucu. Percebemos então que o Estado não atua no sentido de dar o apoio necessário para que essa atividade econômica se desenvolva com o mínimo de condições, melhorando as condições de trabalho, a higiene, o armazenamento do pescado. Mas é ágil do ponto de vista da fiscalização punitiva.

Em relação a questões físicas do ambiente foi lhes perguntado sobre a exposição a chuva e apenas 2 entrevistados informaram que eram expostos. No entanto, ao perguntar sobre ficar em pé, apenas 3 entrevistados



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



disseram que não ficam excessivamente em pé, o restante dos entrevistados afirmou ficar em pé; com relação a relações de trabalho apenas 2 entrevistados afirmaram que obtiveram tais problemas com os órgãos fiscalizadores da prefeitura.

Embora tenha sido mais o número de trabalhadores em que a prefeitura fiscalizou, apenas esses dois tiveram problemas sobre essas vistorias,

⁵ Entrevistado 5. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022

Entrevistado 6. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022

Entrevistado 7. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022

Entrevistado 8. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022

Entrevistado 9. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022

Entrevistado 10. Entrevista concedida a Fabricio C. da Silva. Tefé, 17 de agosto de 2022

como tentativa de expulsão e cobranças mais intensas. Já referente a problemas físicos onde apenas 5 entrevistados afirmaram não terem sofrido nenhum tipo de acidente de trabalho, o restante dos entrevistados teve acidentes como corte nos dedos. Os problemas de saúde como dores nas costas, dores na coluna, dores nos pés são a maioria, pois apenas 7 dos entrevistados não tiveram qualquer tipo de problema de saúde referente ao seu trabalho.

Por unanimidade todos os entrevistados disseram que não recebem nenhum tipo de ajuda do poder público local e que todos trabalham durante o dia e que mesmo com tantos problemas visíveis, quando lhes foi perguntado sobre possíveis problemas de infraestrutura no seu local, apenas 2 entrevistados fizeram reclamação como pouco espaço, o restante dos entrevistados não conseguiu encontrar nenhum tipo de problema de infraestrutura.

Com isso, nos levou a fazer uma reflexão sobre tais respostas, pois foram visíveis os problemas estruturais de infraestrutura nos locais desses trabalhadores, porém, muitos não conseguiram encontrar ou até mesmo não aceitar que tal estrutura não era precária de fato, o cotidiano dessas condições fez com que esses trabalhadores se acostumassem com tais condições pelo fato de ser de sua conta própria.

Na descrição da paisagem do fenômeno, exercitando o teor



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



descritivo do real (Moreira, 2008/2009), se percebeu estruturas muitas das vezes bem precárias em que os trabalhadores não obtinham qualquer tipo de organização, vendo através da Geografia do Trabalho, essa vivência, as tramas sociais seus dilemas, buscando desvendar as máscaras sociais que estes seres sociais presenciam em seu cotidiano, utilizando a questão relação de trabalho para nos aproximarmos desses personagens.

A questão da informalidade, como referência a categoria de serviço que esses trabalhadores exercem, nessa base teórica identificada por Thomaz Jr. (2002), que mesmo já se passado 20 anos essa questão da informalidade ainda perpetua nossa realidade e com tanta nitidez, percebemos que esses personagens se encaixam no setor informal por várias características que já foram descritas no decorrer desse debate.

Características como a baixa escolaridade, a exclusão do mercado do trabalho, uma vez que afirmavam que estavam trabalhando nesse setor, pois não tinham conseguido outro emprego, identificando esse movimento do capital sobre a exclusão dos trabalhadores, levando estes a buscarem alguma forma de renda, visto que antes na maioria dos casos esses trabalhadores exerciam outras profissões, o que poderia ser até mesmo outro serviço informal.

Ao falarmos sobre o movimento desigual do capitalismo, com base em algumas explanações de Smith (1988), identificamos que devido essas movimentações esses trabalhadores são excluídos de um circuito mais formal do sistema capitalista e são encaminhados gradativamente para o desemprego e para o setor informal, que foi identificado esse movimento desigual que permeia esses trabalhadores, que fica exemplificado através de altas cargas horárias, baixa remuneração dentre outras características pertinentes a esse setor, devido essas desigualdades sociais e econômicas em que a minoria possui um acúmulo de capital maior, já em relação a maioria onde o sistema não consegue absorver são levados ao desemprego e a informalidade, o que nos remete a abordarmos esses trabalhadores que por sua vez são situados sob essas condições de informalidade.

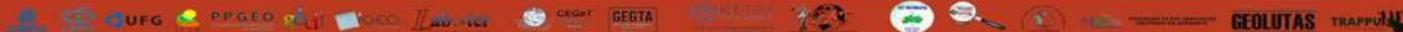
Acompanhando a ideia de Thomaz Jr.(2002), esses trabalhadores



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



possuem um arranjo espacial e territorialidade própria, o que para muitos seria apenas um movimento rotineiro desses trabalhadores, para nós é um movimento maior que remete as desigualdades do sistema capitalista, em que a adequação e a submissão são fatores intrínsecos ligados a esses trabalhadores que por acharem que são 'livres', sofrem com a alienação de não perceberem as suas dificuldades o que muitos não as reconheceram.

Discutimos sobre sua logística, a maioria que acordam cedo compram o peixe dos atravessadores quando não pescam, fretam uma carrocinha, compram sacolas, gelo para manter conservado o peixe, estoca, alguns tratam e vendem de ambas as formas 'com ou sem escama', e espera o consumidor final comprar. O que já em sua maioria não acontece com os ambulantes que também em sua maioria pescam, mas diferem na questão transporte e armazenamento.

Desta maneira, as agentes que por sua vez são agentes atuantes que definem e redefinem o seu meio, por meio não só do trabalho e também de suas complexas relações, mesmo que sua atuação esteja mais focalizada/localizada em um determinado lugar, mas que faz interrelações continua no seu dia a dia, como em um dos entrevistados (o mais jovem) em que dizia que gostava de conversar com as pessoas, conhecer suas histórias, ou seja, obter esse diálogo rotineiro com as demais pessoas, mesmo com vários os problemas estruturais em seu local de trabalho, condições muitas das vezes precárias, o que para eles era questões comuns.

Considerações finais

Com base nos resultados obtidos, conseguimos compreender em uma breve reflexão sobre a dinâmica do trabalho dessa classe de trabalhadores que se encontram em situações precárias, devido a informalidade esses trabalhadores estão isentos do gozo de seus direitos trabalhistas, atuando sobre altas cargas horárias, sem qualquer apoio aos órgãos competentes do município que muito mais fiscalizam do que ajudam.

A remuneração é baixa ao levar em consideração a compra,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



transporte, armazenamento e venda final do peixe, onde esses trabalhadores também possuem gastos como aluguel, onde esses locais na maioria das vezes por razões estratégicas de movimentação diária de pessoas, obtendo renda variável de acordo com o período e a espécie comercializada, ocorrem entre os entrevistados uma diferença de 300 reais a 4.000 reais mensais.

Identificamos que alguns desses trabalhadores além da venda estes também pescam, sendo as vezes não para a venda direta, mas para o próprio consumo familiar.

Esses trabalhadores em sua maioria possuem apenas o ensino fundamental, fazendo filtrar o nível de instrução respectivamente baixo e sem qualquer incentivo municipal.

Esses trabalhadores mesmo em condições em que não os favorece, como alto perigo de acidente, problemas de saúde gradativos provocados pelo excesso de esforço como é o caso do cansaço, dor nas costas e nos pés provocados pelas repetições contínuas do dia a dia. Esses trabalhadores estão sujeitos as várias circunstâncias e perigo devido condições que além de serem limitantes, são precárias as condições de trabalho desta classe que por muitos aparecem como invisíveis, mas que apresentam um papel importantíssimo a sociedade teifeense.

Referências

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LIMA, Átila Menezes. **GEOGRAFIA: FILOSOFIA DAS TÉCNICAS? REFLEXÕES PARA SE PENSAR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO**. Revista Pegada – vol. 15 n.2. dezembro/2014.

MARX, Karl; **O Capital – Crítica da economia política**. Nova Cultura Ltda. São Paulo-SP, 1996.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 2º edição, revista e atualizada, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia: Ensaio de História, Epistemologia e ontologia do Espaço Geográfico**. / 1 ed. 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da Teoria social**. Brasiliense. São Paulo, 2011.

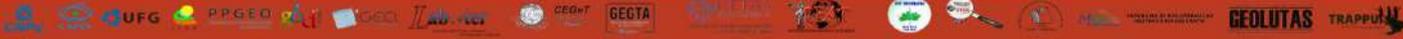
SMITH, Neil; **Desenvolvimento desigual** / Editora Bertrand Brasil S.A.- Rio de Janeiro, 1988 THOMAZ, Antônio. **Por uma geografia do trabalho (Reflexões preliminares!)**, Scripta Nova-REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidade de Barcelona. ISSN: 11389788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. VI, núm. 119 (5), 1 de agosto de 2002.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



CAPITALISMO DE PLATAFORMA E AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Sara Petto Saconato [1]

INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda como a doutrina neoliberal se articula às novas tecnologias de aplicativos, denominado por Srnicek (2018) Capitalismo de Plataforma, gerando impactos nas relações de trabalho, consolidadas pela lógica do empreendedorismo, ou do *self made man*, produzindo uma profunda mudança no *ethos* dos trabalhadores na conformação de padrão de aceitabilidade e adaptação ao decurso da história da mercadoria e suas formas de controle. Assim, o uso da tecnologia, especificamente o georreferenciamento integrado que vincula demanda-oferta de produtos e serviços, tem provocado um significativo impacto nas relações cotidianas, abrangendo desde pedidos de comida e transporte até mesmo nas relações afetivas. Com base nesses elementos, pretende-se analisar as consequências destes mecanismos de produção e realização do valor nas relações de trabalho, considerando aspectos de renda, jornada, e na dimensão da consciência de direitos, da apropriação do valor trabalho, das contratualizações¹, entre outros. Trata-se de uma análise que considera aspectos centrais da forma realização do Estado no capitalismo, considerando as formas que se constituem para a realização da forma valor. Segundo Souza (2021) o Estado se materializa no seio da sociedade capitalista a partir de três formas centrais: a forma social que envolve os elementos institucionais que garantem sua autonomia na separação entre política e econômica, na forma jurídica em que faz transparecer a lógica do direito como sistema formal de relações entre iguais e a forma política que faz aquiescer o

¹ [1] Acadêmica do Curso de Graduação em Geografia UNESP - Campus de Rio Claro. sara.saconato@unesp.br, Trabalho realizado sob a orientação do Prof. Dr. José Gilberto de Souza - Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental UNESP- Campus de Rio Claro.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



sistema representativo burguês como não econômico. Estas três formas em verdade se estruturam como mecanismo central de realização do valor, no qual o Estado não é um simples gestor, mas efetivo modulador da forma valor.

De acordo com Kalil (2020) as inúmeras denominações dadas para esse fenômeno variam conforme a perspectiva adotada: economia de compartilhamento, economia de pares, economia colaborativa, consumo colaborativo, economia de bico, economia disruptiva, capitalismo de plataforma, economia de acesso, economia sob demanda, economia virtual, uberização, economia de plataforma e capitalismo baseado na multidão. Em diversos casos, alguns desses termos são utilizados como sinônimos e não há predominância do uso de um conceito em face de outro quando se faz referência a uma mesma situação. Por sua vez, cabe considerar que a centralidade desse processo denomina-se superexploração do trabalho que se materializa sobretudo nas formas periféricas de sua realização (Marini, 1981).

A inteligência artificial, plataformas online, algoritmos e outros recursos tecnológicos estão substituindo as estruturas empresariais tradicionais e os métodos de gestão do trabalho. Essas inovações estão transformando os modos de trabalho na economia digital, alterando tanto as características de contratação da força de trabalho, como de sua forma de oferta e realização, contínuas e ou descontínuas no tempo e no espaço, por vezes determinando uma nova estrutura socioeconômica capitalista. (Antunes, Filgueiras, 2020). Nesse contexto, é importante examinar as questões relacionadas à regulação do trabalho em plataformas digitais. Embora as plataformas se beneficiem da flexibilidade, escalabilidade e baixos custos de transação, proporcionados pela tecnologia, o fato é que nestas condições dos trabalhadores enfrentam condições precárias de trabalho, baixos salários e insegurança ocupacional.

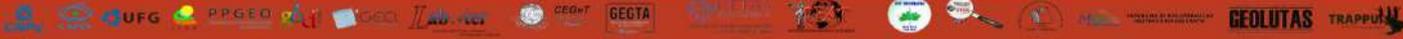
Estes elementos respondem por uma condição de precarização e superexploração do trabalho que passam a ser uma centralidade no capitalismo de plataforma. A flexibilidade exigida pelos modelos de negócios baseados em plataformas, se realiza em um contexto de reformas e desregulamentação das relações de trabalho, alterando em amplitude e profundidade as leis trabalhistas,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



desconstruídas ao longo dos anos, em nome da flexibilidade contratual, como estrutura seminal do neoliberalismo. Além disso, a classificação ambígua dos trabalhadores como autônomos, contratados, ou colaboradores tende a limitar os direitos e benefícios, deixando-os vulneráveis à exploração econômica. As supostas novas formas de organização do trabalho associadas ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e às empresas que se apresentam como plataformas ou aplicativos são, de fato, implementadoras de formas de contratação e gestão do trabalho que esvanecem o assalariamento presente nas relações que se estabelecem.

A negação do assalariamento é o elemento central da estratégia empresarial, pois, sob a aparência de maior autonomia (eufemismo para burlar o assalariamento e efetivar a transferência dos riscos) o capital busca ampliar o controle sobre o trabalho para recrudescer a exploração e sua sujeição objetivando desvanecer a subordinação, a jornada e a especificidade funcional (Antunes, Filgueiras, 2020).

As empresas em questão negam haver vínculos empregatícios com os trabalhadores e argumentam que fornecem apenas a tecnologia para a intermediação entre cliente, loja e entregadores. Elas contratam com a mensagem: "Você não trabalha para nós, você trabalha conosco". Utilizando táticas persuasivas, que fazem com que os entregadores se identifiquem mais facilmente como autônomos, ou empreendedores, afastando-os da ideia de serem empregados, objetivando destituir o grau de subordinação e dependência claramente existentes (Vidigal, 2020).

Vender a ideia de independência e autonomia aos trabalhadores é uma estratégia para se distanciar das obrigações trabalhistas, riscos e encargos que teriam que assumir se admitissem o que se realiza na prática. Estas empresas de fato controlam toda a relação de trabalho, criando uma dinâmica de poder na qual os entregadores são a parte mais vulnerável.

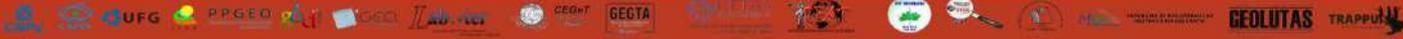
Dessa forma, negam as necessidades histórica, econômica, social e moralmente de protegerem o ser humano que, para sobreviver na sociedade capitalista, precisa "vender" sua força de trabalho (Souto Maior, Severo, 2017).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



METODOLOGIA

O texto que ora apresentamos se estrutura a partir de um levantamento biográfico sistemático que objetivou destacar nesse primeiro momento elementos centrais que caracterizam o capitalismo de plataforma. Baseado na teoria marxista foram feitas análises bibliográficas sobre o tema. Trata-se de um processo de consolidação de alicerce teórico para a pesquisa proposta que se vincula a análise das plataformas. Desta forma neste momento se apresenta os elementos conceituais qualitativos da pesquisa. Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa permite estudar melhor os fenômenos que envolvem os seres humanos, bem como as relações sociais e seus respectivos contextos. O autor acredita que os métodos qualitativos podem promover uma flexibilização ao pesquisador, permitindo que ele desenvolva novos enfoques acerca do tema e posteriormente uma leitura e análise crítica das obras, compreendendo o contexto do objeto de pesquisa e a relação entre o sujeito e o espaço. Desta forma o presente texto estrutura uma análise qualitativa acerca de três dimensões que descontinuum o capitalismo de plataforma: (a) o processo da desconstituição de direitos, (b) a ideologia do *self made man*, (c) a desregulamentação regulamentada do trabalho, e (d) o esvanecimento da subordinação.

a) O processo de desconstituição de direitos na ótica neoliberal a partir das reformas trabalhistas.

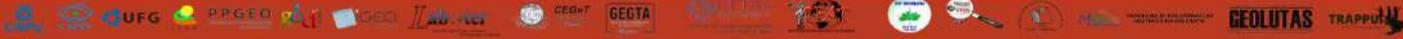
Ao transformar a natureza em meios de produção, como ferramentas, fontes de energia, matérias-primas, entre outros, ou em meios de subsistência, como comida, casa, roupas, remédios, etc., os seres humanos também criam novas possibilidades e necessidades. Para Marx (1988) as necessidades humanas sejam elas fisiológicas ou espirituais são históricas. Essas necessidades e possibilidades impulsionam o desenvolvimento tanto da sociedade como dos indivíduos que a compõem. A história da humanidade é, portanto, um processo de desenvolvimento da sociedade e de seus indivíduos. Lessa, Tonet (2012)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A Revolução Neolítica teve um grande impacto na relação entre as pessoas e o trabalho porque, pela primeira vez na história, os humanos foram capazes de aproveitar o poder da natureza para produzir o que necessitavam. Contudo, à medida que a sociedade se estratificou e se dividiu em diferentes classes sociais, com a transição do feudalismo para o capitalismo, uma classe social apropriou-se dos meios de produção enquanto a maioria da população não tinha propriedade privada destes meios de produção.

O modo pelo qual os humanos conseguem transformar a natureza determina em larga medida – portanto, não total ou absolutamente – a forma como a sociedade se reproduz. Em linhas muito gerais, cada modo particular de trabalho fundou um modo de produção. O trabalho de coleta fundou o modo de produção primitivo; o trabalho escravo fundou o escravismo, o trabalho do servo fundou o modo de produção feudal e o trabalho proletário é fundante do modo de produção capitalista. (Lessa, Tonet, 2012, p10)

Como prática central do capitalismo e da vida social, o trabalho assalariado constitui um elemento essencial de qualquer mudança que ocorra na sociedade capitalista, seja na ideologia política, na economia estrita, nas necessidades sociais, nos avanços tecnológicos, ou em qualquer outro sentido. Impacto na dinâmica econômica e social.

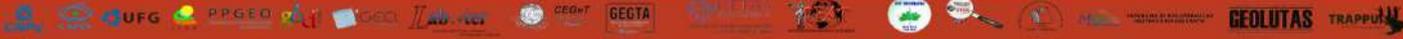
Após a crise do fordismo e o colapso do estado de bem estar social/welfare state, para alguns analistas o capitalismo mudou. Nos últimos 40 anos ocorreram mudanças significativas e a forma capitalista em seu desenvolvimento ganhou os contornos de monopólio e aprofundou suas formas de estrutura de poder e produção do valor com o neoliberalismo. Um modelo de produção que não representa apenas uma simples restauração do liberalismo clássico. Mas, uma transformação fundamental na lógica do valor e nas estruturas centrais de sua produção (força de trabalho), nos elementos ideológicos de representação



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



dos papéis sociais, nos mecanismos de controle da realização da vida (a governança corporativa e estatal). O neoliberalismo molda assim a subjetividade ao alargar a lógica do mercado para dominar todas as relações sociais, e ou as instâncias que atravessam a vida cotidiana : governos, empresas, instituições e famílias.

Para Antunes,

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (Antunes, 2020, p.35)

De acordo com Kátal (2022) o mercado não seria mais visto pelos teóricos neoliberais como algo natural, mas sim como uma realidade a ser construída, necessitando, assim, da intervenção ativa do Estado, que passa a organizar a si próprio e à sociedade em torno de uma determinada norma, criando uma nova racionalidade. Essa norma seria o modelo de mercado, porém entendido não tanto no sentido das relações de troca, mas das relações de concorrência. Assim, o Estado, através de leis e instituições, passa a criar mercados e a introduzir relações de concorrência em todas as dimensões da vida, e o faz especialmente através do desmonte do sistema de proteção social estatal, da privatização das empresas e dos serviços públicos, da desregulamentação dos mercados financeiros e de trabalho.

Ao longo do tempo o modo de produção e do trabalho foi se modificando e existe a necessidade de novas regulamentações, a reforma trabalhista de 2017, tem um grande impacto na seguridade dos trabalhadores formais com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



registro e garantia das CLT. Desde sua implementação em 2017 a reforma seus resultados reais não alcançaram até agora o que os seus defensores declararam em termos de dinâmica econômica, criação de emprego e aumento da formalização. Em vez disso, há evidências de que o movimento rumo à desconstrução do mercado de trabalho que começou com a crise de 2015, continua criando uma situação cada vez mais instável. No geral, o impacto da Reforma às medida que a escala aumenta, a vida dos trabalhadores tende a tornar-se mais desfavorecida, insegura e vulnerável.

Kreim e Oliveira (2019), indicam que sinais evidentes de que a Reforma está ampliando formas mais precárias de contratação, especialmente com o avanço da terceirização, da subocupação, do trabalho por conta própria como possível expressão do estímulo ao autônomo e da pejetização, e da ilegalidade/informalidade. Não significa necessariamente que todas as novas modalidades serão efetiva e amplamente incorporadas às práticas de contratação. Os autores citam, por exemplo, que o contrato parcial formal cresce pouco e o intermitente representa quase 20% dos empregos formais registrados pelo CAGED entre novembro de 2017 e junho de 2019, no entanto continua inexpressivo no total dos admitidos no mesmo período. Tudo junto, compõem um menu, cada vez mais diverso, de possibilidades (formais e informais) de contratação marcadamente precarizantes, posto à disposição dos empregadores.

Para corroborar que o discurso de que a reforma trabalhista não atraíram mais empregos, mas que não ocorre na prática Kreim e Oliveira (2019) apontam:

[..] partir do 1º trimestre de 2014, o número de trabalhadores formais oscila para baixo (tendo crescido um pouco no último ano da série, em 0,2%), enquanto os informais registram estabilidade (no patamar de 40 milhões), apresentando tendência ascendente em 2018 e 2019 (justo os anos já sob vigência da Reforma). Seguindo essa metodologia, em



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



2018 e 2019, os que se encontram na informalidade crescem mais expressivamente (2,6%) do que os formalizados (0,2%). (Kreim, Oliveira, 2019, p 87)

Podemos analisar melhor na tabela de Kreim e Oliveira (2019) abaixo:

**Tabela 1 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade por posição na ocupação, exclusive empregadores
1º Trimestre do ano (Brasil, 2012 a 2019)**

ANO	FORMAIS*	INFORMAIS**	TOTAL***
2012	44.394.0 30	40.216.85 2	84.610.8 82
2013	45.528.6 33	40.253.57 7	85.782.2 10
2014	47.372.1 63	40.162.87 9	87.535.0 43
2015	47.226.3 54	40.720.51 1	87.946.8 65
2016	45.770.6 76	41.143.05 2	86.913.7 28
2017	44.350.5 47	40.468.50 1	84.819.0 47
2018	43.806.4 21	42.411.52 9	86.218.1 50
2019	43.898.9 82	43.528.78 4	87.427.7 66



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



• ° Tril 12-19	-1.1%	8,2%	3,3%
• ° TRI 18-19	0,2%	2,6%	1,4%

Formais*: Empregados com Carteira, Trabalhadores Domésticos com Carteira, Militares e Funcionários Públicos

Informais**: Empregados sem Carteira, Trabalhadores Domésticos sem Carteira, Trabalhadores por Conta Própria e Trabalhadores Familiares Auxiliares;

*** Sem participação dos Empregados

Fonte: Microdados PNADCT/ IBGE - Elaboração André Kreim

Nas últimas décadas, a racionalidade neoliberal vem ampliando, intensificando e gerando novos processos de informalização do trabalho, tendo como objetivo exponenciar a expropriação de mais-valias. Ademais, provoca um crescimento dramático das taxas de desemprego levando contingentes de indivíduos à exclusão social. No âmbito do trabalho, as novas formas de controle e de gerenciamento da força de trabalho impõem aos indivíduos uma competição mortal, colocando em questão sua própria sobrevivência e tornando-os, a um só tempo, vítimas e algozes de novos tipos de sofrimento.(INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021).

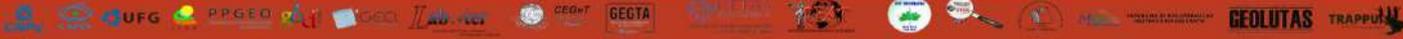
Outro aspecto importante que esta estrutura atravessa e desencadeia é a psique desses prestadores de serviços, pois a instabilidade nas condições de trabalho, vida e bem-estar social, além da insegurança econômica. Sendo assim, para Oliveira(2022), a indiferença ao sofrimento dele decorrente resultaria não só da lógica do mercado, mas do próprio funcionamento psíquico dos indivíduos, que, por sua vez, produzem estratégias de sobrevivência para conseguirem suportar o sofrimento e, assim, continuarem trabalhando, sem adoecer. A chave explicativa estaria no próprio trabalho, nos esforços de adaptação ao sofrimento imposto no e pelo trabalho no contexto neoliberal que são ampliados a outras dimensões da vida, gerando consequências sociais e políticas preocupantes.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



As novas formas de controle e gestão do trabalho introduzidas pelo neoliberalismo, com o medo como elemento-chave, forçam os indivíduos não só a aceitar as novas imposições do capital, mas também a cooperar com as novas imposições do capital. Portanto, utilizar argumentos neoliberais pode ser menos convincente do que utilizá-los como uma forma racional de justificar o envolvimento comportamental de alguém. Estas razões reduzem ou abolem a própria responsabilidade, permitindo que os indivíduos continuem a ser cúmplices na causa do sofrimento e evitem perturbar o equilíbrio psicológico. Porém, neste caso, dedicar-se e focar apenas no trabalho para garantir a sobrevivência é um substituto completo para alcançar o desempenho ideal. Portanto, quanto mais envolvida uma pessoa está no trabalho, mais sua mente se esvazia de outros aspectos da vida, principalmente da política.

b) A ideologia do self made man - constituição da aceitação e resignificação do trabalho, empreendedorismo.

O capitalismo de plataforma se caracteriza pela precarização e superexploração do trabalho, como na flexibilidade contratual estabelecida pelas empresas, ademais, na classificação inexata dos trabalhadores como agentes autônomos ou contratados. Essas ações são medidas evasivas para um dificultamento da concretude de aplicação das leis trabalhistas. Logo, as empresas dominam e modificam os vínculos com os sujeitos que praticam os serviços, a partir de práticas e discursos persuasivos, para um afastamento da ideia de empregados, implementando um conceito de empreendedores autônomos, sendo assim, as empresas se omitem da perspectiva de vínculos empregatícios e se vendem como um elemento mediador entre o trabalhador e o cliente, desvinculando-se das responsabilidades obrigatórias de condições trabalhistas (Felix,2023). O Capitalismo de Plataforma, com suas plataformas digitais de intermediação, trouxe consigo uma série de complexidades que estão redefinindo as estruturas tradicionais do mercado de trabalho. Essa transformação é marcada por uma série de características intrincadas, cada uma delas com implicações significativas para os trabalhadores, as empresas e a sociedade como um todo. Uma das características fundamentais do Capitalismo



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de Plataforma é a descentralização das relações de trabalho. Isso oferece flexibilidade para os trabalhadores, mas também os coloca em uma posição vulnerável, uma vez que muitos deles não desfrutam dos benefícios e proteções típicos do emprego formal. Questões sobre direitos dos trabalhadores, impostos, concorrência e responsabilidade legal estão em constante debate e têm implicações profundas para o futuro dessas plataformas, regulamentação e proteção aos trabalhadores. Antunes, figueiredo (2020)

De acordo com Kalil (2020) as inúmeras denominações dadas para esse fenômeno variam conforme a perspectiva adotada: economia de compartilhamento, economia de pares, economia colaborativa, consumo colaborativo, economia de bico, economia disruptiva, capitalismo de plataforma, economia de acesso, economia sob demanda, economia virtual, uberização, economia de plataforma e capitalismo baseado na multidão. Em diversos casos, alguns desses termos são utilizados como sinônimos e não há predominância do uso de um conceito em face de outro quando se faz referência a uma mesma situação. A inteligência artificial, plataformas online, algoritmos e outros recursos tecnológicos estão substituindo as estruturas empresariais tradicionais e os métodos de gestão do trabalho. Essas inovações estão transformando os modos de trabalho na economia digital, alterando tanto as características de contratação do trabalho, como de sua forma de oferta e realização, contínuas e ou descontínuas no tempo e no espaço, por vezes determinando uma nova estrutura socioeconômica capitalista.

C) A desregulamentação regulamentada - a substituição da condição do trabalhador pelo colaborador

Nesse contexto, é importante examinar as questões relacionadas à regulação do trabalho em plataformas digitais. Embora as plataformas se beneficiem da flexibilidade, escalabilidade e baixos custos de transação proporcionados pela tecnologia, muitas vezes os trabalhadores enfrentam condições precárias de trabalho, baixos salários e insegurança ocupacional. Estes elementos respondem por uma condição de precarização e superexploração do trabalho que passam a ser uma centralidade no capitalismo



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de plataforma. A flexibilidade exigida pelos modelos de negócios baseados em plataformas, se realiza em um contexto de reformas e desregulamentação das relações de trabalho, dificultando a aplicação de leis trabalhistas, que vêm sendo desconstruídas ao longo dos anos, em nome da flexibilidade contratual. Além disso, a classificação ambígua dos trabalhadores como autônomos ou contratados tende a limitar os direitos e benefícios, deixando-os vulneráveis à exploração econômica. [...] as supostas novas formas de organização do trabalho associadas ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e às empresas que se apresentam como plataformas ou aplicativos são de fato, estratégias de contratação e gestão do trabalho que mascaram o assalariamento presente nas relações que estabelecem. A negação do assalariamento é elemento central da estratégia empresarial, pois, sob a aparência de maior autonomia (eufemismo para burlar o assalariamento e efetivar a transferência dos riscos), o capital busca, de fato, ampliar o controle sobre o trabalho para recrudescer a exploração e sua sujeição (Antunes, Filgueiras, 2020. p. 29)

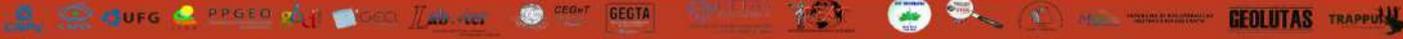
Os trabalhadores que foram submetidos a essa situação, tornam-se extremamente vulneráveis para a abdicação de seus direitos pelas empresas, já que, nessa visão de independência vendida pelas grandes corporações do capitalismo de plataforma, as conexões entre ambos os agentes, em teoria estabelece-se como autônomo, não como contratados, dando brechas para as empresas não assumirem suas obrigações. Com isso, os trabalhadores inseridos nessa nova dinâmica, estão completamente expostos a riscos e momentos de instabilidade de seus devidos direitos. Isto é, as empresas agora intervêm e persuadem diretamente as relações de trabalho, pelos termos contratuais, estabelecem as condições dos serviços e todo o meio digital do trabalhador, integrado logicamente com o modelo capitalista da extração intensa da mais valia e concentração máxima de poder e capital. Portanto, observa-se três principais elementos que compõem esse recorrente modelo destrutivo digitalizado para os trabalhadores, sendo eles a falta de proteção social, instabilidade ocupacional e as assimetrias de poder nas relações trabalhistas. Dessa maneira, a falta de proteção social baseia-se no discurso de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



desvinculação das empresas com os trabalhadores, como sujeitos individuais sem conexões empregatícias, proporcionando a ausência de benefícios e fatores que garantiriam uma estabilidade social e as proteções trabalhistas de uma estrutura tradicional de trabalho, sendo a inexistência de um salário mínimo, aposentadoria, licenças médicas e férias remuneradas. Antunes, Filgueiras (2020). Kalil (2018) Vidigal (2020)

Ademais, outro elemento observável é a instabilidade ocupacional gerada por esse sistema tecnológico digital de plataformas, refletido diretamente nas relações de trabalho ao sujeito, já que, os contratos acordados não oferecem uma contínua dinâmica com a empresa, deriva em um meio flexível de serviços, sem contratações fixas de carreira, vagando em um ambiente de incertezas e insegurança para os indivíduos presentes na plataforma. Por fim, as assimetrias de poder nas relações trabalhistas, demonstrando as disparidades entre os elos empresariais e os trabalhadores, de forma totalmente desigual e agressivo, pois, sem um contrato definitivo, torna-se facilmente para as empresas impor suas intencionalidades, em sua centralização de poder, definindo as condições trabalhistas que o sujeito será inserido, nas suas tarefas, remunerações e o poder total de suas contas digitais. Antunes, Filgueiras,(2020). Kalil (2018) Vidigal (2020)

d) o esvanecimento da subordinação - a jornada e a negação do vínculo trabalhista

Segundo Araújo (2018) como prática central do capitalismo e da vida social, o trabalho assalariado se constitui como elemento fundamental em quaisquer das mudanças ocorridas no interior da sociedade capitalista, sejam elas político-ideológicas, estritamente econômicas, necessidades sociais, avanços técnicos e tecnológicos ou em qualquer outro sentido capaz de produzir efeitos na dinâmica econômico-social. Assim, modificações nas regulamentações do trabalho tornam-se, invariavelmente, necessárias ao longo do tempo. A questão central é a quem essas modificações, amparadas pela justificativa da necessidade de adequação a uma realidade complexa em



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



constante mutação, acabam por beneficiar. E, principalmente, a quem prejudicam.

O cenário de precarização da classe trabalhadora vem cada vez mais avançando, no âmbito do capitalismo de plataforma não é diferente, uma vez que nem pode ser categorizado como proletariado, pois em stricto sensu na divisão social do trabalho eles ocupam a categoria de pequena burguesia, porque a mão de obra deles não é realizada mediante ao um salário e sim a somente própria exploração, não tem a relação de mais valia produtiva, pois não possui vínculo empregatício com as plataformas e isso os deixa ainda mais vulneráveis, visto que, essas empresas, não possui nenhuma regulamentação e podem alterar sua dinâmica sem nenhuma justificativa, os valores que são repassados para esses “empreendedores” variam diariamente. Assim, a precarização desses trabalhadores é ainda mais profunda, pois não possui nenhuma seguridade social e uma insegurança financeira, pois mesmo “produzindo” o mesmo que o dia anterior ou mais não necessariamente isso vai se reverter em maior retorno financeiro, pois existe um sistema de funcionamento nada transparente desses aplicativos. VIDIGAL(2020, Kalil (2019).

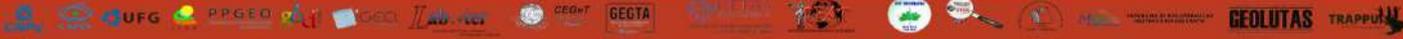
O cenário de precarização da classe trabalhadora vem cada vez mais avançando, no âmbito do capitalismo de plataforma não é diferente, uma vez que nem pode ser categorizado como proletariado, pois em stricto sensu na divisão social do trabalho eles ocupam a categoria de pequena burguesia, porque a mão de obra deles não é realizada mediante ao um salário e sim a somente própria exploração, não tem a relação de mais valia produtiva, pois não possui vínculo empregatício com as plataformas e isso os deixa ainda mais vulneráveis, visto que, essas empresas, não possui nenhuma regulamentação e podem alterar sua dinâmica sem nenhuma justificativa, os valores que são repassados para esses “empreendedores” variam diariamente. Assim, a precarização desses trabalhadores é ainda mais profunda, pois não possui nenhuma seguridade social e uma insegurança financeira, pois mesmo “produzindo” o mesmo que o dia anterior ou mais não necessariamente isso vai se reverter em maior retorno financeiro, pois existe um sistema de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



funcionamento nada transparente desses aplicativos. VIDIGAL(2020, Kalil (2019)

Considerações Finais

Concluimos que essa nova organização do trabalho através do capitalismo de plataformas destaca a superexploração e a falta de direitos dos trabalhadores. A vinculação laboral os submete inteiramente à lógica das empresas, exigindo disponibilidade constante, inclusive em horários noturnos e fins de semana. Isso leva à anulação da condição humana, impedindo pausas para necessidades básicas, como ir ao banheiro, conversar com colegas, expressar queixas, engravidar ou cuidar de si e de outros. Essa condição sobrecarrega o corpo humano, levando a problemas de saúde mental e física.

O trabalho nas plataformas exige total disponibilidade e não permite interrupções, como cuidar da saúde, licença-maternidade, descanso remunerado ou aposentadoria. Os trabalhadores são obrigados a produzir constantemente, sendo explorados e impedidos de reproduzir suas próprias vidas. Esses trabalhadores precarizados são expostos a mais violência, acidentes, assédio e maior risco de contaminação e morte, enquanto são tratados como escravos digitais pelas grandes plataformas corporativas.

A Reforma Trabalhista conduzida pela ótica neoliberalismo promoveu a flexibilização das leis trabalhistas, permitindo contratos mais precários, redução de benefícios e flexibilidade nas condições de trabalho. Isso, muitas vezes, é apresentado como uma forma de aumentar a competitividade e a eficiência econômica. Mas como foi observado com dados, isso não passou de um discurso, pois não houve aumento de emprego e melhora no desempenho econômico, somente intensificou a precarização dos trabalhadores.

O "self made man" é um conceito que destaca a ideia de alguém que alcança o sucesso e a prosperidade por meio de seus próprios esforços e méritos individuais, muitas vezes começando de baixo e construindo seu caminho para o topo. Essa ideologia valoriza a autonomia, a iniciativa pessoal e a capacidade de superar desafios para atingir objetivos. No entanto, é importante notar que o



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



sucesso frequentemente não advém do resultado de esforços individuais, e sim de fatores externos, como oportunidades, privilégios e apoio social. A resignificação do trabalho e empreendedorismo sob essa ideologia numa competitividade doentia com a ilusão de furar a bolha, mas que possui inúmeras barreiras para que isso não ocorra, assim como o discurso de liberdade e meritocracia são utilizados como fumaça de cortina para uma práxis inatingível, mas desejada.

Através dessas estruturas o trabalho acredita que é dono do seu tempo, mas está a mercê das decisões diárias dos aplicativos, que possui uma dinâmica que muda sem nenhuma transparência e trabalhador com discurso de colaborar aumenta sua jornada de trabalho, sem seguridade social que a CLT traz e nem liberdade, pois na verdade quem é o dono do seu tempo são as plataformas, não realiza uma atividade não recebe parte do dinheiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **Trabalho e Desigualdade Social na Reestruturação Capitalista: um balanço da década Neoliberal no Brasil**. Rev. Core v 7 n° 2

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0 (Mundo do trabalho)**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Rev. Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 27-43, Niterói, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016

FELIX, G. **Trabalhadores de plataformas digitais: mundialização, superexploração e luta de classes**. Revista Sociedade e Estado – Volume 38, Número 1, 2023

FILHO, A. S. Neoliberalismo : uma análise marxista. **Marx e o Marxismo** v.3, n.4, Brasil Jan/jun 2015.

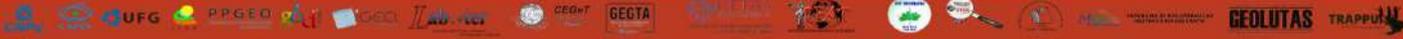
GALVÃO, A. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Coedição Revan-Fapesp, 2007.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Revista de Direito do Trabalho. Ano 34, número 132, São Paulo, 2008, p.184-205

SOUZA, J. G. Estado, crise estrutural do capital e a questão agrária: o lucro extraordinário e suas determinações territoriais. In MIZUSAKI, M.Y.; ROMA, C.M.; VIEIRA, A.B. (orgs) **Questão agrária e práxis social no século XXI**: impasses, desafios e perspectivas. Curitiba : CRV, 2021.pp. 149-164.

SOUZA, J. G. Estado, crise estrutural do capital e a questão agrária: o lucro extraordinário e suas determinações territoriais. In MIZUSAKI, M.Y.; ROMA, C.M.; VIEIRA, A.B. (orgs) **Questão agrária e práxis social no século XXI**: impasses, desafios e perspectivas. Curitiba : CRV, 2021.pp. 149-164.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

VIDIGAL, V. **Ininterrupto e infinito: o trabalho no Capitalismo de Plataforma**. Revista Brasileira de Direito Social - RBDS, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 71-84.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A JORNADA DE UM CAMINHONEIRO ATRAVÉS DE UM OLHAR DA GEOGRAFIA DO TRABALHO

Giovanna Aparecida Souza Angeli¹

RESUMO

O ser geógrafo pode ser entendido de várias maneiras, desde aquele que sabe todas as capitais de todos os países até o profissional que busca compreender as dinâmicas entre a sociedade e a natureza, contudo, é possível ter essa visão geográfica sem ser um geógrafo? Neste texto vamos buscar compreender essa questão através da dinâmica de mais de 50 anos de trabalho de um caminhoneiro que durante todo esse período observou os mais diversos processos presentes na Geografia Humana e na Geografia Física e como que isso construiu sua forma de ver o mundo.

Palavras-chave: Geografia do Trabalho; Geógrafo; Caminhoneiro; Emoções.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se do resultado da atividade final da disciplina de Geografia do Trabalho, realizada em 2021, oferecida pelo Departamento de Geografia da FCT Unesp, durante a pandemia de COVID-19. O pedido pelo professor foi a realização de um mapa laboral, conciliando o estudado nas aulas com a história de trabalho de algum familiar, sendo assim, não pude deixar de pensar no meu avô que trabalhou como caminhoneiro e, aos meus olhos, sempre foi um geógrafo das estradas.

“O que é ser um geógrafo?” Aziz Ab’Saber (2007) nos responde que a geografia vai muito além do que decorar nomes de países e suas capitais, mas ela também será uma ciência dinâmica, que se aproxima da arte e da poesia. Podemos ter a postura de um geógrafo não tendo a formação de um? Podemos dizer que ao notar a rotina dos caminhoneiros, tendo como instrumento de estudo, e até mesmo associando com trabalho de campo, as viagens como uma forma de descoberta do mundo, essa geografia vista pela janela de um caminhão se expressa através de relatos e histórias de vida. Trago a história de trabalho de Miguel Severino de Souza, que esteve na profissão de caminhoneiro a mais de 50 anos, com grandes histórias para compartilhar.

¹Graduanda em Geografia, FCT Unesp, Brasil. Contato: giovanna.s.angeli@unesp.br.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Sendo assim, o objetivo do texto é mostrar como a geografia está presente, involuntariamente, na vida das pessoas, tendo como um estudo de caso um caminhoneiro.

METODOLOGIA

O “mapa laboral” proposto na disciplina de Geografia do Trabalho teve como objetivo traçar uma linha do tempo do trabalho de algum familiar próximo a nós, a fim de correlacionar seus relatos com o que discutimos remotamente em sala de aula.

As metodologias utilizadas foram entrevistas, conversas acompanhadas com um bom café, onde pude conhecer um pouco mais sobre sua história, além do trabalho de traçarmos cada estrada onde já passou. Juntamente a alguns documentos, tracei algumas coincidências entre seus relatos e a geografia. Vale ressaltar sobre a escrita de nós, a escrevivência abordada por Conceição Evaristo como uma escrita que envolve suas memórias e vivências.

É uma escrita em que o sujeito se coloca no seu espaço de pertença, no seu espaço de nascença, no espaço de vivência – porque o deslocamento cria elos afetivos, com o lugar que ele passa a habitar, além da memória do espaço e de onde ele veio. Normalmente, o texto acaba muito fincado nesses espaços, que eu chamo também de geografia afetiva. O sujeito vai narrar fatos muito próximos de sua vida ou da sua coletividade, e isso é uma forma, uma produção, sem sombra de dúvida, de uma escrevivência. (Evaristo, 2017, grifos)

Já para a elaboração do mapa, inicialmente, foi utilizado um mapa físico das rodovias do Brasil, onde pude traçar cada estrada onde Miguel percorreu, após isso, levei os dados para o Software QGIS 3.10, com o auxílio das bases de dados do IBGE.

RESULTADOS

Nossa trajetória familiar do trabalho começa bem distante da região do Pontal do Paranapanema, mas sim no Nordeste, no Estado de Alagoas, com um casal que vêm para o Estado de São Paulo em busca de uma vida melhor.

Adélia e José ao chegarem na cidade de Caiabu, interior de São Paulo, começaram a trabalhar como empregados em algumas fazendas pequenas da cidade, até que enfim conseguiram comprar sua própria terra, o negócio começou a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



crescer. Como a produção rendia muito mais do que necessitavam, começaram a comercializar através de uma pequena mercearia, onde várias pessoas compravam por lá, e isso fez com que ganhassem muita notoriedade na cidade.

Conforme o casal foi tendo filhos, eles também começaram a trabalhar desde cedo na roça, além dos ajudantes que eram contratados para a época de colheita. Os 16 filhos revezavam em trabalhos direto com a produção, desde cana de açúcar ao café, trabalhos domésticos, feito em sua maioria pelas filhas, e no comércio da mercearia já citada. Por mais que o trabalho fosse feito desde muito cedo pelos jovens, fazendo com que já houvesse uma certa prática, alguns acidentes aconteciam, sendo uns mais graves que outros. Podiam variar desde que cortes profundos até mesmo como uma das filhas que chegou a perder o dedo indicador ao manusear uma máquina.

A maioria dos filhos tiveram apenas a mais básica educação escolar, por mais digno e honesto que fosse seu trabalho, não era visto dessa forma, onde apenas Miguel que iria estudar para ser farmacêutico iria “ser gente” como dizia seu pai. E esse sonho do seu pai começou a ser realizado, por ser conhecido de várias pessoas foi fácil conseguir um emprego como auxiliar de farmácia na farmácia da região.

Miguel começou a pegar prática nas tarefas que seu novo trabalho exigia, sabia medir pressão e aplicar injeções, até um trauma no âmbito de trabalho acontecer: uma conhecida tinha sofrido um acidente com uma lamparina, que acabou explodindo e queimando seu corpo todo e não resistiu, mas antes seu pai em desespero foi até a farmácia na esperança que pudessem ajudá-lo com algo, mas ao ver aquela cena todo o gosto pela farmácia se foi, e assim teve que buscar outra forma de “ser gente” aos olhos de seu pai.

Para uma análise mais detalhada, iremos observar a dinâmica das carteiras de trabalho (Figuras 1, 2, 3 e 4).



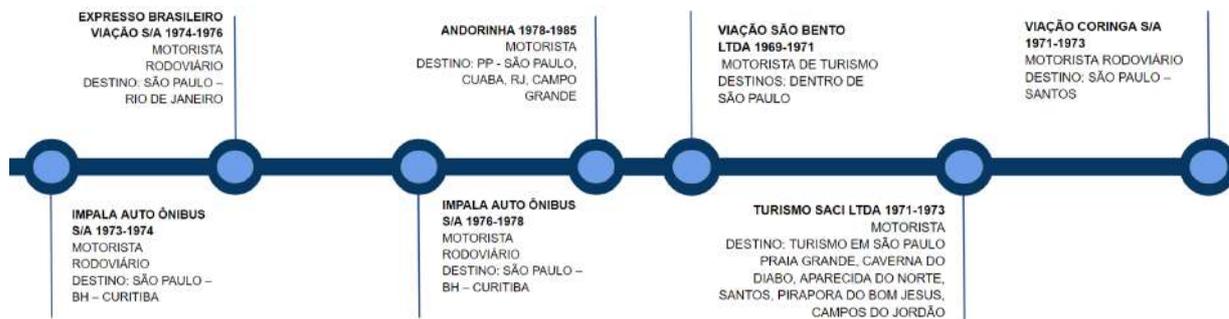
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 1 - Primeira carteira trabalhista



Elaboração: Giovanna Angeli, 2021

Ao mudar para a cidade de São Paulo, conquistou seu primeiro emprego de carteira assinada, com uma mudança de ofício gigantesca de trabalho na roça para dirigir ônibus dentro da cidade. Iniciou seus trabalhos como motorista em uma empresa com destinos aos pontos turísticos de São Paulo e região metropolitana. E assim continuou nas próximas empresas que viria trabalhar, mas por mais que sempre levava turistas para conhecer esses lugares, nunca foi um turista.

Contudo, foi nesse período que obteve suas primeiras impressões em relação à dinâmica da cidade, observando-a pelas entrelinhas, quantas histórias cabem em uma cidade como São Paulo, e quantas delas não foram encaminhadas por um ônibus? Mesmo com um olhar leigo em muitos aspectos, Miguel conseguiu notar diversas vezes o cotidiano das pessoas e da cidade, o perfil desses homens e mulheres. Quando fazia viagens turísticas, percebia quem ia para cada destino, como no caso das pessoas mais religiosas que tinham o seu destino à cidade da Aparecida do Norte.

A partir disso conseguimos fazer uma alusão com o filme Paterson (2017), de Jim Jarmusch, que mostra a repetitiva rotina de um motorista de ônibus e esses deslocamentos diários uma grande percepção sobre a cidade, e ele vai expressar essas suas visões através da poesia, expressando seu encanto pelas coisas simples do dia que passam despercebidas.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 2 - Segunda carteira de trabalho



Elaboração: Giovanna Angeli, 2021

A partir análise da segunda carteira de trabalho (Figura 2), iniciada no ano de 1986, notamos uma modificação na função exercida no meio trabalhista, há uma transição de motorista rodoviário para motorista carreteiro, então há uma mudança no que seria transportado, alterando de pessoas para cargas, além de que seu mecanismo de trabalho, pois os caminhões demandam outro tipo de esforço.

Antes, quase todos seus trajetos eram dentro do Estado de São Paulo, e, agora, essas passagens se estenderam pelos Estados do Rio de Janeiro, Rondônia, Acre, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e os passageiros foram substituídos por carne, gás, verdura e queijos. Todavia, com essa nova dinâmica de profissão algumas coisas também foram alteradas no seu cotidiano, como ficar semanas fora de casa, principalmente quando seu destino era para os Estados mais ao Norte do país, e também trabalhar como descarregador de cargas, algo que não estava incluso em seu contrato como caminhoneiro, mas acabou fazendo o processo de carga e descarga dos produtos.

Enquanto trabalhava em uma transportadora levava carne até ao Frigorífico, empresa localizada na cidade de Presidente Venceslau, segundo Miguel, carregar carne naquela época era de extremo perigo, devido aos constantes furtos que seus companheiros de trabalho sofriam, chegando a ser amarrados em árvores no meio da estrada para serem atacados por animais ou, se tivessem sorte, serem resgatados. Além disso, algo que chamava a sua atenção acontecia no frigorífico,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



enquanto carregava o caminhão para levar a mercadoria para as outras cidades. Ao conversar com os trabalhadores notava que todos reclamavam das mesmas coisas: trabalho mal pago, má alimentação e com alta carga horária, fazendo com o que notasse o quão degradante o trabalho nas indústrias pode ser.

Atualmente, há várias pesquisas sendo feitas no âmbito dessa degradação no meio industrial, principalmente no setor frigorífico, que humilha cada vez mais seus trabalhadores, se tornando um verdadeiro abatedouro de homens e mulheres e não de animais (Thomaz; Heck, 2012), já que alguns operários acabam perdendo desde membros do corpo até mesmo sua saúde mental. Enquanto uma pequena massa de capitalistas lucra valores cada vez maiores, uma camada popular sofre diariamente com a precarização no ambiente de trabalho, ao mesmo tempo que constroem verdadeiros impérios capitalistas, e que são recompensados com salários não condizentes com o esforço e tempo imposto nas empresas, e, quando adoecem, não recebem ao menos um tratamento médico, muito pelo contrário, são descartados, como visto nas pesquisas relacionadas a Doenças Osteomusculares Relacionadas com o Trabalho (DORT).

Figura 3 - Terceira carteira de trabalho



Elaboração: Giovanna Angeli, 2021



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 4 - Quarta carteira de trabalho



Elaboração: Giovanna Angeli, 2021

Na última carteira de trabalho analisada (Figura 4) vemos algo que dificilmente acontece na relação entre empresa e patrão: a amizade e cooperação. “Seu Natal”, como era chamado por todos, foi mais que um patrão, foi um amigo de longa data. Quando descobriu uma infecção no meio de uma viagem, sua primeira postura foi falar para ele voltar para Presidente Prudente e ir para o melhor hospital da cidade, além de pagar todas as despesas que teve durante a sua internação. Fazia viagens para a Amazônia com ele, de avião, sendo a primeira vez que meu avô viajou de avião a passeio. Mas após a sua morte, Miguel não se via mais naquela empresa e resolveu pedir demissão.

Miguel, mesmo aposentado, continuou a trabalhar em empregos informais, sendo indicado por amigos de estrada. Então nesse período de 5 anos, até chegarmos em 2020, foi marcado por empregos temporários que não se adequam mais no ritmo da rotina do motorista.

Até que em abril de 2020, com 73 anos, que continuou a trabalhar mesmo com o início da quarentena no Brasil, adoeceu, sentia febre e um cansaço extremo, só assim que retornou para casa, mas sem nenhuma assistência para o que poderia ser COVID-19. Chegando ao lar e após vários exames, o resultado foi uma dengue severa, que deixou sequelas irreparáveis, não permitindo fazer muito esforço, sem poder até mesmo dirigir por muito tempo sem ficar exausto.

Mas então, um caminhoneiro pode ser um geógrafo das estradas?



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

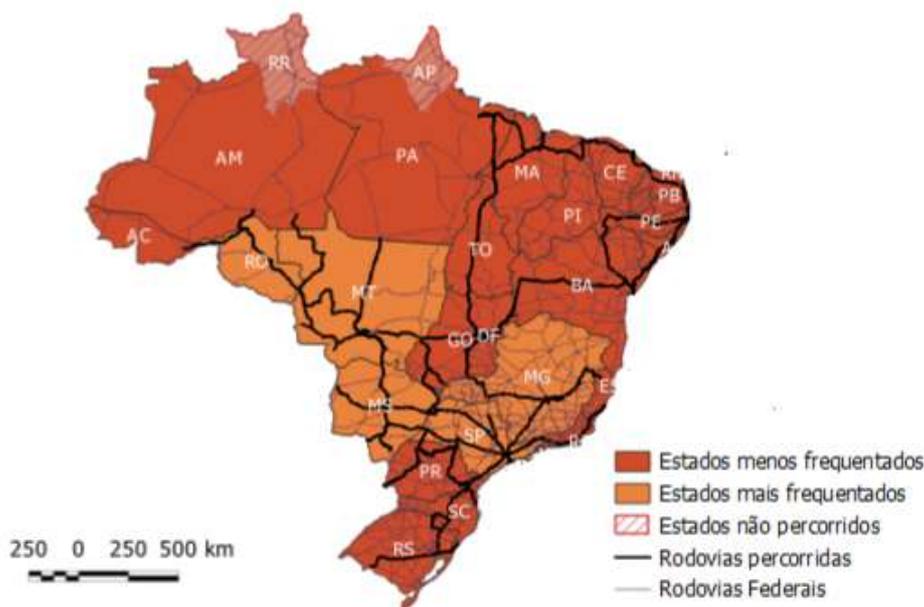
ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Aqui traçamos ligações entre a geografia do trabalho, que “se resume em identificar a distribuição espacial do trabalho [...] como uma relação metabólica do homem com a natureza” (Bezerra, 2016, p. 12) e a geografia das emoções, que busca relações com o espaço não se limitam apenas com o que é visto, vai muito além, abrangendo no campo das experiências e vivências (Alves, 2017), a própria paisagem não se limita a visão, mas também pelo que é percebido pelos cheiros, sons, logo “a geografia emocional refere - se à experiência emocional e à leitura sensível dos lugares, às sensações e aos sentimentos que integram as paisagens” (Furlanetto, 2014, p. 79).

Figura 5 - Trajetórias de um caminhoneiro no território brasileiro entre os anos de 1969 até 2020



Elaboração: Giovanna Angeli, 2021

No mapa (Figura 5) acima vemos os trajetos rodoviários percorridos por ele durante esses 50 anos de carreira, chegando a decorar percursos devido à grande repetição, principalmente dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, onde chegou a levar geógrafos para seus trabalhos de campo, São Paulo e Rondônia. Com Roraima e Amapá sendo os únicos Estados que não percorreu, mas nos outros 24 conheceu as mais distintas pessoas, e tem uma história para contar em cada um deles.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



“Os lugares não são imóveis, pois viajam conosco através das emoções, que participam da nossa memória individual e coletiva.” (Alves, 2017), as paisagens, topografias, formações acabam por ficar cheias de sentimentos, cada marco diria se estava perto ou longe daqueles que amava.

No banco do caminhão Miguel conseguiu notar vários aspectos da geografia física, principalmente os que compõem a paisagem, como as formações de relevo, coloração das rochas, percursos dos rios, como podemos visualizar nas imagens retiradas de um álbum de fotografias tiradas por seu filho em uma viagem para Porto Velho (RO) em 2002 (Figuras 6 e 7), os processos causados pelas companhias de mineração, como as erosões. Além disso, conseguiu perceber vários comportamentos sociais, como atividades econômicas e dinâmicas das cidades.

Figura 6 – Estrada na região de Cáceres (MT)



Fonte: arquivo pessoal.



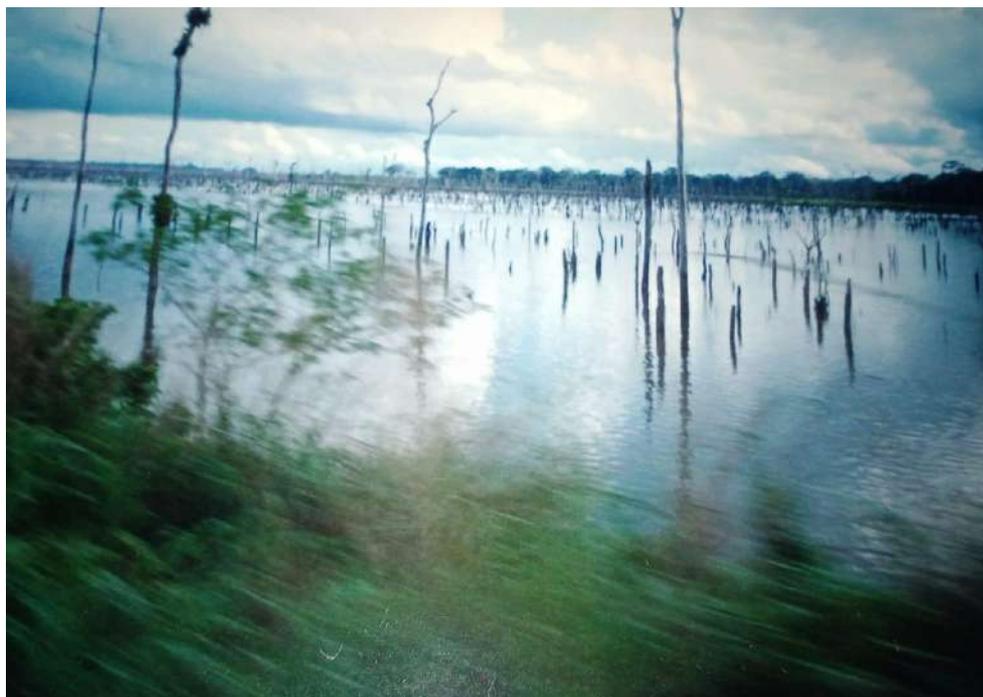
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 7 – Rio Madeira (AM)



Fonte: arquivo pessoal.

Por mais que dirigisse dias e noites, a estrada nunca ficou vazia, além de outros carros e companheiros de profissão, a grande quantidade de vendedores de beira de estrada e restaurantes também fizeram companhia nesses 50 anos de profissão. E, ao conversar com algumas pessoas e fazer sempre a mesma rota para certos lugares, começou a notar algumas dinâmicas socioeconômicas, e, mesmo sem saber explicá-las conforme os conceitos geográficos, as percebeu.

Ao mesmo tempo que um caminhoneiro observa os fenômenos, ele também sofre com eles. A degradação do trabalho pode estar presente em qualquer ambiente trabalhista, até mesmo nas que julgam como “trabalho fácil”. “Podemos dizer que as marcas da degradação do trabalho, irão ocorrer em diferentes escalas territoriais, pois seja em qual setor de atividade for, o trabalho é precarizado” (Heck 2013 apud Antunes, 2009).

Na carreira nas estradas a vida não é nem um pouco descomplicada, alguns relatos de um homem com mais de 50 anos de carreira e cheio de histórias nos assegura isso. Durante todos esses anos de trabalho, Miguel passou por diversas situações de depravação que sempre passaram despercebidas, mas que sempre estavam presentes e se perpetuam aos que ainda seguem ou irão seguir a carreira como caminhoneiro.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Poucas o deixaram com medo, damos o destaque aos grandes índices de acidentes de trânsito, principalmente nas épocas de colheita de soja eram apelidadas de “safras das viúvas”, recebendo esse nome devido ao alto índice de mortes de caminhoneiros. Esses acidentes aconteciam com muita frequência na rodovia Fernão Dias, umas que sempre realizava seu trajeto. Através da tabela 1 abaixo, notamos esse forte índice de acidentes ainda permanecem nos Estados onde essa rodovia está localizada (São Paulo e Minas Gerais) entre os anos de 2006 a 2018.

Tabela 1 - Acidentes de trabalhos em relação ao setor de transporte nos Estados de SP e MG, entre os anos de 2006 a 2018

SETOR DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTES	QUANTIDADE
Transporte Rodoviário de Carga;	92.758
Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Intermunicipal, Interestadual e Internacional;	9.246
Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Municipal e em Região Metropolitana;	32.724
Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, Sob Regime de Fretamento, e Outros Transportes Rodoviários não Especificados Anteriormente;	4.061
TOTAL	138.789

Dados: INFOLOGO AEAT. Elaboração: Giovanna Angeli, 2021

As cicatrizes que marcam seus braços e pernas se tornaram histórias que só agravam o discurso de que o capital descarta aqueles que não oferecem mais benefícios para o sistema lucrativo, mas não oferecem o mínimo de direitos trabalhistas para seus contribuintes.

Muitas vezes Miguel perdeu datas importantes, como aniversários, feriados, fora as vezes que chegava em casa com os braços com ferimentos profundos, que claramente precisavam de uma supervisão médica, mas cicatrizaram apenas com uma pomada da farmácia mais próxima. Contava essas histórias sempre com risadas, para que logo se tornasse uma piada de um acontecimento passado.

A questão da idade sempre foi motivo de aflição, conforme os anos se passaram havia cada vez mais a negação da sua idade e suas limitações,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



trabalhava como um homem de 20 anos, mesmo com a aposentadoria, trabalhava, contra a vontade da família, para conseguir uma renda extra. Mas com sua idade cada vez mais avançada, alguns problemas que acabam enfrentando na estrada e que alguns foram causados por ela, como uma surdez parcial do seu ouvido esquerdo, que ocorreu devido à exposição de seu ouvido ao barulho do vento e das estradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que muitas dinâmicas trabalhistas passam despercebido no cotidiano dos trabalhadores, ritmos, degradações e mudanças no capital acontecem diariamente, mas precisam de um olhar mais aguçado para percebê-las, um olhar geográfico. Usar as narrativas que acabam nos aproximando das pessoas e de seu cotidiano, faz criar uma dimensão que constrói outros saberes, rompendo com a distância entre os sujeitos (Alves, 2019), com esse texto não foi diferente, pude conhecer outro lado do meu avô, conhecer suas dores.

A partir da elaboração desse mapa laboral/familiar podemos começar a notas essas dinâmicas em uma escala menor: os fenômenos que acontecem no nosso meio familiar, além de tornar nosso olhar um pouco mais crítico as atividades transformam os mais próximos de nós, tirando esse afastamento entre a notícia e o leitor, já que estamos vivendo as notícias, “Na linguagem, no mito, na arte e na religião, as nossas emoções não estão simplesmente transformadas em meros atos; estão transformadas em “obras” [...] uma expressão simbólica pode tornar - se num monumentum aereperennius” (Cassirer, 2003, p. 67).

Além disso podemos observar que há profissões que ao passar por essas dinâmicas elas também as notam de uma forma involuntária como no texto foi explicitada na carreira de caminhoneiro, que muitas vezes o protagonista desse mapa laboral/familiar teve um olhar geográfico para perceber essas atividades que aconteciam em seu âmbito de trabalho.

Miguel viveu diversos fenômenos, mas também presenciou muita alegria, fez amizades que se perpetuam até hoje em dia, e que foram carícias para dar leveza nas situações mais complexas e exaustivas que enfrentou.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Neste sentido,

As emoções aparecem sem que haja uma causa direta que as causa: elas simplesmente são, nós as reconhecemos e as assimilamos. Às vezes são emoções que se referem a memórias de um passado mais ou menos remoto, e podemos reproduzir odores, sons e sensações do passado. Em outras ocasiões, ver uma fotografia, o som de uma música, gosto de vinho ou cheiro da chuva nos fazem lembrar momentos de alegria, nostalgia ou qualquer outra emoção, que são associados a esses acontecimentos e memórias. (Alves, 2019, p.45)

Sendo assim, encerro este texto com uma fotografia de meu avô, junto ao que foi seu grande companheiro em todos esses anos: o caminhão! Mas afinal, Miguel poderia facilmente encerrar sua história com a frase “viajo porque preciso, volto porque te amo.”

Figura 8 - Miguel e o caminhão



Fonte: Arquivo pessoal

REFERÊNCIAS



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ALVES, Soares da Silva, M. POR UMA GEOGRAFIA DAS EMOÇÕES. **GEOgraphia**, 18(38), 99-119, 2017.

ALVES, Soares da Silva, M. Um olhar sensível sobre o espaço geográfico: contribuições da geografia das emoções. **Geografia Em Atos (Online)**, 5(12), 37–59, 2019.

AB'SABER, Aziz. **O que é ser geógrafo**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CASSIRER, Ernst. **O mito do estado**. São Paulo: Códex, 2003

EVARISTO, Conceição. **CONCEIÇÃO EVARISTO – “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”**. Entrevista concedida a: SANTANA, Tayrine; ZAPPAROLI, Alecsandra. ItaúSocial, São Paulo, 2020;

GOMES, Marcelo; AINOUZ, Karim. Filme: **Viajo porque preciso, Volto porque te amo**. Brasil, 2010.

HECK, Fernando Mendonça e THOMAZ JUNIOR, Antônio. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. **SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR DE FRANCA**, 8., 2012, Franca.

HECK, Fernando Mendonça. UMA GEOGRAFIA DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO: O ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES EM FRIGORÍFICOS. Revista Percurso **NEMO**, v. 5 n.1, 2013.

JARMUSCH, Jim. Filme: **Paterson**. Brasil, 2017.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



FESTIVAIS DA REFORMA AGRÁRIA: COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS E ENCONTRO DE LUTAS ENTRE CAMPO, CIDADE, FLORESTA E UNIVERSIDADE NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Eduarda Teixeira do Prado¹

Fernanda Aparecida Matheus²

Resumo:

Existe uma relação dialética entre seres humanos e natureza, sendo o trabalho o mediador desta, no capitalismo, essa dinâmica tem resultado em crises econômicas, sociais e ambientais, transformando bens da natureza em mercadorias. Contexto em que a classe trabalhadora enfrenta desafios, incluindo ameaças à vida, degradação ambiental e do trabalho, perda de direitos e disputas territoriais. Este artigo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e trabalho de campo, utilizando a observação participante, com o objetivo de analisar os festivais da Reforma Agrária, realizados em Presidente Prudente – SP, como ferramentas de diálogo entre campo, cidade, floresta e universidade na perspectiva de contribuir para a promoção da produção e comercialização de alimentos saudáveis a organização e da resistência e organização da classe trabalhadora.

Palavras-Chaves: Agroecologia; Trabalho; Reforma Agrária; Sociedade-natureza; Territórios.

Introdução

Na história da humanidade existe uma relação dialética entre seres humanos e natureza, onde o trabalho age como mediador, de modo que os seres humanos transformam a natureza para atender as necessidades de produção e reprodução da vida e assim, transformam a sociedade e sua própria natureza (MARX, 2013). Ou seja, o trabalho como atividade humana que transforma a natureza é o que permite aos seres humanos produzir sua existência, trabalho entendido não apenas como ação do trabalhador assalariado que produz mercadoria (THOMAZ JÚNIOR, 2019).

No contexto da sociedade capitalista e da divisão internacional do trabalho, a dinâmica de produção e reprodução da vida se constitui em um

¹ Graduanda em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP/Pres. Prudente); membra do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT) e do Coletivo CEETAS de Pesquisadores (Centro de Estudos em Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde). Email: eduarda.t.prado@unesp.br

² Doutora em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP/Pres. Prudente). Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Email: manuelasaenz13@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



percurso de formação socioespacial e socioterritorial, marcado por recorrentes crises econômicas, sociais, políticas e ambientais, que se manifestam nas relações como um todo, através da exploração econômica e dominação política (MÉSZÁROS, 2007; THOMAZ JÚNIOR, 2018) onde bens comuns da natureza, como a terra, a água, os minérios e a biodiversidade, que deveriam ser democratizados e colocados a serviço da humanidade (HOUTART, 2011) são coisificados e reduzidos a mercadorias, em um processo de concentração de riquezas, espoliação e expropriação do trabalho e da natureza com os excedentes apropriados pela classe detentora dos meios de produção, em função da reprodução do capital.

Neste contexto, a classe trabalhadora enfrenta desafios, que passam por situações, desde ameaças de morte, bem como sucessivas perdas de direitos fundamentais, degradação das condições de trabalho e remuneração, elevação dos riscos à saúde e adoecimentos (THOMAZ JÚNIOR, 2018).

No campo, frente às disputas por territórios, terra e demais bens da natureza, os trabalhadores e trabalhadoras resistem às formas sutis e truculentas de exploração, expropriação, dominação e avanço do capital. Nas áreas de reforma agrária, para permanecerem em suas terras, as famílias assentadas defrontam-se as tentativas de desterritorialização, que podem levar ao retorno da concentração e monopolização da terra, com a participação crescente de grupos estrangeiros, que atuam no Agro-hidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2018).

Com isso, diante da realidade de enfraquecimento e sucateamento, pelo qual passou nos últimos anos as políticas públicas que atendam a agricultura camponesa e promovam a conservação ambiental, torna-se necessário empreender a busca por mudanças, que promovam experiências comprometidas com o fortalecimento das lutas da classe trabalhadora (RABELLO; SILVA; NEGRÃO, 2019), a democratização da propriedade fundiária, a socialização dos meios de produção, a supressão das relações de exploração, opressão e desigualdades de classe, raça e gênero, e possibilitem às pessoas direitos, oportunidades e condições de vida dignas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2014).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



trabalhadores, prática de trabalho degradante e análogo a escravidão. Assim como, o extermínio de povos indígenas, resultado dos primeiros embates territoriais relacionados à posse da terra, conflitos que contribuíram para o estabelecimento da propriedade privada na região (FELICIANO, 2007; PLANKE, 2010; SOBREIRO FILHO, 2012).

Integrando uma dinâmica capitalista que impulsiona a expansão territorial de acordo com os seus ciclos de acumulação, a partir das buscas constantes de apropriação e dominação das condições de produção, resultando em uma sociedade afirmada por oligarquias fundiárias brasileiras e hegemônicas, que moldam o carácter periférico-dependente. Entenda que a conquista territorial influencia na acumulação do capital, evidenciando as características de nossas classes dominantes de origens europeias. Um segmento, seria a modernização tecnológica desempenhando um papel crucial ao intensificar a violência na formação territorial brasileira, por meio da prática de monoculturas, tecnologia de poder que atende não às necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras que trabalham em sua produção, mas sim de terceiros, como as multinacionais (PORTO-GONÇALVES; LEÃO, 2020).

Mas não para por aí, tal como um monocultivo, que substitui a cobertura vegetal local, por um único produto agrícola e elimina as condições de existência de outras espécies, existe um processo de “monocultivo das mentes”, que cria um saber dominante, pautado muito mais nas relações exercidas de poder europeu através das políticas de colonização, do que realmente no saber. Desvalorizando, invisibilizando e tratando como algo “primitivo” e “anticientífico”, todas as formas de conhecimento que partem dos povos originários, povos da floresta e do campo, de forma, a torná-los um mero “lixo histórico descartável” (GEREMIAS, 2003), essa é uma ferramenta de invisibilização dos povos originários e comunidades tradicionais.

Dessa forma, os festivais da reforma agrária em uma sociedade estruturada a partir de relações violentas, surge como espaço potente de enfrentamento e proposição de outras territorialidades, que permite a acolhida, e partilha entre os seres que existem e, sobretudo, resistem, denunciando o uso inapropriado da nossa terra e seu impacto em todas as demais lutas



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



movidas pelos trabalhadores e trabalhadoras, seja no campo, cidade ou floresta.

Eventos que propõem a junção de atividades políticas, formativas, festivas, de propaganda e comercialização de alimentos em um mesmo momento e espaço é uma prática que adotada pelo MST, já há alguns anos, desde as Semanas de Arte e Cultura da Reforma Agrária, realizadas no Rio de Janeiro, em meados dos anos 1990, com o objetivo de romper com o preconceito contra a luta das trabalhadoras e trabalhadores do campo e angariar apoio nas diferentes camadas da população (MATHEUS, 2023). Toda essa dinâmica desembocou em 2015 na I Feira Nacional da Reforma Agrária, que por sua vez, se irradia para outras escalas e atividades, com a promoção de feiras e festivais regionais, estaduais e locais. Nos últimos anos, no contexto do enfrentamento ao avanço da direita e da ação do capital, os festivais tomam a dimensão de defesa da democracia e da afirmação do “comer” como um ato político.

Figura 1 – Cartaz do Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária, 2016

Festival Nacional
de Arte e Cultura da Reforma Agrária
20 a 24 de julho de 2016 - Belo Horizonte - MG

Inscrições prorrogadas

I Mostra de Poesia

II Festival de Música

até dia 30/06

Acesse <http://www.mst.org.br/festival-da-reforma-agraria/>



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Fonte: <https://mst.org.br/tag/festival-nacional-de-arte-e-cultura-da-reforma-agraria/>.
Acesso em: 12 dez. 2023.

Na figura 1, acima podemos observar pelo cartaz do Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária, a diversidade de possibilidades de linguagens e espaços para se abordar a temática da reforma agrária com as famílias acampadas e assentadas e com a população urbana.

A denúncia e a reivindicação, vem através da pauta fundamental dos festivais, a reforma agrária, voltadas para democratizar a posse e a propriedade de terras, efetivada pela ação do Estado, por meio da desapropriação de terras que não cumprem a função socioambiental e sua redistribuição entre camponesas e camponeses, assegurando o acesso a todos e todas que desejarem cultivá-la, usufruir de seus benefícios e atender a demanda da sociedade por alimentos, fibras, madeira e outras matérias-primas de origem vegetal e animal, essenciais para a organização e reprodução da vida.

Ressalta-se ainda que é necessário, que essa reforma agrária seja acima de tudo popular, onde haja um amplo processo de distribuição de terras a camponesas e camponeses e para além disso, um vínculo entre governos populares, permitindo a articulação de leis e políticas públicas progressistas, que caminhem para a garantia de direitos territoriais, segurança nutricional, soberania alimentar e participação ativa e democrática destes sujeitos na vida do país (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014).

Nesse importante processo de luta pela terra, apoiado por movimentos socioterritoriais e populares como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que a quase 40 anos, enfrentam uma bancada ruralista de parlamentares ligados ao latifúndio, que moldam as políticas públicas de acordo com seus interesses individuais, abafando as irregularidades dos grandes fazendeiros e grileiros de terra, as trabalhadoras e trabalhadores do campo tem assumido o desafio de produzir e comercializar alimentos saudáveis, procurado por modalidades de comercialização que promovam o contato direto entre quem consome e quem produz.

Desta forma, vislumbramos a importância de circuitos curtos de comercialização, como as feiras e festivais da reforma agrária, promovidos no



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Pontal do Paranapanema, enquanto modalidades de comercialização, que aproximam os agricultores e agricultoras dos consumidores desses alimentos, além de proporcionar maior acessibilidade para grupos urbanos periféricos, através de uma economia solidária, com práticas comerciais justas e negociação direta com os produtores (MATHEUS, 2023). Ao mesmo tempo que expande possibilidades de diálogos com diversos outros segmentos da classe trabalhadora sobre agroecologia e reforma agrária, denunciando essa bancada ruralista e o agronegócio, de modo, a fortalecer o vínculo entre campo e cidade e alcançar maior correlação de forças na busca por melhor qualidade de vida e superação da lógica capitalista de maximização do lucro.

Seis Anos de Sabores e Lutas: Os Festivais da Reforma Agrária como comemoração da realização das Feiras no Pontal do Paranapanema

Os festivais da reforma agrária em Presidente Prudente, iniciados em 2022, celebraram o 5º (2022) e o 6º (2023) aniversários da Feira da Reforma Agrária no Galpão da Lua. Inaugurada em 2017, com o propósito de impulsionar a agroecologia e viabilizar a comercialização de alimentos saudáveis provenientes dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, a Feira da Reforma Agrária de Presidente Prudente é uma iniciativa fruto da parceria entre o Galpão da Lua, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Levante Popular da Juventude e a Consulta Popular, com apoio de outras organizações sindicais e populares, assim, além de ser uma ferramenta de interação e diálogo entre o campo e a cidade, é responsável por atrair diversos grupos de pessoas que partilham o objetivo de lutar por um mundo mais justo e verdadeiramente igualitário (MATHEUS; FERREIRA; LIMA; SILVA, 2023).

As Feiras da Reforma Agrária, acontecem no espaço do Galpão da Lua Barbosa, fundado em 2001, espaço muito significativo para a comunidade e a democratização da cultura e da arte, enquanto ponto cultural fruto de uma ocupação do antigo prédio da estação ferroviária de Presidente Prudente (GALPÃO DA LUA BARBOSA, 2009).

Na nossa interpretação, as feiras e os festivais da reforma agrária têm se transformado em uma experiência concreta importante para a luta de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



famílias assentadas para a comercialização direta de alimentos saudáveis, produzidos agroecologicamente, tornando o acesso economicamente viável e seu consumo como um meio de apoiar a luta pela terra e pela reforma agrária. Nestes espaços é possível encontrar a comercialização de uma grande variedade de alimentos e produtos de origem vegetal, oriundos dos assentamentos e acampamentos da região. Abarcando uma grande quantidade de alimentos agroecológicos como folhas, flores, hortaliças, raízes, tubérculos, legumes, frutas, espigas, grãos, cafés, ovos, frango, temperos, ervas, sementes, doces caseiros, pães e bolos.

Durante os festivais também ocorre a comercialização de artesanatos, cosméticos naturais e veganos, peças de cerâmica, e alimentos prontos preparados por apoiadoras(es) urbanos: cafés especiais, doces diversos, salgados, panificação e cachaça. Assim como, estão presentes produtos oriundos de cooperativas de assentadas(os) de outras regiões (MATHEUS; FERREIRA; LIMA; SILVA, 2022). Tais eventos se destacam também, por oferecer oportunidade de debates e troca de saberes, através de compartilhamentos e discussões em rodas de conversas e mesas redondas, com a participação ativa de pesquisadoras, pesquisadores e militantes. Além disso, a programação cultural é abrangente, contando especialmente com a presença de artistas locais, enriquecendo ainda mais a diversidade de participantes do evento.

Primeiro Festival da Reforma Agrária: Em Defesa da Democracia

A primeira edição (2022) contou com 16 horas de festival divididas em dois sábados. O primeiro no dia 06 de agosto e o outro em um intervalo de catorze dias, no dia 20 de agosto. Sendo realizado no primeiro dia em frente ao Galpão da Lua, e no segundo, na Paróquia São Lucas, localizada no Parque Shiraiwa, Presidente Prudente - SP, com o intuito de alcançar novos espaços e ampliar as possibilidades de diálogos e articulações com a sociedade prudentina.

A atividade contou também, com um amplo grupo de parceiros como a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL



Reforma Agrária (NERA), o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Presidente Prudente e Região (SINTRAPP). Ademais dos idealizadores do evento: o Galpão da Lua, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Levante Popular da Juventude e a Consulta Popular. Sendo possível um diversificado leque de atividades, com atrações culturais, desde apresentações musicais e teatrais à oficina de artesanato.

O festival, também compôs parte da programação da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) – Pontal do Paranapanema, cumprindo o papel de articular debates e apresentar a importância da Reforma Agrária Popular e sua relação com a universidade, enquanto espaço político e de resistência dentro das instituições de ensino de todo o Brasil em que elas se realizam, por meio de reflexões científicas, abordando a importância da luta de diversos movimentos socioterritoriais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que enfrentam as desigualdades sociais e lutam em defesa da democracia e por políticas públicas de apoio e fomento à produção e comercialização de alimentos saudáveis e enfrentamento ao uso de agrotóxicos (BUSCIOLI; FERREIRA; MELO; MIÓLA; VUELTA, 2022).

A temática do primeiro festival foi “Em defesa da Democracia”, pauta fundamental no contexto de 2022, quando a população conviveu com o desenrolar e as repercussões do pós-pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo que buscava rearticular forças em um processo decisivo de eleições, em uma luta pela democracia ameaçada de diversas formas por um governo alinhado ideologicamente com a extrema direita, que através de uma campanha baseada no conservadorismo aliado a uma pauta de minimização da atuação do Estado em programas sociais (RENNÓ, 2022) e principalmente na disseminação de notícias tendenciosas, majoritariamente falsas, foi eleito em 2018. Um governo que dá continuidade ao golpe de 2016 e até o fim do seu mandato, reproduziu falas e atitudes violentas, racistas, machistas, misóginas, homofóbicas e preconceituosas, assim como, decisões que negligenciaram a saúde do povo brasileiro durante a pandemia, influenciando o uso de remédios ineficazes sem nenhum tipo de comprovação científica.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL



Foi um período muito arriscado e cheio de nuances como previu Rennó (2022, p.148):

As eleições de 2022 são marcadas pelo risco de mais desgastes das instituições democráticas - com profundos e contínuos questionamentos da lisura de nosso processo eletrônico de contagem de votos. São eleições com alto potencial de violência e turbulência, com amplas chances de seu resultado ser rejeitado e questionado pelos perdedores e ameaças significativas de erupção de movimentos que questionam a integridade do processo.

Observe que a administração de Jair Messias Bolsonaro expôs o Brasil a vulnerabilidades em todos os aspectos, especialmente no que diz respeito à classe trabalhadora, notoriamente na perda e redução de direitos. Assim, discutir e construir análises políticas sobre o Bolsonarismo e pensar formas de combatê-lo se fizeram imensamente necessárias, como ocorreu no primeiro festival.

O festival contou também com a comercialização de uma grande variedade de alimentos agroecológicos, citados anteriormente, produzidos em áreas de assentamentos, com base no respeito e cuidado entre os seres humanos e com o ambiente. Além de artesanatos e alimentos prontos produzidos pelos parceiros da cidade, que partilham dos mesmos valores, seguindo os princípios da solidariedade e da cooperação.

A programação cultural foi marcada pela presença de diversas atrações locais, com apresentações musicais, teatro e oficina, como a ministrada pela agricultora assentada e artesã Lúcia Helena Xavier, do Assentamento Rodeio, município de Presidente Bernardes - SP. Onde foi ensinado todo o processo de produção de quadros artesanais, confeccionados a partir de materiais coletados na natureza como folhas, sementes, galhos e fibras. Todos os quadros produzidos ficaram belíssimos e cada participante pode ficar com o seu.

Podemos acompanhar a dinâmica de como foi o primeiro festival e sua diversidade através da figura 2, a seguir, onde é possível observar a diversidade dos espaços e atividades contempladas.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 2 - Compilado de fotos do Primeiro Festival da Reforma Agrária – agosto de 2022.



Organização: Eduarda Teixeira Prado (2023).

Fotos: Giovana Angeli, Lucas Souza Silva, Eduarda Teixeira do Prado e João Gabriel Menezes (2022).

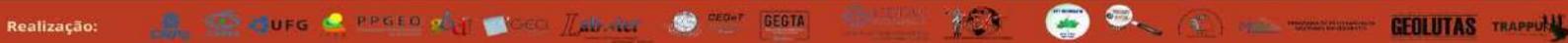
Segundo Festival da Reforma Agrária: Diálogos e Articulações entre Campo, Cidade e Floresta.

A segunda edição, se deu em 19 de agosto de 2023, sendo realizada em um único dia, chegando a ter dez horas de duração. Sua organização contou com o apoio do projeto de extensão universitária: ConsCiência Socioalimentar no Pontal do Paranapanema: caminhos para transformar o mundo³, que tem como principal intuito fortalecer ações que contribuem para a difusão da agroecologia e experiências de comercialização, visando a geração de trabalho e renda, somando-se para o combate à fome, justamente uma das interfaces dos Festivais da Reforma Agrária, através da produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis e socialmente acessíveis.

³ Projeto de extensão universitária contemplado pelo Edital PROEC nº01/2023 “Projetos de Extensão Universitária: Vamos Transformar o Mundo”.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO: ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL



Durante o festival, foi possível um momento de articulações por meio da mesa de debates “Ocupando Campo, Cidade, Floresta e Universidade: Onde Nossas Lutas Se Encontram”, que contou com o/as debatedor(as): Raul Borges Guimarães da Faculdade de Ciência e Tecnologia (UNESP/Presidente Prudente) e pró-reitor de extensão universitária e cultura da UNESP; Maria Rita Barcelos representando o Coletivo Cultural Assis e Fernanda Matheus, Militante do Setor de Produção do MST. No debate, eles trouxeram suas perspectivas sobre a importância de construir um presente de luta e união em prol de um modelo de vida que promova a Soberania e Segurança Alimentar, tal como uma “Consciência Socioalimentar”, e caminhe para políticas públicas de emancipação das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros do campo e da cidade, pela democratização e conservação da terra, da água, dos minérios e da biodiversidade.

O evento contou, ao longo do dia, com diversas saudações dos movimentos populares e organizações sindicais que atuam na região. Além de acolher uma roda de conversa promovida pelas Promotoras Legais Populares (PLPS) e pela Frente Pela Vida das Mulheres, sobre a Lei Maria da Penha, que completou 15 anos no dia 07 de agosto de 2023.

A programação cultural foi intensa com numerosas participações locais, gerando um espaço de muita diversidade e potência política, com atrações para todos os gostos, estilos e gerações. Estiveram presente O Grupo Taquitá, que apresentou o espetáculo “Taquitá Brincando Música”, trazendo muita diversão através da música, ditos populares, poesias, danças e teatro; “As Histórias da Nana”, cantando e encantando o público, com a nossa cultura popular brasileira; a banda de rock Elephant Blue, quebrando tudo com clássicos do Blues, Soul e Funk; o grupo musical de samba e pagode, Só No Olhar; o DJ, Afrodeus, com sets que resgatam o melhor da música produzida por pessoas negras e LGBTQs. E finalizamos com a banda Terra Sonida, um grupo de amigos e militantes que interpretam os clássicos nacionais e internacionais⁴.

⁴ Informações retiradas das redes sociais – Instagram da Feira da Reforma Agrária Presidente Prudente – SP. Disponível em: <https://instagram.com/feiradareformaagrariapp>. Acesso em: 27 de nov. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Foi um dia completo, cheio de comida boa, saudável e nutritiva, produzidas agroecologicamente com muito amor e carinho, por companheiros e companheiras que se preocupam verdadeiramente com os produtos que comercializam, trilhando um cuidadoso percurso, desde a produção dos alimentos até o seu armazenamento, depois de colhidos e/ou preparados de forma a manter sua qualidade.

A seguir, na figura 3 podemos observar aspectos dos momentos e espaços que marcaram o segundo festival da reforma agrária:

Figura 3- Compilado de fotos do Segundo Festival da Reforma Agrária – agosto de 2023.



Organização: Eduarda Teixeira do Prado (2023).

Fotos: João Gabriel Menezes (2023).

Considerações

Interpretamos os festivais da reforma agrária, como parte dos processos de luta e resistências da classe trabalhadora em Presidente Prudente, que contribuem para denunciar o modelo de organização e reprodução da vida que tem como base a supremacia do capital sobre o trabalho e propor novas formas de sociabilidade e relação sociedade-natureza, pautadas pelo princípio do respeito e cuidado entre os seres humanos e a natureza e, a democratização dos meios de produção.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Nesse sentido, com os festivais da reforma agrária, se tornaram possível a construção de espaços de muita diversão, cultura e agroecologia, com a troca saberes e experiências, em busca de resultados, seja na luta pela terra, moradia e educação e, sobretudo, para demonstrar que a relação sociedade-natureza não precisa ser de forma depredadora e desigual, explorando e adoecendo o ambiente e os trabalhadores e trabalhadoras. Fortalecendo, por exemplo, o vínculo entre a floresta e a agricultura, que a anos vem sendo prejudicado com ideias pautadas na cultura eurocêntrica e nos efeitos do capital que tentam a todo momento tirar o sentido de existência e a dignidade das trabalhadoras e trabalhadores.

Assim, modalidades de comercialização baseadas na lógica dos circuitos curtos, como a feira e os festivais da reforma agrária em Presidente Prudente, são extremamente valorosas, pois incentivam e abrem espaço para diálogos e debates críticos necessários, que possibilitam às trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, a ideia de que é possível construir uma nova realidade de democracia e acesso aos direitos humanos fundamentais.

É certo que somente os festivais não são suficientes para vencer a supremacia do capital, mas se fazem necessários para a construção de resistências e formação de alianças, sobretudo com a juventude, segmento mais ativo das feiras e festivais da reforma agrária, que trabalham a ideia de sucessão: são eles que continuaram as lutas de hoje no amanhã, e isso só é possível, quando o sujeito passa pelo processo de identificação com o seu território, ressaltado pelos festivais que resgatam os valores do campo e da floresta. E reforçam também a importância da agroecologia, por meio da valorização da agricultura camponesa e da reivindicação da reforma agrária, com esforços para que ela seja também reconhecida no espaço urbano, integrando a relação campo e cidade, por meio de alimentos saudáveis que chegam na mesa das famílias urbanas através dos festivais e feiras da reforma agrária, de forma justa, com uma economia solidária.

Referências

BUSCIOLI, Lara Dalperio; FERREIRA, Jhiovanna Eduarda Braghin; MELO, Conceição Coutinho; MIÓLA, Michelly Ariadne Rafael; VUELTA, Raquel



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Buitrón. Análise conjuntural das jornadas universitárias em defesa da reforma agrária em 2021. **Boletim DataLuta**. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 16 de nov. 2023.

FELICIANO, Carlos Alberto. “Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários! **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 11 p. 48-60, jul./dez. 2007.

GALPÃO DA LUA BARBOSA. **Quem Somos**. Disponível em: <https://www.federacaoprudentinadeteatro.blogspot.com/>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

GEREMIAS, Olga Fogaça Balboni Cunha. **SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003. **Agrária**. São Paulo, n. 17, p. 132-137, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/97367>. Acesso em: 30 out. 2023.

HOUTART, François. **Dos bens comuns ao ‘bem comum da humanidade’**. Bruxelas/Bélgica: Fundação Rosa Luxemburg, 2011. Versão em português: CONCEIÇÃO, R. L. C. Disponível em: info@rosalux-europa.info. Acesso em: 29 nov. 2023.

MATHEUS, Fernanda Aparecida. **Agroecologia como movimento socioterritorial**. Um estudo sobre circuitos curtos de comercialização e Reforma Agrária Popular no estado de São Paulo. 2023. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/251017>. Acesso em: 30 out. 2023.

_____; FERREIRA, Lina Penati; LIMA, Mariane Palhares; SILVA, Cledson Mendes. Entre desafios e potencialidades dos circuitos curtos de comercialização: a experiência da feira da reforma agrária de Presidente Prudente. In: **Anais XXI Semana de Geografia da FCT UNESP**. Presidente Prudente, 2023.

MARX KARL. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário**. São Paulo: MST, 2014.

PLANKE, Gleice Eliane. Degradação do trabalho na cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema: os desafios da intensificação da produtividade no corte



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



(toneladas/dia/homem), acidente e processo de exploração. **Pegada**, v.11, n.1, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). **Revista da ANPEGE**, v.16, n.29, 2020. Disponível em file:///C:/Users/User/Desktop/QUEST%C3%83O%20CLIM%C3%81TICA/CWeP. Terraviolenciaeconflitonafomaoterritorialbrasileira.pdf. Acesso em: 18 nov. 2023.

RABELLO, Diógenes; SILVA, Lucas Souza; NEGRÃO, Gustavo Caique Pereira. Estratégias de reprodução do campesinato na região do Pontal do Paranapanema (SP): o caso da comercialização das cestas agroecológicas e solidárias “Raízes do Pontal”. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 62-80, 2019.

RENNÓ, Lucio. Bolsonaroismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 147-163, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>. Acesso em: 25 de out. 2023.

SOBREIRO FILHO, J. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade. **Geografia em Questão**, v.5, n.2, 2012.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Movimento territorial do trabalho e desterração do Sujeito/Classe. **Geografia e Trabalho no Século XXI** (v.9 – Ed. Especial), 2018.

_____. O CEGeT e a geografia do trabalho. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 41, p. 30, 2019.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DO SETOR TÊXTIL/VESTUÁRIO EM MATO GROSSO DO SUL¹

Thayná Nogueira Gomes²

RESUMO: O setor têxtil/vestuário ganha destaque em Mato Grosso do Sul, na medida em que figura entre os setores industriais que geram mais postos de trabalho no estado, se diferenciando dos demais setores em relevância na economia estadual, haja vista que não tem relação direta com a agropecuária e não é uma agroindústria, atividades características da economia sul-mato-grossense. O setor que possuía um total de 333 unidades industriais em 2007 passou a ter 1.162 unidades industriais em 2014 (SEMADESC, 2023), o que a princípio alude para um processo que está na contramão da economia brasileira. Contudo, nossa hipótese é que o destaque do setor têxtil/vestuário é também um sintoma do processo de desindustrialização brasileira, sendo a superexploração do trabalho (MARINI, 2013) uma importante categoria para identificarmos as relações de trabalho existentes no território, materializadas na forma da precarização.

PALAVRAS-CHAVE: Têxtil/Vestuário; Desindustrialização; Superexploração do Trabalho.

INTRODUÇÃO

Em pesquisa realizada anteriormente, sobre a industrialização do estado de Mato Grosso do Sul a partir dos anos 2000, pudemos notar um aumento do setor têxtil/vestuário no que tange a unidades industriais e quantidade de empregos. Em um primeiro momento, esse cenário alude a um destaque para o setor no desenvolvimento industrial sul-mato-grossense, nos chamando atenção como uma atividade não vinculada ao setor agroindustrial - que é a atividade econômica característica do estado-, mas sendo uma alternativa de desenvolvimento e criação de empregos, em pequenas e médias cidades. Avançando a análise, aventamos que o destaque desse setor em Mato Grosso do Sul reflete e é reflexo de processos mais amplos, como a reestruturação produtiva e a desindustrialização brasileira, apoiadas em medidas neoliberais. É essa hipótese que irá permear as discussões presentes nesse ensaio, ainda que de forma inicial, salientado que esse destaque do setor

¹ Ensaio originalmente realizado no âmbito da disciplina do Programa de pós-graduação em geografia-PPGGEO/UFMS, intitulada "Dinâmicas territoriais e a geografia do capitalismo" ministrada pelo Prof. Dr. Thiago Araujo Santos.

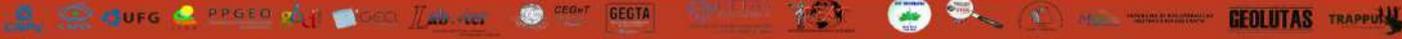
² Doutoranda pelo Programa de pós-graduação em Geografia-PPGGEO/UFMS – Campus de Três Lagoas. Contato (e-mail): thayna.gomes@ufms.br.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



têxtil/vestuário, será também analisado à luz da superexploração do trabalho, uma importante categoria para identificarmos as relações de trabalho existentes no território, materializadas na forma da precarização, que será esboçada no decorrer do ensaio.

Como aporte teórico, iremos utilizar a categoria Formação socioespacial cunhada por Milton Santos (1977; 2004), visando compreender a Totalidade dos fenômenos que engendram esse processo. Além disso, chamaremos à discussão autores como Santos (2018) e Santos (2021) que contribuem com a temática “Capitalismo dependente e luta de classes”; Osório (2019) que corrobora com a noção de “Estado dependente”; Santos (2012) sobre as características da Divisão Internacional do Trabalho; e Harvey (1992) que em seus escritos trabalha as questões de acumulação de capital e acumulação flexível; entre outros estudiosos que possam contribuir com nossa análise.

Analisaremos os dados secundários disponibilizados pela RAIS/Caged (2022) sobre informações do quantitativo de trabalhadores e informações sociais à esse respeito; SEMADDESC (2022) que possui dados sobre quantidade de unidades industriais no Mato Grosso do Sul por classificação de atividades econômicas; e os dados públicos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-MS) que demonstra os principais motivos que levam trabalhadores/empregadores ao litígio, o que irá contribuir para identificação de alguns problemas existentes no setor em voga.

Para compreender os fundamentos que abarcam o desenvolvimento do setor têxtil/vestuário no estado é necessário que salientemos alguns aspectos da formação socioespacial de Mato Grosso do Sul, vamos a eles.

Da agropecuária à indústria: o setor têxtil/vestuário no MS

O estado de Mato Grosso do Sul está localizado na região Centro-Oeste brasileira e possuía, no ano de 2022, uma população estimada de 2.756.700 milhões de habitantes (IBGE/Cidades, 2023), que ocupam os 79 municípios do Estado da Federação. Sua localização limítrofe com os estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; e sua condição fronteiriça com os países Paraguai e Bolívia, conferem à Mato Grosso do Sul,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



especificidades territoriais que serão relevantes para compreendermos a dinâmica do setor de vestuário nessa Unidade da Federação. Vejamos o Mapa 1.



Mapa 1 - Localização do estado de Mato Grosso do Sul.

Quando analisamos a economia de Mato Grosso do Sul, podemos notar que a atividade agropecuária se destaca. Essa atividade, que esteve presente desde a colonização dessa porção do território brasileiro, ainda nos dias atuais representa importante parcela do PIB estadual, como podemos observar na Tabela 1, o setor fica atrás somente do setor de serviços, que seguindo a tendência nacional tem aumentado ao logo do tempo.

Tabela 1 - Valor adicionado bruto a preços correntes - MS - 2020. (Valor em bilhões de R\$)

Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
26.046	23.314	60.537	109.897

Fonte: IBGE, 2023.

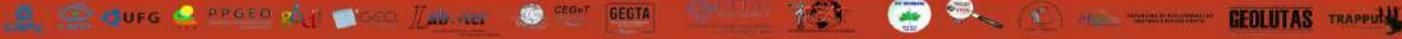
As características econômicas do Mato Grosso do Sul remontam as especificidades da formação socioespacial (SANTOS, 1977) brasileira, na medida em que, desde antes da unificação da economia nacional, era considerado como um “vasto vazio” (GOLDENSTEIN & SEABRA, 1989, p. 29),



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



assim como toda a região Centro-Oeste; além de permitir a exploração da atividade agropecuária, esse argumento facilitou o extermínio dos povos indígenas que já habitavam esse território e a escravização de indígenas pelos bandeirantes, no período colonial, fato que inclusive, exerce poder para enfraquecer a luta indígena no estado, até os dias atuais.

Apesar da questão indígena não ser o foco principal do nosso trabalho, vale ressaltar que, a forma de colonização, o extermínio de grande parte da população indígena e o enfraquecimento da luta dos povos tradicionais, no estado, são elementos fundamentais para compreender o processo que legitima a atividade agropecuária, tendo como alicerce a aliança entre o latifúndio e o poder político no Mato Grosso do Sul.

Avançando um pouco no tempo, se considerarmos uma divisão inter-regional do trabalho, pós 1930, Mato Grosso do Sul se especializou na atividade agropecuária, enquanto os estados do Sudeste, por exemplo, estavam iniciando o processo de industrialização no país; o Sudeste tornava-se o coração da indústria brasileira. Nesse cenário, a economia sul-mato-grossense funcionava como suporte as atividades econômicas do Sudeste, além de ser uma fronteira agrícola. Mato Grosso do Sul fortaleceu com o passar do tempo as bases do que Lamoso (2011) chamou de uma economia agroprimária-mineral.

O fomento para investimentos no setor industrial em Mato Grosso do Sul entre em voga na década de 1970, com as políticas de descentralização industrial e desconcentração da indústria do Sudeste, visando mitigar as desigualdades regionais no país. Essas políticas foram pouco efetivas se considerarmos que as desigualdades regionais em alguns casos foram reforçadas, porém no que cabe a Mato Grosso do Sul, políticas como a implantação de polos industriais e distritos industriais (SOUZA, 2005), nos municípios de Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas, tiveram rebatimentos na dinâmica econômica dos mesmos, e conseqüentemente, em municípios próximos a eles. Ademais, as políticas de fomento regionais como a SUDECO (ARANHA-SILVA, 2002), que na época objetivava o incentivo a agropecuária, refletem hoje, no fortalecimento de determinadas indústrias ou “agroindústrias”, como ocorre no setor de celulose e papel, com a silvicultura do eucalipto.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Importante notarmos, que assim como em momentos anteriores da formação socioespacial brasileira, o estado de Mato Grosso do Sul, responde as aspirações da economia do Sudeste, agora como espaço de expansão de seu mercado consumidor de produtos industrializados e como fornecedor de produtos oriundos da agropecuária sul-mato-grossense. Para Missio & Rivas (2019, p. 613), “[...] a região é incorporada de maneira periférica ao mercado nacional e a Marcha para Oeste pode ser considerada um marco desse processo [...]”.

Até o momento, fizemos um esforço de demonstrar alguns aspectos da formação socioespacial do Brasil e as características de formação do Mato Grosso do Sul, para salientar a parca experiência no setor industrial do estado, fato que está imbricado com processos mais abrangentes que estavam ocorrendo concomitantemente no país e no mundo, como o processo de reestruturação produtiva.

Para Benko (2002, p. 221),

O sistema produtivo conheceu uma reestruturação considerável a partir dos anos 1970. Um novo modelo econômico emergiu graças a uma tecnologia de produção, uma relação de trabalho e uma organização territorial totalmente diferentes.

O autor se refere a transição do modelo fordista para uma organização “pós-fordista” caracterizada pela flexibilidade (BENKO, 2002, P. 221).

Harvey (1992, p. 140) denominou esse movimento como “acumulação flexível”, “que é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo”. Salientando ainda, que “a acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas[...]”.

Concordamos com Santos (2012, p. 131) que assevera, “o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional, é a informação”. O avanço nas tecnologias de informação e comunicação, é um elemento decisivo nas dinâmicas locais da indústria, pós década de 1970, pois permitiram o afastamento do local de gestão e do local de produção da indústria.

De toda forma, o processo de reestruturação produtiva que ocorreu em meados dos anos 1970, sobretudo, nos estados do Sudeste, teve



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



rebatimentos no processo de industrialização de Mato Grosso do Sul, mesmo que de forma tardia.

O aumento das unidades industriais no Mato Grosso do Sul, principalmente no que tange à indústria de transformação, ganha força a partir dos anos 2000, impulsionado pela implementação da Lei 93/2001 “MS Empreendedor” que versa sobre incentivos fiscais à indústria no estado, corroborada pela Lei 4049/2011 “MS Forte - Indústria”, salientando novamente o papel do estado, em economias periféricas.

O parque industrial sul-mato-grossense que em 2000 contava com 2.882 unidades industriais, passou a ter 10.189 unidades industriais em 2022. (SEMADESC, 2023). Nesse cenário, o setor têxtil/vestuário emerge como um setor que apresenta um aumento tanto de unidades industriais, quanto de novas plantas industriais que se instalaram em determinados municípios que antes não as possuíam, caracterizando uma nova dinâmica na localização da indústria no estado, que fazem parte do que denominamos de dimensão espacial do processo de reestruturação da indústria de Mato Grosso do Sul (GOMES, 2016). Vejamos a espacialização dos setores têxtil e de vestuário, em 2014³.

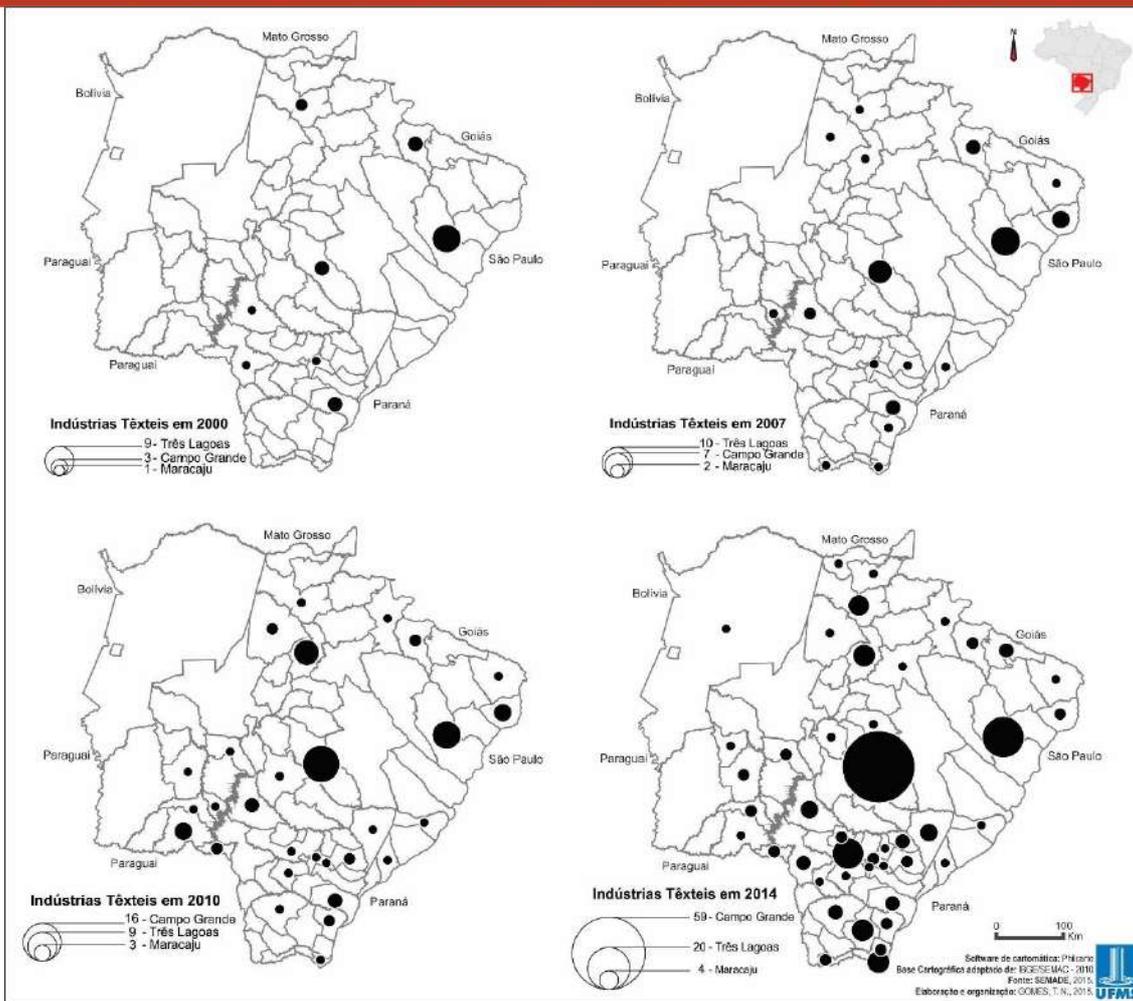
³ Utilizaremos os mapas já publicados na dissertação da autora, cujo recorte temporal ficou estabelecido como 2014, visando preservar a ineditismo dos dados que serão publicados na tese de doutorado.



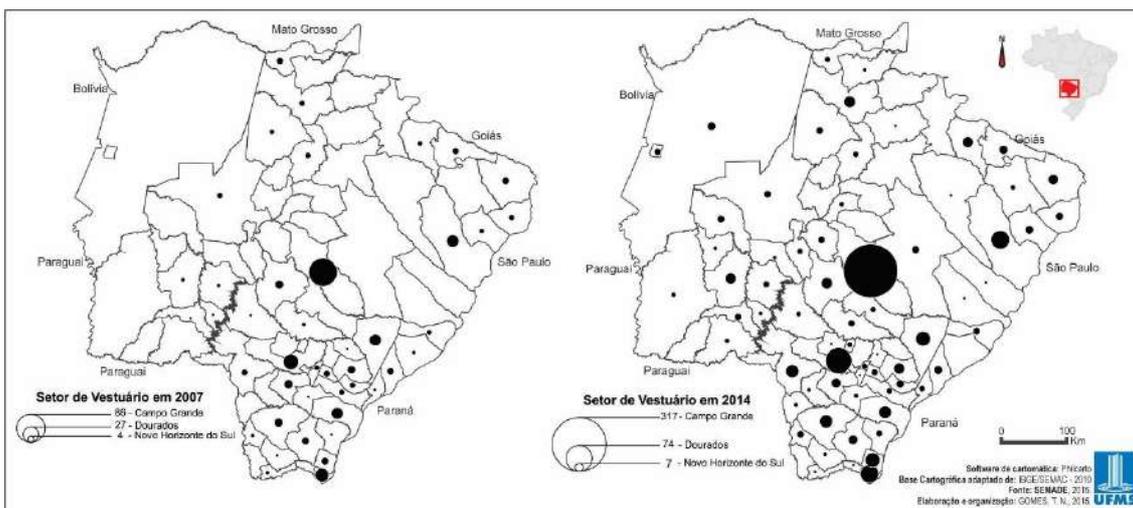
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Mapa 2 - Espacialização do setor têxtil no Mato Grosso do Sul em 2000, 2007, 2010 e 2014.



Mapa 3 - Espacialização do setor de vestuário em Mato Grosso do Sul em 2007 e 2014.⁴

⁴ Os dados do setor de vestuário sofreram alterações em 2006 com a mudança de metodologia da CNAE 2.0 do IBGE, por isso optamos por utilizar os dados a partir de 2007, a fim de evitar equívocos na análise.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Podemos notar que houve variações de localidades das unidades industriais, principalmente no setor têxtil; e no setor de vestuário, observamos alterações na quantidade de unidades industriais. Essas mudanças, revelam a indução do Estado por meio de políticas voltadas ao desenvolvimento industrial, que ocorreram em diferentes escalas. No que se refere ao estado, temos as leis já mencionadas “MS-Empreendedor” e MS Forte-Indústria”; em escala local os municípios ofereceram doação de terrenos para construção das plantas industriais e isenção de impostos; e em escala nacional esse período é marcado pela retomada das Políticas Industriais, como a PITCE (2004), a PDP (2008), e o Plano Brasil Maior em 2011.

O aquecimento do setor industrial no Mato Grosso do Sul não ocorreu aleatoriamente, os fundamentos desse processo perpassam pelo papel do Estado. Osório (2019, p. 203) corrobora, que em economias periféricas há “o reforço estatal com soberania restrita”. O que pode ser explicitado, quando nos atentamos ao caso de Mato Grosso do Sul, em que as políticas de incentivos fiscais somadas ao subsídio do BNDES, atraíram diversas indústrias de outras partes do território brasileiro e também indústrias transnacionais oriundas de outros países, inserindo lógicas exógenas ao território. O Estado assume um papel forte no que tange a atração e manutenção de investimentos, e fraco no que se refere a regulação da atuação econômica dessas empresas no território; características do neoliberalismo.

Segundo Santos, (2021, p. 87, grifo do autor)

A consolidação de uma rede complexa de relações econômicas entre corporações multinacionais, no contexto mais recente da mundialização do capital, apoia e reforça as soberanias restringidas nas periferias do sistema. Isso não ocorre pelo “enfraquecimento” dos Estados periféricos ante as entidades financeiras supostamente sem pátria, mas por uma associação entre as classes dominantes da periferia com as classes dominantes imperialistas.

Além de evidenciar o papel do Estado nos países periféricos, o autor sinaliza para uma característica importante na compreensão das relações que estão entrelaçadas na economia brasileira: a burguesia de caráter agrário e o poder político, que ora não iremos nos aprofundar, mas são essenciais para analisar a dependência brasileira.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Torna-se necessário, elencar alguns elementos que valsam nesse processo e devem ser retomados: configuração da estrutura fundiária sul-mato-grossense que somadas ao poder político, contribuíram para a conformação de uma economia predominantemente agropecuária; a divisão inter-regional do trabalho brasileira, em que o estado de Mato Grosso do Sul recebe demandas da economia do Sudeste; o caráter locacional do estado, limítrofe com São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, mas principalmente a proximidade com os estados do Sudeste; o processo de reestruturação produtiva e a transição para o regime de acumulação flexível, no mundo e no Brasil; e o papel do Estado fomentando a instalação de novas indústrias no território; dão o tom do processo de industrialização em Mato Grosso do Sul.

Ademais, sobre a tendência de desindustrialização do Brasil, vejamos abaixo, alguns dados relevantes para a discussão.

A tendência à desindustrialização brasileira e a superexploração do trabalho

O setor têxtil, analisado separadamente do setor de vestuário, em 2000 estava presente em oito municípios do estado, contendo 23 unidades industriais. Esse setor apresentou um aumento em sua abrangência espacial, chegando a 341 unidades industriais em 49 municípios de Mato Grosso do Sul, em 2022 (SEMADESC, 2023).

No que tange ao setor de vestuário, os elementos que o destacam são o aumento em unidades industriais e o número de trabalhadores empregados nessa indústria.

Em 2007 o setor apresentava 293 unidades e em 2022 esse número chegou a 821 unidades industriais, porém sua abrangência espacial diminuiu, passando de 12 em 2007, para 23 municípios em 2022, que não possuíam indústrias do setor, o que demonstra que o aumento dessas unidades industriais se dá em localidades específicas como: Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, com 293, 56 e 36 unidades industriais, respectivamente, em 2022; e Mundo Novo, Nova Andradina e Ponta Porã, que apresentaram 49, 32 e 32 unidades industriais em 2022, sendo que no caso de Ponta Porã, o município



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



que faz fronteira com o Paraguai, tinha 4 unidades industriais do setor em análise, no ano de 2007⁵ (SEMADESC, 2023).

Considerando os aspectos referentes ao fator “trabalho”, o setor de vestuário é o que mais emprega em sua cadeia produtiva. Em 2014 o setor apresentou um saldo, analisando admissões e demissões, de 2.722 trabalhadores em Mato Grosso do Sul (RAIS/CAGED, 2016).

Vale ressaltar que quanto mais se aproxima do elo final da cadeia produtiva têxtil/vestuário, cresce a demanda por trabalhadores, haja vista, as características desse setor industrial, como por exemplo, a baixa inserção de tecnologia aplicada ao processo produtivo, sendo que principalmente na etapa de costura, ainda exige-se trabalho humano em grande quantidade, enquanto que as etapas iniciais como a fabricação da fiação, tecido ou malha, é realizada por maquinários já importados, que são apenas supervisionados por trabalhadores durante o processo de fabricação. O setor têxtil apresentou um saldo de 88 trabalhadores em 2014 (RAIS/CAGED, 2016).

Observar os dados do Caged, possibilita traçar um panorama sobre a rotatividade de trabalhadores(as) nesse segmento, haja vista, que isso também implica em uma característica importante das relações de trabalho existentes, em que a instabilidade do emprego é fator inclusive de poder entre empregador/trabalhador. De toda forma, o saldo positivo apresentado pelo setor têxtil/vestuário, não significa estritamente, uma garantia de estabilidade para o trabalhador.

Outro fator relevante diz respeito ao trabalho feminino, principalmente no que tange ao vestuário, sendo a maior parte da força de trabalho do setor, vejamos o gráfico 1 abaixo:

⁵ Em casos específicos como o de Ponta Porã, iremos analisar mais profundamente na tese de doutorado, no momento não temos dados suficientes para indicar possíveis causas desse processo.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

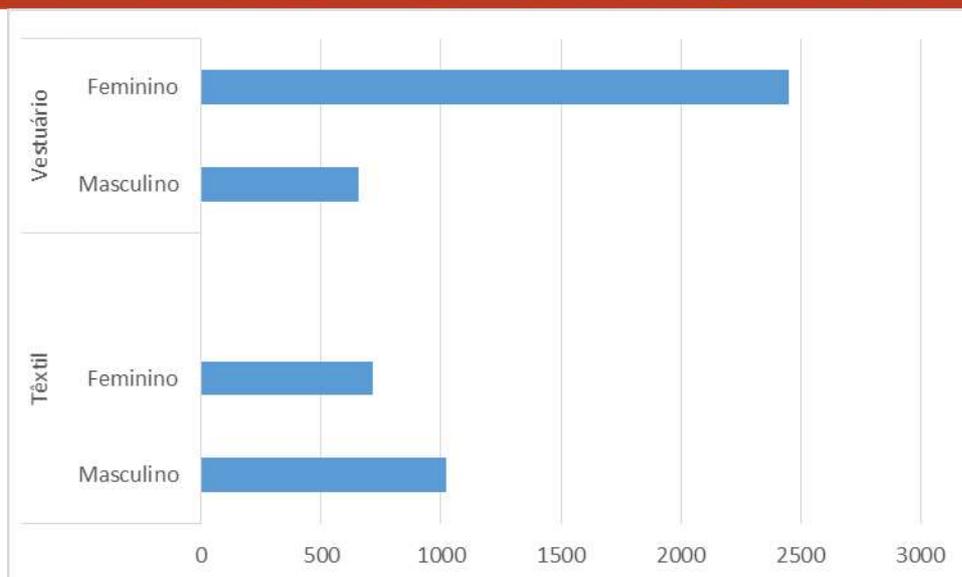


Gráfico 1 - Quantidade de vínculos ativos em 2021 no setor têxtil/vestuário de acordo com o sexo do trabalhador.

Fonte: RAIS, 2023.

O gráfico acima corrobora com os dados apontados durante realização de trabalho de campo, em 2017 e 2019, demonstrando que a presença de trabalhadoras no setor de vestuário é maior que trabalhadores do sexo masculino; isso se inverte quando observamos a divisão por sexo no setor têxtil, em que os trabalhadores – sexo masculino – são a maior parte da força de trabalho, ainda que seja necessário reconhecermos que o setor de vestuário abarca em seu processo produtivo maior quantidade de capital variável.

Sem tentarmos esgotar a análise, algumas considerações emergem a fim de identificarmos os motivos que levam essa força de trabalho feminina a esse setor, em especial ao setor de vestuário, por exemplo, a questão de gênero, a plasticidade do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2006), entre outros fatores que serão aprofundados, na tese de doutoramento. Todavia, podemos observar no gráfico 2 abaixo, que não há uma exigência de qualificação profissional específica para os(as) trabalhadores(as) do setor têxtil/vestuário, haja vista, que o maior número de vínculos ativos do setor são caracterizados por trabalhadores(as) que possuem o ensino médio completo, sendo pouco mais de 170 com o ensino superior completo (que pode ou não ter relação com o setor em análise, mas não temos esses dados disponíveis); e ainda 17 trabalhadores(as) analfabetos.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos trabalhadores do setor têxtil/vestuário - MS/2021.
Fonte: RAIS, 2023.

Ainda que seja necessário analisar outras variáveis, esse cenário alude para uma classe trabalhadora que muitas vezes adentra no setor têxtil/vestuário sem qualificação profissional e aprende “no chão de fábrica” uma atividade profissional que surge como alternativa para o sustento de suas famílias. Essa característica, é inclusive um elemento importante para a contratação dos(as) trabalhadores(as). Em questionário aplicado a um representante de uma empresa de lingerie, em 2017, situada no município de Dourados-MS, o mesmo apontou que existe uma preferência na contratação de trabalhadores(as) que não possuem cursos técnicos na área de corte e costura, haja vista que isso possibilita que o(a) trabalhador(a) aprenda de acordo com as necessidades da empresa.

Ademais, adicionamos as “vantagens” da falta de conhecimento técnico e cursos superiores no ramo em análise, que isso possibilita a manutenção dos baixos salários pagos a esses(as) trabalhadores(as), que são como vimos anteriormente, suscetíveis a um processo de rotatividade do trabalho (admissões e demissões) e vivem essa instabilidade que torna-se vulnerabilidade, como veremos nos dados públicos analisados do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-MS).

Em pesquisa realizada no site do TRT-MS, em 2023, apuramos entre as causas que levam os(as) trabalhadores(as) do setor a buscar seus direitos



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



judicialmente, estão: pagamento de diferença de férias e 13º salário, horas extras, multa fundiária, aviso prévio; estabilidade gestante; e ainda casos como: insalubridade, e danos morais e indenização, em decorrência de doenças derivadas da atividade exercida pelo trabalhador (nexo causal), etc. Entre as empresas selecionadas, tanto do setor têxtil quanto do vestuário, percebemos que o setor de vestuário possui um maior número de reivindicações judiciais, principalmente no que tange as trabalhadoras. Encontramos ainda, casos denexo causal entre as atividades repetitivas da atividade laboral com doenças nas articulações, como a síndrome do manguito rotador; e até um caso denexo causal com depressão, associada a relação psicológica abusiva entre empregador/trabalhador. Vale salientar, que até o presente ensaio, todos os processos analisados não foram 100% favoráveis aos autores/trabalhadores(as).

Historicamente, o setor têxtil/vestuário apresenta problemas no que se refere as relações de trabalho no Brasil e mundo. Os dados preliminares aqui elencados, aludem para um cenário parecido em Mato Grosso do Sul. Ainda que iremos no decorrer da pesquisa analisar dados sobre acidentes de trabalho e condições trabalhistas, estamos diante de um setor da indústria que merece um olhar mais apurado, pois suas características apontam para a superexploração do trabalho (2013), sobretudo, de uma classe trabalhadora composta em grande parte por mulheres.

Dessa forma, “A categoria dependência aparece, assim, como um instrumento fundamental para a análise de nossa realidade” (2018, p. 62).

Todavia, por que o setor têxtil/vestuário encontra terreno fértil em Mato Grosso do Sul? Como um setor da indústria de transformação, que esteve presente no início da Revolução Industrial na Europa, e no início do processo de industrialização brasileira impulsionado pela substituição de importações, passou de 333 para 1.162 unidades industriais de 2007 a 2022 no estado (SEMADESC, 2023), sendo que o país passa por um franco processo de desindustrialização e reprimarização da economia?

Entende-se como desindustrialização a diminuição da participação da indústria de transformação na produção nacional, concomitante a um aumento da participação do setor primário e do setor de serviços.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Em seu trabalho, Cano (2012, p. 842)

mostra a estrutura da pauta exportadora nos anos mais recentes, segundo os níveis de industrialização: produtos básicos, semi-industrializados e manufaturados. Note-se o que ocorre com os manufaturados: o peso das exportações dos produtos indicados na balança exportadora brasileira, de pouco mais de 60% em 2000, passa a apenas 36,7% em 2011. Mesmo no segmento de semi-industrializados, observa-se que a curva também é descendente”, corrobora o autor ao analisar dados do MDIC.

O mesmo autor indica algumas causas desse processo, como: a perda de competitividade da indústria nacional; a abertura comercial; a perda de produtividade devido as altas taxas de juros do país; Investimentos Externos Diretos; e a desaceleração da economia mundial (CANO, 2012).

Em uma análise a respeito de Mato Grosso do Sul de forma geral, concordamos com Lamoso (2013, p. 23) na medida em que a reprimarização da economia não se aplica, haja vista, que o estado “nunca deixou de ser predominantemente primário”. Contudo, o recente crescimento de unidades industriais do setor têxtil/vestuário no estado, pode sinalizar para uma característica que é reflexo do processo de desindustrialização no país.

Para Santos, (2012, p. 133)

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher outros. É assim que se forma e se mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante desse movimento dos lugares. [...] Não é um movimento unidirecional. Pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator.

Observando um panorama geral da economia sul-mato-grossense, principalmente sua pauta exportadora, vemos um predomínio de produtos primários ou semielaborados, que é também uma característica da própria função do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho. Contudo, o aumento de um setor como o têxtil/vestuário em Mato Grosso do Sul, indica também a presença de processos nacionais e globais atuando no estado.

Dessa forma, só será possível compreender os fundamentos desse setor no Mato Grosso do Sul, à luz da categoria de Totalidade, pois, em conjunto com a Formação socioespacial - duas categorias de análise propostas por Santos (1977; 2004)-, teremos uma análise não fragmentada da realidade.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Segundo dados do IEMI (2017) a participação do setor têxtil/vestuário apresentou diminuição na região Sudeste de 2012 a 2016, de 46,9% a 46,1% considerando uma média estimada de todos os segmentos da cadeia produtiva, sendo que o setor de confecções foi o que mais apresentou queda no período, nessa região. A região Centro-Oeste registrou uma queda de 0,1% no mesmo período, passou de 3,3% para 3,2% da participação nacional⁶.

Apesar de discreta, a queda de participação da região mais industrializada do país, pode ser outro indício que corrobora com nossa hipótese; ademais, a região Sul é a única que irá apresentar um aumento em sua participação regional, de 26,2% para 27,5% (IEMI, 2007).

Outro elemento que merece nossa apreciação é a demanda criada pelo setor têxtil/vestuário, em outros setores da economia, como: o comércio (15,4 bilhões de R\$); transporte terrestre (5,7 bilhões de R\$); intermediação financeira, seguros e previdência complementar (5 bilhões de R\$); fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros (4,1 bilhões de R\$); agricultura e apoio à agricultura e a pós-colheita (3,7 bilhões de R\$); isso somente mencionando os cinco primeiros do ranking do Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira – Brasil Têxtil, 2017 (IEMI, 2017). O montante final, movimentou R\$ 62,1 bilhões em 2017, de demanda a outros setores da economia, pelo setor têxtil/vestuário (IEMI, 2017).

Os dados apresentados, podem contribuir com a análise na medida em que o próprio setor têxtil/vestuário, impulsiona o setor de comércio e serviços no Brasil, ao mesmo tempo que fortalece, mesmo que de forma embrionária, a premissa que o crescimento do setor têxtil/vestuário está imbricado com o processo de desindustrialização brasileira, considerando que o país está inserido na lógica do capitalismo dependente.

O setor têxtil/vestuário no mundo, tem como principal produtor a China que apresentou 50,7% e 46,4% da produção mundial de têxtil e de vestuário, em 2010. No mesmo ano, o Brasil ficou em quinto lugar na produção de têxteis (3,0%) e quarta posição na produção mundial de vestuário (2,8%). Com exceção

⁶ Mesmo com o crescimento em Mato Grosso do Sul, a média regional considera também os dados de Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, o que pode ter contribuído para o decréscimo da participação regional.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



dos EUA, que ocupa a terceira posição na produção têxtil no mundo (5,3%), os demais países produtores tanto de têxtil, quanto de vestuário são países asiáticos, como Índia e Paquistão (IEMI, 2017).

Quanto às exportações de têxtil, em 2016 o ranking sofre alterações, países como Alemanha e Itália emergem na quarta e quinta posição, a China permanece em primeiro lugar, seguida dos EUA e da Índia (IEMI, 2017). O Brasil apesar de ser o quinto país em produção mundial, ocupou a 26ª posição em exportações.

No vestuário, a situação brasileira é ainda mais diminuta, ocupa a 82ª no ranking de exportações mundiais; a China permanece em primeiro, seguida de: Bangladesh, Vietnã, Itália e Alemanha (IEMI, 2016).

As especificidades da indústria dos países mencionados, serão analisadas com mais profundidade durante a pesquisa de doutoramento; todavia, cabe nesse ensaio, salientar que países de economia madura como EUA, Alemanha, Itália, entre outros, exportam produtos mais sofisticados, diversificados, que possuem algum diferencial que agrega valor ao produto; essa exportação muitas vezes não está relacionada com grandes quantidades. Já países como a China, outros países asiáticos e sul-americanos, destacam-se em quantidade de exportação (produção em massa), ou seja, quanto maior o número em toneladas ou em peças que forem exportadas, maior será o lucro desses países, mesmo que a qualidade seja inferior.

Por exemplo, atividades que envolvem menor complexidade como a produção de vestuário, têm se adensado em países de industrialização tardia, em busca de menores custos de produção, mão-de-obra barata e em abundância, como o caso dos países do sudeste asiático, o que soma a análise da espacialização e da dinâmica do setor têxtil/vestuário no mundo.

Esses dados permitem a interpretação, das características do setor no Brasil - e em países em desenvolvimento-, uma indústria com baixa composição orgânica de capital, intensiva em mão-de-obra, com baixo grau de inserção no comércio internacional, encontra no Brasil um cenário favorável para seu desenvolvimento, suprindo principalmente a demanda nacional.

Santos, assevera (2018, p. 62)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A categoria dependência aparece, assim, como um instrumento fundamental para a análise de nossa realidade. Graças a ela, hoje em dia podemos compreender que o desenvolvimento de nossos países possui padrões específicos, dados pela situação de dominação à qual estamos submetidos, econômica, social e politicamente.

Para o autor, as características do capitalismo dependente, auxilia na compreensão das dinâmicas dos países latino-americanos, como é o caso do Brasil. Esse pode ser um indício dos fundamentos dos processos que impulsionam o setor têxtil/vestuário em Mato Grosso do Sul, em meio ao capitalismo dependente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos com esse ensaio, um esforço inicial de pensar o crescimento do setor têxtil/vestuário como indício do processo de desindustrialização brasileira, à luz das categorias da Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 2017), caracterizando alguns elementos que estão presentes nas relações de trabalho nesse setor.

Para nos auxiliar na compreensão do estado de Mato Grosso do Sul, elencamos fatores como: as características econômicas regionais, o papel de Estado em diferentes escalas, a divisão inter-regional do trabalho e a relação do Mato Grosso do Sul com o Sudeste, entre outros elementos.

Todavia, o papel do Estado como indutor da industrialização sul-mato-grossense, e conseqüentemente, no setor têxtil/vestuário, merece um maior aprofundamento analítico futuro, pois as políticas de incentivos fiscais, em todas as escalas de análise e os financiamentos públicos, são de grande importância para a atividade industrial em questão.

Além disso, discutimos dois processos que estão em curso no país e que devido as heterogeneidades do espaço e da Divisão inter-regional do trabalho, atuam em diferentes momentos no território, são eles: reestruturação produtiva e desindustrialização.

Analisando os dados do setor têxtil/vestuário no Brasil, pudemos observar que o Sudeste está perdendo indústrias do setor, enquanto outras regiões passam pelo processo contrário. Por exemplo, Mato Grosso do Sul que desde o início da implantação das políticas de incentivos fiscais, experimenta um



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



crescimento em seu parque industrial; sendo que o setor têxtil/vestuário ultrapassou a quantidade de 10.000 unidades industriais em 2022 (SEMADESC, 2023). Dessa forma, temos um exemplo do processo de reestruturação produtiva brasileira.

No caso da desindustrialização brasileira, vimos com os dados de produção e exportação mundiais (IEMI, 2017), que o Brasil assume um papel de produtor-consumidor no que se refere ao setor têxtil/vestuário. As características da indústria desse setor no Brasil, inviabiliza a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional, mas encontra no mercado interno uma dinâmica favorável ao seu desenvolvimento.

Para não concluir, os elementos que tangem as relações de trabalho, ainda que em caráter inicial, nos apontam que o setor têxtil/vestuário, merece uma análise aprofundada, considerando principalmente a categoria cunhada por Marini (2013): superexploração do trabalho, haja vista, que ela nos permitirá um panorama mais próximo da realidade dos países inseridos no capitalismo dependente.

Ao mesmo tempo em que o setor têxtil/vestuário oferta grande quantidade de postos de trabalho, a precarização das condições trabalhistas entra em voga, culminando em processos judiciais, danos à saúde física e psicológica, que nada parecem com as elevadas estatísticas de crescimento industrial do setor no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA-SILVA, E. **O processo produtivo do carvão vegetal**: um estudo em Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2002.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

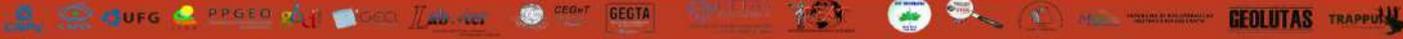
GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão regional do trabalho e nova regionalização. In: Secretaria de Estado de Educação de São Paulo.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Fundamentos para o ensino de geografia – seleção de textos. São Paulo, CENP, 1989.

GOMES, T. N. **A dimensão espacial do processo de reestruturação da indústria no Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2016. 268p.

HARVEY, D. Do fordismo à acumulação flexível (cap. 9). In: HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE, 2023. **Sistema de contas regionais.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/pesquisa/10060/60147>.

IBGE/CIDADES, 2023. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/pesquisa/10060/60147>.

IEMI, 2017. **Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira:** Brasil Têxtil 2017. [Impresso] São Paulo, v.17, nº 17, Out. 2017, p. 1-186

LAMOSO, L. P. Dinâmicas Produtivas da Economia de Exportação no Mato Grosso do Sul – Brasil. Revista **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p.33-47, jan./abr. 2011.

_____. Indústria, desindustrialização e território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 3, 2013.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução.** 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, 9(3), 325–356, 2017.

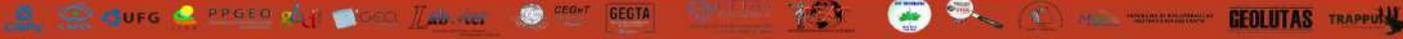
MISSIO, Fabrício Jose; RIVAS, Rozimare Marina Rodrigues. Aspectos da Formação Econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos econômicos**, São Paulo, vol. 49 n. 3, p. 601-632, jul.set. 2019.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



OSORIO, J. O Estado no centro da mundialização (cap. 4). In: OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** Expressão Popular: São Paulo, 2019.

RAIS/CAGED, 2016. [Banco de dados]. Disponível em:
<http://bi.mte.gov.br/bgproger/login.php>.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, **Boletim Paulista de geografia**, São Paulo, nº 54, 1977.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. Da diversificação da natureza à divisão territorial do trabalho (cap. 5). In: SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 7 reimp. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, T. A crise latino-americana (cap. 2). In: SANTOS, T. **Socialismo ou fascismo:** o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.

SANTOS, T. A. Apontamentos sobre luta de classes e a condição periférica do Brasil na “pós-modernidade”. In: **Realidade urbana brasileira** [livro eletrônico]: problemas, desafios e possibilidades para a efetivação do Direito à Cidade/Organizadoras: Daniela Abritta Cota... [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.

SEMADESC, 2023. Banco de dados da web. Disponível em:
<http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/>.

SOUZA, A. O. **A polarização como estratégia de desenvolvimento regional:** o caso de Mato Grosso do Sul. Home page do Centro de Estudos Humboldt, Buenos Aires, v. 1, p. 1-20, 2005.

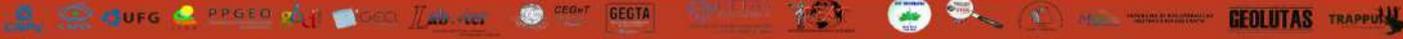
THOMAZ JÚNIOR, A. Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). **Revista Pegada Eletrônica**, v. 7, p. 1 - 34, 2006.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



CAPITAL, TECNOLOGIA E TRABALHO: OS INFLUENCIADORES DIGITAIS E AS NOVAS FORMAS DE CONTROLE DA FORÇA DE TRABALHO

Heyk Oliveira Sphiel¹

Karina Furini da Ponte²

Resumo

O avanço tecnológico impacta diretamente no mundo trabalho, afetando a classe trabalhadora através de formas de controle e intensificação da exploração da força de trabalho, bem como por possibilitar novas formas de atuação e novos postos de trabalho. O termo influenciador digital só pode ser concebido a partir do surgimento das chamadas redes sociais digitais, esse novo modal laborativo enquanto expressão das transformações no mundo do trabalho, aparece dentro do molde precarizado do trabalho a partir de aplicativos e plataformas digitais, uma vez que é por meio dessas que os influenciadores criam suas comunidades e para além disso, constroem a sua imagem que constantemente estará vinculada ao seu trabalho. O presente artigo objetiva destacar de que forma as plataformas e aplicativos digitais que, por sua vez, se vinculam às chamadas novas tecnologias de informação e comunicação - TIC, impactam no trabalho dos influenciadores digitais.

Palavras-chave: Influenciadores digitais; Reestruturação produtiva; Tecnologia; Trabalho.

Introdução

A partir de 1970, o mundo do trabalho se depara com grandes transformações uma vez que o capital já apresentava indícios de sua crise estrutural verificada a partir da queda da taxa de lucro, do esgotamento do padrão taylorista/fordista, da crise do estado de bem estar social (*Welfare State*), do crescimento da esfera financeira em relação ao capital produtivo, da crescente tendência de privatização, desregulamentação e flexibilização tanto dos processos produtivos quanto do próprio mercado de trabalho (Antunes, 2009, p. 31-32).

Emerge nesse período uma forte ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho uma vez que, identificada a então crise estrutural, é lançado, como

¹ Mestrando no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, Brasil;

Contato: heyk.sphiel@sou.ufac.br

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, Brasil;

Contato: karina.ponte@ufac.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



resposta e medidas mais superficiais, no intuito de restabelecer o padrão de acumulação do sistema, um conjunto de estratégias que culminam no processo de reestruturação produtiva do capital (Antunes, 2009, p 37). Dentre as estratégias adotadas pelo capital, como resposta a sua crise estrutural, podemos destacar as novas formas de acumulação flexível, o processo de enxugamento das unidades produtivas, o avanço tecnológico e o toyotismo como modelo alternativo ao binômio taylorista/fordista, de acumulação (Antunes, 2009, p. 49).

O avanço tecnológico, presente no hall das estratégias lançadas pelo capital, impacta diretamente o mundo trabalho e a classe trabalhadora, uma vez que essa tecnologia agora se faz como uma importante ferramenta de controle e intensificação da exploração da força de trabalho (Antunes e Filgueiras, 2020, p.33) além de possibilitar novas formas de atuação e novos postos de trabalho.

É na imbricação da tecnologia no mundo do trabalho, sobretudo por meio das plataformas e aplicativos digitais, que os influenciadores digitais surgem como expressão das transformações no mundo do trabalho, uma vez que se configuram como uma nova forma de atuação oriunda do processo de reestruturação produtiva do capital.

Metodologia

O presente artigo, parte de uma pesquisa teórica e bibliográfica, buscando uma maior compreensão das particularidades que permeiam o sujeito alvo de investigação, no caso os influenciadores digitais, nos valendo de levantamento bibliográfico, junto a artigos, livros, teses e dissertações de autores que trabalham e pesquisam sobre os temas que envolvem a discussão aqui proposta, tais como: crise estrutural e reestruturação produtiva do capital, novas morfologias do trabalho, tecnologia, plataformas e aplicativos digitais. A partir de tais publicações objetiva-se destacar de que forma o arcabouço tecnológico que se soma ao mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva do capital, com destaque para as plataformas e aplicativos digitais que por sua vez se vinculam às chamadas novas tecnologias de informação e comunicação - TIC, impactam no trabalho dos influenciadores digitais.

Utilizou-se assim, ferramentas de pesquisa como o google acadêmico, a bibliografia base da disciplina de Geografia do Trabalho ofertada



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAC, além do acervo pessoal do autor.

Reestruturação produtiva do capital: os precedentes das novas formas de controle e intensificação da exploração do trabalho

As transformações promovidas pelo capital em função de retomar seu padrão de acumulação e também de intensificar as formas já vigentes, resultaram no processo de reestruturação produtiva. O padrão de acumulação flexível, verificado dentro das mudanças pensadas para combater a crise, é "resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional" e configura-se como um "padrão organizacional e tecnologicamente avançado". Dele decorre a utilização ampliada de computadores no setor produtivo e de serviços, o enxugamento e a produção flexível a partir da horizontalização das empresas, a crescente tendência da terceirização, bem como instaura novas técnicas de gestão e controle da força de trabalho (Antunes, 2009, p. 54).

O modo de acumulação flexível espalha-se pelo mundo de forma diferenciada, sobretudo, no ocidente onde verifica-se tendências que se vinculam a elementos já existentes do modelo taylorista/fordista e tendências particulares dos países onde se instaurou corroborando para intensificação (re)inaugurando uma nova roupagem das formas de produção e exploração da mais-valia.

No Brasil, onde o processo de reestruturação produtiva do capital só se intensificou por volta de 1990, por exemplo, há uma evidente mescla do modo de produção flexível (toyotismo) com elementos do modo taylorista/fordista comportando tanto elementos de "*continuidade*" quanto de "*descontinuidade*" (ANTUNES, 2014, p. 14).

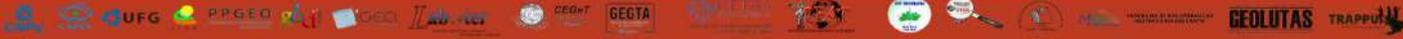
Combinando elementos herdeiros do fordismo (vigentes em vários ramos e setores produtivos) com uma nova pragmática pautada pela acumulação flexível, pela empresa enxuta (*lean production*), pela implantação de programas de qualidade total e sistemas *just-in-time* e *kanban*, além da introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (como o PLR, programa de participação nos lucros e resultados), sob uma pragmática que se adequava fortemente aos desígnios do capital financeiro e do ideário neoliberal, tudo isso acabou possibilitando uma reestruturação produtiva de grande intensidade no Brasil, que teve como consequências a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ampliação da flexibilização, da informalidade e da precarização da classe trabalhadora (Antunes, 2014, p.40).

A força de trabalho é, agora, pautada na polivalência e multifuncionalidade - uma vez que o trabalhador é responsável por múltiplas funções dentro de uma mesma empresa, ao contrário do observado no padrão de acumulação taylorista/fordista em que o trabalhador era responsável por controlar uma máquina, agora esse mesmo sujeito é responsável por controlar várias máquinas; na produtividade - uma vez que é possível observar em alguns países a tendência da diminuição da jornada de trabalho e a multiplicação da produtividade; a predominância da informalidade e do trabalho por demanda - intensificados em função do processo de liofilização e enxugamento das empresas.

Sobre a tendência da diminuição da jornada de trabalho e multiplicação da produtividade, mencionada acima, é importante destacar que a produtividade é um elemento chave na acumulação flexível, uma vez que todas as medidas que envolvem a horizontalização, a eliminação ou transferência de serviços considerados improdutivos dentro de uma empresa, visam uma melhor otimização da produção, logo uma maior produtividade em menor tempo e com menos processos. A questão é que na informalidade há uma tendência contrária que, por sua vez, tem o aumento da jornada de trabalho como resultado, uma vez que o trabalho é baseado na demanda o que requer do sujeito maior disponibilidade de tempo e isso vem ocasionando jornadas de trabalho praticamente intermitentes, sem perder de vista, é claro, a produtividade que ainda deve aparecer dobrada uma vez que ela implica diretamente na remuneração do serviço ao trabalhador.

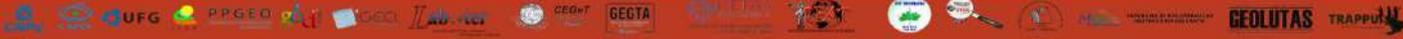
A tecnologia vinculada ao processo de liofilização surge como nova mediadora, gestora e controladora tanto no setor produtivo quanto no que diz respeito a força de trabalho, sendo ela capaz de organizar o tempo de trabalho - como por exemplo os mecanismos utilizados para contabilizar horário de entrada, saída e intervalo dos trabalhadores; determinar o trabalho a ser feito e o valor a ser cobrado/recebido - é o caso de muitos trabalhos realizados por demanda e mediados por aplicativos e plataformas digitais.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Ocorre uma reafirmação da "subsunção do trabalho ao mundo maquínico", onde, o trabalho estável/formal, que é herança da fase taylorista/fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, passa a ser substituído pelos mais diversos modos de trabalho instável/informal, como por exemplo "o trabalho atípico, os trabalhos terceirizados (com sua enorme variedade), o "cooperativismo", o "empreendedorismo", o "trabalho voluntário" e mais recentemente, os trabalhos intermitentes" (Antunes, 2018, p.78).

Há, assim, uma ampliação da precarização e da informalidade do trabalho, com predomínio de investidas para flexibilizar, deteriorar e/ou eliminar legislações protetoras do trabalho. Difunde-se a condição de indivíduos enquanto trabalhadores terceirizados, subcontratados, flexibilizados, em tempo parcial, teletrabalhadores, formas de subemprego, desemprego, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham, resultando na crescente expansão do universo do trabalho precarizado. Essas mudanças ocasionaram, assim, grandes transformações no que diz respeito à classe trabalhadora.

A classe trabalhadora e as novas tecnologias de informação e comunicação

No âmbito das discussões que atualmente permeiam o mundo do trabalho, encontra-se um extenso debate sobre o surgimento de novas formas, modalidades e ou morfologias do trabalho que se vinculam à precarização e ao trabalho informal. Indo contra as teorias sobre o fim da classe trabalhadora, o que se observa é uma transformação do que é a classe trabalhadora nos dias atuais.

Por classe trabalhadora, tomamos aqui a noção ampliada presente em Alves e Antunes (2004) e Antunes (2014, 2018), onde considera-se a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Na medida em que há uma nova morfologia de trabalho, surge também uma nova complexidade da classe trabalhadora para atuar e atender o mercado.

Os novos modais de trabalho, junto dos trabalhadores que se postam para exercê-los, surgem obscurecidos por uma ideologia deturpada e fetichizada do trabalhador chefe de si e do seu próprio negócio, como verifica-se com a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



crecente tendência do empreendedorismo. Vasapollo (2006 apud Antunes, 2009, p. 50), destaca que:

As novas figuras do mercado de trabalho, os novos fenômenos do empreendedorismo, cada vez mais se configuram em formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, trabalho "autônomo" de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Na verdade, trata-se de uma nova marginalização social e não de um novo empresariado.

A partir do surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação - TIC, tais como *smartphones*, *notebooks* e com elas o surgimento das grandes redes e plataformas digitais e a crescente possibilidade de monetização das mesmas, nota-se uma ampliação do discurso empreendedor, que agora se vale de aplicativos e plataformas digitais para atuar sobre a força de trabalho. E isso ocorre, pois, as TIC passam a se configurar como um "elemento central entre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo financeiro de nosso tempo" (Antunes, 2020, p.10).

Há, a partir da reestruturação produtiva, uma crescente expansão do setor de serviços, uma vez que ele aparece como uma forma alternativa de emprego e ocupação, tendo em vista o desemprego estrutural. O chamado terceiro setor passa a ter um importante papel para o capital uma vez que incorpora grandes contingentes de trabalhadores desempregados na condição da informalidade.

Com a inter-relação crescente entre mundo produtivo e setor de serviços, vale enfatizar que, em consequência dessas mutações, várias atividades nesse setor, anteriormente consideradas improdutivas, tornaram-se diretamente produtivas, subordinadas à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital (Antunes, 2009, p. 236).

Nessa lógica, o trabalho improdutivo - o qual não produz mais-valia - insere-se no processo global de produção capitalista como produtivo uma vez que o trabalhador de serviços que é exterior ao processo de valorização do capital pela produção da mais-valia ao mesmo tempo é indispensável à totalidade do modo de produção desse sistema.

Diante da ampliação do uso das TIC no mundo do trabalho, do desemprego estrutural e conseqüentemente o aumento do trabalho informal e da difusão de discursos que mascaram a crescente precarização do trabalho,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



adentramos nas discussões a respeito das novas formas de atuação permeadas pelas plataformas e aplicativos digitais a exemplos de: motoristas e entregadores por aplicativos, *freelancers*, *digital influencers*, entre outros.

Assim, as TIC, no que tange às relações de trabalho, possuem identidades típicas, tais como: facilitar e otimizar contatos on-line entre produtores, consumidores, trabalhadores e empresas; valem-se do uso de aplicativos ou plataformas para acesso em computadores ou instrumentos móveis de comunicação; fazem uso abrangente de dados digitais para a organização e gestão das atividades realizadas nessas plataformas; difundem as relações estabelecidas por demanda (Antunes e Filgueiras, 2020, p. 31). A partir de tais identidades, o que se vende por parte das grandes corporações tecnológicas e dos que enxergam como benéficas as relações de trabalho a partir das plataformas e aplicativos, é que o trabalho por meio de tais instrumentos permitem uma aproximação no que diz respeito à oferta de serviços especializados uma vez que as questões geográficas são reduzidas ofertando serviços para diferentes localidades independente da distância através da internet; há também a possibilidade de busca por oportunidades de renda para trabalhadores independentemente da localização, o trabalho por aplicativos e plataformas são modos "descontraídos" e fáceis de fazer uma renda extra; podendo determinar sua própria jornada de trabalho, trabalhando onde e como quiser (idem.).

Em contradição com os discursos que vendem e defendem a utilização das plataformas e aplicativos digitais nas relações de trabalho, o que se observa é a tecnologia sendo altamente aliada ao processo de intensificação da exploração da força de trabalho e degradação dos direitos protetivos, além de atuar como ferramenta de controle do trabalho.

Os influenciadores digitais como parte dos novos proletariados da era digital

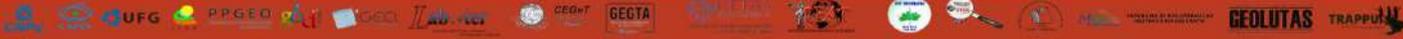
É importante destacar que o termo influenciador digital só pode ser concebido a partir do surgimento das plataformas e aplicativos digitais, dentre eles as chamadas redes sociais, tais como: Instagram, Tik Tok, YouTube, etc. Assim, tomamos como definição de influenciador digital um trabalhador



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



especializado na gestão de sua própria imagem, que por muitas vezes é atuante em variadas plataformas digitais e que exerce influência sobre uma determinada comunidade "público-alvo específico delimitado por nichos temáticos" (Borges, 2022, p. 61).

A influência digital se consolida como uma nova forma de atuação profissional, no âmbito das redes sociais digitais, a partir do processo de monetização de tais redes. Tal processo de monetização pode se dar de variadas formas, dentro e fora da internet, desde os programas de parceiros das próprias redes e plataformas, a venda de conteúdos em formas de produtos (como e-books, cuja temática varia de acordo com o nicho/segmento do influenciador), a venda do espaço e até da própria imagem nas redes - vinculando-se às parcerias com empresas e marcas através das chamadas "pub" (publicidade) que corriqueiramente consistem na divulgação de produtos e/ou serviços de determinadas marcas/ empresas com a qual o influenciador tem contrato.

O trabalho de influenciador digital, enquanto expressão das transformações no mundo do trabalho, aparece dentro do molde precarizado do trabalho a partir de aplicativos e plataformas digitais, uma vez que é por meio dessas que os influenciadores/criadores de conteúdo criam suas comunidades e, para além disso, constroem a sua imagem que constantemente estará vinculada ao seu trabalho. É através de suas publicações/conteúdos criados nas redes que o influenciador capta as interações de seus seguidores/comunidade e são justamente essas interações – curtidas, comentários, visualizações, entre outras, que tornam possível a prospecção de uma marca para assim firmar um contrato de publicidade.

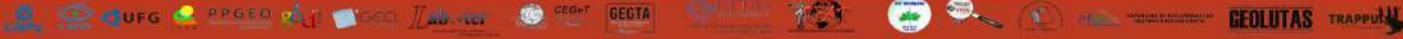
A partir daí nos deparamos com uma das formas de controle da força de trabalho permeadas pelas plataformas e aplicativos digitais, pois a criação/publicação de conteúdo nas redes geram o engajamento/alcance que é o que de fato buscam as marcas, mas para fazer com que o algoritmo de determinada rede social continue aplicando o alcance de seu perfil o influenciador digital deve manter uma certa constância nas publicações, ou seja, não pode se ausentar por muito tempo de seu perfil.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Essa constância evidencia a contradição em relação ao discurso sobre as TIC nas relações de trabalho da qual já citamos, no que diz respeito a autonomia desse trabalhador, pois se para que a plataforma continue impulsionando o perfil de um determinado influenciador, através do algoritmo, o mesmo deve ter constância na criação e publicação de conteúdos na rede, logo ele não é "chefe de si" e muito menos é realmente capaz de determinar quando vai ou não trabalhar.

Não é "chefe de si", pois na atuação do sujeito influenciador digital, podemos identificar três elementos que fazem o papel de chefe. O primeiro é o algoritmo, uma vez que, no âmbito das redes digitais, faz o papel de chefe, ainda que de uma forma menos perceptível, já que é ele quem vai determinar o tempo de trabalho desses Influenciadores, estabelecer punições caso a constância não seja atendida, como por exemplo: a diminuição da indicação do perfil na rede digital, estabelecer os critérios de monetização dentro da plataforma, determinar que tipos de conteúdo pode ou não ser vinculado a mesma, dentre outras formas de gestão e controle da atuação.

O segundo elemento que ao nosso ver se evoca na condição de chefe – no sentido de figura a quem o sujeito influenciador digital tem que responder em sua atuação – é a própria comunidade para quem o influenciador cria seus conteúdos. A comunidade, na forma de seguidores, não está presente de forma passiva na atuação dos influenciadores digitais, ela se ativa através das interações sendo capaz de determinar ao influenciador que tipo de conteúdo quer ver nas redes, e o influenciador, por sua vez, tem que se adequar a essa determinação.

Já o terceiro, aparece de forma mais clara e tradicional no papel de chefe, ainda que de forma temporária e ainda que também tentando se mascarar sob a forma de “colaboração” e/ou “parcerias”, trata-se das marcas que buscam os influenciadores e mantêm relações através dos contratos de publicidade.

As prerrogativas de "trabalhe onde e quando quiser", "determine sua própria jornada de trabalho" também caem por terra quando analisamos mais profundamente o trabalho do influenciador digital. Para que esse sujeito possa realizar seu trabalho ele precisará minimamente de uma certa estrutura que aqui destacamos o aparelho celular e/ou computador necessários para a manutenção



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de suas contas nas redes e plataformas, logo, ainda que o "onde" esteja vinculado a mobilidade permitida pelas TIC, o mesmo não ocorre ao "quando quiser", pois o trabalhador pode sim decidir se vai ou não trabalhar, porém isso implica diretamente na sua remuneração.

O que se observa, apesar do discurso de "trabalhe quando quiser", é uma intensificação da jornada de trabalho do influenciador digital, sendo ela praticamente intermitente, uma vez que mesmo quando não está trabalhando em função de um contrato de parceria em uma campanha publicitária, por exemplo, ele está trabalhando para manter sua constância nas redes e garantir seu engajamento. É aqui que o "onde quiser" se materializa como precário, pois ele revela uma certa fluidez do tempo e do espaço de trabalho, essa fluidez implica diretamente na redução entre o tempo dentro do trabalho e o tempo fora, onde esse trabalhador exerce um trabalho praticamente sem pausas, ele trabalha seja na empresa, na qual esse sujeito vai para fazer uma campanha publicitária, ou em casa, constantemente mostrando seu dia-a-dia como forma de conteúdo.

Outra forma de controle da força de trabalho que podemos destacar em relação ao influenciador digital, no âmbito das plataformas digitais, é a determinação de quem poderá monetizar suas atividades. Apesar da possibilidade de monetizar as atividades dentro das redes sociais, como já mencionado, algumas dessas plataformas requerem que uma série de requisitos sejam cumpridos para que assim o indivíduo possa monetizar seu perfil.

Podemos tomar como exemplo os programas de parcerias da plataforma Tik Tok, como o *Creator Marketplace* - programa de publicação de parcerias com marcas, onde o usuário pode ganhar dinheiro através das interações em um vídeo publicitário do seu perfil na plataforma; *Trabalhe com artista* - programa onde o usuário pode utilizar músicas pagas em seus conteúdos dentro da plataforma e ganhar dinheiro mediante as interações com os vídeos utilizando essas músicas; e o *Criativo Tik Tok beta* - é um programa de monetização voltado para os usuários que criam conteúdos com 1 minutos ou mais de duração dentro da plataforma.

Todos os três exigem idade mínima de 18 anos. No caso do *Creator Marketplace* além da idade mínima exige-se ainda que o usuário tenha ao menos



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



10.000 seguidores reais, tenha publicado no mínimo 3 vídeos nos últimos 30 dias e tenha no mínimo 1.000 visualizações em vídeos nos últimos 30 dias. O *Trabalhe com artista* exige no mínimo 50.000 seguidores e que o usuário passe por uma verificação de antitrapaça da plataforma. O *Criativo Tik Tok beta*, por sua vez, exige 10.000 seguidores e no mínimo 100.000 exibições em vídeos nos últimos 30 dias. Tais requisitos demonstram que, ainda que essas plataformas e aplicativos sejam apresentadas como formas facilitadas de fazer renda, elas ainda determinam quem pode ou não as utilizar como fonte de renda.

No tocante a instabilidade que esses trabalhadores podem enfrentar, podemos destacar a não garantia de seus direitos, característica comum no mundo do trabalho a partir do modo de acumulação flexível e das tendências de precarização, uma vez que independente do tempo dedicado às plataformas esse trabalhador não possui garantia de continuidade já que também se insere na contratação por demanda/serviço. O discurso da autonomia empreendedora corrobora para difundir a alienação do influenciador digital em relação ao seu trabalho, sua imagem e até mesmo sua vida que são reificadas e viram puramente mercadoria para o capital.

Outro ponto importante para destaque é que o trabalho permeado pelas TIC envolve ainda a transferência de responsabilidades que antes deveriam ser do empregador e agora passam a ser do empregado, como por exemplo: no caso dos influenciadores digitais, todos e quaisquer custos com aparelho celular (indispensável para sua atuação) é de responsabilidade dos mesmos, gastos com internet, dentre outros.

Considerações finais

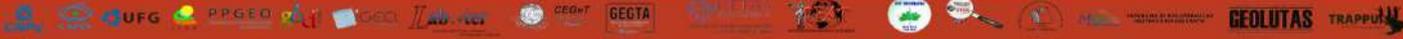
Buscou-se aqui evidenciar a forma de ser do influenciador digital enquanto parte de uma classe trabalhadora ampliada que surge para atender a novas formas e modalidades laborativas que estão imersas nos moldes de uma sociedade do trabalho flexibilizado e precário, permeado pelas formas de intensificação da exploração por aparatos tecnológicos, tais como as TIC e as redes sociais digitais oriundas delas, que emergem das ofensivas do capital em resposta a sua crise estrutural.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Nesse contexto, destacam-se os influenciadores digitais como parte dos novos proletariados da era digital, uma vez que, a tecnologia se faz presente em toda a atuação desse profissional, desde a formação do seu público-alvo em forma de comunidade - que se materializa em números de seguidores e interações nas redes digitais, até a confirmação de uma contratação com alguma empresa/marca, atuando não somente como campo de trabalho, mas também como ferramenta de controle e intensificação do mesmo, uma vez que elas contabilizam seguidores e as interações nos conteúdos postados.

São os algoritmos das redes sociais que determinam o alcance que a conta de um influenciador pode ter, por meio de indicações baseadas nos conteúdos que as pessoas costumam acessar nas redes, dependendo do aplicativo ou plataforma é ele quem vai determinar o tipo de conteúdo que pode ou não ser publicado. Algumas plataformas e aplicativos determinam ainda quem pode ou não monetizar seus conteúdos, isso ocorre através dos requisitos exigidos em um programa de parceria e ou semelhante, como por exemplo: número x de seguidores, publicações, dentre outros.

Apesar do discurso da autonomia, (o trabalhador chefe de si) percebemos que esses sujeitos em sua atuação respondem ao algoritmo das plataformas que utilizam, as marcas que os contratam para fazer uma publicidade e a sua própria comunidade que é o alvo para quem os conteúdos criados são direcionados, sendo, esta última, também capaz de determinar diretamente a atuação desses sujeitos a partir da escolha dos conteúdos que querem consumir.

Todas essas questões implicam na forma de trabalhar dos influenciadores digitais estando sujeito a instabilidade acrescida ao mundo do trabalho no processo de reestruturação produtiva do capital e assim, sua precarização.

Referências

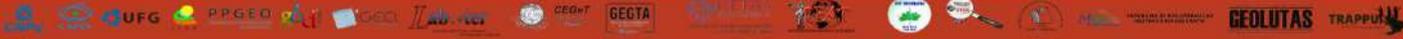
ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As Mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade. Centro de Estudos de Educação e Sociedade - Cedes**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/8068d2ac-1ce1-4943-9cbf-8ee9e872659f>>. Acesso em: 21 de setembro de 2023



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo, Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? *In.* ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Theomai**, núm. 19, 2009, p. 47-57. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=O+trabalho,+sua+nova+morfologia+e+a+era+da+precariza%C3%A7%C3%A3o+estrutural&author=Antunes+Ricardo&publication_year=2009&journal=Theomai&volume=19&pages=12#d=gs_qabs&t=1677207396726&u=%23p%3DztKNjwEDHYsJ>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXVII, 2014, pág. 11-25.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 28 n. 81, 2014 p. 39-53. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/83893>>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. *In.* ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BORGES, Caio Afonso. **O dano existencial no trabalho sem pausas dos influenciadores digitais.** São Paulo: Editora Dialética, 2022. E-book (211 p.). ISBN 978-65-252-3488-5. Disponível Edição do Kindle, Amazon.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



AMAZÔNIA EM TRANSFORMAÇÃO: ESTRATÉGIAS DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO

Hugo de Oliveira Monteiro¹

Karina Furini da Ponte²

RESUMO

Este artigo examina a história complexa da Amazônia, destacando influências locais e globais desde a colonização até as atuais políticas de desenvolvimento. Com foco no Estado do Acre, analisa como o capital moldou a região, ressaltando padrões de organização espacial identificados por Gonçalves (2001). Destaca-se o impacto dos ciclos da borracha, gerando prosperidade e crise com a borracha sintética. As Reservas Extrativistas no Acre visavam proteger comunidades locais, enfrentando dificuldades burocráticas e logísticas. O estudo destaca a influência contínua do capital na Amazônia e a intensificação de atividades prejudiciais, como a agropecuária, levantando questões sobre o desenvolvimento buscado e seus beneficiários.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Capital Internacional; Produção do Espaço; Reserva Extrativista.

Introdução

A história do espaço amazônico é marcada por uma série de transformações profundas, moldadas por fatores conjunturais que envolveram diversos atores e políticas, com interesses que variaram desde o âmbito local até o internacional. Desde o século XVII, essa vasta região testemunhou uma sucessão de ciclos econômicos que resultaram em significativas remodelações socioespaciais. Desde a chegada dos europeus, notadamente os portugueses, até as políticas implementadas pelo Marquês de Pombal, a era áurea da borracha e as transformações da década de 1950 em diante, a Amazônia emergiu como uma região de múltiplas facetas. Ela não é apenas um tesouro de biodiversidade, como frequentemente retratada pela mídia, mas também um

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC. E-mail: hugo.monteiro@ufac.br;

² Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – PPGEO/Ufac. E-mail: karina.ponte@ufac.br;



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



palco de complexas dinâmicas políticas, sociais e econômicas que refletem interesses diversos.

Nas últimas décadas, a Amazônia tem sido alvo de crescentes investimentos de capital, que abrangem desde a construção de rodovias até a implantação de usinas hidrelétricas e outras políticas econômicas. Esses empreendimentos têm gerado impactos negativos abrangentes, afetando não apenas a riqueza biológica, mas também a diversidade cultural e social da região. Isso culminou em vários tipos de conflitos, cada vez mais voraz, entre os modos de vida tradicionais e as pressões do sistema capitalista.

Diante desse cenário, este artigo se propõe a analisar a produção do espaço amazônico a partir das estratégias de inserção do capital e seus modelos de desenvolvimento exógenos e predatórios, dando ênfase ao Estado do Acre. Para embasar essa discussão, utilizaremos uma abordagem teórica-bibliográfica a partir das pesquisas realizadas por estudiosos como Gonçalves (2001), Ponte (2014), Camely (2018), Tavares (2011), Becker (1998) e outros autores que investigaram os eventos passados e em curso na região, bem como o papel desempenhado pelos governos do Brasil e do Acre na promoção dessas políticas de desenvolvimento.

As mudanças territoriais que testemunhamos hoje na Amazônia são decorrência das transformações ocorridas nas esferas da sociedade e da economia ao longo das últimas décadas. Para compreender essas mudanças, é essencial analisar a interação entre os processos locais e a dinâmica dos mercados globais, conforme argumentado por Becker (1998). A organização regional amazônica desempenha um papel fundamental na construção do espaço social e nas atividades locais, refletindo as visões e ações dos diversos agentes que atuam coletiva ou individualmente nesse contexto.

A produção do espaço amazônico: o padrão *Rio-Várzea-Floresta* e a economia da Borracha

Gonçalves (2001) estrutura dois padrões de organização que se estabeleceram na região: o padrão ***Rio-Várzea-Floresta*** e o padrão ***Estrada-Terra Firme-Subsolo***, esses dois padrões, que serão tratados mais adiante,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



conseguem explicar satisfatoriamente como se deu o início da organização espacial amazônica:

Até a década de 1960 foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocam para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar o espaço amazônico ao resto do país, protagonizado pelos gestores territoriais civis e militares. O regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica. (GONÇALVES, 2005. p. 79).

O padrão **Rio-Várzea-Floresta**, se inicia no final do século XVIII, aproximadamente entre 1750 e 1850, com a colonização/invasão da região e se estende até a década de 1960 e é marcado por incessantes missões religiosas – que buscavam catequisar os povos indígenas que viviam na região, provocando um verdadeiro genocídio com os que se recusavam a “aceitar” o deus que lhes era apresentado e demonizando as práticas culturais; e militares, que tentaram garantir a segurança contra invasões de outras expedições colonizadoras através das fortificações nas principais cidades da época.

A ascensão da borracha e a exploração da atividade extrativista (em busca de especiarias para o mercado europeu) fez com que a organização social utilizasse os rios como meio de transporte e exploração, as áreas de várzea como espaço para estabelecer as fortificações e ocupações e a floresta para a exploração. A região amazônica era vista, e é até hoje, como potencial futuro de exploração e, para isso, os colonizadores portugueses deveriam firmar soberania.

A figura 1, a seguir, consegue ilustrar como se deram as ocupações das missões e a presença dos militares com as fortificações – que além de servirem como base para dominação, também eram responsáveis pela captura de indígenas a fim de entregá-los aos religiosos, que por sua vez tinham autorização para “conquistar almas” e garantir a soberania aos portugueses que dominavam a região, e impedir que eles fizessem alianças com outros colonizadores. É importante analisar como a organização das ocupações se deu inicialmente seguindo o curso dos rios:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Fonte: Jobson Aruda, *Atlas histórico básico*, p. 37.

FIGURA 1: Ocupação Amazônica no padrão rio-várzea-floresta *apud* TAVARES (2011, p. 109).

Antes de dar segmento, é importante destacar que o padrão rio-várzea-floresta pode ser analisado como dividido em momentos distintos: o primeiro dando destaque para as missões religiosas e a intencionalidade da segurança, principalmente dos colonizadores portugueses e das populações que eram catequizadas, e posse do território; o segundo com a introdução do trabalho escravo. Neste ponto vale destacar um personagem emblemático para a região amazônica, o primeiro-ministro Marquês de Pombal. De acordo com Tavares (2011), ele foi o responsável por diversas mudanças na região e aqui destaco algumas delas: a articulação do Tratado de Madrid³; introdução do trabalho escravo como forma de reforçar a agricultura de produtos como café, tabaco, cana e algodão; expulsão das campanhas religiosas (já que não precisavam mais que os indígenas fossem “conquistados” e posto a dificuldade que tinha já que muitos fugiam para áreas isoladas).

Por fim, o terceiro momento que está relacionado à exploração da borracha. A borracha *in natura* começou a ser extraída para exportação em

³ Este tratado foi celebrado entre os reis de Portugal e Espanha para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, para pôr fim assim às disputas na região.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



meados de 1827 como matéria-prima e, por volta de 1839/1840, o inventor estadunidense Charles Goodyear criou o processo de vulcanização, que posteriormente possibilitou a produção de pneus. Esse processo impulsionou as exportações de borracha natural produzida a partir de plantações de borracha na região amazônica. Com isso, a imigração a partir de então tornou-se bem mais notável e, dessa forma, a população de algumas cidades, como Manaus, começou a crescer rapidamente.

É de fundamental importância salientar que a borracha já era utilizada na região amazônica por ribeirinhos e povos da floresta, ela já era extraída desde a época em que a busca por “drogas do sertão” estava no enfoque, contudo sempre como algo secundário e de forma mais artesanal. Gonçalves (2001) acrescenta:

A Amazônia, pelo idos de 1830, já exportava sapatos e tecidos emborrachados principalmente para os Estados Unidos. Com a descoberta do processo de vulcanização, em 1839 a goma elástica deixa de ser um produto marginal e se inscreve no cerne de novos procedimentos técnicos da revolução industrial como: correia de transmissão, amortecedor de impactos das engrenagens industriais, encapamento de fios etc. [...] O impacto na Amazônia será enorme e **é importante registrar que o surto da expansão da extração do látex deu-se antes da produção generalizada de pneumáticos**, o que revela que ele se deu em função da importância da borracha como matéria-prima de componentes para as máquinas industriais e na fabricação de fios para redes elétricas e de comunicação (telégrafo, telefone, energia) (GONÇALVES, 2001; p. 83, grifo nosso).

O primeiro ciclo da borracha, que já estava em curso, não foi bem recebido pelos governantes da região, como foi o caso da Província do Pará, pois segundo Gonçalves (2011. p. 84) ameaçava deslocar as bases do poder das oligarquias tradicionais da Amazônia (latifundiários, pecuaristas, de cana-de-açúcar, cacau, café e algodão) para a exploração do látex.

Em 1910, começou a corrida com a *Hevea brasiliensis*, plantada na Ásia, com sementes que foram contrabandeadas décadas antes e produzindo bem mais barato que a produção brasileira. Este fato ocasionou uma queda repentina no preço do látex, impossibilitando o uso comercial da borracha na região. Com isso, a produção brasileira de borracha entrou em crise, paralisando a economia da região manufatureira. Ponte (2014) acrescenta:

Portanto, o primeiro auge da borracha na Amazônia, ocorrido no final do século XIX e início do século XX, representou um modelo econômico, político e social que não privilegiou o desenvolvimento da região e de sua população. Primeiro, porque os recursos econômicos



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



vindos da extração do látex acabaram não sendo utilizados para o desenvolvimento da região, pois foram drenados para o Centro-Sul do país; segundo, que era um produto destinado exclusivamente para a exportação, com vista a suprir a demanda industrial internacional; e, terceiro, a organização do espaço amazônico era comandada por poucas firmas estrangeiras, sendo assim, quando houve a queda da produção, o capital estrangeiro também migrou (PONTE, 2014, p. 52).

A crise econômica ocasionada pelo fim do ciclo da borracha deixou marcas profundas em toda a Amazônia: queda da arrecadação estadual, alto desemprego, e êxodo urbano e rural, casas e moradias luxuosas completamente abandonadas e, sobretudo, a total falta de expectativa de futuro para quem queria ficar na região.

Os trabalhadores dos seringais, grande parte nordestinos que migraram para trabalhar na produção gumífera, agora desprovidos da renda da extração, migraram para as periferias de Manaus em busca de melhores condições de vida. O mesmo aconteceu em cidades acreanas, muitos trabalhadores que viviam em seringais ao sul do estado do Amazonas migram para cidades do estado do Acre, como Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

Após o declínio do Primeiro Ciclo da Borracha (1870-1913) devido à produção de borracha no Oriente, especialmente na Malásia, tanto os seringalistas da Amazônia quanto a população brasileira tinham sérias dúvidas sobre uma nova demanda significativa pela borracha nacional. No entanto, a borracha da amazônica experimentou uma demanda em larga escala mais uma vez, desta vez para atender às necessidades dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Esse novo momento de ascensão da borracha amazônica, ocorre após a invasão do Japão às colônias produtoras de látex na Malásia, deixando os países Aliados sem a borracha que servia para fabricar diversos utensílios utilizados no front da guerra. Deste modo, o governo dos Estados Unidos procurou o governo brasileiro para assegurar as demandas por borracha.

Com isso, a articulação brasileira foi tão grande que o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA) para a Amazônia teve que ser criado em 1943 para recrutamento de milhares de trabalhadores, a maioria nordestinos, para trabalharem nos seringais de extração do látex. Esse momento



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ficou conhecido como a “Batalha da Borracha” com a participação de mais de 100.000 “soldados” da borracha, que atuaram diretamente neste período.

A SEMTA lançou diversas campanhas visando atrair nordestinos para a região, prometendo apoio às famílias dos trabalhadores e usando a seca como motivação para deixar o Nordeste. No entanto, para muitos trabalhadores, essa migração representava uma via sem retorno. Após exaurirem suas forças na extração de látex, muitos seringueiros foram abandonados na Amazônia, enfrentando ameaças como malária, febre amarela, hepatite e ataques de animais, como onças, cobras e escorpiões. Além disso, o governo brasileiro falhou em cumprir a promessa de reconhecer esses “soldados da borracha” como heróis de guerra e proporcionar-lhes a mesma pensão dos militares, ao final do conflito.

Além da SEMTA, o governo criou na época com o objetivo de apoiar a batalha da borracha a Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia (SAVA) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Também foi criada uma instituição chamada Banco de Crédito da Borracha, atualmente chamado de Banco da Amazônia.

O segundo ciclo da borracha terminou logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e com o domínio da borracha sintética no mercado externo, que desvalorizou o látex novamente na região. Com o fim desse ciclo, nos anos seguintes o governo brasileiro, visando a entrada do capital internacional na região amazônica traçou novos planos de integração da região.

Na sequência, trataremos do segundo momento da produção do espaço amazônico, marcado pelas políticas de integração nacional. Abordaremos, então, o padrão proposto por Gonçalves (2001): o *Estrada-Terra Firme-Subsolo*.

A Amazônia no contexto da integração nacional: um novo padrão de organização do espaço

O segundo padrão de organização, proposta metodológica por Gonçalves (2001), é denominado ***Estrada-Terra firme-Subsolo*** e tem como um dos principais marcos iniciais a implantação da rodovia Belém-Brasília na década de 1950, que representa uma nova direção de ocupação da região, agora



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



não ao longo dos rios, mas das rodovias, com atividades voltadas para a exploração econômica da terra firme (pecuária, madeira e agricultura) e do subsolo (atividades minerais).

Nesse sentido, Tavares (2011) acrescenta que:

Com a construção da Belém-Brasília, inicia-se uma maior mobilidade populacional para a Amazônia em busca de terras devolutas, sendo a mesma responsável pelo surgimento de dezenas de vilas, povoados e cidades, o que agravou a problemática da luta pela terra (TAVARES, 2011, p. 116).

A construção de hidrelétricas, a pecuária, a implantação de projetos de mineração e a extração de madeira também ficam evidentes neste segundo padrão de organização do espaço amazônico. Durante o primeiro ciclo da borracha (padrão *Rio-Várzea-Floresta*) em que os migrantes se concentravam ao longo dos rios, agora, atraídos por slogans do próprio governo brasileiro, eles estão concentrados nas margens das estradas nos projetos de colonização oficial.

Este padrão compreende o período dos anos de 1960 até os dias atuais, e é marcado pelas tentativas e incentivos do Estado em integrar o território amazônico para atrair a atenção do capital internacional. Os impactos deste novo padrão de ocupação do território sobre a dinâmica socioambiental da região foram, e são até hoje, gigantes. Vários exemplos poderiam ser citados a este respeito, como por exemplo a construção da rodovia BR-230 – a Rodovia Transamazônica – que “corta” o Brasil no sentido Leste-Oeste, e foi criada durante a ditadura militar sob comando do então presidente Emílio Garrastazu Médici, entre os anos de 1969 e 1974.

Durante esse período, é importante destacar que uma série de condições foram importantes para esse novo momento de ocupação da região, sendo a principal delas a atração de capitais nacionais e internacionais e o investimento em infraestrutura (energia, comunicação e a logística de transportes).

Como já mencionado, na década de 1950, os projetos de integração nacional ganham destaque após o segundo ciclo da borracha e, principalmente, no decorrer do governo militar, onde são implementados planos de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a Lei nº 1806 de 6 de janeiro de 1953 que estipula o primeiro plano de desenvolvimento, criou-se a SPVEA



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



(Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia - 1953) que posteriormente se tornaria a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Posteriormente, Tavares (2011) ressalta que:

No período de 1967 – 1971 é estabelecido o Primeiro Plano Quinquenal de desenvolvimento que define os rumos da estratégia do governo baseado no *binômio* “segurança e colonização”, que coloca a necessidade de preencher o “*vazio demográfico*” para desenvolver e evitar a possibilidade da entrada de um movimento guerrilheiro na região (TAVARES, 2011, p. 116).

Esse “vazio demográfico”, para o governo militar, precisava ser preenchido, desse modo, entre 1972 e 1974 é instituído o I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Na época o governo Médici buscava desestruturar o movimento de luta pela reforma agrária na região Nordeste e pretendia, através de uma “colonização formal”, preencher esse “vazio” da região amazônica (Tavares, 2011, p. 116).

O I PND, elaborado durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), obteve êxito no que diz respeito ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à expansão da produção industrial durante seu período de implementação, entre 1972 e 1974. No entanto, a crise internacional do petróleo nos anos 1973-1974 reduziu a viabilidade da implementação das diretrizes propostas no I PND e causou a crise do “Milagre Econômico”.

Neste período também foi criado o PIN – Plano de Integração Nacional, em que o lema era “Integrar para não Entregar” e é neste cenário que a, já mencionada, rodovia transamazônica é implementada. Com a abertura da rodovia, segundo Tavares (2011, p. 116), vão sendo implementados os projetos de colonização ao longo da estrada onde o Estado apoia a criação das agrovilas às margens das rodovias. No Acre, mesmo que fora do eixo desenhado para a Transamazônica, destacam-se as vilas do Incra e vila do V, que futuramente se tornariam projetos de assentamento do governo estadual.

No período seguinte, de 1974 a 1979, o Estado cria o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento e o II PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia, com ênfase nos polos de desenvolvimento (agrícola e mineral). O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) estava alinhado com o seu antecessor (o I PND) e ambos os planos foram criados através de leis federais.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Em 4 de dezembro de 1974, a Lei 6.151 foi promulgada, estabelecendo as diretrizes do II PND, que vigorou de 1974 a 1979.

O Acre no contexto da produção do espaço amazônico

Devido a decadência da borracha na segunda metade do século XX, os seringueiros a cada dia se endividavam, e os patrões impunham preços maiores às mercadorias, desta forma, acabavam fugindo e abandonando os seringais, indo para a cidade ou para os países vizinhos, Bolívia e Peru, em busca de uma vida melhor, atraídos por promessas de emprego, contudo, só encontravam dificuldades e ficavam a margem da sociedade, ou em alguns casos, vendiam suas propriedades por um preço inferior ao cobrado objetivando sanar os débitos.

Entretanto, não foram todos os seringueiros que saíram dos seringais, poucos resistiram, vejamos o que diz Ponte (2014) a esse respeito:

Por outro lado, os seringueiros que continuavam nos seringais se dividiam entre o estabelecimento de uma agricultura de subsistência e o extrativismo que ainda se mantinha como a principal atividade econômica ao longo das décadas de 1950-60. Apesar do declínio externo da atividade, a borracha amazônica passa a ser direcionada para abastecer as demandas da indústria brasileira, já que o contexto nacional estava envolvido pela política de substituição de importações via processo de industrialização interna. (PONTE, 2014, p. 98).

A desativação dos seringais e a implantação da pecuária extensiva de corte no final da década de 1960 no Acre, ocasionaram profundas mudanças no modo de vida da população local, todavia, a maioria permaneceu nos seringais, muitos deles tornando-se seringueiros independentes em relação aos seringalistas ou arrendatários. Observa-se também que a luta pela permanência do sujeito na floresta, ou seja, pela posse do meio de sobrevivência, promove uma vinculação da terra em um movimento mais geral e ecológico.

A viabilidade econômica, ambiental e social do extrativismo como modelo de produção familiar, que combina a coleta, beneficiamento e distribuição de produtos da biodiversidade nativa com a agricultura e a pecuária está relacionada à diversificação da produção. Representa um modelo efetivo de assentamento rural que concilia a preservação do meio ambiente com a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades (CARRAZZA, 2010).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Os já mencionados padrões de organização do espaço amazônico tiveram no estado do Acre um grande efeito, especialmente o padrão *estrada-terra firme-subsolo*, na segunda metade do século XX. O surgimento das estradas propiciou o acesso a diversos lugares da região antes inexplorados, que ao serem desvendados passaram a dar visibilidade às riquezas presentes na região, fato que fez com que novos agentes produtivos, e novas práticas econômicas adentrassem no território amazônico.

Desse ponto de vista, podemos observar que a nova forma de organização espacial ao longo das rodovias trouxe uma mudança política para a Amazônia e conseqüentemente para o Acre. Novos agentes socioeconômicos vieram atuar na região, causando a marginalização da antiga elite tradicional representada pelos seringalistas e os chamados barões da borracha. Esse novo padrão trouxe a pecuária como atividade predominante para o território acreano, causando a reivindicação dos seringueiros pelos seus direitos, já que o seu modo de vida foi totalmente prejudicado devido a posse da terra e o desmatamento ocasionados pela atividade pecuarista.

Na década de 1970, os pecuaristas principalmente paulistas, ao saber do preço baixo das terras acreanas, e atraídos pela promessa de riqueza fácil, mudam-se para o Acre, com o intuito de criar e movimentar os negócios agropecuários nas áreas rurais onde antes eram os seringais, porém o que ocorreu foi apenas a transferência de problema, uma vez que:

A mudança significativa da economia da região trouxe também uma interminável disputa pela posse da terra, envolvendo aqueles que já habitavam o espaço – índios e seringueiros – os assentados e os grandes latifundiários. Durante esta fase da ocupação, a degradação do meio ambiente foi ainda maior, uma vez que os fazendeiros só se preocupavam com o aumento dos pastos, afastando a possibilidade de reavivamento da atividade extrativista. (ZEE, 2000, p. 27).

Ainda nos anos de 1970, especificamente entre 1971 e 1975, o então governador do Acre Francisco Wanderley Dantas, visando à expansão da pecuária, realizou algumas experiências pioneiras, e obteve resultados satisfatórios, pois as terras acreanas eram propícias ao cultivo da formação de pastagens, indispensável à criação de gado. Assim, o governo do Acre, como forma de estimular a vinda para o Estado de pessoas que quisessem desenvolver projetos relacionados à criação de gado, ofereceu: incentivos fiscais, facilitou o acesso ao crédito através de financiamentos a juros baixos, e



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



concedeu longos prazos de carência. Estratégias eficazes que atraíram para o Acre muitas pessoas do centro-sul do país.

Assim, com a chegada de pecuaristas vindos de outros estados do Brasil, atraídos pelos incentivos fiscais e acesso ao crédito, o desmatamento e a transformação do ambiente foram agravados, já que os fazendeiros estavam focados na expansão de pastagens, ameaçando a atividade extrativista.

Os seringueiros que viam suas terras serem devastadas começaram a se organizar para que os fazendeiros não viessem a derrubar a floresta de onde eles tiravam seu sustento através da coleta de castanhas, látex (mesmo que agora vendido mais barato), entre outros. A respeito da resistência oposta por meio pacífico, porém temerosa, não há como deixar de mencionar uma das estratégias de luta mais eficazes, e que chamaram a atenção de todos durante as lutas dos seringueiros, em que arriscavam as suas vidas e de suas famílias, diante das armas de homens violentos, contratados pelos capatazes das fazendas para reagir ante qualquer tentativa dos extrativistas de impedimento das derrubadas do desmatamento (Ponte, 2014, p. 108).

A atitude corajosa por parte dos seringueiros e de suas famílias ficou conhecida como *empates*, que consistiam na mobilização de extrativistas armados com suas armas de caça, como a espingarda, e ferramentas de trabalho como a foice e facão – a fim de impedir, ou empatar, que eles avançassem com as derrubadas. Para isso, eles se posicionam entre árvores, tratores e motosserras para evitar o desmatamento e assegurar o território, as mulheres e crianças da luta costumavam ficar na linha de frente para deter os jagunços e policiais armados.

É nesse contexto de luta e resistência que as Reservas Extrativistas (RESEX) surgiram como uma resposta à degradação ambiental e à ameaça de perda de terras. A criação dessas reservas representou um marco na proteção do modo de vida dos seringueiros e na conservação da biodiversidade amazônica. Vamos agora explorar como as Reservas Extrativistas se tornaram uma ferramenta fundamental para conciliar os interesses da preservação ambiental com a garantia dos direitos das comunidades locais.

A criação das Reservas Extrativistas como forma de garantir o modo de vida seringueiro



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A criação das Reservas Extrativistas no Brasil é um marco importante na história da conservação ambiental e na promoção do desenvolvimento sustentável (De Almeida, Allegretti; e Postigo, 2018, p. 27). Essas reservas representam uma abordagem inovadora para a proteção da biodiversidade, a manutenção das culturas tradicionais e a promoção da justiça social nas áreas de floresta tropical, especialmente na região amazônica.

As Reservas Extrativistas surgiram a partir de um movimento social que tomou forma na década de 1980. Esse movimento foi uma resposta às crescentes pressões sobre os recursos naturais da região, incluindo a expansão do desmatamento, a grilagem de terras e a violência associada a essas atividades. Seringueiros, castanheiros e outras comunidades tradicionais que dependiam dos recursos da floresta para sua subsistência se uniram para proteger suas terras e modos de vida.

Chico Mendes, figura proeminente nesse movimento, desempenhou um papel crucial na criação e defesa das Reservas Extrativistas. Ele não apenas criou a Reserva Extrativista do Seringal Cachoeira (que mais tarde se tornaria a Reserva Extrativista Chico Mendes) no município de Xapuri-AC, mas também defendeu o conceito como uma abordagem que permitia a coexistência de práticas extrativistas tradicionais e a conservação da biodiversidade (Allegretti, 2008). Chico Mendes e outros líderes sindicais, como a sindicalista Dercy Teles, reconheceram a necessidade de evitar a reconcentração de terras e a degradação ambiental resultante da venda de terras por ocupantes.

Depois de muita luta e muitas vidas ceifadas, o anseio de proteger o território natural do trabalhador, a floresta, tornou-se realidade, entretanto, a destruição da floresta continua até os dias atuais. A respeito da luta pela criação das reservas e a força motora para a delimitação dessas áreas, ponderamos que,

As Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Agroextrativistas, ao lado das Terras Indígenas e das Terras de Quilombo, constituem uma parte importante do regime territorial no Brasil, por assegurarem direitos coletivos para populações que ocupam tradicionalmente biomas de importância nacional: são seringueiros e castanheiros, pescadores artesanais, coletores de babaçu, ervateiros de faxinais, coletores de berbigão, entre outras. O qualificativo de “tradicional” significa que essas comunidades têm utilizado os recursos do território com tecnologias de baixo impacto. Em vez de “atrasadas”, essas técnicas devem ser vistas como



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



eficientes para a conservação (DE ALMEIDA, ALLEGRETTI; POSTIGO, 2018, p. 29).

Em 2000, as Reservas Extrativistas passaram a fazer parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁴, que também criou as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é definida como uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência é baseada em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e a manutenção da diversidade biológica.

Já a Reserva Extrativista é definida pelo SNUC como uma área utilizada pela população local, cujo sustento é baseado no extrativismo e, adicionalmente, na agricultura de subsistência e na criação de pequenos animais, e tem como objetivos fundamentais proteger os meios de subsistência e a cultura dessas populações, e garantir o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Contudo, a criação das reservas extrativistas no Acre ganhou outro rumo, o governo do Estado, a partir de 1999 com a chegada da chamada Frente Popular, coligação partidária composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com o slogan de “Governo da Floresta”, fez da Reserva Extrativista uma espécie de reforma agrária estadual. Camely (2011) destaca sobre esse período:

A partir de 1999, com a chegada ao governo do Acre da Frente Popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, fortaleceu-se o processo de *onguização* do estado e dos movimentos sociais da região, conforme denomina Piqueras (2000, 2001). Esse processo teve forte impacto na vida dos camponeses acreanos que vivem em áreas de preservação ambiental, pois a criação da Resex Chico Mendes, apontada como novo modelo de reforma agrária para a Amazônia, **criou a ilusão de que o problema da terra no Acre estava resolvido**. Esse fato foi acompanhado da desmobilização das organizações dos trabalhadores rurais, produto de um processo de perseguição e ameaça aos camponeses de serem retirados da terra onde vivem, movido por órgãos da política ambiental como IBAMA e, posteriormente, o ICMBIO (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade). (CAMELY, 2011, p. 14, grifo nosso).

⁴ De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, foi instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Alguns anos após a criação da RESEX Chico Mendes realidade que se manifesta hoje ainda é extremamente grave, visto que a questão da terra não foi resolvida. Uma das figuras mais importantes em demonstrar que o problema continuava e a lutar por uma resolução satisfatória foi Dercy Teles.

Dercy ocupou a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri em quatro momentos distintos: o primeiro em 1981, que a tornou uma das primeiras mulheres no Brasil a ser eleita para a presidência de um sindicato rural (além de ser uma das mulheres que se destacam no Acre pelo movimento feminino em prol da floresta, das reservas e do extrativismo); o segundo de 2003 a 2008; o terceiro de 2009 a 2012; e, por fim, como vice-presidente em 2013. Em 2017, diante do controle político do sindicato, Dercy se envolveu no processo eleitoral com o objetivo de não permitir a tomada do sindicato sem luta. Sua chapa, embora tenha perdido por uma margem estreita, demonstrou sua determinação em preservar a integridade do STR de Xapuri.

Ao longo de sua gestão no STR Xapuri, Dercy estabeleceu parcerias com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e colaborou com alguns partidos políticos, incluindo o PT. No entanto, suas críticas construtivas às políticas governamentais levaram a tensões e conflitos com o PT, que a considerou uma crítica necessária, mas também uma adversária em certos momentos.

Numa entrevista realizada por Camely (2011), Dercy Teles relata sobre farsa que gira em torno da criação da RESEX:

A criação da RESEX não resolveu o problema da terra. Hoje os seringueiros estão sob a tutela dos órgãos do estado, como o IBAMA, que impõe regras que impedem a produção. Viver apenas do extrativismo não é possível. Durante estes dezoito anos não foi desenvolvida uma política que garantisse mercado para os produtos extrativistas. Hoje, viver exclusivamente do extrativismo é estar condenado a viver na miséria. A situação da maioria dos extrativistas é ter de colocar dez latas de castanha num burro e andar dois ou três dias para vender este produto. O mesmo com a borracha, e para esta a situação do mercado é muito pior [...] É por estas dificuldades extremas que alguns foram criar gado, porque para o gado não falta mercado e ele chega até o mercado com as próprias pernas ou mesmo o comprador vai até lá buscar. Isto é o principal problema dos seringueiros, não ter como viver com dignidade. O acesso à saúde e à educação é inexistente, se nem na cidade se tem acesso, imagine no campo [...] A ideia que se tinha era que a Reserva Extrativista seria gerenciada pelo seringueiro. Toda essa mudança, essa burocratização, ela se deu ao longo da pelegagem, depois que os líderes do movimento deixaram de representar os interesses dos trabalhadores. Porque este Plano de Utilização da Resex acaba sendo um tiro no pé do seringueiro. Porque do jeito que este plano do IBAMA veta todas as



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



atividades complementares, mas que na realidade são principais, porque o extrativismo está desvalorizado, e os produtos extrativistas que são citados como possibilidades, simplesmente não existem, porque não existe uma política de mercado que dê alguma garantia a estes produtos. Então os trabalhadores da Reserva estão sem alternativas de continuarem vivendo na Reserva, porque do extrativismo é impossível viver e as atividades complementares são inviabilizadas pelas normas estabelecidas pelos órgãos ambientais. (Dercy Teles Cunha *apud* CAMELY, 2011, p. 15-16).

A fala de Dercy chama atenção pelo fato de ela ter vivido muito anos a realidade da reserva e hoje vê a frente agropecuária ganhando cada dia mais força aos arredores e até mesmo dentro da reserva, tendo em vista que a falta de subsídios para com os moradores faz com que eles vejam no gado uma alternativa mais vantajosa e rápida de conseguir um retorno financeiro. A seguir abordaremos a situação atual da reserva extrativista Chico Mendes e como as frentes de resistência tem se organizado para evitar a total devastação da área protegida que abriga aproximadamente 1.800 famílias, segundo dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Desafios atuais: o fantasma que ameaça a vida seringueira na RESEX Chico Mendes

As margens da Reserva Extrativista Chico Mendes encontram-se rodeadas por extensas propriedades rurais, que se dedicam à atividade pecuária, exercendo considerável pressão sobre a região. Devido às oscilações nas receitas provenientes da economia extrativista, notadamente em relação à produção de castanha e à pouca extração de látex, muitos moradores da RESEX são atraídos por ofertas de grandes proprietários rurais locais.

Este fato os leva a desmatar a floresta para criar pastagens. Conseqüentemente, a criação de gado é realizada de forma compartilhada, em um sistema conhecido como “boi na meia”, resultando em um aumento significativo no número de rebanhos dentro da unidade de conservação. Com isso, ultrapassam-se os limites aceitáveis para esse tipo de uso.

Obadowsky e Jarrah (2023), em reportagem do site InfoAmazônia, explicam como funciona o sistema “boi na meia”:

No modo “Boi na meia”, os responsáveis pelo pasto são moradores da reserva, que arrendam a terra e ficam com a primeira cria como pagamento. As próximas crias são divididas, sendo metade para eles e a outra metade para o proprietário do gado (pecuarista). O bezerro que nasce dentro da reserva depois é vendido para o próprio



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



fazendeiro que introduziu o gado de forma ilegal na região. Este, por sua vez, revende de forma “legalizada” fora da Resex, como se esse bezerro nunca tivesse pastado dentro de uma unidade de conservação da Amazônia. (OBADOWSKY; JARRAH, 2023).

Entretanto é importante ressaltar que a criação de gado dentro da reserva não é uma atividade ilegal, como explicam Obadowsky e Jarrah (2023):

A criação de gado dentro da reserva extrativista não é uma atividade ilegal, desde que respeite o Plano de Utilização e o Plano de Manejo, principal regulamento das reservas extrativistas. Segundo o plano, publicado pela portaria nº 60 em 2008 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as atividades complementares poderão ocupar 10% da área, não ultrapassando 30 hectares. Desta área, até a metade pode ser destinada à criação de gado. No fim das contas, são até 15 hectares de cada colocação que podem ser usados para criação de gado, colocando a quantidade de animais nessas áreas como uma grande polêmica, já que a quantidade não é levada em consideração e sim a área ocupada (OBADOWSKY; JARRAH, 2023).

Para muitas famílias, que vivem dentro da reserva, o gado serve como uma espécie de poupança financeira para necessidades de saúde e afins, e assim quando se precisa do dinheiro é mais “fácil e lucrativo” vender o gado do que as latas⁵ de castanha por exemplo. Atualmente, no ano de 2023, uma lata de castanha custa em média 35 reais.

Devido ao avanço da atividade pecuária, a RESEX Chico Mendes foi considerada, pelo sexto ano consecutivo, a área protegida mais ameaçada pelo desmatamento na Amazônia. Os dados provêm de um estudo trimestral intitulado “Ameaça e Pressão de Desmatamento em Áreas Protegidas”, conduzido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, desde 2016.

A pesquisa do Imazon adota uma metodologia que se concentra na análise do número de incidentes de derrubada florestal, em contraste com a avaliação da extensão total desmatada. Esse enfoque permite identificar as áreas protegidas que apresentam maior probabilidade de sofrer devastação. Assim, como resultado, é possível identificar aquelas que requerem intervenções urgentes para conter o avanço da destruição.

Além disso, o estudo diferencia as áreas protegidas, que enfrentaram um maior número de ocorrências de desmatamento dentro de seus limites – e

⁵ Utilizam-se das latas de tinta de 18 litros como medida para a venda de castanhas.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



chama essas áreas de “áreas de pressão” –, daquelas que enfrentaram um maior número de incidentes em seu entorno – utilizam a marca de até 10km como entorno e denominam essas áreas como “áreas de ameaça”.

No interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, diversas famílias ainda dependem inteiramente das atividades extrativistas para sua subsistência. Contudo, Obadowsky e Jarrah (2023) destacam um obstáculo significativo: o número de famílias e indivíduos que dependem da reserva não é atualizado desde 2009. Essa falta de atualização se deve, em parte, à responsabilidade do ICMBio de realizar um recenseamento periódico, mas que, lamentavelmente, não tem sido cumprido. Esse cenário de não atualização tem como consequência que muitas pessoas, inclusive aquelas que nasceram na reserva, não constam nas estatísticas oficiais. Isso torna ainda mais complexa a tarefa de compreender e atender às necessidades das comunidades que dependem desse ecossistema único.

Deste modo, é possível observar que o contínuo avanço da atividade pecuária e as ameaças persistentes à Reserva Extrativista Chico Mendes refletem os desafios enfrentados na preservação da região Amazônica como um todo. Os dados alarmantes de estudos e reportagens independentes, reforçam a necessidade de ações imediatas e coordenadas para cuidar das áreas que deveriam ser protegidas. À medida que as áreas protegidas, como a RESEX Chico Mendes, continuam sob pressão, a comunidade internacional e as instituições locais deveriam preocupar-se em garantir que esses ecossistemas amazônicos perdurem para as gerações futuras. A preservação da Amazônia não é apenas uma questão regional, mas uma preocupação global que requer esforços colaborativos, investimentos em fiscalização e desenvolvimento sustentável para proteger as áreas que tantos deram a vida para defender e que até hoje assegura a subsistência daqueles que ali vivem.

Para concluir

Ao analisar a evolução da configuração e das transformações ocorridas ao longo do tempo na região amazônica, percebemos que os interesses do capital internacional moldaram a região para atender tanto aos mercados internacionais quanto ao mercado nacional. Desde o período inicial,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



caracterizado pelo padrão *Rio-Várzea-Floresta*, até os dias atuais, a presença constante de atividades, como por exemplo as que foram apresentadas no decorrer do trabalho, exploração madeireira, atividade pecuária sem fiscalização e a intensa abertura de estradas e rodovias, todas visando a exportação de produtos da região, destaca a influência dos interesses econômicos em detrimento do ambiente local.

As mudanças e (re)organizações no espaço amazônico foram influenciadas por diversos fatores e atores ao longo do processo de formação socioespacial, variando de acordo com o período histórico e resultando em realidades e contextos distintos. A vasta riqueza natural encontrada na Amazônia, desde o início do processo de colonização, foi o catalisador desse desenvolvimento na região. Em cada fase histórica, diferentes interesses foram atendidos, todos vinculados ao sistema de produção predominante e à divisão internacional do trabalho.

No estado do Acre, assim como em grande parte da região amazônica, esses processos se intensificaram com investimentos em projetos de infraestrutura e desenvolvimento territorial, onde é possível observar que o contínuo avanço da atividade pecuária e as ameaças persistentes à Reserva Extrativista Chico Mendes refletem os desafios enfrentados na preservação da região Amazônica como um todo.

Os dados alarmantes de estudos e reportagens independentes, reforçam a necessidade de ações imediatas e coordenadas para cuidar das áreas que deveriam ser protegidas.

Atualmente, a promoção da atividade agropecuária é um dos focos predominantes na região, porém, em paralelo, observa-se um aumento significativo nas atividades de garimpo ilegal em terras indígenas, mineração descontrolada, extração ilegal de madeira e pesca desenfreada. Essas atividades ganharam força durante o governo Bolsonaro (2019-2022), que, em grande parte, negligenciou as preocupações e necessidades das populações amazônicas e tradicionais. Diante disso, a contínua produção do espaço amazônico permanece em constante mudança, nos fazendo ficar com o seguinte questionamento: a quem o desenvolvimento na Amazônia interessa?



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



REFERÊNCIAS

ACRE. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase I**, (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2 ed. Rio Branco – SECTMAT, 2000.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998. p.112.

CAMELY, Nazira Correia. **Onguismo como Nova Geopolítica do Imperialismo para a Biodiversidade**: um Estudo sobre a Amazônia Brasileira. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa - PR, ano 2011, v. 2, n. 1, ed. 1, p. 4 - 23, janeiro/jun. 2011.

DE ALMEIDA, Mauro W. Barbosa; ALLEGRETTI, Mary Helena; POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 48, 2018.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Políticas e Legislação - SNUC**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>. Acesso em: outubro de 2023.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). **Ameaça e Pressão de Desmatamento em Áreas Protegidas** - SAD de outubro a dezembro de 2022. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/resex-chico-mendes-e-pelo-sexto-ano-consecutivo-a-area-protegida-mais-ameacada-pelo-desmatamento-na-amazonia/>. Acesso em: outubro de 2023.

OBADOWSKI, B.; JARRAH, A. **O sonho de Chico Mendes para a Amazônia ainda é possível**. InfoAmazonia, 16 de agosto de 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/08/16/o-sonho-de-chico-mendes-para-a-amazonia-ainda-e-possivel/>. Acesso em: outubro de 2023.

PONTE, Karina Furini da. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho**: um estudo a partir da Fábrica de Preservativos Masculinos de Xapuri (AC). 360p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2014.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A Amazônia brasileira**: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP**, São Paulo, ano 2011, n. 29, p. 107 - 121, 2011.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



EDUCAÇÃO E (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS: A PRODUÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO SOBRE OS EFEITOS TERRITORIAIS DO AGROHIDRONEGÓCIO NAS ÁREAS DE CERRADO EM GOIÁS.

Cristyne Viera Braz¹
Marcelo Rodrigues Mendonça²
Jean Silveira dos Santos³
Paulo Henrique S. Nogueira⁴

RESUMO

Levando em conta as conflitualidades (conjunto de conflitos que podem ser de natureza ambiental, fundiário, social etc.), a pesquisa permitiu observar o movimento contraditório da sociedade, materializado na incessante disputa por territórios ainda não hegemônicos pelas corporações capitalistas – mineradoras, construtoras de barragens, agronegociistas produtoras de *commodities* – ao passo que, os movimentos sociais que ensejam pela Reforma Agrária, assim como camponeses que permanecem na terra, traçam estratégias ao produzir alimentos saudáveis, isto é, *comida de verdade*⁵ para suas famílias e participando da comercialização, seja nos circuitos curtos, seja nas compras institucionalizadas.

Palavras-chave: (Re)Existências; Campesinato; Comida de Verdade; Organização Política; Território.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que conforme avança a modernização tecnológica no campo, mais áreas são revertidas à exploração dos complexos agroindustriais, químicos e financeiros. Nas regiões de Cerrados essa realidade vem se tornando cada vez mais latente desde a expansão da fronteira agrícola, iniciada na década de 1960, a partir da Revolução Verde, sendo intensificada e complexificada na era neoliberal e pela consolidação dos monopólios empresariais no espaço agrário brasileiro (MATOS; PESSÔA, 2011).

A fusão dos interesses do Estado brasileiro durante a ditadura militar (1964-1985), permitiu a ampliação das ações das corporações capitalistas, ancoradas na Revolução Verde e ocasionou a territorialização da modernização

¹ Estudante de Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Brasil, cristyne@discente.ufg.br.

² Professor de Graduação e Pós-Graduação, Instituto de Estudos Socioambientais, Brasil, marcelomendonca@ufg.br.

³ Estudante de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Brasil, jeansilveira@discente.ufg.br.

⁴ Estudante de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Brasil, paulosantos23@discente.ufg.br.

⁵ Comida de verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes (RAIS/CO, 2016, s. p.).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



da agricultura, conectada ao *pacote tecnológico*. Incentivos diversos, destacadamente o fomento ao crédito rural, facilitaram o acesso aos maquinários e implementos agrícolas, insumos, adubos, permitindo intensa mecanização e a desterritorialização do campesinato cerradoeiro. Isso, supostamente, para garantir a produção de alimentos, mas que, na realidade, se constituiu na produção de *commodities*, ampliando a concentração fundiária, além do uso intensivo da quimificação e efeitos territoriais irreversíveis.

Concomitante aos processos modernizadores, centrados nas necessidades das corporações capitalistas, surgiram e se intensificaram diversas formas de (Re)Existências, produzidas pelas ações políticas e sociais dos sujeitos do campo, que revelam um contraponto a territorialização capitalista, demonstrando uma distinta prática laboral e sociocultural pelo uso consciente da terra e da água (MENDONÇA, 2015). Portanto,

Para apreender como esses sujeitos marcam e demarcam seus territórios e temporalidades torna-se fundamental ter como referência o tempo da natureza, que é o de plantar, o de colher, o de armazenar, mas também é o de comer e o de festejar (MENDONÇA, 2010, p. 196).

Com efeito, faz-se *mister* compreender os processos de exploração do solo, da água, da vegetação, produzidos pelos atores hegemônicos e as formas de (Re)Existir de grupos diretamente e/ou indiretamente atingidos por essa racionalidade expropriatória dos recursos territoriais.

Essa confrontação torna-se o cerne desta proposta, pois a construção e o diálogo sobre a produção do material didático permitiram problematizar sobre as questões agrárias, ambientais, territoriais. Dessa forma, a problemática que orientou esse estudo é a seguinte: como representar em material didático os efeitos territoriais do agrohidronegócio nas áreas de Cerrado em Goiás, visando assegurar apoio aos professores do Ensino Fundamental II?

Sendo assim, a justificativa tem relação com a necessidade da ação sociopolítica das (Re)Existências, do debate sobre a devastação da sociobiodiversidade cerradoeira e principalmente da socialização dessa realidade nas escolas de Ensino Básico, com vistas a apoiar educadores, nas disciplinas de Geografia ou em áreas correlatas, por meio de um material didático que permita uma ação pedagógica coerente com as transformações espaciais nas áreas de Cerrado.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Frente a realidade exposta na questão-problema, o objetivo geral proposto foi a elaboração de um material didático que possa contribuir com professores e estudantes acerca do entendimento dos efeitos territoriais do agrohidronegócio nas áreas de Cerrado em Goiás.

METODOLOGIA

A metodologia empregada para execução da pesquisa pautou-se em: a) revisão bibliográfica; b) trabalho de campo e; c) produção de cartilhas. A seguir, detalha-se cada um desses percursos metodológicos.

Revisão bibliográfica: a partir do levantamento teórico acerca do tema. Desta feita, buscou-se em livros e artigos, teses e dissertações, aporte teórico para compreensão dos efeitos territoriais do agrohidronegócio nas áreas de Cerrado em Goiás a partir dos conceitos de (Re)Existência, agrohidronegócio e território.

Assim sendo, a crítica aos efeitos territoriais das corporações capitalistas no campo e, por conseguinte, as territorialidades camponesas materializadas nas suas práticas de (Re)Existências foram o motor da investigação.

Trabalhos de Campo: ocorreram dois momentos de campo: um realizado no mês de março e outro no mês de agosto de 2023. A seguir, nota-se o detalhamento das experiências.

Nos dias 21, 22 e 23 de março de 2023 foram realizadas, em Catalão (GO), diversas atividades entre os camponeses, Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL), Embrapa Cerrados (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), professores e estudantes da UNB (Universidade de Brasília), UFG (Universidade Federal de Goiás) e UFCAT (Universidade Federal de Catalão), com o objetivo de compreender a dinâmica dos Corredores Agroecológicos e a produção, seleção e preservação de sementes crioulas⁶ – tendo como experiência prática a seleção de sementes de milho.

⁶ Sementes crioulas são aquelas sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como a transgenia. Estas sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos etc. (TRINDADE, 2006, p. 4).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O dia 21 foi reservado para uma exposição realizada por pesquisadores da Embrapa e por representantes dos movimentos sociais no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). O diálogo proporcionou troca de experiências a partir de discussões no âmbito sócio-político da prática agroecológica. Pôde-se compreender conceitualmente agroecologia, agrobiodiversidade e por consequência as experiências das (Re)Existências, ressaltando a importância do campesinato para uma sociedade que luta pela Reforma Agrária, pela Segurança e Soberania Alimentar.

Nos dias 22 e 23, os trabalhos de campo foram realizados em duas unidades camponesas localizadas em Catalão/GO, onde estão implementados os Corredores Agroecológicos. O conhecimento dos *guardiões das sementes*, da tradição e da produção em uma lógica sustentável, que se contrapõe à lógica das corporações capitalistas, foi de grande valia para compreensão, não só do labor no campo, como também do ato sociopolítico que se faz na coletividade.

Foto 01: Mosaico de fotos que mostram os Corredores Agroecológicos, colheita do milho e movimentos sociais.



Fonte: Dos autores (2023). Trabalho de Campo.

As reflexões junto às cooperativas, técnicos da Embrapa, professores e estudantes, orientados previamente pela teoria consultada, mas, sobretudo, através dos ensinamentos que os camponeses/as e movimentos sociais compartilharam, propiciou o entendimento de (Re)Existir através da metodologia dos Corredores Agroecológicos. Os três dias de campo foram vivenciados de



AS PRÁTICAS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



modo participativo, onde registrou-se em caderneta de campo e fotografias, todas as etapas constitutivas desta ação política e educativa.

No dia 22 de agosto de 2023, realizou-se uma visita técnica na EFAORI (Escola da Família Agrícola de Orizona/GO), com vistas ao aprendizado da rotina escolar pautada na Pedagogia da Alternância⁷. Na oportunidade, minicursos preparados por estudantes da Graduação e Pós-graduação (IESA/PPGEO) incorporaram a agenda de campo, tendo por objetivo a troca de saberes e fazeres entre os participantes. Os temas abordados dialogaram com a questão agrária brasileira e, especificamente, acerca da realidade dos estudantes da EFAORI.

Ainda nesse mesmo dia, houve uma visita à propriedade Taquaral de Cima que integra o Projeto Rural Sustentável no Cerrado. Ali tornou-se notória as dificuldades oriundas da falta de maquinários voltado para as especificidades da produção camponesa, mas em contrapartida, notou-se a importância das políticas públicas para permanência dos camponeses na terra. Além disso, a criatividade dos camponeses frente às necessidades impostas na lida no campo, sendo, também, essa uma forma de (Re)Existir. Observou-se ainda a adaptação técnica e tecnológica promovida pelo trabalho coletivo e pela engenhosidade dos *trabalhadores da terra*, sendo essa uma ação fundamental para a permanência camponesa no campo.

No dia 23 de agosto, fez-se uma visita à uma propriedade rural localizada na Comunidade Macaúba em Catalão (GO), com o objetivo de compreender os efeitos territoriais impostos pela mineradora CMOC do Brasil⁸ e as consequências das atividades desse empreendimento na vida dos

⁷ A Pedagogia da alternância, brota do desejo de não cortar raízes. [...] Busca integrar a escola com a família e a comunidade do educando. Permite uma troca de conhecimentos e o fortalecimento dos laços familiares e do vínculo dos educandos com a terra. [...] Podemos pensar a escola atuando em regime de alternância ou pedagogia da alternância, com dois momentos distintos e complementares: a) O tempo escola, onde os educandos têm aulas teóricas e práticas, participam de inúmeros aprendizados, se auto-organizam para realizar tarefas que garantam o funcionamento da escola, avaliam o processo e participam do planejamento das atividades, vivenciam e aprofundam valores; b) O tempo comunidade que é o momento onde os educandos realizam atividades de pesquisa da sua realidade, de registro desta experiência, de práticas que permitem a troca de conhecimento, nos vários aspectos (BENJAMIN; CALDART, 2001, p. 34).

⁸ A CMOC Brasil faz a extração de nióbio em Catalão. Em Ouvidor, além do nióbio, há também a extração de fosfato. Esta empresa atua como subsidiária da China Molybdenum Co., Ltd.(CMOC), companhia chinesa.

camponeses (Foto 02). Soube-se, nesse encontro, da luta judicial entre as mineradoras e os camponeses residentes do local.

Há uma agressividade por parte das mineradoras num processo de espoliação da vida e da terra dos sujeitos que ali (Re)Existem. Os proprietários discorreram sobre as dificuldades enfrentadas e os problemas de ordem material e imaterial em suas vidas, a exemplo da ruptura no seu modo de vida e os adoecimentos físicos e emocionais.

Foto 02 - Montanha de rejeito da mineradora CMOC do Brasil vista a partir da Comunidade Macaúba/Catalão.



Fonte: Dos autores (2023). Trabalho de Campo.

Nos momentos de diálogo entre camponeses, professores e estudantes, evidenciou-se que diversas famílias acabaram expulsas por medo ou foram enganadas pelo corpo jurídico das mineradoras. Além disso, relatou-se que a *briga judicial* entre os camponeses, a Mosaic Fertilizantes⁹ e a CMOC do Brasil se arrasta há anos. Nesse período, diversas mudanças, tanto na região quanto na paisagem foram produzidas com a finalidade de expropriar os recursos minerais ali encontrados.

Nesse mesmo dia, surgiu a oportunidade de visitar a Universidade Federal de Catalão (UFCAT), onde estava acontecendo a Feira de Profissões. Durante a visita, percebeu-se que, em certa parte, a mineração tinha lugar de destaque, sobretudo nos cursos de Engenharia em Minas e Química. Por sua vez, foi notório que os discursos dos estudantes de ambos os cursos não

⁹ Empresa estadunidense (Tampa, Flórida, EUA), Mosaic Fertilizantes é uma das maiores produtoras de fosfatados e potássio combinados do mundo.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



consideram os problemas sociais, culturais, financeiros e de saúde provocados pelas atividades minerárias em Catalão.

Por fim, ainda no dia 23, realizou-se uma visita ao Sítio Aroeira, em Catalão/GO, onde foram implementados Corredores Agroecológicos. Lembra-se que em março, fez-se uma visita a essa mesma propriedade camponesa. O proprietário, trabalhador camponês junto ao MCP¹⁰, ensinou aos estudantes as técnicas de plantio, desde aquelas utilizadas para se evitar *pragas* até o cultivo correto que compõe a diversidade de um Corredor Agroecológico.

Lembrando que as sementes utilizadas nesta propriedade são crioulas, isto é, selecionadas ano a ano, com vistas a uma plantação sem quimificação e/ou similares que são prejudiciais à saúde e ao ambiente. Esses sujeitos, camponeses, *trabalhadores da terra*, são os guardiões da variedade de milho Sol da Manhã, sendo esta uma prática de (Re)Existência.

Produção da cartilha: a cartilha foi desenvolvida como parte principal dos aprendizados acumulados ao longo dos mais de 11 meses de pesquisa. Utilizou-se o *site* e aplicativo Canva, uma vez que essa ferramenta tecnológica permite a produção de materiais didáticos, mesclando textos e imagens. Todas as reflexões e escolhas dos conteúdos expressos na cartilha advêm de conversas coletivas entre orientanda, coorientadores e orientador, além do Grupo de Pesquisa Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU/UFG/CNPq). O conteúdo selecionado foi resultado de revisão bibliográfica, valendo-se de fotografias obtidas através dos Trabalhos de Campo, com vistas a mostrar as (Re)Existências camponesas nas áreas cerradeiras.

TERRITORIALIZAÇÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO NAS ÁREAS DE CERRADO EM GOIÁS

Por agrohidronegócio, compreende-se os processos de domínio e controle das terras e das águas pelas corporações capitalistas, ora para a produção de *commodities* (monocultivos irrigados e confinamentos de bovinos, suínos e aves), ora para as atividades minerárias, produção energética, e, muitas vezes, a fusão dessas diversas atividades produtivas, todas com o objetivo de

¹⁰ Movimento Camponês Popular.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



assegurar a acumulação territorial. Assim, “[...] terra e água passam a ser, de forma conjunta, apropriadas para se transformarem em mercadorias, ao invés de serem consideradas bens públicos, conforme as necessidades humanas” (MENDONÇA, 2015, p. 05).

Para compreender o processo de hegemonização territorial do agrohidronegócio (MENDONÇA, 2015) nas áreas de Cerrado em Goiás na contemporaneidade, faz-se *mister* analisar a histórica estratégia política e econômica que se convencionou chamar de Revolução Verde ou modernização conservadora da agricultura, fenômenos que atravessaram a década 1970 e chegam até a atualidade. Ao enxergar por essas lentes históricas, poder-se-á verificar não somente as terras expropriadas para fins econômicos, como também a implicação dessa violência aos Povos Cerradeiros¹¹, conforme expressam Mendonça; Pelá (2011, p. 06):

A compreensão de que o olho que olha implica o objeto olhado nos faz conceber o olhar integrado, considerando que os efeitos dos impactos gerados no processo de ocupação do Cerrado goiano, no século XX, afetaram as riquezas materiais e imateriais. Parte-se do entendimento de que o Cerrado não é composto apenas de biodiversidade, mas também da sociodiversidade e que, por conseguinte, não foram apenas as suas riquezas naturais e biológicas que sofreram alterações, mas a cultura e a memória dos povos que ali habitavam. O que era rural transformou-se em agrícola alterando, desta forma, as estruturas materiais e as socioespaciais em um período histórico denso e curto.

Por seu turno, a territorialização de empresas rurais em Goiás nesse bojo de expansão da fronteira agrícola para os Cerrados, mudou, de forma significativa, as paisagens e a dinâmica das cidades, pois, por consequência, estas tornaram-se grandes subsidiárias dos eventuais serviços necessários para manter as novas processualidades da economia do agrohidronegócio, com o crescimento de empresas prestadoras de serviços (bancários/créditos, suporte tecnológico/manutenção de maquinários e implementos agrícolas, médicos, sanitários e educacionais/profissionalizantes) e produtoras/vendedoras de

¹¹ Refere-se aos sujeitos sociais: trabalhadores que historicamente vivem nas áreas de Cerrado e desenvolvem formas de uso da terra a partir das distinções naturais e sociais. Eles experimentam diversas formas materiais e imateriais de trabalho, as quais indicam relações sociais de produção singulares e em consonância com as condições ambientais próprias do Cerrado. Essas interações resultam em múltiplas práticas socioculturais (MENDONÇA; PELÁ, 2011).

insumos agrícolas, máquinas e implementos agrícolas, veículos de qualquer natureza etc. (Foto 03).

Foto 03 – Mosaico de fotos que mostram as prestadoras de serviços do “agro” em Orizona/GO.



Fonte: Dos autores (2023). Trabalho de Campo.

Em vista dessas mudanças no conteúdo das relações campo-cidade, decorrentes dos interesses hegemônicos em tornar as áreas de Cerrado em territórios de expansão para a geração de lucros, sobretudo, visando atender as demandas do mercado externo:

Estabeleceu-se um novo padrão agrário no país, baseado na “modernização conservadora”, em que o Centro-Oeste, precisamente Goiás, tornou-se um imenso laboratório para as novas exigências do capital agroindustrial e financeiro, que investido de técnicas e tecnologias, transformaram as paisagens cerradeiras, num celeiro agrícola, implementando relações capitalistas de produção em todo o circuito produtivo (MENDONÇA, 2015, p. 04).

Os motivos defendidos pelas classes hegemônicas à época – sendo relevante recordar que se vivia o período da ditadura civil militar brasileira (1964-1985) com a supervalorização dos grandes projetos transnacionais – para implementação dos altos investimentos estatais para o agrohidronegócio, baseavam-se na prerrogativa da produção de alimentos em larga escala associada à necessidade humanitária de combate à fome. Em verdade, esse discurso buscava escamotear as intenções desses investimentos e os interesses em ampliar os processos de acumulação.

A partir da década de 1960, as políticas governamentais voltadas para a “ocupação racional” das áreas do Cerrado se intensificam com o



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



objetivo de produzir *commodities* para exportação, visando potencializar a balança comercial brasileira e, conjuntamente, assegurar a dinâmica e as necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional. A infraestrutura necessária aos novos investimentos se avolumava, direcionando a mobilidade do capital e do trabalho no território, alterando-os na forma e no conteúdo (NASCIMENTO; MAURO; MENDONÇA, 2017, p. 71).

Nesse sentido, não foram poucos os programas e incentivos agrícolas que contribuíram para viabilizar a territorialização dos complexos agroindustriais, químicos e financeiros nas áreas de Cerrado em Goiás. Entre eles, cabe destacar que:

A década de 1970 apresentou-se como um marco de transformações econômicas e sociais para o Cerrado. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que surgem nesta década e se expandem até 1985, tinham como um dos focos principais organizar o território brasileiro, com base em uma lógica geopolítica, que buscava integrar os “vazios demográficos”, principalmente o Centro-Oeste e a Amazônia. Para o Cerrado, os planos elaborados pautavam-se pela criação de projetos que favoreciam diretamente a ocupação e o desenvolvimento dessa região como, por exemplo: Programa de Crédito Integrado (PCI), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) (FERREIRA, 2010) (DUTRA; SOUZA, 2017, p. 482).

Ocorre que esse “desenvolvimento” foi de caráter conservador e, por consequência disso, intensificou a estrutural desigualdade no campo, assim como nas cidades. Tudo isso reverberou em múltiplos conflitos por terra, água e demais recursos territoriais, onde a insaciável expansão do capital sempre mira para os territórios ainda não conquistados. Decorre também que, dentro dessas conflitualidades, há resistências e (Re)Existências a partir de saberes e fazeres tradicionais numa organização política transformadora e de contestação aos regramentos impostos pelas corporações capitalistas.

(RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS: perspectivas políticas para além do capital

A construção ideológica do camponês como sujeito “atrasado” deve ser enfrentada cotidianamente. A sua não incorporação aos *pacotes tecnológicos* difundidos nos latifúndios, sobretudo, pela prerrogativa da Revolução Verde, foi, como visto, uma escolha política. A expressão “atraso”, todavia, não corresponde à realidade do trato com a terra e sua visão de mundo quando o que fazem é



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



produzir comida. Pelo contrário, as pesquisas de campo, realizadas nas Comunidades Camponesas¹² com apoio dos movimentos sociais, permitiram um olhar crítico, para desconstruir as narrativas tecidas para subjugar os verdadeiros produtores de comida no Brasil.

Nesse sentido as (Re)Existências camponesas são processos fundamentais (MENDONÇA; CARNEIRO, 2016). Elas são construídas pelos sujeitos camponeses e demais *trabalhadores da terra*, no movimento de constituição de suas materialidades e simbologias, que perpassam pelo imbricamento da ação política e pelos elementos socioculturais de luta pela reprodução social da família, buscando a permanência na terra junto a abundância alimentar, tudo isso, permeado pelos encontros festivos, as práticas de ajuda mútua, o culto e devoção aos santos e na luta pela preservação dos direitos de Existir nos territórios. Nesse sentido,

[...] as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidroelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento (MENDONÇA; PELÁ, 2011, p. 05).

Portanto, diante da delimitação conceitual acerca das (Re)Existências camponesas, buscou-se demonstrar, por meio da pesquisa, mas, sobretudo, do material pedagógico (cartilha), como as experiências agroecológicas se inserem no contexto de uma discussão ampla, como também pode ser especificamente citada quando se pensa na prática de seleção de sementes crioulas e a autonomia dos camponeses em relação a produção de seus próprios insumos, permitindo, a um só tempo, construir suas práticas agroecológicas com segurança.

¹² As características de uma comunidade camponesa são as relações de vizinhança, solidariedade, pertencimento e laços familiares, como se não houvesse conflitos nestes espaços. Essas comunidades, no entanto, enfrentam conflitos internos e externos no processo de apropriação do espaço e na produção de seus territórios. No Brasil, esses territórios localizados no meio rural, foi feita uma divisão política-administrativa a partir do zoneamento feito pela Igreja Católica. O Estado visava impor-lhes o modelo de desenvolvimento capitalista e deu-lhes a denominação de comunidades rurais. Esta divisão político-administrativo é uma ação de reprodução do território ou de territorialização, nesses lugares, do Estado e da Igreja Católica, que oficializa as práticas religiosas populares, embora a Igreja não tenha chegado primeiro. Cada segmento da sociedade possui um modo específico de compreender o que vem a ser uma comunidade e de se relacionar com ela conforme seus próprios interesses (RODRIGUES, 2014, p. 12).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O resgate da seleção de sementes crioulas situa-se no campo da produção de alimentos, do respeito a agrobiodiversidade e à saúde dos trabalhadores, bem como dos consumidores (alimentação escolar, comercialização em mercados locais, feiras, etc.). Por sua vez, isso implica na segurança e soberania alimentar, diferindo, radicalmente, da lógica do capital, destacada aqui pelo agrohidronegócio que se *lança* aos territórios de vida, afetando aos camponeses sob o imperativo da expropriação territorial.

O sistema de produção agroecológico e as sementes crioulas, inserem os camponeses no campo da discussão política, da função social da terra, da Reforma Agrária e das políticas públicas para produção de alimentos saudáveis. Tais alternativas, trazem o resgate dos conhecimentos tradicionais e práticas culturais ancestrais, reinventadas no enfrentamento político frente às corporações capitalistas. Assim, questionam a hegemonia dos conglomerados mineroquímicos, agroindustriais, químicos e financeiros e a imposição dos *pacotes tecnológicos* para assegurar a crescente acumulação mediante a espoliação da natureza.

Vale ressaltar que as Comunidades Camponesas, diferentemente das grandes corporações capitalistas, *a priori*, concebem a terra e o seu uso visando a qualidade de vida, a partir de uma produção saudável e a garantia do direito de estar e permanecer na terra. Desta maneira, a produção em larga escala característica do agrohidronegócio na produção de *commodities*, mostra-se à contramão dos objetivos sociais e políticos dos trabalhadores cerradeiros. Deste modo, é comum que as Comunidades Camponesas adotem estratégias baseadas na coletividade, na conscientização contra a utilização de insumos considerados de alta periculosidade (agrotóxicos), na defesa da preservação ambiental (solo, água, sociobiodiversidade), na qualidade produtiva e na organização política.

Com a pesquisa de campo, realizada em março de 2023, foi possível compreender as ações dos sujeitos camponeses que atuam com o sistema de produção agroecológico e com as sementes crioulas. Em linhas gerais, o que foi observado é o trabalho com a diversidade das cultivares e suas especificidades bioquímicas que ajudam a nutrir e a gerir o solo.

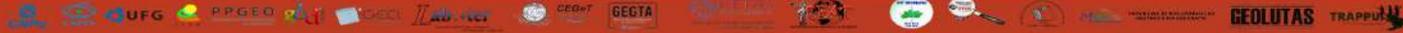
Pôde-se conhecer o cultivo de variedades de milho crioulo e participar tanto da colheita, quanto do processo de seleção das sementes crioulas (Foto



AS PRÁTICAS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



04). Está é uma típica atividade de (Re)Existência camponesa. Isso deve-se além da adaptação do cultivo, ao trato com a terra e ao uso adequado de insumos biológicos para a produção de diferentes tipos de alimentos. Vale lembrar que essa produção está voltada para a alimentação humana, mas também é substancial para alimentação das *criações* (vacas, galinhas, suínos, cavalos etc.), garantindo, por conseguinte, a reprodução social da família e o bem estar ambiental.

Foto 04 - Mosaico de fotos que mostram a diversidade da agricultura camponesa em Catalão/GO.



Fonte: Dos autores (2023). Trabalho de campo.

Outro elemento importante é a variedade dos cultivares, que se contrapõe às sementes geneticamente modificadas e a erosão genética. Essa diversidade é um elemento primordial na natureza e, portanto, não é descartada pela agricultura camponesa, mesmo porque envolve as relações de equilíbrio do ambiente¹³ no processo de cultivo. Nas Comunidades Camponesas visitadas,

¹³ Para Primavesi (2012, p. 19) “[...] deve-se manejar o solo vivo e o solo não é suporte para adubo e água de irrigação e, sim o solo é o meio de produção. Um ambiente saudável é resultado de um solo vivo e de plantas bem nutridas, significado alimentos saudáveis para o consumo. Nessa perspectiva o solo é compreendido como ser vivo e não meramente um suporte para os insumos químicos como ocorre na agricultura capitalista, disso decorre a combinação de cultivares que ajudam a gerir, nutrir e vivificar os solos.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



seja em Catalão ou em Orizona, mostrou-se notória a preocupação e o conhecimento dos *trabalhadores da terra* sobre “o que, quando e onde plantar”. Nesse viés, a experiência de conhecer os Corredores Agroecológicos e a seleção de sementes crioulas, como estratégias de (Re)Existência, tornou palpável as práticas agroecológicas e a certeza de que outras formas de produzir estão em construção (Foto 05).

Foto 05 - Mosaico de fotos que mostram o cultivo de feijão nas Comunidades Camponesas em Catalão/GO.



Fonte: Dos autores (2023). Trabalho de Campo.

Portanto, ao longo deste estudo, tornou-se evidente o poder da coletividade. Do mesmo lado, estão os agricultores - que atuam como guardiões das terras, das águas, das sementes crioulas, trazendo consigo conhecimentos tradicionais enraizados em significados tangíveis, simbólicos e práticos – e os movimentos sociais, que demonstram a organização política nas áreas cerradeiras, trabalhando em conjunto. Essas ações agroecológicas precisam ser difundidas entre os educadores, estudantes, instituições de ensino e demais frações da sociedade que lutam, desejam e endossam a perspectiva de emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

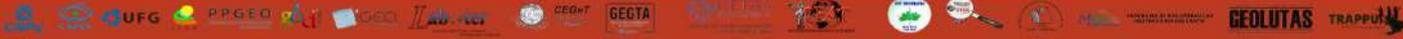
Os resultados alcançados com a pesquisa atravessam a esfera teórica e conceitual. Isso porque, se a elucidação dos conceitos de agrohidronegócio, (Re)Existência, agroecologia, organização política e social, território etc., foi substancial para a compreensão geral dos embates de classes no campo, é dever dizer que a experiência real, a partir dos trabalhos de campo,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



RAIS/CO – Rede de Apoio à implementação do SISAN na Região Centro-Oeste. 2016. Disponível em: <https://raisco.wordpress.com/2016/06/06/comida-de-verdade/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

RODRIGUES, Gisele Silva. **O sentido político de comunidade:** relações de poder e disputas territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO). 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia. Catalão, Goiás, 2014.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O Agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI: **Revista Campo-Território**, Presidente Prudente, v. 10, n. 5, ago. 2010.

TRINDADE, Carina Carreira. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: **XV Congresso Nacional do Conpedi**, Manaus, nov. 2006.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



PANORAMA DO TRABALHO NO BRASIL A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID 19

Karina Furini da Ponte Alves¹

Ludimila da Silva de Oliveira²

Luiz Felipe Pereira de Moura³

RESUMO

A partir de 2020, com a pandemia da COVID-19, agravou a precariedade dos trabalhadores, principalmente para aqueles com trabalhos informais. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo examinar o cenário do trabalho no Brasil, considerando os efeitos da pandemia sobre os trabalhadores. Este estudo envolverá revisão de literatura relevante e coleta de dados de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentando uma análise estatística da situação das categorias de trabalhos no período de 2019 a 2022. Dessa forma, reforçando como o cenário de precarização do trabalho durante o período da pandemia persiste atualmente, tirando os direitos trabalhistas de cena.

Palavras-Chave: Morfologias do Trabalho; Informalidade; Precarização.

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é de analisar as condições de trabalho no período da pandemia da COVID-19 a partir das categorias de ocupação, desocupação, informalidade, subutilização e fora da força de trabalho, segundo o IBGE.

Para isso, partimos de uma discussão teórica sobre a categoria trabalho, crise estrutural e reestruturação produtiva nas referências bibliográficas e após uma apresentação e debate dos dados quantitativos apresentados pelo IBGE.

Conceitualmente, o trabalho é uma interação de troca de energia e matéria entre o ser humano e a natureza no contexto da produção. Isso resulta em diversas manifestações do trabalho no espaço, incluindo o trabalho ontológico, que é essencial para atender às necessidades humanas; e o trabalho cotidiano, que abrange diferentes formas de organização social do trabalho,

¹ Profa. Dra. dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC. E-mail: Karina.ponte@ufac.com.br

² Graduanda do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC. E-mail: ludimila.oliveira@sou.ufac.br;

³ Graduando do Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC. E-mail: luiz.felipe@sou.ufac.br;



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



como assalariado, servil e escravo. Com o tempo, o trabalho cotidiano se diferencia em duas modalidades: trabalho concreto e trabalho abstrato, este último exclusivo da sociedade capitalista. (MOREIRA, 2016).

Com a emergência do trabalho abstrato, marcado pelo modo de produção capitalista, a sociedade passa a ser caracterizada como uma "sociedade do trabalho", centrada no trabalho abstrato gerador de valor. Esse tipo de trabalho torna-se a força propulsora de todo o sistema, levando à crescente de capital e meios de produção.

Na década de 1970, durante a plena operação dos sistemas de produção fordista e taylorista, as bases do sistema capitalista haviam perdido a força e entrado em crise. Essa crise afetou globalmente a partir da queda na reprodução do capital e o lucro desencadeou uma crise estrutural do sistema capitalista, questionando as ideologias e sua base estruturante.

A resposta a essa crise foi a reestruturação produtiva do capital, instituída pelo próprio sistema, com o objetivo de restaurar os níveis de produção e restabelecer o ciclo de reprodução do capital. No entanto, as mudanças promovidas pela reestruturação produtiva visam substituir o modelo ultrapassado de produção, reconfigurar as estruturas de trabalho e implementar novas formas de retenção de capital, que ficou conhecida como Toyotismo e modelo de acumulação flexível.

O avanço das tecnologias de informação abriu novas possibilidades de inovação no mundo do trabalho. A adoção do padrão japonês de produção, conhecido como Toyotismo, combinado com a flexibilidade, atraiu novas dinâmicas na indústria. Isso resultou em práticas de trabalho flexíveis, onde um menor número de trabalhadores multifuncionais e versáteis passou a executar diversas funções nas fábricas.

Como consequência da flexibilização e desregulamentação da produção, que faz parte da produtividade do sistema capitalista, surgem novas formas de trabalho mais precarizadas, especialmente impulsionadas pelas tecnologias contemporâneas. Isso inclui trabalhadores que se engajam em plataformas digitais e realizam tarefas por meio dos serviços oferecidos por essas empresas.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



No entanto, as condições reais de trabalho desses indivíduos são obscurecidas pelas facilidades oferecidas pelas empresas, ocultando a exploração do trabalho desses profissionais. Além do mais, com a pandemia da COVID 19, estes e os demais trabalhos informais tornaram-se cada vez mais precarizados.

METODOLOGIA

O seguinte trabalho visou a leitura de textos e pesquisa de dados para a elaboração de estudos quantitativos e qualitativos para assim, determinar como se encontra a situação do trabalho no cenário da pandemia da COVID-19.

Na pesquisa bibliográfica foram lidas as obras de Ricardo Antunes, “Os Sentidos do Trabalho” (1999), no qual relata o progresso da sociedade do trabalho e do processo produtivo e a centralidade do ato laborativo no mundo contemporâneo, enfocando os capítulos que abordam a crise estrutural do capital, a reestruturação produtiva e o Toyotismo.

Ainda um artigo do mesmo autor, “A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990” (2014), trazendo as novas formas de trabalho oriundas da reestruturação produtiva com ênfase na informalidade no mundo do trabalho brasileiro pós década de 90. E o livro “O Privilégio da Servidão” (2018), priorizando os capítulos que abordam sobre o processo e as características da precarização e da terceirização.

Ricardo Antunes em coautoria com Victor Filgueiras escreveram o artigo “Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo” (2020), onde aprofundam o tema de serviços através dos trabalhadores de aplicativos destacando as formas de controle que as plataformas digitais imprimem nos trabalhadores.

Ruy Moreira em “A Geografia do espaço-mundo: Conflitos e superações no espaço do capital” (2016) também traz uma grande abordagem sobre a sociedade do trabalho, portanto, sua obra também foi de suma importância para a pesquisa.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Outro procedimento metodológico importante para o desenvolvimento da pesquisa foi a coleta de dados quantitativos. Portanto, é através dos dados do IBGE⁴, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, que foram coletados os dados desde o ano de 2019 até o terceiro trimestre de 2022. Os dados seguem as divisões das categorias de trabalho, usadas pelo IBGE, para verificar cada situação no período mencionado anteriormente, somente da população em idade de trabalhar (14 anos ou mais).

Sendo estas as situações de Ocupação, Desocupação, Subutilização, Informalidade, Fora da Força de Trabalho e por último desalento, criando assim um banco de dados com essas informações apenas do período da pandemia.

Logo, com os dados coletados foi possível realizar uma análise a partir do banco de dados, construindo quadros e gráficos e interpretando-os junto com as notícias da época para determinar as condições do trabalho no período de 2019 a 2022 no Brasil.

Por fim, a partir das leituras teóricas das referências bibliográficas elencadas e os dados quantitativos extraídos do site do IBGE foi possível compreender a situação do trabalho no Brasil no período da pandemia da COVID 19.

DESENVOLVIMENTO

A partir das pesquisas nas bases de dados do IBGE, é possível visualizar o número de trabalhos em cada tipo de categoria do trabalho, demonstrado no quadro 01, apresentando as situações de Ocupação, Desocupação, Subutilização, Informalidade e Fora da Força de Trabalho.

Quadro 01: Situação da força de trabalho no Brasil no período de 2019 a 2022

Situação	NÚMERO DE PESSOAS (MIL) POR ANO			
	2019	2020	2021	2022
Ocupação	95515	87225	95747	99269
Desocupação	11903	14412	12011	9460

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Subutilização	168997	170678	172283	173457
Informalidade	95515	87225	95747	99269
Fora da Força de Trabalho	61579	69042	64525	64729

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Orgs.: Os autores.

Já a categoria de desalento é demonstrada adiante no formato de porcentagem, encontrados apenas neste formato na mesma pesquisa do IBGE, mas ainda seguindo o corte de tempo da pandemia. Os anos de 2019, 2020, 2021 e até o terceiro trimestre de 2022 exibem a situação do trabalho neste período de crise, visto de forma mais profunda ao analisar cada categoria.

Segundo o IBGE (2023), a categoria de ocupação corresponde às pessoas na força de trabalho que se encontram na situação de ocupados no setor público ou privado, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou estatutários e trabalhadores por conta própria. Quando essa força de trabalho está sujeita a uma insuficiência de horas trabalhadas, inferior a 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais horas semanais, estão incluídas na subutilização da força de trabalho (IBGE, 2023).

Se analisarmos o período de 2019 até 2022 é possível observar como essa força ocupada reagiu à pandemia de Covid-19 (gráfico 1). Durante 2020 houve uma redução da taxa do ano anterior de aproximadamente 8,6%. A explicação para isso tende a ser o fechamento de diversas atividades devido ao decreto de quarentena.

Entretanto, de 2020 para 2021, os números voltam a aumentar e passam do ano inicial (2019) (gráfico 1) indicando que a volta das atividades, aos poucos, fez com que os números crescessem, embora esse crescimento signifique um aumento do trabalho informal diante da ineficiência da criação de novos postos de trabalho.



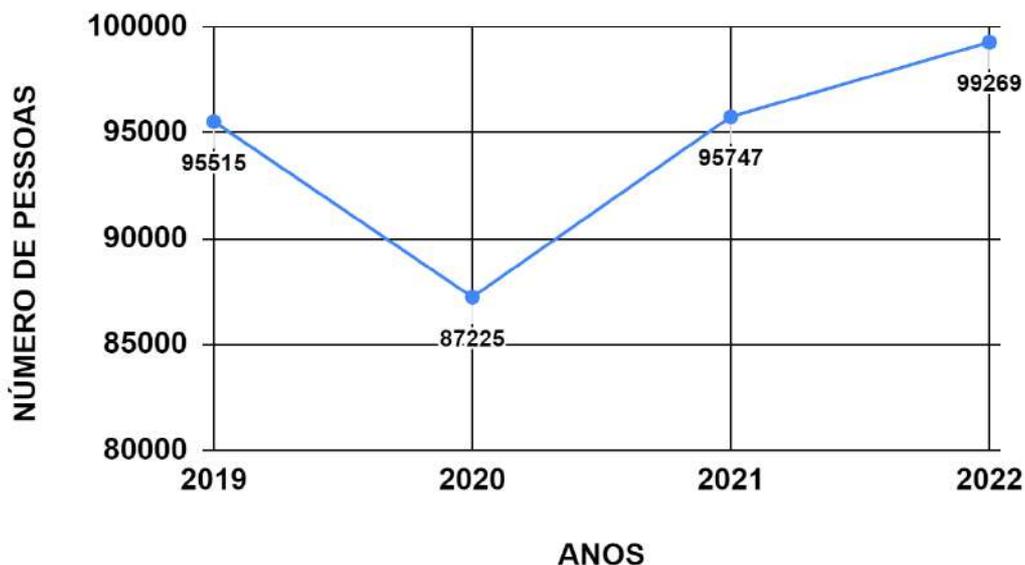
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Gráfico 01: Situação da Ocupação no Brasil



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Orgs.: Os autores.

Já a desocupação é popularmente conhecida como desemprego, logo as pessoas que não estão trabalhando, porém, tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem (IBGE, 2023). Portanto, se a ocupação diminuiu no ano de 2020, como observado anteriormente, é de se esperar que a desocupação aumente da mesma maneira, e vice-versa, assim, a desocupação tem o seu pico em 2020 com a quarentena, havendo muitas demissões e empresas falindo (gráfico 2).

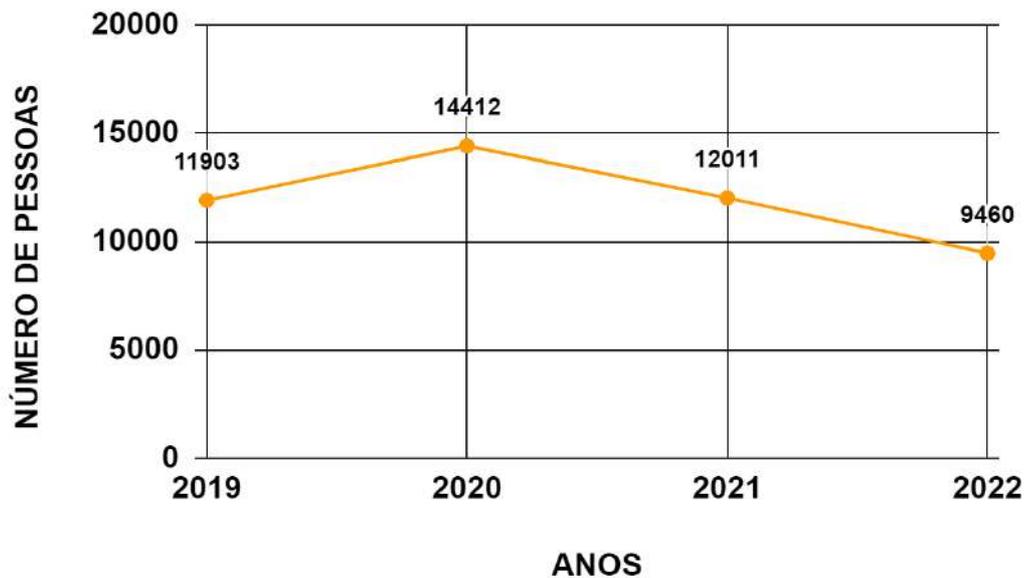
Gráfico 02: Situação da Desocupação no Brasil



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Orgs.: Os autores.

A subutilização da força de trabalho engloba os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas (IBGE, 2023). De 2019 até o terceiro trimestre de 2022, a taxa de subutilização da força de trabalho tem aumentado (gráfico 3).

Portanto, mesmo que a taxa de Ocupação tenha aumentado não significa que a força de trabalho do período esteja dentro das condições de trabalho ideal. Representando assim os subocupados que estão disponíveis para trabalhar mais horas, porém não conseguem ou não acham cenários com essas condições.

Vale lembrar como a pandemia proporcionou a intensificação e surgimento de novos meios de trabalhos informais, como os de aplicativos, o trabalho remoto, etc, no qual não se aplica os direitos trabalhistas estabelecidos na constituição, assim precarizando totalmente a força de trabalho.

Gráfico 03: Situação da Subutilização no Brasil



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O número de empregados sem carteira assinada bateu recorde. São 13,1 milhões de trabalhadores no Brasil, o maior contingente desde o início da série histórica, em 2012, indicado pela Revista CUT (2022) para expressar esse aumento após a época mais intensa de pandemia.

Dentre estes trabalhadores informais, temos o aumento dos trabalhadores de plataformas:

Os assim chamados apps e plataformas digitais impõem os/as trabalhadores/as, quase sempre, o rótulo de autônomo/as, sendo o trabalhador/a remunerado por tarefa ou lapsos temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e de remuneração, o que acarreta implicações importantes na dinâmica da gestão e controle da força de trabalho (dada a ausência de compromisso explícito de continuidade (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

É perceptível como os trabalhadores de aplicativos são colocados em uma situação sem garantia de qualidade de trabalho, embora muitas vezes acabam sendo a única opção de obter uma remuneração, principalmente no cenário que foi a pandemia. O isolamento fez com que o uso de tecnologias de serviço aumentasse a demanda para evitar a exposição ao vírus, mas agora muitos ainda recorrem ao uso desses serviços como fonte de renda, mesmo não garantindo os devidos direitos trabalhistas.

Dentre as pessoas que estão fora da força de trabalho são aquelas que não possuem interesse ou condições para trabalhar, comumente conhecido como a dona de casa, adolescentes em idade escolar e aposentados, portanto dentro da idade de trabalhar, mas simplesmente não exercem funções remuneradas (IBGE, 2023).

Também estão incluídos beneficiários de algum auxílio, como por exemplo, o auxílio emergencial concedido durante a época de pandemia, sendo uma maneira do governo de atender a essas pessoas para obter renda e seu sustento.

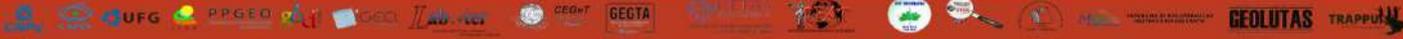
É perceptível que de 2019 para 2020 esse número aumentou exponencialmente (gráfico 05), sendo possível supor que durante os casos de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

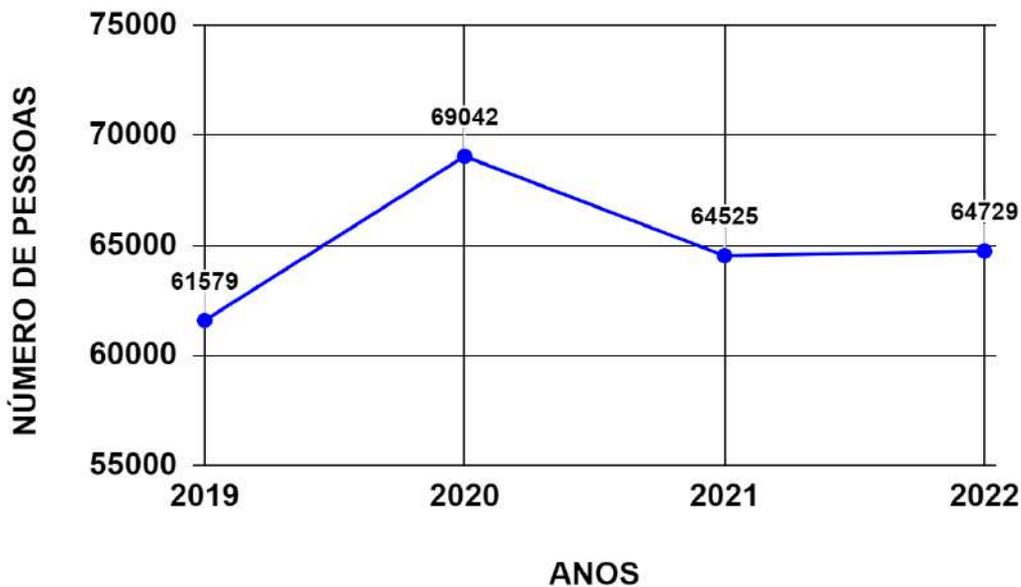
Realização:



fechamentos do comércio, no período de contingência, esse número aumentou por conta do fechamento de empresas ou necessidade de participação maior no ambiente domiciliar. Tendo seu número reduzido no próximo ano, seguindo a volta do trabalho presencial aos poucos, mas logo depois mantendo uma constância, apresentando pouca variação, no seu restante.

Sendo possível concluir que essa constância seja devido ao grande número de pessoas que passaram a se sustentar apenas com o auxílio emergencial, ou que não possuem mais capacidade de trabalhar devido às sequelas da doença.

Gráfico 05: Taxa de Fora da Força de Trabalho



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Orgs.: Os autores.

Desalento ou desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuram trabalho por acharem que não encontrariam, possivelmente por não haver trabalho adequado na sua localidade, não ser considerado qualificado para o trabalho que deseja e ser taxado com falta de experiência (IBGE, 2023).

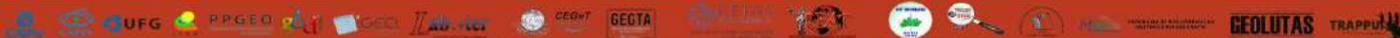
O percentual no país apresentou seu pico em 2020 e sua base no terceiro trimestre de 2022, encerrando com um percentual menor do que o ano inicial (gráfico 6), indicando como essa redução segue a mesma lógica do



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

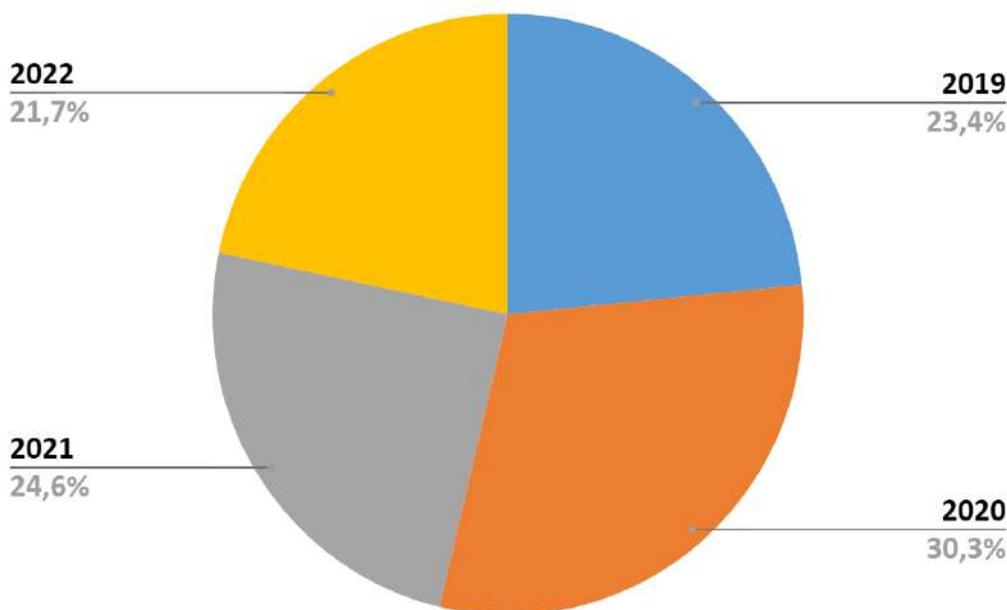
ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



aumento de Ocupação e Informalidade, assim demonstrando como a situação da população tende a seguir o trabalho precário.

Gráfico 06: Percentual de Desalento



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Orgs.: Os autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia destacou a necessidade de melhorias e investimentos na esfera do trabalho. A infraestrutura de tecnologia e conectividade deve ser aprimorada para garantir um acesso equitativo às oportunidades dos direitos trabalhistas. As políticas governamentais e as práticas empresariais também precisam ser repensadas para garantir a segurança e a proteção dos trabalhadores, bem como a flexibilidade necessária para enfrentar futuras crises.

Isso inclui o fortalecimento da proteção social, o estabelecimento de normas de trabalho justas e a promoção de um ambiente de trabalho saudável e inclusivo. As formas de trabalho estão em constantes transformações, e por vezes a sociedade tende a adaptar-se a estas novas morfologias, o que resulta



AS PRÁTICAS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



na exploração e precarização destes trabalhadores, já que a lógica do sistema capitalista está centrada na máxima da acumulação do lucro.

Principalmente a situação do trabalho informal, sendo demonstrado na análise quantitativa, visto que de 2020 adiante, principalmente em 2021, a taxa de desemprego caiu, inversamente proporcional à taxa de ocupação e informalidade. Logo, sendo possível afirmar que com o aumento da informalidade a situação do trabalho no cenário de pandemia apresentou precarização.

REFERÊNCIAS UTILIZADAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo / Coleção Mundo do Trabalho, 6ª ed, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXVII, 2014, p. 11-25.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://nestpoa.files.wordpress.com/2019/09/ra-ps.pdf>. Acesso em: 28 de abr. de 2023.

ANTUNES, R. DRUCK G. **A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra**. O Social em Questão, vol. 18, núm. 34, pp. 19-40, 2015. Disponível em: www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf. Acesso em: 01 de maio de 2023.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo**. Contracampo, Niterói, v. 39, n.1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 31/01/2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Divulgação Trimestral. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 27/01/2023.

Gov.br. Controladoria-Geral da União. **Coronavírus: Ações do Governo Federal na luta contra a pandemia**. Disponível em:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



<https://www.gov.br/cgu/ptbr/coronavirus/governo-federal>. Acesso em: 16 de maio de 2023.

JORDÃO, A. P. F. STAMPA, I. T. Precarização e informalidade no “mundo do trabalho” no brasil: notas para reflexão. In: **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, 2015, São Luis. Disponível em: www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/precarizacao-e-informalidade-nomundo-do-trabalho-no-brasil-notas-para-reflexao.pdf. Acesso em: 11 de maio de 2023.

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo: conflitos e superação no espaço do capital**. 1.Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

RUSO, F. M. SILVA, S. P. CORSEUIL, C. H. Programas federais de manutenção de empregos e garantia de renda no contexto da pandemia em 2020: panorama geral de implementação e cobertura. In: **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil** / organizadores: Sandro Pereira da Silva, Carlos Henrique Leite Corseuil, Joana Simões de Melo Costa. – Brasília: IPEA, 2022. p. 485-502. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacaoitem?id=4a743a99-63a5-4f45-b4dc-8eeaf7a9674f>. Acesso em: 08 maio 2023.

SANTOS, Cleiton. **Programa vamos vencer: O que é e quais os incentivos para sua empresa**. Disponível em: <https://econsult.org.br/blog/programa-vamos-vencer/>. Acesso em: 06 maio 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO TRABALHO E ADOECER DOS BANCÁRIOS: PERSPECTIVAS PARA A GEOGRAFIA DO TRABALHO

GT 02 - CONFLITOS TERRITORIAIS E FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO: expropriação capitalista no campo e na cidade

Matheus Buttler de Oliveira¹

RESUMO

Neste texto, procuramos apresentar uma análise preliminar da relação entre os mecanismos da Reestruturação Produtiva do capital com os agravos à saúde dos trabalhadores bancários. A partir da crise do capital na década de 1970, as modificações nas estratégias e ferramentas de gestão do trabalho, juntamente com a introdução de novos avanços tecnológicos, repercutiram de maneira significativa no cenário laboral global. Esse impacto desencadeou um processo sistêmico de precarização nas relações de trabalho, resultando, por conseguinte, em novos padrões agravos à saúde dos trabalhadores. Este texto foi construído com base em uma revisão bibliográfica e na análise de dados secundários. Concluímos que, a partir da década de 1990, emergiram novos determinantes do trabalho bancário, como a pressão por vendas de produtos financeiros e o cumprimento de metas, sendo estes fatores cruciais para a preservação do emprego, desencadeando um ambiente generalizado de assédio moral, cobrança por desempenho, ameaças, competitividade e solidão.

Palavras-Chave: Geografia do Trabalho, Degradação Sistêmica do Trabalho, Trabalho Bancário.

INTRODUÇÃO

Ao apontarmos para a categoria bancária, entendemos que não se trata somente de uma inserção ocupacional tradicional da qual poderíamos chamar de os “*privilegiados do mundo do trabalho*”, isto é, herdeiros do fordismo e das migalhas do Estado de Bem-estar Social (THOMAZ JUNIOR, 2019). Os profissionais do setor bancário despertam interesse particular por parte das pesquisas em Geografia do Trabalho, visto que são reconhecidos como integrantes de um *setor paradigmático*. Historicamente, essa categoria desempenhou um papel de vanguarda em diversas transformações significativas que reconfiguraram tanto as práticas quanto o conteúdo do que caracterizava a sua inserção laboral. Como decorrência lógica desse protagonismo, os bancários possuem a capacidade intrínseca de disseminar essas mudanças para outros segmentos das atividades econômicas.

O conjunto dessas transformações é ressonância da Reestruturação Produtiva do capital, referente as alterações nos padrões de gestão do trabalho e nos novos expedientes tecnológicos, se estendendo ao conjunto total do processo de

¹ Mestrando em Geografia, FCT/UNESP, Brasil. Contato: matheus.buttler@unesp.br.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



trabalho. Por isso, é primordial não as compreender como transformações fechadas em si, naturais do processo de desenvolvimento e embalsamadas no fetichismo pela tecnologia, visto que, são oriundas de relações histórico-sociais desiguais e devemos situá-las no contexto da luta de classes, pois seus efeitos e consequências não são uniformemente distribuídos pelo espaço, tampouco democraticamente distribuídos entre a sociedade (ALVES, 2019).

Para compreender os desdobramentos da reestruturação produtiva dentro do âmbito da Geografia do trabalho partimos da compreensão que estas se tratam de dinâmicas territoriais complexas, isto é, processos históricos em andamento que se expressam enquanto fenômenos transversais a todas as escalas geográficas. Portanto, compreendemos o território não como um polígono arbitrário na superfície do planeta, pois entendemos que, as práticas do capital *in loco*, em seus respectivos *Ambientes Reestruturados*, resguardam os entendimentos de procedimentos e práticas gerenciais adotadas por todo o mundo.

O caráter sistêmico e multiescalar da degradação do trabalho é notado por Thomaz Junior (2019) ao nos apresentar a formulação sobre os *Territórios da Degradação Sistêmica do Trabalho* (TDST), expondo os entendimentos da *Plasticidade do Trabalho*, extensão das transformações no Mundo do Trabalho sob égide da irracionalidade sistêmica do capital, isto é, expressão sistêmica dos *Territórios da Degradação do Trabalho* (HECK, 2017), ou seja, territórios produtivos sob lógica capitalista, que revelam através dos conflitos e agravos à saúde dos trabalhadores a atual barbárie da sociedade do capital.

De acordo com Heck (2017), a apreensão da redução do trabalho à condição de mercadoria, entendido como elemento fundamental para a operacionalização do metabolismo social do capital, representa o ponto de partida essencial para a compreensão da *Geografia da Degradação do Trabalho*. Tal entendimento se mostra intrinsecamente vinculado à imposição de um paradigma societário que emergiu ao longo da história. Esse paradigma, caracterizado pela lógica da acumulação capitalista, reconfigurou não apenas as relações laborais, mas também os espaços geográficos nos quais o trabalho se insere.

Portanto, entendemos que as transformações que serão narradas neste trabalho nada mais são do que alterações nas formas e ritmos de extração de Mais Valia, e não transformações na natureza do sistema. Apesar de atingirem de forma



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



distintas os setores mais e menos protegidos pela legislação do trabalho, em nada se alteram as características notáveis do capitalismo.

Tomamos como marco para início de nossa análise as transformações ocorridas no capitalismo ao fim da década de 1960, sobretudo no meio da década de 1970. Este marco temporal é fundamental pois corresponde ao esgotamento do modelo de acumulação *taylorista-fordista-keynesiano*, para o modelo de organização baseado no neoliberalismo, de acordo com os Nakatani e Marques (2020, p. 65 – 66)

Enquanto a taxa de produtividade começou a apresentar queda, os salários reais mantiveram sua trajetória ascendente, resultando em queda da taxa de lucro e inibindo o investimento. Instalada a crise, que provocou o fechamento de empresas e bancos e a volta do desemprego (...) mediante a ineficácia de políticas keynesianas anticíclicas para fazer frente a ela, foi retomado o pensamento liberal sobre os princípios norteadores da política macroeconômica e sobre o papel ou lugar do Estado. *Esse pensamento, na sua forma mais acabada e radicalizada, é o que se convencionou chamar de neoliberalismo* (NAKATANI e MARQUES, 2020, p. 65 – 66) grifo nosso.

A crise econômica da década de 1970 rompeu com a rigidez do fordismo, inaugurando um conjunto articulado de reformas e aberturas que transferem a chamada “economia real” (produtora de mercadorias, de emprego e de renda originária da produção de bens e serviços) para a economia do capital fictício com a hipertrofia da esfera financeira (NAKATANI e MARQUES, 2020).

Denominado por Harvey (2008) de *Acumulação Flexível*, a nova morfologia do capital, trata-se de novos expedientes econômicos, sociais, culturais e políticos com impactos em toda esfera social. Caracteriza-se pelo “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2016, p. 140).

A retomada nas taxas de lucros foi fundamentalmente lastreada no investimento em ativos financeiros e na maior exploração do trabalho, para tal fim, o capital resgata a necessidade de desregulamentação da esfera financeira e das relações de trabalho, atingindo sobremaneira o Estado e Sindicatos. Neste contexto, observamos o aperfeiçoamento do modelo japonês, o *toyotismo*², associado a

²O Toyotismo corresponde a um novo modelo de gestão da força de trabalho marcada pela intensificação do ritmo de trabalho, produção flexível, trabalho polivalente e focado na qualidade. Métodos e instrumentos como *kanban*, *just-in-time*, *flexibilização*, *terceirização*, *subcontratação*, *CCQ* – *Círculos de Controle de Qualidade*, *Controle de qualidade total*, *Lean Production*, *gerência*



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



disseminação das terceirizações, desemprego estrutural, informalidade, privatizações, desregulamentação e crescente flexibilização do trabalho. Assim,

o capital se reestruturou com uma nova ideologia e política de controle, notadamente com a adoção do neoliberalismo, diminuição de direitos trabalhistas, privatizações, novas formas de trabalho como “empreendedorismo”, colaboradores, trabalho intermitente, ocasionando uma precarização total, o que demonstrava que o capital queria alterar seu modo de reprodução, mas sem abandonar suas bases fundamentais de acumulação (BRANDÃO e PONTE, 2022, p. 36).

A luz dessas considerações, nos propomos a realizar uma análise das transformações ocorridas na categoria bancária e seus impactos no trabalho e adoecer. Diante de tais objetivos, este trabalho segue estruturado em 4 partes, para além dessas notas introdutórias, apresentaremos sucintamente o percurso metodológico do trabalho, seguindo para análise dos resultados. Como ainda se trata de uma pesquisa em andamento evidenciamos os resultados parciais da coleta de dados e análise bibliográfica em duas partes: 1) primeiro apresentaremos um recorte das transformações na categoria bancária e; 2) o retrato da situação dos adoecimentos dos trabalhadores, para posteriormente apresentarmos nossas considerações finais.

METODOLOGIA

O texto parte de uma revisão bibliográfica considerando indicações do orientador e resgatadas a partir de plataformas de pesquisa e bancos de dados como *Google Acadêmico* e *SciELO*. Com base num arcabouço teórico consolidado, mas ainda em andamento, buscamos analisar os dados sobre emprego, remuneração e divisão sexual da categoria bancária, através dos banco de dados da RAIS/CAGED (Relação Anual de Informações Sociais/Cadastro Geral de Empregados e Desempregado), buscando estabelecer relações entre a deterioração das condições de trabalho com as reestruturações produtivas nos bancos. Por fim, pensamos e escrevemos este trabalho, de forma a promover um olhar inicial da Geografia do Trabalho e da situação dos trabalhadores bancários.

DESENVOLVIMENTO

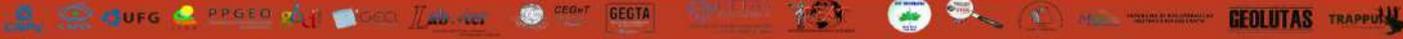
participativa, trabalhador-colaborador, sindicalismo de empresa, sistema de luzes (verde, laranja e vermelha) etc. (ANTUNES, 2015).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A categoria bancária é ilustrativa para descrevermos como os processos de precarização do trabalho oriundos da Reestruturação Produtiva reverberam de forma negativa na saúde dos trabalhadores. Os bancários, sendo a principal expressão do setor financeiro, estão por essência no coração funcional do capitalismo e nos processos de valorização. Trata-se de uma categoria organizada, com negociações coletivas abrangendo todo território nacional, e apesar de grande potencial e histórico de lutas, situa-se no *hall* das categorias com maior incidência de afastamentos por transtornos mentais.

Para compreender esse processo, elencaremos alguns aspectos da evolução do setor bancário e de suas consequências na organização do trabalho bancário. Em primeiro lugar, observamos algumas *ondas* de inovação tecnológica, ou reestruturações produtivas, no setor bancário desde o começo do século XX, porém é somente na década de 1960 que a tecnologia é inscrita nas estruturas bancárias de forma estrutural.

A *primeira onda* de reestruturação ocorre nos anos 1960, com o emprego da automação através dos primeiros Centro de Processamento de Dados (CPD), formados por computadores de médio e grande porte conectados por linha telefônica. A *segunda onda*, data de meados da década de 1970, com a automação nos terminais dos caixas e distribuição do sistema de processamento de dados pelas agências integrados de forma online, tornando a transmissão de dados mais rápida e segura. A *terceira onda*, já ao início dos anos 1980, corresponde a difusão dos caixas eletrônicos para autoatendimento e a disseminação do teletrabalho com atividade bancárias realizadas via telefone. Os caixas automáticos, inicialmente restritos as agências passam a ser instalados em ambientes externos e com funcionamento para além do horário de atendimento dos bancos oferecendo serviços complexos de forma automatizada (SOARES, 2013; VAZQUEZ; CAVARZAN e KREIN, 2017).

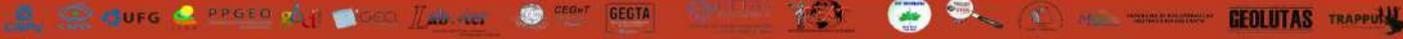
A quarta e quinta onda, são de nosso maior interesse, pois são associadas ao contexto de abertura comercial dos bancos, competição internacional, privatizações, fusões e aquisições, concentração e centralização de capital em poucos grandes bancos, terceirizações, disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação que resultaram em demissões em massa, e numa nova composição do *ser* e do *atuar* do bancário em seu dia a dia com reflexos diretos nos padrões de adoecimento. A partir da década de 1990, através do acesso as tecnologias de informação e comunicação, sobretudo a *internet*, o acesso aos serviços bancários



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



foram (re)territorializados de forma mais flexível através da automação de diversos serviços como o *internet*, *home*, *office* e mais recentemente *mobile banking*. Neste contexto, destaca-se as novas dimensões dos Bancos Digitais, das parcerias com empresas terceirizadas e da entrada de novos agentes no mercado financeiro como as *fintechs*³ (OLIVEIRA, 2021).

Apesar de ser difícil estimar quantitativamente quantos postos de trabalho foram diretamente fechados pelas ondas de inovação, visto que, as primeiras ondas são paralelas a momentos de expansão do setor financeiro, na qual coabitaram ondas de demissões em massa com a contratação de grandes contingentes de novos trabalhadores, tomamos como certo que, tinham e ainda tem como objetivo uma redução significativa da categoria e tornar o trabalho morto cada vez maior nas atividades financeiras.

As cinco ondas de inovações foram acompanhadas por uma forte diminuição no número de trabalhadores contratados diretamente pelos bancos, sobretudo nas duas ondas anteriores, quando notamos um sentido bem definido de reduzir o contingente de pessoas nas agências além de automatizar os serviços, fragilizando as atividades grevistas e o potencial de perdas dos bancos em momentos de greve (SOARES, 2013).

Com a automação bancária e os novos expedientes de gestão do trabalho, o trabalho bancário é redefinido de um “ofício” que envolvia conhecimentos específicos, adquiridos através de um longo processo de formação e treinamento, que requeria conhecimentos contábeis e de matemática financeira, para corresponder a tarefas simples, repetitivas, vazias de conteúdo, fragmentadas, parciais e programadas e às diretrizes da venda de produtos financeiros e cumprimento de metas.

Essas alterações são ressonâncias das mudanças macroeconômicas mundiais referentes ao neoliberalismo e a acumulação flexível que, passaram a exigir do mercado não mais trabalhadores estáveis e altamente especializados, mas trabalhadores com qualificações para lidar com os novos instrumentos tecnológicos, polivalentes e multifuncionais, com capacidade de se adaptar as mudanças, resolver

³ As *fintechs* são startups financeiras que atuam em diversas frentes, cartão de crédito, pagamentos, investimentos, seguros, recuperação de cartão de crédito etc. “Em suma, são empresas não financeiras, sem nenhum tipo de presença física para contato com clientes, oferecendo serviços financeiros em plataformas exclusivamente digitais” (VAZQUEZ; CARVAZAN; KREIN, 2017, p. 63 – 64).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



problemas de forma rápida e ser flexível, de modo a “reduzir o tempo de produção e circulação do capital, ampliando assim a intensidade e, conseqüentemente, a exploração” (ANTUNES, 2020, p. 177).

O bancário passou a dever estar apto a se apropriar e dominar as novas tecnologias tão rápido quanto são inseridas no ambiente de trabalho, ser simpático com os clientes, realizar diversas funções ao mesmo tempo e responder a cobranças de metas de venda, pois estes são fator fundamental para manutenção de sua remuneração e emprego. Sendo assim, a individualidade, competição e solidão tornam-se marcas do trabalho bancário. Ao mesmo tempo, a necessidade de cumprir as metas impõe desafios éticos aos bancários, como vender produtos inadequados a seus clientes ou mesmo comprar os produtos que precisam vender para cumprir as metas.

No caso dos bancários, desde o fim da década de 1990, o mecanismo da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e das metas tem ganhado cada vez mais destaque na remuneração dos trabalhadores, transformando-os em agressores e vítimas de si mesmos, enquanto estão sob vigia constante de seus colegas. De acordo com Antunes (2018) as metas impostas beneficiam o capital, pois se configuram como um mecanismo autodisciplinador do trabalho, promovendo o engajamento dos trabalhadores na produtividade da empresa, diminuindo a quantidade de faltas e porosidades no espaço de trabalho, além de promover a competição entre os trabalhadores.

Assim, em perspectiva, notamos a consolidação de um novo tipo de trabalhador bancário entre o final da década de 1990 e anos 2000, associado ao fechamento de postos de trabalho, terceirização, privatizações, cumprimento de metas, aumento da produtividade, etc., de forma que, as novas funções exigiam a subordinação de suas vontades e idealizações aos interesses corporativos, em outras palavras, a necessidade imposta de “vestir a camisa da empresa”.

Como resultado, podemos ver no Gráfico 1, a década de 1990 (início da série histórica) parte de um processo sistêmico de fechamento de postos de trabalho bancários. Mesmo diante de uma leve recuperação a partir de 2003/2004, esta corresponde a um momento de expansão do sistema bancário nacional, encimado nas políticas públicas de bancarização para captação de clientes, sobretudo da população com menores faixas de renda. No entanto, a expansão do sistema bancário e o crescimento dos postos de trabalho não seguiram a mesma proporção, visto que,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

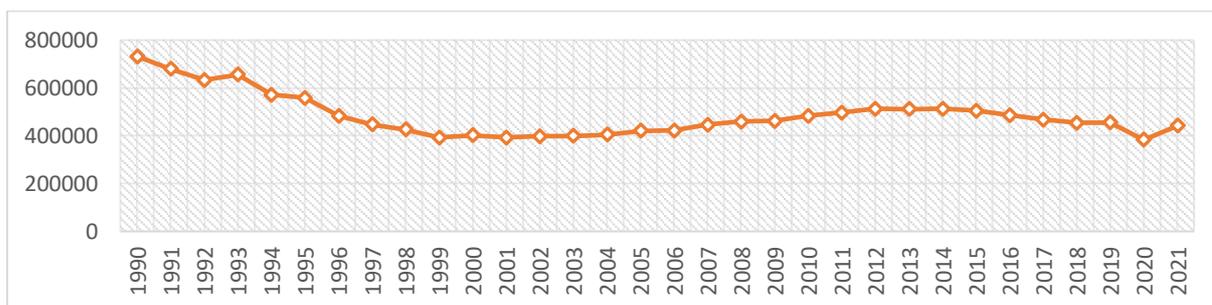
ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



fundamentalmente, alinhada as novas tecnologias digitais, os bancos passam a utilizar com maior intensidade da terceirização através da utilização dos Correspondentes bancários⁴, de forma que em 2021 havia pouco mais da metade da quantidade do início da década de 1990.

Gráfico 1 – Quantidade de postos de trabalho bancário (1990 – 2021)



Fonte: Rais/Caged (2023)

Ao mesmo tempo, a categoria passou a fazer parte de uma nova dinâmica geracional, na qual, os trabalhadores com mais de 10 anos diminuíram gradativamente (GRÁFICO 2). Essa dinâmica é uma das faces mais cruéis da Reestruturação Produtiva, visto que, conforme aponta Antunes (2015) a tendência do capitalismo moderno é excluir os mais velhos do mercado de trabalho, ou condená-los a informalidade, quando com muita sorte voltam ao mercado formal, via de regra trabalhadores reinseridos encontram-se em patamares de renda inferiores ao de seu emprego anterior.

Isso corresponde a tratativa do capital em quebrar os vínculos de solidariedade dos trabalhadores e de reduzir os custos das folhas de salários, visto que, os mais velhos são coagidos a saírem através dos Plano de Demissão Voluntária (PDV), pois são justamente estes os com maiores experiências, maiores salários e maior vínculo com as memórias das lutas sindicais.

⁴ Vazquez (2018) aponta para um violento processo de terceirização, como a contratação de empresas para prestação de serviços aos clientes, como uma via disfarçada de terceirização, promovendo “um processo sem precedentes de heterogeneização do emprego no setor, visto que permitiu a contratação de trabalhadores distribuídos em setenta classes de atividade econômica, externas ao setor financeiro”, sendo que, os funcionários das empresas terceirizadas, realizando o mesmo trabalho dos bancários, recebem em média apenas 1/4 dos salários (VAZQUEZ, 2018, p. 180).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

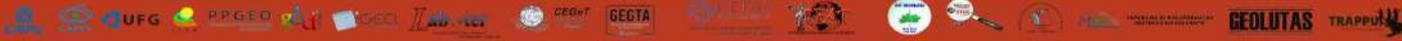
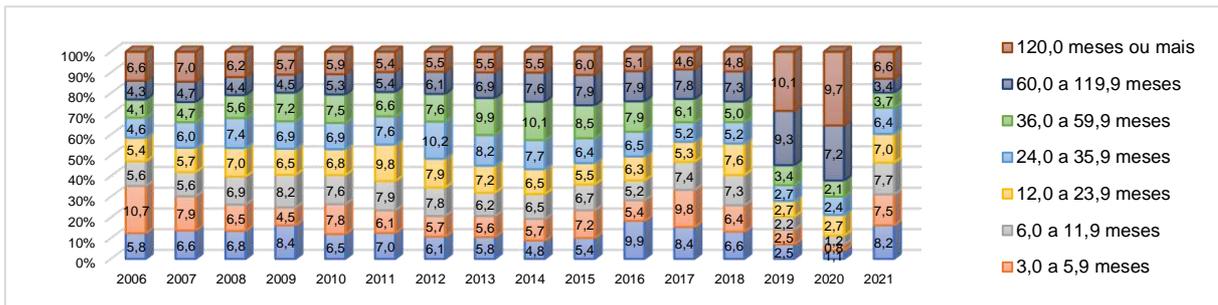


Gráfico 2 - Proporção de bancários por tempo no emprego⁵



Fonte: Rais/Caged (2023).

Outro paralelo que remonta ao início das reestruturações nos bancos, refere-se a feminização do trabalho bancário. Conforme Soares (2013) passa a ocorrer de forma mais intensa a década de 1960, quando contingentes significativos de trabalhadores especializados são substituídos pela mão de obra feminina menos qualificada e com menor remuneração. Claro que, não cabe nesse trabalho resumir a importância social e histórica que a luta e ascensão das mulheres ao mundo do trabalho tiveram nos últimos séculos, no entanto, não podemos ignorar a contradição dessa inclusão pela via da inclusão marginal (THOMAZ JUNIOR, 2019). Constatamos que na categoria as mulheres correspondiam a apenas 46% da categoria em 2006, ascendendo para 49% em 2019, no entanto, ainda são minoria nos altos cargos de comando (que recebem os maiores salários) e maioria nos cargos mais baixos, sendo que, contraditoriamente, apresentam em média escolaridade superior à dos homens. Como podemos ver no Gráfico 3, os bancos utilizam a ascensão das mulheres no mercado de trabalho para reduzir os gastos com salários, aumentando a quantidade de capital acumulado.

Gráfico 3 – Trabalhadores bancários por sexo e faixa salarial, em Salários-Mínimos (SM), (2006 – 2021)

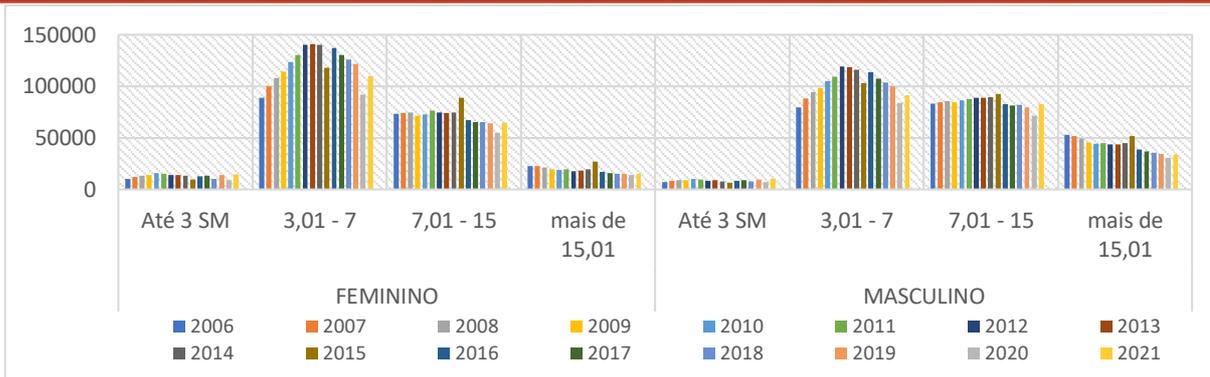
⁵ Dados 2019 e 2020 têm aberrações sem explicações encontradas.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Fonte: Rais/Caged (2023).

A violenta reorganização interna dos bancos só foi possível pela flexibilização nas leis trabalhistas e no processo de contratação/demissão, aumentado a rotatividade e o medo do desemprego. As novas formas mais flexíveis de gestão do trabalho associada a disseminação de novas tecnologias correspondem diretamente ao fechamento de postos de trabalho, desemprego e intensificação no ritmo de trabalho. Como consequência, tais processos reverberam negativamente na saúde, e como veremos nas páginas seguintes, promovendo novos padrões de desgaste à saúde com consequências severas para o *trabalhar* e *viver* dos trabalhadores bancários.

SAÚDE DOS BANCÁRIOS

Os adoecimentos e acidentes de trabalho são postos majoritariamente como resultado do acaso, má sorte, irresponsabilidade ou pré-disposição biológica, no entanto, partimos do pressuposto que, como nos lembra Thomaz Junior (2011, p. 323) “as doenças ocupacionais relacionam-se menos com as disposições biológicas e anormalidades orgânicas, que têm incidência isolada sobre os trabalhadores, que, fundamentalmente com a organização e a realização da atividade laboral”, nesse sentido

“entender o par saúde-enfermidade encimado à categoria trabalho implica sintonizá-lo à totalidade do processo social de trabalho (produção e reprodução da vida) e ao conjunto das relações que os homens estabelecem entre si, enquanto sujeitos históricos” (THOMAZ JUNIOR, 2011, p.323).

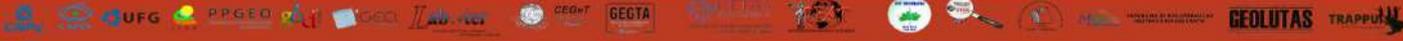
Desde 2012, foram registrados no Brasil mais de 7 milhões de Acidentes de Trabalhadores com carteira assinada, sendo mais de 27,2 mil óbitos (MPT/Smartlab, 2023). Ao tomarmos por referência as atividades econômicas da



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

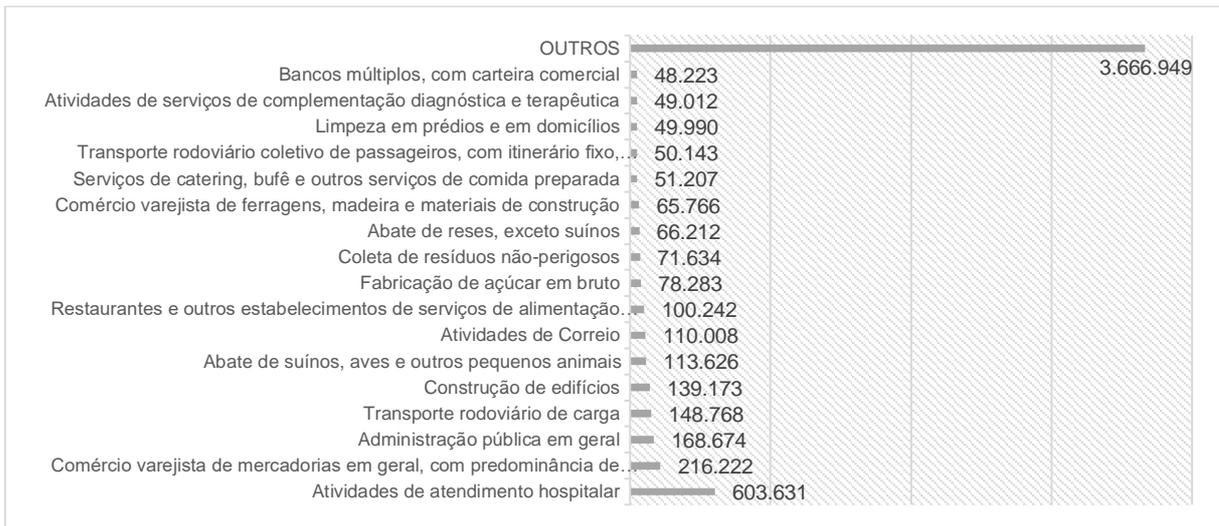
ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) com maiores notificações de acidente de trabalho, notamos que, “Atividades de atendimento hospitalar”, está em primeiro lugar em quantidades desproporcionais com as outras categorias. Porém, isso não significa necessariamente ser a atividade que mais adocece ou acidenta, apenas a que possui mais notificações. A disparidade desproporcional com as outras categorias evidenciam a subnotificação⁶ das outras categorias (GRÁFICO 4). Compondo a categoria bancária, a atividade “Bancos múltiplos, com carteira comercial” (CNAE 2.0: 64221), está na posição 16^o.

Gráfico 4 – Classificações CNAE com maiores quantidades de notificações de acidente de trabalho (2012-2023)



Fonte: MPT/Smartlab (2023)

No Brasil e no mundo, com a expansão do setor de serviços a partir da década de 1980, sobretudo na de 1990, os bancários foram atingidos por uma epidemia de Lesão de Esforço Repetitivo e Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho (LER/DORT). Com a atividade cada vez mais mediada pela máquina (hoje pelos softwares e algoritmos), ao longo de sua consolidação profissional, as atividades repetitivas e sob forte pressão temporal eram responsáveis por dores e sofrimentos

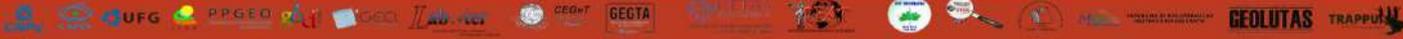
⁶ Contornar a subnotificação não é um mero exercício estatístico. Compreender a subnotificação é um desafio teórico e metodológico complexo, visto que, inúmeros elementos sobrepostos obstaculizariam ou impedem os trabalhadores de buscar a notificação desse tipo de agravo a saúde. Por exemplo: medo do desemprego, informalidade, pressão dos colegas e chefia, premiações para funcionários com poucas faltas, ter doenças consideradas leves; preocupação com colegas ou clientes; receio de expor sua doença; falta de acesso à informação; constrangimentos na busca pelos direitos; estigmas ao estar afastado do mercado de trabalho por doença; perdas de remuneração; *presenteísmo* etc.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



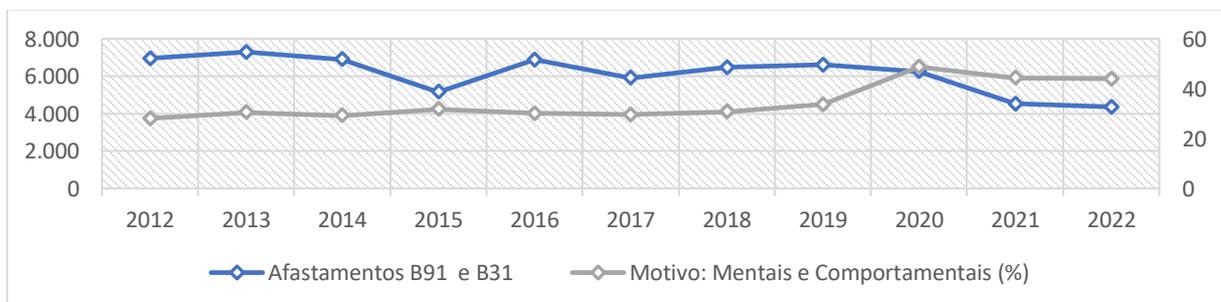
que não somente acompanhavam (acompanham) os trabalhadores durante sua jornada, mas ultrapassam a esfera laboral atingindo a esfera da reprodução social, incluindo os agravos as relações familiares, ao lazer, ao descanso etc.

Durante muito tempo se evidenciava a falta de mobiliário adequado na arquitetura das agências bancárias, pois visava exclusivamente o conforto dos clientes e não dos trabalhadores (NETZ e MENDES, 2006). Contudo, apesar de aspecto importante para ergonomia, não toca nos aspectos fundamentais, como a

exigência crescente de produtividade; pressão excessiva da estrutura das empresas para cumprimento de metas e remuneração vinculada a elas; diminuição da autonomia; aumento da competitividade e diminuição da coesão e solidariedade entre colegas; medo de demissão e isolamento foram identificados como ingredientes que, somados às atividades operacionais que exigiam posturas incômodas por tempo prolongado, rapidez e repetitividade, passaram a ser considerados desencadeadores e agravantes de dores e afecções musculoesqueléticas (MAENO, 2011, p.209).

No trabalho bancário, os funcionários enfrentam desafios significativos, incluindo pressões diárias, intimidações e humilhações em um ambiente autoritário e opaco, onde decisões de carreira e demissões são muitas vezes arbitrárias. Isso resulta em competição intensa, isolamento e solidão, com a obrigação de cumprir metas de produtividade elevadas, muitas vezes à custa de princípios éticos. Desde a década de 1990, houve um aumento notável na ocorrência de transtornos mentais entre os trabalhadores bancários, com esses transtornos se tornando a principal causa de afastamento à partir de 2013. Em 2020, cerca de metade dos afastamentos de trabalhadores bancários foram devido a problemas de saúde mental.

Gráfico 5 – Perfil dos Afastamentos Previdenciários (B91 e B31) dos bancários



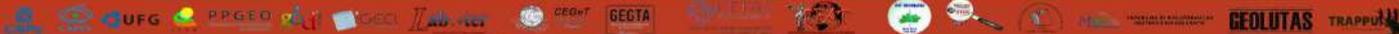
Fonte: MPT/SMARTLAB (2023)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Observamos que apesar de expressa nos corpos e mentes dos indivíduos, o adoecimento dos trabalhadores ocorre de forma coletiva, portanto, a prevenção deve ser estrutural. Isto significa que não basta tratar das questões da saúde do trabalhador se não tratarmos do trabalho em si, sobretudo no que tange sua reprodução social. A vida profissional reforça a identidade dos sujeitos e o trabalho é o local mais propício para o desenvolvimento das relações interpessoais, para o desenvolvimento do coletivo, e como consequência do desenvolvimento da cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos propormos investigar os desdobramentos do trabalho estranhado e da reestruturação produtiva nos desgastes e saúde do trabalhador nos colocamos diante de sérios obstáculos teóricos, metodológicos, estatísticos e sociais. Esbarramos constantemente no conservadorismo e interesses patronais que buscam negar os nexos causais da precarização do trabalho com o adoecimento do trabalhador e as falácias neoliberais que cada vez mais se difundem pelo senso comum.

Sabemos que os desgastes e agravos à saúde do trabalhador não são invenções do neoliberalismo, no entanto, começamos a reconhecer que ganham novos contornos quantitativos e qualitativos, sobretudo em contextos de máxima desproteção e precarização das relações e dos vínculos de trabalho.

O trabalho segue em andamento, no entanto, com base nas informações já recolhidas, e com apoio na bibliografia podemos afirmar que, se trata de uma questão histórica da imposição estrutural do sociometabolismo do capital, sendo assim, o resgate ao controle do processo de trabalho é essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, onde o trabalho não seja sinônimo de exploração e sofrimento humano, mas que seja sinônimo de dignidade e dos direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema, volume 4. São Paulo: Canal6 Editora, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. Capitalismo Pandêmico. São Paulo: Boitempo, 2022.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRANDÃO, Raquel Lins; PONTE, Karina Furini. Uma análise sobre a precarização do trabalho a partir da empresa-aplicativo Uber. *Revisa Pegada*, Presidente Prudente, v. 22, n. 3, p. 26 – 47, 2021.

HARVEY, David. 17 Contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HECK, Fernando Mendonça. O Espaço e o Contraespaço no circuito produtivo do capital da frigorificação de carnes no Oeste paranaense. 2017. 348 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2017

MAENO, Maria. LER e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho: faces de uma mesma moeda. In: *Sznelwar (orgs.) Saúde dos Bancários*. São Paulo: Publisher Brasil e Editora Gráfica Altitude, 2011, 207 – 230.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. O capitalismo em crise. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NETZ, Jacéia Aguiar; MENDES, Jussara Maria Rosa. O Massacre dos Trabalhadores Bancários e a Ação Sindical: Sobrejornadas, Metas excessivas, Pressão, Medo, Práticas Gerenciais Autoritárias versus Práticas Preventivas. *Boletim da Saúde*, v. 20, n.01, p. 25 – 35. 2006.

OLIVEIRA, Matheus Buttler. Territórios da degradação sistêmica do trabalho: a multiescalaridade do adoecimento e fragilidade sindical dos bancários de Presidente Prudente-SP. Monografia (Graduação em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, p.194. 2021.

Soares, José Luiz. Radiografia da mobilização bancária: ação sindical e política nos anos 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho (em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada). *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 52, p. 197 – 240, 2019.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: Os limites da ‘leitura’ geográfica. *PEGADA*, Presidente Prudente, v. 12, n. 1, p. 104 – 122, 2011.

VAZQUEZ, B. V.; CAVARZAN; G. M. KREIN, J. D. A quinta onda tecnológica e os trabalhadores: novas estratégias e desafios para o sindicalismo no setor bancário brasileiro. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 8, p. 61 – 79, 2017.

VAZQUEZ, Bárbara Vallejos. Correspondentes bancários e terceirização: o subterrâneo das relações de trabalho no setor financeiro no Brasil. 2018. 1 recurso online (236 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA-APLICATIVO UBER: vilipêndios e contradições

Jean Silveira dos Santos¹
Marcelo Rodrigues Mendonça²

Resumo

As transformações nas relações sociais de produção diante da sofisticação tecnológica contemporânea têm imposto uma complexidade no mundo do trabalho sem precedentes e na noção do território usado como recurso estratégico. Um exemplo significativo é a empresa Uber, arquétipo da "uberização" do trabalho, pioneira no transporte de passageiros por aplicativos no mundo e com territorialização notável no Brasil. O objetivo deste artigo é compreender a atuação e a expansão territorial da Uber, incluindo em solo brasileiro. A metodologia empregada consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, a partir de informações da própria empresa-aplicativo. Para tanto, o artigo é organizado em seções que incluem introdução, metodologia e considerações finais. Além disso, apresenta uma seção teórica que busca abordar a discussão proposta sob a ótica da ciência geográfica.

Palavras-chave: trabalho; território; algoritmo; contradições; uberização.

Introdução

As atuais relações sociais de produção no sistema capitalista impõem uma complexidade sem precedentes no mundo do trabalho. Ao analisar de perto a sua conjuntura a partir da totalidade espacial, constata-se que o desenvolvimento tecnológico tem possibilitado não somente novas formas de extração de valor e regimes recentes de acumulação, associados a uma regressão jamais vista dos direitos da classe trabalhadora desde a reestruturação produtiva – expressa pelo dismantelamento das conquistas históricas do proletariado no final dos anos 1970 –, mas também as mudanças na concepção do controle territorial.

Se a materialidade do território manifesta as fricções de classe nas relações capital x trabalho, hoje, além dessa premissa fundante nos estudos geográficos, a dominação jurídica e ideológica, portanto, imaterial, soma-se aos métodos vigentes de subsunção do trabalho aos ditames do capital. Nesse

¹ Estudante de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

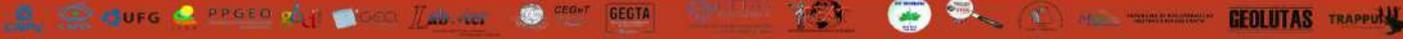
² Professor dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



sentido, empresas-aplicativo (ABÍLIO, 2020) de transporte de passageiros, a exemplo da Uber, conhecida pelo alcance global de suas ações, via de regra, mediante a plataformização que se expande ao cotidiano social, econômico e político, conformam a transição para uma “vida algorítmica” (SADIN, 2015; SRNICEK, 2021).

A um só tempo, nota-se uma exploração do trabalho a níveis pretéritos, contradizendo a retórica do desenvolvimento tecnológico para um bem da humanidade. Ainda sob a égide do *tripalium*³, o trabalho tem sido central e não apresenta sinais de desaparecimento; pelo contrário, tem demonstrado a protoforma do capitalismo ao lado de tecnologias informacionais ainda não concebidas na história humana (ANTUNES, 2020).

O objetivo deste artigo é compreender a atuação e a expansão territorial da Uber, incluindo em solo brasileiro. Para tanto, o artigo é organizado em seções que incluem introdução, metodologia e considerações finais. Além disso, apresenta uma seção teórica que busca abordar a discussão proposta sob a ótica da ciência geográfica. Em síntese, o território tem desempenhado um papel fundamental no novo modelo de acumulação denominado “uberização”, e a empresa-aplicativo que personifica esse modelo, a Uber, demonstra uma territorialização notável, sobretudo na perspectiva de consolidação do meio técnico-científico-informacional.

Metodologia

A análise se estruturou a partir de pesquisa qualitativa e quantitativa. A combinação dessas abordagens possibilitou uma compreensão ampla do objeto de estudo, fazendo uso de dados e tendências mensuráveis, assim como apoiando-se em conceitos e categorias de análise (MINAYO; SANCHES, 1993). Com esse entendimento, a pesquisa está classificada como básica e exploratória, composta por duas etapas: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

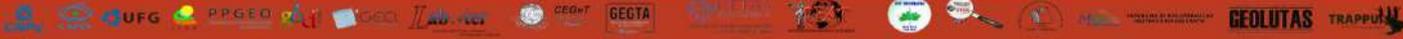
³ Segundo o Dicionário Etimológico (2023), “*Tripalium* é o nome de um instrumento de tortura constituído de três estacas de madeira bastante afiadas e que era comum em tempos remotos na região europeia. Desse modo, trabalhar significava ser torturado”.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A pesquisa bibliográfica se fundamentou em fontes como livros, e-books, artigos publicados em periódicos e anais de eventos. As categorias extraídas do objeto de estudo incluem território, espaço e trabalho. Para compreender as relações sociais de produção e as contradições capital x trabalho ao modo da plataformização, recorreu-se aos conceitos de uberização e plataformas digitais.

A pesquisa documental coletou dados diretamente no site da Uber. Além disso, levou em conta questões jurídicas que convergem para o atual estágio de precarização do trabalho no Brasil, destacando-se a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e a lei que estabelece as diretrizes de mobilidade urbana (Lei nº 12.587; Projeto de Lei Complementar nº 28/2017). Também incluiu um levantamento do desemprego no Brasil ao longo da série histórica de 2012 a 2023, a partir de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Na primeira etapa – a pesquisa bibliográfica –, foi analisada a metódica da Uber em relação aos processos contemporâneos de controle do trabalho e do território. Na segunda etapa – a pesquisa documental –, esses aspectos foram correlacionados por meio de uma análise escalar, utilizando dados sobre a territorialização global da Uber e suas receitas por região, bem como a sua presença no Brasil em 2023.

Territorialização da Uber: global, nacional, local

Haesbaert (1997) delinea um panorama sobre a natureza do território, de maneira a expor a multiplicidade e complexidade desta categoria. Ao fechar uma síntese que se estende desde a compreensão natural, passando pelas ideias acerca do trinômio T-D-R (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização) e de uma territorialidade “menos especializada e mais temporalizada” devido à modernidade informacional, até as concepções do subjetivo e afetivo, o autor argumenta que existem três abordagens conceituais fundantes sobre o estudo do território à luz dos estudos geográficos.

Essas três abordagens se resumem a i) uma perspectiva jurídico-política, na qual o território é tido como um espaço limitado e é atravessado pelo



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



poder, sobretudo estatal; ii) uma versão culturalista, subjetiva e ligada ao simbólico, às identidades e ao imaginário social e; por fim, iii) uma visão econômica, que se expressa pela materialização das contradições de classes nas relações capital x trabalho. Nas três concepções, existe um pressuposto: a disputa e o controle de uma determinada fração do espaço geográfico (HAESBEART, 1997).

Ao analisar a centralidade dos aplicativos dentro de uma tendência contemporânea das relações capital x trabalho, é necessário entender que o controle territorial está calcado em múltiplas esferas, do material ao imaterial. Mesmo porque, as novas formas de extração de valor, patenteadas pelo neologismo uberização, têm colocado desafios para interpretação geográfica. Sabe-se, antes, que os aplicativos são ferramentas que surgem a partir da financeirização de projetos tecnológicos promissores pensados por grupos de programadores imersos à lógica do Vale do Silício⁴. Esse é o laboratório que gesta a ampliação e consolidação da era do setor de serviços contemporânea (ANTUNES, 2020).

Para Abílio (2020), embora o termo uberização seja recente, a sua operacionalização não o é. Mas é verdade que as tecnologias-informacionais controladas pelas corporações capitalistas, sobretudo pela pioneira Uber – por isso chama-se uberização –, potencializaram a concretização da sua função no controle do trabalho. Sinteticamente, a uberização pode ser entendida como uma processualidade que tem por objetivo camuflar a condição de assalariamento e (super)exploração. Faz-se isso na prática através da aparente “prestação de serviço”, urdida pela lógica do empreendedorismo e reforçada pelas relações aparentemente distanciadas entre trabalho e capital.

Como essa relação é escamoteada pela lógica do “patrão de si mesmo”, torna-se muito complexo enfrentar a fragmentação de classe, mesmo porque a competição entre os próprios trabalhadores (trabalho x trabalho) é o aspecto-chave para que não haja qualquer tipo de associação de subordinação

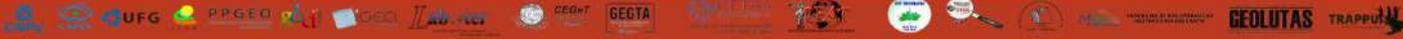
⁴ Conhecido como Silicon Valley é uma região localizada na parte sul da área da Baía de São Francisco, (Califórnia, EUA). É reconhecido como o epicentro global da tecnologia, inovação e empreendedorismo, devido à presença de muitas empresas que fabricavam dispositivos eletrônicos usando o silício como material base para circuitos integrados, mas ao longo do tempo, tornou-se um símbolo de todo o setor de tecnologia.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



do trabalho dos motoristas ao capital dessas empresas-aplicativo. A ideia, portanto, gira em torno de um aspecto vital: a de que trabalhador não se reconheça enquanto tal, mas sim como indivíduo, livre e (supostamente) autônomo.

Deve-se lembrar das intencionalidades hegemônicas presentes nos objetos técnicos (SANTOS, 1994), que desempenham um papel fundamental no funcionamento desta recente forma de subordinação do trabalho ao capital. Evidencia-se assim que a tecnologia não é neutra, mas sim objeto de disputa nos campos econômico, político e ideológico. Por isso, entende-se que a dessubjetivação de classe resulta desse embate, que produz as clivagens da classe trabalhadora contemporânea, agravadas pela predominância da lógica empreendedora.

Não à toa, a retórica das empresas-aplicativo segue uma cartilha única: “não somos do ramo transporte, mas, sim, do campo tecnológico”. E entender esse fato é substancial para combatê-lo. Se apresentar sob esse pano de fundo que apregoa inexistência do vínculo trabalhistas é a base fundante para deslocar a responsabilidade da seguridade social para o “motorista-parceiro”, que, em consequência, arca totalmente com a sua própria sorte. Se se adoecer, acidental-se, ou qualquer outro imprevisto, cabe a ele próprio gerenciar suas mazelas.

Esse procedimento tem resultado na expropriação do trabalho a patamares inéditos – mesmo porque as empresas-aplicativo de tal natureza lucram diante de uma realidade na qual elas não precisam sequer ser donas dos principais meios de trabalho (os carros, as motos ou as bicicletas) ou mesmo pagar direitos básicos (por exemplo, os garantidos, ainda, pela CLT). A necessidade material de uma ampla massa de trabalhadores desempregados, informais e precarizados, é o engodo da riqueza da Uber.

A síntese: uma tragédia explícita do mundo do trabalho em que a realidade consiste em pessoas que ficam entre dez e quatorze horas, em certos casos, ininterruptas, dentro de um carro, em cima de uma moto ou de uma bicicleta, para receber valores por vezes abaixo das condições materiais de existência, e o pior: tudo dentro da legalidade (ANTUNES, 2020; TOZI, GIANASI, 2023). Condições tão degradantes que amiúde se assemelham à



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

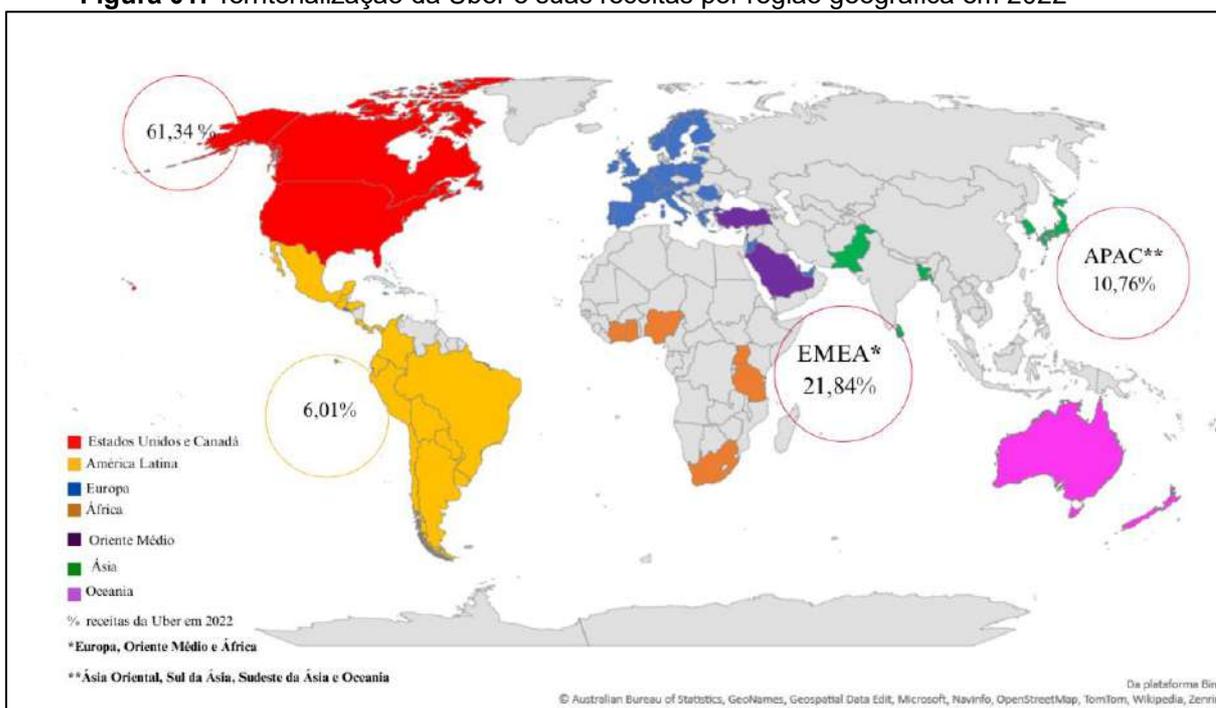


superexploração do trabalho, conceito cunhado por Marini (2022) para explicar a precarização em níveis extremos no contexto de dependência econômica de países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos.

Motta Júnior (2019) lembra que as leis garantem plenitude para classe empresarial, a exemplo da Reforma Trabalhista de 2017, a antessala da superexploração do trabalho no Brasil atual. Assim, primeiro, garante-se um exército industrial de reserva, isto é, um quantitativo de pessoas desempregadas. Adiciona-se os precarizados ou informais de toda ordem. Inclui-se, por fim, a desregulamentação de trabalhos por aplicativos. Essa interconexão contempla o aporte jurídico para não “penalizar” as empresas-aplicativo.

Nessas condições, surge o trabalho por aplicativo no Brasil. Inicialmente, com a empresa 99 em 2012 e, em 2014, a Uber, arquétipo da 'uberização', chega ao Brasil durante a Copa do Mundo de Futebol Masculino da FIFA, aproveitando, inclusive, esse grande evento de marketing e o caráter cosmopolita nas capitais do país onde estavam realizando os jogos da copa (TOZI, 2021). Dessa forma, a Uber domina o mercado de transporte por aplicativos no país, assim como no Planeta Terra. Observe-se na Figura-01 a sua territorialização e receitas por região geográfica no ano de 2022.

Figura 01: Territorialização da Uber e suas receitas por região geográfica em 2022



Fonte: Uber (2023). Elaborado pelos autores.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A Uber tem demonstrado uma constante expansão territorial, abrangendo mais de 70 países e superando a marca de 10 mil cidades em 2022, totalizando 7 bilhões de viagens. No Brasil, a presença da Uber abarca todas as principais metrópoles e ultrapassa 500 cidades, representando aproximadamente 5% do total de localidades onde a empresa atua globalmente. Com mais de um milhão de motoristas cadastrados no país, a empresa intermediou mais de 6,7 bilhões de viagens ou entregas (Uber Eats), alcançando a expressiva marca de mais de 30 milhões de usuários em território nacional, consolidando-se como o mercado mais rentável da América Latina (UBER, 2023).

Sob a gestão Bolsonaro e durante o período da Pandemia da Covid-19, observa-se um agravamento das condições que já eram precárias (ANTUNES, 2022). O avanço da extrema direita, aliado ao uso intensivo das redes sociais por parte de seus seguidores, simpatizantes e articuladores, contribuiu para a disseminação de narrativas sobre o "autoemprego", que visam encobrir a tragédia do desemprego e da informalidade. Esses problemas são, de fato, crônicos no contexto do mundo do trabalho brasileiro (POCHMANN, 2020). A Tabela 01 apresenta a realidade dos últimos 11 anos no país em relação ao desemprego.

Tabela 01: Taxa de desemprego no Brasil – 4º tri. 2012 a 2022 (x 1.000 pessoas).

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
6.730	6.151	6.555	9.222	12.476	12.453	12.413	11.903	14.412	12.011	8.572

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2022).
Elaborado pelos autores.

Os níveis alarmantes sob a gestão do governo Bolsonaro são motivo de preocupação, especialmente quando associados ao auxílio emergencial em patamares críticos e às condições precárias impostas aos trabalhadores por aplicativo. Durante parte do período pandêmico, esses trabalhadores foram elevados à condição de heróis por enfrentarem os perigos do vírus em serviços classificados como "essenciais", embora não tenham obtido, evidentemente, direitos ou mesmo equipamentos de proteção individual (ANTUNES, 2022).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Esse pano de fundo, em síntese, do que está ocorrendo na atualidade sobre as condições de trabalho no sistema capitalista, é substancial para se fazer uma análise geográfica. Recorrendo à Harvey (2005), o capital, no afã de superar suas próprias crises, suscita, de alguma forma, à organização espacial. Associando isso ao que já se expôs antes sob as lentes interpretativas de Haesbaert (1997): o território, desde a sua dimensão material e imaterial, é determinante para o entendimento das relações de poder em uma porção do espaço geográfico.

No presente caso, os aspectos econômicos, culturais e políticos, tanto simbólicos quanto concretos, se entrelaçam na concepção do uso do espaço urbano para a geração de riqueza, por um lado, e a produção da miséria material e espiritual, por outro. No cerne desse fenômeno estão as classes burguesa e proletária, que, sob novas roupagens, possivelmente mais obscuras, expressam as contradições diante da ontologia e reificação do trabalho, evidenciando preocupações levantadas por teóricos como Srnicek (2021) em "Capitalismo de Plataformas".

Tozi (2021), geógrafo brasileiro, professor e pesquisador, destaca a importância de abordar o território na análise integrada do mundo do trabalho digital e informacional. Empresas-aplicativo, como a Uber, influenciam as diretrizes e leis de mobilidade urbana, direcionando esse domínio jurídico para o mercado. Motta Júnior (2019) sugere que isso pode resultar na diminuição do papel governamental na gestão do território, e a possibilidade de uma gestão territorial democrática torna-se cada vez mais distante. A Uber, aproveitando esse cenário, consolidou-se no Brasil.

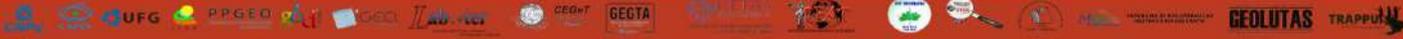
Portanto, o conhecimento científico, especialmente na esfera geográfica, é crucial para compreender o domínio sobre o território visando a expansão e o monopólio desse serviço no espaço urbano, algo que empresas-aplicativo, como a Uber, efetivamente realizam. Nesse sentido, é essencial aprofundar a análise sobre como o controle das diretrizes nacionais de mobilidade urbana, expressas na Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012, descentralizada para os municípios, possibilita concretamente a tendência voltada ao mercado (BRASIL, 2012). Exemplificando as correlações de forças



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

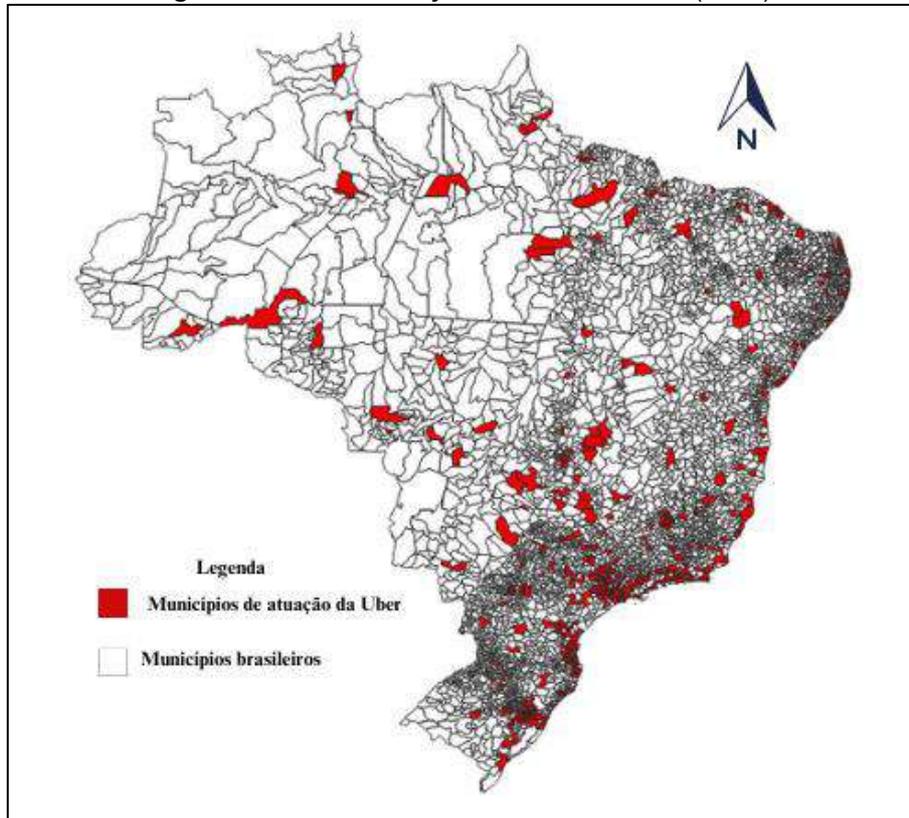
ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



políticas sob essa lei, destacam-se as alterações promovidas pela PLP 28/2017 (BRASIL, 2017).

Figura 02: Territorialização da Uber no Brasil (2023).



Fonte: Uber (2023). Elaborado pelos autores.

A Uber chegou ao Brasil em 2014, nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, e em 2015, em Porto Alegre. Desde então, a empresa vem expandindo suas operações pelo país, seguindo a configuração socioespacial brasileira. Assim, observa-se uma maior concentração de serviços no litoral, em contraste com as regiões Nordeste e Norte. Em 2016, a Uber passou a atuar em 12 capitais e em Campinas. No ano seguinte, a empresa adotou uma estratégia de interiorização, aumentando suas áreas de atuação de 13 para 85, incluindo estados e capitais do Centro-oeste e Norte. Em 2018, a Uber estava presente em todas as unidades federativas, com 117 áreas de atuação (CASTANHEIRA; DUARTE, 2018).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Baseada na alegada "economia de compartilhamento"⁵, a empresa-aplicativo em questão fundamenta sua territorialização em cidades notavelmente caracterizadas por economias de aglomeração, densidade demográfica, déficit no transporte público e congestionamentos. Adicionalmente, destaca-se o deslocamento pendular, um intenso fluxo na mobilidade urbana. Todo esse contexto antecede um significativo acúmulo de informações sobre o espaço urbano. Sem a articulação entre conteúdos (informações), objetos (veículos), força de trabalho (motoristas) e infraestruturas (viário urbano), a Uber não teria condições de conduzir suas atividades (CASTANHEIRA; DUARTE, 2018).

Além disso, a empresa-aplicativo tende a utilizar a seu favor questões jurídicas, contrapondo-se ao poder público estatal (nacional, estadual, municipal). Com forte pressão sobre os locais, justifica suas ações e insubordinação alegando não prestar serviços de transporte público, mas serviços tecnológicos para transporte privado, isentando-se, assim, de obrigações perante as leis municipais. Isso resulta em conflitos em diversas instâncias, demandando uma resposta da gestão municipal para regulamentar o trabalho (CASTANHEIRA; DUARTE, 2018).

No que se refere aos aspectos ideológicos, estão intrinsecamente ligados à análise e permeiam cada fase das relações capital x trabalho. É possível atribuir uma influência significativa ao apelo retórico do empreendedorismo, historicamente associado às políticas neoliberais dos anos 1990 no Brasil. Essa abordagem está sendo amplamente difundida por meio de diferentes canais, como TV, rádio, redes sociais, escolas e universidades. A ideia do indivíduo empreendedor é construída com base na ideia de compartilhamento, o que é contraditório quando se considera a opulência desse conglomerado e a precarização dos seus "motoristas parceiros".

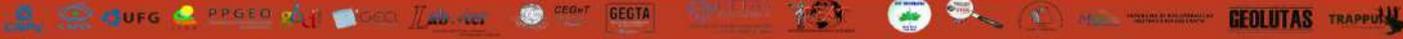
⁵ "A chamada economia do compartilhamento não objetiva revolucionar o sistema de propriedade e de fluxos de concentração de dinheiro, dois elementos estruturantes da economia de mercado. Da mesma forma, as decisões sobre uma tal colaboração não são colaborativas, mas altamente centralizadas. Grandes corporações globais não são entidades financeiramente colaborativas, basta analisar seus valores de mercado e suas taxas crescentes de lucratividade. A ideia de "compartilhamento" estaria, ao contrário, muito mais próxima às formas de organização como cooperativas e ao conjunto de atividades que se denomina de "economia solidária", nas quais, dentro do próprio grupo, há maior horizontalidade nas decisões, circulação mais horizontalizada da informação, partilha de responsabilidades e divisão dos lucros e dos prejuízos com base em outros princípios" (TOZI, 2018, p. 108).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Os trabalhadores, em breve, podem ser descartados, já que desde 2022 a Uber vem testando veículos autônomos que dispensam a operação humana⁶. Inevitavelmente, tecnologias como essas, usadas com objetivos políticos e econômicos em prol da acumulação de capital, se tornarão difundidas. Como tem sido a prática, a empresa-aplicativo tem liderado o uso de algoritmos para o transporte de pessoas. O grau de complexidade e variáveis do transporte nas cidades requer um incalculável acúmulo de informações sobre o espaço urbano. Pode-se deduzir que os "motoristas parceiros", atualmente, estão contribuindo para o acúmulo de inúmeras informações necessárias para equipar esses veículos autônomos?

Considerações finais

A Uber tem apresentado uma territorialização no mundo e no Brasil de forma rápida e violenta, ao se considerar que esta empresa nasce em 2009. Os dados apresentados demonstram um poder de capilaridade, de fato, impressionante. Afinal, qual outra corporação está presente em todos os continentes e em grande parte dos países? Em contraponto, reflete-se também em vistas de estratégias políticas emancipatórias: em qual outro momento do capitalismo, existiu a possibilidade de uma conexão global entre trabalhadores de uma mesma empresa ou mesmo "categoria" como permitido por essas mesmas tecnologias?

Além disso, este estudo levanta uma questão relevante a ser explorada em pesquisas futuras: de que forma o domínio da lei nacional de mobilidade urbana se configura como uma determinação crucial para o monopólio da Uber (ou de qualquer outra empresa aplicativo) no Brasil, especialmente em nível local? Essa indagação representa um desafio e um compromisso para os estudos subsequentes, nos quais os geógrafos comprometidos terão a oportunidade de desvendar os processos territoriais nas relações capital x trabalho no contexto da uberização.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rV-t2cm9u4I>. Acesso em: 27 nov. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*?. **Estudos avançados**, v. 34, n. 98, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei nº 12.587**, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar nº 28/2017**. Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

BRASIL. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2017.

CASTANHEIRA, Gabriel Rocha; DUARTE, Leandro Ribeiro. Uberização e a ação política da Uber: a precarização como norma e uso do território como recurso. In: **Anais... II Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. **Desemprego (2012-2022)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **“Dialética da dependência e outros ensaios”**. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (orgs.). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cad. Saúde Públ.** v. 9, n. 3, 1993.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



MOTTA JÚNIOR, Paulo Roberto M. da. Uberização como exemplo da precarização do trabalho e do espaço urbano. **Anais... XVI SIMPURB**. Vitória, 2019.

POCHMANN, Marcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, 2020.

SADIN, Éric. **La vie algorithmique**: critique de la raison numérique. Paris: L'Échappée, 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de Plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

TOZI, Fábio. A estratégia da Uber no Brasil: a informação como fator produtivo e o território como recurso da empresa. In: **Tecnologias e Conectividade**: direitos e políticas na governança das redes. POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; ANJOS, Lucas Costa dos; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves (orgs.). Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2018.

TOZI, Fábio. Plataformas digitais de transporte e uso algorítmico do território brasileiro. **Anais... XIV Enanpege**, edição online, 2021.

TOZI, Fábio; GIANASI, Lussandra Martins (orgs.). **Dirigindo para Uber**: resultados da pesquisa. Belo Horizonte: IGC, 2023.

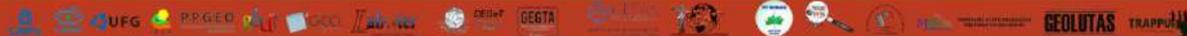
UBER. **Environmental, Social, and Governance Report**. São Francisco, Califórnia (EUA). 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SAÚDE ESTRADA DE FERRO/GOIÁS: análise comparativa do saldo de emprego entre os anos de 2019 a 2022

Mayana de Souza Ferreira¹

Magda Valéria da Silva²

Resumo: Resumo: O estudo analisou os impactos da pandemia da COVID-19 Na Região de Saúde Estrada de Ferro/Goiás, enfocando as mudanças socioeconômicas. Comparando dados como o saldo de emprego de 2019 a 2022, evidencia-se perdas de emprego, renda e desigualdades sociais. O desemprego aumentou em 2020, afetando mais mulheres, negros e jovens. Houve queda na ocupação feminina e na formalização do trabalho. A pesquisa destaca a crise econômica e social gerada ao longo do período pandêmico, refletindo nas condições de vida das famílias da região.

Palavras-chave: pandemia; mudanças socioeconômicas; emprego; renda; desigualdades sociais.

Introdução

Os efeitos socioespaciais da pandemia na Região de Saúde Estrada de Ferro, no Estado de Goiás, sucederam em mudanças socioeconômicas e em impactos sobre à classe trabalhadora, bem como consequências no crescimento socioeconômico dos municípios da região. Portanto, é relevância evidenciar a perda de emprego e renda, as condições de trabalho e quais grupos sociais foram atingidos durante a pandemia, por meio de análise comparativa com o ano anterior a pandemia (2019) e o período de sua vigência (2020, 2021 e 2022).

O objetivo principal desse trabalho visa a compreender os efeitos socioeconômicos da pandemia nos municípios da Região de Saúde Estrada de Ferro-GO. E os objetivos específicos são: realizar levantamentos de dados sobre a quantidade de pessoas foram empregadas e das que ficaram desempregadas durante o período pandêmico e comparar os dados socioeconômicos como emprego, PIB, PIB per capita dos municípios analisados entre os anos de 2019 e 2022 a fim de verificar os efeitos da pandemia nesta Região de Saúde.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFCAT, Brasil. Bolsista FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás) – 2023-2025, mayana@discente.ufcat.edu.br

² Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia, UFCAT, Brasil. magvaleria@ufcat.edu.br

Por fim, tais questões precisam ser analisadas para além da análise quali-quantitativa dos dados apresentados, mas com o intento de realizarmos reflexões que a classe trabalhadora foi severamente impactada não apenas nas condições da saúde provocadas pelo vírus SARS-CoV-2, mas em suas condições de sobrevivência mediante venda de sua força de trabalho e manutenção do emprego.

Metodologia

O tema foi escolhido diante da importância trazer dados que demonstram os impactos da pandemia nos aspectos econômicos e sociais da Região de Saúde Estrada de Ferro (GO), visando que esse trabalho possa servir como futuro material de estudo. Os objetivos dessa proposta de pesquisa almejam trazer análises dos efeitos da pandemia da COVID-19 na Região de Saúde Estrada de Ferro (GO), e como esta impactou a vida das pessoas dessa região em termos socioeconômicos, redundando em mudanças sociais, interferindo no modo de vida e nas condições econômicas das famílias.

Para este artigo, adotamos duas etapas metodológicas, articuladas entre si, sendo as pesquisas bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica incidirá na consulta teórico-conceitual no âmbito da Ciência Geográfica sobre os conceitos de pandemia, espacialização, região, regionalização da saúde. Os autores que auxiliam esta etapa são: Corrêa (2020), Haesbaert (2019), Harvey (2020), Ribeiro (2016) e outros mais.

Para realizar a pesquisa documental foram utilizados dados secundários e informações de acesso público disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde (MS), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) e PNAD-Covid-19, Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) e Instituto Butantan, por Universidades e ainda informações publicadas pela imprensa (jornais, blogs, redes sociais etc.).

A partir a relação entre pesquisas bibliográfica e documental, construiu-se o texto deste artigo, buscando analisar os dados quali-quantitativos sobre o tema proposto a luz de uma perspectiva teórico-conceitual geográfica.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Pandemia da COVID-19 na Região de Saúde da Estrada de Ferro (GO)

A espacialização do vírus SARS-CoV-2 nos 18 municípios da Região de Saúde Estrada de Ferro (GO), assim como em todo mundo gerou uma situação de emergência pública nesse tempo de pandemia, de difícil entendimento e incompreensão em relação aos potenciais males causados. Isso se dar devido à forte potencialidade de contaminação e letalidade do vírus, e falta de estrutura pública de saúde e de ações para tratamento da doença para os crescentes casos graves de COVID-19 que levou o Estado de Goiás a tomar medidas drásticas em relação à mobilidade das pessoas, aglomerações e comportamentos sociais com severos impactos na economia goiana, bem como nos municípios da Região de Saúde Estrada de Ferro (GO).

O conceito de pandemia é usado e aplicado quando uma epidemia atinge mais de um país e pode chegar a uma proporção global, como é o caso da COVID-19. Além disso, para ser considerado pandemia, a doença precisa ser transmissível. (OPAS, 2020).

Para Souza *et al* (2021), a pandemia da COVID-19 é vista como uma das maiores e simbólicas pandemias da história da humanidade, e para compreendê-la, é preciso entender entre outros, os aspectos sociais, nos quais foram modificados com o surgimento do novo vírus SARS-CoV-2 e sua dispersão para o mundo. Entretanto, a Geografia, contribui para além do estudo teórico e dos dados quantitativos dos efeitos da pandemia, permitindo, fazer um estudo através de leituras de mapas e dados quali-quantitativos dessas informações.

Para entendermos os efeitos da pandemia da COVID-19 na Região de Saúde Estrada de Ferro, precisamos compreender o que é a região, e como esta é organizada pelo Estado para implantar e desenvolver políticas públicas, no caso em questão, as ligadas à saúde.

Para Haesbaert (2019), o conceito de região é um dos mais utilizados na Geografia, pois o mesmo faz um contraponto com outras leituras do espaço relacionadas aos sujeitos sociais, sendo esses: o Estado, as empresas privadas, grupos socioculturais, classes econômicas e a política. Assim, a região está ligada aos



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



fatores que agem no espaço através dos processos de exclusão e precarização socioespacial.

O conceito de região também está ligado epistemologicamente à diferenciação de área, que nos faz ter noção que o espaço é constituído por áreas distintas (Corrêa, 2003). Compreende-se que as transformações significativas nas estruturas sociais e outras mudanças urbanísticas e econômicas, podem se caracterizar pela distinção da região. Essas mudanças afetam vários fatores em termos sociais e econômicos, uma vez que seu território exclui grande parte da população, visto que há um significativo aumento da população não beneficiada pelos serviços básicos, como os de saúde.

Segundo Ribeiro (2016), o conceito de regionalização é um instrumento/ferramenta usada pelo Estado para desenvolver/implantar políticas públicas, pois devido a distinção socioeconômica, cada Região apresenta diferentes necessidades culturais, econômicas e sociais, assim o regionalizar torna-se um instrumento político do Estado, no sentido de planejar ações a serem executadas nas regiões, inclusive o regionalizar possibilita criar regiões para tais fins, como é o caso das regiões de saúde, criadas pelo SUS.

As regiões de saúde foram criadas pelo Estado estrategicamente para implementação de forma descentralizada as políticas públicas de saúde, e com o intuito de levar tratamentos e assistência em saúde mais próxima do cidadão, cujo contato final se dá por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e/ou outras instituições de saúde credenciadas pelo SUS, as quais estão distribuídas regionalmente no território brasileiro e até dentro da área urbana das cidades.

Impactos Socioeconômicos da Pandemia da COVID-19 sobre à Classe Trabalhadora Brasileira e da Região de Saúde Estrada de Ferro (GO)

Esta subseção dá segmento ao que vem sendo tratado neste estudo. Observamos que diante de uma pandemia como a da COVID-19, as mudanças sociais se potencializaram negativamente no Brasil, tendo em vista os colapsos urbanos, citados por autores como Barbosa (2020), Ribeiro (2020), Campos (2020), Florindo (2020), Harvey (2020), Tosta et. al (2022), evidenciando as desigualdades socioeconômicas, já instaladas no país antes do período pandêmico.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Em um país, como o Brasil que já apresentava condições socioeconômicas em declínio, a pandemia escancarou as desigualdades sociais e econômicas, abrindo abismos sociais, um exemplo disso foi a quantidade de cadastros (116.000.000) e beneficiários (68.3000.000) do Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, devido a Pandemia da Covid-19 em abril de 2020 (Marins et. al., 2020, p. 682-685).

Diante disso, aspectos econômicos, como: emprego (geração de vagas e demissão), desemprego, rendimento anual dos trabalhadores, trabalho informal entre outros, precisam ser analisados nos municípios da Região de Saúde Estrada de Ferro, em 2019 (antes da pandemia), assim como em 2020, 2021 e 2022.

A pandemia da COVID-19, é vista como uma das maiores e emblemáticas pandemias da história da humanidade, e para compreendê-la, é preciso entender entre outros, os aspectos sociais, nos quais foram modificados com o surgimento do novo vírus SARS-CoV-2 e sua dispersão para o mundo.

Barbosa (2020), faz reflexões profundas sobre o momento pandêmico, representações dos adventos e mudanças ocasionadas pelo vírus, como as primeiras notificações de pessoas contaminadas pelo COVID-19 no Brasil em fevereiro de 2020 (primeiro caso com confirmação oficial foi em 26/02/2020), esclarecendo, a expansão geográfica da doença, seguido das situações mais graves inicialmente, como da China e da Itália, posteriormente ocupando o continente asiático, países europeus e os Estados Unidos, até atravessar oceanos e chegar à América Latina e finalmente ao Brasil.

Em seguida, o mesmo autor faz comparações dos momentos da pandemia com cenários catastróficos de epidemias bacteriológicas e viróticas da ficção científica vista que nos filmes, o modo em que os surtos acabam e todo contexto, incluindo os sociais e culturais, aos quais se dão e as mudanças durante o cenário pandêmico fictício difere da vida real, pois

Filmes de ficção científica foram pródigos ao colocar nas telas do cinema diversos cenários catastróficos de epidemias bacteriológicas e viróticas. Em um deles, de 1996, Os Doze Macacos de Terry Gilliam, o planeta sofreu uma devastação demográfica devido a um vírus letal que se espalhou pelas grandes cidades do mundo. É desta cena apocalíptica que um presidiário é enviado ao passado (em troca de sua liberdade) para encontrar a fonte e o autor da contaminação e assim mudar a história. Dizem que a ficção imita a vida. Porém, ainda não podemos ir ao passado mais distante para rever e mudar o processo urbanização marcado pelas desigualdades sociais e



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



degradação da natureza que estão no cerne de nossas crises sociais, culturais e ambientais. Nem mesmo voltar ao passado mais recente para reparar as políticas neoliberais que nos tomaram os direitos ao trabalho, à habitação digna, à natureza e à saúde (Barbosa, 2020, p. 1).

Diante uma pandemia como a da COVID-19, as mudanças sociais se potencializaram negativamente no Brasil, tendo em vista os colapsos urbanos citados pelo autor supracitado, como as desigualdades sociais, culturais e ambientais, já instaladas no país antes do período pandêmico.

De acordo com as análises feitas por Barbosa *et al* (2020), nota-se que nos primeiros meses de 2020, já se tornava evidente que os setores do trabalho viriam a ser afetados, assim, ocasionando um imenso número de trabalhadores afastados do cumprimento de suas funções propícias ao capital produtivo. Por sua vez, um grupo reduzido de colaboradores da produtividade capitalista, foi possibilitado a trabalhar em casa (*home office*), devido os riscos do vírus à saúde.

Neste contexto, o período pandêmico (11 de março de 2020 à 05 de maio de 2023) deixou explícito às más condições empregatícias vividas por milhões de brasileiros, revelando os impactos da flexibilização dos direitos, deixando mais clara a forma que o capitalismo terceiriza e leva a classe trabalhadora para a informalidade. O aumento de tais condições coloca os trabalhadores em meio à pobreza, sem saída e os tornam subalternos da pandemia.

Para Campos (2020), no Brasil existem as reais vítimas da pandemia, tal grupo anulado pelo Estado e pelo negacionismo do governo durante o princípio pandêmico, pois para o mesmo

Quem seriam essas vítimas? Aquelas pessoas mais expostas ao contágio social e, ainda, as mais vulneráveis. Moradores da periferia e dos subúrbios, pessoas em privação de liberdade e asilamento, pessoas dependentes do transporte público, trabalhadores que lidam com outras pessoas – comerciantes, autônomos, profissionais de saúde – enfim, a maioria da população brasileira. Tendo em vista a desigualdade crônica do nosso país, a pandemia tende a vitimar os mais pobres, dentre os quais os afrodescendentes são a maioria (Campos, 2020, p. 4)

Tendo em vista o cenário marcado pelo primeiro ano da pandemia sobre os assalariados, a postura do governo se deu à aprovação de leis que aumentaram a precarização dos direitos trabalhistas, como as medidas provisórias da liberdade econômica e da carteira verde e amarela (Marinho, 2020, p. 39) Neste contexto, as condições econômicas citadas coadunam com as expostas a seguir:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A pandemia da Covid-19 chegou no Brasil trazendo uma pauta inesperada. Enquanto a Organização Mundial de Saúde recomendava, entre outras coisas, o distanciamento social como medida preventiva para evitar o colapso dos sistemas de saúde, as autoridades brasileiras, entre elas, o presidente e alguns governadores e prefeitos, diziam que a economia não podia parar e posicionavam-se contra a suspensão das atividades comerciais, da produção fabril e de outras iniciativas que conseqüentemente produzem aglomerações. Para eles, todo capital político que detinham estaria perdido se a economia acentuasse a recessão do país. Desse modo, a pandemia e a saúde pública eram consideradas menos importantes do que a economia e o jogo político dos governantes (Florindo, 2020, p. 59)

Considera-se que uma das principais causas econômicas da pandemia para o desemprego em massa foi o fechamento temporário e até definitivo de estabelecimentos de comércio e de serviços, fazendo com que os trabalhadores fossem diretamente afetados, tornando-se trabalhadores desempregados, esses representaram em novembro de 2020, aproximadamente 14,1 milhões de brasileiros somados ao índice de desocupação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020. Assim, trabalhadores como autônomos, buscaram como alternativas para trabalhar por meio de aplicativos de mobilidade, atuando como entregadores e motoristas, fazendo parte de uma categoria com condições de trabalho precarizadas, inseguro e subordinado ao sistema de produtividade digital. Diante da precarização do trabalho, prestadores de serviços e MEI encontraram como fonte de renda nos momentos difíceis da pandemia como alternativa de trabalho e em busca da sobrevivência, a informalidade.

A pandemia patenteou as desigualdades sociais, por meio do desemprego, e o trabalhador acabou por sujeitar, em busca da sobrevivência, cada vez mais ao subemprego, como é o caso destes que usam aplicativos de mobilidade urbana, pertencente a grandes grupos globais do setor de tecnologia virtual, tais como: *iFood*, *Uber* e outros mais, inclusive os de atuação regionalizada.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), como decorrência do primeiro ano da pandemia, o Brasil, chegou no terceiro bimestre do ano de 2020 com o número de carteira assinada reduzido em 2,6%, aumentando o índice de desemprego, que atingiu 14,6% nesse período. Este resultado colocou à frente da pandemia, mais de 1,3 milhões de pessoas à procura de novas ocupações, sendo 12,8% homens e 16,8% mulheres. Além dos 31,6 milhões de brasileiros estavam na



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



informalidade (IBGE, 2020). Com fechamento de postos de empregos no país, evidenciou a desigualdade social.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mulheres e pessoas negras e jovens estão entre os grupos mais atingidos durante o tempo pandêmico. No segundo trimestre do ano de 2019, a porcentagem de mulheres empregadas correspondia à 46,2% do total de empregados/trabalhadores informais no país, chegando à 39,7% um ano depois, ou seja, houve uma redução de 6,5%. Para os homens, a taxa de ocupação era de 64,8% do total de empregados/trabalhadores formais em 2019, reduzindo para 58,1% em 2020. A mesma pesquisa ressalta que a probabilidade de as mulheres perderem seus postos de trabalho ocorre com maior frequência, porém a pandemia intensificou ainda mais essa possibilidade, pois 12,6% da ocupação total do trabalho doméstico é feminina em maioria negra, enquanto os homens representam 1% da ocupação (MDS, 2023).

Para Tosta *et al.* (2022), as mulheres perderam em maior grau seus empregos durante a pandemia. O racismo estrutural é um dos principais fatores que leva as mulheres negras serem as mais afetadas no território goiano, tendo em vista que formam a maior parte dos trabalhadores brasileiros, haja vista que:

[...] o retrato do desemprego no Brasil é composto por mulheres, negras, com baixa escolaridade, enfim, pobres, e que em territórios goianos no ano de 2021 o Estado teve índice recorte de taxa de desemprego contabilizando 12,4 % de desempregados, pode se supor a existência, portanto, de uma relação dialética e predisposta entre configurações de trabalho, gênero e raça. As mulheres na pandemia perderam em maior grau seus empregos, justamente por se preservarem a todo custo a mão de obra masculina e por estarem em cargos de menor valor e prestígio, ocupando vagas por exemplo, nos setores de serviços e comércio, onde 72,2% da PEA são do sexo feminino, espaços estes que foram fortemente impactados pela pandemia e que demitiu massivamente (Tosta *et. al.*, 2022, p.14.159 *apud* Silveira et al. 2021)

Segundo dados do SINDSAÚDE/GO (2020), a porcentagem de desemprego das mulheres negras e não negras cresceu 3,2 e 2,9 pontos percentuais. A taxa das mulheres negras apresentou-se elevada de 19,8% entre o 3º trimestre de 2019 e de 2020. Os efeitos da pandemia para este contingente de mulheres negras e pobres refletem e agravam a situação de pobreza e de exclusão social desse grupo.

No mesmo período houve um levantamento para negros e jovens, fazendo uma comparação na percentualidade entre negros e brancos empregados/trabalhadores



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



formalmente, onde a diferença em 2015 era de 2,4% e passou a ser 5,3% em 2020, durante a pandemia (IPEA, 2020).

Segundo o DIEESE (2020), a inserção da população negra e o mercado de trabalho em 2020, 50% da população brasileira era negra, sendo que 65% da população goiana é negra. Apenas 1,9% das mulheres negras ocupavam cargos de direção, enquanto 4,4% eram ocupados por mulheres não negras. Os homens negros, por sua vez, ocupavam 3,3% dos cargos de direção, enquanto 6,3 estavam sendo ocupados por homens não negros (DIEESE, 2020).

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), COVID-19, os três fatores principais na situação da crise sanitária e seus respectivos impactos sobre a população negra brasileira foi a desocupação e informalidade; o afastamento temporário do trabalho e trabalho remoto e o desemprego por causado pela pandemia (IPEA, 2021).

A partir desses apontamentos estatísticos, constata-se que a população negra é a mais afetada no mercado de trabalho durante a pandemia.

Houve uma redução de vagas de emprego também para o grupo dos jovens de 19 a 29 anos e de 30 a 59 anos, visto que em 2015, 64,7% dos jovens eram empregados/trabalhadores e 72% do grupo mais velho também. Em 2020, a porcentagem mudou para 52,4% para os jovens e 64,7% para a faixa etária adulta, havendo então uma diferença de 12,3 pontos percentuais entre ambos (IPEA, 2020).

A partir dos dados do IPEA (2020) e previsões do Banco Mundial (Bird²), pode-se notar que desde seu início, a pandemia causada pelo SARS-CoV-2, além da questão sanitária e de saúde possui um caráter político, ou seja, não está desassociada às questões políticas e econômicas mundiais. Tendo vista o contexto econômico, a mesma atinge populações, sejam urbanas ou rurais, indígenas ou tradicionais, de forma desigual, pois

O Banco Mundial (Bird) prevê que a tendência de redução da pobreza mundial, registrada nos últimos cinco anos, vai se reverter em 2020. A estimativa é que, na comparação com 2019, de 40 milhões a 60 milhões de pessoas passem a engrossar o contingente da população vivendo em condições de extrema pobreza - o equivalente a menos de US\$ 1,90 por dia. E a tendência é de que isso se acentue nos lugares que já são os mais afetados (Bulla, 2020, p. n.p.)

² A partir de 1944, o Bird passou a integrar o Banco Mundial. O Banco Mundial é formado por duas instituições, o Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e AID (Associação Internacional de Desenvolvimento).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Sendo assim, pode ser previsto um colapso no ponto de vista econômico, incluindo a perda de empregos, mudanças na educação e no sistema de saúde das pessoas em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Sobre o contexto pandêmico vivido desde 11 de março de 2020, Harvey (2020) traz reflexões, com destaques para o contexto econômico. Para Harvey (2020), a COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça, submergindo seu olhar afundo na relação entre pandemia e capitalismo, através da análise dos noticiários cotidianos, a fluidez do capital lucrativo e acumulativo diante da economia capitalista e suas contradições. Além disso, o geógrafo faz uma ressalva sobre a classe trabalhadora americana da contemporaneidade (composta principalmente por afro-americanas, latinas e mulheres assalariadas), que enfrenta no cotidiano o vírus, e faz escolhas entre manter os meios de suprimentos abertos, e a manutenção do desemprego sem benefícios. Para este autor, as mudanças trazidas pela pandemia evidenciaram um condicionamento de diferentes formações sociais, pois:

Estes últimos “momentos” incorporam a expressão ativa dos desejos, necessidades e vontades humanas, a ânsia por conhecimento e significado, e a busca de realização em um contexto de mudanças institucionais, contestações políticas, confrontos ideológicos, perdas, derrotas, frustrações e alienações, tudo isso combinado em um mundo de marcada diversidade geográfica, cultural, social e política. Este segundo modelo constitui, por assim dizer, a minha compreensão de trabalho do capitalismo global como uma formação social distinta, enquanto que o primeiro é sobre as contradições dentro do motor econômico que alimenta esta formação social ao longo de certos caminhos da sua evolução histórica e geográfica (Harvey, 2020, p. 13-14).

Essas condições coincidem com as da classe trabalhadora brasileira, visto que em sua maioria, é formada por pessoas negras, pois no Brasil, essa classe trabalhadora, é marcado pela dominação, exploração, dentro dessas categorias sub-humanas, sendo uma das mais prejudicadas. Percebe-se que o capitalismo age da mesma forma na vida da classe operária, independentemente da localização, essa se torna mais prejudicada diante da pandemia. Fazendo uma analogia capitalista, Harvey (2020, p. 22), “assalariados (como eu) trabalham em casa e recebem o mesmo salário de antes, os CEOs (diretores executivos) voam em helicópteros e jatos particulares para se isolarem.”

AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Após o negacionismo do governo federal durante os primeiros meses da pandemia, foi instituída a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, essa que apresenta no seu Art. 3º medidas para o enfrentamento da saúde pública em meio a pandemia da COVID-19:

- I - isolamento;
- II - quarentena;
- III - determinação de realização compulsória de:
 - a) exames médicos;
 - b) testes laboratoriais;
 - c) coleta de amostras clínicas;
 - d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou (Vide ADPF nº 754)
 - e) tratamentos médicos específicos;
- III-A – uso obrigatório de máscaras de proteção individual; (Incluído pela Lei nº 14.019, de 2020)
- IV - estudo ou investigação epidemiológica;
- V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;
- VI – restrição excepcional e temporária, por rodovias, portos ou aeroportos, de: (Redação dada pela Lei nº 14.035, de 2020)
 - a) entrada e saída do País; e (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)
 - b) locomoção interestadual e intermunicipal; (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020) (Vide ADI 6343)
- VII - requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e
- VIII – autorização excepcional e temporária para a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus, desde que: (Redação dada pela Lei nº 14.006, de 2020)
 - a) registrados por pelo menos 1 (uma) das seguintes autoridades sanitárias estrangeiras e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países: (Redação dada pela Lei nº 14.006, de 2020) (BRASIL, 2022)

Dado as consequências econômicas da pandemia, em 02 abril de 2020, instituiu-se, a Lei Federal nº 13.982 (Auxílio Emergencial), para garantir renda mínima aos brasileiros em vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de estabelecer medidas de proteção para a população durante o período de enfrentamento à pandemia. A mesma veio fazendo algumas alterações na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro 1993 que tratava

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2022)

Durante o período pandêmico, crianças em todo Brasil ficaram sem acesso à merenda escolar, fruto do isolamento social causado pela pandemia, que



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



suspenderam temporariamente as aulas presenciais. Diante de implicações pandêmicas como essa, o Governo do Estado de Goiás teve que criar medidas para amenizar a falta desses suprimentos e ajudar famílias em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Segundo o site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS), o Governo do Estado de Goiás criou um programa social “Mães de Goiás” para beneficiar famílias com baixa renda, auxiliando as mães inscritas Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), concedendo um valor de R\$ 250,00 mensais.

Além dos benefícios citados, foi instituída a Lei Federal nº 14.216, de 7 de outubro de 2021, decorrente da pandemia da COVID-19, que estabeleceu medidas em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), suspendendo até o dia 31 de dezembro de 2021, o despejo e desocupação forçada de imóveis urbanos privados ou públicos por medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas, assim fazendo com que o inquilino se assegurasse de não ser desalojado, caso deixasse de cumprir com o pagamento em razão do período pandêmico, conforme menciona os artigos 1º e 2º da citada Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender até 31 de dezembro de 2021 o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para dispensar o locatário do pagamento de multa em caso de denúncia de locação de imóvel e para autorizar a realização de aditivo em contrato de locação por meio de correspondências eletrônicas ou de aplicativos de mensagens.

Art. 2º Ficam suspensos até 31 de dezembro de 2021 os efeitos de atos ou decisões judiciais, extrajudiciais ou administrativos, editados ou proferidos desde a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, até 1 (um) ano após o seu término, que imponham a desocupação ou a remoção forçada coletiva de imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, que sirva de moradia ou que represente área produtiva pelo trabalho individual ou familiar.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, aplica-se a suspensão nos seguintes casos, entre outros:

- I - execução de decisão liminar e de sentença em ações de natureza possessória e petítória, inclusive mandado pendente de cumprimento;
- II - despejo coletivo promovido pelo Poder Judiciário;
- III - desocupação ou remoção promovida pelo poder público;
- IV - medida extrajudicial;
- V - despejo administrativo em locação e arrendamento em assentamentos;
- VI - autotutela da posse.

§ 2º As medidas decorrentes de atos ou decisões proferidos em data anterior à vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, não serão efetivadas até 1 (um) ano após o seu término.

§ 3º Durante o período mencionado no **caput** deste artigo, não serão adotadas medidas preparatórias ou negociações com o fim de efetivar eventual remoção, e a autoridade administrativa ou judicial deverá manter sobrestados os processos em curso.

§ 4º Superado o prazo de suspensão a que se refere o **caput** deste artigo, o Poder Judiciário deverá realizar audiência de mediação entre as partes, com a participação do Ministério Público e da Defensoria Pública, nos processos de despejo, de remoção forçada e de reintegração de posse coletivos que estejam em tramitação e realizar inspeção judicial nas áreas em litígio (BRASIL, 2022)

Como consequência da pandemia da COVID-19, é notável os seus efeitos sociais negativos à população goiana. Ao avaliar os dados comparativos sobre o emprego na Região de Saúde Estrada de Ferro, constata-se que o número de admitidos e demitidos em comparação com 2019, em 2020 diminuiu, voltando a aumentar em 2021 e subir significativamente em 2022. conforme consta na tabela 01.



Tabela 01: Goiás: emprego nos municípios da Região de Saúde Estrada de Ferro, quantidade de no período de 2019 a 2022.

	2019		2020		Admitido
	Admitidos	Demitidos	Admitidos	Demitidos	
Anhanguera	27	28	4	4	5
Caldas Novas	9.339	9.346	7.782	8.540	10.806
Campo Alegre de Goiás	977	924	671	594	606
Catalão	2.693	2.563	1.393	1.198	2.186
Corumbaíba	671	687	702	592	907
Cumari	67	70	34	18	213
Davinópolis	21	20	21	20	63
Goiandira	178	206	152	167	186
Ipameri	2.693	2.563	1.393	1.198	2.186
Marzagão	51	44	61	36	61
Nova Aurora	41	38	15	5	23
Ouvidor	372	324	463	556	678
Palmelo	11	16	31	16	45
Pires do Rio	2.526	2.336	2.479	2.133	3.929
Rio Quente	1.191	1.028	926	1.809	1.104
Santa Cruz de Goiás	226	222	44	40	33
Três Ranchos	86	87	51	42	65
Urutaí	182	197	133	93	154
Total Região de Saúde	21.352	20.699	16.355	17.061	23.250

Fonte: IMB (2022).

Org.: FERREIRA, M. de S. (2023)

AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Ao analisar a tabela 01, nota que o saldo geração de empregos (resultado da diferença entre admitidos e demitidos) em alguns municípios da região estudada foi negativo (Campo Alegre de Goiás, Nova Aurora e Santa Cruz de Goiás, Três Ranchos e Urutaí). Em outras positivos no ano de 2022.

Na tabela 02, verifica-se que o saldo geração de empregos (resultado da diferença entre admitidos e demitidos) alguns municípios da região estudada voltaram a ficar positivo (Campo Alegre de Goiás, Goiandira, Santa Cruz de Goiás e Caldas Novas).

Tabela 02: Goiás: saldo de empregos (2019 a 2022) nos municípios da Região de Saúde Estrada de Ferro.

MUNICÍPIOS	SALDO DE EMPREGOS			
	2019	2020	2021	2022
Anhanguera	-1	0	2	3
Caldas Novas	-7	-758	2.159	1.051
Campo Alegre de Goiás	53	77	58	88
Catalão	491	690	3.470	73
Corumbaíba	-16	110	127	-26
Cumari	-3	16	32	23
Davinópolis	1	1	26	21
Goiandira	-30	-15	23	188
Ipameri	130	195	308	425
Marzagão	7	25	10	11
Nova Aurora	3	10	-2	-2
Ouvidor	48	-93	148	79
Palmelo	-5	15	51	20
Pires do Rio	2.236	2.133	3.208	440
Rio Quente	163	-883	393	243
Santa Cruz de Goiás	4	4	-5	5
Três Ranchos	-1	9	12	22
Urutaí	-15	40	22	11

Fonte: IMB (2022)

Org.: FERREIRA, M. de S. (2022)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A necessidade de adoção de isolamento social e de interrupção temporária nas atividades econômicas, que levou a redução de vagas de emprego, circulação de mercadorias e do poder de compra por parte do consumidor, ocasionaram em alguns municípios efeitos no saldo de empregos em 2020, registrando índices negativos, como é o caso de Goiandira, Ouvidor e de forma alarmante Rio Quente e Caldas Novas, ambas tem como principal atividade econômica o turismo, que foi severamente impactada durante a pandemia, em função da suspensão temporária da presença de turistas os parques aquáticos e hotéis. Em 2021, os municípios de Nova Aurora e Santa Cruz de Goiás, apresentaram índices negativos de emprego, diferente dos anos de 2019 e 2020, que foram positivos.

Outros municípios, como Catalão e Palmelo, tiveram índices positivos e com maior incremento em relação a 2019, possivelmente impulsionados pela produção agrícola, sustentada pelo agronegócio e atividades correlatas, haja vista que o setor do agronegócio teve altos rendimentos produtivos e na balança comercial goiana e nacional.

Considerações Finais

Em face da pandemia da COVID-19, declarada em 11 de março de 2020, o mundo passou a enfrentar estado emergência em saúde, cujas nações passaram a adotar medidas para conter ou mesmo reduzir a dispersão espacial mundial do vírus SARS-CoV-2 (conhecido como *novo* Coronavírus). O resultado da pandemia foi catastrófico no mundo inteiro, e os municípios da Região de Saúde Estrada de Ferro, localizada no Estado de Goiás, não escapou dos efeitos negativos da pandemia.

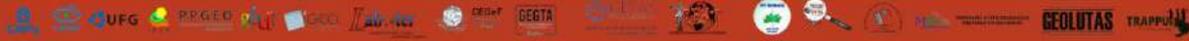
Analisar geograficamente os efeitos da pandemia da COVID-19 na Região de Saúde Estrada de Ferro-GO, e como esta impactou a vida das pessoas dessa região em termos socioeconômicos, redundando em mudanças sociais e até comportamentais drásticas, interferindo no modo de vida e nas condições econômicas das famílias, como analisado ao longo deste artigo por meio de dados socioeconômicos do período pandêmico é um desafio, pois nem sempre a frieza dos dados quantitativos dá conta das situações econômicas e emocionais vividas pela população mundial, brasileira e goiana nesse período. Há questões que vão além da



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



pandemia, muitas resultadas do passado e agravadas com ela, e outras surgidas após ela, cabendo a nós analisar que mundo do trabalho e quais condições foram impostas no contexto pós-pandemia ao trabalhador, como é o caso do aumento de trabalhadores/as urberizados e pejetizados, criando uma falsa autonomia econômica.

Para levantar esses dados que marcam os impactos da pandemia, foi feita uma análise dos aspectos econômicos, por meio comparativo com o ano anterior a pandemia (2019) e os anos durante a vigência desta (2020, 2021, 2022). Os aspectos a serem comparados foram: saldo de emprego (geração de vagas de trabalho e demissão), desemprego.

Ainda restam muitas lacunas abertas sobre os impactos da pandemia na vida no mundo do trabalho, a exemplo do aumento na abertura de empresas, designadas como Microempreendedor Individual (MEI), avolumando a 'pejetização', mas sem resolver as condições de vida do trabalhador, pois o MEI limita o faturamento anual em R\$ 81.000,00, ou seja, o pejetizado via MEI terá um rendimento mensal R\$ 6.750,00, e dando uma falsa sensação de 'empresariamento', de dono do capital e do próprio negócio ao trabalhador/a. Esse tema, é algo que precisa ser pesquisado futuramente.

Referências

BARBOSA, J. L. Por uma quarentena de direitos para as favelas e as periferias! **Espaço e Economia**, v. 9, n. 17, 2020, p.1. Disponível em: Acesso em: 29 nov. 2023. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.10274>.

BRASIL. **Lei** n° **13.979**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em 24/01/2023.

BRASIL. **Lei** n° **13.982**. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13982&ano=2020&ato=e4fcXQ61EMZpWT2e6>. Acesso em 24/01/2023.

BULLA, B. **FMI e Banco Mundial projetam desigualdade entre países**. Terra, 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/fmi-e-banco-mundial-projetam-desigualdade-entre-paises,dcc86980bab1bcde27dfec209e23b859p5n47r9i.html>. Acesso em: 11/07/2022.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, 2020.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **A inserção da população negra e o mercado de trabalho**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/graficoNegros.pdf>. Acesso em: 20/02/2023.

FLORINDO, Glauber Miranda. Epidemia e Estado: um “jogo” antigo ainda jogado. In: ALMICO, Rita de Cássia da Silva; GOODWIN Jr, James William; SARAIVA, Luiz Fernando (Orgs.). **Na saúde e na doença: história, crises e epidemias: reflexões da história econômica na época da Covid-19**. 1ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2020, p. 59.

HAESBAERT, Rogério. Região. **GEOgraphia**, v. 21, n. 45, p. 117-120, 2019.

HARVEY, D. **A política anticapitalista na época da COVID-19, 2020**. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597468-a-politica-anticapitalista-na-epoca-da-covid-19-artigo-de-david-harve>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Taxa de desocupação chega à 14,1 em novembro de 2020**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30599-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-4-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-2-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro>>. Acesso em 17 jul. 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Desemprego chega à 14,6%**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29520-desemprego-chega-a-14-6-no-terceiro-trimestre-com-alta-em-10-estados>>. Acesso em 09 jul. 2022.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37963. Acesso em 12 jul. 2022.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Mulheres negras e jovens estão entre os grupos mais atingidos durante o tempo pandêmico**. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10520/1/BAPI_26_TrabPopNegra.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19**. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10520/1/BAPI_26_TrabPopNegra.pdf. Acesso em: 24 març. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



MARINHO, Alexandre Cesar Silva. **A precarização do trabalho sob a ótica da Medida Provisória 905/2019: o acesso ao mercado de trabalho pela Carteira Verde e Amarela.** 2020, p.39.

MARINS, M. T. et al. Auxílio Emergencial em tempos de epidemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, p. 669-692, 2021.

MDS- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. **Trabalhadoras Domésticas e Políticas de Cuidado.** Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contra-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n2-publicada.pdf>. Acesso em: 29 nov. de 2023.

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). **Folha informativa sobre COVID-19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em 15 set. 2023.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato ou ferramenta. LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização**, p. 194-212.

SINDSAÚDE-GO- Sindicato dos Trabalhadores do Sistema de Saúde Único de Goiás. **As mulheres são fortemente afetadas pela deterioração do mercado de trabalho em 2020.** Disponível em: <https://www.sindsaude.com.br/as-mulheres-sao-fortemente-afetadas-pela-deterioracao-do-mercado-de-trabalho-em-2020/>. Acesso em: 21 fev 2023.

SOUZA, Josimar dos Reis de, SOUZA, Tatiana Silva, SOARES, Beatriz Ribeiro. **Geografia e Covid-19: reflexões a partir da evolução da pandemia em Uberlândia, Brasil.** I Congresso Latino-americano de Desenvolvimento Sustentável Pós-pandemia: Como será o mundo depois da crise? 2021, p. 801-815.

Tosta, Maria Carolina Ferreira; Farias, Josiane Cristina Souza; Costa, Carmem Lúcia. Impacto da COVID-19 no mundo do trabalho de mulheres em Goiás. **Brazilian Journal of Development**, v.8, n.2, p.14148-14166. <https://doi.org/10.34117/bjdv8n2-374>



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



OS MUNDOS DO TRABALHO NO FUTEBOL EM SANTA MARIA (RS)

Thaimon da Silva Socoloski¹

Eduardo Schiavone Cardoso²

Resumo

O futebol é um esporte globalizado, onde o mercado de trabalho neste segmento é bastante competitivo e complexo, coexistindo diversas áreas de atuação. Desta forma, o presente trabalho visa destacar e analisar os mundos do trabalho dos jogadores profissionais do meio (pés-de-obra), dando principal enfoque de abordagem aos atletas do futebol interiorano a partir da cidade de Santa Maria, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Os dados que embasam a presente pesquisa estão centrados nas principais entidades representativas do futebol, bem como a partir de fontes que elucidam a realidade trabalhista neste segmento, sobretudo nacional e local. Como resultados, observa-se que a realidade dos jogadores profissionais no Brasil é marcada por um mercado de trabalho composto sobretudo por atletas com baixos salários, instabilidade e grande rotatividade em clubes, curtos calendários de campeonatos e contratos que não contemplam grande parte da temporada.

Palavras-chave: futebol; mundos do trabalho; geografia; Santa Maria.

Introdução

O futebol é um esporte globalizado, de massas e que move sentimentos e adeptos por todo o mundo em diferentes escalas. Para além, o mercado de trabalho neste esporte é bastante competitivo e complexo, onde (co)existem diversas áreas de atuação em que cada uma destas exige habilidades e competências específicas.

Os “pés-de-obra”, expressão referente aos jogadores e jogadoras, elucidada como vem se edificando a indústria globalizada do futebol, a partir de grandes fluxos financeiros, transferências de atletas, patrocínios e aquisições de clubes pelo mundo, dentre outros, onde para Almeida (2023, p. 1), esta expressão se refere ao “papel do Brasil como formador de jogadores de futebol no intuito da venda dos direitos federativos a clubes estrangeiros”.

Desta forma, como objetivo geral, o presente trabalho visa destacar e analisar os mundos do trabalho dos jogadores profissionais do meio, dando principal enfoque

¹Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Contato: thaimon.geo@gmail.com

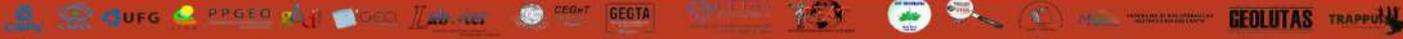
²Professor Titular do Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Contato: educard2016@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de abordagem aos atletas do futebol interiorano a partir da cidade de Santa Maria, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul (Brasil).

Como objetivos específicos, busca-se: a) analisar os mundos do trabalho do jogador profissional de futebol, sobretudo masculino, a partir das leis que regem tal segmento; b) descrever, a partir do levantamento de dados, de que maneira se insere o trabalhador do futebol no estado do Rio Grande do Sul, relacionando com os dados observados na realidade trabalhista no Brasil; c) espacializar tais abordagens a partir da análise de caso do referido esporte na cidade de Santa Maria (RS, Brasil).

Procedimentos metodológicos e dados de pesquisa

No que tange os procedimentos metodológicos, foi empregada na presente pesquisa a metodologia quali-quantitativa, a partir do levantamento de dados sobre a temática e o processo de construção de sentido pelos atores e fatores. Primeiramente, realiza-se a análise e compreensão dos fenômenos e, em seguida, a sistematização, compreensão e interpretação dos elementos.

O presente trabalho é parte integrante da tese de doutorado em Geografia e os dados abordados tem como base levantamentos realizados pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL), Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Federação Gaúcha de Futebol (FGF), Plataforma Salário, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados da Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (CAGED), além de textos acadêmicos, matérias jornalísticas e de trabalhos de campo realizados na área de pesquisa.

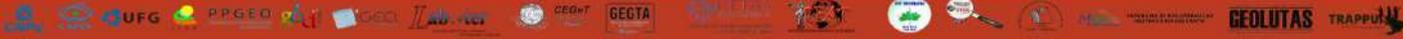
Desta forma, o presente texto está estruturado da seguinte maneira: a) revisão das matrizes teóricas, sobretudo dos mundos do trabalho no futebol; b) um panorama sobre a prática do futebol, suas legislações e os principais parâmetros que diferem a atividade profissional do esporte “amador”; c) o mercado de trabalho do jogador de futebol profissional, a partir da escala nacional, estadual e na cidade de Santa Maria (RS); e d) apontamentos e considerações finais.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O trabalho sob o enfoque geográfico

De acordo com Thomaz Júnior (2011), o trabalho sob o enfoque geográfico é compreendido como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu “ir sendo ou em seu vir a ser” está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. Ainda para o autor, o trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido como uma das características deste fenômeno, da sua rede de relações entre a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, a partir de múltiplas determinações.

Há, desta forma, uma complexa análise sobre a evolução e transformação do trabalho a partir do seu tempo e contexto. Para Santos (1996, p. 74)

Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai se tornando cada vez mais complexo, exigindo mudanças correspondentes às inovações. Por meio das novas técnicas, vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra. Por isso o entendimento do fato geográfico depende tanto do conhecimento dos sistemas técnicos.

Na prática esportiva, principalmente relacionada aos mundos do trabalho que envolvem o futebol, podemos analisar que o mesmo está estruturado em diversos meios, para além do mero vínculo entre atletas e seus empregadores. Do ponto de vista econômico, o território do futebol caracteriza-se pela relação capital-trabalho existente nele, explicada pelo futebol como produtor de várias possibilidades de emprego e renda, não só para os atletas na sua prática, mas para uma cadeia de profissionais que lhe dão suporte, direta ou indiretamente (CAMPOS, 2009).

Para Favero (2009, p. 19),

Desde seu surgimento até os tempos atuais, o futebol foi cada vez mais se aproximando dos preceitos capitalistas. Saiu do amadorismo, do lúdico, para a competição bem organizada e o profissionalismo total. Agora, faz parte de uma articulada indústria de entretenimento e espetáculo, que movimentava bilhões de dólares no mundo inteiro. O jogador é negociado como mercadoria e tem um preço ligado à sua imagem. Ele é um produto que traz rendimento para o clube que o contratou. Assim, o futebol perde parte de seu caráter exclusivo de esporte e torna-se também um produto esportivo, cultural, econômico e social, oferecido como artigo de consumo.

Há, a partir da discussão que se segue, a necessidade de diferenciarmos o atleta profissional e o que se convencionou chamar de “amadorismo”. De acordo com Campos (2009, p. 114)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O futebol profissional corresponderia à categoria legal “desporto profissional”, ou seja, é caracterizado pela existência de um contrato legalmente válido, com uma instituição e que preveja remuneração (...). As instituições fundamentais do futebol profissional são os clubes, pois é em torno destes que se aglutinam os atores sociais do futebol profissional (...). Eles estão vinculados às federações, que organizam competições estaduais. Estas instituições, por sua vez, compõem a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que está ligada à Confederação Sulamericana de Futebol (Conmebol). Todas estas instituições estão subordinadas à FIFA, órgão máximo do futebol.

Já o futebol amador (ou aficionado) não se caracteriza meramente por aquele atleta que não obtém nenhum benefício econômico com sua prática esportiva, mas o que não possui um contrato formal com alguma instituição esportiva. A partir disso, o atleta amador pode praticar o futebol por “puro prazer” ou mesmo em busca de reconhecimento simbólico e até financeiro, mas não possui vínculo profissional ou institucional (TAMBURRINI, 2001).

Para Azevedo (2008), na esfera do sujeito que trabalha, antes de focar o trabalho imaterial, não há como abstrair elementos da materialidade, pois esta envolve diretamente o trabalho físico ou do corpo físico. Desse modo, a atividade do jogador é uma atividade física, onde usa do seu corpo físico nos treinamentos e nos jogos. Para o autor, pode-se dizer que há um predomínio da forma “trabalho material”. No entanto, há um aspecto imaterial, que se refere aos elementos do afetivo (grupos de jogadores em colaboração e entre-ajuda) e intelecto (a inteligência esportiva que demarca a qualidade, a técnica e o estilo do jogador para atuar no campo de jogo, que pode se denominar como “talento esportivo”).

Ainda para Azevedo (2008, p. 2)

Embora o ofício do jogador de futebol apresente em sua caracterização aspectos quantificáveis e mensuráveis do trabalho material, como salário, contrato de trabalho, jornada de trabalho que se reduz a treinamentos e jogos, etc; existem elementos subjetivos, imensuráveis e não quantificáveis, que podem ser interpretados sob duas dimensões analíticas, a saber: a) a do sujeito que trabalha; b) a do produto do trabalho. Desse modo, na atividade do jogador de futebol o talento esportivo do sujeito constitui um ponto central a ser considerado, uma vez que se converte no principal produto do trabalho e da inteligência coletiva: o espetáculo esportivo.

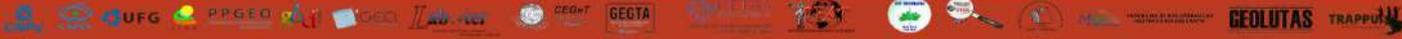
Por mais que o futebol tenha se tornado um esporte globalizado e gerador de grandes fluxos financeiros e salários astronômicos, não podemos aqui nos centrar apenas nas estruturas dos grandes e consolidados clubes, pois por trás disto, desde a formação dos atletas, há ainda um longo caminho a ser percorrido no que tangem as relações e direitos dos trabalhadores do esporte.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Atualmente, a relação profissional do ambiente esportivo, ou seja, a ligação entre o ente empregador (clube) e o empregado (jogador profissional) conta com um manancial de regulamentações para balizar as relações de trabalho. Na esfera desportiva, as legislações específicas, por exemplo, a Lei Pelé (lei nº 9.615, de 24 de março de 1998), que será tratada novamente no decorrer do texto, que institui as normas gerais sobre o desporto no Brasil, rege a associação dos entes jurídicos e os profissionais do esporte, ao mesmo tempo em que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) serve como normas subsidiárias nas questões compatíveis com o mercado de trabalho em geral. Portanto, atualmente o esporte se configura como um dos inúmeros setores do mercado de trabalho do sistema do capital, possibilitando a exploração da prática/performance desportiva dos trabalhadores que se dedicam a esse ofício (GOMES & SOUZA, 2022).

Para além, como afirma Fontes (2021), para compreender a história desta profissão - jogador de futebol, é fundamental questionar sobre o como e o porquê de tantos jovens escolherem uma ocupação tão arriscada e se essa escolha faz parte de uma estratégia individual ou familiar de ascensão social. Para isso, deve-se levar em conta a origem social dos jogadores, suas perspectivas de inclusão no mercado de trabalho e a imagem veiculada pela profissão e como isto ainda se aplica nos dias atuais.

O mundo da bola e o mercado de trabalho do jogador de futebol

De acordo com Gomes (2014), o processo de profissionalização do futebol brasileiro ocorreu, oficialmente, a partir do ano de 1933. Anteriormente, o futebol brasileiro era “legalmente amador” e organizado pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Segundo Franco Junior (2007), no ano de 1931 o Governo Vargas já incluía o jogador de futebol entre as profissões que deveriam ser regulamentadas pela legislação trabalhista. A exemplo da Argentina (1931) e Uruguai (1932), em janeiro de 1933 a recém criada Liga Carioca de Futebol (LCF) decidiu oficialmente pelo profissionalismo de seus jogadores.

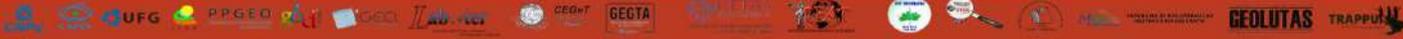
A primeira Copa do Mundo, realizada em 1930 no Uruguai, ainda se organizava de forma semiamadora. Foi através do surgimento das entidades, acompanhada pelo crescimento das ligas e campeonatos que ganhavam notoriedade no contexto social, que o impulso à profissionalização dos trabalhadores desse âmbito pode se



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



materializar. No Brasil, esse processo iniciou-se pelo estatuto do profissionalismo, executado nos anos 40, e posteriormente com a Lei nº 6.354 de 1976, que tratava especificamente sobre as relações de trabalho dos atletas e técnicos profissionais de futebol (GOMES & SOUZA, 2022).

Cronologicamente, na década de 90, temos três grandes mudanças no futebol brasileiro e mundial, elucidadas a seguir: 1) Lei n. 8.672/1993 (conhecida como “Lei Zico”), que instituiu normas gerais sobre o desporto, reduzindo a interferência do Estado no esporte, e de acordo com ela, o desporto brasileiro abrangia práticas formais e informais; 2) Lei Bosman (1995) permitiu que os futebolistas, que são também considerados trabalhadores comunitários, não se vissem impedidos de jogar em outro país da União Europeia por normas internas da UEFA³ e das respectivas Federações nacionais de Futebol, funcionando como um arranjo econômico dentro do esporte e uma mundialização do sistema esportivo; 3) Lei n. 9.615/1998 (Lei Pelé ou Lei do passe livre), que aborda assuntos que vão desde o contrato de trabalho do atleta profissional até os repasses de recursos.

Nesta esteira da mundialização do esporte, novas leis trabalhistas e grandes transações de atletas profissionais, tivemos uma nova configuração no futebol, sobretudo financeira. De acordo com dados fornecidos pela FIFA (2022), o futebol movimentou em 2022 aproximadamente US\$ 286 bilhões, onde para se termos uma dimensão, é uma cifra que gira em torno do valor do Produto Interno Bruto (PIB) da República Tcheca no mesmo período.

A globalização do futebol trouxe, para além das características e marcas importantes no mundo do trabalho, a entrada de novos (e grandes) investidores. Para Santos (2020), proprietários de clubes não são necessariamente empreendedores de um negócio rentável, onde a indústria do futebol é lucrativa, mas os clubes de futebol em si não são. Para o autor, a grandeza financeira desses clubes reside em duas razões principais: a) parte pelo aporte financeiro desses proprietários na aquisição de jogadores-marcas capazes de render resultados esportivos; b) visibilidade midiática a nível global, parte pela alavancagem consecutiva recente das receitas oriundas de direitos de transmissão, consequência direta da razão anterior.

De acordo com Proni (2000) e Damo (2007), os agentes ou empresários, como são denominados no meio futebolístico, começaram a circundar os gramados

³União das Associações Europeias de Futebol.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



brasileiros no final dos anos 1980. A criação dessa função no ambiente futebolístico se relaciona com o que se iniciava ainda nos anos de 1970, quando os clubes arrecadavam uma quantia considerável de dinheiro através das bilheterias dos estádios. A possibilidade de transmissão para outras localidades impulsionava o uso do estádio como espaço de publicidade e também o uso de alguns jogadores na divulgação de produtos em jornais e revistas. Ainda, como citado anteriormente, foi a partir dos anos 1990 que se inicia com mais intensidade a chamada “globalização dos mercados do futebol”.

Indo ao encontro, para Almeida (2023, p. 3),

Embora com particularidades, o mercado de futebol também se reestruturou a partir da década de 1990 com a abertura de capital nas bolsas de valores, visando aumentar a circulação de jogadores e aumentar os ganhos com produtos, exposição e transmissões televisivas em escala global.

No âmbito do trabalho, de acordo com Gomes & Souza (2022), a flexibilização trabalhista, oriunda da implementação da Lei Pelé, ofertou, por um lado, a liberdade para assinatura de contratos com qualquer clube por parte dos jogadores, por outro lado, representava o fim da estabilidade no emprego, já que os vínculos (clube e atleta) podem ser encerrados ao final da duração do contrato. Assim, o futebol passa a acompanhar as relações de trabalho atuais, onde as mesmas se caracterizam pela periodicidade e rotatividade, perda da estabilidade e flerte com a realidade do desemprego. Em termos práticos, para os autores, essa nova realidade representa uma faceta do sistema de acumulação flexível no futebol, facilitando os contratos temporários e o rejuvenescimento da força de trabalho no futebol brasileiro.

Indo ao encontro, para Favero (2009), as *commodities* possuem atualmente grande importância internacional, principalmente no sistema financeiro, e são negociadas em larga escala. Assim, para o autor, os jogadores de futebol também seriam uma espécie de *commodity*, mas ao contrário de serem negociados nas bolsas de valores, são comprados e vendidos pelos clubes com o consentimento das Confederações e da FIFA.

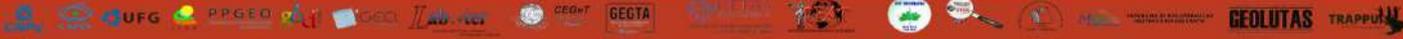
Atualmente, o Brasil, de acordo com dados apresentados pela Federação Internacional de Futebol (FIFA, 2023), denominado *Global Transfer Report*, divulgados e analisados pelo Trivela (2023) e que leva em consideração apenas transferências internacionais, foi o que mais teve jogadores envolvidos em transferências em 2022, com 2.061 atletas de futebol. O segundo país com mais jogadores envolvidos em



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



transferências foi a Argentina, com 1.004 (demonstrando certa predominância de jogadores da América do Sul), seguida pela França, com 921.

No que tange o futebol feminino, os dados de nacionalidade mostram que o Brasil também é um grande exportador de jogadoras. As estadunidenses são as que mais se transferiram, com um total de 164 atletas, com as brasileiras em segundo lugar, com 88 (um aumento de 27,5% em relação ao ano anterior). As ucranianas foram as terceiras com mais transferências, com 80, considerado dentro do contexto da guerra que fez muitas das jogadoras do país buscarem transferências para o exterior. As colombianas e inglesas estão empatadas em quarto, com 64 jogadoras cada (TRIVELA, 2023). Neste aspecto, outra vez salienta-se o protagonismo de atletas sul-americanos.

A profissão de jogador de futebol é marcada por diversos aspectos que tangem o mercado de trabalho da área esportiva, sobretudo em clubes de menor expressão, e muitas vezes, em países que estão à margem das grandes economias do mundo. Há diversos desafios para consolidar a carreira como jogadores profissionais dentro do cenário nacional, que já se iniciam na formação do atleta nas categorias, onde os atletas se espelham em grandes nomes do esporte e são tangenciados da verdadeira realidade, marcada pelo forte controle de empresários do ramo, além do baixo orçamento e o curto calendário anual de temporada.

Os números do mercado de trabalho do jogador profissional de futebol no Brasil

No ano de 2015, segundo dados do Relatório Diretoria de Registro e Transferência (DRT), divulgados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF, 2016), apontaram que mais de 82% dos jogadores de futebol neste período no país ganhavam salários de até mil reais. Na outra ponta, os salários maiores de cinco mil reais restringiram-se a 4% dos jogadores profissionais. No contexto do trabalhador brasileiro, o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mensura números muito próximos aos dados do relatório mencionado pela instituição. Trabalhadores brasileiros com rendimentos próximos aos mil reais constituem uma parcela de mais de 70%. Em contrapartida, trabalhadores que alcançam rendimentos superiores a cinco mil reais compõe uma parcela minoritária de 3,1% no cenário brasileiro (GOMES & SOUZA, 2022).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



De acordo com a fonte dos dados, o perfil profissional destes trabalhadores mais recorrente é o de um trabalhador com 22 anos, com ensino médio completo, do sexo masculino, que trabalha 44h semanais em empresas do segmento de clubes sociais, esportivos e similares. Ainda, de acordo com a observações de dados anteriores, observa-se um crescimento no número de atletas formados nas bases, mesmo que nesta mesma margem se observe cada vez mais a saída de atletas para o exterior, sem nem mesmo terem sido oficializados nos clubes como profissionais.

No que se confere aos maiores saldos salariais de jogadores de futebol por região do Brasil, observa-se o predomínio de clubes da Região Sudeste do país, sobretudo em Unidades da Federação como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, corroborando com análises que serão apresentadas posteriormente de que estes fluxos financeiros se concentram em áreas de grandes concentrações de capital e contingente populacional. As regiões Sul e Nordeste se apresentam logo após na lista, seguidas por fim pelas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

A demanda no mercado de trabalho para o cargo também é apresentada na base de dados. No comparativo entre os meses de Setembro de 2022 e Setembro de 2023, teve-se um aumento de 8,54% nas contratações formais com carteira assinada em regime integral de trabalho no Brasil.

Clubes de futebol no Rio Grande do Sul: os agentes da bola

No Estado do Rio Grande do Sul a grande maioria dos clubes de futebol profissionais se configuram como Associações Privadas. Segundo Santos (2020, p. 36), “toda receita gerada por um clube de futebol em formato de associação civil sem fins lucrativos deve permanecer na associação, e nenhum associado está autorizado a retirar parte desse lucro para si”. Ainda segundo Santos (2021, p. 5), estas associações, que se configuram como “associação civil sem fins lucrativos” são basicamente entidades civis que, por mais que desenvolva uma atividade econômica, não distribui dividendos entre os seus membros, sendo todo fruto financeiro da sua atividade revertido novamente na própria entidade, à qual os associados estão vinculados de forma voluntária, e que variam de modo de participação de acordo com o clube.

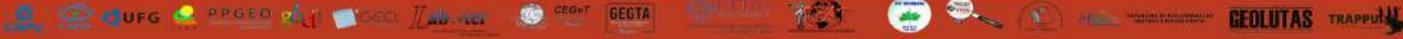
No que tange a disputa de campeonatos locais, 61 equipes de futebol do Rio Grande do Sul disputaram competições organizadas pela FGF no ano de 2022, sendo



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



eles: Gauchão (12 equipes), Gauchão Série A2 (equivalente a segunda divisão, e com 16 equipes participantes), Gauchão Série B (equivalente a terceira divisão, com 16 equipes), Copa FGF – Troféu Tarciso Flecha Negra (que contou com 28 equipes), e os campeonatos estaduais das categorias de base (sub 15, 17 e 20), na modalidade masculina, e o Gauchão Feminino (profissional) e Sub-17. Destas equipes, 7 se configuram como clubes-empresa.

Já em 2023, tivemos a seguinte distribuição de equipes na disputa dos campeonatos locais: Gauchão (12 equipes), Gauchão Série A2 (equivalente a segunda divisão, e com 16 equipes participantes), Gauchão Série B (equivalente a terceira divisão, com 16 equipes), a Copa FGF – Troféu Rei Pelé (que contou com 14 equipes), e os campeonatos estaduais das categorias de base (sub 15, 17 e 20), na modalidade masculina, e o Gauchão Feminino Profissional e Gauchão Feminino Sub-17, ambos com 8 equipes em cada competição.

O que se observa é a predominância de equipes em determinadas áreas do Estado do Rio Grande do Sul, onde a Região Metropolitana de Porto Alegre, integrada por 14 municípios, com uma população de aproximadamente 4,4 milhões de habitantes (IBGE, 2022) e que representa aproximadamente 38% da população total do Estado, possui um número expressivo de clubes. Das 61 equipes analisadas, 10 estão localizadas nesta região, nas cidades de Porto Alegre, Novo Hamburgo, Cachoeirinha, Sapucaia e Canoas. As duas principais equipes e com os maiores números de torcedores estão localizadas na capital Porto Alegre, sendo o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e o Sport Club Internacional, onde ambos detêm também os maiores investimentos financeiros. Desta forma, esta região se caracteriza atualmente como o principal polo futebolístico regional, e merece atenção e aprofundamento sobre possíveis novos investimentos, principalmente de investidores estrangeiros em clubes-empresa, bem como na formação e captação de atletas nas categorias de base.

De acordo com Santos (2001), a região em questão apresentou um grande crescimento industrial e populacional ao longo do século XX, o que explica, por exemplo, que as principais equipes de futebol se concentrem nesta área do Estado, ao contrário do que se observava anteriormente, onde o eixo Rio Grande – Pelotas se caracterizava, a partir do porto, com as equipes de futebol mais bem consolidadas, resultado da sua franca ascensão econômica no período.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O jogador profissional de futebol no Rio Grande do Sul

De acordo com dados disponibilizados pela Plataforma Salário (2023), com base em um filtro de amostragem com 1.945 profissionais admitidos e desligados no estado do Rio Grande do Sul entre outubro de 2022 e outubro de 2023, um jogador de futebol no RS recebe em média R\$ 7.595,56 para uma jornada de trabalho de 43 horas semanais, onde a faixa salarial da profissão no estado fica entre R\$ 7.388,12 (média do piso salarial 2023 de acordos, convenções coletivas e dissídios) e o teto salarial de R\$ 22.591,38.

O que se observa a partir dos dados apresentados é uma grande disparidade salarial entre os atletas, sobretudo nos clubes interioranos e que não disputam competições em nível nacional, o que acarreta um curto calendário de atividades anuais e uma grande rotatividade de atletas pelos clubes.

Ainda de acordo com a plataforma, no Rio Grande do Sul o jogador de futebol tem um perfil profissional médio de um trabalhador com 21 anos (abaixo da média nacional), ensino médio completo, do sexo masculino que trabalha 44h por semana em empresas que atuam no segmento de Clubes sociais, esportivos e similares. Entre os meses de Setembro de 2022 e Setembro de 2023, teve-se um aumento de 6,96% nas contratações formais com carteira assinada em regime integral de trabalho neste segmento. Já em outubro de 2023, observamos uma ligeira queda de 47.37%, ocasionada principalmente pelo encerramento dos campeonatos em nível estadual.

O relatório também apresenta as 10 principais cidades do RS⁸ e um comparativo entre seus mercados de trabalho, onde as principais e o número de atletas analisados são: Porto Alegre (289), Passo Fundo (134), Caxias do Sul (99), Santa Cruz do Sul (98), Novo Hamburgo (93), Ijuí (91), São Leopoldo (88), Vacaria (87), Pelotas (88) e Santa Maria (82), totalizando 1.149 atletas, sendo mais da metade do número total de trabalhadores analisados.

Quanto ao grau de escolaridade, 80,8% possuem ensino médio completo; 8,5% possuem ensino médio incompleto; 6,4% possuem ensino fundamental completo; 1,2% superior incompleto; 0,8% superior completo; 0,3% sem instrução; 0,3% até o quinto ano incompleto; 0,2% até o quinto ano do ensino fundamental completo; 1,5% do sexto ao nono ano do ensino fundamental.

⁸Dados atualizados em 29 de novembro de 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Um fator que ganhou destaque no campo do trabalho, principalmente nos meios esportivos, foram os relatos recentes de resgate de adolescentes e jovens em condições análogas à escravidão⁹ em clubes de futebol. No Rio Grande do Sul, o primeiro caso de tal prática envolveu jogadores de um clube de futebol da cidade de Teutônia¹⁰, e de acordo com a Gerência Regional do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho (MPT), os atletas, com idades entre 15 e 23 anos, vieram de outros Estados para se tornarem jogadores de futebol em um clube recém criado, o Levi Futebol Clube, que não conta com profissionais especializados e não é filiado a FGF.

O futebol em Santa Maria (RS): da ferrovia ao amadorismo e profissionalismo

Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município de Santa Maria conta atualmente com uma população de 271.735 habitantes, sendo considerada uma cidade de porte médio e de grande influência regional, sendo a quinta cidade mais populosa do Rio Grande do Sul e, isoladamente, a maior da região central do Estado.

Por sua localização geográfica central e por situar-se na metade sul do Estado, foi, desde os tempos do Império do Brasil, historicamente estratégica na questão dos conflitos com os países fronteiriços. Por esse motivo, por várias décadas os investimentos concentrados no local foram referentes à segurança nacional. Assim, formou-se uma estrutura no município voltada para a prestação de serviços, posteriormente acentuada com o estabelecimento dos serviços públicos estatais e federais e com o desenvolvimento do comércio. As bases econômicas do município são evidenciadas pelos empregos ofertados, com uma alta importância do setor terciário, destacando-se o comércio, os serviços públicos, incluindo os da Universidade Federal de Santa Maria, bases militares e demais instituições.

De acordo com Rizzatti et al (2016), o município de Santa Maria teve uma urbanização acelerada a partir da década de 1950, seguindo o modelo do país, onde a população urbana do município em 1950 era de 57,71%, passando para 95,14% em

⁹Um(a) trabalhador(a) que tenha que cumprir jornadas excessivas de trabalho ou que atue em ambientes insalubres, sem condições mínimas de saúde e segurança, está em condições análogas à escravidão, segundo definição do Ministério Público do Trabalho (MPT, 2022).

¹⁰**Adolescentes e jovens em condições análogas à escravidão são resgatados de clube de futebol em Teutônia/RS** < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2022/12/adolescentes-e-jovens-em-condicoes-analogas-a-escravidao-sao-resgatados-de-clube-de-futebol-em-teutonia-clc13ohly003y0181x415e3kw.html> >. Acesso em: 8 de janeiro de 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



2010 (IBGE, 2010). Estes dados sobre a urbanização do município serão observados posteriormente, a partir da expansão da prática do futebol, sobretudo nos bairros periféricos e na área rural do município, a partir da prática “amadora”.

Ainda segundo Rizzatti et al (2016, p. 2966),

Quanto ao processo de expansão urbana, após o declínio das ferrovias na cidade, viu-se obrigada a se desenvolver de forma linear no sentido Leste-Oeste, devido às características físicas da região, pois a norte da cidade se localizam o rebordo do Planalto Meridional. Nesse sentido, a implantação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 1960 e da Base Aérea de Santa Maria (BASM) em 1970, ambos na região leste da cidade, são fatores que impulsionaram a expansão urbana para região leste da cidade. Na região oeste, a implantação do distrito industrial e dos conjuntos habitacionais (COHAB's) exerceram influência para expansão urbana para a região.

A prática do futebol no município é amplamente difundida desde meados do início do século XX, perpassando sobretudo pela expansão da malha ferroviária pelo interior do estado do Rio Grande do Sul. Para além dos clubes profissionais que ali se localizam atualmente, há também um importante papel dos clubes amadores, escolas de formação de atletas (base), bem como a prática do referido esporte como forma de lazer e saúde.

No que tange diretamente a relação com o mercado de trabalho, segundo dados da Plataforma Salário (2023), com uma amostragem de 82 salários (entre os meses de Outubro de 2022 a Outubro de 2023, segundo o CAGED) de profissionais admitidos e desligados oficialmente pelas empresas, um jogador de futebol trabalhando na cidade de Santa Maria recebe entre R\$ 2.511,10 (média do piso salarial 2023 de acordos, convenções coletivas e dissídios) e o teto salarial de R\$ 5.050,83, sendo que a média salarial fica em R\$ 2.581,61 para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais, sendo a décima cidade com mais jogadores profissionais registrados no estado do Rio Grande do Sul no período.

Na cidade de Santa Maria existem atualmente dois clubes profissionais de futebol: o Riograndense Futebol Clube e o Esporte Clube Internacional, além de clubes voltados diretamente para a formação de atletas de base, além de campeonatos locais de futebol amador, que além de moverem grandes contingentes de jogadores, também tem uma influência direta no acesso a cidade e na representatividades dos bairros onde estão alocados.

O Riograndense Futebol Clube foi fundado no dia 7 de maio de 1912 por funcionários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e é considerado um dos 10 clubes



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de futebol mais antigos do Estado. Ao encontro desta ligação com a comunidade ferroviária, o clube mantém a partir Estádio dos Eucaliptos, com capacidade para aproximadamente 4 mil espectadores, uma estreita relação com o bairro circundante - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, uma vez que este também mantém um legado com a malha férrea santa-mariense. Atualmente, o clube disputa apenas competições nas categorias de base em campeonatos locais e estaduais, não tendo desde o ano de 2016 uma equipe profissional.

De acordo com dados fornecidos pela direção, considerando apenas as categorias de base (sub 15, 17 e 20), passaram pelo clube aproximadamente 100 atletas entre os anos de 2022 e 2023, com uma faixa etária entre 14 e 17 anos de idade, sendo 90% deste montante oriundo da cidade de Santa Maria e o restante provindo de outras cidades do RS.

Por serem considerados amadores (categorias de base), estes atletas não possuem nenhum vínculo contratual com o clube e nem salários. Neste ano de 2023, o clube disputou apenas competições em nível local e regional, não possuindo uma equipe feminina para a disputa dos torneios.

O Esporte Clube Internacional foi fundado no dia 16 de maio de 1928, onde sua equipe era formada por servidores públicos municipais e dos correios e telégrafos da época (CARDOSO, 2013). Possui para a prática esportiva o Estádio Presidente Vargas, também conhecido como “Baixada Melancólica”, com capacidade para aproximadamente 12 mil espectadores, localizado no Bairro Noal. Atualmente, o clube disputa campeonatos estaduais das categorias de base, bem como no âmbito profissional.

Em atividade desde março, o Inter SM contava em outubro de 2023 com 29 atletas e mais sete integrantes de comissão técnica. No entanto, muitos deles devem disputar a Série A do campeonato estadual na primeira metade do 1º semestre de 2024, para depois retornarem ao clube.

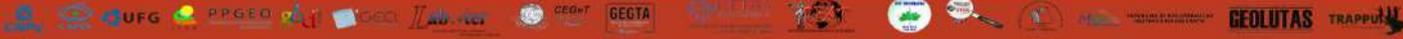
A rotatividade de jogadores no clube vai ao encontro da realidade dos clubes interioranos, que além desta adversidade, ainda possuem um curto calendário de atividade durante o ano. O Inter SM, como é conhecido, disputou vinte e quatro partidas na temporada de 2023, iniciando as atividades no mês de abril e encerrando as mesmas no mês de setembro, com uma duração de apenas 6 meses e uma média de 6 jogos mensais, disputando apenas dois campeonatos profissionais em nível



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



estadual, além de torneios locais e regionais nas categorias de base, possuindo parcerias com outros clubes do estado para tal prática.

As categorias de base, para além da mera formação de atletas, também tem um importante papel financeiro para os clubes, sobretudo a partir de futuras transações que envolvam jogadores provindos destes espaços. Contudo, existem leis e normas que regem tal prática no Brasil que visam, no geral, garantir as condições mínimas para os atletas, bem como a proteção e garantia dos clubes em futuras transações, sendo esta vantajosa de diversas maneiras para os pequenos clubes de futebol. Porém, para tal prática é necessária uma série de exigências e cumprimentos para que se possa dar as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades, que são geridas diretamente pelo Certificado de Clube Formador (CCF).

O CCF (2019) visa garantir que os clubes cumpram com as normas de segurança para a formação profissional do jogador, tais como laudos, licenças, alvarás vigentes, apresentação de programa de treinamento para cada categoria, detalhando responsáveis, objetivos, metodologia, horários e atividades compatíveis com a faixa etária, proporcionar assistência médica, por meio de profissional especializado contratado, entre outros.

Segundo dados disponibilizados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), atualizados em 5 de abril de 2023, apenas 36 clubes de futebol do Brasil possuem o Certificado de Clube Formador (CCF), onde três destes são clubes do Estado do Rio Grande do Sul, a saber: Esporte Clube Juventude, da cidade de Caxias do Sul, Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e Sport Club Internacional, ambos da cidade de Porto Alegre.

Em Santa Maria, conforme explicitado anteriormente, residem dois grandes clubes de futebol no cenário do RS: Riograndense Futebol Clube e Esporte Clube Internacional, onde ambos possuem times que disputam campeonatos nas categorias de base. Porém, nenhum deles possui o CCF, emitido pela CBF, o que faz com que os atletas provindos das categorias de base não possuam nenhum vínculo com os clubes formadores durante suas carreiras, o que assim não garante nenhuma porcentagem em futuras transações, onde o clube formador do atleta tem direito a 5% dos valores envolvidos (dividido por todos os clubes pelos quais o jogador passou entre os 12 e 23 anos de idade). Para além do CCF, o clube deve também estar regularmente filiado à federação estadual, no caso a Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Ao passo que o CCF tem um papel crucial na garantia de condições trabalhistas na formação de atletas, ele também limita que alguns clubes menores tenham acesso a essas estruturas, uma vez que estes não possuem as mesmas condições financeiras que os considerados “clubes grandes”.

Para além dos clubes profissionais explicitados anteriormente, há outras instituições na cidade de Santa Maria voltadas exclusivamente na formação de atletas nas categorias de base no futebol, e que em alguns casos, possuem vínculos com clubes de maior expressão no RS, além de “escolinhas de formação” de clubes de fora do RS. Estas, que também não possuem o CFC, são importantes entidades na formação de atletas.

No que tange o futebol “amador”, a cidade de Santa Maria possui um campeonato local que envolve uma série de atividades e atletas. Segundo dados da GZH (2015)¹¹, o campeonato citadino abarca mais de 2 mil atletas e 23 campos de futebol oficiais utilizados para as partidas, distribuídos em duas associações, uma de veteranos e outra de categoria livre. Esta prática ainda abrange a relação de trabalho local, a economia dos bairros, os deslocamentos pela cidade em dias de jogos, dentre outros aspectos que tornam a prática do futebol como um importante elemento da sociedade.

Considerações finais

Os mundos do trabalho do futebol demonstram que a profissão de atleta no Brasil apresenta grandes disparidades de condições de trabalho, e sobretudo salariais, acarretando na sobrecarga de trabalho, migrações constantes entre clubes, dentre outros aspectos que tornam arriscado o investimento em tal área.

À margem dos jogadores profissionais que atuam em grandes clubes no Brasil, temos um mercado de trabalho marcado por atletas amadores, com baixos salários, instabilidade, curtos calendários de campeonatos e contratos que não contemplam grande parte da temporada. No futebol local, em Santa Maria, se elucida com maior profundidade estes aspectos a partir dos clubes profissionais e também dos clubes amadores, a partir da formação de atletas de base.

¹¹Campeonatos amadores de Santa Maria são marcados pela organização. < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2015/04/campeonatos-amadores-de-santa-maria-sao-marcados-pela-organizacao-4744302.html> >. Acesso em: 20 de setembro de 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Conforme apresentado ao longo do texto, o contexto das transformações sociais, política, econômica e culturais torna compreensível esta dinâmica esportiva brasileira, sobretudo nas últimas décadas, marcada principalmente pelas mudanças trabalhistas. Em contrapartida, há de se frisar: o futebol, mais que mero reflexo da sociedade, é sua parte constitutiva, conformando-se em vetor de mudanças contextuais vivenciadas na economia, trabalho, política e na cultura.

Referências

ALMEIDA, Rodrigo. Globalização e futebol: o mercado mundial de transferência de jogadores e a questão centro-periferia no Brasil. **Boletim Campineiro de Geografia**, 13(1), 2023.

AZEVEDO, Aldo Antonio de. A imaterialidade do trabalho do jogador de futebol: uma interpretação teórica. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70311249018>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BUARQUE DE HOLLANDA, Bernardo; MEDEIROS, Jimmy (org). De “país do futebol” a “país dos megaeventos”: um balanço da modernização dos estádios brasileiros sob a ótica das torcidas organizadas da cidade de São Paulo. In: **Futebol e mundos do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

CAMPOS, Fernando Rosseto Gallego. O espaço de representação do futebol: uma apreensão do futebol como um elemento sociocultural e espacial. **Revista RA'E GA**, Curitiba: Editora UFPR, n. 11, p. 35-49, 2006.

CARDOSO, Trícia Andrade, **O futebol entre os ferroviários de Santa Maria-RS**. Trabalho de Conclusão de Curso - Especialização em Pesquisa do Movimento Humano, Sociedade e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2013. 25 f.

DAMO, Arlei. Ah! Eu Sou Gaúcho! O Nacional e o Regional no Futebol Brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 87-118, 1999.

FAVERO, Paulo Miranda. **Os donos do campo e os donos da bola**: alguns aspectos da globalização do futebol. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FONTES, Paulo. Futebol de várzea e trabalhadores: os clubes amadores em São Paulo nas décadas de 1940 e 1950. In: **Futebol e mundos do trabalho no Brasil**. Organizadores: Bernardo Buarque de Hollanda, Paula Fontes. 1 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A dança dos deuses**: futebol, sociedade e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



GOMES, Eduardo de Souza. História comparada do esporte na América Latina: um olhar para a profissionalização do futebol no Brasil (1933-1941) e na Colômbia (1948-1954) - (**Anais do ANPUH** – Rio, 2014).

GOMES, Gabriel Viemo; SOUZA, Maristela da Silva. Futebol e o mundo do trabalho: uma relação dialeticamente estabelecida. **Recordes**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2022.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **A Metamorfose do Futebol**. Campinas: Unicamp, 2000.

RIZZATTI, Maurício; CASSOL, Roberto; BATISTA, Natália Lampert; SPODE, Pedro Leonardo Cezar. Os bairros com maior valor de uso e de troca: uma análise da especulação imobiliária na área urbana de Santa Maria, em 2016, por mapas temáticos. In: SELPER 2016. **Geotecnologías, Herramientas para la construcción de una nueva visión del cambio global y su transformación para un futuro sostenible**: Libro de Actas de XVII Simposio Internacional en Percepción Remota y Sistemas de Información Geográfica; editado por Walter F. Sione [et al.]. - 1a ed. - Luján: EdUnLu, 2017.

SALÁRIO. **Jogador de Futebol** - Salário, piso salarial, o que faz e mercado de trabalho. < <https://www.salario.com.br/profissao/jogador-de-futebol-cbo-377110/> >. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

SANTOS, Gilmar Mascarenhas dos. **A bola nas redes e o enredo do lugar**: uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul. 2001. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, Irlan Simões (Org.). **Clube empresa**: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol. Rio de Janeiro: Corner, 2020.

_____. Associações civis, sociedades empresárias e participações de torcedores: proposta de tipologia de clubes de futebol no século XXI. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 21-38, jan./abr. 2021.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado** - Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. Edusp, 1996.

TAMBURRINI, Claudio M. **¿La mano de Dios?**: una visión distinta del deporte. Buenos Aires: Continente, 2001. orig. 2000.

TRIVELA. **Relatório da Fifa mostra que Brasil teve o maior número de jogadores em transferências internacionais em 2022**. < <https://trivela.com.br/mundo/relatorio-da-fifa-mostra-que-brasil-teve-o-maior-numero-de-jogadores-em-transferencias-internacionais-em-2022/> >. Acesso em: 11 de abril de 2023.

THOMAZ JR., Antonio. Por uma geografia do trabalho. **PEGADA** - A Revista da Geografia do Trabalho, v. 3, 16 nov. 2011.



PRECARIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DA PERIFERIA URBANA: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES TRABALHADORAS DE BAIXA RENDA EM CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES DE JOÃO PESSOA

Katia Cristina do Vale¹
María Franco García²

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão sobre a precarização do trabalho e da reprodução da vida no espaço cotidiano das mulheres de baixa renda, residentes em conjuntos habitacionais na periferia urbana da cidade de João Pessoa Paraíba. Para isso, indagamos como a construção socio-cultural das relações sociais de gênero em sociedades urbano-patriarcais como a brasileira articula-se com o processo de produção e apropriação capitalista do espaço urbano e a produção da sua periferia. A metodologia utilizada prioriza a análise bibliográfica e documental e a realização de trabalhos de campo nas áreas de pesquisa selecionadas: 7 (sete) residenciais construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV com prioridade de titularidade feminina na cidade de João Pessoa. Os resultados mostram que a habitação social produzida pelo PMCMV se apresenta com padrão construtivo semelhante e de localização periférica, acarretando, na vida das mulheres beneficiadas, uma nova forma de discriminação social e de gênero na cidade. Por um lado, ao tempo que se conquista a casa própria, na periferia, a precarização da vida se amplia. É nessa contradição que se fundamenta a dialética da feminização da periferia à que nos referimos.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras; habitação social; feminização da periferia.

ABSTRACT

The objective of this text is to present a reflection on the precariousness of work and the reproduction of life in the everyday space of low-income women, living in housing complexes on the urban outskirts of the city of João Pessoa Paraíba. To do this, we ask how the socio-cultural construction of gender social relations in urban-patriarchal societies such as Brazil is articulated with the process of capitalist production and appropriation of urban space and the production of its periphery. The methodology used prioritizes bibliographic and documentary analysis and the carrying out of fieldwork in the selected research areas: 7 (seven) residential buildings built by the Minha Casa Minha Vida-PMCMV Program with priority for female ownership in the city of João Pessoa. The results show that the social housing produced by the PMCMV has a similar construction pattern and a peripheral location, resulting in a new form of social and gender discrimination in the lives of the benefited women in the city. On the one hand, as people acquire their own home in the periphery, the precariousness of life increases. It is on this contradiction that the dialectic of the feminization of the periphery to which we refer is based.

Key words: Working women; social habitation; feminization of the periphery

¹ Membro do CEGeT-PB; Universidade Federal da Paraíba, UFPB - João Pessoa, Brasil.
Contato: katiacrisvale@yahoo.com.br

² Coordenadora do CEGeT-PB; Universidade Federal da Paraíba, UFPB - João Pessoa, Brasil.
Contato: mmartillo@gmail.com



INTRODUÇÃO

O trabalho que apresentamos para o GT 03. GÊNERO, IDEOLOGIA, EDUCAÇÃO E DISCURSO, forma parte da tese, intitulada: “Gênero e espaço urbano: políticas públicas de habitação e acesso das mulheres trabalhadoras à moradia em João Pessoa, Brasil”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Brasil, em 2023.

A pesquisa articula as contribuições da Geografia do Trabalho e da Geografia Urbana com o campo multidisciplinar dos Estudos de Gênero, para discutir o acesso, das mulheres trabalhadoras de baixa renda, a autonomia e direitos sociais. A nossa análise centra-se, particularmente, em um grupo específico de mulheres, multidimensional e diverso: as mulheres trabalhadoras que residem em espaços urbanos periféricos na cidade de João Pessoa, Paraíba. A proposta desta comunicação é refletir sobre a precarização do trabalho e do cotidiano dessas mulheres. Para isso, procuramos mostrar como a construção socio-cultural das relações sociais de gênero em sociedades urbano-patriarcais como a brasileira articula-se com o processo de produção e apropriação capitalista do espaço urbano e a produção da sua periferia.

A apropriação do espaço urbano e a precarização do trabalho, desde a perspectiva de gênero tem a ver com a forma como o espaço é diferentemente apropriado segundo o gênero, nos processos de produção e reprodução das relações sociais de produção e reprodução da vida na cidade. Para Edenilse Rosa (2017), existe uma “dicotomia cultivada entre ‘masculino’ e ‘feminino’ na manutenção e reprodução das relações de gênero. A mesma pode ser percebida inclusive na utilização dos espaços sociais de diferentes formas” (2017, p. 01).

Atentas aos apontamentos dessa autora, ampliamos nossa reflexão com as principais contribuições das sociólogas brasileiras Danièle Kergoat (2007 e 2009) e Helena Hirata (2007, 2009, 2015 e 2016). Para elas, a divisão sexual do trabalho é uma divisão técnica e territorial. É um modo de organização socioespacial que difere entre as esferas/espaços públicos e privados, entre a produção e a reprodução social, de modo que, como apontam Flávia Biroli e Débora Quintela (2020, p. 73): “amplia ou restringe a autonomia das pessoas em função de seu sexo”



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 599), a divisão sexual do trabalho tem como característica: “a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”. Nas divisões atribuídas pelos papéis de gênero nas relações sociais de trabalho, as mulheres são as responsáveis principais, senão únicas, pelo trabalho reprodutivo, ou seja, pelo cuidado com os filhos, familiares idosos e/ou doentes da família e pelo trabalho doméstico; e os homens, pelo trabalho produtivo remunerado, dando a este maior poder, prestígio e valor (ROSA, 2017).

As tarefas da esfera e espaços reprodutivos, impostas cotidianamente às mulheres e assumidas por elas, constituem, para Diana Helene (2019, p. 956) as: “tarefas laborais mais informalizadas, mal remuneradas e desvalorizadas no mundo do trabalho. Entre elas, a trabalhadora doméstica vai constituir a categoria vulnerável, devido à baixa remuneração e ao grau de precariedade”.

O trabalho organiza-se, portanto, segundo os princípios da separação – existem trabalhos/tarefas/ocupações de homens e de mulheres – e da hierarquização – o trabalho do homem “vale” mais do que o da mulher, tem mais relevância social – entre diferentes dimensões da vida (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Os rebatimentos desse princípio na vida das mulheres e na produção e apropriação do espaço urbano é nosso interesse de pesquisa. Para desenvolvê-la realizamos os seguintes procedimentos metodológicos: a) análise bibliográfica e documental, e; b) trabalhos de campo nas áreas de pesquisa selecionadas (residenciais construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV com prioridade de titularidade feminina na cidade de João Pessoa). A abordagem de pesquisa combina técnicas quantitativas e qualitativas. Realizamos uma amostra de 364 questionários aplicados em 07 dos residenciais visitados: Residencial Multifamiliar Anayde Beiriz, Residencial Irmão Dulce, Residencial Jardim Veneza, Residencial Jardins das Colinas, Residencial Manacá, Residencial Morada dos Hibiscos, e o Residencial Vieira Diniz.



1. Mulheres chefes de família e acesso a moradia: indicadores da feminização da pobreza

Nossa análise inicia-se com uma constatação, a de que as mulheres trabalhadoras, de baixa renda, moradoras de bairros das periferias urbanas em todo o Brasil sofrem no seu cotidiano os efeitos e contradições da “feminização da pobreza”.

O conceito de feminização da pobreza foi cunhado nos Estados Unidos no final dos anos 1970 pela pesquisadora Diana Pearce. Trata-se do artigo publicado na revista *Urban and Social Change Review*, intitulado “*Feminização da pobreza: mulher, trabalho e bem-estar*”. O artigo foi resultado da sua pesquisa sobre a condição econômica das mulheres chefes de família pobres no seu país e as políticas públicas existentes no final da década de 1970, que tinham essas mulheres como público-alvo.

De acordo com Paula Aguiar (2011), Pearce revelou, introduzindo essa expressão, a necessidade do marcador de gênero na análise das famílias em situação de pobreza, afirmando que:

Enquanto muitas mulheres são pobres porque vivem em famílias pobres chefiadas por homens, um número crescente de mulheres estão se tornando mais pobres por estarem sem companheiros e responsáveis pelos filhos (2011, p. 127 *apud* PEARCE, 1978).

No Brasil, a posição de comando nas famílias e lares das mulheres cresceu de forma significativa no começo do século XXI. Segundo estudo dos demógrafos Suzane Cavenaghi e José Eustáquio Diniz Alves (2018), o crescimento é resultado das amplas transformações econômicas, sociais e demográficas ocorridas nas últimas décadas no país. Os autores revelam que, de 2001 a 2015, as famílias chefiadas por mulheres mais que dobraram em termos absolutos (105%), passando de 14,1 milhões em 2001 para 28,9 milhões em 2015. Quando observamos as famílias de núcleo duplo (casais com e sem filhos), o cenário torna-se mais acentuado:

[...] ao longo de 15 anos, o número de mulheres chefes passou de 1 milhão para 6,8 milhões, nos casais com filhos, um aumento de 551%. Entre os casais sem filhos, o percentual de crescimento foi ainda maior: de 339 mil famílias para 3,1 milhões, uma expansão de 822% (CAVENAGHI; ALVES, 2018, p. 09).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O aumento constatado ocorreu no Brasil como um todo, em todas as regiões, nas áreas rurais e urbanas, para todos os tipos de família e em todas as faixas de renda e educação. Embora, como os autores alertam, o despontar da chefia feminina, em parte, tenha ocorrido em decorrência de mudanças conceituais e na forma de coleta dos dados nas várias pesquisas domiciliares, não há dúvida de que representa um fenômeno social em aumento. De fato, a própria alteração na coleta da informação já é decorrente das mudanças sociais em relação à igualdade de gênero em curso.

Centrada nas mulheres de baixa renda, Maria Novellino (2004) pesquisou os estudos realizados entorno da feminização da pobreza, publicados durante os 25 anos seguintes ao surgimento do conceito. Neles, constatou que o conceito representava a ideia de que as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens. Para a autora, o processo “inicia-se quando a mulher passa a se responsabilizar pelo sustento da família e tem que, sozinha, manter a si e a seus filhos e filhas” (p. 2).

Para Ania Vega (2019) além da renda das mulheres chefes de família é necessário utilizarem para as pesquisas outras dimensões da vida, como “saúde e educação, vulnerabilidade e risco, crime, violência e outros fatores ressaltados pelas pessoas pobres como importantes, e que informam sobre as formas desiguais em que afetam homens e mulheres” (2019, p. 182).

Isso porque, como lembra Paula Aguiar (2011), a ênfase na renda familiar tem provocado nas análises o descaso de outras dimensões da pobreza e de aspectos relacionados à discriminação de gênero, invisibilizando o acesso a recurso, a créditos, à propriedade da terra e, especificamente, a moradia.

Em relação ao direito à moradia adequada para as mulheres, como garantia da sua reprodução social e efetivação de outros direitos, para a relatora especial da ONU, Raquel Rolnik são necessários os seguintes pilares: segurança na posse, habitabilidade, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada, adequação cultural, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis e custo acessível (2012, p. 6).

A habitação social produzida pelo PMCMV se apresenta com padrão construtivo semelhante e de localização periférica, acarretando, na vida das mulheres beneficiadas, uma nova forma de discriminação social e de gênero na



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



cidade. Portanto, uma outra dimensão de violência estrutural e institucionalizada contra elas.

Neste trabalho, entendemos que essa discriminação não é cumulativa, ou seja, a simples superposição de relações de poder e sistemas de controle sociais/culturais sobre elas. É, todavia, uma “nova” forma de discriminação, resultado da interseccionalidade de sistemas de opressão diversos e articulados, como são a desigualdade de gênero, a exploração de classe, a discriminação racial e a segregação espacial.

Segundo Poliana Monteiro (2015, p. 84),

a desigualdade conformada por distintivos sociais, raciais e de gênero determina um processo de acúmulo de desvantagens. A posição social conformada pelo acúmulo dos distintivos classe e gênero determina o lugar possível que se reafirma no espaço vivenciado. A perspectiva que há uma profunda conexão entre a produção do espaço e a construção das relações de gênero determina a reflexão sobre como a organização territorial reflete nas desigualdades. As distâncias espaciais que afirmam distâncias sociais, organizam, qualificam e naturalizam as estruturas sociais materializadas pela produção capitalista do espaço.

O acúmulo de desvantagens dá lugar a novas formas de desigualdade. A produção capitalista do espaço urbano mercantiliza a terra e o imóvel. Portanto, a terra urbana ou imóvel são vistos como mercadorias valiosas que podem ser compradas, vendidas e/ou exploradas para se obter lucro. Para as mulheres chefes de família, a terra ou imóvel, enquanto moradia, significa muito mais que uma mercadoria. É um espaço essencial para a manutenção e proteção daqueles que dependem de seus cuidados.

O acesso à titularidade da moradia pelas mulheres nas periferias urbanas garante a propriedade feminina da habitação familiar. Ao tempo que ter uma casa é uma conquista real para essas mulheres, existe um tensionamento entre a efetivação desse direito e a ampliação das cargas da reprodução social e dos cuidados junto à ampliação da precariedade do trabalho e da vida nas periferias, por serem estes espaços de convívio desprovidos de serviços urbanos adequados. Por um lado, ao tempo que se conquista a casa própria, na periferia, a precarização da vida se amplia. É nessa contradição que se fundamenta a dialética da feminização da periferia, que atrelada à precarização do trabalho realizado por essas mulheres.



2. Os limites do trabalho remunerado na trajetória das mulheres moradoras dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

A análise das relações de trabalho sinaliza as diferenças no acesso ao espaço urbano. Esse acesso desigual desde a perspectiva de gênero implica em um menor grau de autonomia e uma maior vulnerabilidade das mulheres, tanto dentro como fora do local de moradia.

Na nossa pesquisa os empreendimentos analisados: 1 - Residencial Multifamiliar Anayde Beiriz (Bairro do Distrito Industrial); 2 - Residencial Irmã Dulce (Bairro de Gramame); 3 - Residencial Jardim Veneza (Bairro Jardim Veneza); 4 - Residencial Jardins das Colinas (Bairro de Gramame); 5 - Residencial Manacá (Bairro Paratibe); 6 - Residencial Morada dos Hibiscos (Bairro dos Bancários); e 7 - Residencial Vieira Diniz (Bairro das Indústrias), foram construídos entre 2009 e 2017.

Todos eles localizam-se em áreas periféricas o que condicionam o trabalho das mulheres moradoras ao carecer de capacidade para absorver a mão de obra feminina do seu entorno imediato.

Nos residenciais do PMCMV estudados constatamos que 40% das entrevistadas exercem alguma atividade remunerada e 60% declaram não exercer nenhuma atividade remunerada. Entre as mulheres que afirmaram não exercer atividade remunerada, 45% declaram-se como donas-de-casa; 35% como desempregadas – isto é, um fator conjuntural não estarem inseridas no mercado de trabalho –; 16% são aposentadas; 3% recebem auxílio doença dos filhos, e; 1% pensão do ex-conjuge.

Além, outra carência é o acesso dessas mulheres à educação formal e profissional como meio de ascensão no mercado de trabalho e maior remuneração. Como mostra o Gráfico 01: o Ensino Fundamental incompleto foi o nível de escolaridade mais frequente entre as mulheres entrevistadas (58%), seguido do Ensino Médio (19%) e do Ensino Fundamental completo (14%). Apenas 1% das entrevistadas tem uma formação superior na área de educação e saúde.



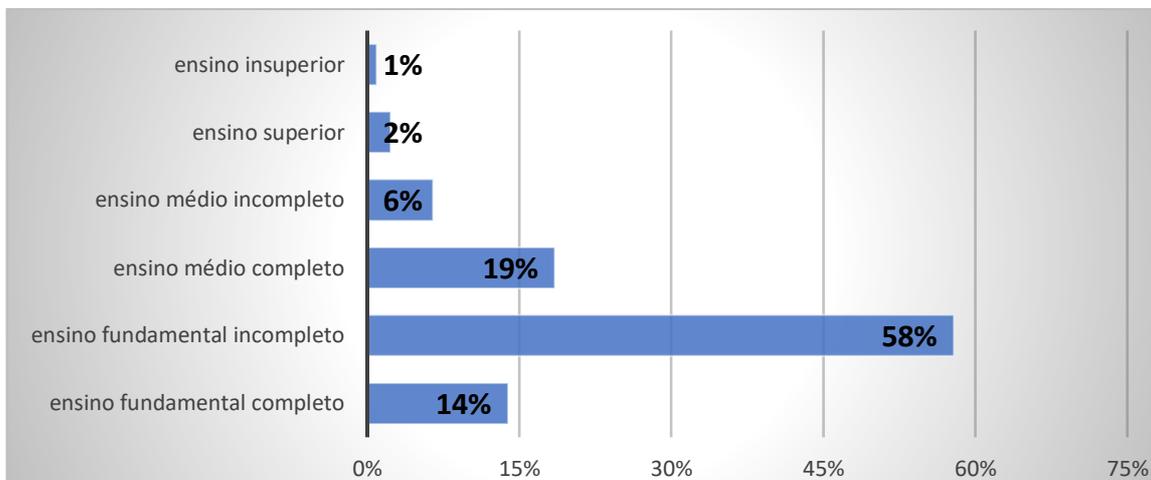
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



GRÁFICO 01 - PERCENTUAIS DE NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DAS MULHERES ENTREVISTADAS NOS RESIDENCIAIS SELECIONADOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

O acesso ao trabalho com carteira assinada ou a um serviço público, ou seja, recebendo os direitos trabalhistas, corresponde a 22% das entrevistadas. Destas, 29% são em empresa privada e 19% em serviço público. O trabalho sem carteira assinada é expressivamente superior (78%) entre as mulheres, reafirmando a informalidade e a precariedade das relações de trabalho realizado por mulheres. Para muitas das mulheres entrevistadas, as atividades remuneradas informais são a única opção de geração de renda autônoma que, sozinhas, cuidam dos seus filhos.

Entre as mulheres que trabalham sem carteira assinada, ou seja, autônomas, destacam as: vendedoras de salgados, caldos, produtos de beleza, comércio na residência, como brechós, mercadinhos e bares (21%); as agricultoras (2%); cuidadoras de idosos e crianças (3%); diaristas/faxineiras (23%); empregadas domésticas (1%); e trabalhadoras da indústria da reciclagem (3%), como apresentamos na Tabela 01.

TABELA 01 - TRABALHOS EXERCIDOS PELAS MULHERES DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023

Trabalho com direitos	Trabalho sem carteira assinada (autônomas)
<p>Setor público: Serviço prestado à PMJP; Agente administrativa/PSF; Técnica de análise clínica e Agente de saúde;</p> <p>Setor privado: administrativo de hospital, técnica de enfermagem, Pedagoga, Professora, Empregada doméstica, Recepcionistas, Auxiliar de Farmácia, Administradora na área financeira, Empregada doméstica.</p>	<p>Vende produtos de beleza, caldos e salgados; comércio na própria residência: Brechós, mercadinhos e bares; Faxineira/diarista; Empregada doméstica, Agricultora, Auxiliar de serviços gerais, Auxiliar de cozinha, Cabeleira, Cuidadora de idoso, Cuidadora de Crianças, Garçonete, Reciclagem.</p>

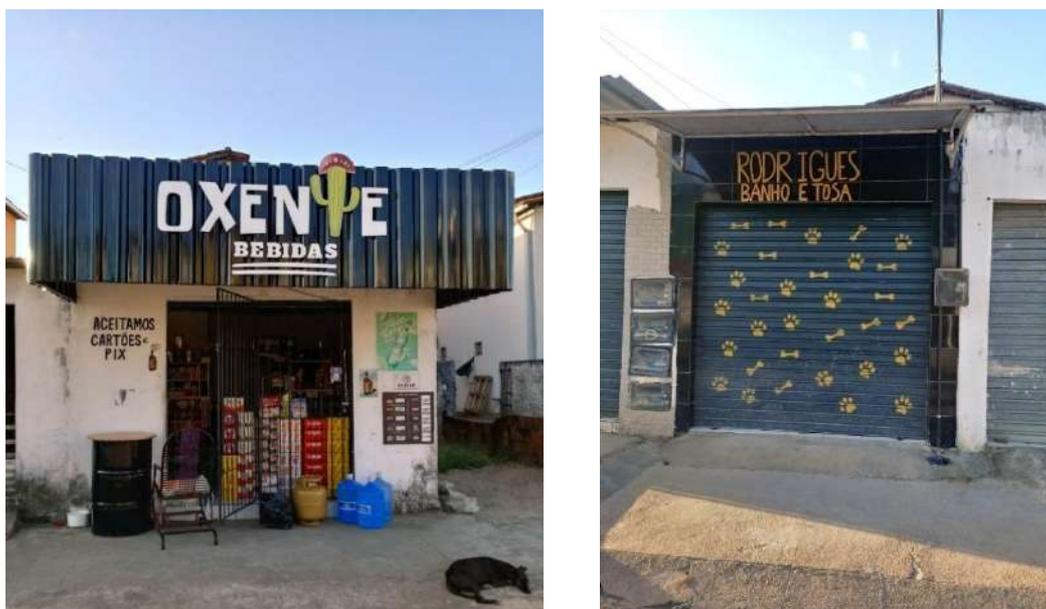
Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

As mulheres que exercem atividades produtivas nas unidades habitacionais para a geração de renda familiar – como brechós, mercadinhos, bares, cabelereiras, vendedoras de salgados, caldos, produtos de beleza – modificaram os projetos iniciais do residencial. Ainda que o PMCMV tenha sido previsto apenas para o uso residencial exclusivo, verificamos que, atualmente, há outros usos no local que traduzem as demandas e necessidades não contempladas no projeto original. Com isso, as garagens de algumas unidades habitacionais dos residenciais Irmã Dulce e Jardim Veneza foram transformadas em comércios ou áreas para prestação de serviços à comunidade.

Esses usos relacionam-se, principalmente, com a necessidade de trabalho e renda, concomitantemente ao fato de atenderem às necessidades diárias da população do residencial e do entorno. Os "novos" usos compreendem basicamente estabelecimentos como mercadinhos, fiteiros, salão de beleza, pet shop e depósito de bebidas, conforme mostra a Figura 01:



FIGURA 01 - MUDANÇA DE USO NO RESIDENCIAL IRMÃ DULCE, JOÃO PESSOA, 2022



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Segundo a pesquisa realizada, com um grupo de mulheres chefes de família, por Leiliane Bhering (2014), o trabalho constitui-se como algo essencial nas suas vidas, pois simboliza a luta diária por melhores condições de vida e a garantia da sua sobrevivência e da família. Além do cansaço diário pela dupla jornada de trabalho, pela sobrecarga do trabalho doméstico, há também a insatisfação dos baixos rendimentos mensais pela baixa escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional.

Na nossa pesquisa, como mostramos, as atividades exercidas pelas mulheres são bastante diversificadas, e, em algumas funções desempenhadas no trabalho com carteira assinada, há uma necessidade maior de qualificação profissional. Os rendimentos mensais obtidos pelo trabalho das mulheres mostram que 48% recebem menos de 1 salário mínimo; 40% recebem 1 salário mínimo; e 10% recebem até 2 salários mínimos. Constatamos que 67% das entrevistadas são as principais provedoras da moradia, uma vez que são responsáveis pela principal renda do domicílio.

A precariedade do trabalho feminino e o baixo valor econômico e social dado a ele revela-se nos dados apresentados. O vínculo com a informalidade é uma constatação, concomitante aos baixos rendimentos mensais e

aos baixos níveis de educação formal. No entanto, 71% dessas mulheres declararam receber outra renda proveniente de programas sociais (30%), cônjuge (29%), aposentadoria de idosos e auxílio doença (8%) e outros (5%).

Das entrevistadas que não têm sua renda como basilar no domicílio, 49% declararam como principal renda os subsídios de programas sociais, 32% a renda do cônjuge, 5% aposentadoria e 14% outros.

A precarização do trabalho feminino também se revela na flexibilização do mesmo, que mensuramos pela carga horária de trabalho diária. Como mostra a Tabela 02, as mulheres têm carga horária extensa na maioria das atividades exercidas diariamente:

TABELA 02 - CARGA HORÁRIA DIÁRIA DAS MULHERES ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV), EM JOÃO PESSOA, 2023

Carga Horária	Atividades realizadas
4h	Vendedoras de salgados, caldos, produtos de beleza; Coleta de reciclagem;
5h	Pedagoga; Comércio na residência: Brechó e bar
6h	Serviços Gerais; Faxineira / diarista; Cuidadora de idoso; Agente de saúde
7h	Faxineira / diarista
8h ou mais	Comércio na residência: mercadinho, bar; Faxineira; Funcionária pública; Auxiliar de farmácia; Recepcionista; Cabeleireira; Agente administrativa PSF; Atendente de Farmácia; Atendente de Hotel; Podóloga; Coleta de reciclagem; Auxiliar de limpeza; Garçonete
Escala	Técnica de enfermagem; Técnica em laboratório

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Tais atividades são exercidas em diferentes locais: 10% relataram trabalhar próximas à sua moradia; 13% trabalham no próprio domicílio, e; 59% , a grande maioria, relataram se deslocar do residencial para outros bairros, como mostra o Gráfico 02:



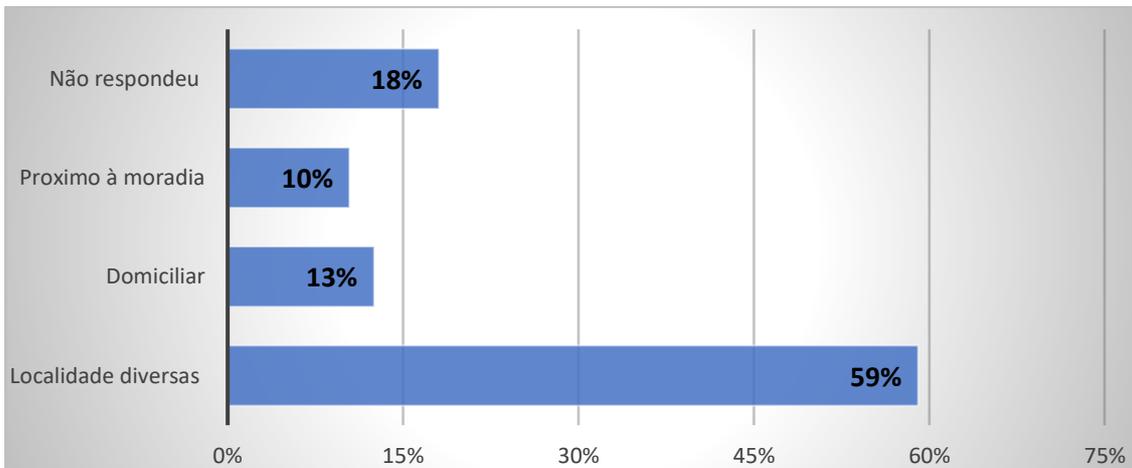
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



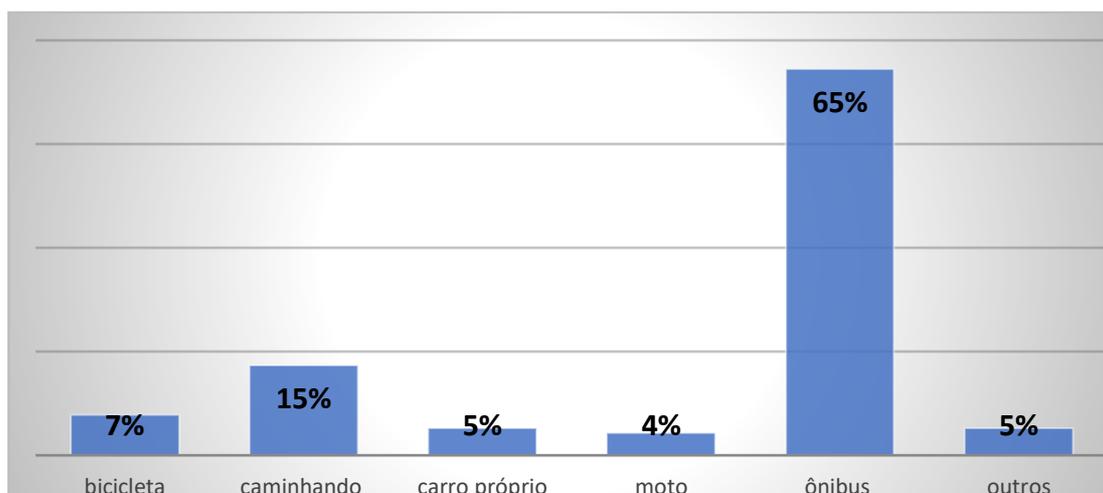
GRÁFICO 02 - LOCAL DE TRABALHO DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2022



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

O principal meio de deslocamento que as entrevistadas utilizam para chegarem ao trabalho é o ônibus (65%). Essa porcentagem é menor para o deslocamento a pé, tendo em vista que 15% utilizam a caminhada para se locomoverem; o uso de bicicleta é de 7%. Apenas 5% das entrevistadas usam o carro próprio; 4% a moto e 5% carro de alternativo, carona, etc. Como mostra o Gráfico 03:

GRÁFICO 03 - FORMAS DE DESLOCAMENTO AO TRABALHO DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, EM JOÃO PESSOA, 2022



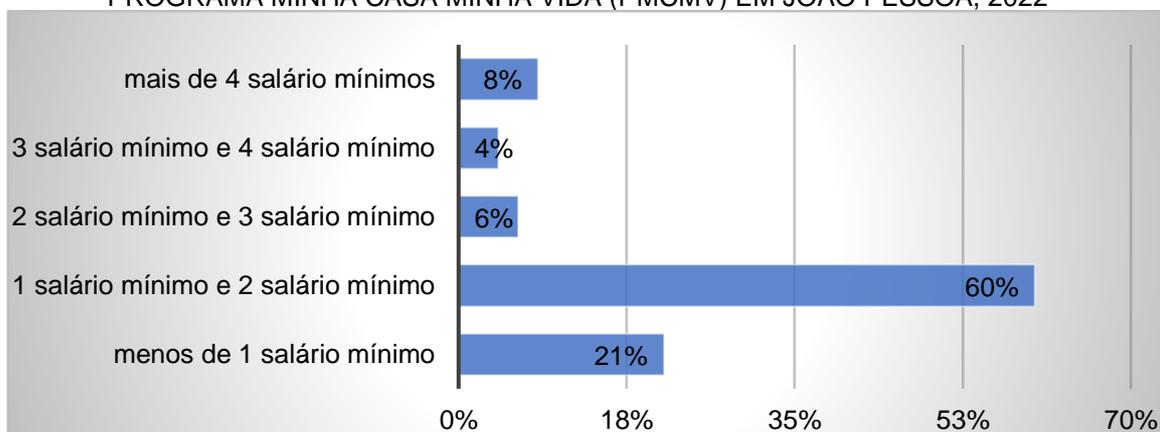
Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

A localização dos residenciais e o acesso ao transporte público somado ao tempo do deslocamento, segue a lógica da construção de habitação de interesse social no padrão da produção capitalista da cidade, sendo mais um entrave na vida das mulheres trabalhadoras e moradas da periferia.

Os dados levantados durante a pesquisa corroboram com o apontado por Helena Hirata (2019), para quem necessita da mobilidade para a produção e reprodução da vida, as mulheres são mais afetadas do que os homens, porque, em geral, as mulheres fazem não só o trabalho produtivo como também são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Ou seja, o número de deslocamentos realizado pelas mulheres é mais intenso que o dos homens. Elas são as responsáveis por levarem os filhos para creches e escolas, para atendimento médico, por realizarem as compras da casa, por organizar a vida familiar etc.

Os filhos tem um papel importante nessa regulação feminina do tempo e do espaço na periferia de João Pessoa. Os dados levantados mostram que a renda obtida pelo trabalho das mulheres entrevistadas, somada a outros rendimentos, como: renda cônjuge, bolsa família, aposentadoria etc, configuram a “renda familiar”. Das entrevistadas, 21% têm renda familiar com menos de 1 salário mínimo; 60%, 1 salário mínimo a 2 salários mínimos; e 8%, mais de 4 salários mínimos (Gráfico 04). São as famílias que recebem mais de 4 salários mínimos aquelas em que os filhos exercem alguma atividade profissional remunerada, ou seja, estão de alguma forma no mercado de trabalho.

GRÁFICO 04 - RENDA FAMILIAR DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2022



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Ainda que no intervalo de rendas familiares muito baixo, a diferença entre elas também define a estrutura física e organização espacial dos residenciais. As famílias que possuem maior renda moram no residencial Morada dos Hibiscos. O residencial Jardim Veneza, Vieira Diniz e Manacá são compostos por famílias que têm as menores rendas.

Essa diferença de renda está associada ao valor da terra urbana agregado à localização dos residenciais. Já que o residencial Morada dos Hibiscos está localizado no bairro dos Bancários, classificado como Classe D (2 a 4 SM), o preço da terra urbana mais elevado tende a um maior poder aquisitivo dos moradores.

Assim, quando ocorre o repasse dos imóveis, o valor pago de acordo com a localização é mais alto. Essa dinâmica de segregação dentro da própria segregação social e econômica que a produção da periferia implica, forma parte da interseccionalidade de diferentes sistemas de opressão aos que nos referimos no início do texto. A articulação da desigualdade de classe, gênero e localização espacial, reforça e gera novas/outras formas de violência e discriminação contra as mulheres trabalhadoras de baixa renda e moradoras de periferia urbana.

Os dados, em geral, revelam que grande parte das mulheres dos residenciais são pobres, porque estão inseridas no trabalho precarizado e flexibilizado, desempregadas, com baixo nível de escolaridade e sobrecarregada de trabalho doméstico. O que, ao tempo indica que sua participação no trabalho precário e mal remunerado esteja associado à condição de pobreza e sobrevivência familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e sua análise, apresentados no decorrer deste trabalho de pesquisa possibilitam entender que a falta de moradia para as mulheres se dá por um conjunto de fatores históricos que estão ligados à divisão sexual do trabalho, à desigualdade salarial – que condicionam a mulher a rendas mais baixas que a dos homens, inclusive entre aquelas que estão em atividade no mercado de trabalho. Sem desconsiderar, outro elemento não apresentado nesta comunicação, porém peça chave para a compreensão do processo que é a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ausência de políticas públicas de habitação social destinadas às mulheres de baixa renda³.

O trabalho também mostrou que as mulheres da periferia urbana de João Pessoa, em sua maioria, são empurradas para trabalhos informais e precários, como empregadas domésticas, vendedoras autônomas, e trabalhos na indústria da reciclagem. Esses trabalhos frequentemente oferecem baixos salários, falta de benefícios e segurança, deixando as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica. Porém, esse trabalho se constitui como estratégia de sobrevivência para elas e suas famílias. É em torno deste que se processa sua trajetória de vida e, em alguns casos, explica a condição das famílias monoparentais femininas.

Os trabalhos de campo e o contato com as moradoras dos residenciais nos possibilitam afirmar que o trabalho feminino também representa um valor moral que gera dignidade e honestidade, mas remete as mulheres à prática de exploração e precarização do trabalho presentes na instabilidade, salários baixos, ausência de direitos trabalhistas e informalidade. A intersecção entre gênero e classe, na periferia da cidade de João Pessoa, aprofunda o acesso limitado a serviços essenciais, como educação, saúde e transporte público. A presença dos equipamentos e serviços urbanos são relevantes para todos, mas particularmente, para as mulheres que assumem como próprias as tarefas de reprodução pessoal, familiar e comunitária para desempenhar funções cotidianas básicas como acordar todos os dias e sair para trabalhar.

A trajetória de vida das mulheres entrevistadas, até o momento, foi marcada pela pobreza, pelos baixos níveis de escolaridade e de especialização, pelas escassas oportunidades de acesso a salários dignos e direitos trabalhistas, pela invisibilidade das suas demandas diante do Estado e pela necessidade do uso do seu tempo de vida para a produção e reprodução do espaço urbano de João Pessoa, como um todo. É por isso que definimos o acesso à casa própria concomitante à expansão da periferia como a dialética da feminização da periferia, na lógica urbano-patriarcal capitalista.

³ Para ver uma análise sobre esta dimensão no processo de feminização da periferia, consulta a Tese: Vale, Katia Cristina do. Gênero e espaço urbano: política pública de habitação e acesso das mulheres trabalhadoras a moradia em João Pessoa, Brasil. Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN. João Pessoa, 2023.



Referências

AGUILAR, Paula Lucía. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/M7zzFssbz6WFhLhTbPpB6DH/?format=pdf>. Acesso em: 2022

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, SEPARAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Revista de Ciências Sociais**, nº 53, p. 72-89, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/51417/33129>. Acesso em: 2023

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: Divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**, nº 7, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:

HIRATA, HELENA; LABORIE, FRANÇOISE; LE DOARÉ, HÉLÈNE; SENOTIER, DANIÈLE (Orgs.) **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. Fundação Editora da UNESP (FEU). São Paulo – SP, 2009

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (orgs.). **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. Editora Unesp, 2009

MONTEIRO, Poliana Gonçalves. **O GÊNERO DA HABITAÇÃO: A diretriz de titulação feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - Rio de Janeiro, 2015

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. OS ESTUDOS SOBRE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES. **XXVIII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, de 26 a 30 de outubro de 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242302882>. Acesso em: 2023

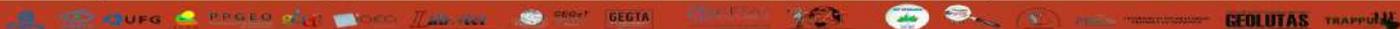
ROLNIK, Raquel. **Como fazer valer o direito das mulheres a moradia?** 2012. Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/12/guia-mulheres-pt_ok.pdf. Acesso em: 2023



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ROSA, Edenilse Pellegrini da. **Gênero e Habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007

VEGA, Ania Pupo. POBREZA FEMININA DESVENDANDO SUAS RAÍZES. **Revista TEL**, Irati, v. 10, n.2, p. 177-200, jul. /dez. 2019- ISSN 2177-6644. Disponível em: file:///C:/Users/Katia/Downloads/oseias,+9+Dossi +POBREZA+FEMININA+DESVENDANDO+SUAS+RA ZES+Ok.pdf. Acesso em:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



SETORES E OCUPAÇÕES LABORAIS COM MAIORES OCORRÊNCIAS DE ACIDENTES DE TRABALHO NA REGIÃO IMEDIATA DE TUPÃ-SP E SUAS MÉDIAS SALARIAIS

Sabrina Meirelis da Silva¹
Fernando Mendonça Heck²

RESUMO: Os avanços em relação aos estudos que pautam o tema processo de trabalho e sua relação com a saúde do(a) trabalhador(a) tem sido significativo nas pesquisas realizadas no âmbito da Geografia do Trabalho. Muitos destes destacam como o capitalismo dependente brasileiro, extremamente dependente da exportação de *commodities* impacta duramente na saúde do(a) trabalhador(a). Deste modo, estudar o perfil dos acidentes e analisar quais são os setores que provocam os acidentes de trabalho na região imediata de Tupã-SP, foram os objetivos da pesquisa. Constatou-se que há forte presença de acidentes de trabalho nos circuitos produtivos de *commodities* agropecuárias (agronegócio), bem como noutros setores como o comércio e os serviços públicos. Nestes, as atividades laborais (ocupações) com baixas remunerações foram as mais atingidas.

PALAVRAS-CHAVE: commodities; trabalhador(a); acidentes.

INTRODUÇÃO

Partimos da compreensão de que a região é o particular do universal e liga-se com a divisão territorial do trabalho em escala nacional e internacional. Em escala territorial nacional podemos entender a região como subespaço, ligada à divisão territorial do trabalho, que privilegia diferentemente cada fração do território nacional a um dado momento e evolução (Santos, 1993). Assim, entendemos que os lugares assumem posições distintas e particulares em relação ao modo de produção capitalista (geral) e mesmo dentro dos limites territoriais do Estado-Nação, formando regiões distintas com papéis econômicos, políticos e sociais definidos. Deste modo, é possível compreender a região imediata de influência de Tupã-SP, e investigar como o território se relaciona às suas particularidades em relação a divisão do trabalho em escala nacional e internacional.

Deste modo, a presente pesquisa parte das informações sobre os aspectos econômicos, sociais e políticos da região para construir uma abordagem que destaque o perfil dos acidentes de trabalho e agravos à saúde do(a) trabalhador(a). Partiu-se da hipótese de que são os setores com maior destaque econômico os que mais geram agravos à saúde do(a) trabalhador(a) e, ao mesmo tempo, cogitou-se que as



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ocupações mais atingidas são as mais mal remuneradas e voltadas ao trabalho degradante realizada pelas classes trabalhadoras urbana e rural nas atividades produtivas locais.

Os dados acessados para o período de 2012 a 2021 e os resultados obtidos confirmam essa hipótese e apontam que é preciso especial atenção com os setores ligados à produção e processamento de *commodities* agropecuárias nos municípios da região, principalmente o setor econômico da cana de açúcar. Também, os setores do comércio varejista (supermercados) e a administração pública ocupam local de destaque entre os maiores geradores de agravos à saúde do(a) trabalhador.

Essas evidências se ligam ao contexto da degradação sistêmica do trabalho que, segundo Thomaz Junior (2019), expressam em tempos de desproteção e inclusão marginal que o capitalismo do século XXI tido como moderno e supostamente avançado tem como fundamento central o desrespeito aos direitos dos(as) trabalhadores(as), o trabalho intenso, a prevalência de baixos salários e desproteções, ambiente propício para a geração dos agravos à saúde do(a) trabalhador(a).

METODOLOGIA

O percurso metodológico da presente pesquisa contou com algumas etapas como a revisão bibliográfica, coleta de dados, sistematização e divulgação dos resultados. As referências principais foram os bancos de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mais especificamente as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e, principalmente, do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (ODSST).

Trabalhou-se as informações de forma combinada, pois cada banco de dados tem suas especificidades temáticas. No ODSST, foram coletados os dados das Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT) e os setores econômicos com

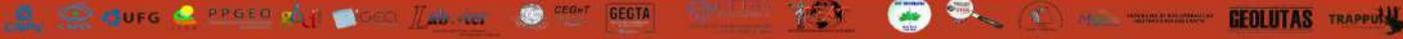
ocorrência de agravos à saúde para o recorte territorial dos municípios da região imediata de Tupã. Foram analisados os dados para todos os setores econômicos da região, dos quais situamos os que mais geraram agravos à saúde do(a) trabalhador(a). Cruzamos essas informações com a média salarial de cada uma



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



das ocupações laborais (segundo a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO) presentes nos setores econômicos da região.

Através das informações obtidas, desenvolvemos um mapa que mostrasse os municípios com recorte da região imediata de Tupã e os setores econômicos em que mais ocorreram acidentes de trabalho para cada um dos municípios. A construção do mapa foi feita através do *software* Quantum Gis.

DESENVOLVIMENTO

Percebe-se que na região imediata de Tupã, há presença significativa da produção de commodities agrominerais. A presente pesquisa teve como intuito estudar acerca dos agravos a saúde do(a) trabalhador(a) e o perfil dos acidentes de trabalho e sua relação com os principais setores econômicos presentes na região imediata de Tupã, bem como com a questão salarial dos(as) trabalhadores(as) mais atingidos por tais agravos.

Nota-se que os três principais setores econômicos segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) que mais adoeceram trabalhadores na região estudada, entre 2012 e 2021, são: administração pública em geral (428 acidentes registrados), fabricação de açúcar em bruto (424) e comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados (37).

Entretanto, considerando os dados distribuídos pelos municípios percebe-se que cada um destes apresentou setores econômicos específicos como principais geradores de acidentes de trabalho nos últimos 9 anos. Em 4 destes há destaque para fabricação de açúcar em bruto; já em outros 2 observa-se o protagonismo da administração pública em geral; nos dois últimos prevalecem o setor de fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária, exceto para irrigação, bem como a atividade econômica de criação de aves (Figura 1).



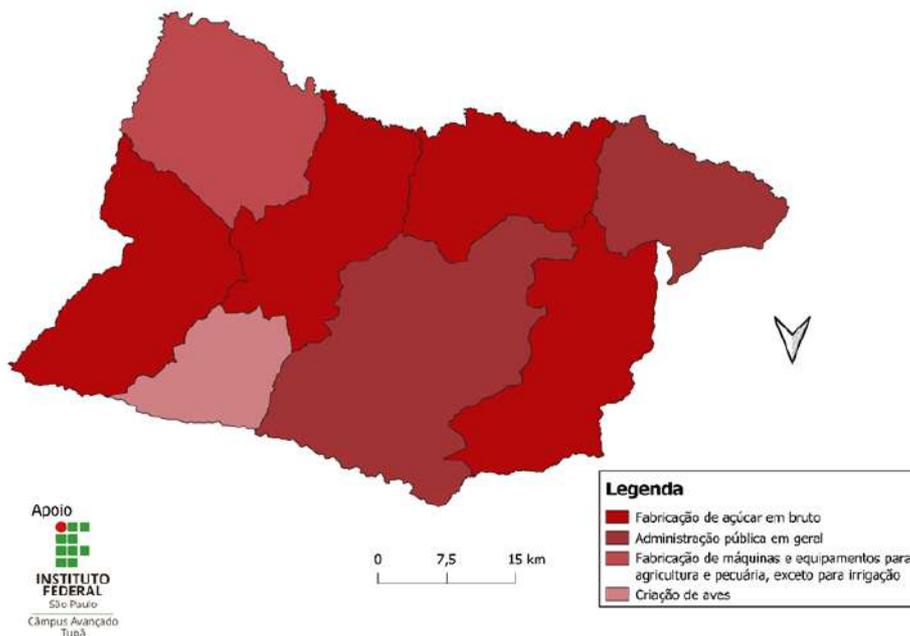
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 1 - Municípios da região geográfica imediata de Tupã e setores econômicos com maior ocorrência de acidentes de trabalho



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (ODSST)

Analisou-se cada um dos municípios constituintes da região imediata de Tupã individualmente, destacando os dados para cada um deles no período dos últimos dez anos. Citaremos os principais setores econômicos CNAE de cada um dos municípios em números de registros de acidentes de trabalho, seguido das ocupações CBO dentro destes setores que mais adoeceram e suas médias salariais.

Começamos pelo município de Bastos em que o setor de criação de aves é o principal gerador de acidentes de trabalho com 107 casos notificados entre os anos de 2012 e 2021. Os dados indicam, quando relacionados às ocupações CBO locais que mais adoeceram, que 88% da população, que atua/atuou em ocupações como, por exemplo, agente comunitário de saúde, trabalhador de avicultura de postura, operador de filatório, açougueiro e auxiliar geral de conservação de vias permanentes (exceto trilhos), recebe/recebeu de 0,5 a 2,0 salários-mínimos reforçando a má remuneração em relação ao trabalho que são sujeitos. Ou seja, além de serem as ocupações com os maiores índices de acidentes de trabalho também são aquelas que registram baixos salários.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Já o município de Tupã possui a administração pública como setor notável liderando o número de notificações de acidentes de trabalho com 298 ocorrências. Logo após ela está o setor de atendimento hospitalar com 264 casos relatados. É importante ressaltar que os acidentes de trabalho não decorrem somente da agroindústria, contudo da administração pública em geral e atendimento hospitalar sendo predominantes em torno dos municípios considerados. Ao correlacionar esses dados com as ocupações CBO e médias salariais destaca-se que: auxiliar de enfermagem, embalador, alimentador de linha de produção, açougueiro e auxiliar geral de conservação de vias permanentes (exceto trilho), principais ocupações atingidas pelos acidentes de trabalho, consistem também em 81% dos trabalhadores recebendo de 0,5 e 2,0 salários-mínimos. Isso reafirma a hipótese de que as ocupações mais atingidas pelos acidentes de trabalho são aquelas em que prevalecem os salários mais rebaixados.

Ao analisar a cidade de Parapuã, verifica-se a alta presença do setor de fabricação de açúcar em bruto no perfil de acidentes de trabalho, com 354 incidentes relatados. No município foi analisado a influência da agroindústria nos setores e ocupações tal como trabalhador da cultura de cana-de-açúcar, operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, açougueiro, motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais) e auxiliar geral de conservação de vias permanentes (exceto trilhos). De acordo com os dados obtidos as ocupações citadas cerca de 32% recebem apenas 0,5 a 2,0 salários-mínimos

Já no município de Iacri a presença dos agravos à saúde do(a) trabalhador(a) relacionados à produção de commodities é notável. Visto que a cidade tem como principal atividade econômica, a fabricação de açúcar em bruto e a criação de aves com 13 e 7 casos notificados respectivamente. Ocupações como trabalhador de avicultura de postura, trabalhador da cultura de cana de açúcar, ajudante de motorista, cozinheiro de frutas e legumes e auxiliar geral de conservação de vias permanentes (exceto trilhos), além de serem as mais atingidas, prevalece o dado de que 94% dos(as) trabalhadores(as) receberam entre 0,5 e 2,0 salários-mínimos.

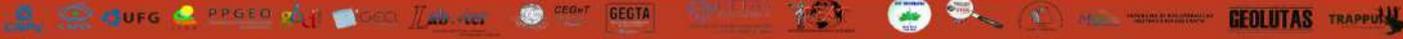
Os dados para o município de Arco-íris apontam que as ocupações ligadas a fabricação de açúcar e a administração pública em geral são as principais geradoras de acidentes de trabalho com 34 casos ao total. Além delas, há ocupações como mecânico de veículos automotores a diesel (exceto tratores) e soldador, em que há consideráveis ocorrências na cidade. Na remuneração, as ocupações mais atingidas



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



pelos acidentes de trabalho como trabalhador agropecuário em geral, alimentador de linha de produção e auxiliar geral de conservação de vias permanentes (exceto trilhos), representaram 86% dos(as) trabalhadores(as) recebendo de 0,5 a 2,0 salários-mínimos.

No município de Rinópolis, é perceptível a influência dos setores de fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação com 70 casos e administração pública em geral com 32 ocorrências. Trabalhador polivalente da confecção de calçados, montador de máquinas e trabalhador da cultura de cana de açúcar, são algumas das ocupações com os maiores registros de acidentes de trabalho. Destes as ocupações de coletor de lixo domiciliar, trabalhador da cultura de cana de açúcar, montador de máquinas, trabalhador polivalente da confecção de calçados e motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais), representaram 50% dos trabalhadores recebendo de 0,5 a 2,0 salários-mínimos.

No município de Herculândia, prevalecem os setores de fabricação de açúcar em bruto e fabricação de laticínios com 19 e 12 acidentes de trabalho respectivamente. No que se refere as ocupações e suas médias salariais o motorista de furgão ou similares, motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais, alimentador de linha de produção, trabalhador de tratamento do leite e fabricação de laticínios e afins, e abatedor representaram 43% dos trabalhadores recebendo de 0,5 a 2,0 salários-mínimos.

Em Queiroz, a predominância de acidentes de trabalho é principalmente nos setores de administração pública em geral e atividades de apoio à agricultura e captação, tratamento e distribuição de água. Nas ocupações a predominância se concentra nas áreas de motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais) e mecânico de veículos automotores a diesel (exceto tratores). Apesar disso essas áreas não tem uma grande influência na remuneração, pois com a análise as ocupações predominantes são de trabalhador agropecuário em geral, jardineiro, operador de pá carregadeira, instalador de tubulações e ajudante de motorista que aproximadamente 79% dos trabalhadores recebem entre 0,5 e 2,0 salários.

Percebe-se ao analisar o conjunto dos dados que, apesar de as atividades laborais exigirem habilidades distintas de cada um dos profissionais que atuam nas atividades ligadas ao comércio, processamento de *commodities* agropecuárias e no setor público há algo que une todas elas além de serem as que mais geraram acidentes de trabalho: a prevalência de baixos salários. Por isso, é possível afirmar a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



partir dos dados coletados na pesquisa que os acidentes de trabalho na região imediata de Tupã, nos últimos dez anos, atingem sobretudo as classes trabalhadoras que recebem as piores remunerações. Vejamos na Tabela 1 quando consideramos a remuneração média para cada um dos municípios das cinco ocupações (CBO), dentro dos setores econômicos CNAE, que mais geraram acidentes de trabalho relacionando-as às médias salariais recebidas pelos(as) trabalhadores(as).

Tabela 1 - Remuneração média (salários-mínimos) das cinco principais ocupações CBO dentro dos setores econômicos que mais geraram agravos na região imediata de Tupã (2012-2021)

	ATÉ 0,50	0,51 A 1,00	1,01 A 1,50	1,51 A 2,00	2,01 A 3,00	3,01 A 4,00	4,01 A 5,00	5,01 A 7,00	7,01 A 10,00	MAIS DE 20,00
BASTOS	42	591	16420	5586	2319	324	60	32	16	1
TUPÃ	29	657	10.675	12.161	4.968	381	37	6	11	239
PARAPUÃ	6	118	1.699	3.011	7.768	1.754	244	18		
ARCO ÍRIS	6	24	402	395	77	13	6	2		
IACRI		70	2.111	574	150	17	5			
QUEIROZ		16	671	449	217	43	21	3		
RINÓPOLIS	1	20	1.184	1.462	1.753	789	108	32	13	
HERCULÂNDIA		10	175	1.132	1.370	270	39	3		
TOTAL REGIÃO	84	1506	33337	24770	18622	3591	520	96	40	240

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (ODSST)

Ou seja, nos últimos nove anos, não foram as ocupações com os mais altos salários que registraram o maior número de acidentes de trabalho, e muito menos as atividades de chefia e gestão. Foram as classes trabalhadoras que recebem os menores salários as mais atingidas, uma vez que pouco mais de 40% dos(as) trabalhadores(as) receberam apenas de 1 a 1,5 salário. São os trabalhadores da produção, embaladores, açougueiros, auxiliares gerais dentre outros os mais mal remunerados e os mais afetados pelos acidentes de trabalho (Gráfico 1).



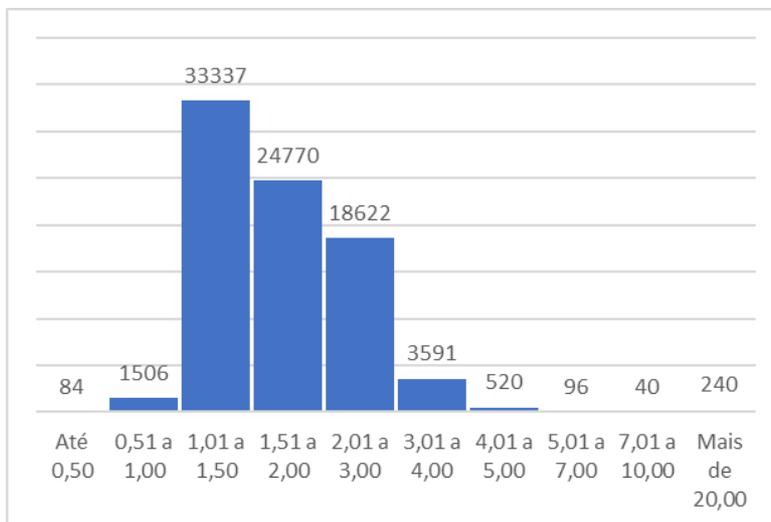
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Gráfico 1 - Remuneração média (salários-mínimos) das cinco principais ocupações CBO dentro dos setores econômicos que mais geraram agravos na região imediata de Tupã (2012-2021)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (ODSST)

É aqui que podemos relacionar estes dados com o conceito de degradação sistêmica do trabalho. Isso porque essas classes trabalhadoras, apesar do registro formal em carteira, foram as mais atingidas por acidentes de trabalho na região e aquelas que foram mais mal remuneradas. Entendemos, em acordo com a perspectiva da promoção dos direitos humanos, que a condição de trabalho degradante é uma forma da negação dos direitos propostos pela lei, pois viola o direito do trabalho digno. De acordo com os dados, verificamos situações de trabalho degradante, pois a classe trabalhadora, além de ter a sua saúde prejudicada, ainda recebeu os menores salários registrados no período histórico considerado.

A pesquisa permite apontar como dizem Perpetua, Heck e Thomaz Junior (2018), Thomaz Junior (2019) e Heck (2022) que a degradação do trabalho não é uma exceção, mas regra no modo de produção capitalista em sua contemporaneidade, assumindo um caráter cada vez mais sistêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

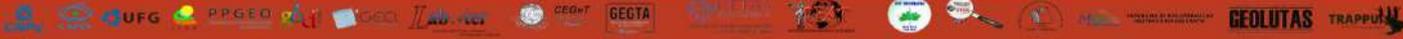
Os resultados obtidos evidenciam a confirmação da hipótese de que são esses setores com maior destaque econômico os que mais geram agravos à saúde do(a)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



trabalhador(a) e, ao mesmo tempo, as ocupações mais atingidas pelos acidentes de trabalho são as menos remuneradas. Como vimos, essa situação se espalha pelos campos e cidades da região imediata de Tupã atingindo distintos setores econômicos e ocupações laborais.

A pesquisa demonstrou como um dos seus resultados principais que, nos últimos nove anos, não foram as ocupações com os mais altos salários que registraram o maior número de acidentes de trabalho. Também demonstrou que não foram os cargos mais bem remunerados ou de chefia e gestão os mais atingidos pelos acidentes de trabalho. Pelo contrário, os dados apontam que são as classes trabalhadoras, mais mal remuneradas as mais atingidas, uma vez que pouco mais de 40% dos(as) trabalhadores(as) receberam apenas de 1 a 1,5 salário.

Tais implicações se ligam ao contexto geral da degradação sistêmica do trabalho que se expressa nos campos e nas cidades atingindo os trabalhadores e trabalhadoras nas ocupações formais e informais, evidenciadas pelos agravos à saúde do(a) trabalhador(a). A análise dos dados para região imediata de Tupã permite concluir que a relação entre os agravos nos setores econômicos e ocupações mais atingidas e suas médias salariais, estão conectados à degradação sistêmica do trabalho.

Dentre os limites encontrados na execução da pesquisa está a impossibilidade, pelo curto prazo da iniciação científica (9 meses), da realização de trabalhos de campo para verificação empírica e aplicação de entrevistas junto aos trabalhadores(as) nos setores e ocupações laborais indicados pelos dados. No entanto, esse limite torna-se um desafio para pesquisas posteriores que possam focar em algum dos setores econômicos que mais geraram agravos produzindo conteúdos novos e com metodologias também qualitativas, aprofundando o entendimento da relação trabalho-saúde na região imediata de Tupã e do contexto da degradação sistêmica do trabalho.

REFERÊNCIAS

HECK, Fernando Mendonça. A conjuntura política brasileira das duas primeiras décadas do século XXI: territórios da degradação do trabalho e as lutas dos(as) trabalhadores(as) de frigoríficos. **Revista da ANPEGE**, vol. 18, n. 36, p. 454-480, 2022.

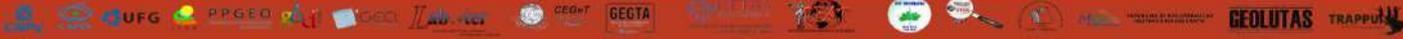
SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais. Brasília, 2021. Disponível em: Acesso em: 01 set. 2023.

OBSERVATÓRIO DIGITAL DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO (MPT-OIT): 2021. Brasília, 2023. Disponível em: Acesso em 01 set. 2023.

PERPETUA, Guilherme Marini; HECK, Fernando Mendonça; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Território, trabalho e saúde do trabalhador: uma aproximação necessária. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 38, n.1, p. 27-48, jan./abr., 2018.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho (em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada). **Terra Livre**, vol. 1, n.52, p.1-20, 2019.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER: ANÁLISE QUANTITATIVA DE FEMINICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS, DE 2017 A 2023

Thais Paula Linfonso dos Santos¹

Magda Valéria da Silva²

RESUMO: O presente artigo apresenta uma análise quantitativa de feminicídios ocorridos nos municípios da Região Geográfica Imediata de Catalão, Estado de Goiás, bem como aborda a relação entre esses índices de violências e o sistema patriarcal. Para isso trouxemos reflexões de autores como: Azevedo (2017), Saffioti (2015), Pateman (1993), entre outros fundamentais para o desenvolvimento da abordagem proposta. Para analisar o quantitativo de feminicídio dos 10 (dez) municípios desta região, recorreremos a dados públicos da Secretaria Segurança Pública do Estado de Goiás e aos blogs e sites de notícias de Catalão. Por fim, o texto apresentou uma análise do aumento da quantidade de feminicídio e da violência física contra a mulher registrados nos municípios da citada região, com foco principalmente para os últimos dois anos, assim como tratou da relação entre violências contra a mulher e patriarcado.

Palavras-chave: Violências; Gênero; Patriarcado; Legislação; Feminicídio.

Introdução

As violências praticadas contra a mulher estão associadas a formação histórica patriarcal, que se intensifica devido a condição de gênero (fato de ser mulher), e assim se perpetua na sociedade há séculos, a submissão da mulher ao homem ainda é vista como forma de respeito ao matrimônio, à religião, abrindo brechas para que seja explorada, violentada não só na rua, mas também dentro da própria casa.

Quando se trata desse assunto é necessário considerar diferentes variáveis ligadas os diferentes tipos de violência e perfis de mulheres, visto que além das violências física e sexual também estão sujeitas a violência emocional, tão perversa quanto as outras. E nesse sentido as mulheres são assediadas e

¹ Mestre em Geografia e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Licencianda em Geografia no Instituto de Geografia/Universidade Federal de Catalão. E-mail: thaispaula.1@hotmail.com. Grupo de Pesquisa: GEEUAÇÃO – Geografia, Educação, Espaço Urbano e Ação.

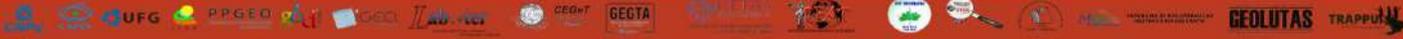
² Orientadora/Docente na Unidade Acadêmica Instituto de Geografia e Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia/Universidade Federal de Catalão. E-mail: magvaleria@ufcat.edu.br. Grupo de Pesquisa: GEEUAÇÃO – Geografia, Educação, Espaço Urbano e Ação.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



desrespeitadas em qualquer lugar, dentro de casa, na fila de um banco, no trabalho. As violências podem acontecer em qualquer lugar e de diversas formas e tipos.

Isso demonstra a necessidade de criar ações que buscam a igualdade de gênero na esfera jurídica, as igualdades no campo do trabalho, cultural, social e político, buscando mudar não só o comportamento abusivo dos homens, mas a sociedade no contexto geral, na qual todos aceitam e respeitam as pessoas independente do gênero, principalmente em relação as mulheres.

Dessa forma, é necessário buscar soluções eficazes que garantam segurança e o direito da mulher de viver em sociedade e ser devidamente respeitada por todos, que possam exercer seu direito de ir e vir sem medo de ser atacada, violentadas ou mesmo morta como muitas são diariamente.

Espera-se que as vítimas possam contar com uma legislação tanto para punir os agressores como também para cumprir as leis já existentes e criar novas leis e medidas que de fato protejam a mulher, pois o sistema que já vigora não está sendo eficaz, visto que as taxas de violências e de feminicídios ainda é alta em muitas regiões do país, em especial no estado de Goiás, e em Catalão como analisados neste texto.

Dessa forma, este artigo se justifica pela necessidade científica de compreender, numa perspectiva geográfica, a questão do feminicídio associada à condição estrutural e histórica de construção social sob dominação masculina (patriarcado) e da questão de gênero (relações de poder: homem *versus* mulher), como processos resultantes da construção de relações sociais desiguais, que colocam a mulher à condição de subalternidade e isolamento.

Assim, o presente artigo é resultante de relatório de pesquisa desenvolvido junto ao Programa de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal de Catalão (2022-2023) e tem como objetivo geral analisar o quantitativo de feminicídios nos municípios da Região Geográfica Imediata de Catalão, estado de Goiás, entre os anos de 2017 a 2022, numa perspectiva histórico-geográfica do patriarcado e das relações sociais de gênero.

Buscamos com os objetivos específicos: 1) Entender que a violência contra a mulher é fruto das relações sociais desiguais construídas historicamente sob a égide do patriarcado; 2) Analisar os principais tipos de violência doméstica



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



e o quantitativo de mulheres vítimas de tentativas e de feminicídios nos municípios da Região Geográfica Imediata de Catalão entre 2017 e 2023; 3) Levantar os principais instrumentos utilizados ou circunstâncias em que os crimes de feminicídios e tentativas foram cometidos no período analisado.

Por fim, buscamos compreender através dos dados obtidos como a mulher está exposta as violências³ em seus diferentes tipos no dia a dia e ainda como esses crimes acontecem diariamente e mesmo depois de tantas lutas e conquistas, o machismo e o patriarcado ainda se faz presente na sociedade.

Metodologia

Para cumprir os objetivos propostos para este artigo, a metodologia dividiu-se em duas etapas: pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica baseia-se em levantamentos bibliográficos acerca da temática deste artigo, com abordagem para os conceitos de patriarcado, gênero, violência e outros mais na perspectiva geográfica. Os autores usados para respaldar essa abordagem são: Azevedo (2017), Saffioti (2015), Pateman (1993) e outros mais.

A pesquisa documental baseia-se em levantamento de dados de acesso público sobre tentativas e feminicídios e outras violências contra mulheres junto a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, além de informações publicadas em ambientes virtuais regionais, tais como: blogs, jornais on-line, redes sociais e outros meios de divulgação.

Influências do patriarcado nas violências contra a mulher

As relações de poder entre homens e mulheres são desiguais e se manifestam na sociedade historicamente, pouco se mudou ao longo do tempo, assim as relações sociais são estabelecidas a partir de relações de poder, a exemplo de que os mais fortes dominam os fracos, os ricos tem vantagem sobre os pobres, os brancos sobre os negros e os homens sobre as mulheres. Depois

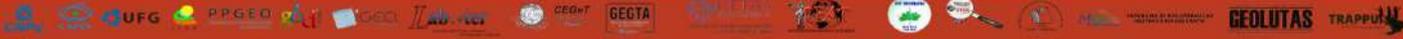
³ Usaremos o termo 'violências', quando referirmos que as mulheres estão sujeitas a diversos tipos de violências domésticas ou não.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de décadas de lutas travadas e de direitos conquistados, as mulheres ainda sofrem com o desrespeito e a violência praticada pelos homens. Assim,

Considerado um problema mundial ligado ao poder, privilégio e controle masculino a violência contra a mulher consiste em qualquer ato violento baseado no gênero, que resulte, ou tenha probabilidade de resultar, em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, incluindo a ameaça de praticar tais atos, a coerção ou privação arbitrária da liberdade em ambiente público ou privado. Atinge mulheres, independentemente de faixa etária, cor, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição social afetando o seu bem-estar, segurança e autoestima. (Silva; Rodrigues, 2017, p. 1).

A exploração, dominância e violências cometida contra a mulher tem raízes históricas no sistema patriarcal. Pateman (1993, p. 36) diz que: “a história nos ajuda a compreender os mecanismos através dos quais os homens reivindicam os direitos de acesso sexual e de domínio dos corpos das mulheres”.

Saffioti (2015) sintetiza o patriarcado como o regime de dominação-exploração dos homens pelas mulheres. Dessa maneira, o patriarcado se manifesta na sociedade através de várias formas dentro e fora de casa, seja na relação entre pais e filhos ou marido e esposa no qual o homem se acha no direito de controlar suas vidas, seus corpos, vontades e liberdade por se considerar o “chefe da família”, seguindo o modelo da família patriarcal.

Ou mesmo quando o homem acha que a mulher tem que ser submissa a ele simplesmente pelo fato de ser mulher. Essa questão da dominação masculina estende-se a outros ambientes, seja no trabalho ou em qualquer outro lugar, a lógica social, é que a mulher tem que servir ao homem. Nesse caso entra a condição de gênero, para a Saffioti (2015) dentre tantas atribuições pertinentes, pode-se considerar gênero como a condição social do feminino e masculino, a violência pode ser analisada nesse sentindo tanto a praticada pelo homem ou pela mulher.

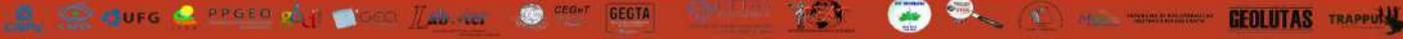
Nessa perspectiva a dominação masculina e opressão contra as mulheres também são consideradas como relações de gênero, a discriminação de gênero se faz presente no âmbito da sociedade e se origina da inter-relação de fatores biológicos, econômicos, culturais, políticos e sociais, conforme Silva e Rodrigues (2017). A questão de gênero se manifesta de tal forma que, as mulheres tendem a permanecer em um relacionamento abusivo e agem como se fosse normal toda violência doméstica sofrida pelo fato de ser cometida pelo



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



homem, isto é, há uma naturalização da violência contra a mulher. E ainda se culpam pelo abuso sofrido por acreditar que o marido está sempre certo. Retomamos Saffioti (2015), para dizer que o sistema regime de dominação-exploração se faz presente nas relações afetivas e sociais entre homens e mulheres.

E a violência quase em todos os casos vem por parte do homem, o homem ainda exerce sua força para dominar as mulheres, com isso há uma perpetuação incontestável do sistema patriarcal. Sobre isso Saffioti (2015, p. 135) salienta que “do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”.

Azevedo (2017, p. 15), reitera sobre uma importante discussão a respeito do contrato social e sexual no patriarcado, questão já discutida por Saffioti (2015), no qual o matrimônio dá ao homem o direito legal sobre a vida e o corpo da mulher. Nesse sentido,

Enquanto a história do contrato social é apresentada como uma história de liberdade, em que os homens no estado natural trocam as inseguranças pela liberdade civil salvaguardada pelo Estado, a história do contrato sexual e de sujeição, dominação dos homens sobre as mulheres, e o direito masculino de livre acesso aos corpos das mulheres. A liberdade civil defendida pelos liberais não é universal, mas um direito patriarcal.

No âmbito do sistema patriarcal, o casamento torna-se um contrato civil onde o homem tem domínio sobre sua esposa, delegando a ela o trabalho de casa, pois na visão masculina esse trabalho é uma obrigação natural da mulher. Ainda, mesmo no caso de a esposa/mulher estar inserida no mercado de trabalho formal ou informal (trabalhar fora de casa) e ter uma certa independência financeira, ela continua a ter a responsabilidade de cuidar do lar e dos filhos, tendo uma jornada dupla ou tripla de trabalho, que o marido não tem e muitas vezes não deseja assumir.

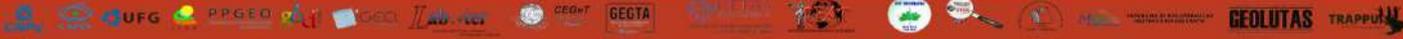
E em relação ao contrato sexual, a mulher é ainda obrigada a manter relações sexuais com seus esposos, em muitos casos, contra sua vontade, configurando-se estupro e violação ao seu corpo. Além do controle sobre sua reprodutividade, pois também é obrigada a ter filhos. Porém, esse contrato sexual não vem explícito como o civil, esse se trata da vida privada, vivida no



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



âmbito do espaço doméstico, tido como privado e fechado a interferência externa. Dessa forma ao se tratar do sistema patriarcal é fundamental entender que antes do poder do pai sobre os filhos tem o poder do marido sobre a esposa e esse prevalece mesmo com o avanço na legislação de enfrentamento as violências contra a mulher. Para Azevedo (2017, p. 16) o “contrato sexual diz respeito a esfera privada se consolidando através do contrato matrimonial e da sujeição das mulheres nessa esfera”.

Desse modo, as situações de assédios e exploração perpassam a vida familiar, se em casa as mulheres sofrem agressões verbais e corporais, fora de casa a situação não é diferente, as mulheres são constantemente violadas, no trabalho sofrem com os assédios moral e até sexual, com a desigualdade salarial, na rua, no metro, cinema ou em qualquer lugar estão com seus corpos vulneráveis e sofrem importunações sexuais, olhares maliciosos, as vezes são tocadas e até agredidas. Essas são situações de extremo desrespeito e corriqueiras na vida das mulheres e se perpetuam ano após ano, há um processo de violações de seus corpos, de suas intimidades que ainda não cessaram com a legislação vigente no país, que enfrenta e pune a esses tipos de violências.

Assim, como a sociedade passou e passa por transformações ao longo do tempo o sistema patriarcal também passou, as relações de dominância do homem sobre a mulher não acabaram, apenas passou por mudanças, a exemplo disso tem-se o caso de Roma Antiga, em que o patriarca tinha o poder de vida e de morte de sua esposa e filhos, podendo executá-los conforme fosse sua vontade (Saffioti, 2015). Atualmente, os pais (homem) e esposos não tem mais esse direito, pois há leis que criminalizam esse ato, porém essas leis não impedem que tais crimes de sejam cometidos, tanto que há registros diários de casos de feminicídios, de tentativas de feminicídios e de diversos outros tipos de violências físicas, sexuais e psicoemocionais contra as mulheres. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2020), 90% dos crimes de feminicídios no Brasil são cometidos pelos maridos ou ex-maridos das vítimas.

Essas ações resultam do comportamento machista do homem e do poder social que o homem adquiriu historicamente, embora ocorra transformações na sociedade, o comportamento do homem segue, e o modelo patriarcal moderno, segundo Azevedo (2017) a diferença entre os sexos é



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



interpretada como uma diferença natural que estrutura a sociedade civil capitalista. A autora salienta que o sistema patriarcado não se trata só das relações individuais ou de explicações biológicas para entender a dominação masculina, mas trata-se de um problema estrutural relacionado as muitas dimensões da vida e está embutido nas transformações da história.

Ao abordar esse assunto, Azevedo (2017) apresenta 6 principais estruturas do modelo patriarcal que mudaram ao longo do tempo e se inter-relacionam criando diferentes formas de patriarcado, embora cada uma apresenta uma maneira específica. As estruturas são: “o modo patriarcal de produção, relações patriarcais no trabalho assalariado, relações patriarcais no Estado, violência masculina, relações patriarcais na sexualidade e relações patriarcais nas instituições culturais” (Azevedo, 2017, p. 16).

Essas estruturas apresentam as diversas formas de domínio que o homem tem sobre a mulher e não se limita apenas ao âmbito do lar, mas nas diversas esferas sociais, embora a mulher se faz mais presente na sociedade atualmente, ocupando espaços que antes era exclusivo dos homens, ainda há um preconceito exorbitante e que as vezes vem, inclusive, por partes das próprias mulheres, que por sua condição de gênero acreditam que são inferiores aos homens e que não conseguem ou não ‘podem’ desempenhar a mesma função que eles, seja no lar, no trabalho e na sociedade.

Por isso é tão importante que a mulher ocupe sempre mais espaço na sociedade, e tenha liberdade e segurança para trabalhar, estudar, se casar ou não, ter filhos ou não. De forma a desconstruir o pensamento machista que impõe a vontade dos homens e regula a vida das mulheres. Espera-se que para isso elas possam contar com a lei para garantir seus direitos e sua proteção independente do gênero, da classe social, religião, da etnia e da raça, dentre outros aspectos que contribuem com a perpetuação do patriarcado na sociedade. Romper com esse padrão, se faz importante, para que com o passar do tempo haja redução nos índices quantitativos de mulheres vítimas de violências.

A legislação no enfrentamento às violências contra a mulher no Brasil



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



No Brasil, a Constituição de 1988 e os direitos humanos foram propulsores das leis no combate e enfrentamento às violências contra a mulher, a partir deles esse tema passou a ser discutido e tratado como uma questão de saúde pública. De acordo com o art. 226, parágrafo 8, da Constituição Federal: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 2004).

Nesse cenário, o Brasil foi um dos últimos países na América Latina a criar e aprovar leis que combatessem a violência doméstica e familiar contra a mulher, foi quando criou a Lei Federal nº 11.340/2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”. Desde então, essa lei vem passando por alterações para se tornar mais eficaz e em 2012 foi considerada pela ONU a terceira melhor lei do mundo no combate à violência contra doméstica (COMPROMISSO E ATITUDE, 2023).

A Lei Maria da Penha foi criada com base no caso da Maria da Penha Fernandes, uma biofarmacêutica que lutou durante 15 anos para punir seu ex-marido e também agressor, que a deixou paraplégica após atirar contra ela dentro de sua própria casa. Essa é a primeira lei que de fato contribuiu para o enfrentamento às violências sofridas pelas mulheres no Brasil, atuando na defesa e proteção das vítimas. De acordo com Silva e Rodrigues (2017, p. 2):

A Lei Maria da Penha surge como um marco na política de defesa das mulheres, na prevenção, intervenção e punição dos casos. Afirma que toda mulher goza de direitos fundamentais e pretende assegurar a todas as oportunidades para viver sem violência preservando a saúde física e mental e o aperfeiçoamento moral, intelectual e social, assim como as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança e à saúde.

Essa lei também contribuiu para a criação de novas leis, e medidas no combate da violência contra a mulher, esses crimes se diversificam na medida em que a sociedade se transforma, assim novas formas de violência são praticadas, como por exemplo o crime cibernético, no qual as vítimas são expostas, humilhadas e chantageadas por fotos ou vídeos íntimos postados na internet. Para esse tipo de crime foi criada a Lei Carolina Dieckman (Lei Federal nº 12.737/2012), que definiu crimes cibernéticos no Brasil. Dessa forma, as leis tem que se adequarem, afim de combater todo o tipo de violência.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Outra Lei importante, é a do Femicídio (Lei Federal nº 13.104/2015), que alterou o artigo 121, do Código Penal Brasileiro, determinou “o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos”. (BRASIL, 2015). Desse modo, o crime de homicídio simples tem pena de seis meses a 20 anos de prisão, e o de feminicídio, um homicídio qualificado, de 12 a 30 anos de prisão. O quadro 01 mostra as leis que visam a prevenir e punir as violências contra mulheres no Brasil.

Quadro 01: Legislação de enfrentamento as violências contra mulheres no Brasil (2006-2023⁴)

Legislação brasileira de combate as violências contra mulheres	
Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)	A lei tem o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher de forma a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher; tipifica 5 tipos de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/2012)	A lei definiu crimes cibernéticos no Brasil. Ela recebeu este nome, pois na época que o projeto tramitava a atriz teve o computador invadido e fotos pessoais divulgadas sem autorização por hackers. A legislação classifica como crime justamente casos como estes: invasão de computadores, tablets, smartphones, conectados ou não à internet, que resulte na obtenção, adulteração ou destruição dos dados e informações.
Lei do Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2013)	Oferece atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e o fornecimento de informações sobre os direitos legais das vítimas. Garante atendimento emergencial, integral e gratuito às vítimas. Importante ressaltar que não há necessidade de apresentar boletim de ocorrência ou qualquer outro tipo de prova do abuso sofrido - a palavra da vítima basta para que o acolhimento seja feito pelo hospital.
Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015)	A legislação altera o Código Penal e estabelece o feminicídio como circunstância que qualifica o crime de homicídio, quando uma mulher é morta em decorrência de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, fica caracterizado o feminicídio, sendo considerado um crime hediondo em que a pena pode chegar a 30 anos de reclusão.
Lei Joana Maranhão (Lei nº 12.650/2015)	A lei alterou os prazos quanto à prescrição (prazo) contra abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, de forma que a prescrição só passou a valer após a vítima completar 18 anos e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos. O nome é uma

⁴ Em 2023 foram publicadas pelo governo federal de Lula (2023-2027) 09 novas leis federais que garantem direitos às mulheres brasileiras.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



	referência à nadadora brasileira que foi abusada sexualmente aos nove anos de idade, pelo seu treinador. A denúncia feita por ela resultou na lei que garante às vítimas mais tempo para denunciar e punir seus abusadores.
Lei nº 13.718/2018	Tipifica os crimes de importunação sexual de divulgação de cena de estupro, alterando o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulneráveis; estabelece aumento de pena e define como causas para aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.
Lei nº 13.642/2018	Atribui à Polícia Federal atribuição para investigação de crimes praticados na rede mundial de computadores, que difundam conteúdo misógino definidos como aqueles que propagam ódio ou aversão às mulheres.
Lei nº 13.931/2019	Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de indícios ou confirmação de violência contra a mulher, atendida em serviços de saúde públicos e privados, determinando a comunicação à autoridade policial, no prazo de 24h, para providências cabíveis e fins estatísticos.
Lei Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica (Lei nº 14.188/2021)	Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, altera a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.
Lei nº 14.192/2021	Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.
Lei nº 14.326/2022	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar à mulher presa gestante ou puérpera tratamento humanitário antes e durante o trabalho de parto e no período de puerpério, bem como assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido.
Alteração da Lei Maria da Penha (Lei n. 14.310/2022)	Alterou a Lei Maria da Penha para determinar o registro imediato, pela autoridade judicial, das medidas protetivas de urgência deferidas em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes.
Lei nº 14.538/2023	Garante o direito à troca de implante mamário para mulheres que passaram por tratamento oncológico sempre que houver complicações ou algum tipo de efeito adverso. A regra vale tanto para o setor privado quanto para a rede pública. No caso do Sistema Único de Saúde (SUS), a publicação prevê que a troca do implante mamário ocorra em até 30 dias após indicação médica.
Lei nº 14.540/2023	Instituiu o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Lei nº 14.541/2023	A lei dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher durante toda a semana, inclusive em fins de semana e feriados.
Lei nº 14.542/2023	Garante prioridade para mulheres em situação de violência doméstica no Sine e estabelece que mulheres em situação de violência doméstica ou familiar terão prioridade no Sistema Nacional de Emprego (Sine), facilitando a inserção no mercado de trabalho e a trilha da autonomia financeira. Há previsão de reserva de 10% das vagas ofertadas para intermediação.
Lei nº 14.546/2023	Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária. Considera-se mulher empresária aquela que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
Lei nº 14.550/2023	A nova Lei acrescenta parágrafos ao artigo 19 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) para conferir maior efetividade à aplicação das medidas protetivas de urgência. Ela também estabelece que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do agressor ou da ofendida não excluem a aplicação célere da legislação. Confirma as principais mudanças.
Lei da Igualdade Salarial entre mulheres e homem (Lei nº 14.611/2023)	Estabelece a obrigatoriedade da política de salário igual para trabalho igual. Além de multa, a legislação exige transparência de relatórios remuneratórios para empresas de médio e grande porte.
Lei nº 14.612/2023	A Lei nº 14.612 inclui o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O objetivo da medida é garantir que o Estatuto da Advocacia, que rege as normas da profissão de advogado no Brasil, atue para prevenir e punir agressores. O texto prevê o implemento da pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de um mês a um ano ao infrator condenado.
Lei nº 14.614/2023	Lei nº 14.614 que garante às atletas gestantes ou puérperas a segurança de continuar se beneficiando do Programa Bolsa Atleta – principal programa de suporte ao esporte de alto desempenho no país e um dos principais do mundo.

Fonte: COMPROMISSO E ATITUDE (2022); BRASIL (2023) **Org./Elab.:** Santos (2023)

Percebe-se que há uma preocupação em relação ao enfrentamento e combate à violência contra a mulher, assim como leis e medidas foram criadas para prevenir os crimes e resguardar as vítimas como a lei do minuto seguinte que garante atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico, social e outros cuidados em caso de vítima de violência sexual. A Lei do Sinal Vermelho, entre outras leis, há também uma comoção e reação por parte da sociedade, principalmente, por parte do movimento feminista para tentar proteger as mulheres sejam vítimas de diversos tipos de violências.

É fundamental destacar a Lei do Femicídio (Lei Federal nº 13.104, 2015), tipifica como feminicídio, crimes letais contra a mulher, cuja circunstância



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



e motivo devem-se à condição de gênero da vítima e envolve algum grau ou tipo de relação afetiva e familiar. Nessa lei fica caracterizado feminicídio, sendo considerado um crime hediondo em que a pena pode chegar a 30 anos de reclusão para o agressor. Brito e Silva (2022, p. 01) afirmam que:

a questão do feminicídio vem associada à condição estrutural e histórica da sociedade patriarcal e da questão de gênero, como processos resultantes das relações sociais desiguais, os quais colocam mulher à condição de subalternidade e isolamento.

Apesar das leis garantirem os direitos e obrigações dos cidadãos e punir os crimes, elas não garantem que tais crimes não vão ocorrer, pois se trata também da consciência humana, assim como os comportamentos machista, autoritário e preconceituoso enraizados na sociedade por meio do patriarcado, que se manifesta por meio de violências contra as mulheres e contra os grupos sociais vulneráveis, coadunando em violações de direitos humanos.

Análise quantitativa de feminicídios nos municípios da Região Geográfica Imediata de Catalão, estado de Goiás, de 2017 a 2023.

As violências contra as mulheres se intensificaram no período da pandemia da COVID-19, evidenciando o regime de submissão e domínio que seus companheiros exercem sobre elas. Associado a isso, a pandemia, as medidas de isolamento social e de quarentenas, colocou a mulher ainda mais prisioneiras de seus algozes, quando por motivos de questão sanitária, não conseguem sequer ir trabalhar ou ter convívio social.

Outro fato agravante é o conjunto de decretos federais⁵ publicados pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, em 2019, os quais flexibilizam a posse,

⁵ Decretos federais publicados pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, em 2019, que flexibiliza o uso de armas de fogo:

- Decreto Nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021: Altera o Anexo I ao Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados;
- Decreto nº 10.628, de 12 de fevereiro de 2021: Altera o Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição;
- Decreto nº 10.629, de 12 de fevereiro de 2021: Altera o Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro, e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores;



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



registro e aquisição de armas de fogo, assim como a compra, manuseio e transporte de munições, tais fatos elevou a quantidade de mulheres vítimas letais por meio de armas de fogo no país (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Sobre a questão da pandemia da COVID-19, segundo o FBSP o regime de isolamento teve efeitos na vida de milhares de mulheres que já viviam em situação de violência doméstica, sem lugar seguro, elas foram obrigadas a permanecer mais tempo no próprio lar junto a seu agressor, muitas vezes em habitações precárias, com os filhos, sem renda o que aumentou na dependência de seus maridos (BRASIL, 2021).

Dessa forma a quantidade de feminicídio também apresentou um aumento durante a pandemia. De acordo com o jornal O Popular (2022), o estado de Goiás é o sétimo com maior crescimento na taxa de feminicídio do Brasil, apresentando um aumento de 121,4% em relação aos primeiros semestres de 2019 e 2022, passando de 14 para 31 vítimas, e se comparado 2021 para 2022 o aumento foi de 34,8%.

Segundo informações obtidas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, em 2018 foram registrados 36 casos de feminicídios em Goiás, enquanto em 2022 esse número subiu para 57 casos, representando um aumento de 58,6%, a tabela 01 traz uma análise da violência contra a mulher praticada entre 2018 e 2022. Desde 2018, quando os crimes de feminicídios passaram a ser tipificados e registrados como requer a legislação vigente, o ano com maior número deste crime é 2022, mas o aumento proporcional, de um ano a outro, fica entre 2020 e 2021 (período crítico da pandemia – restrições à mobilidade e necessidade de isolamento social), foi de 25,8%.

Tabela 01: Violências doméstica contra a mulher em Goiás (2018 a 2022).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER					
Naturezas	2018	2019	2020	2021	2022
Feminicídio	36	40	44	54	57
Estupro	100	364	292	278	322

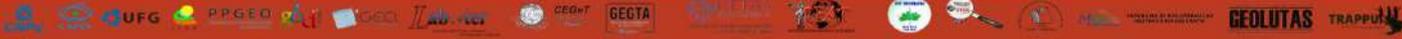
- Decreto nº 10.630, de 12 de fevereiro de 2021: Altera o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



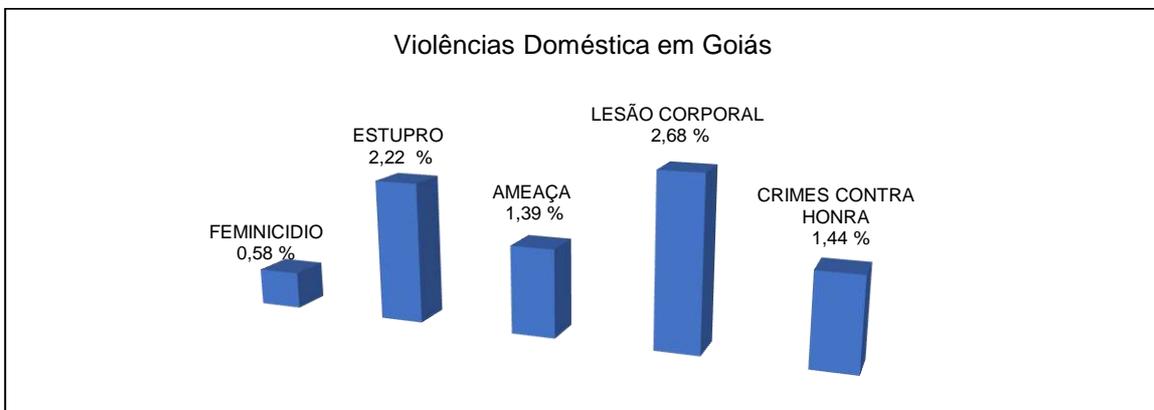
Ameaça	6.537	15.722	14.772	15.734	15.600
Lesão corporal	3.043	10.541	11.019	10.782	11.206
Crimes contra honra: calúnia, difamação e injúria	4.623	9.504	9.160	10.735	11.285

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás (2023). Org./Elab.: Santos (2023)

Além do aumento do feminicídio, a análise revelou também um aumento significativo dos crimes de estupro, ameaça, lesão corporal e crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúrias contra as mulheres, todos esses tipos de crimes, revelam-se em violências em desfavor das mulheres. O crime estupro passou de 100 casos denunciados em 2018, para 322 em 2022, um aumento de 222% nos casos no período analisado, como mostra o gráfico 01.

Entretanto, entre 2018 e 2019, tivemos um crescimento de 264%, o maior aumento entre o período analisado (2018 a 2022), assim como em relação aos outros intervalos bianuais (2018-2019; 2019-2020; 2020-2021 e 2021-2022).

Gráfico 01: Percentual do aumento da violência doméstica contra a mulher em Goiás entre 2018 e 2022.



Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás (2023); Org. Elaborado por Santos (2023)

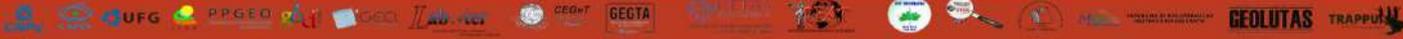
Já os crimes de ameaça, lesão corporal e crimes contra honra, apresentaram os maiores índices representando, respectivamente, um aumento de 138,8%, 281,3% e 268,1%, entre 2018 e 2022. O gráfico 01 apresenta que, em termos quantitativo, o crime de ameaça configura como o maior número de registros contra a mulher. Para tentar conter esses índices, a Secretaria de Segurança Pública de Goiás criou um App (aplicativo para celular) e possui a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



patrulha Maria da Penha – da PM, que monitora vítimas de violências doméstica que denunciaram e possuem medidas protetivas.

Nesse contexto, é importante trazer uma análise da violência contra a mulher e do feminicídio na Região Geográfica Imediata de Catalão (Cumari, Davinópolis, Nova Aurora, Goiandira, Ouvidor, Três Ranchos, Corumbaíba, Anhanguera, Campo Alegre de Goiás e Ipameri) pois se trata de uma cidade bem estruturada com uma economia diversificada, com universidades, faculdades, um lugar onde as mulheres tem seu espaço e contam com a oportunidade de crescerem profissionalmente, porém, ainda há casos recorrentes de violência contra a mulher.

O município de Catalão localiza-se no sudeste de Goiás, conta com uma população 114.427 de habitantes (IBGE, 2023). Possui uma economia diversificada com destaque para o setor industrial que se divide em mineração e montagem automobilística, também conta com o agronegócio, cujas atividades fomentam o setor de comércio e de serviços.

Catalão tem origem baseada no coronelismo, no qual impera o sistema patriarcal e a dominância dos homens oprimindo as mulheres, agredindo-as e tirando suas vidas, “o ato de assassinar uma mulher é o fator central e final para se firmar a autoridade e totalidade do patriarcado como sistema ideológico. Violar a vida das mulheres é parte da necessidade e importância em impor-se sobre o outro” (Brito; Silva, 2022, p. 7).

As famílias tradicionais no município ainda guardam valores e tem as mulheres como cuidadoras, donas de casa, sujeitas a vontade do marido, essa submissão enraizada na sociedade, são bases e condições para que se perpetua a violência contra a mulher e aumenta os índices de feminicídios na região em estudo. É devido a essas características econômicas, históricas e culturais que se fez necessário abordar os crimes de violência letal contra a mulher.

Visto a proporção dessa manobra que estrutura a econômica de Catalão que é contida pela memória histórica colonial, com a presença da figura do coronel, homens trajados de um poder social e política Cruz (2019), incita a formação de uma cultura que invisibiliza as mulheres em espaços públicos de poder, ou seja, vincula o feminino algo a ser controlado, tutelado e subalterno (Brito; Silva, 2022, p. 7).

Por Catalão ser o município mais populoso da Região Geográfica Imediata de Catalão, é o que apresenta maiores índices de feminicídios.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Dessa forma, a fim de filtrar os casos de feminicídios entre 2017 e 2023, buscamos informações principalmente nos blogs e sites de notícias locais, já que os dados destes por municípios não disponíveis ao acesso público, requerendo solicitações específicas junto a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. Assim, os dados apresentados a seguir baseiam-se em tais levantamentos, e a partir destes, neste período identificamos que 4 dos 10 municípios que foram a região, Catalão, Ouidor, Cumari, Campo Alegre de Goiás e Ipameri registraram feminicídios no período em análise.

A exemplo dessa violência, podemos citar um crime ocorrido no município de Catalão que expressa bem essa relação de poder do homem sobre a mulher em forma de violência física, segundo a reportagem feita por um blog da cidade no dia 04 de fevereiro de 2022 um homem queima o rosto da mulher por ela simplesmente não ter feito o jantar, além da queimadura ele ainda a agrediu com socos, mordidas e golpes com cabo de rodo. Detalhe, que ela não fez a janta por ele não ter feito as compras (ZAP CATALÃO, 2022).

Outro crime bárbaro ocorrido nesse mesmo no município, no dia 13 de outubro de 2021, foi a tentativa de feminicídio contra uma jovem de 24 anos, no qual o ex-companheiro não aceitou o fim do relacionamento e depois de agredi-la com socos e chutes ateou fogo na vítima, que ficou hospitalizada por vários meses com queimaduras pelo corpo todo (ZAP CATALÃO, 2022).

Outro caso, ocorreu em junho de 2021, quando um idoso foi condenado a 18 anos de prisão por matar a esposa a facadas, após ela se negar a receber visita de parentes que estavam com COVID-19 (ZAP CATALÃO, 2023). Sobre os casos de feminicídios na Região Geográfica Imediata de Catalão de 2017 a 2023, constam na tabela 02.

Tabela 02: Feminicídios nos municípios da Região Geográfica Imediata de Catalão/Goiás de 2017 a 2023.

Agressor	Idade	Instrumento Usado	Data de Ocorrência	Município de Ocorrência
*Homem desconhecido	17	Arma de fogo	27/04/2017	Catalão
*Homem desconhecido	22	Arma de fogo	19/09/2017	Catalão
Vizinho	69	Asfixiada	03/08/2019	Ipameri
Ex-marido	45	Arma branca	29/09/2019	Catalão
Companheiro	43	Arma Branca	09/06/2020	Campo Alegre de Goiás



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Filho	39	Arma branca	24/10/2020	Cumari
Marido	68	Arma branca	06/06/2021	Catalão
Ex-namorado	18	Arma branca	11/07/2022	Ouvidor
*Homem desconhecido	39	Arma de fogo	04/08/2022	Catalão
Ex-marido	37	Arma de fogo	10/09/2022	Catalão
Marido	40	Arma de fogo	08/10/2022	Catalão
Companheiro	34	Agressão física	06/11/2022	Catalão
Namorado	29	Arma de fogo	27/11/2022	Catalão
Ex-marido	28	Arma branca	26/02/2023	Catalão
Ex-marido	42	Arma branca	21/04/2023	Catalão

Fonte: Blog Zap Catalão (2023)

Org./Elab.: Santos (2023)

*assassinatos de mulheres sem relação direta com o crime tipificado como feminicídio

De acordo com os dados obtidos através dos blogs e portais de notícias do município Catalão, entre o ano de 2017 e 2023, 15 mulheres foram assassinadas nos municípios da Região Geográfica Imediata de Catalão. Desses 15 crimes, 11 ocorreram em Catalão, em Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Ouvidor e Cumari ocorreram um em cada município. Entre essas 15 vítimas, 4 foram mortas por seus companheiros e 4 por ex-companheiros. Ainda, três assassinatos envolveram vítimas do sexo feminino, sendo que 2 foram assassinadas por homens desconhecidos (de acordo com a polícia crimes vinculados ao tráfico de drogas)⁶ e uma mulher perdeu foi vítima de assaltado a mão armada (BLOG ZAP CATALÃO, 2022).

Como consta na tabela 02, 13 dos 15 crimes letais contra mulheres são tipificados como de feminicídios na Região Geográfica Imediata de Catalão, os quais foram cometidos pelos companheiros e ex-companheiros das vítimas. Esses dados estão de acordo com o levantamento feito pelo FBSP (2020), no qual revelam que 90% das vítimas de feminicídios no Brasil em 2019 são assassinadas por seus companheiros e ex-companheiros.

Dos 15 crimes, 3 foram tipificados como homicídio, pois só é considerado feminicídio crimes em que o autor tenha cometido o ato em razão de violência doméstica e familiar e discriminação pela condição de ser mulher (COMPROMISSO E ATITUDE, 2022).

Os dados também revelam que a maioria dos crimes tiveram como principal instrumento a arma branca (em geral faca ou ferramenta perfurocortante), sendo usado 7 vezes, já armas de fogo foram usadas em 6

⁶ Assassinatos de mulheres sem relação direta com o crime tipificado como feminicídio.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



crimes e a agressão física em 2. Em relação aos crimes ligados a assaltado e ao tráfico de drogas em todos usaram armas de fogo. As vítimas de feminicídio tem entre 17 e 69 anos de idade. Os crimes concentraram nos meses finais de 2022 e meses iniciais de 2023.

Logo, a maioria dos crimes de feminicídio registrado em Catalão tem como principal motivo o conjugue não aceitar o fim do relacionamento (ZAP CATALÃO, 2022). Por esse motivo muitas mulheres se submetem à uma relação abusiva, na qual vive em situação de risco de morte e sofrendo violência física, emocional por medo de perderem a vida, são prisioneiras em seu próprio lar. E por vezes tem medo até de pedir socorro, pois mesmo quando buscam ajuda, sua segurança não é garantida, pois em um desses casos de feminicídios registrados no município de Catalão o ex-companheiro da vítima tinha acabado de sair da cadeia por agredi-la e ela também tinha uma medida protetiva contra ele, fatos que não impediram de ele cometer o crime, e a mulher ser mais uma vítima de feminicídio.

Os crimes de feminicídio ocorridos na região imediata de Catalão, surpreenderam pela atrocidade cometida pelos autores, um deles inclusive foi cometido pelo próprio filho que matou a mãe a facadas em Cumari. Já outro em Ipameri, o vizinho matou e estuprou a vítima de 68 anos de idade. São exemplos que fogem a regra por não ser cometido por cônjuges, mas que manifesta o poder e a força que outros homens do convívio das mulheres/vítimas exercem sobre elas, pelo fato de serem homens, é o poder do patriarcado presente nas relações sociais.

Considerações Finais

Percebe-se que a Lei Maria da Penha é um marco fundamental no enfrentamento das violências contra a mulher e contra o feminicídio, essa lei é um instrumento legal responsável por grandes transformações na sociedade resguardando as vítimas, garantindo apoio físico, emocional e responsabilizando o agressor. Embora, não há como a justiça impedir que esses crimes ocorram, a lei continua aprimorando, e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) estão sendo criadas pelo país afora, entre, outros avanços. É importante



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



dizer, que o município de Catalão conta com uma DEAM, que atende aos municípios desta região em estudo, assim como os demais que estão na 9ª Região de Segurança Pública (RISP) do Estado de Goiás.

Combater a violência e o feminicídio é responsabilidade de todos, primeiramente dos homens em desconstruir o pensamento machista, autoritário e de domínio, assim como conscientizar de que o patriarcado que está impregnado na sociedade em forma de domínio e exploração da mulher, e que eles precisam esforçar-se para romper com essas construções histórico-culturais. A mulher, por sua vez, tem que reconhecer o seu valor e lutar pelos seus direitos, e também romper com essas construções histórico-culturais do patriarcado, não naturalizar a vivência de uma relação abusiva. Já a legislação brasileira, assim como as medidas protetivas garantidas por leis, deve seguir avançando, principalmente para que as mulheres se sintam seguras em fazer as denúncias.

Por fim, é preciso ressaltar a importância de ficar atento aos canais de denúncia e denunciar os casos de violência cometido contra as mulheres, e assim evitar que esses casos se resultem em feminicídios e/ou tentativas de feminicídios, temos que buscar fortalecer as leis e medidas protetivas, a fim de garantir e resguardar as mulheres, principalmente dentro de suas casas, pois como consta os dados, a mulher corre mais risco em casa do que na rua.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Decreto que flexibiliza a posse de armas de fogo no Brasil, 2019.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/veja-integra-do-decreto-que-flexibiliza-a-posse-de-armas-de-fogo>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

AZEVEDO, F. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. **Revista Três Pontos:** Dossiê múltiplos olhares sobre gênero. Minas Gerais, v. 13, 2017, p. 12-20.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 abr. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência contra a mulher**. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/tag/violencia-contr-a-mulher/>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRITO; J. B.; SILVA, M. V. da **Análise do quantitativo de feminicídios nos municípios da região geográfica imediata de Catalão**, Estado de Goiás, de 2017 a 2021. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/enviar%20ENG%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/enviar%20ENG%20(1).pdf)>. Acesso: 15 fev.2023.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Legislação sobre a violência contra as mulheres**. 2018. Disponível em: <<https://www.compromissoeatitude.org.br/legislacao-sobre-violencia-contr-a-mulheres>>. Acesso em 02 jun. 2023.

IBGE. **Catalão**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993.

PLANALTO. **Presidente sanciona leis que ampliam proteção e combate à violência contra a mulher**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/presidente-sanciona-leis-que-ampliam-protecao-e-combate-a-violencia-contr-a-mulher>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SAFFIOTE, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo, Perseu Abramo, 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE GOIÁS. **Estatísticas Criminais e Produtividade, Violência contra a mulher**. 2017-2023. Disponível em: <<https://www.seguranca.go.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

ZAP CATALÃO. **Feminicídios registrados em Catalão**. Disponível em: <<https://www.zapcatalao.com.br/tag/feminicidio/page/3/>>. Acesso em: 20 mai. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



MOBILIDADE DO TRABALHO NA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL: A FRONTEIRA INTERNACIONAL DO ACRE NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Aldenise Oliveira Cardoso¹

José Alves²

RESUMO

O presente artigo busca discutir a mobilidade do trabalho como ato de sobrevivência e identificar a ocorrência da precarização dos trabalhadores migrantes na fronteira internacional do Estado do Acre. A pesquisa foi realizada a partir da leitura de bibliografias e foram consultados os sites do *Instituto Nacional de Estadística del Estado Plurinacional de Bolivia* (INE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Discute-se, portanto, o trabalho no contexto capitalista, os fatores repulsivos e atrativos na fronteira internacional do Acre, a mobilidade do trabalho e a precarização do trabalho do imigrante nessa região. Portanto, a dinâmica da mobilidade está ligada à formação do mercado mundial da força de trabalho e está relacionada com a formação de exércitos de reserva impulsionados pelo desemprego, ocorrendo o aumento das atividades precárias.

Palavras-chaves: Mobilidade; Trabalho; Fronteira; Acre.

INTRODUÇÃO

Os fatores socioeconômicos, assim como o desemprego estrutural que atinge a todos, acabam por penalizar de forma mais intensa os migrantes. A mobilidade do trabalhador é constituída como parte essencial da acumulação capitalista, levando em consideração que as migrações decorrem da expansão e mundialização da sociedade produtora de mercadoria pela venda da força de trabalho, caracterizada como mercadoria especial, pois é fundamental para transformar recursos e matérias em estado bruto em mercadorias e criar a mais-valia.

As pessoas que não conseguem obter um trabalho formal no lado acreano para que possam sobreviver, buscam no país vizinho oportunidade de

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Acre. aldenise.cardoso@sou.ufac.br

² Professor dos Cursos de Graduação e Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre. Tutor do Grupo PET Geografia da Ufac. jose.alves@ufac.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



alcançar uma renda para manter sua família e recorrem à mobilidade do trabalho para realizar tal atividade.

Desta forma, o estudo tem por objetivo discutir sobre a mobilidade do trabalho como ato de sobrevivência e identificar a ocorrência da precarização dos trabalhadores migrantes na fronteira internacional do Acre, citando o exemplo moradores de Plácido de Castro, Acre-Brasil) que trabalham em Puerto Evo Morales, Pando-Bolívia (Cardoso, 2022).

Esta pesquisa foi realizada a partir da leitura de bibliografias, como livros, teses, monografia, artigos de revistas, que abordam o tema sobre o conceito de trabalho, mobilidade e desemprego. Para a produção desse texto foram consultados os sites do *Instituto Nacional de Estadística del Estado Plurinacional de Bolivia* (INE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no relatório Relação Anual de Informações Sociais - RAIS para obtenção de dados sobre população, desemprego e mobilidade, bem como em outros sites *online* que disponibilizam artigos que abordam o tema da pesquisa e assim poder realizar comparações analíticas.

A MOBILIDADE COMO FORMA DE SOBREVIVÊNCIA NA FRONTEIRA INTERNACIONAL ACREANA

A mobilidade do trabalho é manifestada pelo modo com que os homens e mulheres se submetem às exigências do capital, ainda que não intencionalmente, pois o trabalhador deseja somente melhores condições de vida. Dessa forma, vemos que a estratégia capitalista é uma estratégia de mobilidade forçada, principalmente por fatores econômicos. Então, tentaremos relatar neste texto sobre o que é o trabalho na perspectiva capitalista, dos fatores atrativos e repulsivos que contribuem para a mobilidade do trabalho e discutir sobre a mobilidade do trabalho como submissão às exigências do capital.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O trabalho na perspectiva capitalista

O trabalho está comumente ligado à uma carga de esforço e desprazer, onde inicialmente os escravizados eram encarregados no predomínio do trabalho forçado e enquanto os homens livres estavam ligados diretamente às atividades intelectuais, às ciências e às artes. O trabalho parte da tentativa de sobrevivência humana, tentativa de suprir as suas necessidades básicas, evoluindo para outros tipos de necessidades, produzindo riqueza independente do modo de produção empregado. Pode-se dizer que o trabalho é a própria utilização da força de trabalho (Marx, 2010).

Então o homem acaba por transformar a natureza e assim se transforma, pois o homem age de forma consciente e não intuitiva. Conforme Marx (2010), o trabalho é condicionado aos meios e objetos de trabalho, uma vez que o objeto é retirado da natureza em seu estado “bruto” e os meios de trabalho são caracterizados pelos instrumentos utilizados para a execução do trabalho e transformação dos objetos para a consolidação da atividade produtiva através dos meios de produção (meios e objetos de trabalho juntos).

É por isso que a sociedade não sobrevive sem o trabalho, é isso que diferencia e tira o homem da condição de animal passando de submisso e dominado pela natureza para a posição de dominador, transformando-a a seu modo, colocando todo o seu corpo em ação para a apropriação dos recursos presentes na natureza, a fim de estabelecer uma utilidade a serviço das necessidades da vida humana com o desenvolvimento de atividades que tem por objetivo um fim, o produto.

O produto é justamente essa utilidade para a necessidade humana, pois ele possui o valor de uso, é a materialidade da força de trabalho exercida sobre o objeto de trabalho com o uso dos meios de trabalho, caracterizando o trabalho produtivo. Para a finalização do produto, utiliza-se como meios de produção outros valores de uso, outros produtos finalizados anteriormente, portanto, um valor de uso que é produto de um processo de trabalho pode virar meio de produção de outros.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Diferente das sociedades pré-capitalistas, o único bem que o trabalhador possui na sociedade capitalista é a sua força de trabalho, pois ele não é proprietário dos meios de produção, então o trabalhador vende a sua capacidade de trabalhar ao capitalismo em troca de um contrato de trabalho assalariado com tempo determinado (Marx, 2010).

O capitalismo modifica o trabalho transformando em indignos aqueles que não trabalham mesmo que seja pela falta de emprego, o capitalismo cria assim uma fila de espera para sempre ter a sua disposição trabalhadores que se submetem às suas vontades e condições de trabalho, cria-se um verdadeiro “exército industrial de reserva” (Prieb e Carcanholo, 2011, p. 155).

O trabalhador vive alienado, pois todo o fruto do seu trabalho é destinado à geração de riqueza para o proprietário dos meios de produção, portanto o trabalho não satisfaz o trabalhador já que ele não controla a forma de produzir; o trabalhador converte-se em uma peça que se porventura venha a falhar será imediatamente substituído por outra, então essa alienação acaba desgastando fisicamente e mentalmente os trabalhadores.

Essa força de trabalho é a origem da riqueza capitalista, ela produz um valor excedente maior do que o salário pago aos trabalhadores, então essa diferença presente na exploração do trabalho em troca do salário-mínimo pago pelos capitalistas aos trabalhadores é chamada de mais-valia (Prieb e Carcanholo, 2011) e que muitas vezes o trabalhador não percebe a exploração que está sofrendo pois já é algo “natural” na sociedade capitalista.

A Terceira Revolução Industrial abriu espaço para novos mecanismos de precarização e flexibilização do trabalho, Conforme Prieb e Carcanholo (2011), “as empresas buscam novas formas de contratação de força de trabalho, como empregos temporários, subcontratação, trabalho terceirizado, em que os salários são mais baixos” e são cada vez menores os direitos dos trabalhadores.

As inovações tecnológicas subordinam ainda mais o trabalhador ao capital, incluindo a família dele no mercado de trabalho como força de trabalho barata (Prieb e Carcanholo, 2011), o trabalhador passa a trabalhar mais horas e de qualquer lugar (*home office*), causando o aumento do exército industrial



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de reserva e obviamente diminui o valor de remuneração. Logo, o capitalismo usa o trabalho produtivo e improdutivo para a geração da mais-valia, através da produção e circulação da mercadoria.

Portanto, a apropriação do trabalho pelo capital é caracterizada por um sistema de metabolismo social, a humanidade tornou-se mediada entre si e combinada dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido (Antunes, 2000). Em que um sistema de segunda ordem determina as mediações de primeira ordem.

As características do sistema de mediação de primeira ordem, estabelecido por Mézáros apud Antunes (2000), estão diretamente ligadas a preservação das atividades essenciais da reprodução individual e da sociedade, baseada no pressuposto em que os seres humanos são parte da natureza, realizam suas necessidades elementares por meio do constante intercâmbio com a própria natureza, os seres humanos não sobrevivem sem as trocas com a natureza.

Dessa forma, conforme Antunes (2000), as mediações de primeira ordem partem da necessidade de intercâmbio com a natureza, ou seja, a ontologia do trabalho pelo qual desenvolve-se a sociedade. As mediações primárias ou de primeira ordem são compostas pela: a) regulação da atividade biológica reprodutiva em conjugação com os recursos existentes; b) regulação do processo de trabalho, intercâmbio comunitário com a natureza, meios de trabalho, os empreendimentos e o conhecimento para a satisfação das necessidades humanas; c) estabelecimento de um sistema de trocas visando otimizar os recursos naturais e produtivos existentes; d) organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades, materiais e culturais, organizando um sistema de reprodução social cada vez mais complexo; e) uso racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a escassez, por meio da utilização econômica dos meios de produção; e, f) constituição e organização de regulamentos societais.

Os pontos listados não estão subordinados e dominados diretamente ao sistema de segunda ordem, pois caracterizam as mediações primárias que são criadas a partir da necessidade pessoal de cada trabalhador. Enquanto a segunda ordem de mediações remete ao período em que a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



primeira ordem foi afetada pela introdução de elementos fetichizados e alienantes de controle social metabólico do capital.

Na mediação de segunda ordem (Antunes, 2000), a principal finalidade seria expandir o valor de troca, em que todos os itens de utilização básica, bem como atividades de produção, materiais e culturais acabam subordinados ao valor de troca, a constituição da mercadoria. Portanto, aplica-se o propósito do capital através da separação e subordinação do valor de uso pelo valor de troca.

Desse modo, os seguintes elementos ditam as condições necessárias para a vigência das mediações de segunda ordem, que são (Antunes, 2000): a) separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção; b) imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o mando sobre eles; c) personificação do capital como um valor egoísta, voltado para a expansão do capital; d) a personificação do trabalho, estabelecendo uma relação de dependência do capital; essa personificação reduz a identidade do sujeito e a suas funções produtivas enquanto trabalhador.

Determina-se assim, a alteração e subordinação da primeira ordem de mediações, de acordo com as exigências de reprodução do capital. As funções produtivas e de controle do processo de trabalho social são radicalmente separadas entre aqueles que produzem e aqueles que controlam (Antunes, 2000).

O sistema de mediação de segunda ordem é o dominante na sociedade capitalista, pois possui uma base formada por três pilares: capital, trabalho e Estado, uma vez que não é possível eliminá-los sem desintegrar o conjunto dos elementos que compõem o sistema (Mészáros apud Antunes, 2000). Porém, segundo Antunes (2000), os defeitos estruturais do sistema de metabolismo social do capital e suas mediações de segunda ordem manifestam-se de vários modos, não se trata de contingências historicamente limitadas que o capital possa transcender, trata-se de estruturas essenciais e insubstituíveis do capital. Portanto, ocorre no processo de alienação a degradação do trabalho, que é o sujeito da produção, pelo capital. Obriga-se ao



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



trabalho o reconhecimento de outro sujeito acima de si, o capital, a partir de sua subordinação.

Os fatores repulsivos e atrativos na fronteira internacional do Acre

O processo de migração pode ser resultado de vários fatores, como: desastres ambientais, guerras, questões políticas, raciais ou culturais, ou ainda por motivos que envolvem a procura por emprego e melhores condições de vida (Cardoso, 2022). Os deslocamentos das populações na superfície terrestre podem ser mais comuns do que imaginamos e ocorre entre várias espécies de animais, desde algumas aves até os mamíferos, como o próprio ser humano.

A principal razão para esses movimentos migratórios, no caso do homem, é econômica, em que as pessoas deixam seu país de origem em busca de melhores condições de sobrevivência e de vida. Singer (1998), através de sua pesquisa, aponta que as características da migração ao longo da história são resultadas do processo de modernização constituído em uma economia capitalista. E dessa maneira, trata-se de um processo social em conjunto e não particularmente individual, onde quase sempre os motivos que levam as pessoas a migrarem são decorrentes da procura por melhores condições de vida e trabalho, evidenciando que as causas econômicas são fatores impulsionantes na realização da migração.

Assim os migrantes tentam em novas cidades e países melhores condições para a sua sobrevivência, porém existem diferenças socioeconômicas entre os países, em que uns apresentam condições mais precárias e outros que apresentam situações favoráveis para os migrantes. Podemos destacar então que apesar de existirem diferenças na renda, pode ocorrer uma maior variação entre os países mais “ricos” e os mais “pobres”, ou seja, países com fatores atrativos que resultam na perda de população em outros países que não possuem atratividades, principalmente econômicas, ocorrendo, portanto, a ampliação e surgimento dos fluxos migratórios entre as regiões e países. Surgem após o explicitado os fatores de mudança e estagnação, fatores de expulsão e fatores de atração (Singer, 1998).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Segundo Singer (1998), os fatores de mudança são caracterizados por sistemas de produção capitalistas que afetam todo o sistema econômico desde a agricultura, procurando aumentar a produtividade através da tecnologia e reduzindo as oportunidades de emprego, levando à imigração e ao despovoamento rural. Os fatores de estagnação provocados pela incapacidade de melhorar a produtividade, seja por falta de terra ou de condições para a sua utilização pelos grandes proprietários, também levarão à migração de grande parte da população ou ao crescimento lento. Isto explica a elevada densidade populacional nas cidades e centros urbanos. No entanto, as razões para sair das zonas rurais e entrar nas cidades podem ser explicadas pela procura de mão-de-obra em vários tipos de indústria e serviços. Já os fatores de atração são representados principalmente pelas oportunidades de emprego nas empresas industriais e no setor público ou autônomo, que oferecem remuneração maior do que o migrante poderia receber na área de onde tem experiência (Singer, 1998).

A dívida também pode ser considerada um motivo para a permanência dos imigrantes, pois alguns chegam com endividamentos e são, portanto, obrigados a trabalhar para pagar a viagem. Desta forma, as desigualdades sociais emergem ou aumentam à medida que as decisões e o planejamento feitos a nível local priorizam as necessidades do modelo capitalista. Portanto, em alguns lugares surgiram economias fechadas e baseadas na produção, bem como economias baseadas na produção e fornecimento de matérias-primas para os grandes centros urbanos e para indústrias nacionais. Por outro lado, também houve economias que ofereceram oportunidades de emprego estáveis que atraíram a força de trabalho. Esses migrantes circulam e, mesmo que inconscientemente, materializam a lógica do capital. Em qualquer caso, o aumento da urbanização no país pode ser visto a partir de fatores proeminentes como o êxodo rural.

Estes imigrantes que entram nas cidades, especialmente quando provêm de locais baseados em economias de subsistência, não afetam, em última análise, o crescimento da procura de produtos econômicos urbanos locais. Singer (1998) lista uma série de fatores que contribuem ou não para esse crescimento. Podemos destacar, entre outros fatores, as diferenças



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



salariais entre regiões, maiores possibilidades de obtenção de emprego, custos de vida e habitação, maiores oportunidades de emprego na indústria e noutras áreas. Além da abrangência dos fatores econômicos, variáveis que não são necessariamente econômicas também são importantes, principalmente nos países de primeiro mundo, a violência pode servir de exemplo.

Tendo por base a falta de dinheiro que é essencial para a aquisição de bens, principalmente a moradia, podemos citar ainda a ocorrência da criação de comunidades e favelas, pois normalmente são localizadas em terrenos mais afastados/isolados dos centros urbanos e possuem preços mais baixos, logo são esses que os migrantes conseguem comprar de acordo com o nível do seu poder aquisitivo. Dessa maneira, expandem-se as aglomerações urbano-regionais, assim como os processos de formação de centralidades e periferias em regiões de risco, como forma de sobrevivência às determinações do capitalismo.

Desse modo, não podemos afirmar com certeza que a mobilidade bem como a “pendularidade não está conectada com a necessidade humana, pelo contrário, a organização e criação do espaço força essa condição” (Cardoso, 2022, p. 23).

Partindo desse pressuposto, podemos enfatizar a marginalidade dos trabalhadores migrantes que fazem parte da força de trabalho, ou seja, “não integrados à economia capitalista, participando de organizações sociais e usufruindo de determinados serviços urbanos” (Singer, 1998, p. 59). Quando não pertencem ao chamado exército industrial de reserva, ou seja, pessoas que se dispõem a fornecer mão de obra a um preço irrisório, essas pessoas acabam desempregadas ou trabalhando como trabalhadores temporários, formando assim uma “lacuna”. Podemos também supor que a violência e a criminalidade aumentam, em decorrência da marginalidade dos migrantes.

Desta forma, o que desejamos dizer é que a mobilidade do trabalho tem como origem o processo espacial desigual e rege a forma da criação do capital e de seu crescimento. Está expressa na força de trabalho, no seu processo produtivo, na produção e circulação espacial e ocupacional, bem como na sua



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



[...] liberação que compreenderia a transformação do campesinato em trabalhadores assalariados rurais e urbanos quanto à constituição de camadas intermediárias. Configura-se, portanto, como fruto das estratégias de diversos agentes sociais, entre eles o Estado e as empresas, para moldar mercados de trabalho regionais (Gaudemar, 1977, p. 87).

Neste sentido, é muito importante reconhecer a existência dos processos socioespaciais de mobilidade, como origem do deslocamento. Portanto, é essencialmente necessário esclarecer antes de tudo, dadas as dificuldades sociais coexistentes, o seguinte esforço de analisar separadamente as causas da mobilidade, partindo de um exercício de caráter analítico, principalmente quando a causa é o trabalho. Conforme Thomaz Júnior (2018, p. 50), a atenção para a mobilidade do trabalho é importante “para atender às demandas do capital, quer pela atração, quer pela repulsão/expropriação/expulsão”. Diante disso, analisaremos um estudo específico sobre um município acreano de Plácido de Castro que possui uma relação dinâmica na sua fronteira internacional com a vila boliviana de Puerto Evo Morales.

A mobilidade e a precarização do trabalho do imigrante na fronteira internacional de Plácido de Castro, Acre-Brasil e Puerto Evo Morales, Pando-Bolívia

Plácido de Castro é um município do Estado do Acre “que foi criado em 10 de março de 1963 e recebeu esse nome em homenagem a José Plácido de Castro, que foi militar, líder da Revolução Acreana e, posteriormente, Presidente do Estado Independente do Acre” (PMPC, s/d apud Cardoso, 2022, p. 42). Em 2021, sua população era estimada em 20.147 habitantes (IBGE, 2021), porém com a divulgação do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023) sua população foi contabilizada em 16.560 habitantes, foi o único município acreano a ter um saldo de -649 da variação da população residente (pessoas) e uma taxa de crescimento de -0,32% (IBGE, 2023) em relação ao Censo Demográfico de 2010.

O município placidiano tem limite ao norte com Senador Guiomard, a leste com Acrelândia e oeste com Capixaba. Localiza-se na fronteira do Brasil



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



com a Bolívia e é porta de entrada para a vila Puerto Evo Morales (Cardoso, 2022, p. 43).

Em meados de 1980, com o asfaltamento da rodovia AC-40 que conecta Plácido de Castro à Rio Branco, a vila Puerto Evo Morales ainda não existia, mas sim um pequeno aglomerado chamado de Montevideo, à margem direita do Rio Abunã no município de Bella Flor (Cardoso, 2022), no perímetro do Departamento de Pando-Bolívia. Em Montevideo eram vendidas mercadorias dos mais variados tipos, desde o vestuário à portáteis eletrônicos.

Infelizmente, “em maio de 2007, um incêndio tomou conta da vila boliviana, que já possuía cerca de 60 lojas de palafitas, e acabou destruindo não apenas os produtos, mas também a moradia dos comerciantes” (Cardoso, 2022, p. 45). Ainda conforme a autora, uma nova vila foi estabelecida, agora na margem direita do Igarapé Rapirrã (Figura 1), recebeu o nome de Puerto Evo Morales em homenagem ao então presidente boliviano.



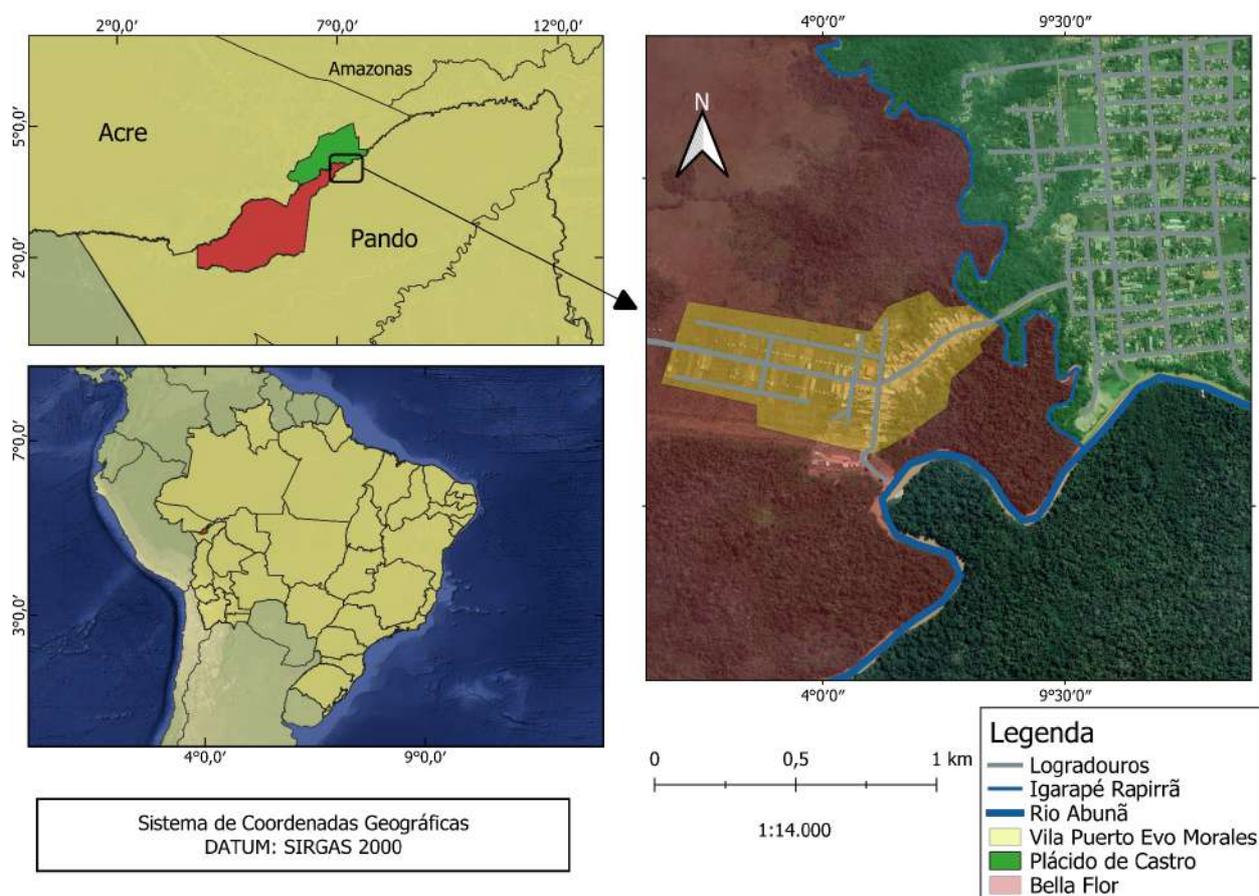
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 1 - Localização da Vila Puerto Evo Morales, Pando - Bolívia.



Fonte: Forest Gis / GADM Mapas e Dados / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE.

Elaboração: CARDOSO, Aldenise Oliveira.

O crescimento da vila boliviana proporcionou uma maior movimentação de clientes nas lojas, Cardoso (2022, p. 46) explica que

[...] os donos das lojas sentiram a necessidade de uma ajuda a mais com as vendas, serviços domésticos e outras atividades, considerando que as lojas geralmente estão situadas à frente de suas residências ou na própria, não é possível realizar a venda dos produtos e os serviços domésticos ao mesmo tempo. Por isso, é comum encontrar brasileiros trabalhando como vendedores, limpadores, cuidadores ou serviços gerais, realizando o movimento de ida e vinda, de casa para trabalho e para casa novamente todos os dias, o que acaba caracterizando o movimento pendular.

À medida que o mercado de trabalho muda, os indivíduos desempregados procuram outras formas de sobreviver. No específico estudo



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



sobre os placidianos, podemos presumir que os trabalhadores são solicitados a vender sua força de trabalho nas lojas de Puerto Evo Morales em razão da movimentação de clientes, pois sua população é de aproximadamente 721 habitantes de acordo com o último *Censo Nacional de Población y Vivienda* boliviano (INE, 2012), sendo consideravelmente menor do que a população do município de Plácido de Castro, sentindo assim a necessidade de mais força de trabalho.

Em contrapartida, os placidianos relatam que no município acreano citado é difícil conseguir um emprego e por isso acabam indo procurar trabalho em Puerto Evo Morales, uma trabalhadora diz que

[...] as pessoas que conseguem trabalhar na cidade (Plácido de Castro) são “os deles” e “são selecionadas”, é comum em municípios do interior a ocorrência das famosas “peixadas” onde um parente, amigo ou eleitor recebe preferência para ser chamado, isso mesmo, chamado para as vagas de emprego em estabelecimentos comerciais e principalmente em órgão públicos, sem qualquer existência de processo seletivo ou concurso público (Cardoso, 2022, p. 60).

Diante do exposto, fica explícito que os trabalhadores placidianos realizam o movimento de ir e vir todos os dias para a vila boliviana devido às dificuldades encontradas em conseguir trabalho em Plácido de Castro. Cabe aqui ressaltar que de acordo com Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho é essencial para a realização do funcionamento do capital, essa estratégia é constituída por um fator crítico, a busca pelo trabalho, ou como o mesmo diz, é a mercadoria que se desloca até o mercado, contribuindo e garantindo a valorização do capital. Portanto, considera as migrações como mobilidade forçada, pois ainda que todos os trabalhadores sejam livres dentro da sociedade atual, todos são obrigados a vender sua força de trabalho como forma de sobrevivência.

Desta maneira, Cardoso (2022) em seu estudo sobre os trabalhadores placidianos que vendem sua força de trabalho na vila boliviana de Puerto Evo Morales, relata que os trabalhadores ficam expostos e subordinados à vontade dos seus empregadores, são trabalhadores com idade entre 15 e 41 anos com jornada de trabalho que ultrapassam mais de 8 horas diárias, exercem múltiplas funções, “onde um único trabalhador realiza até 6



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



tipos de tarefas” (Cardoso, 2022, p. 62) , alguns sem direito a folga e com salário abaixo do mínimo recebendo entre 501 a 700 reais e com relatos de sujeição a algum tipo de ‘situação constrangedora’. Enquanto o salário médio para o empregado formal em Plácido de Castro no ano de 2021 era de 2 salários mínimos (IBGE, 2022), sendo que em 2021 o salário mínimo era de R\$1.100,00 (mil e cem reais) (Brasil, 2021a), ou seja, cerca de R\$2.200,00, portanto, os trabalhadores ganhavam entre 22,7% e 31,8% do valor recebido pelos trabalhadores formais do município acreano.

De acordo com o IBGE (2021), da população placidiana com idade para trabalhar, somente 1.021 pessoas estavam ocupadas, o que corresponde a cerca de 5,7% da população estimada para 2021. Na época em que a pesquisa de Cardoso (2022) foi realizada, segundo o IBGE (2021) a taxa de desemprego para o Acre no terceiro trimestre de 2021 era de 13,8% e no município de Plácido de Castro cerca de 30% da população com idade entre 15 e 44 anos estavam desocupadas. Ainda conforme o IBGE (2021), 45,2% da população sobreviviam mensalmente com até meio salário mínimo por pessoa. Vale ainda ressaltar que, para a população entre 15 e 49 anos, o setor que mais tinha pessoas trabalhando em Plácido de Castro era o de Serviços com 298 trabalhadores (Brasil, 2021b).

A necessidade de sobrevivência abre espaço para a precarização do trabalho vivo, o trabalhador deve fazer de tudo para permanecer no emprego e por isso acaba aceitando as condições precárias de trabalho e exigências impostas pelo patrão. No caso dos trabalhadores relatados acima, é possível identificar traços de precarização na quantidade de tarefas que precisam realizar em relação ao valor recebido pelo seu desgaste físico.

Com esse tipo de mobilidade do trabalho, a extração da mais valia em todos os seus âmbitos, envolve “a superexploração do trabalho pelo capital (que) se materializa na concentração da desgraça” (Alves, 2023, p. 12) do trabalhador. O trabalho passa a ser alienado, degradado, e expressivamente precarizado, ou seja, a mobilidade do trabalho pode ser caracterizada por “uma força de trabalho metamorfoseada em mercadoria” (Alves, 2014, p. 297).

Aos que tentam permanecer vendendo a sua força de trabalho em terras estrangeiras, acabam sofrendo com os preconceitos e em alguns casos



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



sendo culpabilizados pelos impasses econômico-financeiros. Findam preenchendo as vagas de baixíssima remuneração e que os “residentes nativos” se recusam em ocupar, que geralmente são funções extremamente perigosas e que beiram a escravidão.

Como expressa Antunes (2010, p. 636), é preciso pensar em outra forma de sociabilidade para além do capital, uma que possa resgatar os aspectos humanos e sociais da produção, “desestruturando o capital e, desta forma, gerando as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada [...]”.

Portanto, compactuamos com os escritos de Antunes (2010) no qual afirma que os princípios constitutivos centrais do trabalho devem ser compostos pelo sentido essencial da produção e da vida, não do lucro, pois a força do seu trabalho deve estar voltada para o atendimento das necessidades efetivas humanas e sociais. Assim, o exercício do trabalho deverá ser sinônimo de atividade livre, comportando o tempo disponível, mas que tenha o seu fundamento nas necessidades humano-sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a dinâmica da mobilidade espacial do trabalho está essencialmente ligada à formação do mercado mundial da força de trabalho e também está relacionada com a formação de exércitos de reserva impulsionados pelo desemprego. Com o enfraquecimento da regulação do trabalho e dos direitos trabalhistas, ocorre o aumento das atividades precárias, aumento da jornada de trabalho e do espaço produtivo, onde a própria vida do trabalhador é alienada ao seu trabalho. Assim, a mobilidade acompanha essa expansão espacial do capital, sendo a força de trabalho o seu único bem possuído e mercadoria que o dispersa pelo espaço, desumaniza e aprisiona o trabalhador.

Para o entendimento sobre mobilidade do trabalho podemos destacar neste contexto a migração na sua forma temporária, partindo da motivação do deslocamento em busca de trabalho. Quanto a esse trabalho como meio de sobrevivência, passa a ser caracterizado pela precariedade



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



devido à falta de oportunidade em seu lugar de origem por parte do trabalhador e pelo aproveitamento da força de trabalho por parte do empregador, que acaba desvalorizando e precarizando o trabalhador.

O não cumprimento da regulação do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, possibilitam a proliferação de atividades precárias, ocasionando no aumento da jornada de trabalho e do espaço produtivo de modo quase que natural, pois o trabalhador começa a pensar que a forma da venda da sua força de trabalho está correta, aliás, onde mais ele conseguiria “trabalho”. Neste contexto, não só o uso do tempo produtivo, mas como toda a vida do trabalhador fica condicionada ao seu modo de trabalho, pois o trabalhador acaba se submetendo a vender sua mão de obra em outro local que não é o seu país.

REFERÊNCIAS

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, da UNESP/Presidente Prudente, 2014.

ALVES, José. A AMAZÔNIA BRASILEIRA COMO A NOVA FRONTEIRA HIDROENERGÉTICA NO SÉCULO XXI: Degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica. **Geo UERJ**, [S. l.], n. 42, 2023. DOI: 10.12957/geouerj.2023.73484. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/73484>>. Acesso em: 2 out. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, p. 19-27, 2000.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Theomai**, n. 19, p. 47-57, 2009. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/artantunes.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social & Sociedade**, p. 632-636, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1213120>. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.158, de 2 de junho de 2021. Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021 e adota a Medida



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Provisória nº 1.021, de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 103-B, p. 01, 04 jun. 2021a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=601&pagina=1&data=04/06/2021&totalArquivos=10>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Análise dos Vínculos conforme Município, Faixa Etária e Setor, 2021b. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>> Acesso em: 30 nov. 2023.

CARDOSO, Aldenisse. O. **Movimento pendular entre Plácido de Castro, Acre - Brasil e Puerto Evo Morales, Pando - Bolívia**. Rio Branco, 2022. 69 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Geografia. Rio Branco, 2022.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial, 1977.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=34039&t=downloads>. Acesso em: 10 de mai. de 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/placido-de-castro/panorama>>. Acesso em: 12 de abr. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=resultados>. Acesso em: 28 nov. 2023.

INE, Instituto Nacional de Estadística del Estado Plurinacional de Bolivia. **Censo Nacional de Población y Vivienda 2012**. La Paz: INE, 2012. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/index.php/censos-y-banco-de-datos/censos/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – livro I. Tradução SANT'ANNA, Reginaldo. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 211-231, 2010.

PRIEB, Sérgio A. M.; CARCANHOLO, Reinaldo A. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital**: essência e aparência. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, p. 147-161, 2011.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



THOMAZ JR., Antonio. GEOGRAFIA DO TRABALHO POR INTEIRO.

PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, [S. l.], v. 19, n. 2, p.6-56, 2018. DOI: 10.33026/peg.v19i2.6000. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000>. Acesso em: 28 nov. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



QUANDO OS NÚMEROS FALAM OU EMUDECEM: SOMANDO O QUANTITATIVO NA ANÁLISE QUALITATIVA DA PESCA E AQUICULTURA

Eduardo Schiavone Cardoso¹

Resumo: O trabalho apresenta uma discussão sobre o uso de metodologias quantitativas na análise de dados qualitativos para a análise do setor de produção de pescado no Brasil e em termos mundiais. Busca desta forma construir ordens de grandeza para contextualizar os fatos e interpretações sobre a atividade pesqueira e aquícola, de modo a tratar contextos locais associados às conjunturas de escala global. Parte das bases de dados presentes em termos mundiais, fornecidos pela FAO através de seus relatórios bianuais e dos dados nacionais presentes nos relatórios oficiais de órgãos distintos, tais como o IBGE, IBAMA e MPA, cotejando com um estudo de caso sobre a pesca no município de São Sebastião – SP. Tem como intuito realizar a articulação entre as escalas e metodologias de análise e apresenta como resultado a perspectiva de integrar as possibilidades de análise (qualitativas-quantitativas) e o jogo escalar (local-nacional-global) na análise geográfica da produção do pescado.

Palavras chaves: Pesca; Pescadores; Aquicultura; Escala; Informação

Introdução

No trabalho com a atividade de produção do pescado, os dados oficiais brasileiros são defasados ou incompletos, dificultando as análises. Estas informações nos permitem apenas a construção de ordens de grandeza para o entendimento do setor pesqueiro e aquícola em seu comportamento temporal e espacial. Em termos mundiais, o informe bienal da Fundação das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, intitulado “El Estado Mundial de la Pesca e Acuicultura” compila os dados fornecidos pelos diversos países. Nesse caso as ausências ou presenças de informação dos países se amplificam para a análise global.

Ainda assim, a visão global e nacional sobre a atividade da pesca e da aquicultura é relevante no sentido de permitir nos aproximar das tendências mais gerais. Tais tendências se expressam em dados quantitativos, para os quais é necessário atentar, construindo um esboço sobre o qual as interpretações devem ser qualificadas, trazendo estudos mais detalhados de escalas de maior detalhamento.

¹Prof. Titular – Depto. de Geociências/PPGGEO – UFSM – email: educard2016@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



É nesse contexto que se constrói os objetivos do trabalho ora apresentado, que pretende: a) analisar as ordens de grandeza dos setores pesqueiros e aquícolas, nacional e global, buscando identificar suas tendências de comportamento no tempo e no espaço a partir das informações estatísticas disponíveis; b) cotejar estas informações com a análise de um estudo de caso referente ao município de São Sebastião- SP e; c) refletir sobre a articulação entre as metodologias e escalas de análise da pesca e aquicultura, destacando o que os dados quantitativos falam, ou emudecem, no entendimento destas realidades.

Metodologia

Os dados de análise, para estabelecimento das ordens de grandeza da atividade pesqueira e aquícola de escala global e nacional, são oriundos dos seguintes documentos: El Estado Mundial de la Pesca e Acuicultura (FAO, 2009, 2020), Estatística da Pesca – 1989 – V. 10 – números 1 e 2 (IBGE, 1991), Estatísticas da Pesca - 2001 (IBAMA, 2003), Estatística da Pesca - 2007 (IBAMA, 2007), Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Brasil – 2010, produzido pelo MPA - Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA, 2012) e Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP - 2012 (MPA, 2012a).

Afora estes documentos foram consultados os dados referentes à produção aquícola brasileira, computados pela Pesquisa Pecuária Municipal, a partir de 2013 e disponíveis na página oficial do IBGE, em seu banco de dados intitulado SIDRA.

Para o estudo de caso do município de São Sebastião – SP, foram empregados dados obtidos em trabalhos anteriores (ASSUMPÇÃO, CARDOSO e GIULIETTI, 1996; CARDOSO, 1996 e 2014), atualizados com as informações do programa de monitoramento da pesca realizado pelo Instituto de Pesca de São Paulo e disponibilizados no seu banco de dados on-line (INSTITUTO DE PESCA, 2023).

Foram tratados destacadamente os dados voltados aos campos da produção e trabalho nos setores pesqueiro e aquícola, de modo a contemplar os dois objetivos expostos anteriormente. Os dados trabalhados reportam-se especialmente a partir da década de 1980.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

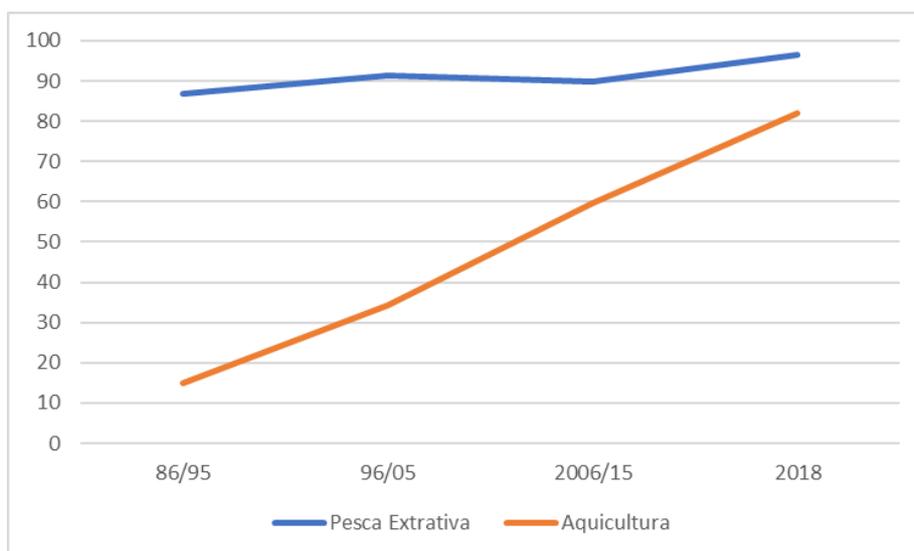


Desenvolvimento - as ordens de grandeza

A produção do pescado mundial em 2018 apontou para mais de 170 milhões de toneladas de pescado produzidos e pouco mais de um milhão de toneladas produzidas no Brasil, com uma diferença entre os setores extrativos e de cultivo. Enquanto os cultivos apresentam uma curva ascendente, a pesca extrativa oscila em patamares que vão de 90/95 milhões de toneladas mundiais e 700/800 mil toneladas no Brasil (Figuras 1 e 2).

A análise dos dados também trata da questão da possibilidade de reprodução da produção do pescado em termos ambientalmente duradouros, tendo em vista o nível de predação e impactos ambientais presentes na pesca extrativa e na aquicultura. Os relatórios da FAO apontam para a sustentabilidade e insustentabilidade dos recursos pesqueiros explorados, devendo ser objetos de análises mais acuradas (Figura 3).

FIGURA 1 – Evolução da produção pesqueira extrativa e da aquicultura mundiais (milhões de toneladas)



Fonte: FAO, 2020



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

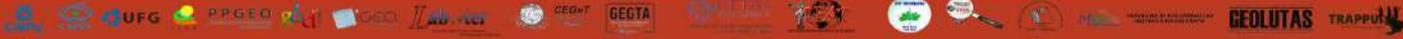
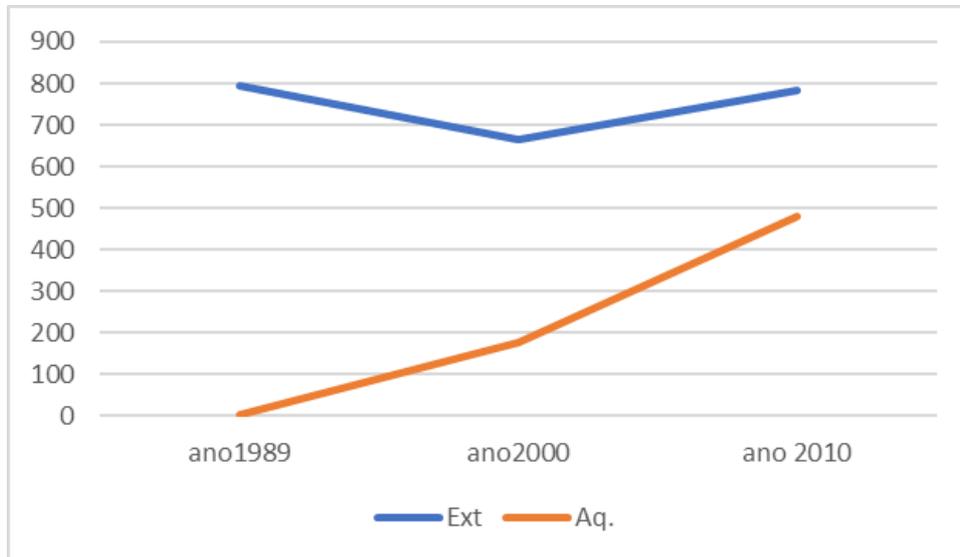
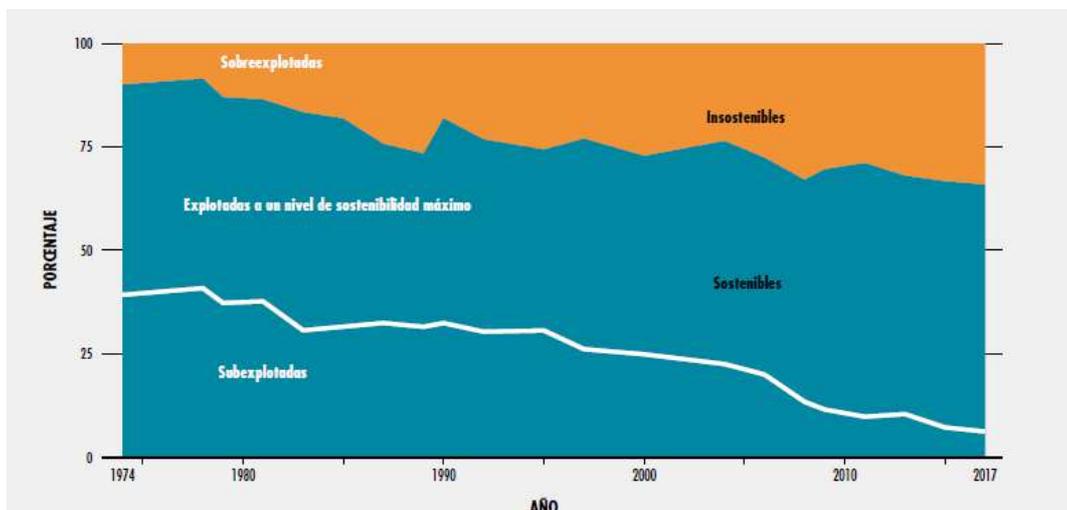


FIGURA 2 – Evolução da produção pesqueira extrativa e da aquicultura no Brasil (mil toneladas)



Fontes: IBGE, 1991; IBAMA, 2003; MPA, 2012

Figura 3 – Nível de exploração dos recursos pesqueiros mundiais



Fonte: FAO, 2020

Do ponto de vista do trabalho na produção de pescado, a ordem de grandeza é de 60 milhões de trabalhadores e trabalhadoras no mundo, sendo cerca de 2/3 referente aos pescadores e pescadoras e 1/3 aos aquicultores e aquicultoras. No Brasil cerca de 1 milhão de trabalhadores e trabalhadoras exercem a atividade pesqueira (Figuras 4, 5 e 6).



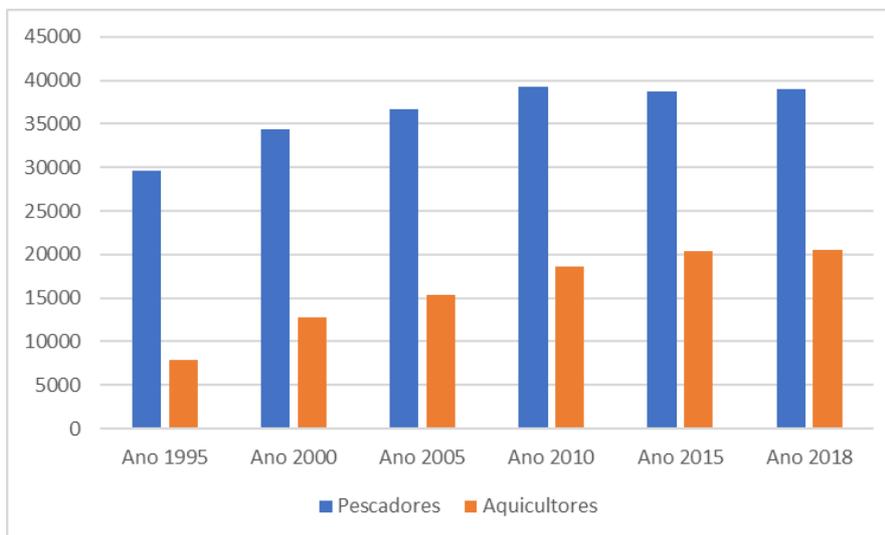
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

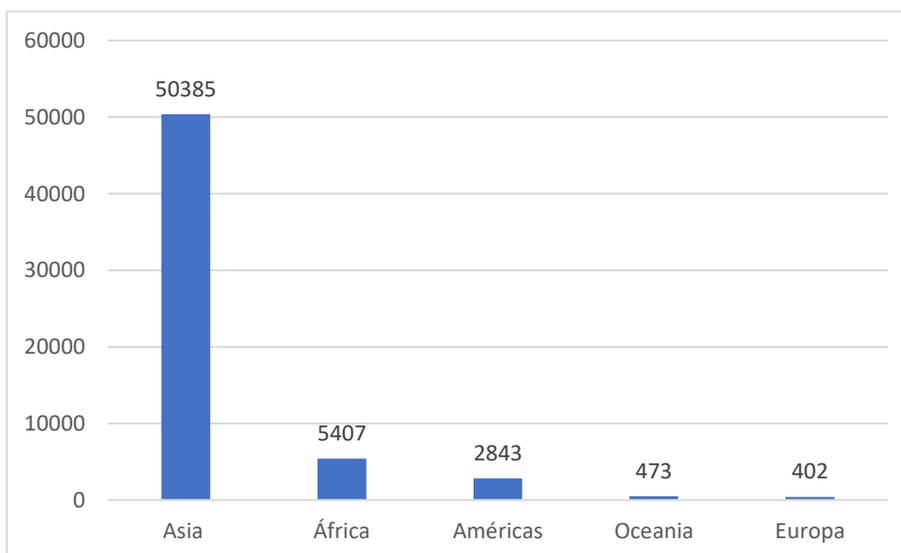


Figura 4 – Trabalhadores na pesca e aquicultura no mundo
(mil trabalhadores)



Fonte: FAO, 2020

Figura 5 – Trabalhadores na pesca e aquicultura no mundo, por continente
(mil trabalhadores)



Fonte: FAO, 2020



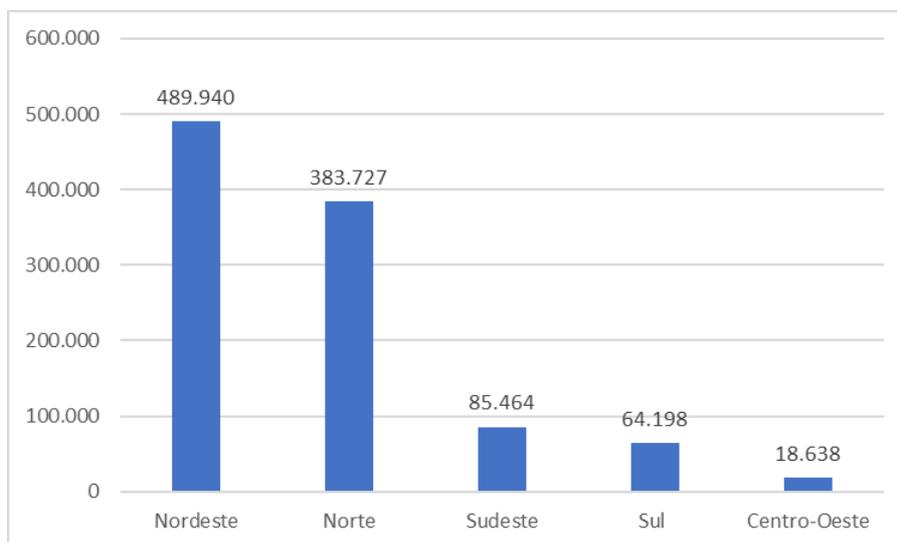
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 6 – Trabalhadores na pesca do Brasil por região



Fonte: MPA, 2012

Estes números podem ser amplificados se forem considerados o trabalho em toda cadeia produtiva da pesca extrativa e da aquicultura, além dos dependentes de cada trabalhador, demonstrando a importância que a produção do pescado assume na configuração das atividades produtivas em termos globais. Para além do emprego, a pesca e a aquicultura comportam modos de fazer e viver, que escapam aos números apresentados.

Os números relativos aos meios de produção – especialmente o tamanho das embarcações, indiretamente se associam com as modalidades de pesca de pequena e grande escala. Há um predomínio das pequenas embarcações no mundo, que podem denotar a prevalência da chamada pesca artesanal ou pesca de pequena escala.

No caso brasileiro predominam os pescadores artesanais em termos de trabalhadores, porém os dados mais recentes omitem sua produção, ainda que a pesca artesanal mostre sua vitalidade histórica, sua permanência e sua reprodução econômica e social. Esta questão será discutida a partir da análise da pesca no município de São Sebastião, localizado no litoral norte paulista.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



São Sebastião – um estudo de caso

O município de São Sebastião situa-se no litoral norte paulista, marcado pela presença da Serra do Mar. Apresenta um litoral recortado com os maciços costeiros mergulhando no mar e separando pequenas porções de praias e planícies costeiras ao longo de seu território, especialmente na chamada Costa Sul. A sede do município localiza-se defronte ao Canal de São Sebastião que separa o continente da ilha do mesmo nome, onde situa-se o município de Ilhabela (Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Localização e acesso do município de São Sebastião



Figura 8 – A configuração do município





AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Sinteticamente podemos considerar que a formação espacial do município a partir do século XX comportou a passagem de um espaço caracterizado pela pequena produção agrícola e pesqueira, para um espaço urbanizado, com estruturas industriais de grande porte e um forte incremento turístico. Em termos quantitativos, a população municipal passa de cerca de 6.000 habitantes em 1950 para 81.540 em 2022, aliada a um forte incremento dado à sazonalidade dos períodos de veraneio (IBGE, 1958 e 2023).

Em termos da atividade pesqueira verificam-se três momentos ao longo deste processo: um momento inicial de predomínio da produção de pequena escala e o estabelecimento dos circuitos comerciais do pescado – que predomina até os anos de 1960; a formação de um setor pesqueiro industrial – a partir da implantação da CONFRIIO ao longo dos anos de 1960 e 1980; e a retomada do predomínio de uma pesca de pequena escala, com distintos níveis de capitalização dos produtores - a partir de meados dos anos de 1980 (CARDOSO, 1996).

Estas formas de organização da atividade pesqueira municipal podem ser desvendadas a partir dos dados quantitativos. Em meados do século 20, a produção pesqueira girava em torno de 360 toneladas (IBGE, 1958). Nos anos de 1971 a 1974, alguns dos anos de operação da CONFRIIO, os desembarques alcançaram a faixa de 1500 toneladas (MENCIA-MORALES, 1976). Nas primeiras décadas do século XX, os desembarques situam-se na faixa de 500 toneladas (INSTITUTO DE PESCA, 2023).

Qualitativamente, os números revelam o quanto a pesca industrial foi efêmera no cenário municipal. Em duas décadas o setor industrial - fortemente subsidiado, se implantou, explorou e se esvai, deixando suas marcas de predação. A título de exemplo, a sede da grande indústria pesqueira dos anos de 1970, abriga um supermercado nos anos 2000.

Desvelam também a permanência, existência e resistência da pesca artesanal no município. Ainda que os montantes de produção tenham se reduzido diante dos anos de 1970 – com o fechamento da indústria pesqueira,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

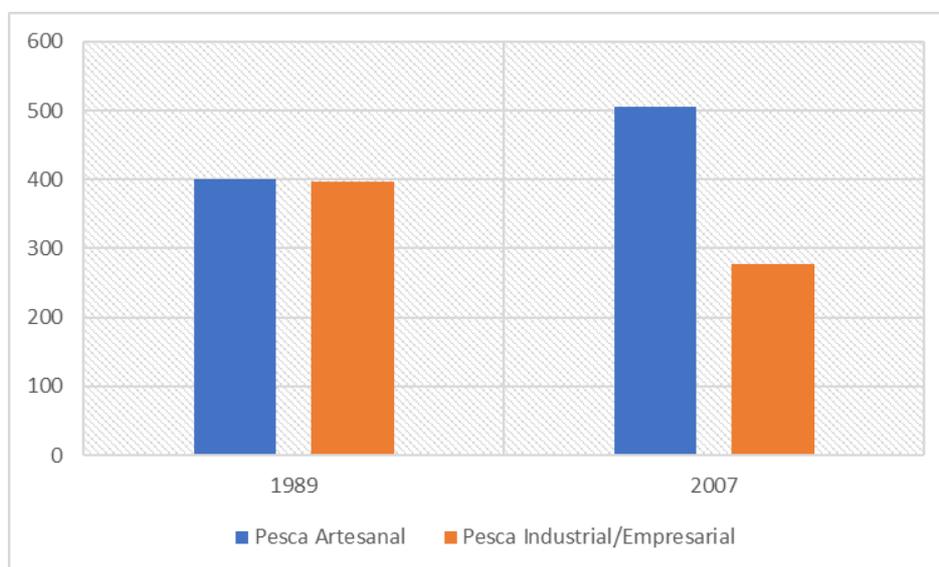
Realização:



os cerca de 500 pescadores artesanais sustentam a produção atual. A pesca artesanal, que era considerada primitiva e fadada ao desaparecimento, foi a que permaneceu no tempo. A pesca industrial moderna nos anos de 1970, durou cerca de 20 anos, depredando e se esvaindo.

Em termos nacionais a Figura 9 apresenta indícios desse processo. Nos anos de 1989, mesmo com a indústria pesqueira subsidiada, a pesca artesanal respondia pela metade da produção da pesca extrativa brasileira. No ano de 1997 a participação da pesca artesanal avança para quase 2/3 da produção extrativa de pescado nacional.

Figura 9 – Participação dos sistemas produtivos na pesca brasileira



Fonte: IBGE, 1991; IBAMA, 2007

Atualmente a pesca artesanal resiste e existe, em tensão com os setores da pesca industrial e aquicultura, reverberando a disputa no estabelecimento de prioridade de políticas públicas, de meios de financiamento, disputas ambientais e territoriais. Para além das disputas entre os setores de produção do pescado, a pesca artesanal também se defronta com os demais setores da produção econômica que impactam nos espaços, território e nos recursos da pesca. Frente a isto os pescadores se mobilizam e buscam as coalizões com os demais setores da sociedade na busca da garantia da sua produção e reprodução social.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Considerações

O trabalho trouxe a discussão do uso de dados quantitativos no entendimento dos processos qualitativos que envolvem o setor de produção do pescado. Com o estabelecimento de ordens de grandeza, os dados numéricos permitem contextualizar as análises sobre a pesca, especialmente a questão da produção e do trabalho dos pescadores artesanais.

Articulando as escalas de abordagem e permitindo vislumbrar processos de conjunto, o uso de dados quantitativos podem complementar as abordagens qualitativas, dirimindo a discussão sobre as dicotomias que permeiam o debate entre o uso de distintas metodologias.

Do ponto de vista do setor pesqueiro, os dados gerais atuais sobre o setor no Brasil estão emudecidos. Com relação à aquicultura eles falam através do IBGE, que passou a levantar as informações referentes à produção aquícola em meados dos anos de 2010.

Retomar a produção e divulgação da informação, torna-se assim um imperativo para que o direcionamento das ações voltadas à pesca e aquicultura sejam melhor iluminadas para o futuro.

Referências

ASSUMPÇÃO, Roberto, CARDOSO, Eduardo Schiavone, GIULIETTI, Nelson. Situação da pesca artesanal marítima no município de São Sebastião – SP. In **Informações Econômicas**. São Paulo: IEA, v. 26, n. 5, 1996, p. 19 – 18.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Pescadores, trabalho e geografia: uma aproximação de escalas, modalidades e embates presentes no trabalho pelas águas. In **Terra Livre**. São Paulo: AGB, ano 25, v. 2, n. 33, 2009, p. 31 - 46.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Vitoreiros e Monteiros: ilhéus do litoral norte paulista**. São Paulo: Dissertação de Mestrado – Geografia – FFLCH-USP, 1996.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Espaço e Pesca no Município de São Sebastião – SP. In **Revista Geoamazônia**. Belém, v. 2, n. 4, 2014, p. 91 – 107.

FAO. **El Estado Mundial de la Pesca e Acuicultura**. Roma: FAO, 2009.

FAO. **El Estado Mundial de la Pesca e Acuicultura**. Roma: FAO, 2020.

IBAMA. **Estatísticas da Pesca 2001**. Brasília: IBAMA/MMA, 2003.

IBAMA. **Estatística da Pesca 2007**. Brasília: IBAMA/MMA, 2007.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



IBGE. São Sebastião. In: **Enciclopédia dos Municípios**. Rio de Janeiro. V. XXX, 1958.

IBGE. **Estatística da Pesca – 1989**. Rio de Janeiro: IBGE, V. 10, números 1 e 2, 1991

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em <www.ibge.gov.br> acesso em 25 de outubro de 2021.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em <www.ibge.gov.br> acesso em 20 de setembro de 2023.

INSTITUTO DE PESCA. **Sistema ProPesqWeb**. Disponível em <www.propesq.pesca.sp.gov.br> acesso em 12 de setembro de 2023.

MENCIA-MORALES, Franciso. **Avaliação da indústria pesqueira de São Paulo**. Rio de Janeiro: PDP-SUDEPE, 1976.

MPA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Brasil – 2010**. Brasília: MPA, 2012.

MPA. **Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP – 2012**. Brasília: MPA, 2012a.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



OS EFEITOS TERRITORIAIS DA MINERAÇÃO NAS COMUNIDADES RURAIS DO SUDESTE GOIANO

¹Patrícia Francisca de Matos

RESUMO

A mineração no Brasil representa atualmente a base de um importante segmento da economia nacional. À medida em que os recursos minerais são empregados na produção de grande parte dos objetos de consumo, a mineração vai ganhando força ao mercado, consolidando grandes empreendimentos, modificando os usos do território, criando novas paisagens e novas formas de produção do espaço, gerando, portanto, efeitos socioambientais desastrosos, muitos, irreparáveis. É nesse cenário que o Estado de Goiás se consolida como um dos maiores produtores de minérios no Brasil, principalmente, cobre, cobalto, níquel, nióbio, fosfato e vermiculita. Na década de 1970, foi iniciado no Sudeste Goiano, nos municípios de Catalão e Ouvidor a exploração de nióbio e o fosfato. Desde então, as mineradoras passaram por diversas transformações para expandir as operações e o ritmo da extração mineral, promovendo, muitos efeitos territoriais.

Palavras Chaves: Território; mineração; Sudeste Goiano.

INTRODUÇÃO

A mineração no Brasil representa a base de um importante segmento da economia nacional. À medida em que os recursos minerais são empregados na produção de objetos de consumo, a mineração vai ganhando força ao mercado, consolidando grandes empreendimentos e modificando os usos do território. É nesse cenário que o Estado de Goiás se consolida como um dos maiores produtores de minérios no Brasil, principalmente, cobre, cobalto, níquel, nióbio, fosfato e vermiculita.

Na década de 1970, foi iniciado no Sudeste Goiano, nos municípios de Catalão e Ouvidor a exploração de nióbio e o fosfato. Desde então, as mineradoras passaram por diversas transformações para expandir as operações e o ritmo da extração mineral. O município de Ouvidor alcançou 7.200 habitantes em 2022, conforme dados do IBGE de 2022 e tem a mineração como principal pilar da economia. Já Catalão tem econômica diversificada, montadoras de veículos,

¹Docente da Universidade Federal de Catalão/UFCAT, Goiás, Brasil. e-mail: patriciafmatos@ufcat.edu.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



mineração e agropecuária. É a quinta economia do estado e a quinta cidade em industrialização. Na agropecuária ocupou a 7ª posição estadual, com destaque para o cultivo de soja, e no setor de serviços a 5ª posição. (IMB, 2020). No Censo de 2022, apresentou população de 114.427 pessoas.

Ainda que promova empregos, renda, a indústria mineradora está entre as atividades que mais geram efeitos socioeconômicos e ambientais em diversas escalas. Nos municípios em estudo, os efeitos e conflitos socioambientais ficaram visibilizados nas últimas duas décadas por conta de diversos fatores destacando-se: a intensificação da poluição do ar; a contaminação das águas; a degradação das paisagens locais/regionais; disputas entre mineradoras e proprietários no processo de desapropriação de terras para ampliação da exploração de minérios e/ou para deposição de rejeitos.

E as Comunidades adjacentes às mineradoras sofrem diretamente os efeitos da exploração mineral: econômicos com a ocupação de suas terras, diminuição, estagnação e impedimento da produção; sociais/culturais com a desestruturação das famílias, das relações de pertencimento das Comunidades com seu lugar e suas histórias e; ambientais com a poluição do ar, poluição sonora, contaminação da água e do solo e alteração drástica das paisagens com as barragens de rejeitos e *montanhas* de estéril criadas, artificialmente, entre outros.

Dessa forma, a pesquisa pretende mostrar os efeitos socioeconômicos e ambientais da mineração nas Comunidades rurais, principalmente as limítrofes dos complexos minerários que são drasticamente impactadas. Para o desenvolvimento da pesquisa, três etapas foram necessárias: pesquisa teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

DESENVOLVIMENTO

As áreas do Cerrado, após 1970 passou por modificações socioeconômica e ambiental, mediante a expansão de empreendimentos capitalistas que resultaram na modernização do território (agropecuária moderna, construção de hidroelétricas, exploração mineral), de forma distinta espacialmente, mas, seguindo a lógica de reprodução das necessidades do capital. À medida em que foram ocupando espaços, ocorreu a alteração dos usos de territórios, principalmente, no que se refere às formas



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de exploração dos recursos naturais, criando novas paisagens e novas formas de produção do espaço, desconsiderando as espacialidades e territorialidades existentes, gerando, portanto, efeitos socioambientais desastrosos, muitos, irreparáveis.

Malheiro e Cruz (2019) expressa reflexão em torno da racionalidade territorial dos grandes empreendimentos, afirmando que;

Ao se constituírem pelos signos da modernidade capitalista, expressam, em intensidade, concentração e centralização de capital, os modos mais violentos de expansão de relações capitalistas e, por isso, também expõem, em termos paradigmáticos, os limites de nossa democracia, uma vez que a racionalidade territorial desses megaempreendimentos (a geografia do des-envolvimento), para se realizar, solapa as condições de realização de outras geo-grafias de povos, grupos e comunidades. (p. 20).

Nos municípios de Catalão e Ouidor, esses efeitos ficaram visibilizados nas últimas duas décadas por conta do acirramento da poluição do ar, das águas, degradação das paisagens locais e em função dos desacordos entre mineradoras e proprietários no processo de desapropriação de terras para exploração de minérios ou depósito de rejeitos.

A territorialização das atividades mineroquímicas constituiu a desterritorialização de dezenas de famílias camponesas nas Comunidades adjacentes. Para Ferreira (2012) os efeitos na Comunidade Macaúba não se limitaram apenas às pessoas desterritorializadas, mas também, àquelas que permaneceram, porquanto estas têm de lidar com a perda de laços com as famílias que deixaram a Comunidade e com a redução da mão de obra. Ademais, houve o enfraquecimento das relações sociais, dos eventos festivos e religiosos, apesar da *(Re)Existência* das famílias que labutam, cotidianamente, para permanecerem nas Comunidades.

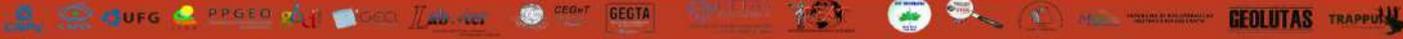
As mineroquímicas desapropriaram diversas propriedades nas Comunidades, fazendo com que muitas famílias se mudassem, o que modificou o percurso da história das Comunidades. Todavia, o processo de desterritorialização das propriedades nas comunidades não acabaram visto que, as mineradoras ainda estão negociando com muitos proprietários, a compra de áreas para as atividades de depósito de estéril. Na forma de resíduos de lama, os quais são despejados na barragem de contenção cuja



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



função é retê-los e sedimentá-los². O outro tipo de resíduo é sólido, sendo descartado, quais sejam as pilhas de estéril – material que não é minério e deve ser retirado para a exploração do minério. Esses dois tipos de rejeitos afetam diretamente os moradores. A barragem gera mau cheiro, poluição das águas do entorno da área, proliferação de insetos, bem como, causa insegurança à população que reside próxima ao empreendimento, devido à possibilidade de rompimento.

Este medo é nutrido pela memória do rompimento da barragem de rejeitos da antiga Fosfértil, em 2004³, atingindo áreas de influência dos Córregos Fundo, Garimpo e Gouveia, nos municípios de Catalão e Ouidor, e do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana (MG), causado pelo rompimento da barragem do Fundão, em novembro de 2015 e o rompimento da barragem de Brumadinho em 25 de janeiro de 2019, o maior em morte de pessoas.

Adiante um conjunto de imagens (Foto 1 e Imagem 1) que expressam as áreas usadas para destinação de estéreis que configuram montanhas de rejeitos, impactando as paisagens, mas, sobremaneira, as nascentes e cursos de água disponíveis. Muitas nascentes foram soterradas, drenadas e *envelopadas*.

² Para Klein (1996, p.44), “as barragens de rejeito representam o dano ambiental mais significativo provocado pelas minerações. As lagoas formadas apresentam trechos assoreados com material sílico-argiloso e magnetita proveniente do beneficiamento dos minérios em questão.”



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Foto 1: Comunidade Macaúba, Catalão (GO): vista parcial do depósito de rejeito



Autora: MATOS, P,F, 2023.

Imagem 1: Vista parcial do depósito de rejeito,2020.



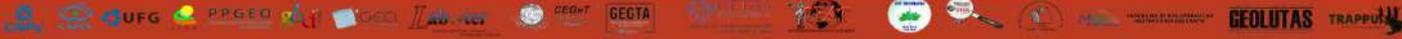
Fonte: Google, Earth, 2020.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



É evidente os interesses e os conflitos de disputas por territórios diante da apropriação do subsolo, da terra e da água pelas mineradoras. Conforme pesquisa realizadas por Matos, Mendonça e Serafim (2018) a percepção dos moradores da Comunidade Macaúba sobre os principais efeitos ambientais⁴ das mineradoras (água, poeira, poluição do ar e sonora), 92% dos entrevistados relataram que o maior problema é a diminuição da água, que resulta no secamento de nascentes e na redução da evasão de água destas e dos córregos. 70% reclamaram da poeira do depósito de rejeito; 40% da poluição do ar e 30%, da poluição sonora.

A redução de água ameaça as práticas agrícolas, notadamente, as hortaliças e lavouras, que necessitam de irrigação no período de inverno⁵. Desse modo, quem depende dessa produção como fonte de renda é enormemente prejudicando. Ademais, as atividades domésticas também ficam comprometidas, porque a água das cisternas diminui consideravelmente e, para que não acabe, é preciso economizar.

As nascentes têm um significado importante na organização da dinâmica da produção de cada propriedade, pois a relação terra e produção dos camponeses está fortemente ligada à água. Sem água em abundância, muitas atividades ficam inviabilizadas. A maioria das casas foi construída nas proximidades das fontes de água, portanto, conviver com a escassez de água mostra a insatisfação com os empreendimentos mineroquímicos.

Nas últimas duas décadas, as famílias vêm se deparando com a falta de água, em quantidade e qualidade, e com os rebatimentos na produção, quando se compara o quantitativo dos cultivos anteriormente produzidos com os que são atualmente.

Além dos impactos sociais e ambientais, tem sofrido com os processos de judicialização. A estratégia recente das mineradoras para se apropriarem das terras e demais recursos territoriais é judicializar as famílias e ao criminalizá-las, transformando em réus, destruindo as relações sociais de todas as formas (financeira, emocional, econômica, relações familiares etc.).

Mobilizam forças necessárias para desterritorializar pessoas sob o argumento da necessidade primeira de expandir os negócios da mineração. Mas a necessidade primeira não é a preservação da vida em toda a sua plenitude? E ainda é possível

⁴ Código da Mineração, Art. 47; XI – Evitar poluição do ar, ou da água, que possa resultar dos trabalhos da mineração.

⁵ Estiagem das chuvas (de maio a setembro) denominada de período da *seca*.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



mensurar, monetariamente, o lugar da Existência? O lugar em que desenvolveram todas as referências existenciais? Esse lugar tem preço? parece um contrassenso ações que não levam em conta essa premissa fundante e que estrutura a ciência do Direito e da Vida.

Importante mencionar, que no ano de 2017 a Mosaic Fertilizantes judicializou uma família na Comunidade Macaúba; o processo perdurou até o ano de 2023, ou seja, sete anos a família sem poder usufruir da propriedade. E Recentemente, em 2022, uma família da Comunidade Coqueiros, foi judicializada pela CMOC Brasil. Várias ações foram realizadas com o objetivo de chamar a atenção das autoridades competentes, desde a escala municipal, estadual e federal; Audiências Públicas, atos políticos, dezenas de reuniões, manifestações, Ações Civis Públicas (Ministério Público Estadual e Federal); denúncias na imprensa, entre outras ações (Figura 1).

Figura 1: Reportagem sobre protestos contra as mineradoras



Fonte: Jornal Opção, 2023⁶.

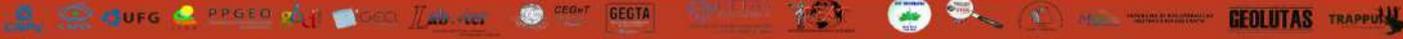
⁶ Link: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/mineradoras-sao-alvos-de-protestos-de-moradores-de-catalao-e-ouvidor-493285/>



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A mobilização dos camponeses, *trabalhadores da terra*, parlamentares comprometidos com a luta do povo brasileiro e demais apoiadores (Sindicatos dos Trabalhadores, Movimentos Sociais, Comissão Pastoral da Terra e outros) fez com que ocorressem alguns êxitos. Todavia nos últimos anos os problemas se agravaram e a situação já, complexa e degradante, em que se encontra dezenas de famílias piorou muito.

Em tempos pregressos estavam completamente subordinados à *vontade* e orientação das Empresas de Mineração. Apenas recentemente, despertaram para os seus direitos e iniciam um processo de organização coletiva na defesa de suas terras e de suas vidas.

Acerca do preço dos imóveis há que se considerar que os proprietários *não possuem terras para vender*, ou seja, não estão disponibilizando suas terras para o mercado. O que existe é a condição de “indenização compulsória” pois, para garantir o processo permanente de expansão das atividades minerárias, impõe-se sobre as Comunidades Camponesas a força do aparato estatal, mediado pelos interesses privados estrangeiros, sem nenhuma consideração para com as pessoas. Tampouco preocupam-se com as questões ambientais, que, assolam essa região há décadas e que causam efeitos territoriais (ambientais, sociais, econômicos, culturais) devastadores nas adjacências, inclusive na área urbana.

Qual é o projeto de expansão e quais propriedades serão atingidas? A ausência de informações, a ausência de transparência por parte das mineradoras causa medo, insegurança, adoecimento e transtornos diversos na maioria da população diretamente atingida.

Apesar dos transtornos (mensuráveis e imensuráveis) promovidos pelas mineradoras, especialmente nas duas últimas décadas, as famílias que permanecem nas Comunidades *(re)criam* elementos que materializam a sua permanência, *Existindo e (Re)Existindo*. Exemplo disso, propriedades que, mesmo “ilhada” pelas atividades mineroquímicas, produzem de forma agroecológica.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



CONSIDERAÇÕES

Quando se fala em mineração decorre o pensamento de progresso, em que municípios passam a ter um desenvolvimento econômico, pois a geração de emprego é o discurso que predomina, diante da quantidade de trabalhadores diretos e indiretos que são absorvidos na cadeia mineral.

Destarte, incita apreender que este cenário produtivo de exploração da terra, água e subsolo atende, efetivamente, uma proposta de crescimento econômico, o que demonstra as ações destrutivas das corporações capitalistas apoiadas pelo Estado. Diante disso, é necessário ações para mitigar os efeitos territoriais no campo e na cidade.

REFERÊNCIAS

ANM. **Arrecadação CFEM do Estado de Goiás**. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx. Acesso em 10 de jul. de 2022.

ARAÓZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante Editora, 2020.

ARAUJO, E. R.; SILVA, R. P. **Mineração no Brasil**: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: o passado e o presente. Rio de Janeiro: Évora, 2016, p. 65 – 88.

CHAVEIRO, E. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M.G et al. (Org.) **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 75- 97.

FERREIRA, A. P. da S. de O. **Territórios em conflito**: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFG – Campus Catalão, 2012. 174 f.

FERREIRA, J. **A mineração em unidades de conservação. Como não comprometer oportunidades futuras?**. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537538-pl-3682-propoe-modificacoes-no-snuc-e-impactara-diretamente-as-areas-protegidas-brasileiras-entrevista-especial-com-joyce-ferreira>>. Acesso em: 15 de jun./2017.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

HAESBAERT, R **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBRAM. Informações sobre a Economia Mineral Brasileira. (2020). 1ºed. Brasília: IBRAM, 2020.

MATOS, P, F. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 2011. 355f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. In: **Agricultura brasileira**: tendência, perspectivas e correlação de forças sociais. Brasília: Via Campesina, 2004. p. 20-32. (Caderno de formação).

PORTO GONÇALVES, W.P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A desordem do progresso. In: ARAÓZ, H. M. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante Editora, 2020, p.7 – 13.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M,; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10 ed. São Paulo: Record, 2008.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SEVÁ FILHO, A. O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.114-147.

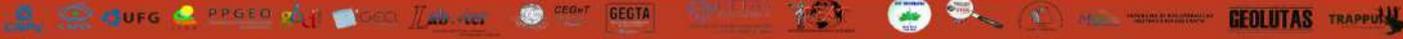
SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOGRAPHIA**, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 2002.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



VELÁSQUEZ, J, F, V. **Consolidación de la gran minería transnacional em latinoamérica.** Theomai, Buenos Aires/Argentina, número 25, p.46-57, 2012.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



GEOGRAFIA DO TRABALHO E MIGRAÇÃO: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE RIO BRANCO (AC)

Lucas Rodrigues Mendonça¹

José Alves²

Resumo

As migrações internacionais constituem uma dinâmica global de transformação da mobilidade do trabalho motivada pelos processos de industrialização, urbanização e novas morfologias do trabalho. Os fluxos migratórios contemporâneos têm sido impulsionados por um processo de redistribuição populacional e divisão do trabalho, e pela necessidade de mão de obra de países desenvolvidos e em desenvolvimento. A convergência do Brasil em destino para as migrações do Sul global e a consolidação do estado do Acre, na tríplice fronteira Peru, Bolívia e Brasil, como destino para as migrações internacionais na década de 2010 marcam essa nova etapa da mobilidade humana e do trabalho na Amazônia Sul-Occidental. Os estudos acerca do tema, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, nortearam a construção deste arcabouço teórico conceitual da primeira etapa da pesquisa Pibic Ufac no período de 2022/2023.

Palavras-chave: Migração Internacional; Mobilidade do trabalho; Tríplice fronteira Acreana; Amazônia.

Introdução

O presente texto aborda o recorte de uma pesquisa institucional mais ampla que tem como objetivo analisar a mobilidade do trabalho e as migrações internacionais na tríplice fronteira da Amazônia Sul Occidental entre Brasil, Bolívia e Peru. Tal pesquisa Pibic-Ufac está atrelada ao projeto institucional do orientador e continua a ser desenvolvida e nesta primeira fase dedicou-se ao levantamento bibliográfico e documental que resultaram no presente texto de fundamentação teórica e metodológica.

Por meio desse recorte da pesquisa institucional, buscamos compreender o papel do Estado do Acre e da capital Rio Branco na dinâmica dos fluxos migratórios e na inserção dos migrantes no mercado de trabalho no século XXI nesta porção da Amazônia

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Acre, Brasil. Bolsista Pibic/Ufac e Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) rodrigues.lucas@sou.ufac.br

² Professor dos Cursos de Graduação e Mestrado em Geografia na Universidade Federal do Acre. Tutor do grupo PET Geografia/Ufac e Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). jose.alves@ufac.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Sul Ocidental, bem como identificar a concentração de imigrantes precisando de ajuda humanitária neste corredor migratório.

Metodologia

Foi realizada a pesquisa bibliográfica com levantamento de livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos referente ao tema da pesquisa, tanto na biblioteca da Universidade Federal do Acre (UFAC) como em acervos de bibliotecas digitais, além de banco de periódicos da área. Migrantes; mobilidade do trabalho; geografia do trabalho; precarização do trabalho; imigração na Amazônia e imigrante no Acre foram os termos que nortearam as investigações.

O levantamento de dados secundários ocorreu a partir da leitura e análise de artigos científicos em revistas eletrônicas especializadas e também do Relatório Anual OBMigra (2021), que serviu como importante instrumento para a compreensão dos diferentes cenários das migrações internacionais no Brasil na segunda década do século XXI.

No primeiro momento, buscou-se construir um arcabouço teórico-conceitual acerca das migrações históricas, visando compreender as diferentes perspectivas e conceitos de migração, a partir de estudos do panorama histórico das migrações internacionais com a análise do estudo de Becker (1997) acerca do tema. Como base conceitual também nos respaldamos no estudo de Singer (1998) que discute a influência dos processos de industrialização e urbanização na mobilidade humana e do trabalho.

Ainda foram realizadas consultas às dissertações apresentadas ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre (Ppgeo-Ufac) e em periódicos eletrônicos como a Revista Pegada da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Tais consultas permitiram a construção da fundamentação teórica e a compreensão histórica e contemporânea das migrações internacionais e do mercado de trabalho para imigrantes no Brasil.

A participação em eventos como a “Semana do Migrante”, ocorrida entre os dias 18 e 25 de junho de 2023, a participação em grupos de discussão e pesquisa, como o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e a frequência às reuniões do



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Programa de Educação Tutorial da Geografia (PET) contribuíram para o debate do tema nesta primeira parte da pesquisa.

A construção de questionário para posterior aplicação junto aos imigrantes na cidade de Rio Branco, em locais de concentração e acolhimento, constituem ações do plano de trabalho para o segundo ano da pesquisa, referente o segundo semestre de 2023 e primeiro de 2024.

1. Principais fatores de migração históricos e contemporâneos

Segundo Oliveira (2006, p. 179) os fluxos migratórios correspondem a demanda por mão de obra dos países industrializados, geralmente desqualificada, sendo, portanto, barata e direcionada às funções de menor prestígio. Agricultura, construção civil, indústria têxtil, serviços domésticos e cuidados são as funções cuja presença de migrantes ocupando-as é de maior número.

Diversos motivos podem ocasionar um fenômeno migratório e influenciar a decisão de migrar para outro país. Conflitos armados, perseguições políticas, pobreza, opressão religiosa e a busca por melhoria na qualidade de vida são alguns dos fatores que influenciam na decisão de migrar.

Em seu estudo sobre migrações internas, Paul Singer (1998) discorrendo acerca dos processos de modernização e a introdução das relações capitalistas de produção no advento da industrialização e urbanização das cidades brasileiras, afirma que os fluxos migratórios ocorrem em decorrência de um processo histórico de mudança, caracterizando uma redistribuição espacial da população. Contudo, não podem ser entendidos como um processo espontâneo.

Os fluxos migratórios, segundo Singer (1997), são condicionados pelos mecanismos de mercado que criam incentivos para o deslocamento, neste caso do estudo, do campo à cidade. A industrialização e a urbanização são processos interligados que acarretam na transferência de atividades do campo à cidade. Esse movimento cria incentivos para o surgimento dos fluxos migratórios internos em um processo de êxodo rural (Singer, 1997, p. 36).

Portanto, a industrialização proporciona os chamados fatores de expulsão que, conforme Singer (1997), podem ser divididos em fatores de mudança, que são



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ocasionados pela expropriação de camponeses, parceiros e agricultores não proprietários e fatores de estagnação, que se apresentam “sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência de terra aproveitável como pela monopolização [da terra] pelos grandes proprietários” (Singer, 1997, p. 37).

Aliados aos fatores de expulsão, os fatores de atração das migrações internas do campo à cidade podem ser variados. Contudo, o principal fator de atração, segundo Singer (1997), é a necessidade por mão de obra nas indústrias e também pelo avanço dos serviços que são impulsionados pelo avanço da industrialização (Singer, 1997, 38).

Contudo, o sistema capitalista não dispõe, conforme o autor, de mecanismos que proporcionem o equilíbrio entre oferta e demanda por mão de obra. Portanto, com a intensificação dos fluxos migratórios internos do campo à cidade, aumentou também o número de trabalhadores desempregados. Esse cenário resultou em um processo de “migração de retorno”, em razão dos altos índices de mão de obra excedente e baixas expectativas de inserção no mercado de trabalho (Singer, 1997, p. 41-42).

De acordo com Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) uma das principais características da nova dinâmica global diz respeito a mobilidade humana. Impulsionados pelas transformações na economia global e pela divisão internacional do trabalho, os fluxos migratórios resultaram em diferentes diásporas que, por meio do processo de globalização, fortalecem o contato e preservam as relações de intercâmbio à distância entre indivíduos de um mesmo grupo (Haesbaert, Porto-Gonçalves, 2006, p. 92).

Os grandes fluxos migratórios internos e externos não representam, segundo Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 92), uma novidade do mundo contemporâneo. Diferentes fluxos migratórios compõem o que os autores definem como mundo moderno-colonial. Migrações africanas, com a vinda forçada de africanos escravizados para as Américas entre os séculos XVI e XVIII, principalmente para o Brasil e para sul dos Estados Unidos, bem como a migração europeia para as colônias do Sul no período colonial, especialmente para o Brasil, ocorreram ao longo da história e, portanto, não se trata de um fenômeno recente.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Segundo os autores, o que há de novo na mobilidade humana diz respeito a direção dos fluxos migratórios. Em princípio havia um predomínio de fluxos Norte-Sul, convergindo em outros momentos para o sentido Sul-Norte e mais recentemente, após a década de 2010, um predomínio de fluxos migratórios no sentido Sul-Sul, vindo de países africanos e caribenhos e também entre países fronteiriços. Como é o caso das migrações haitiana, venezuelana e senegalesa para o Brasil (Haesbaert, Porto-Gonçalves, 2006, p. 93).

Proporcionado pelas novas tecnologias e pelo processo de globalização, o fortalecimento das diásporas tem sido cada vez maior no que diz respeito às relações econômicas, sociais e culturais à distância entre indivíduos de uma mesma nacionalidade. Segundo Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) grande parte da economia de países subdesenvolvidos e de emigração são movidas por meio de recursos advindos de migrantes em países desenvolvidos (Haesbaert, Porto-Gonçalves, 2006, 93).

De acordo com Chivallon *apud* Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) o que constitui e preserva os laços comunitários fundamentais nas diásporas é a própria dispersão dos indivíduos ao redor do globo. Tal cenário gera uma espécie de conscientização do indivíduo ou do grupo acerca de sua condição em determinado território, fazendo com que se busque preservar os laços e as memórias através das redes de contato e das relações sociais, culturais e econômicas (Haesbaert Porto-Gonçalves, 2006, p. 97).

Portanto, a combinação desses diferentes fatores sociais, políticos e culturais combinados às relações entre membros de um mesmo grupo resultam em novos processos de desterritorialização e reterritorialização, ou, segundo Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 97) em múltiplas territorialidades. Como exemplificam os autores, os chamados *Chinatowns* e *Coreatowns* ou mesmo bairros como o Bairro da Liberdade em São Paulo, reduto da comunidade japonesa no Brasil, são reflexos desse processo.

2. Panorama histórico das migrações internas e internacionais

Também buscamos bibliografias e fontes de dados secundários cuja relação com o objeto de pesquisa do projeto tivesse maior similaridade. Neste caso, buscou-se artigos em periódicos científicos a fim de obter de fontes seguras, um panorama mais



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



amplo do que se tem produzido acerca da mobilidade humana e do trabalho nas fronteiras do Brasil, em especial a tríplice fronteira da Amazônia Sul-ocidental.

Analisando o artigo “A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil, Colômbia” de autoria de Márcia Maria de Oliveira (2006), um recorte de um projeto de maior amplitude em desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), foi possível identificar as condições de vida e trabalho naquela região fronteira.

O artigo tem como objetivo a apresentação de aspectos pertinentes acerca dos fluxos migratórios e da realidade que compõe a tríplice fronteira Peru, Brasil e Colômbia. O artigo busca apresentar também os diversos motivos que ocasionam os fluxos migratórios.

Segundo Oliveira (2006) nas décadas de 1980 e 1990, notou-se um crescimento no fluxo migratório da América Latina rumo a América do Norte, em especial aos Estados Unidos e ao Canadá. Os processos migratórios são motivados por fatores econômicos, sociais, políticos, fatores climáticos e também pela falta de apoio por meio de redes de proteção. O século XX foi marcado por fluxos migratórios Norte-Sul a nível nacional e internacional. Em escala nacional, a migração nordestina rumo às regiões Sul e Sudeste do país em razão do desenvolvimento industrial marca o período pós-guerra, após a década de 1950.

No final do século XX, conforme Becker (1997), inicia-se um movimento que se opõe ao padrão migratório até então corrente. No Brasil, observou-se um processo de migração de retorno para o Nordeste brasileiro. Nesse sentido, a migração passa do sentido Norte-Sul para o oposto, Sul-Norte, motivados pela intensificação e aumento do número de trabalhadores desempregados. Segundo Becker (1997) “intensificou-se o assalariamento temporário nas áreas de fronteira”. Além dos fluxos migratórios Sul-Norte, atualmente os fluxos Sul-Sul, como é o caso das migrações entre países vizinhos na América do Sul, têm representado essa nova dinâmica migratória do final do século XX e início do século XXI.

Contudo, a política brasileira de migração tem se mostrado ineficaz quando se refere ao amparo aos migrantes que adentram em território nacional frente as exigências que têm apresentado acerca do tratamento de migrantes brasileiros em



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



acabou conservando termos e classificações que reforçam os estereótipos acerca do migrante.

Segundo Oliveira (2006) o próprio termo “estrangeiro” presente nos projetos de reformulação no início dos anos 2000, presente também na Nova Lei de Migração aprovada em 2017, ajuda a reforçar o distanciamento entre os nacionais e os imigrantes. A terminologia utilizada para se referir aos imigrantes revela a presença do “novo” ou do “estranho”. Sendo o imigrante, portanto, alvo de diferentes formas de discriminação (Oliveira, 2006, p. 184).

Notou-se durante a análise do artigo de Oliveira (2006) que houve uma transferência de preconceitos, xenofobia e racismo para os migrantes internacionais que adentram em território nacional. No Brasil, os fluxos migratórios da região Nordeste do país rumo as regiões Sul e Sudeste ocasionaram diversos conflitos e a instauração de uma atitude xenófoba para com os migrantes. Com a chegada dos migrantes internacionais ao país, os ataques antes dirigidos à migração interna recaem agora sobre os ombros dos migrantes internacionais.

Conforme apresentado por Oliveira (2006, p. 187), a tríplice fronteira tem se apresentado com local de permanência e também como corredor migratório rumo a diferentes direções, servindo de porta de entrada para os imigrantes. Contudo, esse cenário varia de país para país e são condicionados por fatores sociais, políticos e também econômicos.

De acordo com Saladini (2011), o número de imigrantes latino-americanos vivendo na cidade de São Paulo chegava a 700 mil em 2005, sendo 40% desses indivíduos vivendo ilegalmente. Na cidade de Manaus, grande parte dos imigrantes peruanos encontram-se vivendo ilegalmente na capital amazonense. Esses migrantes são submetidos ao trabalho informal e estão sujeitos às precárias condições de trabalho e exploração. Com receio de serem denunciados por conta de sua condição indocumentada no país, esses migrantes se veem impedidos de denunciarem os empregadores e, portanto, compõe um cenário de exploração e precarização do trabalho.

Como parte da pesquisa bibliográfica, dedicamo-nos a leitura e análise crítica do capítulo intitulado “Mobilidade Espacial da População: Conceitos, tipologias e



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



conceitos” de Olga Maria Schild Becker (1997), que compõe o livro “Explorações Geográficas”, obra construída em parceria com diversos autores, tais como Roberto Lobato Corrêa e Paulo César da Costa Gomes.

A produção analisada tem como objetivo a discussão da mobilidade humana, dando ênfase aos processos históricos que influenciaram os diferentes tipos de fluxos migratórios que ocorreram ao longo da história e, especialmente, a nova dinâmica dos fluxos migratórios no século XX.

A discussão levantada por Becker (1997) ao longo do capítulo traz diversos pontos importantes. A mobilidade humana, as diferentes concepções sobre migração, as visões Neoclássica e Neomarxista, deram a discussão contrastes que permitem a formulação de hipóteses acerca das diferentes escalas de análise do processo migratório.

Segundo a autora, o fenômeno migratório possui diferentes níveis de explicação, isso faz com que seja necessário um maior critério na seleção da escala de análise utilizada. Podendo variar de uma escala internacional a uma microrregional e local.

Por meio da análise da obra, é possível compreender os padrões de migração por meio da comparação das diversas obras acerca do tema. Para entender os diversos fatores que condicionam os fluxos migratórios e que dão dinâmica a mobilidade humana, é necessário que se leve em consideração o contexto histórico que ocorrem esses movimentos.

As migrações internacionais e o processo de globalização dão aos fluxos migratórios uma nova dinâmica que devido a intensificação de sua ocorrência, além dos fatores econômicos e sociais, como discutido por alguns autores, ganha também contrastes políticos.

Isso faz com que os processos migratórios e o próprio migrante tornem-se elementos fundamentais no planejamento estatal de políticas públicas que têm o objetivo de defender os interesses dos países que recebem esses indivíduos e também para a construção de um aparato social que objetiva auxiliar esses movimentos migratórios.

Segundo Becker (1997) ao desenvolver qualquer estudo acerca da mobilidade humana e dos fluxos migratórios, é fundamental a escolha e a seleção da escala de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



análise que mais se adequa aos objetivos que se tem para cada estudo. A discussão a partir das diversas concepções permite que se tire conclusões mais fundamentadas e com maior relevância científica no que diz respeito ao tema trabalhado.

Segundo Becker (1997) a mobilidade humana foi por muito tempo objeto de diferentes interpretações. Até meados do século XX, a autora afirma que a dinâmica dos fluxos migratórios era analisada a partir de uma visão neoclássica reducionista que imputava aos sujeitos individuais a decisão de migrar de um local para outro e não a condicionantes socioeconômicos externos. (Becker, 1997, p. 323)

A partir da década de 1970, conforme Becker (1997), os estudos relacionados a dinâmica migratória passam a ser compreendidos a partir de um outro prisma, dessa vez neomarxista. Portanto, a migração passa a ser vislumbrada não mais como um ato individual, soberano, mas como a mobilidade humana e do trabalho condicionada pelas necessidades do capital. A mobilidade da força de trabalho e, conseqüentemente, do trabalhador migrante, sob esta ótica, estão submetidos ao modo de produção capitalista. (Becker, 1997, p. 324)

Os fluxos migratórios são movimentos historicamente condicionados por diversos fatores. Compreender os conceitos, padrões e transformações dos fluxos migratórios ao longo da história tem sido de fundamental importância para compreendermos o cenário encontrado em Rio Branco/Ac, no que se refere às migrações na tríplice fronteira Peru-Brasil-Bolívia.

3. O Brasil como destino das migrações internacionais do Sul global

O Relatório Anual do Observatório das migrações internacionais de 2021 (OBMigra, 2021) trata de um documento fruto da parceria do Observatório com diversas instituições governamentais e tem como objetivo apresentar uma análise da década de 2010 (2011-2020) no que se refere a dinâmica dos fluxos migratórios e a mobilidade do trabalho no Brasil a partir desses fluxos.

Segundo o Relatório Anual OBMigra (2021) a conversão do Brasil em destino para as migrações do Sul global ocorreu em razão de diversos fatores. A redução das migrações Sul-Norte, como é o caso da emigração brasileira, mexicana e africana para os Estados Unidos e Europa e, conseqüentemente, o surgimento de fluxos Sul-Sul, com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



a vinda de imigrantes do Haiti para o Brasil, marcam a nova dinâmica migratória do século XXI (Cavalcanti, 2021, p. 8).

O endurecimento das políticas migratórias dos países do Norte, como os Estados Unidos e o Canadá na América, e países como a França, Alemanha e Inglaterra na Europa culminaram na convergência desses fluxos para o Sul Global. Os acordos multilaterais, como o caso do Mercosul, as novas políticas de migração mais flexíveis do Brasil na década de 2010, indo na contramão dos países do Norte, e o crescimento econômico decorrente dos eventos globais sediados pelo Brasil, como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, tornaram o país destino de fluxos migratórios de diferentes nacionalidades na primeira metade da década (Cavalcanti, 2021, p. 9).

Segundo Cavalcanti (2021) a primeira metade da década de 2010 (2011-2015) foi marcada pela pluralidade de nacionalidades dos fluxos migratórios em direção ao Brasil. Senegaleses, haitianos, congolezes, sul-americanos, etc., compõem as principais nacionalidades dos fluxos migratórios do Sul Global em direção ao Brasil.

Conforme dados do Relatório OBMigra (2021) a intensificação dos fluxos migratórios que adentram o país na última década tem destaque principalmente entre os anos de 2011 a 2015, anos que concentraram os maiores números de imigrantes que ingressaram no Brasil. A tabela 1 a seguir apresenta o número de imigrantes por classificação, segundo os principais países de nascimento, tendo como destaque os fluxos migratórios de Venezuelanos e Haitianos.

Tabela 01: Número de imigrantes por classificação, segundo principais países de nascimento - Brasil, 2011 - 2020

Principais países	TOTAL		Total
	Residentes	Temporários	
TOTAL	265.408	706.398	971.806
VENEZUELA	8.933	163.373	172.306
HAITI	99.669	49.416	149.085
BOLÍVIA	3.540	52.100	55.640
COLÔMBIA	2.727	51.075	53.802
ESTADOS UNIDOS	5.420	32.295	37.715
CHINA	19.312	16.278	35.590



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ARGENTINA	2.212	25.392	27.604
CUBA	5.464	20.128	25.592
FRANÇA	6.026	18.593	24.619
PERU	2.044	21.484	23.528
PORTUGAL	11.406	11.479	22.885
ITÁLIA	8.901	12.590	21.491
PARAGUAI	3.408	17.237	20.645
ESPANHA	6.123	13.505	19.628
FILIPINAS	372	18.738	19.110
ALEMANHA	3.560	15.460	19.020
URUGUAI	10.448	7.532	17.980
ÍNDIA	970	15.648	16.618
JAPÃO	4.234	10.088	14.322
MÉXICO	1.667	11.259	12.926
Outros países	58.972	122.728	181.700

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal – SisMigra, 2020.

Nota (*) A categoria “Residentes” inclui as antigas classificações permanentes, asilados, outros e provisórios.

Contudo, na segunda metade da década a pluralidade diminui e os haitianos e venezuelanos passam a ser os principais responsáveis pelos fluxos migratórios e pela consolidação do Brasil como destino migratório. O terremoto ocorrido no Haiti no início de 2010 e a crise política, social e econômica vivida na Venezuela representa os principais fatores de emigração desses países em direção ao Brasil (Cavalcanti, 2021, p. 14).

4. A inserção laboral do migrante no Brasil

Segundo dados do Relatório Anual OBMigra (2021), o número de migrantes em situação de trabalho formal triplicou entre 2011 e 2020, saindo da casa dos 60 mil para aproximadamente 180 mil ao final da década. Contudo, diferentemente dos fluxos migratórios do final do século XIX e início do século XX, que tinham como destino ocupações ligadas às atividades agrícolas, principalmente a do café, as atividades ocupadas pelos imigrantes a partir da década de 2010 passaram a ser ocupações ligadas ao corte e abate em frigoríficos (Cavalcanti, 2021, p. 15).

Em princípio, uma das características que marcam o fenômeno migratório no Brasil é a mobilidade do trabalho. Segundo Sayad (1998) *apud* Jesus (2022), o deslocamento intermunicipal e interestadual tem sido uma característica da migração



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



haitiana no Brasil. Esse fenômeno ocorre devido ao surgimento do chamado “trabalho feito para migrantes”, trabalho este que tem se apresentado como requisito fundamental para a aceitação do migrante no país. Contudo, trata-se de uma aceitação condicionada pela necessidade de mão de obra e, portanto, quando não há mais a necessidade, essa permanência torna-se descartável e revogável.

Notou-se que os migrantes haitianos que se encontravam no Estado do Mato Grosso do Sul, tiveram como porta de entrada em território nacional os estados da região Norte do Brasil, dentre os quais está o estado do Acre. Localizado na tríplice fronteira Brasil, Bolívia e Peru, o Acre se estabeleceu, nessa última década, como porta de entrada para esses fluxos migratórios do Sul Global (Medina, 2022, p. 76).

Segundo Oliveira (2006), em seu estudo acerca da mobilidade humana, na primeira metade dos anos 2000, a tríplice fronteira Peru – Brasil – Colômbia se apresentou como local de entrada, saída e também de permanência. O caminho traçado pelos imigrantes pode variar em decorrência da influência de fatores políticos, sociais e econômicos. A partir desses fatores, os migrantes se deslocam nos três sentidos, sendo as cidades de Santa Rosa e Letícia, no Peru e Colômbia, respectivamente, e a cidade de Tabatinga no Brasil, as áreas de maior atividade migratória. Contudo, a maior parte do fluxo migratório converge para o lado brasileiro da tríplice fronteira.

Segundo Morais, Alves e Bonfati (2020) essa rota pela tríplice fronteira Colômbia, Peru e Brasil, representou, em um primeiro momento, a primeira porta de entrada de imigrantes haitianos no Brasil. Contudo, tal rota não se consolidou em razão das dificuldades de mobilidade por conta da geografia daquela região. A distância entre as cidades e a falta de apoio e assistência a esses imigrantes fizeram com que essa rota não se firmasse.

Emerge então a tríplice fronteira Peru, Bolívia e Brasil como a principal porta de entrada de imigrantes haitianos, senegaleses e venezuelanos no Brasil. Os municípios de Brasileia, Assis Brasil e Epitaciolândia receberam os principais fluxos de imigrantes na década de 2010. Os anos de 2013, 2014 e 2015 concentraram os maiores números de imigrantes adentrando o Brasil por meio desta fronteira, 10.779, 14.333 e 9.011, respectivamente (Morais, Alves e Bonfati, 2020, p. 1277).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O Acre caracteriza-se como um corredor migratório, pois não há altos índices de permanência de migrantes no território estadual. Em geral, os movimentos migratórios haitianos utilizaram o estado do Acre para adentrar no Brasil e, posteriormente, se deslocam para as demais regiões do país, principalmente as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, como é o caso dos migrantes do Mato Grosso do Sul (Medina, 2022, p. 75).

Segundo Jesus (2022), constatou-se o surgimento de um mercado de trabalho na região Centro-Oeste do país, direcionado a mão-de-obra migrante, principalmente aos migrantes de países de economias mais fragilizadas, como caribenhos, sul-americanos e africanos. Este mercado caracteriza-se por vagas de emprego em funções mais pesadas na divisão do trabalho e tem como destaque o trabalho na agroindústria da carne, em especial nos frigoríficos do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Na pesquisa desenvolvida por Jesus (2022), que trata do mercado de trabalho formal para migrantes haitianos no Mato Grosso do Sul, os postos de trabalho ocupados pelos imigrantes apresentam-se como as funções com menor remuneração e maior exigência física. Portanto, devido aos baixos salários, os migrantes tendem a sujeitar-se a extensas jornadas de trabalho, como a realização de horas extras, a fim de aumentarem, ainda que minimamente, a sua renda, resultando em diversos problemas de saúde que se tornaram comum aos migrantes que atuam na agroindústria da carne.

Segundo a pesquisa citada, a mão de obra migrante na agroindústria da carne passou de 0,1% em 2011, para 4%, em 2019, alcançado o número de 20.000 postos de trabalho. Contudo, há ainda que se mencionar os migrantes que não estão inseridos no mercado de trabalho formal e, portanto, submetem-se a contratações temporárias, cuja duração é bem curta. Voltando, ao término do acordo, a situação de desemprego.

Segundo Jesus (2022) por se tratar de postos de trabalho precários, cujo esforço físico e mental caracterizam o dia a dia nesses locais, é comum, principalmente na agroindústria da carne, esse mercado ser marcado pela alta rotatividade de trabalhadores que, apesar dos esforços, não conseguem permanecer por muito tempo devido as consequências do exercício das atividades na saúde dos migrantes. Esse cenário aumentou o número de denúncias de exploração do trabalho e fez com que



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



somente a empresa Frango Bello fosse alvo de 27 ações trabalhistas alegando irregularidades de pagamento e condições de trabalho.

Segundo o Relatório Anual (2021) do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) que apresenta uma análise detalhada da década de 2010 (2011-2020), esse decênio representou um período de intensificação do fluxo migratório haitiano rumo ao Brasil e marca um período de aumento das contratações de mão de obra estrangeira no mercado de trabalho formal brasileiro. Contudo, o aumento das contratações também fez crescer o número de denúncias no ocorrências no Ministério Público do Trabalho em decorrência das precárias condições de trabalho encontrada por esses indivíduos.

Somados às precárias condições de trabalho e os baixos salários, o mercado de trabalho brasileiro apresenta-se como uma estrutura sexual e racialmente hierarquizada. E, portanto, de extrema disparidade e, sobretudo, de precarização. Aos negros e mulheres destinam-se as funções de menor remuneração e maior exigência física. Aos migrantes, soma-se ainda o fato de ser migrante, tornando ainda mais difícil a vida desses indivíduos (Jesus, 2022, p. 28).

Considerações Finais

Durante as investigações, notamos que há uma carência de dados quantitativos referentes aos números de imigrantes legais e ilegais que vivem na tríplice fronteira da Amazônia Sul-ocidental, dificultando, assim, o desenvolvimento de ações que possam auxiliar esses indivíduos.

Por conta da burocrática política de migração do Brasil, torna-se ainda mais difícil contabilizar e sistematizar o número de imigrantes vivendo nas zonas de fronteira do estado do Acre. O risco de deportação tem sido o principal fator que contribui para o não estreitamento das relações entre os órgãos reguladores e os migrantes.

Portanto, a investigação tem se empenhado em compreender a dinâmica desses fluxos migratórios e a concentração de imigrantes nos corredores migratórios da tríplice fronteira Peru-Brasil-Bolívia, em especial na capital do estado do Acre, Rio Branco, a fim de identificar as necessidades de proteção, assistência e políticas públicas que possam auxiliar esses indivíduos.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A consulta a diferentes obras tem contribuído substancialmente para o aprofundamento do entendimento e debate acerca dos conceitos de migração, bem como dos fluxos migratórios ao longo da história e, especialmente, nas últimas décadas.

A análise do Relatório Anual (2021) do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) foi de fundamental importância para a compreensão da dinâmica dos fluxos migratórios no último decênio no Brasil e no estado do Acre, em especial a capital Rio Branco.

Por meio das leituras, observamos diferentes cenários no que diz respeito às migrações internacionais e qual tem sido o papel da tríplice fronteira Peru-Brasil-Bolívia, especialmente Rio Branco, na dinâmica dos fluxos migratórios. A compreensão desse fenômeno é de fundamental importância para o entendimento das relações, em diferentes escalas, dos fluxos migratórios.

Em vista disso, compreendemos que a pesquisa bibliográfica realizada até então contribuiu grandemente para a construção do arcabouço teórico e conceitual necessários para as ações futuras do desenvolvimento da investigação. As diferentes concepções e panoramas encontrados ao longo das leituras habilitou-nos para os possíveis cenários que serão encontrados nas fases seguintes da pesquisa, além de fornecer informações para ações comparativas entre os casos analisados.

Dedicaremos os próximos meses às entrevistas e aplicação de questionários junto a imigrantes em postos de concentração e acolhimento na cidade de Rio Branco. Por meio das entrevistas e sistematização dos dados obtidos, buscaremos identificar as condições nas quais se encontram esses migrantes no que se refere às políticas de assistência social e jurídica oferecidas durante o processo de entrada e saída do Estado do Acre para outros estados do Brasil, incluindo as perspectivas de emprego e trabalho.

Para compreender os diferentes cenários encontrados por esses migrantes durante o deslocamento, até a chegada ao estado do Acre e as perspectivas de permanência ou não no estado, é necessário consultá-los de forma sistemática, de modo que permita uma melhor extração de informações, tendo em vista a complexidade que envolve a aproximação e o estabelecimento de confiança entre o entrevistador e os migrantes. Dificuldade essa que se estabeleceu por conta da insegurança sofrida por



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



esses indivíduos durante todo o seu deslocamento e agravado ao chegarem ao Brasil, além das barreiras do idioma.

A partir dos resultados, será possível a proposição de medidas que possam contribuir para uma efetiva transformação do cenário migratório no Estado do Acre, em especial na cidade de Rio Branco. O desenvolvimento de políticas e programas adequados a realidade vivida por esses imigrantes na cidade de Rio Branco, proporcionará um melhor acolhimento e assistência social e política de acordo com as especificidades encontradas.

Referências

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, tipologia, contextos. CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobado. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de Agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, 1980. Revogada pela Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm#:~:text=L6815&text=LEI%20N%C2%BA%206.815%2C%20DE%2019%20DE%20AGOSTO%20DE%201980.&text=Define%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20jur%C3%ADica%20do,6.964%2C%20DE%2009.12.1981. Acesso em: 14 de Set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 15 de Set. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

HAESBAERT, Rogério. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova desordem mundial**. São Paulo, Ed. UNESP, 2006.

JESUS, Alex Dias de. O Mercado de Trabalho para Migrantes Haitianos no Mato Grosso do Sul. **Pegada Online**, V.23, p. 23-48, Presidente Prudente, São Paulo, Set, 2022.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



MEDINA, Thirson Rodrigues de. **Migração internacional e trabalho na região amazônica**: estudo a partir do estado do Acre. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2022. P. 158.

MORAIS, Maria de Jesus; ALVES, José; BONFANTI, Dhuliani Cristina. Dinâmicas Fronteiriças: o estado do Acre como corredor da migração internacional. **Ciência Geográfica**, v. XXIV, Bauru, 2020.

OLIVEIRA, Maria Márcia de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, Universidade Federal de São Paulo, V. 20, São Paulo, 2006. P. 183-196.

SALADINI, Ana Paula Sefrin. Direitos Humanos, cidadania e o trabalhador migrante ilegal no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UNIFACS**. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1440/1125>. Acesso em: 08 Mar. 2023.

SINGER, Paul. Migrações internas: Considerações teóricas sobre o seu estudo. In. SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.



AS PRÁTICAS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



APLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO NO SETOR DE FERTILIZANTES EM CATALÃO/GO

Pablo Marques Barbosa¹

Magda Valéria da Silva²

Resumo: Catalão e Ouidor, municípios do sudeste de Goiás, são reconhecidos pelo potencial mineral desde o século XIX. Cerca de 15 empresas processadoras de fertilizantes intensificaram suas atividades na região, após o processo de expansão de processamento mineral, conhecido como verticalização. As processadoras de fertilizantes, assim como outras indústrias devem ser vistoriadas afim de atender a Lei Estadual nº 15.802/2006, e a escolha desse segmento para pesquisar, deve-se as potencialidades de riscos de acidentes ambientais e contra pessoas que o envolve. O objetivo deste trabalho é verificar os processos que envolvem a aplicabilidade do Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (Lei Estadual nº 15.802/2006) e das Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, e ainda como se dá cumprimento da legislação no setor de processadoras de fertilizantes.

Palavras-chave: Segurança contra Incêndio e Pânico; Vistorias; Processadoras de fertilizantes; Catalão-Goiás.

Introdução

O presente artigo faz parte das reflexões teóricas e metodológicas da construção de Dissertação de Mestrado em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Catalão, e almeja trazer alguns apontamentos sobre os processos que envolveram a instalação de processadoras de fertilizantes no município de Catalão pós-2002 e como se dá aplicabilidade do Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (Lei Estadual nº 15.802/2006) e das Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, em vista as atividades desenvolvidas neste setor.

O objetivo geral deste artigo visa a verificar os processos que envolvem a aplicabilidade do Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (Lei Estadual nº 15.802/2006) e das Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, e ainda como se dá cumprimento desta legislação pelo setor de processadoras de fertilizantes em Catalão-Goiás.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia/UFCAT, Brasil. Contato: pablocbmgo04@gmail.com

² Docente do Instituto de Geografia/UFCAT, Brasil. Contato: maqvaleria@ufcat.edu.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Em termos metodológicos, a reflexão proposta neste artigo segue duas etapas distintas e articuladas, uma envolvendo revisão bibliográfica com base em produtos bibliográficos que contribuam para entender por que Catalão atraiu tantas empresas processadoras de fertilizantes e, a outra etapa refere-se análise documental, especificamente sobre Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (Lei Estadual nº 15.802/2006) e das Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás e sua aplicabilidade ao segmento de fertilizantes local.

Por fim, a partir deste artigo objetivamos esclarecer sobre a importância da legislação vigente, dos procedimentos técnicos, administrativos e operacionais que envolvem a inspeção e normatiza a necessidade de planejamento e execução de medidas preventivas de segurança contra incêndio e pânico em edificações e em áreas de riscos, e ainda, contribuir para que acidentes e pânico sejam evitados no segmento de fertilizantes.

Metodologia

Em termos metodológicos para o desenvolvimento deste artigo, optamos por duas etapas investigativas, uma de revisão bibliográfica e outra análise documental.

Referente a revisão bibliográfica, com base em leituras e reflexões a partir de livros, artigos, teses e dissertações que tratam sobre o setor mineral em Catalão-Goiás, assim como contribuem para entender por que Catalão atraiu tantas empresas processadoras de fertilizantes. Entre os autores consultados estão: Lima, 2003; Neto, 2002; Ramos, 1984; Santos, 2020.

A outra etapa refere-se análise documental, que terá como referência o Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (Lei Estadual nº 15.802/2006) e as Normas Técnicas vigentes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

A produção de fertilizantes no município de Catalão/Goiás

O município de Catalão (GO), com população de 113.091 habitantes e área territorial de 3.826,370 km² (IBGE, 2021) está localizada na Mesorregião Sul Goiana e Microrregião de Catalão, cujas coordenadas geográficas são 18° 10' 12" de latitude Sul e 47° 56' 31" de longitude Oeste. Segundo Ramos (1984), uma área de 3.300



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



metros de comprimento por 2.000 metros de largura, doada por Antônio Manoel à Nossa Senhora Mãe de Deus, formou-se o arraial de Catalão.

O município de Catalão, tendo sua origem ligada ao comércio, foi fundada em 1722, por ocasião da passagem da bandeira de Bueno Filho, pelo Porto Velho aberto pelos bandeirantes no rio Paranaíba, quando rumavam para o interior goiano (GOMEZ, 1994).

O município possui dois distritos: Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde. Catalão dá nome a uma das 22 (vinte e duas) Regiões Geográficas Imediatas do estado de Goiás, a qual é uma das 6 (seis) regiões imediatas que compõem a Região Geográfica Intermediária de Goiânia e ainda uma das 509 (quinhentas e nove) regiões geográficas imediatas no Brasil, criadas pelo IBGE em 2017. A Região Geográfica Imediata de Catalão é composta por 10 (dez) municípios, sendo: Catalão, Ipameri, Ouidor, Três Ranchos, Davinópolis, Goiandira, Cumari, Nova Aurora, Anhanguera, Campo Alegre (IBGE, 2021).

Geograficamente, está integrada ao território nacional por meio de uma rodovia federal (BR-050), rodovias estaduais (GO-330, GO-210 e GO-352) e ferrovia FCA (com entroncamento em Uberlândia para os portos de Santos/SP, Angra dos Reis, Niterói/RJ e Vitória/ES), (LIMA, 2003). Ver Figura 1

As indústrias instaladas no município, pós-1990, estão ligadas principalmente a diversos segmentos da economia, temos a instalação da montadora de maquinários agrícolas (John Deere) e a produção de automóveis pela atual HPE Automotores do Brasil (formada pelas montadoras Mitsubishi e Suzuki). Já no setor mineral, as mineradoras CMOC e Mosaic verticalizaram sua produção em 2002, atraindo, logo em seguida, processadoras de fertilizantes (SANTOS, 2020).



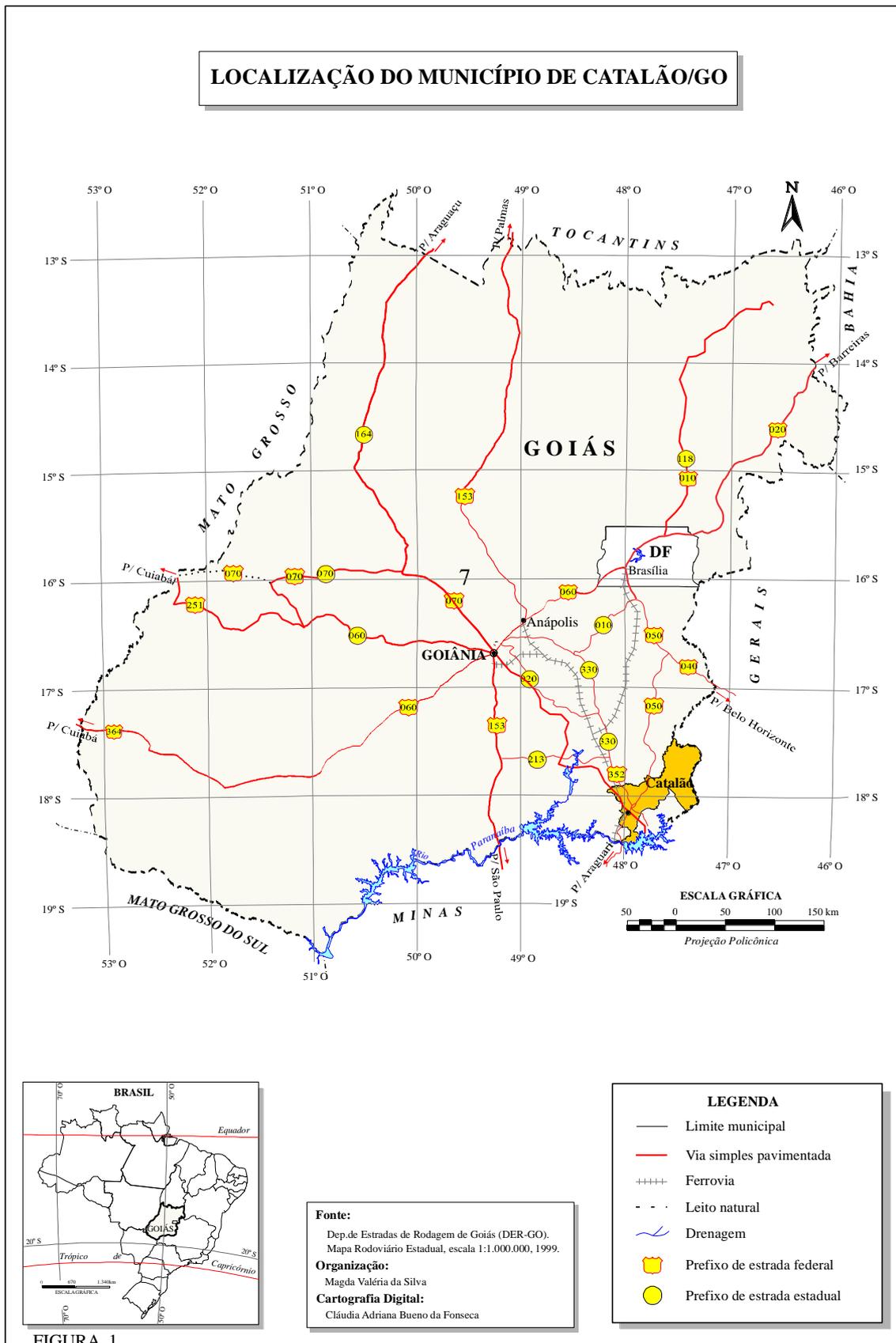
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO/GO





AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Os municípios de Catalão e Ouidor possuem um embasamento rochoso pertencente ao Complexo Araxá, com rochas entre 650 milhões e um bilhão de anos de formação, com farto predomínio de rochas cristalinas, em especial, metamórficas, como: xistos e gnaisses, além de diversos tipos de quartzos.

Catalão é reconhecido pelo potencial mineral desde o século XIX. Em 1892, a Expedição Cruls já identificava minerais variados e de relevância econômica, como o diamante, por exemplo. O município de Catalão também conta com depósitos de argilas que são exploradas por algumas empresas ceramistas locais (SANTOS, 2020).

Tais condições atraíram mineradoras para Catalão e Ouidor. A Usina Semi-industrial beneficiadora de fosfato, finalizou sua construção em 1975. Em 1977, a Fosfago iniciou o beneficiamento e comercialização da rocha fosfática, se uniu as empresas privadas Petrofétil e Fibase e criaram a Goiásfértil em 1978 (privatizada em 1992 e adquirida pela Vale Fertilizantes, atual Mosaic). Em 1984 passou a ser fornecedora de rocha fosfática e de matéria-prima para produção de fertilizantes (Neto, 1998 *apud* Santos, 2021). No ano de 1977, a Mineração Catalão, atual NioBras/CMOC, se instalou em Ouidor e em 1984 a Copebrás, atual CopeBras/CMOC, se estabeleceu em Catalão, ambas com minas em Ouidor e Catalão - Complexos Catalão I e II (Neto, 1998 *apud* Santos, 2020).

As mineradoras Copebras (CopeBras/CMOC) e Vale Fertilizantes (Mosaic) verticalizaram sua produção a partir de 2002, atraindo processadoras de fertilizantes (Santos, 2020). Assim, o aumento da exploração mineral de fosfato e de hidrocarbonetos, com o processamento químico realizado pelas duas mineradoras, deu origem à produção do concentrado apatítico, principal produto para produção de fertilizantes para agricultura e fosfato bicálcico. As matérias-primas básicas para a produção de fertilizantes são os hidrocarbonetos, como fonte energética e, para a produção de amônia, o enxofre, a rocha fosfática e os sais de potássio (Neto, 2002).

Devido à proximidade geográfica entre as mineradoras, é difícil separar as empresas e os processos que são realizados por ambas em Catalão, que junto com as processadoras de fertilizantes formam o Distrito Químico-Industrial e de Fertilizantes de Catalão-DIQUIC (Santos, 2020).

Aproximadamente 15 empresas processadoras de fertilizantes, foram atraídas para o município, devido a verticalização das mineradoras, mas também por conta da expansão do agronegócio e do crescimento de exportação de grãos, que



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



intensificou o uso de produtos químicos para melhoria da fertilidade e correção de solo, no caso de fertilizantes, que entre outros aspectos tornaram essa agricultura inserida nos moldes da reprodução do capital a nível global (Santos, 2020).

O processamento químico mineral em Catalão é realizado por duas mineradoras, cada uma com sua estrutura, mas, devido à proximidade geográfica, é difícil identificar de forma separada o conjunto de empresas e de processos que são realizados pelas duas mineradoras, que formam os Complexos Mineró-químico Catalão I e II.

No Complexo Mineró-químico I, o fosfato é lavrado pela CMOC e pela MOSAIC Fertilizantes; já o nióbio é explorado pela CMOC (NioBras), que é responsável pela lavra nos Complexos I e II. Esses dois complexos mínero-químicos, um da Mosaic e outro da CMOC, denominados de Complexos I e II, dão origem ao DIQUIC - Distrito Químico-Industrial e de Fertilizantes de Catalão (SANTOS, 2020).

As empresas processadoras de fertilizantes foram atraídas para Catalão devido, principalmente, ao processo de verticalização das indústrias mineradoras, porém, também por conta de outros fatores como a prática da agricultura moderna no país, que, além de fomentar o desenvolvimento e o uso de sementes melhoradas ou geneticamente modificadas para a plantação em larga escala, intensificou o uso de produtos químicos para melhoria da fertilidade e correção de solo, como: fertilizantes e agrotóxicos, implantação de inúmeros sistemas de pivôs, introdução de máquinas agrícolas de última geração, entre outros aspectos, que tornaram essa agricultura inserida nos moldes da reprodução do capital a nível global.

As empresas de capital nacional e que vendem em escala nacional são: Fertilizantes Heringer (Minas Gerais) e Fertigran Fertilizantes (Minas Gerais); e, por fim, as de capital regional e com atuação no mercado regional, são: Fertilizantes Fertivel (Catalão-GO), Adubos Araguaia (Anápolis-GO), Equilíbrio Fertilizantes (Catalão-GO), Solofértil Fertilizantes (Catalão-GO), Fertimais Fertilizantes (Catalão-GO) e outras mais.

Assim como as demais empresas sediadas em Goiás, as processadoras de fertilizantes devem ser vistoriadas a fim de atenderem a Lei Estadual n. 15.802/2006 que institui o Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico e dá outras providências (GOIÁS, 2006). Entre outras observâncias, destaca-se:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Art. 1º Esta Lei institui, de conformidade com as atribuições do § 5º, 2ª parte, do art. 144 da Constituição Federal e do art. 125 da Constituição do Estado de Goiás, o Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico, estabelece normas técnicas de observância obrigatória no território goiano e dispõe sobre:

I - a definição de procedimentos técnicos, administrativos e operacionais para a realização de inspeções, bem como para a análise e aprovação de projetos de instalações e de medidas preventivas de segurança contra incêndio e pânico em edificações e áreas de risco;

II - o planejamento e a execução de ações em situações de ameaça, risco e dano e o desenvolvimento de atividades preventivas, preparatórias e de resposta a eventos adversos;

III - a fixação de exigências técnicas e administrativas para proteção da vida, do patrimônio e meio ambiente;

IV - a adoção de caráter dinâmico na aplicação de normas e dos procedimentos de segurança contra incêndio, pânico e desastres (GOIÁS, 2006).

Diante a quantidade (aproximadamente 15) desse tipo de empresa instalada no município de Catalão, o número de funcionários, o volume de produção, os impactos econômico, ambiental e de segurança, o objetivo deste artigo, é apontar e descrever os processos que envolvem a aplicabilidade do Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico (Lei Estadual nº 15.802/2006) e das Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, para as empresas fertilizantes em Catalão.

A aplicabilidade da legislação de Segurança contra Incêndio e Pânico às processadoras de fertilizantes em Catalão/GO

Atualmente o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO) possui 43 Normas Técnicas vigentes que são atualizadas periodicamente, sendo a última atualização realizada em 04 de setembro de 2023.

Essas normas são usadas pelo CBMGO como parâmetro normativo para realizar a fiscalização de todos os tipos de empresas instaladas no estado de Goiás, sejam pequenas, medias ou grandes, assim como para a diversidade de segmentos que elas atuam, cujo objetivo é a prevenção de incêndios e pânico, para isso há diversas medidas que o responsável pela empresa precisa conhecer e realizar as adequações necessárias como recomenda a legislação vigente.

As NT's têm sua especificidade de acordo com total de área construída, área de risco, classificação quanto a ocupação ou uso, altura e carga de incêndio (CBMGO, 2023a).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



- NT-01/2023 – Procedimentos Administrativos – Anexos de A a T
- NT-02/2022 – Conceitos básicos de segurança contra incêndio
- NT-03/2014 – Terminologia de segurança contra incêndio
- NT-04/2014 – Símbolos gráficos
- NT-05/2014 – Segurança contra Incêndio – Urbanística
- NT-06/2023 – Acesso de viaturas na edificação e áreas de risco
- NT-07/2022 – Separação entre edificações
- NT-08/2022 – Resistência ao fogo dos elementos de construção
- NT-09/2022 – Compartimentação horizontal e compartimentação vertical
- NT-10/2022 – Controle de materiais de acabamento e revestimento
- NT-11/2022 – Saídas de emergência
- NT-12/2023 – Centros esportivos e de exibição
- NT-13/2022 – Pressurização de escada de segurança
- NT-14/2022 – Carga de incêndio nas edificações e áreas de risco
- NT-15/2023 – Controle de fumaça: P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8
- NT-16/2022 – Segurança em áreas de piscinas e emprego de guarda-vidas
- NT-17/2023 – Brigada de incêndio e emergência
- NT-18/2022 – Iluminação de emergência
- NT-19/2022 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio
- NT-20/2022 – Sinalização de emergência
- NT-21/2022 – Sistema de proteção por extintores de incêndio
- NT-22/2023 – Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio
- NT-23/2023 – Sistema de chuveiros automáticos
- NT-24/2014 – Armazenamento em silos – Unidades armazenadores de cereais, oleaginosas e subprodutos a granel
- NT-25/2014 – Seg. contra incêndio para líquidos combustíveis/inflamáveis: P1; P2; P3; P4
- NT-26/2023 – Sistema fixo de gases para combate a incêndio
- NT-27/2023 – Edificações tombadas, museus e instituições culturais com acervos museológicos
- NT-28/2022 – Gás liquefeito de petróleo: Parte 1; Parte 2
- NT-29/2022 – Comercialização, distribuição e utilização de gás natural
- NT-30/2023 – Fogos de artifício e espetáculos pirotécnicos
- NT-31/2023 – Heliporto e heliponto
- NT-32/2014 – Produtos perigosos em edificações de armazenamento e manejo
- NT-33/2014 – Cobertura de sapé, piaçava e similares



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



- NT-34/2022 – Hidrante Urbano
- NT-35/2014 – Túnel rodoviário
- NT-36/2022 – Pátio de contêiner
- NT-37/2014 – Subestação elétrica
- NT-38/2014 – Segurança contra incêndio em cozinha profissional
- NT-39/2023 – Credenciamento de empresas
- NT-40/2019 – Sistema de proteção contra descargas atmosféricas
- NT-41/2019 – Edificações Existentes
- NT-42/2019 – Autuação – Anexos: A a G
- NT-43/2014 – Estabelecimentos com restrição de liberdade

O Anexo A da NT-01/2023 (Procedimentos Administrativos) traz as exigências das medidas de segurança contra incêndio e pânico. De acordo com a Tabela 1 - Classificação das Edificações quanto a ocupação ou uso, as indústrias de fertilizantes se encaixam no Grupo I, com subdivisões I-1, I-2 e I-3 em relação ao risco de incêndio. (CBMGO, 2023b). As medidas de segurança contra incêndio e pânico em edificações do Grupo I estão demonstradas nas Figuras 2 e 3.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Grupo de ocupação e uso	GRUPO I – INDUSTRIAL												
	Divisão	I-1						I-2					
		Classificação quanto à altura (em metros)						Classificação quanto à altura (em metros)					
Medidas de segurança contra incêndio e pânico	térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	acima de 30	térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	acima de 30	
Acesso de viatura na edificação	✓ 2	✓ 2	✓ 2	✓ 2	✓ 2	✓ 2	✓ 2	✓ 2	✓ 2	✓ 2	✓ 2	✓ 2	
Segurança estrutural	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Compartimentação horizontal (ou de áreas)	-	✓ 1	✓ 1	✓ 1	✓ 1	✓ 1	✓ 1	✓ 1	✓ 1	✓ 1	✓ 1	✓ 1	
Compartimentação vertical	-	-	-	✓	✓	✓	-	-	-	✓	✓	✓	
Controle de materiais de acabamento	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Saídas de emergência	✓	✓	✓	✓	✓	✓ 4	✓	✓	✓	✓	✓	✓ 4	
Brigada	✓ 8	✓ 8	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 8	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	
Iluminação de emergência	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Deteção de incêndio	-	-	-	-	-	✓	-	-	-	-	✓	✓	
Alarme de incêndio	✓ 3	✓ 3	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Sinalização de emergência	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Extintores	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Hidrante e mangotinhos	✓ 3	✓ 3	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Chuveiros automáticos	-	-	-	-	-	✓	-	-	-	-	✓	✓	
Controle de fumaça	-	-	-	-	-	✓ 5	-	-	-	-	-	✓ 5	
Central de gás	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	
SPDA	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓	✓	✓	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓	✓	✓	
Hidrante urbano	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por chuveiros automáticos;
2 – Ver NTCBMMGO específica;
3 – Para edificações com área total construída igual ou superior a 1500 m² ou número de pavimentos superior a dois;
4 – Deve haver elevador de emergência para altura maior que 60 m;
5 – Somente para edificações acima de 60 m;
6 – Permitido o uso de um recipiente de 32 L (13 kg) de GLP em cozinhas e assemelhados para a cocção de alimentos, desde que o recipiente esteja localizado em área externa e ventilada no pavimento térreo;
7 – Para edificações com área total construída igual ou superior a 1500 m²;
8 – Recomendatório.

NOTAS GENÉRICAS:

a – Observar ainda as exigências para os riscos específicos na tabela 8;
b – Para os subsolos ocupados, ver tabela 7;
c – A área máxima de compartimentação deve abranger as áreas dos pavimentos e mezaninos interligados sem compartimentação.

Figura 2 – Medidas de segurança contra incêndio e pânico em edificações de divisão I-1 e I-2 com área superior a 750m² ou altura superior a 12 metros.

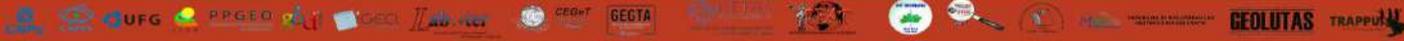
Fonte: NT 01/2023 (CBMGO, 2023).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Grupo de ocupação e uso	GRUPO I – INDUSTRIAL					
Divisão	I-3					
Medidas de segurança contra incêndio e pânico	Classificação quanto à altura (em metros)					
	térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	acima de 30
Acesso de viatura na edificação	✓ 8	✓ 8	✓ 8	✓ 8	✓ 8	✓ 8
Segurança estrutural	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Compartimentação horizontal (ou de áreas)	✓ 1	✓ 1	✓ 1	✓ 1	✓	✓
Compartimentação vertical	-	-	-	✓ 2	✓ 2	✓
Controle de materiais de acabamento	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Saídas de emergência	✓	✓	✓	✓	✓	✓ 3
Brigada	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7	✓ 7
Iluminação de emergência	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Deteção de incêndio	-	-	-	✓	✓	✓
Alarme de incêndio	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sinalização de emergência	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Extintores	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Hidrante e mangotinhos	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Chuveiros automáticos	-	-	-	✓	✓	✓
Controle de fumaça	-	-	-	-	-	✓ 4
Central de gás	✓ 5	✓ 5	✓ 5	✓ 5	✓ 5	✓ 5
SPDA	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓	✓	✓
Hidrante urbano	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6	✓ 6

NOTAS ESPECÍFICAS:

- 1 – Pode ser substituída por chuveiros automáticos;
- 2 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
- 3 – Deve haver elevador de emergência para altura maior que 60 m;
- 4 – Somente para edificações acima de 60 m;
- 5 – Permitido o uso de um recipiente de 32 L (13 kg) de GLP em cozinhas e assemelhados para a cocção de alimentos, desde que o recipiente esteja localizado em área externa e ventilada no pavimento térreo;
- 6 – Para edificações com área total construída igual ou superior a 1500 m²;
- 7 – Para edificações com área total construída igual ou superior a 5000 m²;
- 8 – Ver NTCBMGO específica.

NOTAS GENÉRICAS:

- a – Observar ainda as exigências para os riscos específicos na tabela 8;
- b – Para os subsolos ocupados, ver tabela 7;
- c – A área máxima de compartimentação deve abranger as áreas dos pavimentos e mezaninos interligados sem compartimentação.

Figura 3 – Medidas de segurança contra incêndio e pânico em edificações de divisão I-3 com área superior a 750m² ou altura superior a 12 metros.

Fonte: NT 01/2023 (CBMGO, 2023).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



As medidas contidas nas figuras 2 e 3 são adotadas e usadas como parâmetros, a fim de verificar o seu cumprimento pelas empresas de fertilizantes. Desse modo, durante os acompanhamentos, vistorias e fiscalização das empresas, além das diretrizes norteadoras da NT 01/2023, as especificidades de cada edificação serão atendidas com as demais Normas Técnicas. Portanto, seguir o que determina a legislação vigente contra incêndio e pânico, e proporcionar segurança aos trabalhadores do segmento, evitar impactos e desastres ambientais e ainda, garantir uma produção segura, com baixo riscos e desenvolvimento econômico ao município.

Considerações Finais

A importância do segmento de minérios fertilizantes na região de Catalão e a necessidade de segurança em todas as etapas de produção justificam um trabalho que tenha como objetivo principal a análise da legislação vigente, que traz detalhadamente os procedimentos técnicos, administrativos e operacionais que envolvem a inspeção técnica dos estabelecimentos industriais, conforme o segmento, mas também normatiza a necessidade de planejamento e execução de instalações e de medidas preventivas de segurança contra incêndio e pânico em edificações e em áreas de riscos.

Ressaltamos, que o acompanhamento, vistoria e fiscalização do cumprimento das exigências técnicas e administrativas para proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente, assim como a aplicação das normas e dos procedimentos de segurança contra incêndio, pânico e desastres no estado de Goiás é responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar, e este artigo, assim como a Dissertação de Mestrado ainda em desenvolvimento, podem contribuir para uma análise não apenas técnica, mas de conscientização junto ao segmento de fertilizantes local sobre a importância de cumprir a legislação vigente.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Referências

CBMGO - **Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás**. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2023a.

CBMGO - **Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Norma Técnica 01/2023: Procedimentos Administrativos**. Goiânia, 2023b.

GOIÁS. **Lei Nº 15.802, de 11 de setembro de 2006. Institui o Código Estadual de Segurança contra Incêndio e Pânico e dá outras providencias**. Goiânia, GO: GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2006.

IBGE. **História**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/historico> . Acesso em: 15 set. 2023b.

IBGE. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama>. Acesso em: 15 set. 2023a.

LIMA, V. B. **Os caminhos da urbanização/mineração em Goiás: o estudo de Catalão**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

NETO, Y. F. **A Indústria Nacional de Fertilizantes e a Agricultura**. 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

RAMOS, C. **Catalão de ontem e de hoje (curiosos fragmentos de nossa história)**. Catalão: Kalil, 1984. 110 p.

SANTOS, T. P. L. **As processadoras de fertilizantes em Catalão (GO): do consumo produtivo do agronegócio à produção do espaço urbano**. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Catalão, Catalão, 2020.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



DA COMIDA A *COMMODITY*: A DINÂMICA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MODERNA EM PORTO NACIONAL – TO.

Jair Souza da Silva¹
Atamis Antonio Foschiera²
Sandro Sidnei Vargas de Cristo³

Resumo: A modernização da agricultura alterou, de forma significativa, o espaço geográfico brasileiro. Este artigo visa apresentar como foi ocorrendo a substituição da produção de arroz (comida) por soja (*commodity*) no município de Porto Nacional, Tocantins. Foram utilizados dados do IBGE/Sidra, tendo como referência os anos de 1988 (criação do estado do Tocantins), 1998, 2008, 2018. Políticas públicas, de âmbito federal e estadual, foram importantes para a modernização agrícola de Goiás/Tocantins. Essas políticas primeiro impactaram mais o sul goiano e, posteriormente o norte, atual estado do Tocantins. As políticas públicas atraíram produtores rurais de outros estados para implantarem a modernização agrícola. O arroz foi o produto que introduziu a modernização agrícola em Porto Nacional. Posteriormente ele foi sendo substituído pela soja.

Palavras-chave: modernização agrícola; Porto Nacional; arroz; soja.

Introdução

Para se entender a história do território brasileiro e a realidade atual pode-se fazer uma análise a partir de períodos. “Períodos são pedaços de tempo definidos por características que integram e asseguram o movimento do todo” (SANTOS; SILVEIRA 2006 p. 24).

Para Santos e Silveira (2006), as periodizações não são formadas somente pelas relações sociais, é preciso considerar as técnicas utilizadas para o fazer e regular a vida e, também, os objetos geográficos, estes com papel de controlar e articular cada período. Conforme Santos e Silveira (2006), a industrialização é um dos principais fundamentos utilizados para se periodizar.

A modernização é entendida como sinônimo de progresso ou transformação. A ideia de modernização na agricultura surge com o objetivo de romper com as técnicas do passado, ditas “tradicionais”, inserindo-se novas técnicas e tecnologias no meio rural. No Brasil vai iniciar nas décadas de 1950/60. Esse modelo de produção traz como importante mudança o aumento do investimento de capital sobre a produção (PAULINO, 2022).

¹ Mestre em Geografia pelo PPGEO da UFT/Porto Nacional, Brasil: jairsouza.geo@gmail.com.

² Prof. Dr. UFT/Porto Nacional, Brasil: foschieraa@uft.edu.br.

³ Prof. Dr. UFT/Porto Nacional, Brasil: sidneicristo@uft.edu.br.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A modernização agrícola, no Brasil, se deu como uma modernização tecnológica, resultante da interação entre a indústria e o campo, levando à modificações na organização da produção, com alterações na composição e utilização do trabalho, refletindo a inserção do capitalismo na agricultura. Os principais instrumentos estruturantes foram o crédito rural, a extensão rural, as empresas de pesquisa agrícola, as cooperativas agrícolas e os sindicatos de trabalhadores rurais (FOSCHIERA, 2005).

A revolução tecnológica que ocorreu na agricultura brasileira não causou mudança na estrutura fundiária do país e não se deu sobre todas as produções, mas, somente sobre alguns produtos específicos voltados, principalmente, para o mercado internacional. Com a efetivação do vínculo da indústria com a agricultura, a última passa a ser conduzida especialmente pela indústria, tornando-se consumidora de produtos industrializado e fornecedora de matéria-prima para o processo de industrialização (FOSCHIERA, 2005). Esse processo foi denominado de Complexo Agroindustrial (CAI). A denominação de CAI foi sendo substituída, no Brasil, na década de 1990, pelo conceito de *agribusiness* e, posteriormente, por agronegócio (HESPANHOL, 2013).

Esse trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica espacial da produção agrícola moderna ocorrida no município de Porto Nacional - TO, entre 1988 e 2018, tendo como referência o arroz e a soja.

Os primeiros passos introdutórios para a modernização agrícola em Porto Nacional - TO se deram a partir da instalação da Associação de Crédito e Extensão Rural do Estado de Goiás (Acar), no ano de 1959 e, posteriormente, em 1975, com a instalação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater-GO) em Porto Nacional.

Outra ação importante para a modernização da produção agrícola em Porto Nacional se deu com a implantação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), que financiava a regularização fundiária e incentivava a compra e/ou ampliação de áreas de terras. Também foi muito importante a ampliação e adequação da Cooperativa Agro-Pecuária Portuense Ltda (Cappol), em meados da década de 1970, como o intuito de atender as demandas da agricultura moderna que estava se ampliando no município e áreas lindeiras (ROCHA, 2015).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Cabe um destaque especial que, para entender a modernização agrícola em Porto Nacional se faz necessário apresentar a modernização agrícola em Goiás, na perspectiva da expansão do capital na parte Sul para o Norte deste estado.

Metodologia

Inicialmente se fez um levantamento bibliográfico sobre o tema. Posteriormente foi realizado levantamento de dados secundários junto ao portal SIDRA/IBGE. Foram levantados dados de extensão de área produzida de arroz e soja no município de porto Nacional. Realizou-se uma análise temporal de 1988 a 2018, com intervalo de 10 anos. Os dados adquiridos são apresentados em tabela e gráfico, que são descritos ao longo do texto.

Elementos da modernização agrícola em Goiás

Oliveira (1988) vai destacar que o Centro-Oeste brasileiro, do qual Goiás faz parte, vai ser inserido na dinâmica econômica nacional a partir da década de 1930, devido ao crescimento urbano-industrial do país. A necessidade de alimentos e matéria-prima para o Sudeste, foco central da nova dinâmica econômica nacional, fez com que novas áreas de terras fossem agregadas à lógica produtiva de mercado.

A ideia de modernidade passa a tornar referência nos debates e práticas econômicas sobre Goiás. É nessa perspectiva que ocorrerá a construção de Goiânia em 1933; a chegada dos trilhos de trens até Anápolis, em 1935; a implantação da Colônia Agrícola de Goiás (CANG), em 1941. A criação da Fundação Brasil Central, em 1943 (anexada à SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, em 1967) também contribuiu para o planejamento e coordenação do processo de ocupação e colonização de Goiás, apesar de sua atuação da Região Centro-Oeste, sendo fundamental para ampliar a ocupação demográfica e econômica no estado de Goiás (MAIA, 2012).

Para colocar em prática uma nova proposta produtiva foi colocado como um dos parâmetro a migração de sujeitos com um pensamento diferente dos que viviam na área rural de Goiás. Nesse sentido que na CANG tiveram migrantes mineiros, nordestinos, gaúchos, além do Goianos, entre outros (Waybel, 1979).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A partir da década de 1940 a ocupação, via colonização, deveria priorizar, também, imigrantes estrangeiros de nível cultural superior aos residentes no sertão goiano-tocantinense. Assim foram criadas a Agro-colonizadora Industrial Ltda, a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores (CITAG) e a Colônia dos Deslocados (de guerra) de Itaberaí, formada, principalmente, por poloneses (BORGES, 1996, p. 51).

Oliveira e Silva (2016) vão destacar uma centralidade da ferrovia na integração do sul de Goiás com a economia nacional. Com a introdução da ferrovia a agricultura goiana ganhou mais destaque comercial, principalmente a cultura do arroz, em áreas próximas ao trilho do trem. Além de impacto na economia, a ferrovia trouxe transformações culturais, trazendo consigo novas ideias e valores, bem como foi responsável pela reorganização do processo de urbanização em sua área de influência (OLIVEIRA; SILVA, 2016). Castilho (2017) vai destacar que a ferrovia era responsável pela exportação dos produtos agropecuários goianos e era via de importação para o Goiás de produtos como sal, querosene, produtos manufaturados etc.

A porções sul de Goiás teve destaque nas políticas de integração nacional, enquanto a porção norte do estado, hoje estado do Tocantins, não obteve as mesmas condições, predominando uma economia regionalizada.

A partir de meados da década de 1970, devido a avanços tecnológicos na agricultura e novas pesquisas agrícolas, a modernização da agricultura foi possível no Cerrado. Esse bioma passou a ser considerado importante para novos investimentos agrícolas, “dada a sua localização geográfica e suas características físicas, como clima, chuvas (definidas e regulares) e terrenos planos” (PIRES, 2000, p. 122)

Uma série de ações do Estado, em âmbito federal contribuíram para o incentivo à modernização agrícola em áreas de Cerrado, como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (PRODECER), entre outros (MATOS; MARAFON, 2019; PIRES, 2000).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Ações do governo de Goiás também contribuíram para a modernização agrícola, como a criação da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA), da Empresa da Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/GO), a melhoria na rede viária e o crescimento da infraestrutura de armazenamento, com a instalação de silos e armazéns, pela Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (CASEGO), entre outras (YOKOYAMA, 1988).

Nesse novo momento de cultivo agrícola a soja passa a ganhar destaque produtivo, com predomínio da porção sul de Goiás. Em contrapartida o arroz perde espaço e tem sua produção deslocada para a parte norte do estado, passando a inserir essa área no modelo produtivo monocultor moderno.

No que se refere ao município de Porto Nacional, naquele momento pertencente ao Norte Goiano, a criação da EMATER-GO, em 1975, com uma unidade nesse município, possibilitou uma transição da pecuária tradicional “para a agricultura em larga escala em meados da década de 1970, quando produtores locais e migrantes iniciam a produção de arroz sequeiro em escala comercial” (ROCHA, 2015, p.70).

O produto referência da modernização agrícola em Porto Nacional foi o arroz de sequeiro. As instituições do Estado contribuíram muito para essa produção, mas segundo Reinaldo (2016), a Cappol teve um papel destacado, pois além da comercialização de produtos necessários à agricultura e da própria produção resultante, assumiu o papel de financiamento, assistência técnica e pesquisa. É importante salientar que o Estado criava condições para essa atuação da cooperativa através de políticas específicas para as mesmas.

A produção de soja foi introduzida em Porto Nacional no início dos anos de 1980, já com estudos da Embrapa sobre soja no Cerrado, pensado na diversificação agrícola, porém, até o fim da década a produção de arroz foi o que mais se destacou. Tanto produtores vindos de outras localidades como oriundos de Porto Nacional se envolveram nas referidas produções (ROCHA, 2015).

A criação do estado de Tocantins, pela Constituição de 1988, favoreceu a implantação de diferentes projetos agrícolas no estado, para além dos que já haviam sido criados enquanto Norte Goiano (Figura 1).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 1: Principais projetos agrícolas implantados no Norte Goiano/Tocantins

Projeto	Ano de instalação
RIO FORMOSO	1979/1982
PRODECER III	1990/1996
JAVAÉS	1994
CAMPOS LINDOS	1997
PROJETO MANUEL ALVES	2002
PDRI	2003
PDRIS	2010
PRODOESTE	2012

Fonte: Santos (2014); Bispo (2015); Rocha (2015); Cifuentes (2016)

A produção agrícola moderna no município de Porto Nacional – Tocantins, de 1988 a 2018: a relação arroz e soja

Porto Nacional é um município do estado do Tocantins. Localiza-se a uma latitude 10°42'28" Sul e a uma longitude 48°25'01" Oeste, possui um clima tropical e pertence à bacia hidrográfica do rio Tocantins na sua porção ocidental. A cidade sede dista, aproximadamente, 60 km da capital do estado, Palmas (Figura 2).



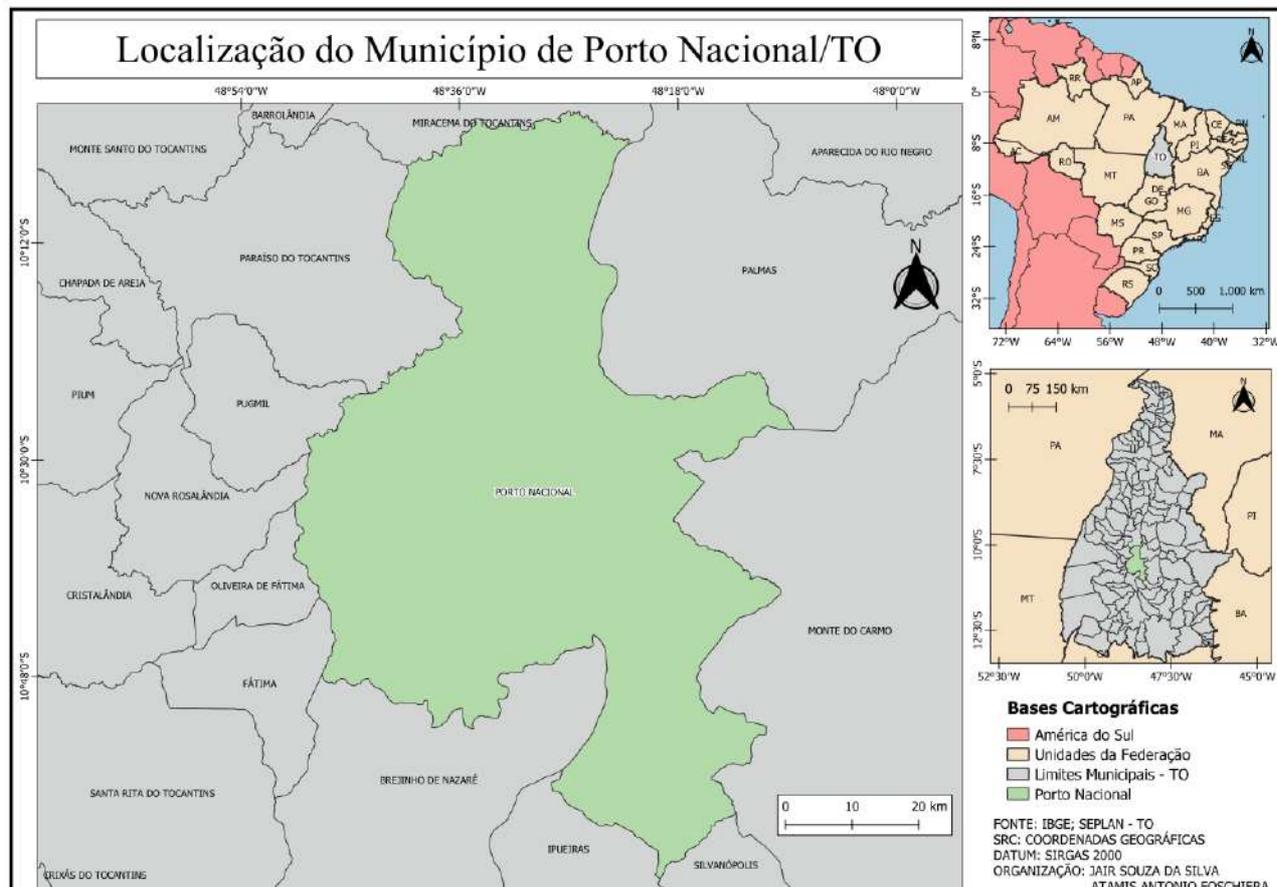
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Figura 2: Localização do município de Porto Nacional/TO



Fonte: Seplan/TO, 2023.

Os dados da produção agrícola para Porto Nacional, em 1988, destacam que foram plantados 26.329 ha de arroz sequeiro e soja. Desse total, apenas 3,65% (960 ha) eram destinados à produção de soja. As demais áreas, que representa 96,35% do total (25.369 ha), eram ocupados com a produção de arroz sequeiro (figura 3).

Os dados do ano de 1998 destacam que foram plantados 4.735 ha de arroz sequeiro e soja, queda de 82,02% em relação ao ano de 1988. Da extensão de área destina a esses cultivos, 34,85% (1.650 ha) eram destinados à produção de soja. As demais áreas, que representam 65,15% do total (3.085 ha), eram ocupados com a produção de arroz sequeiro (figura 3). Ocorre uma diminuição considerável de área com produção de arroz sequeiro e um aumento de área com produção de soja.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Para o ano de 2008, foram plantados 13.900 ha de arroz sequeiro e soja. Desse total, 85,62% (11.900 ha) eram plantada com soja. Já, 14,38% (2.000 ha) eram plantadas com arroz (Figura 3). Os dados mostraram crescimento de 196,55% da área com produção de arroz de sequeiro e soja em relação a extensão de área utilizada no ano de 1998. As áreas destinadas a produção do Arroz continuaram sendo reduzidas e, em contrapartida, a produção de Soja ocupa cada vez mais espaço.

No ano de 2018 foram plantados 39.815 ha de arroz sequeiro e soja. Desse total, 99,55 (39.635 ha) eram plantadas com soja. Já, 0,45% (180 ha) eram plantadas com arroz (Figura 3). As áreas com produção de soja cresceram 233,06% em relação ao ano de 2008, indo de uma extensão de 11.900 ha para 39.635 ha. Já as áreas destinadas à produção do arroz de sequeiro têm uma redução de 91% em relação ao de 2008. Essa produção utilizava uma área de 2.000 ha em 2008 e 180 ha em 2018. Percebe-se uma queda acentuada nas área de produção de arroz (comida) e um crescimento significativo na produção de soja (*commodity*).

Figura 2: Extensão de área destina a produção de arroz e soja no município de Porto Nacional - TO

Variável - Área plantada (Hectares)		
Produção de Arroz e Soja em Porto Nacional (TO)		
Ano	Arroz (em casca)	Soja (em grão)
1988	25.369	960
1998	3.085	1.650
2008	2.000	11.900
2018	180	39.635

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal



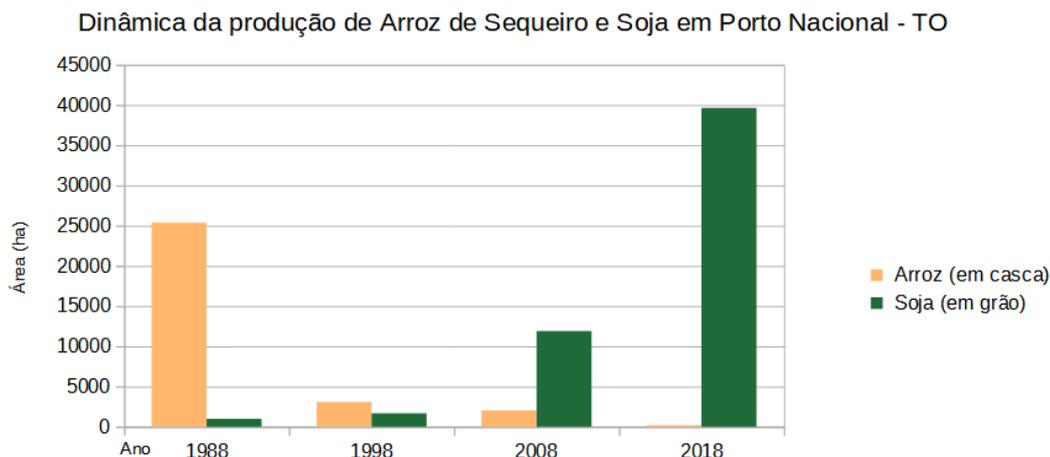
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O crescimento da produção de *commodities* no município de Porto Nacional, no período analisado, fica melhor evidenciado quando visto em gráfico (Figura 3). É possível verificar o crescimento gradual da produção de Soja no município desde 1988 e um crescimento exponencial entre 2008 e 2018. Fica visível, também, a queda na produção de Arroz a partir de 1998.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal
Organização: Jair Souza da Silva
Atamis Antonio Foschiera

Considerações Finais

A inserção de Goiás na dinâmica econômica nacional, a partir da década de 1930, beneficiou mais o sul de Goiás do que o norte. Os fixos implantados e os fluxos que passaram a se destacar, representavam a chegada da “modernidade” no estado.

Para contribuir para a instalação da modernidade em Goiás foram implantadas políticas de atração de migrantes de outros estados e até estrangeiros. A justificativa era que precisa pessoas com ideias e padrões de produção diferentes das que viviam no estado.

Um dos fixos de destaque, que contribuiu com o fluxo de mercadorias foi a ferrovia, que chegava até Anápolis. Por ela os produtos goianos chegavam ao Sudeste do país. O arroz foi o principal produto agrícola que mais se destacou nesse comércio, ampliando sua área plantada no sul de Goiás. Nesse período predominava um comércio regional no norte de Goiás.



AS (RE)EXISTÊNCIAS DO CAMPESINATO ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DOS CORREDORES AGROECOLÓGICOS NAS COMUNIDADES CAMPONESAS EM CATALÃO/GO

Maria Eduarda Amaral Silva¹

Nádia de Sousa Silva²

Bárbara Victória da Silva Soares³

Marcelo Rodrigues Mendonça⁴

Resumo

O artigo aborda as reflexões acerca da implementação de Corredores Agroecológicos, que visam promover sistemas agrícolas que preservem recursos territoriais, restauram a biodiversidade e fortalecem as comunidades camponesas de Catalão/GO. Na leitura da realidade em questão, destaca-se que a (Re)Existência dos camponeses frente ao avanço do agrohidronegócio, que causa constantes destruições nos territórios camponeses, evidenciam a importância do trabalho concebido no campesinato e a utilização de sementes crioulas na recuperação de áreas degradadas. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é compreender a implementação dos Corredores Agroecológicos a partir do trabalho dos camponeses e a sua importância para a recuperação de áreas degradadas e para o fortalecimento da produção de comida de verdade. A pesquisa em evidência, foi realizada nos territórios rurais do município de Catalão/GO, por meio de trabalho de campo e análise teórica, nos quais foi possível observar que o conhecimento tradicional dos camponeses aliado à agroecologia, se tornam essenciais para a preservação e o fortalecimento das práticas agrícolas sustentáveis e culturais, ressaltando a necessidade de políticas públicas de apoio à autonomia dessas comunidades.

Palavras-chave: Agroecologia; Corredores Agroecológicos; (Re)Existência; Camponeses; Catalão/GO.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia/IESA da Universidade Federal de Goiás (UFG); eduardaamaral@discente.ufg.br

² Dotoranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG); naddyasousa@hotmail.com

³ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG); barbaravichvss@gmail.com

⁴ Orientador: Professor doutor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG), marcelomendonca@ufg.br



Introdução

A implementação de Corredores Agroecológicos visa criar sistemas agrícolas que conservem os recursos territoriais, promovam a recuperação da biodiversidade e fortaleçam as Comunidades Camponesas, garantindo a produção de alimentos saudáveis e a melhoria da qualidade de vida. Nas discussões apontadas por Machado; Machado (2015) os autores acrescentam que:

Os Corredores Agroecológicos referem-se a áreas individuais ou coletivas onde faixas de cultivos alimentares são combinadas, temporal e espacialmente, com espécies de plantas de cobertura e outras de interesse local, compondo um sistema de consórcios e rotações de cultivos (MACHADO; MACHADO. 2015).

Para isso, compreende-se o campesinato como um conjunto de sujeitos camponeses que desempenham atividades na terra com o objetivo de assegurar a reprodução social da família.

No caso dessa pesquisa observou-se a implementação de práticas agroecológicas numa perspectiva política de enfrentamento às ações e narrativas construídas pelo agrohidronegócio⁵ produtor de *commodities* destinadas a atender as demandas das corporações capitalistas globais.

O trabalho camponês é realizado por meio da organização desses sujeitos – fração da classe trabalhadora – no campo, possuindo particularidades, a exemplo da produção de conhecimentos tradicionais e os saberes e fazeres, historicamente construídos, numa permanente relação com os ambientes cerradeiros na luta pela Existência.

Dessa forma, demonstra-se uma relação entre os sujeitos e o território, que vem sendo modificada pela inserção do capital no campo, com a

⁵ De acordo com Mendonça; Mesquita (2007), o agrohidronegócio, se configura como ações que envolve o modelo produtivo do agronegócio, junto com a territorialização do capital, que se apropria da terra, da água e promove o trabalho precarizado, causando a expulsão das populações camponesas, tradicionais e originárias. Ainda segundo Mendonça (2015, p. 5) o agrohidronegócio como “Terra e água passam a ser, de forma conjunta, apropriadas para se transformarem em mercadorias, ao invés de serem considerados bens públicos, conforme as necessidades humanas”.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO

Realização:



modernização da agricultura. Tal modernização da agricultura, favoreceu e intensificou os efeitos territoriais do agrohidronegócio.

Assim, os camponeses devem não apenas sobreviver, mas também (Re)Existir, em prol das adversidades diárias para preservar seus conhecimentos tradicionais que auxiliam na promoção de práticas agrícolas sustentáveis. As (Re)Existências são compreendidas como ações políticas e culturais que perfazem os sujeitos para que continuem Existindo:

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54).

A valorização do trabalho desempenhado por esses sujeitos camponeses não apenas fortalecerá suas comunidades, mas também contribuirão para a construção de sistemas alimentares mais saudáveis a todos.

Portanto, neste artigo, objetiva-se compreender a implementação dos Corredores Agroecológicos a partir do trabalho dos camponeses e a sua importância para recuperação de áreas degradadas e para o fortalecimento dos da produção e comida de verdade⁶, enquanto estratégias de (Re)Existência nesses territórios de vida diante do cercamento do agrohidronegócio.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa amparou-se numa abordagem qualitativa e quantitativa e na realização de trabalho de campo nas Comunidades Camponesas localizadas na região de Catalão/Goiás. O trabalho de campo na região em questão compreendeu uma forma de reconhecimento da realidade dos camponeses, identificando as contradições existentes dentre a temática. Além disso, dispôs-se de análise teórica realizada por meio de

⁶ A RAIS/CO, 2016, define que a comida de verdade: “é aquela que atende não apenas as nossas necessidades nutricionais, mas também nossas demandas psicossociais, culturais e às do meio ambiente como um todo” (p. 01).



revisão bibliográfica e a utilização de dados secundários disponibilizados por órgãos oficiais.

Ainda foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agricultores camponeses e outros sujeitos que desempenharam papéis na implementação e gestão dos Corredores Agroecológicos nas Comunidades de Olhos D'água e Sucupira, foram feitas também anotações em diário de campo e por meio de registro fotográfico dos cultivos, bem como conversas informais com os camponeses e camponesas, residentes nessas Comunidades no Município de Catalão. Após esse procedimento foram realizadas as análises dos resultados obtidos e por fim as considerações que permeiam as experiências e vivências dos sujeitos sociais envolvidos com os corredores agroecológicos na área da pesquisa.

Desenvolvimento

O agrohidronegócio monopoliza terras, águas, territórios e trabalho, promovendo degradação ambiental diante da apropriação de recursos territoriais. Disso decorre a expropriação dos camponeses de seus territórios. Juntamente com esses efeitos são observados a exploração e precarização do trabalho, inclusive com a presença de trabalho escravizado. Para Thomaz Junior (2018) o trabalho está intrinsecamente relacionado ao movimento territorial do capital:

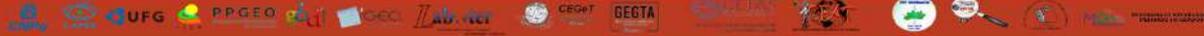
[...] misturam-se complexas relações de dominação e controle do capital sobre o trabalho, na crescente e cada vez mais ampla subordinação do valor de uso pelo valor de troca e ao mercado, o que vai implicar a redução da taxa de utilização das mercadorias e, conseqüentemente, a desmesurada capacidade de produzir, sem que seja compatível a mesma proporção do consumo, redundando no desperdício, no consumismo desenfreado de mercadorias, na degradação ambiental e do trabalho, com particular atenção ao agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2018, p. 3).

Portanto, o trabalho camponês é concebido como (Re)Existência ao modelo hegemônico capitalista que se constitui mediante a desterritorialização das Comunidades Tradicionais. Os povos camponeses produzem comidas com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO: ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO

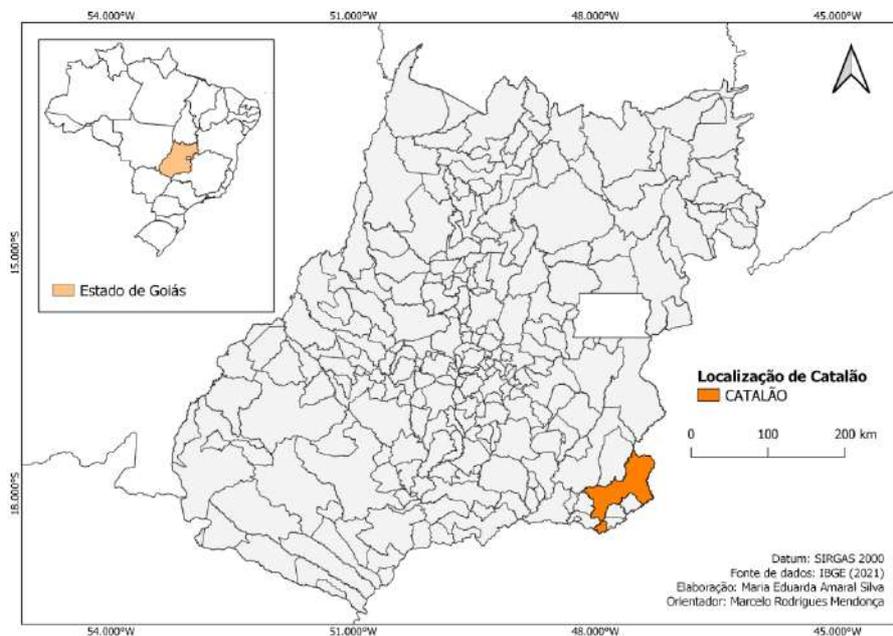
Realização:



base no exercício do trabalho nos ambientes cerradeiros por meio de práticas sustentáveis, inserindo-se nas dinâmicas necessárias para a reprodução da vida e oportunizando a organização social e política nas lutas reivindicatórias.

No diálogo com os camponeses em Catalão/GO, detentores dos conhecimentos tradicionais, obtivemos aprendizados substanciais. O município, cuja localização pode ser observada no Mapa 01, é reconhecido por sofrer influência do agrohidronegócio, além de atividades de mineradoras, constituindo históricos conflitos em torno de tais questões.

Mapa 01: Localização do Município de Catalão/GO.



Fonte: SILVA, M. E. A., 2023.

A região é amplamente impactada pelo agrohidronegócio, juntamente com a indústria mineradora, criando assim um contexto de tensões e disputas territoriais. Neste cenário, os camponeses mantêm uma relação complexa com essas indústrias, enfrentando desafios enquanto buscam preservar suas práticas agrícolas tradicionais e defender seus modos de vida frente a essas pressões econômicas. Sobre os conflitos advindos das mineroquímicas, Mendonça; Matos; Serafim (2020), analisam os efeitos sobre as comunidades que se concentram no entorno, e que são diretamente impactadas pela exploração dos minérios, que acrescentam:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO

Realização:



Os efeitos e conflitos socioambientais ficaram visíveis nos últimos dez anos, haja vista a intensificação da poluição do ar (cheiro de barata), bem como os problemas sociais manifestos nos desacordos entre mineradoras e famílias da comunidade no processo de desapropriação de terras para exploração de minérios ou depósito de rejeitos (MENDONÇA; MATOS; SERAFIM, 2020, p. 146).

Dentre os camponeses da região, encontram-se sujeitos que praticam a agroecologia há mais de 10 anos, que recebe apoio de pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Cerrados (Embrapa Cerrados) e do Movimento Camponês Popular (MCP). Além de outras motivações envolvendo a substituição de monocultivos por plantações agroecológicas, não fazendo uso de agrotóxicos e outros químicos.

Sementes crioulas expressam oposição às sementes transgênicas, geneticamente modificadas, que se estabeleceram com a expansão do capital a partir do agrohidronegócio. Portanto, são necessárias a produção camponesa por expressarem culturas e diversidades, em um processo cauteloso para que não sejam contaminadas pelos produtos químicos utilizados na produção do agrohidronegócio.

Mendonça (2015) acrescenta que “As sementes crioulas compõem a cultura e o trabalho dos camponeses e camponesas que vivem na terra, ou seja, nos territórios cerradeiros em Goiás.” Trindade (2006) compreende as sementes crioulas a partir do processo de moldagem das mesmas a diferentes ambientes, pois as sementes crioulas são as que melhor se adaptam a cada região onde ocorrem, visto que se aperfeiçoaram por meio da seleção natural, na qual os indivíduos mais vigorosos permanecem. Ainda com essa compreensão a autora assinala que as sementes crioulas “são aquelas sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como de melhoramento genético, inclusive, nesse contexto, a transgenia” (TRINDADE, 2006, p. 4)

Diversas variedades de sementes crioulas são encontradas, e ao selecionar a espécie apropriada para uso, são considerados múltiplos fatores, incluindo as demandas dos produtores e as características do ambiente agrícola, como tipo de solo, topografia e clima. Neste contexto da pesquisa,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO: ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO

Realização:



duas cultivares foram observadas: a variedade de milho Sol da Manhã (Fotografia 01) e a variedade Eldorado (Fotografia 02).

Fotografia 01 - Colheita de milho crioulo variedade Sol da manhã, na Comunidade Olhos D'água – Catalão/GO.



Fonte: SILVA, B.V.S., 2023.

Fotografia 02: Seleção de milho crioulo variedade Eldorado. Comunidade Sucupira – Catalão/GO.



Fonte: SILVA, B.V.S., 2023.

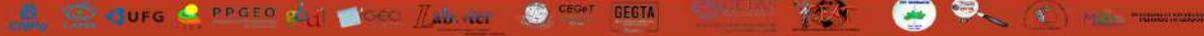
Durante a experiência com camponeses de Catalão/GO, tornou-se evidente a importância de selecionar as melhores espigas de milho para



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO

Realização:



garantir a qualidade e a produtividade das futuras safras. A seleção das espigas é baseada em critérios como tamanho, formato, cor dos grãos e ausência de doenças ou pragas. Esses critérios ajudam a identificar as melhores espécies que produzem sementes mais adaptadas às condições locais, destacando o vínculo entre a seleção de sementes e a preservação das tradições agrícolas, fortalecendo a autonomia dos agricultores diante dos desafios enfrentados no contexto atual do campo brasileiro.

A partir da agroecologia e do uso de sementes crioulas possuem a possibilidade de armazenar suas próprias sementes e plantá-las na próxima safra. Estes sujeitos passaram a incorporar em suas atividades de trabalho a agroecologia, como forma de continuarem existindo frente à expansão das corporações capitalistas no campo. Além disso, a experiência de diálogo com os camponeses proporcionou uma visão enriquecedora sobre as práticas camponesas na região.

Considerações Finais

A agroecologia associa saberes e fazeres tradicionais aos conhecimentos científicos. Assim é possível perpetuar conhecimentos que foram adquiridos ao longo da história, de forma cultural, atravessando a ancestralidade dos sujeitos.

O trabalho camponês se traduz em meio a saberes tradicionais e modos de fazer adquiridos de forma ancestral, numa relação simbiótica com a Natureza a partir do trabalho na terra, cultivando e produzindo culturas. Isso pôde ser observado no trabalho dos camponeses na implantação de Corredores Agroecológicos e a importância do envolvimento dos sujeitos na recuperação de áreas degradadas, por meio de práticas agroecológicas, articulando os saberes e fazeres na produção.

Tal prática é desenvolvida por meio do trabalho dos camponeses, que compreendem a terra como espaço de reprodução social e econômica. Investem trabalho nestas terras conferindo o caráter da função social da mesma. Realiza-se às atividades no seio familiar, dispondo de força de trabalho



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO

Realização:



para a conservação da natureza, e ainda para a recuperação de áreas degradadas pelo capital.

O compartilhamento de conhecimento e a implementação de políticas adequadas são fundamentais para fortalecer as comunidades camponesas e fomentar uma agricultura mais saudável e sustentável. Para que esses produtores atinjam a capacidade de produzir de maneira sustentável, além de seus conhecimentos tradicionais, notamos que foi necessário contar com a colaboração do MCP e com a orientação dos pesquisadores da Embrapa.

Por fim, é necessário destacar a importância do acesso ao conhecimento e a implementação de políticas públicas de apoio às demandas do campesinato e mecanismos de incentivos ao desenvolvimento e implementação das práticas agroecológicas. É isso que fortalecerá a autonomia dos camponeses em sua produção, permitindo a (Re)Existência na terra.

Referências Bibliográficas

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. Agrobiodiversidade e corredores agroecológicos. In: SANTILLI, Juliana.; BUSTAMANTE, Patrícia Goulart; BARBIERI, Rosa Lía. Editoras técnicas. **Agrobiodiversidade**. Brasília: Embrapa, 2015.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Práticas Agroecológicas em Comunidades Camponesas e Quilombolas: sementes crioulas, culturas e ambientes numa encruzilhada de tempos e espaços no Nordeste de Goiás - Brasil. **Anais do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina: por una América Latina unida y sustentable**. Habana, Cuba, (15), 2015.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MATOS, Patricia Francisca; SERAFIM, Bruno Reis. Existências e (Re)Existências nas Comunidades do Entorno das Mineradoras em Catalão/GO. In: MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MATOS, Patricia Francisca. (Org.) **Mineração e Agrohidronegócio: efeitos no ambiente, trabalho e saúde**. 1 ed. Jundiaí (SP), Paco Editorial, 2020.

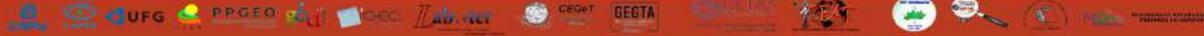
PELÁ, Marcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira, 2010.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO

Realização:



RAIS/CO – Rede de Apoio à implementação do SISAN na Região Centro Oeste. **O que é comida de verdade e qual a sua importância individual e coletiva?** Disponível em:

<https://raisco.wordpress.com/2016/06/06/comida-de-verdade/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Mercator (Fortaleza)**, v. 16, 2018.

TRINDADE, Carina Carreira. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: Congresso Nacional do Conpedi, 15, 2006, Manaus. Disponível em:

http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_carina_carreira_trindade.pdf. Acesso em: 14 Ago. 23.



O EXTRATIVISMO DE BARU COMO ALTERNATIVA PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM COMUNIDADES RURAIS DO CERRADO: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO ANDALÚCIA- NIOAQUE/MS

Ana Maria Soares de Oliveira¹
Josiane Melo Nunes de Santana²
Micheline Maria da Silva³

RESUMO

O artigo, decorre de trabalho de pesquisa que buscou investigar e compreender o extrativismo de cumbaru (baru), planta nativa do Cerrado, que tem contribuído com a geração de emprego e renda de várias comunidades rurais de Mato Grosso do Sul e, de modo particular no Assentamento Andalucia, no município de Nioaque-MS. As informações aqui apresentadas estão embasadas em pesquisa bibliográfica sobre a temática, tais como documentos disponibilizados pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento); em trabalhos acadêmicos (artigos científicos e dissertações) e sites de organizações não governamentais como o ECOA; bem como em entrevistas a moradores do assentamento durante dois trabalhos de campo, um em 2022 e o outro em 2023, como parte das atividades da disciplina Geografia Agrária. Os resultados mostraram que o cumbaru tem sido fundamental para a geração de renda dos extrativistas do Assentamento Andalucia, cuja amêndoa extraída apresenta grande potencial para a produção artesanal de alimentos e bebidas, tais como: bombons, licores, biscoitos, pães e bolos.

Palavras-chave: agroextrativismo; cumbaru; cerrado; assentamento Andalúcia; emprego e renda.

INTRODUÇÃO

O cumbaru, ou baru, como é popularmente conhecida tem sido uma importante fonte de renda em comunidades rurais do Cerrado brasileiro, pois, após a extração do fruto, a amêndoa é processada e utilizada em vários preparos culinários, como barras de cereais, farinhas usadas na fabricação de pães, bolos, biscoitos, licores, bombons, entre outros.

A amêndoa do cumbaru, é muito rica em proteína, lipídio insaturado, fibra e minerais essenciais. Em função de suas propriedades esta planta do Cerrado vem sendo pesquisada com perspectiva mercadológica, além disso tem

¹ Doutora em Geografia e professora do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim-MS. E-mail: ageo@uems.br

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim-MS. E-mail: josi34589@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim-MS. E-mail: michelinems@hotmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ganhando espaço na alta gastronomia nacional e internacional, se constituindo assim em um nicho de mercado.

Cabe salientar, no entanto, que além do baru outras oleaginosas têm sido descobertas e apresentadas com potencialidade para vários usos, a exemplo do pequi, da bocaiuva e do jatobá.

Todavia, o extrativismo do cumbaru/baru tem sido apresentado como uma perspectiva sustentável e de geração de renda e, desse modo, como uma alternativa para o cultivo em ILPF (Plantio em Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta), em que lavouras de grãos, árvores e rebanhos são produzidos em um mesmo espaço. (EMBRAPA, 2021)

Segundo Melo (et al, 2017 *apud* Cunha 2019) nas últimas décadas os frutos do Cerrado vêm ganhando notoriedade e se expandindo no mercado local, regional e nacional tanto para consumo alimentício, quanto para a indústria cosmética.

O baru, em particular, foi por muito tempo consumido de forma alimentar e para o artesanato principalmente pelos povos indígenas e povos tradicionais. Todavia, essa realidade, está mudando nas últimas décadas com a descoberta do potencial alimentar que este fruto possui associado às suas características nutricionais (CUNHA, 2019, p.35)

O uso sustentável da biodiversidade brasileira, gera renda para comunidades rurais extrativistas, pois, além de coletar os frutos, como no exemplo do baru, as mesmas ajudam na preservação do bioma Cerrado e de seu meio ambiente.

Essas atividades extrativistas pautadas na preocupação com a preservação da biodiversidade do bioma e na geração de renda, se constitui um modelo de resistência ao modelo de produção hegemônico, formando uma economia e desenvolvimento sustentável local e regional. (DINIZ et al., 2013 *apud* GARCIA 2017)

Nessa perspectiva, Wilkinson (2008, p. 142 *apud* GARCIA 2017) observa que a busca de acesso ao mercado por parte das comunidades rurais, se constitui em estratégia para agregar valor aos produtos decorrentes do extrativismo, e focam na construção de um mercado que valorize aspectos tradicionais, culturais, sociais, ambientais e geográficas, constituindo um



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



mercado dito diferenciado e um sistema alimentar alternativo, com a produção de alimentos orgânicos e artesanais. Enquanto o cultivo desses frutos do Cerrado com fins mercadológicos visa basicamente a perspectiva da produção em larga escala e o lucro.

Partindo desses pressupostos é que realizamos levantamento bibliográfico e leituras sobre a temática; levantamentos de informações em documentos disponibilizados pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e também em trabalhos acadêmicos (artigos científicos e dissertações) e sites de organizações não governamentais como o ECOA; bem como inserções a campo para conhecer *in loco* o extrativismo de baru no Assentamento Andalucia, estimulado pelas parcerias e ações do Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado – CEPPEC.

Assim, a primeira visita de campo foi realizada com a finalidade de buscar informações para o trabalho final da disciplina Pesquisa em Geografia I ofertada em 2022. Na ocasião entrevistamos duas moradoras do assentamento, uma vinculada à direção estadual do MST para o setor de produção, dirigente regional Pantaneira e secretaria do grupo Raízes do Cerrado⁴ e a outra coordenadora do grupo Raízes do Cerrado. Para as entrevistas utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário com quinze perguntas de cunho subjetivo.

A segunda inserção a campo foi realizada em junho de 2023 como uma das atividades da disciplina Geografia Agrária, a qual tinha como propósito conhecer e discutir o extrativismo praticado no assentamento Andalucia e as ações do CEPPEC. Nessa segunda visita, a realização de rodas de conversas propiciou o conhecimento sobre o histórico de criação do assentamento, bem como do CEPPEC, suas parcerias, ações e estratégias para a expansão territorial do extrativismo; sobre a agroindústria implantada pelo Centro e já em funcionamento para o processamento artesanal do cumbaru e outros frutos do Cerrado e transformação em diversos produtos, tais como bombons, biscoitos, bolos, pães, licores, entre outros. Nesta ocasião foi possível visitar ainda o lote

⁴ Laura e Vera, respectivamente.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de um assentado que tem como principal fonte de renda o extrativismo e a retirada da amêndoa do baru.

Ambas as inserções a campo nos possibilitaram ter mais clareza da importância que essa planta tem na geração de emprego e renda das famílias que vivem em comunidades rurais do Cerrado, e de modo particular no Assentamento Andalucia, no município de Nioaque – MS.

CARACTERÍSTICAS DA PLANTA CUMBARU (BARU) E SUA PRESENÇA NO CERRADO BRASILEIRO

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, ficando atrás somente da Floresta Amazônica. Sua extensão ocupa uma área de 2.036.448 km², abrangendo treze estados da federação, o que corresponde a aproximadamente 22% do território nacional. A vegetação característica do Cerrado é encontrada principalmente na região Centro-oeste, onde há estados que possuem a totalidade ou parte de seu território nesse bioma, tais como: Distrito Federal (100,0%), Goiás (96,6%), Tocantins (75,6%) e Mato Grosso do Sul (59,3%) (MMA, 2018; SILVA, 2009 *apud* CUNHA 2019, p.29).

Todavia, outros estados também possuem uma cobertura do bioma Cerrado, porém de menor abrangência que os anteriores, como: Mato Grosso (48,3%), Minas Gerais (46,7%) Maranhão (42,1%), Piauí (38,6%), São Paulo (30,6%), Bahia (21,4%) e outros com pouca predominância como: Rondônia (6,7%), Paraná (2,7%) e Pará (0,1%) (SILVA, 2009 *apud* CUNHA, 2019, p.29).

Importante destacar que o Cerrado é um dos biomas que mais sofre com a devastação ambiental no Brasil, em virtude das ações antrópicas. Especialmente a partir da década de 1960 com grandes empreendimentos estatais, expansão da fronteira agrícola, incentivos fiscais para a modernização da agricultura pautada nos princípios da “Revolução Verde” e posterior hegemonia do modelo do agronegócio.

Apesar da devastação, felizmente há quem resista a esse modelo adotando formas alternativas de produção e de extração dos recursos do Cerrado. São povos originários e mesmo agricultores familiares que realizam a combinação de atividades agropecuárias com práticas extrativistas para o



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



autoconsumo e geração de renda, como forma de resistir ao modelo dominante e se manter no campo. (AFONSO, 2012 *apud* CUNHA, 2019, p. 31)

Nesse sentido, Cunha (2019, p. 34-35) salienta que:

[...] o agroextrativismo é uma importante atividade que propicia a geração de renda, conservação do ambiente, manutenção de famílias no campo preservação de identidades de povos tradicionais, sendo um importante agente de promoção da segurança alimentar, mas que carece de visibilidade e apoio a iniciativas de desenvolvimento e organização de suas cadeias.

O baru (*Dipteryx Alata*), é uma planta arbórea, de classe Magnoliopsida (Dicotyledonae), da família das Fabaceae (Leguminosae: Papilionoideae), e é mais conhecida como coco-feijão, cumbaru, ou cumaru. Esta planta (Figura 1) atinge em média de 15m a 25m de altura e a polinização de suas flores é feita por abelhas e insetos pequenos, sua floração se dá nos meses de outubro e novembro especificamente no Piauí e Mato Grosso do Sul.

Possui copa densa e arredondada, e suas folhas são compostas por 6 a 12 folíolos de coloração verde intensa. Seus frutos são geralmente ovoides, arredondados, com um dos lados levemente achatado, e uma linha de sutura entre as duas bandas, sua polpa é carnosa entremeada de densas fibras e no seu interior tem uma amêndoa oleaginoso. (CARVALHO, 2003, p.199-200).

Figura 1 – Baruzeiro e seu fruto



Fonte: Trabalho de campo, 2022/2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

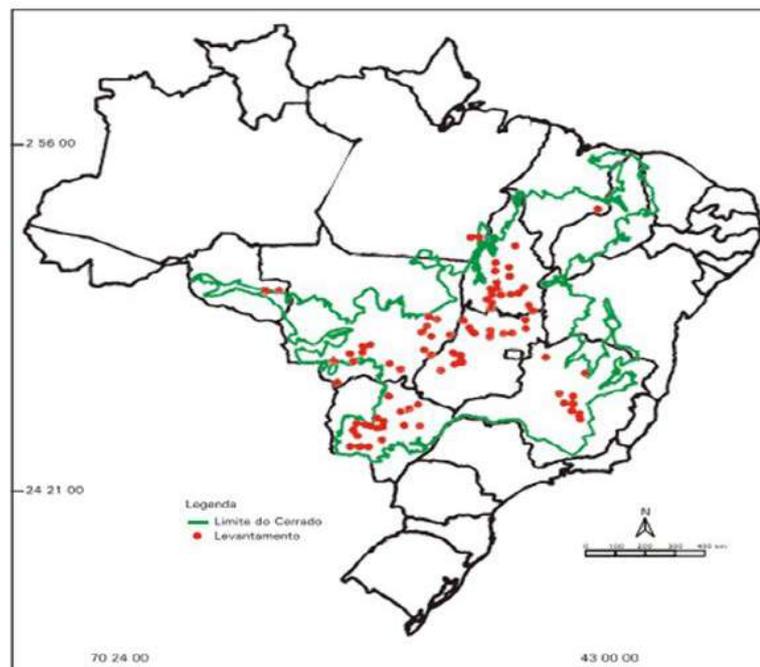
ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O baru é resistente aos longos períodos de estiagem e escassez hídrica de até seis meses de duração (CARVALHO, 2003, p. 201). É encontrado em diversos estados onde predomina o bioma Cerrado, sendo a maior ocorrência principalmente nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal (CARRAZA; ÁVILA, 2010 *apud* Cunha, 2019). (Figura 2). Também está presente em outros estados, com menor proporção e em outros países da América do Sul, como Paraguai e Peru.

Figura 2: Distribuição Geográfica do Baru no Cerrado



Fonte: RATTER 2000 *apud* Cunha 2019.

Conforme dados divulgados no site da EMBRAPA (2021)⁵ o cumbaru/baru é mais nutritivo do que o amendoim e a maioria das nozes. Cerca de 30% de seu peso é constituído de proteínas. “Também é rico em vitamina C, ferro, polifenóis, flavonoides e antocianinas, o que o coloca na condição de um alimento funcional”. A amêndoa, rica em carboidratos, lipídeos, proteína e fibra é usada em receitas diversas com alto valor nutricional. Como o fruto é 100%

⁵ Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/64724803/arvore-do-baru-e-excelente-alternativa-para-cultivo-em-ilpf>



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



aproveitado, também pode ser usado como carvão com alto valor calorífico (especialmente a parte denominada de endocarpo).

Todavia, cabe salientar que o baru possui outros usos, além dos já especificados aqui. Cunha (2019) cita Rodrigues (2004, p. 38) para destacar que antes de ser descoberto o potencial nutricional e alimentício do baru para o consumo humano, por muito tempo essa planta sofreu com o corte indiscriminado da madeira para utilização na construção de cercas, fabricação de móveis e produção de carvão vegetal, além de servir também para a nutrição animal.

O EXTRATIVISMO DO BARU EM COMUNIDADES RURAIS

A popularidade do baru está se tornando visível rapidamente, mais do que a sua disponibilidade, uma vez que sua safra se dá somente uma vez por ano. O Brasil é o principal país do mundo que produz essa espécie, sendo que quase metade de sua produção já é vendida para o exterior, 25% para Europa e 22% para os Estados Unidos. (REVISTA FACTMR)

Ao observar o mercado, no contexto econômico e social, Schneider (2016, p.97 *apud* GARCIA, 2017) aponta três definições. Uma delas é o espaço físico da realização de troca de materiais, produtos e de mercadorias; a outra é o mercado como princípio orientador da sociedade e economia (capitalismo); e a terceira como construção social de interação de agentes que intercambiam por motivos econômicos, sociais ou culturais.

Essa última definição remete à compreensão acerca dos mercados em que as comunidades rurais buscam se inserir.

Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, os seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivos para conflitos, protestos e disputas. (SCHNEIDER, 2016, p. 95 *apud* GARCIA, 2017, p. 19-20)

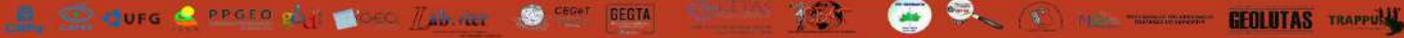
Nessa perspectiva Duarte *et al* (2016, *apud* GARCIA 2017, p. 26), salienta que os produtos da agricultura familiar extrativista do Cerrado, estão inseridos nos “mercados agroalimentares alternativos”, os quais têm como principais



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



características, os valores identitários, socioambientais, culturais e tradicionais, compondo também a dimensão teórica dos produtos singulares.

Os bens/produtos tidos como singulares correspondem a uma relação que leva em consideração uma qualidade subjetiva, ligados principalmente a questões de gosto e preferência, e não apenas a preço como no caso de bens que possuem relações do tipo utilidades e que podem ser comparados de forma objetiva. (GARCIA, 2017, p. 27)

Segundo Garcia (2017), os produtos decorrentes do extrativismo podem ser estudados nesta perspectiva de singularidades, uma vez que possuem características únicas e qualidades que ultrapassam o julgamento dos preços no mercado, além de que os consumidores desses produtos possuem um perfil mais exigente.

Esses produtos singulares na agricultura familiar possuem características tais como tradicionais, locais, artesanais, regionais entre outros, sendo conhecidos na Europa como “Produtos com história”. (ZUIN, 2007 *apud* GARCIA, 2017, p. 28)

Desse modo, a leitura de construção social dos mercados, perpassa pela busca de compreender o lado social das relações existentes nos mercados agroextrativistas e a sua influência no processo de valorização de produtos do Cerrado. (GARCIA, 2017, p. 33)

Nessa perspectiva, cabe observar que o projeto Cadeia Socioprodutiva do Barú, que visa agregar renda para famílias agroextrativista no estado de Mato Grosso do Sul, além de focar na proteção do Cerrado, juntamente com o CEPPEC, a ONG ECOA, a Fundação Banco do Brasil, Cerrado em Pé e PIS (Projeto de Inclusão Socioprodutiva), buscam juntos estruturar a coleta do barú em vários municípios sul-mato-grossenses, a exemplo de Nioaque, Bonito, Sidrolândia, Anastácio e Rochedo, bem como apoiar a logística e escoamento do produto.

Ao todo no momento são dez comunidades rurais que participam desse projeto, tais como a Aldeia Indígena Imbirussu em Aquidauana; Aldeia Indígena Água Branca em Nioaque; Aldeia Indígena Brejão em Nioaque; Furnas da Boa Sorte em Corguinho; Assentamento Boa Esperança em Nioaque; Assentamento Santa Lúcia em Bonito; Assentamento Colônia Conceição em



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Nioaque; Assentamento Monjolinho em Anastácio; Assentamento São Manoel em Anastácio e o Assentamento Andalucia em Nioaque.

Verificamos que a influência dessas entidades parceiras na construção e fortalecimento da Cadeia Socioprodutiva do Baru territorializada em comunidades rurais desses municípios citados, especialmente no município de Nioaque, envolve não somente assentamentos da agricultura familiar, mas também aldeias indígenas.

Além dos municípios citados, outros como Rio Verde, Coxim, Nova Andradina, Nova Alvorada, Miranda, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Dois Irmãos do Buriti, Terenos e o Distrito Anhanduí em Campo Grande (capital) também apresentam grande potencial de expansão para a coleta do fruto.

Conforme informações obtidas no site da ECOA, bem como durante a visita de campo realizada em junho de 2023, o programa Saberes do Cerrado e Pantanal foi acolhido pela ECOA e CEPPEC em 2006, sob a coordenação do professor Geraldo Alves Damasceno Junior da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ainda conforme informações do site da ECOA, a mesma, juntamente com a fundação Banco do Brasil, colaborou com o aumento da colheita dos frutos, disponibilizando recursos para dois contêineres com capacidade para estocar 800 sacas de 50 quilos cada, para o armazenamento do Baru.

Em 2021, o projeto, gerou uma renda líquida de R\$ 32.600,00, a qual contemplou 60 famílias a partir das atividades de coleta de frutos e quebra da castanha. Além disso, também foi gerado trabalho para diaristas, para os quais foi pago R\$ 12.525,00 por serviços como carregamento e armazenamento das sacas e embalagem das castanhas.

Segundo a coordenadora do projeto no Assentamento Andalucia, em 2022 houve aumento da produção que possibilitou também a elevação da renda familiar em 30%, ultrapassando o percentual do ano anterior, que foi de 20%. Dentro da articulação promovida pelo projeto, foram coletados 68.000kg de Baru, com aumento de 13.000kg em relação ao ano anterior. Cada família recebeu entre R\$ 500 e R\$1.300 de renda extra durante os meses de colheita e quebra do baru.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O EXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL NO ASSENTAMENTO ANDALUCIA

O Assentamento Andalucia está localizado no município de Nioaque – MS, divisa com o município de Aquidauana. A área de 4.815 hectares era uma fazenda pertencente ao espanhol Rafael Gutierre Galere. Em 1993, a mesma foi desapropriada por não cumprir a função social da terra, sendo então transformada em assentamento. O processo de luta pela terra (acampamento e assentamento) foi organizado pelo MST e FETAGRI. Foram cinco anos de luta até que os lotes fossem distribuídos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Na ocasião foram assentadas 164 famílias. (ENTREVISTA – 10/2022)

Percebemos por meio das entrevistas e rodas de conversas que a luta pela desapropriação e formação do assentamento foi árdua, mas ela não se encerrou na conquista da terra. A luta maior das famílias assentadas é para se manter na e da terra. Para muitos assentados é muito difícil permanecer em seu lote, pois os obstáculos são diversos, desde a falta de habilidade com o cultivo, de acesso a crédito, dificuldade com o manejo do solo e de realizar ações coletivas.

Mediante as dificuldades muitos assentados acabam desistindo de permanecer nas terras depois de conseguir. Portanto, aderir a um modelo de produção sustentável pautada no extrativismo tem sido uma forma de resistência e persistência para continuar na terra.

No assentamento Andalucia o baru, fruto extraído pelos assentados, garante o sustento de 14 famílias incluídas no projeto CEPPEC, as quais realizam o extrativismo sustentável e obtêm renda média mensal em torno de 1.000 reais. Todavia, nem todas as famílias do assentamento são associadas ao CEPPEC e praticam o extrativismo.

O baru pode ser 100% aproveitado, desde a castanha até a casca. Como já destacamos anteriormente, além do uso culinário, a castanha possui princípios medicinais, cosméticos e a casca pode ser usada como carvão (para cozinhar alimentos) e como biocimento.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Em visita a um dos lotes verificamos que os assentados coletam os frutos direto do chão no período de setembro a janeiro. Verificamos ainda que há uma divisão sexual e social do trabalho, sendo os homens da comunidade os coletores que, além dessa função trabalham em outras atividades no campo, tais como plantio de frutas, hortaliças, café, feijão, arroz, milho, dentre outros e criação de bovinos (leite e corte) e suínos. Enquanto as mulheres realizam a maior parte dos trabalhos com o baru, desde a quebra da semente, a higienização e a queima.

A quebra da castanha do baru é difícil, pois a mesma é dura e os equipamentos utilizados no processo são rudimentares e adaptados. Nesse processo artesanal realizado, tanto no lote como na agroindústria do CEPPEC, é utilizado uma foice ou um facão que são presos a um tronco de madeira, se tornando uma alavanca (Figura 3). Essa tarefa de extração da amêndoa exige muito cuidado e atenção, pois há risco de acidente.

Figura 3 – Ferramentas de corte e extração da amêndoa do baru



Fonte: Trabalho de campo, 2022/2023.

O CEPPEC E SUAS AÇÕES NA COMUNIDADE

O Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado (CEPPEC), localizado no Assentamento Andalucia, foi inaugurado em dezembro de 2003, com o objetivo de se tornar referência para os produtores rurais do Cerrado/Pantanal, capacitando e pesquisando.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O fortalecimento do CEPPEC ocorre por meio de parcerias com outras organizações e instituições como é o caso da ECOA e da WWF. Essas parcerias ajudam a promover a articulação para um modelo de produção sustentável. Como estratégia de fortalecimento da rede de proteção do bioma e de geração de renda e desenvolvimento pautados no extrativismo sustentável, o CEPPEC trabalha no sentido de transmitir os conhecimentos sobre os frutos do Cerrado, especialmente do baru, para outras comunidades rurais que ainda não conhecem esses frutos e não dominam o manejo.

Como o baru existente no assentamento é nativo a quantidade exata de pés não é contabilizada. Além da coleta ser feita nos lotes das famílias vinculadas ao CEPPEC, as famílias que não fazem parte do grupo cedem sua área para que seja realizada a coleta. (ENTREVISTA EM 10/2022)

Visando o aumento da produção, está em andamento um estudo com o Grupo Raízes do Cerrado para a criação de um viveiro, pois já há encomenda de mudas pelos povos Guarani e Kaiowá da terra indígena de Dourados-MS.

Durante a entrevista nos foi informado ainda que os produtos decorrentes do processamento de outros frutos do Cerrado (jatobá, jenipapo) pelas famílias assentadas, bem como do cumbaru (licores, biscoitos, pães, farinha, bombons, sorvetes e a amêndoa) tiveram um aumento significativo da procura (Figura 4).

Figura 4 – Produtos elaborados a partir da amêndoa do baru



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Os mesmos são produzidos na agroindústria do CEPPEC e colocados para venda na loja de produtos do Cerrado denominada Armazém, em Campo



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Grande/MS, bem como no Armazém do Paraná. São comercializados também em feiras livres, especialmente em feiras de produtos da agricultura familiar, em Campo Grande.

Conforme informou uma das entrevistadas foram os pesquisadores da UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) que despertaram o interesse da comunidade pelo extrativismo desses frutos. A partir daí os assentados foram tendo clareza e conhecimento de como cuidar do Cerrado e do baru, “antes disso não conhecíamos, até comíamos a castanha, porém não tínhamos conhecimento de sua utilidade e do seu valor no mercado” (ENTREVISTA – 10/2022).

Faz-se importante observar que se trata de famílias que resistem para permanecer na terra gerando emprego e renda. Que pela trajetória de organização e luta pela terra se opõem ao modelo de agronegócio. Todavia, durante a roda de conversa com os dirigentes do CEPPEC, observamos que discurso caminha na direção de um negócio que possibilite maior produção, produtividade, inserção no mercado nacional/internacional e aumento da remuneração das famílias.

Algo não vislumbrado com a forma de extrativismo e processamento artesanal do momento. E sim com o desenvolvimento de espécies e de plantio de mudas, bem como da implantação de máquinas modernas. Nessa perspectiva foi citado que a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) está desenvolvendo pesquisa para mudar geneticamente a semente do cumbaru, para aumentar a produção, de modo a estimular a exportação do produto.

Nesse aspecto percebemos uma contradição frente ao que é defendido pelo CEPPEC, pois a partir do momento que esta ideia de mudar geneticamente a semente for colocada em prática, o princípio do extrativismo sustentável será suplantado, se tornando um negócio de produção de *commodities*, demandando cada vez mais terra, insumos e máquinas. Desse modo, a perspectiva mercadológica de produção em larga escala se apresenta totalmente contrária aos valores defendidos pela comunidade.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O baru se mostra uma fonte de renda sustentável, beneficiando financeiramente famílias que vivem em comunidades rurais localizadas no Cerrado brasileiro e, de modo particular as famílias que residem no assentamento Andalucia, no município de Nioaque, região sudoeste de Mato Grosso do Sul.

A pesquisa revelou que se trata de uma planta com grande potencial de processamento e uso no setor alimentício, de cosmético e farmacêutico. Descoberta por meio de pesquisas de universidades que, juntamente com ONGs, como a ECOA e a WWF, tem incentivado as comunidades rurais a praticarem o extrativismo sustentável como forma de preservar o Cerrado e gerar renda.

Como vimos, o trabalho do CEPPEC no sentido de divulgar a importância do baru como fonte de renda, levando conhecimento sobre o manejo da planta e a prática extrativista para outras comunidades rurais, tem conseguido a adesão das mesmas e, desse modo, a territorialização de uma rede de proteção do Cerrado.

Todavia, como já destacado, verificamos que esse potencial do baru já está sendo estudado pela EMBRAPA com perspectiva mercadológica. O que implica em modificação genética da planta para produzir o baru em larga escala para o mercado.

Observamos que os dirigentes do CEPPEC buscam parcerias para a aquisição de máquinas modernas para o processamento do fruto e da amêndoa do baru e almejam a expansão da produção e maior inserção no mercado. Acreditamos que com isso o objetivo do CEPPEC seja melhorar as condições de trabalho e de renda das famílias, especialmente das mulheres e jovens envolvidos na atividade extrativista, e que a produção de baru na perspectiva capitalista, se ocorrer, será a longo prazo.

No entanto, há a preocupação com a extinção do extrativismo sustentável que garante a proteção do Bioma Cerrado e sua substituição pela produção em escala comercial, prejudicando assim o desenvolvimento social e econômico das comunidades.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Significa dizer que com a territorialização do agronegócio monopolizando a produção e conseqüentemente o território, ocorrerá a alteração da dinâmica socioeconômica da região, trazendo sérios impactos socioambientais.

Diante desse cenário, entendemos a expansão territorial do extrativismo sustentável para novas comunidades rurais como uma importante rede de proteção do Cerrado, que precisa ser respeitada e apoiada.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, P. E. R. In: Revista EMBRAPA - Espécies Arbóreas Brasileiras vol.1. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/231668/1/Especies-Arboreas-Brasileiras-vol-1-Baru.pdf> Acesso em: 11/08/2023

CONAB. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/moc/78_NORMAS_ESPECIFICAS_DE_BARU_AMENDOA_EXTRATIVISTA_SAFRA-2022.pdf Acesso em: 14/09/2022

CONAB – Boletim da socio biodiversidade. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/boletim-da-sociobiodiversidade/boletim-sociobio?limitstart=0> Acesso em: 14/09/2022

CUNHA, P. D. DA. **Viabilidade socioeconômica de atividades agroextrativistas: estudo de caso com baru e pequi em dois assentamentos de Formosa-GO. Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília/UnB, 2019. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/36098> Acesso em: 10/08/2023.

ECO A – Safra do Baru 2022. Disponível em: <https://ecoa.org.br/com-apoio-da-fundacao-banco-do-brasil-coletores-de-baru-devem-aumentar-producao-em-30-toneladas/> Acesso em: 20/09/2022

ECO A – Cadeia Socio Produtiva do Baru. Disponível em: <https://novamata.org/iniciativa/cadeia-socioprodutiva-do-baru/> Acesso em: 21/09/2022

ECO A. Disponível em: <https://ecoa.org.br/page/1/?s=baru&ertthndxbcvs=yes#038;ertthndxbcvs=yes> Acesso em: 07/10/2022

EMBRAPA – Arvore do Baru é excelente alternativa para cultivo em ILPF. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/>



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



/noticia/64724803/arvore-do-baru-e-excelente-alternativa-para-cultivo-em-ilpf#qualidades%20nutricionais. Acesso em: 09/10/2022

EMBRAPA. <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/64724803/arvore-do-baru-e-excelente-alternativa-para-cultivo-em-ilpf>
Acesso em: 05/08/2023

GARCIA, J. P. Valorização de produtos agroextrativista do cerrado: comercialização e construção de mercados da socio biodiversidade. Dissertação de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, Planaltina DF; 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24443/1/2017_JessicaPereiraGarcia.pdf Acesso em: 14/08/2023

Revista FACTMR – Relatório-Mercado Castanha do Baru. Disponível em: <https://www.factmr.com/report/1362/baru-nuts-market> Acesso em: 16/10/2022

SANO, S. M., BRITO, M. A. de, RIBEIRO, J. F., Revista EMBRAPA – Plantas para o Futuro-Região Centro-Oeste. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/163203/1/baru.pdf> Acesso em: 15/11/2022

STORYMAPS- Mapeamento Participativo do Baru no MS. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/6a8203060d5b4bd89c544eef53ca85c4>
Acesso em: 16/11/2022

VALADÃO, G. M. Aspectos econômicos do extrativismo do baru no vale do rio Urucu ia, Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Ciências Florestais. Publicação PPG/EFL. DM-256/2016, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 100p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20064?mode=full>. Acesso em: 13/08/2023



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS HUMANAS NO NOVO ENSINO MÉDIO

Alberta von Mühlen Bertele¹

Eduarda de Freitas Sardi²

Resumo

O Novo Ensino Médio trouxe consigo discussões no âmbito educacional do Brasil. Sua implantação vem acompanhada de inúmeras lacunas, já que uma importante área como as ciências humanas, é desvalorizada diante do novo currículo. O trabalho docente mais uma vez sofre com a precarização de suas funções e de seus direitos. A presente pesquisa nasce a partir desse cenário preocupante, caracterizando-se pela análise de normas e bibliografias referentes à implantação do Novo Ensino Médio e a situação do professor de ciências humanas nesse cenário. Este trabalho tem como objetivo compreender quais mudanças ocorreram no trabalho do professor da área de ciências humanas com a implantação do Novo Ensino Médio e entender em quais pontos o trabalho do professor foi ainda mais precarizado. Somando a outras problemáticas, o Novo Ensino Médio está esgotando os professores e o lecionar, se tornou difícil e desgastante aos professores de ciências humanas.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Ciências Humanas; Trabalho do professor;

Introdução

O ano de 2016, no âmbito educacional, foi marcado com o encaminhando da medida provisória (MP) nº 746/2016 (GARIGLIO, ALMEIDA JÚNIOR E OLIVEIRA, 2017, p. 55), nominada “MP da Reforma do Ensino Médio”, do Governo Federal ao Congresso Nacional. Apesar de muito questionada e criticada por docentes, pesquisadores, estudantes e por parte da comunidade, a MP prevaleceu, instituindo, por meio da Lei nº 13.415/2017 (DA SILVA E BOUTIN, 2018, p.522), a Reforma do Ensino Médio.

De acordo com o que consta no site oficial do Ministério da Educação, o Novo Ensino Médio objetiva “garantir a oferta de educação de qualidade e de aproximar as escolas à realidade (trabalho e vida em sociedade) dos estudantes de hoje” (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). Para isso, determina a mudança na estrutura do ensino médio em nível nacional, um novo currículo chamado de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ampliação da carga horária de 2400 para

¹ Licenciada em geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFSM, Brasil. Contato: albertabertele@gmail.com

² Licenciada em geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFSM, Brasil. Contato: eduarda.sardi@hotmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



3000 horas, das quais 1800 horas devem ser destinadas para a integralização da BNCC e 1200 horas para os itinerários formativos, buscando “flexibilizar parte do currículo do Ensino Médio com caminhos formativos à escolha dos estudantes, dependendo das possibilidades de oferta dos sistemas de Ensino” (HERNANDES, 2020, p. 580).

[...] pelo menos 1200 horas serão destinadas aos itinerários formativos, podendo percorrer uma ou mais trilhas de aprendizagem/aprofundamento relacionadas às áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências humanas e sociais e ciências da natureza) ou à formação técnica e profissional (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

Segundo Rego, de Queiroz e de Moraes (2022, p. 47), os “Itinerários Formativos são um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho em que os estudantes poderão escolher se aprofundar”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, tal como “a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)” (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). É a atual referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares municipais, estaduais e federais, tanto do ensino fundamental quanto médio.

Porém, o Novo Ensino Médio trouxe muitas discussões. Dentre as grandes críticas feitas, destaca-se a forma como ele foi construído, que foi sem diálogo com a sociedade, com os estudantes e sobretudo com os docentes. Os críticos apontam que esse novo modelo apenas intensificará as desigualdades entre alunos de escolas públicas e privadas (GARIGLIO, ALMEIDA JÚNIOR E OLIVEIRA, 2017, p. 55).

A principal novidade trazida pela BNCC e pelo Novo Ensino Médio é o agrupamento de disciplinas por áreas, como Ciências Humanas, que, somada à gritante distinção de valor entre as disciplinas, são os pontos mais repressores do Novo Ensino Médio. Tendo português e matemática como protagonistas e, no início de sua implementação, as únicas obrigatórias, o Novo Ensino Médio desvaloriza as demais ciências, como as ciências humanas, disputada na grade curricular por professores graduados em geografia, história, sociologia e filosofia.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Ademais, outros fatores, que serão discutidos no texto, trazidos pelo Novo Ensino Médio, contribuíram para a precarização do trabalho do professor de ciências humanas, deste modo, este trabalho tem como objetivo compreender quais mudanças ocorreram no trabalho do professor da área de ciências humanas com a implantação do Novo Ensino Médio e entender em quais pontos o trabalho do professor foi ainda mais precarizado.

Metodologia

A presente pesquisa se caracteriza pela análise de normas e bibliografias referentes à implantação do Novo Ensino Médio. A análise dessas leituras permite compreender a complexidade dessa mudança de currículo e o impacto que ela tem dentro da escola e nas funções dos docentes. Demonstra um projeto político de educação pensado por e para um determinado grupo político e social.

Contextualizando o Novo Ensino Médio

Conforme já exposto, foi a Lei nº 13.415/17 que regulamentou o Novo Ensino Médio e a BNCC, através da medida provisória (MP) nº 746/2016, atropelando, segundo Costa e da Silva (2019, p. 03) o Plano Nacional de Educação 2014–2024 e “todo o debate acumulado sobre a elaboração de metas e de políticas públicas referentes à educação brasileira”.

O Novo Ensino Médio prioriza a ampliação da carga horária anual, a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, cujo currículo deve considerar a construção do projeto de vida dos alunos e suas “formações nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (COSTA E DA SILVA, 2019, p. 8).

O currículo do ensino médio será composto da BNCC (1800 horas) e de itinerários formativos (1200 horas), que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, também consideradas áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional (COSTA E DA SILVA, 2019, p. 8).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Desde 2017, ocorrem diversas mudanças nas determinações do Novo Ensino Médio, principalmente quando se refere a carga horária mínima. De acordo com um documento produzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2018, p.419),

o parágrafo 5º do art. 35-A da LDB, introduzido pela Lei 13.415, limita o cumprimento de toda a BNCC em no máximo 1.800 horas. Já o § 1º do art. 24, também da LDB e com redação conferida pela Lei do Ensino Médio, estabeleceu 2.400 horas de carga horária para o ensino médio até 1º de março de 2017, ampliando essa carga curricular entre 2017 e 2022 para pelo menos 3.000 horas. A partir desta data, o ensino médio passará a ter duração de 4.200 horas.

Ainda, no início de 2023, devido a grandes críticas, um projeto de lei encaminhado para o Congresso buscou ajustar algumas questões do Novo Ensino Médio, assim, no quesito carga horária, de acordo com as novas diretrizes, passa novamente ao mínimo de “2.400 horas de Formação Geral Básica para todos os estudantes cursarem o ensino médio sem a integração com um curso técnico” e “permissão excepcional para que as redes oferecem a Formação Geral Básica em 2.100 horas, desde que articulada com um curso técnico de, no mínimo, 800 horas” (SANTOS, 2023).

Conforme aponta Silva e Boutin (2018, p. 525),

a atual proposta de reforma do ensino médio, aparentemente, trata-se de mais uma política na agenda da educação integral que visa muito mais a necessidade de ampliar o tempo do que de ampliar as possibilidades educativas comprometidas com a formação mais completa do educando, demonstrando que o que se deseja é, na verdade, um aluno por mais tempo na escola.

Uma das principais críticas a ampliação da carga horária do Novo Ensino Médio é que ela não significa a ampliação da estrutura física das escolas públicas e o número de profissionais da educação e funcionários das escolas (SILVA E BOUTIN, 2018, p.528), ou seja, a ampliação da carga horária intensifica a precariedade no âmbito escolar.

Outra crítica em relação ao Novo Ensino Médio tem relação com sua organização por itinerários formativos específicos das cinco áreas do conhecimento já expostas. Costa e da Silva (2019, p.8) apontam que esses itinerários “atendem



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



funções utilitaristas, como a formação para um possível mercado de trabalho, subsumindo sobretudo a função de formação para a cidadania, prevista em legislações anteriores”, lugar de atuação das ciências humanas, que deixaram de ser obrigatórias.

A justificativa para essa nova organização curricular é que o currículo antigo “é reflexo de um modelo prejudicial que não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências” (BRASIL, 2016 apud SILVA E BOUTIN, 2018, p. 529), enfatizando também a necessidade de adequar o currículo às exigências do mercado de trabalho, sendo esses argumentos usados para defesa da Medida Provisória nº 746/2016.

Já que as ciências humanas não suprem aos interesses do Novo Ensino Médio, mais voltado para a “formação do futuro empregado do que uma formação humana multifacetada” (SILVA E BOUTIN, 2018, p. 529), foi deixada sua obrigatoriedade de fora do currículo, o que trouxe diversas discussões no âmbito escolar, acadêmico e social, fazendo com que, como nova diretriz oficial, no início de 2023, todas as disciplinas retomaram a ser obrigatórias no Ensino Médio, incluindo a língua espanhol (SANTOS, 2023).

Ainda, Silva e Boutin (2018, p. 529) destacam que os itinerários formativos estão à critério dos sistemas de ensino, e não do aluno.

o sistema de ensino em questão pode vir a não ofertar o itinerário formativo desejado pelo aluno, e pior ainda, o sistema de ensino pode vir a ofertar somente aqueles itinerários que os recursos, muitas vezes precários, permitirem (SILVA E BOUTIN, 2018, p. 529).

Além disso, há a questão do que foi denominado “professor com notório saber”, que

propõe a certificação de conhecimento para professores da educação básica, em qualquer área do conhecimento, e para qualquer nível de ensino. Sua finalidade precípua é reduzir o déficit de professores da rede de ensino, ampliando o contingente de profissionais “habilitados” a assumir a árdua e relevante tarefa de formar nossos jovens (ARCHANGELO, 2017).

Deste modo, qualquer profissional pode ser docente na formação técnica e profissional do Novo Ensino Médio, desqualificando a formação especializada e teórico-prática dos licenciados. Novamente, como outras novas diretrizes, no início



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de 2023 houve a “revogação da inclusão de profissionais não licenciados, com reconhecimento de notório saber, na categoria de profissionais do magistério”, assim, haverá uma “regulamentação das situações nas quais esses profissionais poderão atuar, excepcionalmente, na docência do ensino médio” (SANTOS, 2023).

Outras problemáticas quanto ao Novo Ensino Médio são feitas, como aponta Santos:

Escolas sem infraestrutura (salas de aula em número insuficiente, por exemplo), falta de formação adequada dos professores e diminuição da carga horária de disciplinas tradicionais são alguns dos pontos que, segundo os críticos, podem ampliar ainda mais a desigualdade no acesso ao ensino superior entre os alunos da rede pública e os da rede particular (SANTOS, 2023).

Portanto, a ideia principal do Novo Ensino Médio é que a formação básica comum seja realizada na metade do tempo do antigo ensino médio e, após essa etapa, o aluno ‘escolhe’ um dos itinerários para seguir sua formação, dentro do que o sistema do ensino está ofertando e possibilitando.

São muitas as insatisfações dos educadores e dos educandos com relação ao Novo Ensino Médio. São mudanças estruturais, instituídas por meio de uma Medida Provisória, sem diálogo com a sociedade em geral e principalmente com os mais afetados por essas mudanças: os alunos e os professores (SILVA E BOUTIN, 2018, p.530).

E as ciências humanas nesse cenário?

Conforme já exposto, a grade disciplinar do Novo Ensino Médio é composta por áreas do conhecimento ajustadas a BNCC, deste modo, a disciplina de história, geografia, sociologia e filosofia passam a compor a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que, como consta a BNCC, tem como objetivo

desenvolver a capacidade dos estudantes de estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas. Para tanto, a Base propõe, ou impõe, habilidades e competências para que os estudantes possam ter o domínio de conceitos e metodologias próprios dessa área (REGO, DE QUEIROZ E DE MORAIS, 2022, p. 46).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas conta com apenas seis competências na BNCC, que teoricamente deveriam suprir a complexidade e importância das quatro disciplinas que compõe a área, para o desenvolvimento cognitivo da área na formação dos alunos e contemplar as diversas dimensões dessas disciplinas (PFEIFER, 2021).

O agrupamento de disciplinas numa única área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, somada as poucas e generalistas seis competências da BNCC, não conseguem suprir as complexidades e discussões exigidas pela geografia, história, sociologia e filosofia, pois cada uma dessas ciências apresenta distintos objetivos, métodos, teorias e argumentos.

Como consequência, essas quatro disciplinas são diluídas em apenas uma, pois perderam sua autonomia, e apenas pequenas partes de teorias e conteúdos de cada disciplina são trabalhadas em sala de aula, desvalorizando a formação dos professores de ciências humanas, as ciências da área de humanas em si e todas as suas complexidades e facetas.

Além disso, há a problemática questão da carga horária. Houve uma significativa redução de carga horária de diversas disciplinas, incluindo as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, impedindo um maior aprofundamento de seus conteúdos, obrigando também o professor a selecionar os que considera mais importantes e relevantes para os alunos.

A questão é que disciplinas cuja carga conteudista não se compara ao das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas foram privilegiadas com uma significativa carga horária semanal. Por exemplo, tem-se a disciplina obrigatória de “Projeto de Vida”, que possui, segundo Pfeifer (2021), “duas aulas semanais nos três anos do ensino médio”.

Assim, o problema das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Novo Ensino Médio está em como os professores devem trabalhar as temáticas das quatro disciplinas de forma ampla, com profundidade científica e de maneira interdisciplinar, numa carga horária reduzida e agrupadas em uma única disciplina.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Com a reforma do Ensino Médio, às quatro áreas do conhecimento da BNCC (linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza) correspondem a 60% da carga horária, de caráter obrigatório e os demais 40% serão compostos pelos Itinerários Formativos (REGO, DE QUEIROZ E DE MORAIS, 2022, p. 47).

Deste modo, uma solução para o aluno que se interessa pelas ciências humanas e ampliar sua carga horária de estudos na área é “através dos itinerários formativos que compõem as trilhas de aprofundamento e os Componentes Curriculares eletivos” (PFEIFER, 2021). Porém não são obrigatórios, dependem do interesse do aluno e das escolas terem condições de ofertá-la (PFEIFER, 2021), fora as demais críticas já realizadas aos itinerários formativos neste trabalho.

Voltando ao trabalho do professor de ciências humanas, devido a redução da carga horária de sua área de atuação, o professor é obrigado a trabalhar em várias escolas, ou assumir os itinerários formativos das ciências humanas, ou demais disciplinas obrigatórias, que não são da sua área de formação, como por exemplo a disciplina “Projeto de Vida”.

Vale destacar que os professores de humanas não receberam formação apropriada para assumir os itinerários formativos e demais disciplinas obrigatórias, bem como existe uma falta de atividades e materiais ofertados, como livros didáticos, próprios para essas novas disciplinas impostas pelo Novo Ensino Médio, obrigando os professores a dedicarem tempo a estudos e elaboração de materiais.

Deste modo, ressaltamos a citação de Pfeifer (2021):

compreendemos que as/os docentes terão que construir um repertório de conteúdos a serem trabalhados que nem sempre terá uma relação direta com sua formação. Nosso entendimento é de que essa problemática abre caminhos para a precarização e desprofissionalização do trabalho docente em uma organização curricular flexível.

Considerações finais

Os professores de ciências humanas, além de disputarem a disciplina com professores licenciados em história, geografia, sociologia e filosofia, são obrigados a assumirem demais disciplinas, as denominadas trilhas, obrigando-os a estudar



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



conteúdos que não são da sua área, com uma precarização nos materiais para o desenvolvimento da aula e respectivas atividades desenvolvidas.

A carência de cursos preparatórios, seja para as escolas públicas terem maior apoio e orientações sobre a implantação do Novo Ensino Médio, seja para os professores receberem instruções e materiais das novas disciplinas são um dos fatores que contribuíram para a precarização do trabalho do professor e críticas negativas em relação a implantação do Novo Ensino Médio na escola.

Além disso, com a redução da carga horária das ciências humanas e o agrupamento de suas áreas em apenas uma disciplina provoca a desvalorização desses professores e seus trabalhos, bem como a importância das ciências humanas quanto ciência e sua contribuição na formação cidadã do aluno.

O fato de algumas trilhas e itinerários formativos terem maior carga horária que as ciências humanas e sociais aplicadas, somadas com a flexibilização dos requisitos para a contratação de profissionais que ocuparão o papel do professor, é um desrespeito ao licenciado e aos licenciados das ciências humanas.

Somando a outras problemáticas, o Novo Ensino Médio está esgotando os professores, psicologicamente, fisicamente e emocionalmente. O trabalho de lecionar, que até então já sofria dificuldades, se tornou precarizado e desgastante aos professores, juntamente com sua desvalorização quanto professor de ciências humanas.

Devido às inúmeras críticas, foi encaminhado, no ano de 2023, um documento com as novas diretrizes do Novo Ensino Médio, algumas expostas no trabalho, tentando eliminar as críticas e problemas da reforma que mudou a grade curricular e oferta de disciplinas optativas em todas as escolas do país, porém, as discussões quanto ao Novo Ensino Médio não se esgotam e frequentemente há mudanças em suas diretrizes.

É válido destacar, nesta conclusão, algumas contribuições trazidas por Hernandez (2020, p. 591), como uma 'solução', apesar de não gostarmos do termo, que seriam mais relevantes para a educação pública brasileira que a atual Reforma do Novo Ensino Médio. Ele destaca a situação de precariedade das escolas públicas brasileiras como algo histórico e consequência das "medidas de barateamento do custo-aluno; desvalorização dos educadores sob a forma de baixos salários" (PATTO, 2007, p. 243 apud HERNANDES, 2020, p. 591).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Nesse cenário, há falta de materiais didáticos para aulas mais atrativas e pedagógicas, as estruturas físicas das escolas não atraem os estudantes, seja para entrar, permanecer ou vivenciar o espaço escolar; turmas com um grande número de alunos, onde o professor não consegue dar assistência a todos, bem como a falta de apoio e assistência para os alunos PCD dentro da sala de aula. Tal como, devido à falta de incentivo salarial, os professores são obrigados a assumirem jornadas de trabalho extenuantes, não conseguindo dedicar tempo a novos materiais, didáticas na sala de aula, atualizações de assuntos, e principalmente, na sua saúde, seja física, psicológica e emocional.

Por fim, destacamos que escola não é uma empresa para gerar lucros e melhores custos/benefícios, mas infelizmente, numa política neoliberal, o Estado prefere realizar uma Reforma no Ensino Médio, onde as políticas de barateamento do custo-aluno e precarização da educação ainda se fazem presentes e, pior, prosseguir com ela, mesmo com críticas de acadêmicos, especialistas em educação, alunos, professores e sociedade em geral.

Referências bibliográficas

ARCHANGELO, A. “Notório saber” na educação desonera o Estado de sua responsabilidade. **CartaCapital**, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/notorio-saber-na-educacao-desonera-o-estado-de-sua-responsabilidade/>>. Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio** - perguntas e respostas. Brasília: s.d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que muda no Novo Ensino Médio?**. Brasília: s.d. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio>>. Acesso em: outubro de 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



COSTA, M. O.; DA SILVA, L. A. **Educação e democracia:** Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. *Revista Brasileira de Educação* v. 24 e. 240047, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWMP3zGw4ygSGNvbmN4p/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: novembro de 2023.

DA SILVA, K. C. J. R.; BOUTIN, A.C. **Novo ensino médio e educação integral:** contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. *Educação*, v. 43, n. 3, p. 521-534, Universidade Federal de Santa Maria: julho-setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/1171/117157485009/117157485009.pdf>>. Acesso em: agosto de 2023.

EM EDUCAÇÃO, C. N. dos T. Consequências práticas da BNCC e da reforma do ensino médio. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 913–925, 2018. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/901>>. Acesso em: novembro de 2023.

GARIGLIO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, A. S.; OLIVEIRA, C. M. **O “novo” ensino médio:** implicações ao processo de legitimação da Educação física. *Motrivivência*, v. 29, n. 52, p. 53-70, Florianópolis/SC: setembro de 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p53/35032>>. Acesso em: agosto de 2023.

HERNANDES, P., R. A Lei no 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio. **Ensaio:** avaliação e políticas públicas em Educação, v. 28, n.108, p. 579-598, Rio de Janeiro: julho/setembro de 2020. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v28n108/1809-4465-ensaio-28-108-0579.pdf>>. Acesso em: novembro de 2023.

PFEIFER, D. P. **O lugar da geografia nos currículos escolares do ‘Novo’ Ensino Médio em Santa Catarina:** apontamentos iniciais. Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - A geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal, Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77755>>. Acesso em: dezembro de 2023.

REGO, F. G. M.; DE QUEIROZ, M. S.; DE MORAIS, P. A. A Base Nacional Comum Curricular e o ensino de história no Novo Ensino Médio. **Revista Acadêmica Caderno de Diálogos**, v. 1, n. 1., p. 43-56, Minas Gerais: 2022. Disponível em:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



<<https://periodicos.faculdefamart.edu.br/index.php/cadernodedialogos/article/view/61>>. Acesso em: dezembro de 2023.

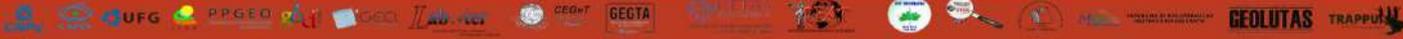
SANTOS, E. Após críticas e consulta pública, projeto de lei que muda Novo Ensino Médio é enviado para o Congresso. **G1** - educação, globo.com.br, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/10/24/apos-criticas-e-consulta-publica-sobre-reforma-mec-apresenta-proposta-para-novo-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em: novembro de 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A PRÁTICA DA PESCA ARTESANAL NAS COMUNIDADES DO TARARÁ E SOCORRO NO MUNICÍPIO DE TEFÉ-AMAZONAS

Ruan Queiroz de Vasconcelos Ferreira ¹

Leonardo de Oliveira Mendes ²

Viviane Pimentel Moscardini Sussumo ³

O presente trabalho é voltado a compreensão das dinâmicas espaciais da classe dos trabalhadores da pesca artesanal no município de Tefé – AM. Teve como principal objetivo debater e analisar a relação econômica e social dos pescadores, seu cenário de trabalho, as políticas públicas existentes voltadas para o setor pesqueiro, sua organização, assim como a atuação do sindicato sobre esta classe trabalhadora, baseando – se em duas etapas metodológicas. Primeiramente, pela introdução teórica e leituras bibliográficas. Em seguida, pela parte prática, consolidando – se nas entrevistas semiestruturadas realizadas em campo, a fim de obter um parâmetro sobre a situação atual desta classe tão importante, culturalmente e economicamente, para a região.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Território; Trabalho; Pescador.

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de uma pesquisa de iniciação científica, desenvolvida no laboratório de geografia do trabalho e dinâmicas territoriais na Amazônia – LAGETAM, junto a Universidade do Estado do Amazonas. Então, a prática pesqueira, em especial a artesanal, constitui uma das bases econômicas e culturais da região norte, partindo de pequenas comunidades que abastecem os municípios, que por sua vez movimentam o estado, contribuindo economicamente com a região como um todo.

Essa pesquisa buscou destacar e compreender o trabalho dos Pescadores e Pescadoras Artesanais das Comunidades do TARARÁ e do SOCORRO no município de Tefé-AM, refletindo as condições e relações de trabalho destes sujeitos e sua organização de classe. Nosso objetivo foi também, de forma mais específica, definir o perfil socioeconômico dos pescadores e pescadoras artesanais, suas relações e condições de trabalho, sua organização política de classe, verificar como se estabelece as relações entre os (as)

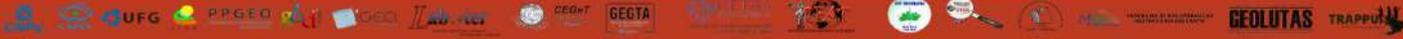
¹Graduando, Universidade do Estado do Amazonas, Brasil. Contato: ruan2001ferreira@gmail.com.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



pescadores (as) – Revendedores e pescadores (as) – Donos de Frigoríficos e descrever a logística de distribuição e comercialização do pescado.

Essa pesquisa busca respostas, de como esses sujeitos são tratados na sociedade? São valorizados? São reconhecidos pelo trabalho que fazem? Portanto são a partir desses questionamentos, que pesquisas como essas são importantes. Com essa pesquisa espera-se compreender como ocorre a dinâmica espacial do trabalho artesanal nessas comunidades do município, especificamente através das análises sobre sua fundamental importância no fornecimento de alimentos para a população. Refletir acerca da realidade cotidiana desse grupo populacional, suas tramas/dilemas sociais, relações com o Estado e seu sindicato/associação de classe.

Sabemos que há poucos trabalhos acadêmicos voltado para a abordagem da pesca artesanal no município de Tefé. Esperamos que com este trabalho possamos contribuir com novos debates sobre esta temática nas instituições de ensino visando valorizar e fortalecer este tipo de trabalho e incentivar novos estudos e novos olhares.

Este trabalho é de fundamental importância para a compreensão dos processos espaciais e dilemas dessa classe de trabalhadores fundamentais no fornecimento de alimentos para o município de Tefé, para implementação de políticas públicas voltadas para esta atividade, assim como, o fortalecimento das organizações representativas na luta e conquista pelos direitos e espaços desta categoria.

METODOLOGIA

A pesquisa baseou – se em duas etapas. A primeira por meio de leitura bibliográfica dos referenciais teóricos da pesquisa para aprofundar sobre o tema e articularmos a visão geográfica, sobre o trabalho na pesca artesanal e a segunda parte pelo trabalho de campo e análise de resultados. A parte prática iniciou – se através da entrevista semiestruturada (MINAYO, 2009), nas comunidades do Socorro e do Tarará, sobre o seu dia a dia, suas condições de trabalho, sobre seus utensílios de pesca, sua visão de mundo, a relação com os sindicatos/associação/colônia, e como se estabelece a comercialização do pescado.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Em seguida, utilizou -se a metodologia de análise de dados, onde agruparam – se as repostas por temas/ideias para posterior análise. Do ponto de vista teórico essa análise teve como referência a proposta da “análise de conteúdo” de (GOMES, 2009). Assim: "Dentre os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo utilizados a partir da perspectiva qualitativa (de forma exclusiva ou não) destacamos os seguintes: categorização, inferência, descrição e interpretação. Esses procedimentos necessariamente não ocorrem de forma sequencial. Sendo assim, a análise foi seguindo esses seguintes passos: (a) decompor o material a ser analisado em partes; (b) distribuir as partes em categorias; (c) fazer uma descrição do achado da categorização; (c) fazer inferências dos resultados; (e) interpretar os resultados obtidos com o auxílio da fundamentação teórica adotada". (GOMES, 2009, p. 88)

DESENVOLVIMENTO

O espaço social em que estamos inseridos se transforma de acordo com as diversas relações humanas, a partir do trabalho, na construção do espaço, sejam sociais, culturais, territoriais, econômicas etc. O indivíduo, ao longo da história, produz e modifica o espaço para melhor qualidade de vida, para sua sobrevivência, executando atividades por meio do trabalho humano que produz e modela o espaço a sua volta.

Assim o espaço é um ente do real, é a realidade, as práticas sociais são também práticas espaciais. Mas o espaço é também categoria de análise. Nós como sujeitos da geografia, com a sede de indagar o mundo à nossa volta, buscamos compreender e explicar o espaço, a partir dos diversos fenômenos que emanam da realidade.

A Geografia existe em qualquer fenômeno em que haja uma ordem de dispersão espacial. Se a composição espacial colabora de forma essencial nos fenômenos, a análise das posições, das implicações relacionais delas no sistema locacional constitui uma dimensão fundamental para a compreensão dos fenômenos (Gomes, 2009, p.27).

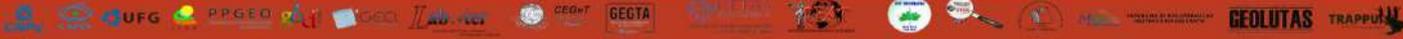
Então nosso olhar geográfico se direciona para a realidade do capitalismo contemporâneo. Sabemos que o trabalho no capitalismo assume duas formas diante das contradições sociais inerentes a esse modo de produção. O trabalho concreto a dimensão criativa e libertadora do ato humano. Os frutos do trabalho



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



nesse caso são colhidos pelo sujeito. A dimensão abstrata de trabalho é o trabalho assalariado, portanto uma relação de exploração do capital sobre o trabalho. É nessa forma de trabalho que o ser social se submete ao poder do capital. A classe trabalhadora sendo explorada pela classe burguesa, ou seja, os resultados do trabalho realizado pelos trabalhadores são apropriados, gerando riqueza acumulada “nas mãos” da classe detentora dos meios de produção. E assim o capitalismo se reproduz explorando o trabalho e destruindo a natureza, e atingido seu objetivo reprodutivo constante de recriar diariamente as condições que geram lucros acumulados. A sociedade assim se apresenta composta em sua maioria por trabalhadores pobres que conseguem o mínimo para garantir sua sobrevivência e de sua família. Por outro lado, mas como parte do mesmo processo, os ricos usufruindo do trabalho apropriado da classe trabalhadora, colhendo os benefícios sociais e os avanços tecnológicos alcançados por meio dessa lógica desigual do capitalismo. (Moreira, 2009; Thomaz Júnior, 2002b)

Quando são feitas reflexões sobre do trabalho e as relações envolvidas neste processo, a Geografia também entra em debate, de maneira direta, pois, o trabalho se estabelece, primeiramente na sociedade, e que por sua vez, está inserida no território, uma categoria geográfica composta por inúmeros embates, e um destes é a busca incessante do homem capitalizado pela manutenção da sua sobrevivência, assim buscando desenvolver alguma forma de lucro e qualidade de vida, por meio do trabalho. Segundo Thomaz:

A Geografia pode contribuir sobremaneira para o desvendamento das manifestações territoriais do processo social, possibilitando-nos o entendimento das transformações no mundo do trabalho a partir dos rearranjos espaciais que dão formas e contornos e se fundamentam sobre conteúdos sociais diversos, ou seja, enquanto processo histórico de construção e transformação, que por sua vez, substantiva-se em ordenamento territorial diferencial. (THOMAZ, 2011, p. 16)

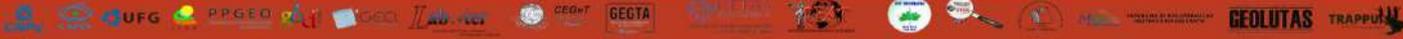
Desta forma, entende-se que por meio da Geografia compreendemos o trabalho e suas facetas, que vão além do trabalho capital, mas sim, seus aspectos e relevância social, que vai muito além do âmbito categórico, como uma relação que ocorre no território, mas sim, abrangendo reflexões e debates sobre suas



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



formas subjetivas, em diversas localidades, regiões, segundo particularidades, vivências, modos.

A partir dessa realidade desigual na sociedade o ser humano está em busca de sua liberdade. Os sujeitos dispõem de uma essência que é a busca de sua afirmação, reprodução, integração e em prol da sua qualidade de vida, sua liberdade,

Assim, a liberdade vai se constituindo num problema humano/social como uma condição a ser conquistada. O homem é colocado ante a condição material de escolher seus caminhos na vida, tendo por um lado os ditames que traz introspecto no seu psíquico e por outro as forças exógenas que busca se impor sobre ele. (SILVA, 2002, p.215).

Desta forma, a liberdade é um bem a ser conquistado, isto se concretiza por meio da sobreposição do intelectual, psíquico, pensante, racional do ser humano sobre as condições exteriores, as ditaduras espaciais exógenas que tentam "aprisioná-lo". É por meio do seu introspecto, de inovações sociais, busca por melhorias (sejam estas socioeconômicas, culturais, políticas) que o ser humano vence o meio (recriando novas realidades), sobretudo, o estigma capitalista, que tenta o submeter à condições de alienação e à um roteiro de vida, contínuo, que se repete de geração em geração, de pobreza, de desemprego, de falta de senso crítico e etc.

A vida da sociedade é dada pelos processos sociais que se reproduzem em seu cotidiano. Assim, no conjunto que se apresenta na realidade o espaço geográfico será a soma da configuração geográfica das diversas instâncias, processos sociais e da sociedade na dinâmica reprodutiva que os envolve. (SILVA, 2002, p.225).

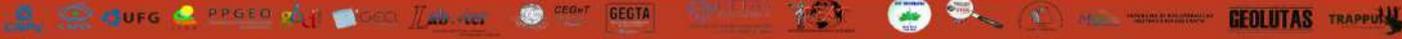
A nossa reflexão aqui tem como realidade a ser analisada, a região Amazônica. Uma região no interior do Estado do Amazonas. A cidade de Tefé. Emanam daqui muitas contradições ligadas ao subdesenvolvimento, sobretudo por estar em uma cidade localizada na periferia de um país periférico. Pobreza, informalidade e precariedade do trabalho, infraestrutura e políticas públicas sociais frágeis, entre outros, são problemas que se reproduzem na sociedade,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



fruto de uma sociedade capitalista, onde a dominação de classe se expressa com extrema desigualdade socioespacial.

Mesmo assim, em meio as contradições sociais, o sujeito trabalhador se desdobra em busca de ter sua autonomia perante a sociedade de alguma forma, em busca de sua sobrevivência. Um dos ambientes naturais dessa região do Brasil é a várzea, onde se desenvolvem diversas maneiras de trabalho, como por exemplo: a pesca artesanal, a agricultura, pecuária etc. Os rios assumem fundamental importância, como os povos daqui costumam falar, são nossas rodovias. São nas margens dos rios que, milenarmente, se territorializam as comunidades ribeirinhas, sociedades que desenvolvem suas existências em todas as dimensões, política, econômica, cultural, no Estado Amazonas.

Mas, além de espaço da reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas populações tradicionais. A intimidade relacional do homem com seu ambiente, sua mistura quase inteira com o mundo natural, faz com que os ciclos da natureza (a riqueza dos cardumes, a proteção dos lagos e florestas, a abundância da próxima roça etc.) sejam associados as explicações mítico/religiosas – o que acaba criando, no campo da subjetividade humana, interdições sobre a melhor maneira de zelar pelo ambiente. (Witkoski, 2021, p.151).

Quando entramos em contato direto com a bacia amazônica, nossos sentidos nos obrigam a imaginar que habitamos o planeta água e não a terra. A presença do universo das águas, compostos de águas brancas, claras e pretas, com sua multiplicidade de acidentes físicos (paranáis, pelo menos no que toca a calha do rio Solimões/Amazonas, as populações que outrora a habitavam – os índios das águas. (Witkoski, 2021, p. 337)

Então para (Witkoski, 2021), a pesca artesanal foi sempre um dos principais meios de subsistências para os índios das águas, devido a fartura do pescado nos lagos da região, e com um utensílio adequado poderia capturar peixes a qualquer momento. O arpão na época era esse utensílio, utilizavam bastante, para pegar qualquer peixe.

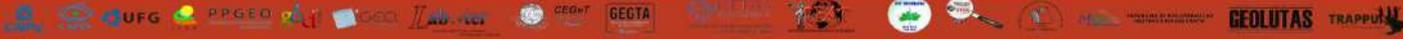
No período das águas baixas, quando os lagos secam e perdem seu contato com os rios, envenenamento por meio do timbó, sempre foi uma estratégia de pesca muito utilizada. Macerado e batido na água, na quantidade certa, deixa os peixes atordoados, podendo ser capturado com as mãos. Outra forma de pescar, com auxílios de uma paleta, era o arremesso de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



flechas com precisão inacreditável, capturando quase todas as espécies de peixe (Witkoski, 2021, p. 339).

Essa pequena incursão nos leva a compreensão de que um pescador completo, um pescador que conhece os segredos dos rios, paranás, igarapés, furos, lagos etc, não se constitui do dia para a noite. Embora a pesca possa ser considerada uma atividade relativamente fácil de aprender, ela demanda muito tempo e dedicação. O segredo desse ofício, ainda mais para atores sociais que são, ao mesmo tempo, agricultores, criadores e extratores (de produtos vegetais e animais, como raça) – só pode ser revelado na transmissão do conhecimento de pai para filho, no ciclo de gerações que se sucedem (Witkoski, 2021, p. 340).

A pesca artesanal (Quaresma, 2018), configura – se com umas das principais atividades extrativistas, que gera renda para a manutenção vital do trabalhador, sobretudo das famílias ribeirinhas, que têm essa prática, muitas vezes, como sua única fonte financeira. Uma atividade manual intrinsecamente ligada a relação dos seres-humanos com a natureza, a aplicação de práticas desenvolvidas pelo indivíduo ao longo da história, na utilização dos recursos naturais.

Por meio de pesquisa, soube-se que em 2012 foi feita uma pesquisa sobre a dinâmica de trabalho na pesca do mercado municipal em Tefé, onde o resultado foi que em meio a tantos sujeitos de trabalho, o pescador é o mais vulnerável e menos reconhecido, embora seja um dos principais agentes que compõe a classe trabalhadora tefeense, sobretudo no fornecimento de alimentação e alternativa econômica para o povo. É o que menos ganha no processo, apesar de dispender grande quantidade de horas do seu trabalho e ser subjugado aos compradores de peixe (Rocha e Mendes, 2012).

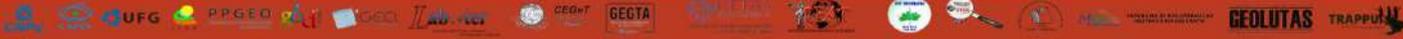
Os pescadores e pescadoras das comunidades desta pesquisa, em média possuem de 20 á 60 anos, parte dos pescadores nasceram nas comunidades, outros são advindo de outras cidades da região, mas por adventos da vida foram morar nestas comunidades, muitos preferiram não detalhar seus motivos de ir morar nessas localidades, mas outros responderam que foram morar lá, porque foram com seus pais enquanto crianças e gostaram de morar devido serem locais tranquilos e ser bem farto de alimentos, e a partir disso acharam bem melhor constituírem suas famílias e continuarem morando nessas comunidades. Quanto as suas formações escolares, poucos são os que chegaram a cursar e



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



completar o ensino médio, e até mesmo o ensino básico, muitas das vezes nem iniciando sua trajetória escolar. Quanto a prática de sua profissão, em unanimidade, os pescadores desenvolvem seu trabalho de forma autônoma, ou seja, possuem seus materiais próprios (malhadeiras, boias, anzóis, chumbos, caixa térmica e etc.) e embarcações (canoas, botes, barcos de pequeno porte e etc.), que são a base do seu trabalho. Mas é claro todos possuem uma relação boa um com os outros e se ajudando quando necessário.

Nossa pesquisa constatou que os pescadores e pescadoras não possuem rendas fixas, sobrevivem da renda da pesca, e recebem auxílios, por intermédio dos Sindicatos/associação e Colônia. O Sindicato² é importante, mas ainda precisa de melhorias. Isso pode ser percebido devido alguns relatos dos pescadores entrevistados, que destacaram a necessidade de o sindicato estar mais presente na vida dos pescadores. Diante disso refletimos que os pescadores formam o sindicato, cabe a eles buscarem essa organização política, mas é inegável a importância dessa entidade de classe, ela é fundamental nesse processo, exercendo um papel de organização de classe, ajudando os pescadores a chegar as políticas públicas direcionadas a pesca artesanal. Já a colônia³ de pescadores, tem também um papel importante, porque além de ajudar no acesso aos benefícios do Estado, ajuda a financiar utensílios de pesca e motores rabetas para os pescadores.

A comercialização do pescado se dá na cidade, os pescadores e pescadoras capturam o peixe, e vão até os frigoríficos da cidade ou no porto vender sua produção. Nessa comercialização, os pescadores não acham justo o valor que os frigoríficos pagam pelo produto. Eles relatam que o trabalho na pesca é pesado, no qual se despende de uma grande quantidade de horas e sofrendo com os fatores climáticos, como o sol e a chuva, e isso não é levado em consideração, sendo que os frigoríficos pagam o valor que ele mesmo estipula. Nestes estabelecimentos, os peixes são classificados, sendo peixe de primeira, de segunda e de terceira, a partir disso varia o preço entre essas

² SIND-PESCA- Sindicato dos Pescadores Artesanais de Tefé. É uma associação no qual busca dá melhor forma possível ajudar da melhor forma possível os pescadores e pescadoras artesanais, ajudando alcançar as políticas públicas.

³ Colônia de Pescadores: É um modelo de organização comunitária que visa promover a atividade pesqueira e sustentabilidade dos recursos naturais marítimos.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



classes, destacando que o peixe mais valioso é o peixe liso e também o dourado. Percebemos aí a submissão dos pescadores aos frigoríficos, um agente de dominação que identificamos como agente do capital nessa cadeia produtiva do pescado em Tefé.

Já a venda direta aos atravessadores tem outras particularidades. Primeiramente devido o peixe ser comprado por “cambada”⁴. Por exemplo, a cambada tem aproximadamente 20 peixes por 10 reais equivalente. Essa venda costuma ser bem cedo aonde os pescadores chegam de madrugada por voltas das 5 horas, com suas produções de longas horas ou dias de trabalho na pesca, para vender na cidade. Descobrimos durante os diálogos com os pescadores, o fato deles chegarem super cansados da pesca e por não possuírem locais próprios e adequados para armazenar o peixe, preferem vender o pescado logo que chegam da pesca, e para não perderem suas produções, aceitam os preços pagos pelos atravessadores. Esse é um dos fatores que pudemos perceber os pescadores como sujeitos subjugados aos atravessadores.

Constatou – se também as grandes dificuldades enfrentadas pelos mesmos, sobretudo, no período pré e pós pandemia, que gerou grandes impactos econômicos, ao processo de venda da produção. Observa-se os malefícios na saúde, além dos problemas naturais enfrentados, como o sol e o calor, chuvas, tempestades, ventos e banzeiros⁵.

Este ano, apesar de a vazante ser sempre um período bom para os pescadores artesanais, onde os peixes ficam mais abundantes e mais fáceis de serem pescados, trouxe dificuldades expressivas, foi uma seca histórica, uma das maiores que o Amazonas já sofreu, e os ribeirinhos sofreram muitos com isso, trazendo impactos na sua produção também, onde com a temperatura da água muitos alta os peixes acabaram morrendo, ou seja, suas produções, e a navegação que ficou muito complicada, os ribeirinhos sofriam bastante para chegar na cidade, e isso afetando seu dia-a-dia.

⁴ Cambada: um nome popularmente conhecido aqui na região, onde os atravessadores dão um valor a uma quantidade de peixes.

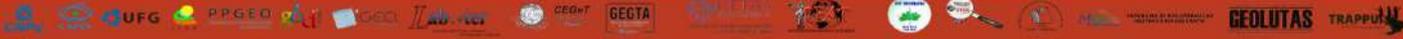
⁵ Banzeiro: É um nome popularmente usado no estado do Amazonas que remete à agitação (ondas) da água dos rios.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Mas são pessoas de muita admiração, mesmo com todas as dificuldades encontradas por estes sujeitos, eles acreditam na melhoria da sociedade e eles se colocam também nessa sociedade, durante as entrevistas muitos buscaram também fazer uma autoavaliação sobre seu papel na sociedade para buscamos assim uma igualdade.

As descobertas da pesquisa poderão dar maior visibilidade a esses pescadores diante da sociedade em geral e do poder público, podendo ser também estímulo a organização desse segmento em busca da conquista de direitos para sua classe. Estaremos juntos na luta por políticas públicas e melhoria das condições de vida e trabalho desses importantes sujeitos amazônicos. Temos como fundamento primordial de nossas ações e reflexões de pesquisa, a contribuição para construção de formas de desenvolvimento cada vez mais democráticas e coletivas, ou seja, buscando a construção da justiça social e ambiental na sociedade.

Assim, obtive – se um parâmetro mais sólido de informações sobre a prática pesqueira como uma atividade econômica e social. Desta forma, espera – se gerar e impulsionar novas pesquisas que busquem trazer uma realidade justa para as ciências sociais.

A pesquisa terá continuidade, pois especialmente na ilha do Tarará, possuem diversas comunidades, nesta ilha visitamos apenas 4 comunidades, que foram as comunidades do Santa Clara, Santa Maria, Santa Cruz e o Boará de cima, fomos também na comunidade do Socorro que é a outra comunidade da pesquisa. Agora com a nova fase do projeto, esperamos visitar o restante dessas comunidades, e com todas as experiências já adquiridas com a primeira fase do projeto, vamos em busca de mais informações e descobertas para fundamentar e aprimorar nossa explicação geográfica da realidade da pesca artesanal neste município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que há poucos trabalhos científicos e sociais voltados para abordagem no município de Tefé. Portanto, tendo em vista essa pouca visibilidade desta classe e a conseqüente falta de investimentos, voltadas a pesca artesanal, a pesquisa buscou compreender as relações e condições atuais



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



do trabalhador/pescador no espaço, visando melhorias para os mesmos, sobretudo na relação do sindicato, pescadores e sociedade. Esperamos que com esta pesquisa gerar boas reflexões que impulsionem novos debates sobre esta temática, fortalecendo este tipo de trabalho e incentivando novos estudos e novos olhares.

Referências

DESLANDES, S. F., GOMES, R., MINAYO, C. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GOMES, P. C. **Contra o Simples, o Banal e o Doutrinário: Um lugar para a Geografia**. Curitiba/PR (ademadan) 2009.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

QUARESMA de Paula, Cristiano. **Geografia na Pesca Brasileira**. (Tese de doutorado apresentado ao programa de pós-graduação em Geografia do instituto de geociências da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

ROCHA, E. A., MENDES, L. O. **A dinâmica territorial do trabalho na atividade pesqueira do mercado municipal de Tefé**. Orientador. Prof. Leonardo de Oliveira Mendes. 2012. 56p. Monografia (Licenciada em geografia), CEST/UEA. Tefé.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

GOMES, P. C. **Contra o Simples, o Banal e o Doutrinário: Um lugar para a Geografia**. Curitiba/PR (ademadan) 2009.

SILVA S. S. **A liberdade no “fazer ciência” em geografia**. Terra livre, São Paulo. Ano 18, n. 19, p. 1-296. Jul/dez.2002.

WITKOSKI, C. A. **Terras, florestas e águas de trabalho**. Valer editora, Manaus. 2021.

THOMAZ JR., A. **POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO**. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, [S. l.], v. 3, 2011. DOI: 10.33026/peg.v3i0.786. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/786>. Acesso em: 16 dez. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



apoio necessário as demandas de seus filiados; verificar se o sindicato realiza alguma ação voltada para melhoria das condições de trabalho, tais como segurança e saúde do trabalhador e identificar quais são as principais dificuldades dos trabalhadores sindicalizados.

O projeto também tem como objetivo de construir uma conscientização, e para tal compreensão das perspectivas construídas pela ação do sindicato dos trabalhadores rurais, compreendendo seus anseios, dificuldades e limitações. No sentido de identificar os recortes territoriais do fenômeno e análise, procuramos compreender a essência do espaço, um contexto e um fenômeno em questão, trata-se de territorialização das instituições que representam a classe trabalhadora especificamente a dos trabalhadores na agricultura, temos que partir da localização e descrição desse fenômeno e na consequência para analisar e explicar para se compreender as contradições da sociedade capitalista que reproduz antagonismo sociais gerando portanto possuídos e despossuídos, a importância de debater e construir uma série de informações necessárias para entender esse órgão tão importante que abrange uma classe oprimida pela falta de visibilidade, através de pesquisas desenvolvidas por Sussumo e Mendes (2017/2018), um discussão necessária entre a sociedade pela falta de um diálogo necessário entre os sindicatos e seus sindicalizados, como nos esclarece Reis et al (2013), estando diante dessa desordem que abrange toda uma classe de trabalhadores rurais que tendo um papel importante na economia da cidade, essa classe vem enfrentando dificuldade que devem ser analisadas e debatidas em prol de uma mudança, uma mobilização e conscientização a respeito dessa classe trabalhadora que são os camponeses.

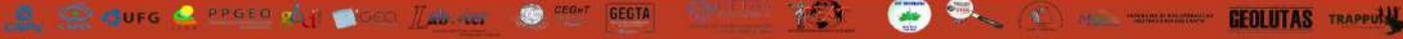
O Sindicato Dos Trabalhadores Rurais de Tefé, conforme nos aponta SILVA (2016), foi reconhecida em 20 de novembro de 1980. Até meados do ano de 1970, não havia órgão que representasse os trabalhadores rurais, somente em 1975 que surgiram os primeiros registros de reuniões dos agricultores rurais, com o objetivo único de terem uma entidade que representasse a classe dos trabalhadores(as) rurais de Tefé.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Atualmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé está localizado na rua independência Nº 98- bairro: Santa Rosa (Figura 1). E tem como presidente a senhora Josenir Marinho da Costa



Figura 1: Sindicato Rural de Tefé. **Fonte:** Acervo da pesquisa, 2023

METODOLOGIA

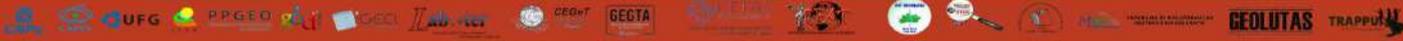
Buscando alcançar nossos objetivos, como primeiro passo da pesquisa, realizamos pesquisas bibliográficas, análises documental, trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas, tabulações de dados, análise quantitativas e qualitativas, visitas no sindicato dos trabalhadores rurais de Tefé, trabalho de campo na comunidade da Emade, realização de entrevistas e tabulações de dados e também uso das geotecnologias que foi o Geotracker que é um aplicativo no qual marcamos os pontos nas comunidades da Estrada da que possuem filiados ao sindicato (figura 2), na seta vermelha como nos mostra na figura 2 aponta nosso ponto de partida que é a cidade de Tefé dentre as comunidades que possuem filiados ao sindicato são elas: São Francisco (ponto 1) , Comunidade no KM 1 da Estrada da Emade (ponto 2) , São Pedro (ponto 3) , São Francisco (ponto 4) , Monte Sião (ponto 5) , Andiroba (ponto 6), Boa Vontade (ponto 7), Pavão (ponto 8) , Agrovila da Emade (ponto 9), Novo Paraíso (ponto 10), Nova Jerusalém (ponto 11), Sol Nascente (ponto 12), Bom Jesus (ponto 13) e Santo Isidoro (ponto 14).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Durante as visitas ao sindicato dos trabalhadores rurais de Tefé a atual presidente do sindicato nos informou que o sindicato possui ao todo 9.980 sócios, mas, esses dados precisam ser atualizados pois este número de sócios foi antes da pandemia e alguns morreram ou até mesmo se filiaram ao sindicato dos pescadores.

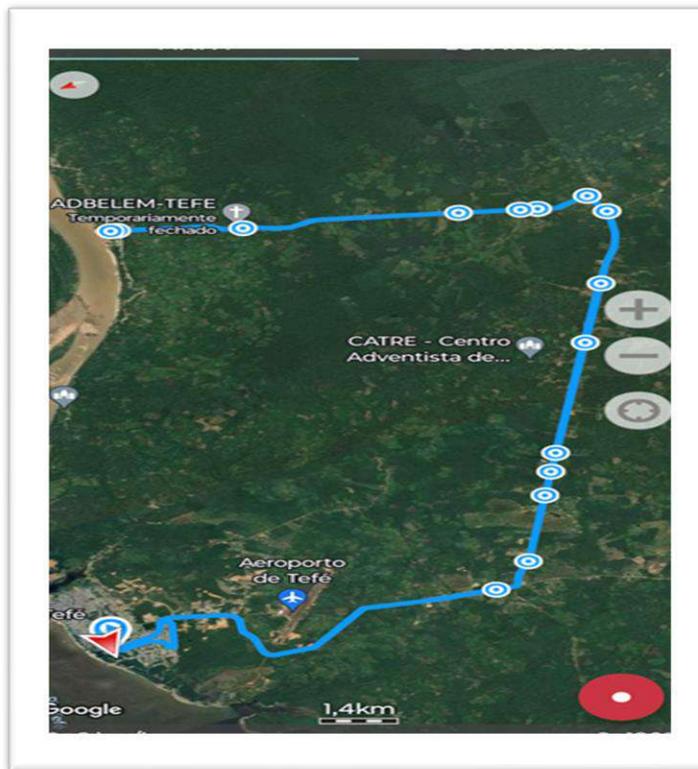


Figura 2: Imagem de satélite: localização das comunidades pesquisadas.

DESENVOLVIMENTO

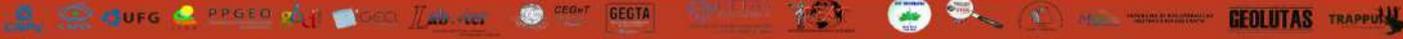
França (2017) traz reflexões sobre a importância da categoria trabalho dentro do campo da geografia. A referida autora destaca que o trabalho é um elemento fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e espaciais, e que seu estudo é essencial para a análise das desigualdades territoriais. Ela discute também as diferentes abordagens teóricas sobre o trabalho na geografia, destacando a importância de considerar as relações de classe, gênero, etnia, e idade no estudo do trabalho. Além disso, ela ressalta a necessidade de compreender o trabalho não apenas como uma atividade econômica, mas também como uma dimensão social e cultural. Vale destacar também a importância de analisar as transformações no mundo do trabalho, tais como a precarização, terceirização e informalização, e como essas



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



mudanças impactam as dinâmicas territoriais, França (2017) ressalta a importância de considerar o trabalho como um processo dinâmico e em constante transformação e destaca a necessidade de uma abordagem crítica e interdisciplinar para compreender as relações entre trabalho, espaço e sociedade e propõe uma reflexão sobre a categoria trabalho e sua abordagem na geografia, destacando sua importância para a compreensão das dinâmicas espaciais e sociais, e a necessidade de considerar as múltiplas dimensões do trabalho e suas transformações no mundo contemporâneo.

O sindicato dos trabalhadores Rurais de Tefé é uma organização que representa os interesses dos trabalhadores rurais do município de Tefé, localizada no estado do Amazonas, distante a 525 KM de Manaus, capital do Estado (Mapa 1). Como sindicato, sua função é defender os direitos e interesses desses trabalhadores, buscando melhores condições de trabalho, salários justos, benefícios e proteção social. Além disso, o sindicato pode oferecer serviços de assistência jurídica, organização de cursos de capacitação e atuação na defesa do meio ambiente e da agricultura familiar na região. Como parte sindical brasileiro, o sindicato dos trabalhadores rurais de Tefé está vinculado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas (FETAG-AM), atuando em conjunto com outros sindicatos para promover os interesses dos trabalhadores rurais.



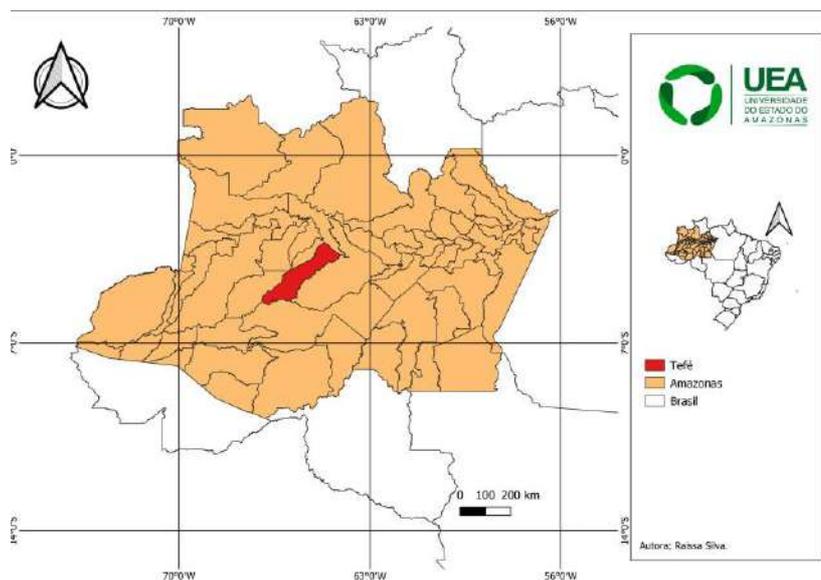
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



MAPA 1



Fonte: Acervo próprio; QGIS

A importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é que eles representam os interesses dos trabalhadores do campo, buscando garantir seus direitos e melhorar suas condições de trabalho. Esses sindicatos desempenham um papel crucial na defesa dos direitos trabalhistas, na negociação de melhores salários e condições de trabalho, na promoção de segurança no trabalho e na proteção dos trabalhadores em situação de conflito.

O surgimento dos sindicatos de trabalhadores Rurais está ligado à luta por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas no campo. No Brasil, o sindicalismo rural se fortaleceu com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e de sindicatos rurais em nível nacional e regional. Essas organizações buscam garantir que os trabalhadores rurais tenham voz ativa nas decisões que afetam suas vidas e promover solidariedade e união entre os trabalhadores do campo. Além disso, os sindicatos dos trabalhadores rurais também desempenham um papel importante na luta pela reforma agrária e na defesa dos direitos das comunidades rurais. Eles buscam promover a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente, e garantir o acesso à terra, a água e a políticas públicas que beneficiem os trabalhadores rurais.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Segundo Silva (2016), somente em 20 de novembro de 1980, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé foi reconhecido como entidade sindical representativa das categorias profissionais dos trabalhadores rurais. De acordo com as entrevistas com os filiados podemos identificar comunidades identificadas com filiados do sindicato: São Pedro, São Francisco, Monte Sião, Andiroba, Boa Vontade, Pavão, Agrovila da Emade, Novo Paraíso, Nova Jerusalém, Sol Nascente e Bom Jesus. Podemos também saber quanto tempo os sindicalizados têm de filiação ao sindicato e obter outras informações que vamos ver nas tabelas e gráficos abaixo:²

Gráfico 1



Fonte: SILVA,2023

Como podemos perceber no gráfico 1 sobre o tempo que esses filiados são sócios ao Sindicato dos trabalhadores rurais de Tefé percebe-se que tem agricultores que são filiados a mais de 30 anos no sindicato e quando estávamos em campo e dialogamos com esses sócios eles relataram que praticamente eles se criaram nessa atividade de agricultura e que isso foi passado dos pais deles até eles.

² Entrevista concedida pela presidente do sindicato a Raissa Silva no dia 28 de setembro de 2023



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

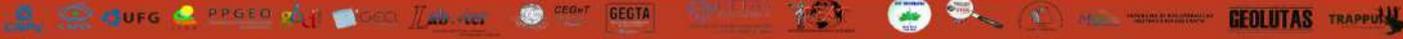


Tabela 2

Entrevistado	2) Qual o valor da mensalidade que você paga para o sindicato?
01	R\$20,00
02	Está com a mensalidade atrasada e não sabe o valor atual da mensalidade
03	R\$20,00
04	R\$20,00
05	R\$20,00
06	R\$20,00
07	R\$20,00
08	Não sabe o valor da mensalidade pois não paga desde o ano passado
09	R\$20,00
10	R\$20,00

Fonte: SILVA, 2023

Sobre o valor da mensalidade os sócios relataram que é no valor de R\$20,00, e mesmo assim podemos ver que tem sócios com a mensalidade atrasada e vale destacar que a maior parte de sócios que matem sua mensalidade em dias são mulheres que por motivos a mantem em dias para conseguir o auxílio maternidade.

Gráfico 3

VOCÊ MANTEM SUA MENSALIDADE EM DIAS?



FONTE: SILVA, 2023

Neste gráfico 3 percebe-se que 50% estão com a mensalidade atrasada por diversos motivos e um desses motivos que eles relataram é que eles não vem muito na cidade e quando eles vem é para vender seus



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

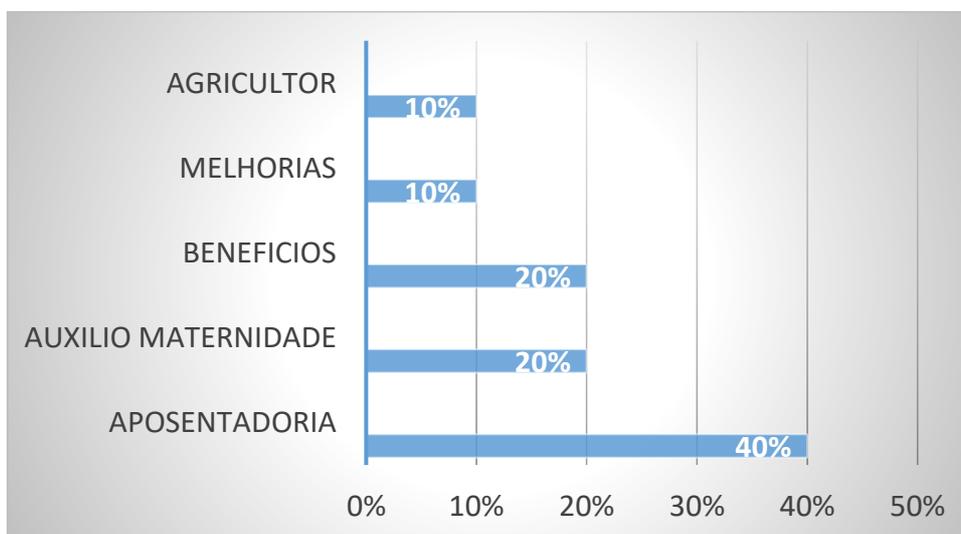
Realização:



produtos e voltam para suas comunidades e 50% mantem sua mensalidade em dias e sobre o sócio que tem a mensalidade descontado na aposentadoria a presidente do Sindicato nos informou que esses sócios são que mesmo tendo se aposentado eles quiseram que fizessem um documento para continuar pagando o Sindicato e este valor é descontado de sua aposentadoria.

Gráfico 4

MOTIVOS QUE LEVARAM A SE FILIAREM AO SINDICATO



FONTE: SILVA,2023

Podemos observar que os motivos que fizeram esses agricultores se filiarem ao sindicato é que 10% são agricultores, 10% em busca de melhorias, 20% por benefícios, 20% auxílio maternidade e 40% por aposentadorias.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

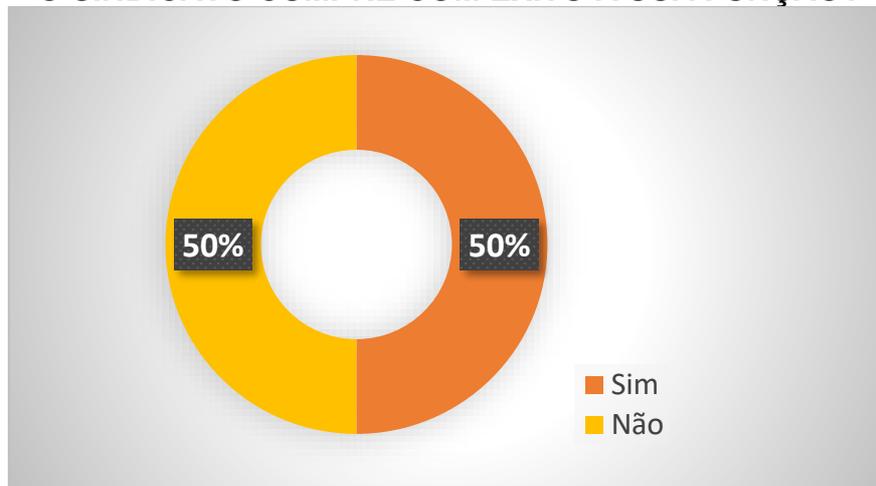
ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



GRAFICO 5

O SINDICATO CUMPRE COM EXITO A SUA FUNÇÃO?



FONTE: SILVA,2023

Sobre eles considerarem que o sindicato cumpre com êxito sua função 50% responderam que sim e 50% responderam que não, eles relataram que sobre essas respostas eles querem que o sindicato esteja mais próximo deles.

TABELA 6

Entrevista	9) Quais ações que o sindicato poderia desenvolver para contribuir com melhores condições de trabalho?
01	Correr atrás de benefícios para a agricultura
02	Não soube responder
03	Ajudar os agricultores com equipamentos de agricultura
04	Dando mais auxílio aos agricultores
05	Não soube responder
06	Procurar estar mais próximo aos agricultores para saber a realidade de trabalho deles
07	Ajudando a procurar recursos para abrir novos ramais
08	Está mais próximo aos agricultores
09	Ouvir as demandas dos agricultores
10	Visitas as comunidades

FONTE: SILVA,2023

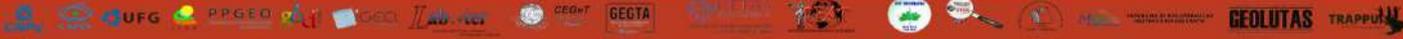
As ações que o sindicato poderia desenvolver para contribuir com melhores condições de trabalho 10% responderam que correr atrás de benefícios para a agricultura, 20% não souberam responder, 10% ajudar agricultores com equipamentos de agricultura, 10% dando mais auxílio aos



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

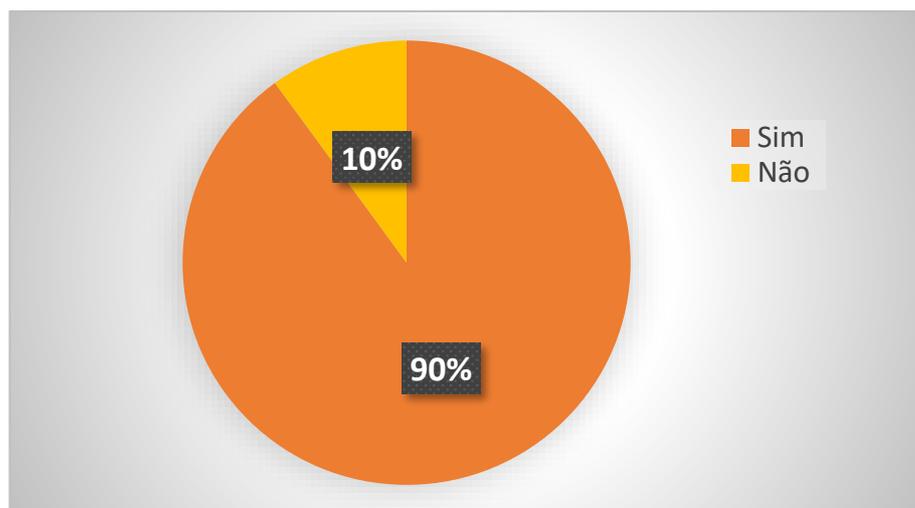
Realização:



agricultores, 10% procurar estar mais próximos aos agricultores para saber a realidade de trabalho deles que realmente é muito difícil tanto pelo transporte para trazer seus produtos, a distância das roças até as casas de farinhas e distante de suas casas em que eles residem, 10% responderam que em ajudar a procurar recursos para abrir novos ramais, 10% estar mais próximos aos agricultores, 10% ouvir as demandas dos agricultores e 10% visitas as comunidades. Pelos relatos dos agricultores eles tem esse anseio do sindicato estar mais próximos deles e a presidente do sindicato relatou que eles queriam que os agricultores estivessem mais próximo ao sindicato levando suas demandas ao sindicato.

GRAFICO 7

O SINDICATO TEM AUXILIADO PARA CONSEGUIR ALGUM BENEFÍCIO COMO AUXÍLIO MATERNIDADE OU APOSENTADORIA?



FONTE: SILVA, 2023

Sobre o sindicato ter auxiliado para conseguir algum benefício como auxílio maternidade ou aposentadoria 90% responderam que sim e apenas 10% responderam que as vezes. Então aqui nós já vemos o sindicato como assistencialista que tem auxiliado seus filiados em busca para conseguir seus auxílios.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

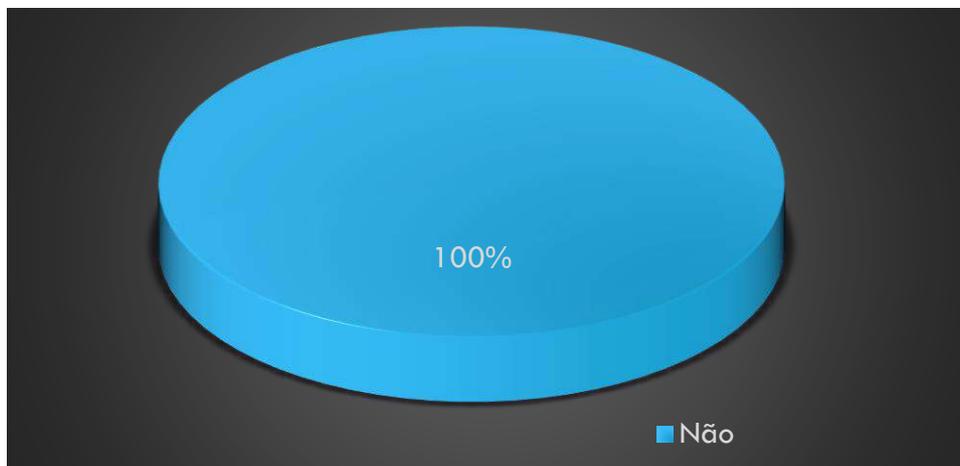
ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



TABELA 8

O SINDICATO PROMOVE ALGUM TIPO DE APOIO QUE ORIENTE OU FACILITE FINANCIAMENTOS OU ADESÃO A PROGRAMAS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR?



FONTE: SIVA, 2023

Aqui podemos observar que 100% responderam que o sindicato não promove algum tipo de apoio que oriente ou facilite financiamentos ou adesão a programas de apoio à agricultura familiar.

GRAFICO 9

VOCÊ SE SENTE REPRESENTADO PELO SINDICATO?



FONTE: SILVA, 2023

Sobre eles se sentirem bem representados pelo sindicato 70% responderam que não e que eles poderiam estar mais ativos e 30%



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



responderam que se sentem bem representados pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Tefé.

TABELA 10

Entrevistado	18) Quais ações você acha que poderia ser feito para melhorar a relação do Sindicato com seus filiados?
01	Visitas
02	Estando mais presente
03	Está próximo aos agricultores
04	Visitas frequentes e apoio
05	Reunião
06	Dando mais apoio aos agricultores
07	Conhecendo a realidade dos agricultores
08	Visitas
09	Apoiar os agricultores
10	Ajudar os agricultores com transporte para trazer seus produtos.

FONTE: SILVA, 2023

Sobre as ações que eles achavam que poderia ser feito para melhorar a relação do sindicato com seus filiados podemos ver que a maioria relata que o sindicato poderia estar mais próximo deles fazendo as visitas, reuniões e dando mais apoio aos seus associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que ainda há muito que caminhar, no entanto nesse primeiro retrato, podemos perceber que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé, vem acompanhando a lógica nacional, restrito ao assistencialismo e ao distanciamento de seus filiados, levando a certo descontentamento por parte dos associados em relação as ações, quando perguntamos o que poderia ser feito para melhorar a relação do sindicato com seus filiados e as principais dificuldades enfrentadas por eles. No entanto, apesar das dificuldades relatadas, ressalta-se a importância da entidade que defende os interesses dos trabalhadores rurais, pois são responsáveis por fornecer um dos principais alimentos que compõem a cesta básica tefeense, a farinha de mandioca.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, C. F. D. O sindicalismo nos países industriais. Disponível em: analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224161582B5aYZdg3Hs99DT2.pdf. acesso: 03/2019.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



FRANÇA, Cristiane Ferreira de Souza. proposições teóricas sobre a categoria trabalho e sua abordagem na geografia. **Revista Pegada**. Vol. 18, n.1, abril/2017

MOREIRA, R. Teses para uma Geografia do Trabalho. AGB/Bauru, **Revista Ciência Geográfica**. V. 2, n.22, p19-23, maio/agosto,2022.

RIBEIRO, C. J. O sindicalismo dos Trabalhadores Rurais no Brasil. Disponível em: [www.recantodasletras.com.br>artigos](http://www.recantodasletras.com.br/artigos). Acesso em:03/2019.

SILVA, E. F. O sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé e sua atuação nas comunidades Maranata e Agrovila. Orientadora: Viviane Pimentel Moscardini Sussumo. 2016.21 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia (Graduação Geografia). CEST/UEA, Tefé-AM.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



PODER ESTRUTURAL DO CAPITAL FINANCEIRO NA CRISE DE 2015/16

Aristóteles de Almeida Silva¹

RESUMO

Este artigo analisa os processos que resultaram nas reformas neoliberais aplicadas pelo governo Temer (2016 – 2018) após o impeachment em 2016. O estudo se concentra na formação dessa agenda, utilizando o conceito de poder estrutural para compreender as interações complexas entre classes sociais e o Estado. O argumento deste trabalho é que as reformas neoliberais realizadas na década de 1990 transformaram o regime de acumulação no Brasil, tornando-o financeirizado. A financeirização da economia brasileira fez com que a influência do capital bancário-financeiro fosse hegemônica na definição da agenda de reformas pré-golpe e pós-golpe de 2016, notadamente através da imposição de austeridade fiscal pela Emenda Constitucional 95. O objetivo do estudo é elucidar a evolução do neoliberalismo no Brasil, examinando como as forças econômicas moldaram a agenda de reformas e suas implicações nos países periféricos dentro do contexto do capitalismo neoliberal.

Palavras-chave: Crise de 2015/16. Financeirização. Neoliberalismo. Poder estrutural.

INTRODUÇÃO

Em uma entrevista coletiva dada a jornalistas dos principais meios de comunicação do país, em 27 de outubro de 2023, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, reconheceu que seu governo não cumpriria a meta fiscal de déficit primário zero² autoimposta para 2024. Disse o presidente:

Eu sei da disposição do [ministro da Fazenda Fernando] Haddad, sei da vontade do Haddad, sei da minha disposição, mas queria dizer para vocês que nós dificilmente chegaremos à meta, até porque eu *não quero fazer corte em investimentos e obras*. Se o Brasil tiver um déficit de 0,5% o que é? De 0,25%, o que é? Nada. Absolutamente nada. (PODER 360, 2023 grifos meus)

¹ Doutorando em sociologia, Universidade de Brasília, Instituto Federal de Brasília, Brasil. Contato: aristoteles@hotmail.com.br.

² Déficit primário zero é o equilíbrio entre as despesas primárias e as receitas primárias, excluindo-se as despesas financeiras, ou seja, excluindo principalmente os gastos com a dívida pública. A discussão é longa, mas a sugestão sobre as virtudes econômicas do déficit primário zero se insere principalmente no campo daqueles que Joseph Stiglitz chamou de os “falcões do déficit”. Escreve ele sobre o período em que participou do primeiro Governo Clinton (1993 – 1997), “[a]o cortar o déficit, dizia-se, o governo recuperaria a confiança dos banqueiros e investidores – uma confiança abalada pelos gastos fáceis do governo. (...) A agenda dos ‘falcões’ do déficit estava clara: manter o déficit baixo (mesmo nas recessões) e ouvir o que os mercados financeiros desejam – porque se você os ignorar, estará perdido” (STIGLITZ, 2003, p. 72).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Continuou o presidente sobre a possibilidade de em 2024 o país não alcançar o déficit zero estabelecido pelo próprio ministro da Fazenda,

tudo que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal a gente vai fazer. O que eu posso dizer é que ela não precisa ser zero. A gente não precisa disso. (...) Muitas vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que eles sabem que não vai ser cumprida (TRUFFI; MURAKAWA, 2023).

A declaração do presidente foi rapidamente replicada pelos jornalistas presentes na entrevista e gerou uma série de repercussões no mercado financeiro. O dólar estava cotado a R\$ 4,957 antes da declaração do presidente e fechou o dia cotado a R\$ 5,013, sem que um evento econômico ou político extraordinário tenha acontecido a não ser a declaração do presidente (AZEVEDO, 2023). Além disso, o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa B3)³ que operava em baixa com 114.212 pontos quando a declaração foi dada por Lula e terminou o dia em 113,3 mil pontos, queda de 1,29% (LOPES; PETRY, 2023) também reagindo à fala do presidente.

Duas semanas após o pronunciamento do presidente, o governo anunciou que iria manter a meta de déficit zero (MACHADO; TOMAZELLI, 2023). O embate em torno dessa meta fiscal representa um interessante exemplo do tema explorado neste artigo: o poder estrutural do capital bancário-financeiro em um regime de acumulação financeirizado (BRUNO, 2008).

O objetivo deste artigo não reside na avaliação de uma meta fiscal ideal para o Estado brasileiro ou em seus desdobramentos potenciais, mas sim na análise da capacidade de determinadas frações de classe, especialmente o bancário-financeiro, de influenciar as políticas fiscais governamentais de acordo com seus interesses. O poder heurístico do conceito de poder estrutural aumenta quando empregado em conjunto com o conceito de poder instrumental, tornando mais adequadas as avaliações sobre os mecanismos por meio dos quais se concretiza o poder econômico das classes capitalistas (FAIRFIELD, 2015). Este último, poder instrumental, refere-se à habilidade do empresariado em influenciar diretamente a política, seja por meio do financiamento de campanhas eleitorais, *lobbying*, promoção de campanhas

³ O Ibovespa é o principal indicador de desempenho de ações negociadas na B3 e reúne as principais empresas do mercado de capitais do Brasil (https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/ibovespa.htm).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



publicitárias alinhadas aos seus interesses, círculos formais e informais de influência sobre decisões políticas, entre outros. Se o poder instrumental influencia a política por meio da organização política dos interesses das classes capitalistas, ou de frações específicas, o poder estrutural expressa suas preferências por meio do mercado, como evidenciado no relato anterior. As flutuações do dólar, da bolsa de valores e dos juros de curto prazo, entre outros, alertam os políticos, em especial os que estão no governo, sobre a possibilidade de deslocamento de investimentos, especialmente os especulativos, caso as políticas econômicas esperadas não sejam implementadas, ou as que ferem seus interesses sejam abandonadas. Essa dinâmica se enquadra como uma manifestação do poder estrutural.

Os conceitos de poder estrutural e poder instrumental têm um potencial analítico para investigar a capacidade de fazer política das classes capitalistas, sem incorrer em simplificações dos fatos para se adequarem a uma interpretação previamente estabelecida. Eles permitem investigar a agência das classes capitalistas na defesa dos seus interesses e como isso se traduz na capacidade de influir, determinar e concretizar uma agenda econômica para o país, institucionalizando assim a hegemonia de classe. Fazendo com que no caso estudado, o neoliberalismo se torne resiliente (MADARIAGA, 2020). Por meio dos dois conceitos também é possível realizar um debate sobre o neoliberalismo, aqui entendido como uma restauração do poder das classes capitalistas (HARVEY, 2008).

Slobodian defende que a proposta central do neoliberalismo não é o mercado em si mesmo, mas sim “redesenhar o Estado, leis, e outras instituições para proteger o mercado” (SLOBODIAN, 2018, p. 6). Por isso o Estado tem um papel positivo, mas que deve ser delimitado, tornando-se o problema estabelecer um limite para atuação do Estado, e qual o critério para delimitá-lo (SLOBODIAN, 2018). Logo, discutir o neoliberalismo é discutir aquilo que Biebricher denomina como a problemática neoliberal, isto é, a relação entre Estado e mercado (BIEBRICHER, 2018). Isso permite definir o neoliberalismo não por meio de uma definição essencialista ou uma definição a partir de alguns pontos em comum nas manifestações concretas.

No escopo desse trabalho, será utilizado somente o conceito de poder estrutural em razão das limitações de espaço, a despeito de ele funcionar em conjunto com o de poder instrumental. A última reforma neoliberal no Brasil se deu após o impeachment ilegítimo (QUEIROZ, 2021) de Dilma Rousseff em 2016. Tanto a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



definição dos principais problemas a serem enfrentados na crise, quanto a definição de agenda de reformas teve um significativo envolvimento de diversas frações das classes capitalistas. Nesse trabalho, será analisado por meio do conceito de poder estrutural como o capital bancário-financeiro se fez hegemônico nesse processo, evidenciado pela capacidade de fazer com que seus interesses fossem associados com os interesses de todas as classes capitalistas, e mais do que isso associado ao próprio interesse geral do país. O artigo está organizado em três partes. Na primeira seção, são discutidos os conceitos de poder estrutural e instrumental a partir da literatura especializada. Na segunda seção, são analisadas as ações do capital bancário-financeiro captadas por meio do conceito de poder estrutural. Na última seção, são apresentadas as conclusões desse trabalho.

PODER INSTRUMENTAL E PODER ESTRUTURAL

Os debates sobre o poder capitalista nas décadas de 1960 e 1970 foram intenso, em especial no campo marxista. Pesquisadores como Ralph Miliband (MILIBAND, 1972) enfatizaram como do controle da riqueza engendra uma série de instrumentos que permitem a realização dos interesses daqueles que controlam essa riqueza por meio do Estado. Por isso, esse tipo de poder é caracterizado como poder instrumental, haja vista que o Estado é um instrumento utilizado por determinada classe segundo seus interesses (PRZEWORSKI, 1995).

Miliband argumenta que “os governos agem no interesse do capitalismo porque os capitalistas controlam as instituições estatais e as utilizam como instrumentos de seus interesses” (PRZEWORSKI, 1995, p. 116). Przeworski (1995) aponta que um dos problemas levantados em torno dessa teoria é que se os Estados são invariavelmente controlados pelos capitalistas, qual é o papel da competição, das eleições, da própria democracia? Diante deste e de uma série de outros questionamentos, Miliband conclui que os limites da democracia capitalista são insuperáveis. Desse modo, caso as lideranças políticas de esquerda consigam vencer eleições terão uma escolha radical: “ou dedicam esforços para abolir o capitalismo, ou sucumbem ao poder do capital. Diante de tais alternativas, eles invariavelmente desistem da luta” (PRZEWORSKI, 1995, p. 117).

A despeito do apoio documental da pesquisa de Miliband, o argumento dele pressupõe uma burguesia coerente e com interesses de classe iguais. A defesa de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



uma “elite do poder” coesa e incontestada foi amplamente rejeitada em meados da década de 1970. Entretanto, ainda que se reconheça as críticas à onipotência do poder capitalista, não é o mesmo que reconhecer que nenhum poder existe. No entanto, pouco se considerou a questão logicamente seguinte: as circunstâncias que provavelmente ampliarão ou reduzirão o poder instrumental das classes capitalistas. Ao formular o debate em termos tão amplos, em que as classes dominantes eram retratadas como onipotentes ou simplesmente como mais um interesse social, conforme exemplificado na teoria institucionalista, fez com que a discussão não avançasse (HACKER; PIERSON, 2002).

O conceito de poder estrutural foi formulado nesse contexto de insatisfação com o debate em torno de poder instrumental. Na teoria marxista, se destaca Nicos Poulantzas e Fred Block; entre os institucionalistas se destaca Charles Lindblom (CULPEPPER, 2015; HACKER; PIERSON, 2002). Block e Lindblom observam que em economias de mercado uma autoridade essencial é investida às empresas privadas. Estas organizações desempenham um papel crucial nas sociedades moderna, pois elas controlam a produção da riqueza, e os salários que elas pagam são a principal fonte de recursos econômicos para a maioria dos/as cidadãos/ãs. “Dada a centralidade das organizações empresariais, argumenta Lindblom, os seus gestores rivalizam com os funcionários públicos na sua capacidade de tomar decisões autorizadas que regem a vida de milhões de cidadãos” (HACKER; PIERSON, 2002, p. 280 tradução minha e subsequentes).

Os impactos das decisões de investimentos das classes capitalistas dão a elas um poder advindo da própria organização estrutural das sociedades capitalistas. As decisões agregadas das firmas individuais têm um profundo impacto no Estado e na economia como um todo, e por sua vez na qualidade de vida daqueles que vivem nessas sociedades. A perspectiva de uma forte reação pública dá aos políticos um forte incentivo para manter a lucratividade do investimento privado. “Este poder é estrutural porque a pressão para proteger o interesse dos negócios é gerado automaticamente e apoliticamente” (HACKER; PIERSON, 2002, p. 281).

As críticas à explicação de Lindblom apontam que além de variar o padrão de intervenção do Estado ao longo do tempo, o empresariado não consegue alcançar o que quer sempre; os governos têm em determinadas circunstâncias a capacidade para adotar políticas sob a objeção de alguns, ou mesmo da maior parte, integrantes



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



das classes dominantes (FAIRFIELD, 2018; HACKER; PIERSON, 2002). Culpepper aponta que além dos problemas empíricos na utilização do conceito de poder estrutural, havia também um efeito de sociologia do conhecimento. Os cientistas sociais tornaram-se mais preocupados com variações institucionais e seus efeitos na economia política (CULPEPPER, 2015).

Apesar das críticas endereçadas às teorias sobre o poder instrumental e estrutural elas possuem uma relevante produção sobre a relação entre Estado, economia e sociedade. Entretanto, principalmente nos países do Norte Global o debate acabou sendo superado pela teoria institucionalista, autores como Robert Dahl passaram a questionar que atores não-empresários também poderiam conquistar influência política (FAIRFIELD, 2015). Ironicamente, o declínio do debate sobre o poder estrutural se deu no momento em que as primeiras reformas neoliberais estavam sendo postas em prática, por meio de privatizações, desregulamentações financeira e comercial, etc., que enfraqueceram a capacidade dos governos de impor restrições e direcionamento dos investimentos. Na década de 1980, quando uma série de instrumentos de direcionamento da economia estavam sendo desfeitos, os pesquisadores passaram a caracterizar não como privilegiada a posição das empresas, que passaram a ser caracterizadas como um grupo de interesses, como qualquer outro. Que às vezes tinham sucesso e às vezes falhavam.

Em parte, também o arrefecimento do debate sobre o poder capitalista se deu pela falha em se dar devida atenção a assuntos teóricos e metodológicos referentes a como a influência é exercida e como pode ser identificada e mensurada. Hacker e Pierson (2002) apontam três problemas nesse tipo de pesquisa: (a) não identificam os múltiplos mecanismos de influência empresarial; (b) não especificam as preferências das diversas clivagens dos integrantes das classes capitalistas; (c) e, por fim, apontam que as análises sobre a capacidade das classes capitalistas de influenciar as decisões políticas são feitas por meio de inferências *ex post*, sem que se compreenda como a influência foi realizada durante o próprio processo, se é que aconteceram.

Desde a crise de 2008, o interesse pelos conceitos de poder estrutural e poder instrumental tem ressurgido. Este interesse foi reavivado principalmente por dois aspectos: (a) a intervenção estatal para resgatar várias empresas do sistema financeiro nos países hegemônicos no Norte Global durante a crise global de 2008 (STIGLITZ, 2010). Tais instituições desempenham um papel tão crucial no circuito



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



bancário-financeiro que sua falência poderia provocar não apenas um colapso no sistema financeiro, mas também impactar profundamente a produção e circulação de mercadorias; (b) a notável resiliência dessas instituições financeiras que após serem salvas pelo Estado mantiveram sua influência sobre ele, tanto a nível nacional como internacional (CULPEPPER, 2015).

No Brasil, a discussão sobre a grave crise na última década tem sido feita utilizando os conceitos de poder instrumental e poder estrutural, ainda que não necessariamente referindo-se explicitamente a estes conceitos, como nas obras de André Singer e Armando Boito (BOITO JR, 2018; SINGER, 2018).

O regime de acumulação financeirizado no Brasil (BRUNO, 2022) torna o uso dos dois conceitos valioso. Para exemplificar isso é útil retomar a notícia que abre esse trabalho e analisar como a mobilidade do capital em uma economia profundamente financeirizada permite que detentores de ativos financeiros altamente líquidos consigam fazer-se ouvir com muito mais força que o conjunto dos cidadãos e cidadãs. É possível aproximar isso da caracterização que Wolfgang Streeck faz sobre a realidade da União Europeia, na qual os Estados passam a responder não só às demandas de seus nacionais, que ele denomina como “povo do Estado”, mas principalmente à demanda dos portadores das dívidas públicas, que não necessariamente são cidadãos dos Estados dos quais detêm a dívida pública, denominado por Streeck como “povo do mercado”. Isso se insere no processo de “deseconomização da democracia” (STREECK, 2017, 2018), ou seja, na medida que o povo do mercado institucionaliza sua hegemonia por meio de transformações estruturais no Estado e na economia, a democracia perde sua capacidade de alocar recursos, restando somente o mercado para fazer essa alocação. Como observa Przeworski,

O Estado (...) também pode alocar e distribuir [os recursos produtivos (capital, terra e capacidade de trabalho) e não só o mercado], agindo sobre (...) [estes] recursos que constituem a propriedade privada. Estados podem não somente taxar e transferir, mas também regular os custos e benefícios relativos, associados a decisões privadas. Portanto, há no capitalismo uma tensão permanente entre o mercado e o Estado (PRZEWORSKI, 1995, p. 7).

Para que o mercado continue sendo a instituição central na economia, contra todo tipo de “intervencionismo”, é preciso encapsular o mercado da política, ou dito em termos mais precisos no contexto de surgimento do neoliberalismo, é preciso isolar



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



os mercados da democracia (BIEBRICHER, 2018; SLOBODIAN, 2018). E mercado aqui não é entendido como uma instituição neutra e racional, que possibilita respostas neutras, justas e racionais caso seja mantido isolado da política. Como explica Chesnais,

[o] termo “mercado” é, hoje, o “tapa-sexo” que serve para designar pudicamente a propriedade privada de meios de produção que tomam principalmente a forma da posse de ativos patrimoniais os quais concedem direito de apropriação, em grande escala, das riquezas criadas pelos outros (CHESNAIS, 2005, p. 24).

Portanto, o termo “mercado” aparece de modo cifrado nas manchetes e reportagens dos principais meios de comunicação do país, quando afirmam que o mercado aprova ou reprova determinada política econômica, é uma manifestação do poder estrutural de uma fração das classes capitalistas, que utiliza ativos financeiros para valorizar parte do capital, e não por meio de investimentos em capital fixo, pois “a alocação da poupança das empresas e das famílias em ativos financeiros é uma alternativa de alta rentabilidade com baixo risco, vis-à-vis à alocação diretamente produtiva dos capitais.” (BRUNO, 2007, p. 86).

Na próxima seção será analisado como a financeirização da economia brasileira aumenta significativamente o poder estrutural do capital bancário-financeiro produzindo uma verdadeira captura do orçamento público, e bloqueando de modo significativo tentativas de construção de uma alternativa ao capitalismo neoliberal.

PODER ESTRUTURAL DO CAPITAL FINANCEIRO NO BRASIL

Como assinala Bruno (2007),

[d]e um ponto de vista teórico, um processo de financeirização tende a desenvolver-se toda a vez em que a acumulação de riquezas está assegurada preponderantemente por conversão direta da forma monetária em mais valor sob forma monetária ou financeira (BRUNO, 2007, p. 84)

A financeirização começa no Brasil a partir da década de 1980 com os lucros do setor bancário a partir de ganhos inflacionários por meio do dispositivo institucional da correção monetária (BRUNO, 2008). Mas, é com o processo de neoliberalização que isto realmente se consolida institucionalizando dispositivos que inviabilizam alternativas a essas políticas. As disputas distributivas passam a ser dar em boa parte em torno do orçamento público. Como escreve Oliveira, “[e]mbora o Estado tenha de atender a múltiplos interesses, com o objetivo de manter a coesão social indispensável



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



para a reprodução do sistema, certo é que, em cada etapa histórica, predominam, no orçamento, os *interesses da fração de classe* hegemônica (OLIVEIRA, 2012, p. 136 grifos meus).

Nesse contexto em que a preferência pelos ativos financeiros não só por parte do setor bancário-financeiro, mas também do setor produtivo (o uso de ativos financeiros por parte do capital produtivo é apontado como uma das características da financeirização, que muitas vezes é entendida de modo equivocada somente como hipertrofia do setor bancário-financeiro (LAPAVITSAS, 2016)), a dívida pública e a taxa de juros de referência na economia (nesse caso, o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC)⁴) se tornam central. A relação entre estoque da dívida pública interna e o estoque total de ativos financeiros não monetários dá uma dimensão da importância e centralidade da dívida pública no processo de financeirização do Brasil (ver gráfico I). Bruno (2022) caracteriza a modalidade de financeirização brasileira como *usurária*, dada a centralidade dos juros (ver tabela I), que fogem completamente à média mundial (BALLIESTER REIS, 2018; BRUNO, 2022; MARTINS et al., 2021). Como argumenta Balliester Reis, a discussão sobre a taxa de juros no Brasil é longa na academia e na sociedade em geral. Embora os economistas das correntes teóricas dominantes a concebiam como uma questão técnica, a questão monetária é uma disputa entre trabalhadores, empresas e rentistas (BALLIESTER REIS, 2018). Em países do Norte Global a financeirização tende a se desenvolver a partir do endividamento privado sob baixas taxas de juros, além disso é o mercado de capitais o *locus* da valorização rentista (BRUNO et al., 2011).

GRÁFICO I - Estoque da dívida pública interna/Estoque total de ativos financeiros não-monetários

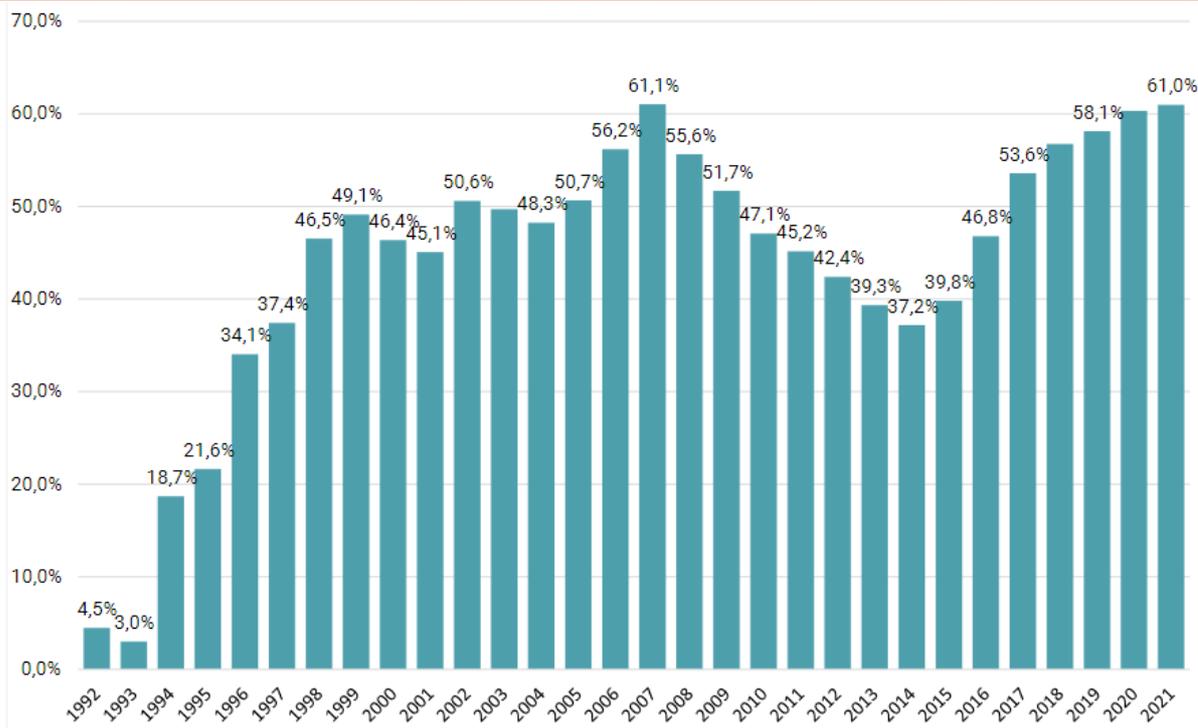
⁴ Dornelas e Terra realizam um rico estudo sobre a taxa Selic (DORNELAS; TERRA, 2021)



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Fonte: Bruno, 2022.

TABELA I - Renda de juros recebida, paga e apropriada pelo setor bancário-financeiro brasileiro em % PIB (1995-2020)

Ano	(A) Total recebida = (B) + (C)	(B) Recebida do setor privado (famílias e empresas não-financeiras)	(C) Recebida do governo geral	(D) Total pago às elites rentistas, detentores de capital e resto do mundo	(E) Total apropriada
1995	28,72	23,62	5,1	23,07	5,65
1996	21,51	17,6	3,91	16,75	4,76
1997	19,87	16,38	3,49	15,31	4,56
1998	23,26	17,88	5,38	18,67	4,59
1999	42,37	33,43	8,94	38,14	4,23
2000	18,64	13,26	5,38	15,04	3,60
2001	29,87	24,36	5,51	25,31	4,56
2002	34,96	29,18	5,78	29,91	5,05
2003	29,66	20,87	8,8	23,99	5,67
2004	30,3	24,39	5,91	23,17	7,13
2005	32,71	25,85	6,86	30,23	2,48
2006	34,83	27,74	7,09	31,66	3,17
2007	33,46	27,38	6,09	30,48	2,98
2008	28,6	22,96	5,64	25,69	2,91
2009	24,77	19,7	5,08	22,08	2,69
2010	24,52	19,93	4,6	21,86	2,66
2011	22,6	17,5	5,1	20,23	2,37
2012	20,56	16,26	4,3	18,75	1,81
2013	19,92	15,67	4,24	17,72	2,20
2014	21,05	17,07	3,98	19,1	1,95
2015	25,31	18,32	6,99	22,01	3,30
2016	25,58	19,85	5,73	23,54	2,04
2017	21,03	15,36	5,66	18,73	2,30
2018	16,57	11,65	4,93	14,08	2,49
2019	16,56	12,08	4,48	14,07	2,49



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

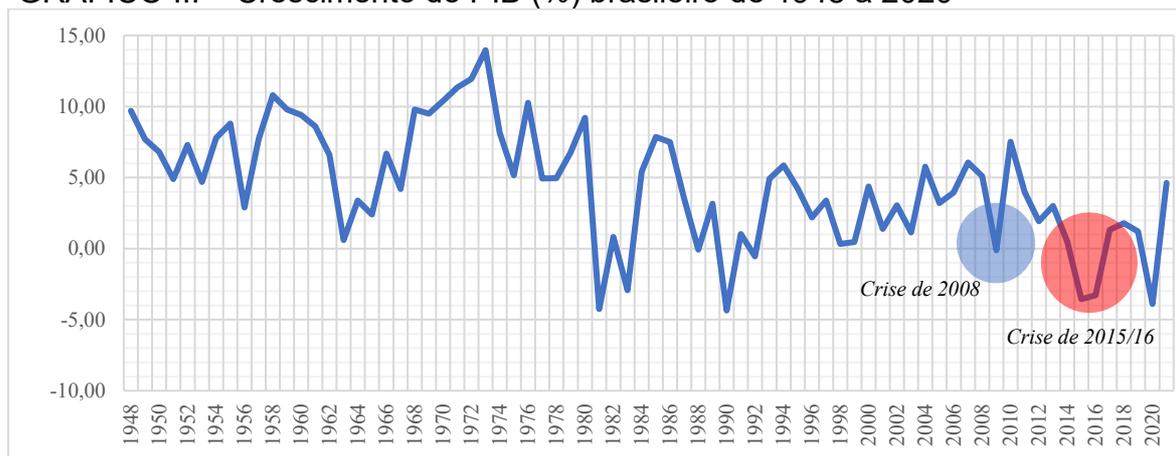
Realização:



Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) à frente da coalizão. A resposta à crise não estava pronta e acabada desde o início de 2015, foi durante seus desdobramentos que se delineou uma resposta, após se desfazerem as antigas alianças e se constituírem outras novas. A condição para que as reformas neoliberais se impusessem foi o constrangimento da democracia. Ela foi duplamente atacada nesse processo, primeiro por meio da deposição da presidente eleita através de um impeachment ilegítimo (QUEIROZ, 2021) e depois com a introdução de reformas que limitam a possibilidade de que políticas alternativas ao neoliberalismo sejam adotadas (MADARIAGA, 2020).

Desde a gênese do pensamento neoliberal a democracia é apontada como potencialmente produtora de instabilidade, o que levou alguns neoliberais a considerar o uso da ditadura por um tempo especificado para governar e promover reformas (SLOBODIAN, 2018). Apesar do governo Temer não ter sido ditatorial ele realizou uma série de reformas neoliberais que não foram canceladas pelas urnas. O contexto de introdução dessas reformas foi diferente da primeira onda de reformas neoliberais na década de 1990, que a despeito das muitas repressões a manifestações em contrário foi cancelada nas urnas, principalmente porque as reformas neoliberais estavam atreladas às medidas de estabilidade monetária (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

GRÁFICO III – Crescimento do PIB (%) brasileiro de 1948 à 2020



Fonte: Elaboração própria a partir de IPEA – (http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2015/08/220912_series_historicas.xlsx)

No final de 2015, em plena crise econômica e política o partido do vice-presidente Michel Temer (PMDB) lançou um programa econômico intitulado “Uma ponte para o futuro” (PMDB, 2015), encomendado à Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao partido. Esse programa além de ser o instrumento que pavimentou a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



formação da nova coalizão social, foi o roteiro de reformas posto em prática a partir do momento em que Temer assume a presidência em maio de 2016. O presidente da fundação, Wellington Moreira Franco, diagnosticou que a causa da crise era o Estado e seus gastos (diga-se de passagem, os gastos sociais, uma vez que os gastos financeiros do orçamento público não são de maneira alguma mencionados e tratados), afirmando que “é hora de discutirmos o papel do Estado. É hora do Estado eficiente, livre do desperdício, intolerante com a corrupção e obcecado por resultados” (FRANCO, 2015). Continua ele, “[p]recisamos formar uma maioria com iniciativa para enfrentar, certamente, a maior crise econômica da nossa história, uma vez que agora sua origem é interna, provocada por mau uso dos recursos públicos” (idem).

No programa econômico que pavimentou a formação dessa maioria é possível constatar a hegemonia do capital bancário-financeiro, uma vez que ele reforça o regime de acumulação financeirizado. Nesse sentido, como apontado mais acima, para o uso frutífero do uso do conceito de poder estrutural é necessário apontar de modo adequado os interesses que são inerentes a determinadas frações de classe, e junto a isso não basta apenas inferir que se estes interesses parecem ter sido atendidos, e disso concluir que se trata de uma manifestação do poder estrutural. Somente por meio de uma abordagem que se concentre nos processos que culminaram na adoção de determinada política econômica é que obterá elementos para realizar tal afirmativa.

Este ponto da pesquisa ainda está em curso, e tem encontrado uma série de dificuldades para investigar os atores que estiveram diretamente envolvidos na formulação do programa do PMDB, nas negociações não-públicas que criaram uma nova coalizão e como se deu o processo político dentro do Congresso que levou a uma das votações mais rápidas de emendas à constituição⁵ no século XXI (a hipótese é de que o poder estrutural do capital bancário-financeiro aumentou o poder instrumental dessa fração, ou seja, o regime de acumulação financeirizado deu a essa fração a capacidade de influir politicamente na formulação das reformas). Num sentido mais estrito de coalizão (que não é o utilizado nesse trabalho), a formação de uma nova coalizão se deu perante as ameaças crescentes da Operação Lava Jato

⁵ A Emenda Constitucional 95 pode ser entendida como a medida mais emblemática adotadas no governo Temer, derivada diretamente do programa “Uma ponte para o futuro”. A Proposta de Emenda à Constituição foi apresentada ao Congresso pelo Executivo em 15/06/2016 e em 15/12/2016 foi promulgada.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



(LIMONGI, 2023), claramente evidenciada pelo diálogo entre o ex-senador Romero Jucá e Sérgio Machado. O diálogo é esclarecedor sobre a união em torno do impeachment para alçar Michel Temer a presidência:

MACHADO - Rapaz, era botar o Michel [Temer].

JUCÁ - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.

MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto (VALENTE, 2016).

Contudo, analisar o processo de impeachment somente como uma questão restrita ao mundo político faz com que um aspecto crucial do governo Temer não seja tematizado, e talvez mais do que isso, algumas das relações de causalidade podem ser ignoradas. O processo de formação de uma nova coalizão envolveu a atração de apoio e atendimento de determinados interesses das classes capitalistas junto com o processo de formação de uma nova maioria política no Congresso.

O programa do PMDB foi lançado antes mesmo que o processo de impeachment fosse aberto. Ele foi lançado em 29/10/2015, 59 dias depois do governo Rousseff enviar para o Congresso a Lei Orçamentária Anual (LOA) com uma previsão de déficit de 0,5% do PIB⁶ (NERY et al., 2015). Em editorial do jornal O Globo, no dia posterior ao envio da LOA ao Congresso, a tônica do que pavimentaria uma nova coesão entre as frações das classes capitalistas já era apontada: “ficou evidente que a evolução rápida da crise colocou governo e sociedade diante da crucial e *inadiável tarefa de conter o crescimento dos gastos públicos obrigatórios* – Previdência, Saúde, Educação e folha do funcionalismo, para citar os principais itens” (“Orçamento torna urgentes as reformas”, 2015 grifos meus). O economista-chefe do maior banco comercial brasileiro, o Itaú-Unibanco, que assim que Michel Temer assumiu a presidência tornou-se presidente do Banco Central do Brasil (BCB), escreveu na coluna que assinava no jornal “O Estado de São Paulo” também no dia 01/09/2015,

é necessário equacionar o problema fiscal, sem o que será difícil enxergar retomada da economia e um caminho estável à frente. Para isso será necessário optar, por exemplo, por um corte maior no curto prazo (e depois *buscar uma reforma que limite o crescimento de gastos no longo prazo*) (GOLDFAJN, 2015 grifos meus).

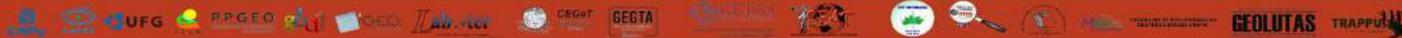
⁶ A proposta foi apresentada ao Congresso em 31/08/2015, com a previsão de déficit de R\$ 30,5 bilhões e uma projeção de crescimento do PIB de 0,2% e os analistas das principais instituições financeiras projetavam uma queda do PIB de 0,5%.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Poucos meses antes no jornal Folha de São Paulo, os economistas Samuel Pessôa, Mansueto de Almeida⁷ e Marcos Lisboa o ensaio “Ajuste inevitável” (ALMEIDA; LISBOA; PESSÔA, 2016), o qual aparentemente daria origem ao Uma ponte para o futuro do PMDB, segundo André Singer (SINGER, 2018). Escrevem os autores,

O grave problema fiscal do Brasil reflete a concessão desenfreada de benefícios incompatíveis com a renda nacional. Prometemos mais do que temos, adiando o enfrentamento das restrições existentes. Deixamos para as próximas gerações as contas a serem pagas, porém o futuro tem o inconveniente hábito de se tornar presente. Um setor público com obrigação crescente de gastos em um país com baixo crescimento econômico significa o risco de insolvência fiscal nos próximos anos, resultando em maior taxa de inflação estrutural e em taxas de juros possivelmente ainda mais elevadas. *A menos que uma agenda extensa de reformas seja iniciada, com a reversão da trajetória de aumento do gasto público*, o Brasil estará condenado, na melhor das hipóteses, a uma longa estagnação. Essa agenda deve enfrentar o desequilíbrio de uma despesa que cresce acima da receita, de um setor público que concede benefícios incompatíveis com o nosso estágio de desenvolvimento – como as aposentadorias precoces. Um país que se tomou velho antes de se tornar desenvolvido e que desperdiçou o seu bônus demográfico. *O ajuste macroeconômico, porém, é apenas parte da agenda necessária* (ALMEIDA; LISBOA; PESSÔA, 2016, p. 5 grifos meus).

É nesse contexto anterior à própria formação de uma nova coalizão, ou nos passos iniciais de sua formação, que mais se fez mais efetivo o poder estrutural. Na disputa por uma interpretação em sobre as causas da crise e principalmente sob quem recairiam os custos da resposta à crise, logo na definição da agenda de reformas que deveriam ser postas em prática para enfrentar a crise. Quanto menos instrumentos de intervenção econômica o Estado possui, quanto mais as finanças públicas estão no centro do processo de financeirização, mais se torna sensível o sistema político ao poder estrutural do capital bancário financeiro. Como explica Fairfield (2015), o poder estrutural é relacional, pois depende da reação dos políticos perante a manifestação desse poder. Isso significa que em determinadas circunstâncias o poder estrutural será baixo caso o sistema político não dê tanta importância a determinadas oscilações na economia. Por exemplo, a saída de capitais especulativos do país poderia ser contrabalanceada por aumento das exportações em uma situação externa favorável. Contudo, no caso em questão, diante dos problemas políticos do próprio governo, da

⁷ Mansueto de Almeida presidiu a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) na gestão de Michel Temer de 17 de maio de 2016 até 15 de abril 2018. De 15 de abril de 2018 até 15 de julho 2020, ou seja, na presidência de Michel Temer e Jair Bolsonaro, presidiu o Tesouro Nacional.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



operação Lava Jato, o choque recessivo (MELLO; ROSSI, 2017) desencadeado no início de 2015, aumento da inflação em razão do reajuste dos preços administrados e da quebra de safra que ocorreu em 2015 (CARVALHO, 2018), produziram um contexto que aumentou de modo expressivo o poder estrutural e também instrumental da fração bancária-financeira⁸.

O Estado depende estruturalmente das diversas frações das classes capitalistas (OFFE, 1984), mas pode-se dizer que ele depende mais de uns do que de outros em determinados regimes de acumulação. No contexto da crise econômica, social e política de 2005/16, o capital produtivo, por meio de sua maior organização, a FIESP, tomou a frente no processo de impeachment⁹, mas na construção do programa de governo apresentado pelo PMDB são os interesses do capital bancário-financeiro que estão em primeiro lugar. Pesquisas apontam que a implementação da política de austeridade, materializada pela Emenda Constitucional 95, resulta, em parte, da institucionalização dessa abordagem por uma burocracia nacional isolada e envolvida com a burocracia do Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso se manifestou por meio da propagação de ideias e na harmonização institucional, somada as crises política e econômica que o país enfrentou a partir de 2015 (DURAN; BADIN, 2021). Certamente esse é um ponto importante a ser apontado sobre a austeridade, contudo ainda é necessário investigar como a agenda da austeridade se torna a amalgama da nova coalizão, em 2015, e como para além da burocracia há um envolvimento das classes capitalistas nessas reformas.

A hipótese aqui defendida é de que a agenda da austeridade tinha o potencial de rebaixar os salários, ponto de interesse geral para todas as frações das classes capitalistas. Além disso, a agenda da austeridade faz com que o pagamento da dívida pública fique assegurado, sem sofrer desvalorização via inflação, ou algum tipo de renegociação que poderia abalar os ativos financeiros do capital bancário-financeiro.

⁸ Singer (2018) e Boito Jr. (2018) divergem sobre quais as frações das classes capitalistas fariam parte da coalizão que chegou ao poder com o PT em 2003 e manteve-se funcionando até o final do primeiro mandato de Rousseff. Pode-se dizer de modo sumário que Singer considera que a principal polarização se dá entre o capital produtivo e o financeiro e Boito entre o capital interno e externo. A divergência se estende para interpretar também o impeachment a introdução das políticas neoliberais durante o governo Temer.

⁹ Basta lembrar que um dos principais símbolos do impeachment foi o “pato amarelo” da FIESP, que foi inicialmente utilizado contra a recriação da CPMF tentado pelo governo Rousseff após o envio da LOA 2016 com déficit. O proposta de Emenda à constituição foi enviada pelo Executivo no dia 22/09/2015 (MATOSO, 2015). Um dia antes, 21/09/2015, a FIESP começou uma campanha contra a recriação da CPMF, sob o nome “Não vou pagar o pato” (“Fiesp e setor produtivo lançam campanha ‘Não vou pagar o pato’”, 2015).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



E principalmente dentro da frágil e ocasional coalizão em torno do PMDB não implicaria uma perda clara para algum setor econômico específico, a não ser para os trabalhadores, por isso foi mais fácil para o PMDB acomodar os interesses. Como observa Etchmendy, na primeira onda de reformas neoliberais na América Latina foi necessário negociar compensações para os setores que sairiam perdedores com a introdução das diversas reformas neoliberais (ETCHEMENDY, 2015). Já nas reformas do governo Temer, foram o conjunto da população, sendo mais específico, as trabalhadoras e os trabalhadores, que absorveu o “ajuste inevitável”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convergência de interesses das classes capitalistas em torno da agenda da austeridade, sedimentada pela Emenda Constitucional 95, revela uma estrutura de poder profundamente influente, especialmente do capital bancário-financeiro. Esta aliança promoveu reformas, que embora comprometessem a estabilidade social e econômica, foram facilitadas pela restrição dos ônus da resposta à crise à classe trabalhadora. O contexto de fragilidade e convergência de interesses proporcionou a consolidação da austeridade como uma política predominante, revelando a intersecção complexa entre interesses políticos e econômicos no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.; LISBOA, M. DE B.; PESSÔA, S. Ajuste inevitável. **Folha de São Paulo**, p. 4–5, 19 jul. 2016.

AZEVEDO, M. **Bolsa cai, dólar sobe e juros disparam após Lula dizer que meta fiscal não precisa ser zero.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/dolar-cai-a-r-494-apos-dados-de-inflacao-nos-estados-unidos.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BALLIESTER REIS, T. Why are policy real interest rates So high in Brazil? An analysis of the determinants of the Central Bank of Brazil's real interest rate. **International Journal of Political Economy**, v. 47, n. 2, p. 178–198, 3 abr. 2018.

BIEBRICHER, T. **The political theory of neoliberalism.** Stanford: Stanford University Press, 2018.

BOITO JR, A. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT.** Campinas; São Paulo: Editora Unicamp; Editora Unesp, 2018.

BRUNO, M. A. P. A marcha conquistadora do dinheiro. **Insight Inteligência**, v. X, n. 39, p. 81–110, dez. 2007.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



BRUNO, M. A. P. Acumulação de capital, distribuição e crescimento econômico no Brasil: uma análise dos determinantes de longo prazo. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, n. 1364, p. 7–33, 2008.

BRUNO, M. A. P. et al. Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 5, p. 730–750, 2011.

BRUNO, M. A. P. A Financeirização como limite estrutural ao desenvolvimento brasileiro: fundamentos teóricos, indicadores e prognósticos. Em: **Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil**. Brasília: Fonacate, 2022. p. 38–76.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CHESNAIS, F. Doze teses sobre a mundialização do capital. Em: FERREIRA, C.; SCHERER, A. F. (Eds.). **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro: reflexões e alternativas**. Lajeado: Univates, 2005. p. 18–31.

CULPEPPER, P. D. Structural power and political science in the post-crisis era. **Business and Politics**, v. 17, n. 3, p. 391–409, out. 2015.

DORNELAS, L. N. DE D.; TERRA, F. H. B. **SELIC: o mercado brasileiro de dívida pública**. Campinas: Alínea, 2021.

DURAN, C. V.; BADIN, M. R. S. Tristes tropicalizações: austeridade fiscal e sua constitucionalização no Brasil. **Direito Público**, v. 18, n. 97, 30 abr. 2021.

ETCHEMENDY, S. **La economía política del neoliberalismo: empresarios y trabajadores en América Latina, España y Portugal**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba, Universidad de Buenos Aires, 2015.

FAIRFIELD, T. **Private Wealth and Public Revenue in Latin America: Business Power and Tax Politics**. New York: Cambridge University Press, 2015.

FAIRFIELD, T. Poder estrutural en economía política comparada: perspectivas desde la formulación de políticas públicas en América Latina. Em: MADARIAGA, A.; GONZÁLEZ, F. (Eds.). **La constitución social, política y moral de la economía chilena**. Santiago: RIL Editores/ Universidad Central, 2018. p. 147–184.

Fiesp e setor produtivo lançam campanha ‘Não vou pagar o pato’. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2015/09/21/fiesp-e-setor-produtivo-lancam-campanha-nao-vou-pagar-o-pato.ghtml>>. Acesso em: 17 dez. 2023.

FRANCO, W. M. Uma ponte para a esperança. **Folha de São Paulo**, p. A3, 17 nov. 2015.

GOLDFAJN, I. Qual é a alternativa? **O Estado de São Paulo**, p. A2, 1 set. 2015.

HACKER, J. S.; PIERSON, P. Business Power and Social Policy: Employers and the Formation of the American Welfare State. **Politics & Society**, v. 30, n. 2, p. 277–325, 1 jun. 2002.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IANONI, M. **Estado e coalizões no Brasil (2003 - 2016): social-desenvolvimentismo e neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

LAPAVITSAS, C. **Beneficios sin producción. Cómo nos explotan las finanzas**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

LIMONGI, F. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Todavia, 2023.

LOPES, F. A.; PETRY, R. **Bancos, varejo e construtoras puxam queda da Bolsa após falas de Lula; Vale (VALE3) e Usiminas (USIM5) se salvam**. *InfoMoney*, 27 out. 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/ibovespa-hoje-bolsa-de-valores-ao-vivo-27102023/>>. Acesso em: 27 nov. 2023

MACHADO, R.; TOMAZELLI, I. Governo diz que não agirá para mudar meta de déficit zero em 2024. **Folha de São Paulo**, p. A17, 17 nov. 2023.

MADARIAGA, A. **Neoliberal resilience: lessons in democracy and development from Latin America and Eastern Europe**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

MARTINS, N. M. et al. Taxa de lucro dos bancos no Brasil: uma análise dos seus componentes e de sua evolução no período 2015-2020. **Texto para Discussão / IE UFRJ**, n. 29, p. 1–44, 2021.

MATOSO, F. **Dilma envia ao Congresso PEC que cria “nova CPMF”**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/dilma-envia-ao-congresso-pec-que-cria-nova-cpmf.html>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MELLO, G.; ROSSI, P. Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré. **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP**, v. 1, abr. 2017.

MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

NERY, N. et al. Dilma aposta no PMDB para reduzir déficit no Orçamento. **Folha de São Paulo**, p. A4, 1 set. 2015.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, F. A. DE. **Economia e política das finanças públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2012.

Orçamento torna urgentes as reformas. **O Globo**, p. 16, 1 set. 2015.

PAULA, L. F. DE; BRUNO, M. Financeirização, coalização de interesses e taxa de juros no Brasil. **Princípios**, n. 151, p. 66–70, 2017.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Fundação Ulysses Guimarães, , 25 out. 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp->



A TERRITORIALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA ATRAVÉS DO BANCO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SANTO EXPEDITO-SP E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS DISPUTAS TERRITORIAIS

Autor: Édio de Novais Junior

Coautor: Carlos Alberto Feliciano

Resumo

O seguinte trabalho estuda o Banco da Terra do município de Santo Expedito/SP, fazendo um resgate do surgimento do programa, na década de 90, e outros programas, no que iremos chamar de Contra Reforma (CRA), uma das tentativas do Estado Burguês em arrefecer e liquidar a ideia de Reforma Agrária de caráter desapropriativo, defendida pelos movimentos camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST. Adotando o método da compra de terras entre Associações de Famílias produtoras, diretamente com os proprietários por meio de empréstimos concedidos pelo Estado. Partindo dessa perspectiva, complementado pelas informações levantados a partir de trabalhos de campo e entrevistas, iremos desvendar quais foram os desdobramentos para a implementação do BT, na escala do município, assim como seus limites e contribuições para organização e/ou conquista das famílias.

Palavras-chave

Banco terra; mercado; reforma agrária, renda, território.

Introdução

O capitalismo, em particular, a partir das políticas neoliberais, mostrou-se incapaz de superar as desigualdades estruturais da sociedade. De tal modo que a questão agrária em geral e a questão fundiária em específico, ainda é relevante em nosso tempo. A democratização do acesso à terra através da reforma agrária é um dos principais instrumentos para a superação das desigualdades, ao mesmo tempo em que atinge a estrutura de poder dos grandes latifundiários. Durante a década de noventa, aparelhos imperialistas como o Banco Mundial (BM) passaram a disputar tais políticas agrárias, propondo um modelo “dirigido pelo mercado”, tal como o Banco da Terra (BT), esse modelo se baseia na concessão de empréstimos às famílias camponesas pobres para compra de terras em propriedades em que os próprios fazendeiros escolhem para vender. Os movimentos sociais camponeses, ligados a Via Campesina, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/MST, historicamente, denunciam este modelo como uma verdadeira Contra Reforma Agrária de Mercado/CRAM, pois não contribuiu em nada na democratização do acesso à terra no Brasil, aumentando as desigualdades, e por consequência as famílias mutuiárias ficam endividadadas.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Nesse sentido, esse trabalho tem como proposta estudar, a história do Banco Terra em seu parâmetro internacional, como se deu e como chegou ao Brasil até chegar ao processo de territorialização de um empreendimento do BT no município de Santo Expedito/SP, que está localizado no Pontal do Paranapanema/SP, que possui uma longa demanda pela realização da reforma agrária, da desapropriação do latifúndio e denuncia da grilagem de terras, passando por uma breve explicação de como foi feita a implementação do BT no município de Santo Expedito-SP, o trabalho em questão irá focar nas relações de trabalho das famílias que ali ocupam esse empreendimento atualmente, trabalhando seus sistemas agroalimentares, como funciona as políticas públicas que ali chega e como usam do trabalho para sobreviverem.

Metodologia

O trabalho se realizará por etapas, tais como: 1) Revisão bibliográfica (artigos, livros, revistas, dissertações, teses, publicações disponibilizadas na internet, bibliotecas virtuais etc.), levantamento de dados do DATALUTA. 2) Pesquisa documental, através de oficiais do Estado entre outros. 3) Realização de trabalhos de campo no Banco da Terra em Santo Expedito/SP, onde aplicaremos entrevistas semiestruturadas, que permite o entrevistador ir além das perguntas propostas, pois assim como HECK (2017), entendemos que o processo de pesquisa deve ir de encontro ao diálogo, onde os envolvidos compartilham seus conhecimentos e narrativas. Com isso, através das atividades e metodologias previstas, pretendemos entender como se deu o processo de CRAM no município de Santo Expedito/SP e suas dinâmicas de relações de trabalho no meio territorial e social nessa área. Realizamos dois trabalhos de campo, entrevistando várias famílias, levantamento de documentos oficiais, leitura e reflexão da bibliografia.

Desenvolvimento

O Banco Mundial, a partir da segunda metade dos anos 90, após um conjunto de reformas, incluiu o tema da reforma agrária em sua agenda, disseminando políticas neoliberais agrárias na América Latina, África e Ásia. Com o objetivo de substituir a reforma agrária de caráter desapropriativo defendida pelos movimentos camponeses, pela compra e venda de terras entre



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



camponeses pobres e proprietários de terra, por meio de empréstimos concedidos pelo Estado e executado pelo sistema financeiro (PEREIRA, 2004; RAMOS FILHO, 2016). Alinhado com o consenso de Washington e seguindo as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do BM, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002), implementa a CRAM no Brasil através de políticas de crédito fundiário, numa maneira de combater o avanço da luta pela terra, liderada pelo MST (SAUER, 2006; LIMA, PAULA, 2021).

O governo de FHC criou os seguintes programas de crédito fundiário, o Projeto. Cédula da Terra (PCT), Banco da Terra (BT), Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), Combate à Pobreza Rural (CPR), contemplando cerca de 44.335 famílias. A territorialização do CRAM se deu nos Estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, além de Goiás e Mato Grosso do Sul (RAMOS FILHO, 2013). A CRAM continuou nos governos neodesenvolvimentistas petistas que vieram em seguida (Lula e Dilma, 2003-2016), com a criação do Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), a partir da reciclagem e remodelagem das políticas anteriores, criando modalidades Combate à Pobreza Rural (CPR), Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e as linhas Nossa Primeira Terra (NPT), Terra para a Liberdade (TL) e o Terra Negra Brasil (TNB), neste período, 97.249 famílias tiveram acesso ao CRAM, onde se territorializou nas regiões, Centro-Oeste e Norte. Em especial, na região do Pontal do Paranapanema em SP, foram criados 8 empreendimentos do BT entre os anos 2001 e 2002, envolvendo 245 famílias em 1.539 ha. O total de recursos destinados foi de R\$ 6.699.387,00 (LIMA, PAULA, 2021). Numa comparação de assentamentos e empreendimentos, desde o governo FHC até o governo Dilma foram assentados 823.450 famílias, já pelos empreendimentos liderados pelo CRAM, foram 142.091 famílias, observamos então o quão ineficiente se mostrou a proposta de reforma agrária criada pelo BM. Nesse contexto de conflitos de classe no campo por diferentes modelos de reforma agrária, que representam os interesses de classe no campo, buscamos entender como que se deu a territorialização do BT no município de Santo Expedito - SP, localizado na região do Pontal do Paranapanema, região de históricos conflitos entre os movimentos camponeses, em especial o MST, e latifundiários com o intuito de aumentar ainda mais o agronegócio. O empreendimento de Santo



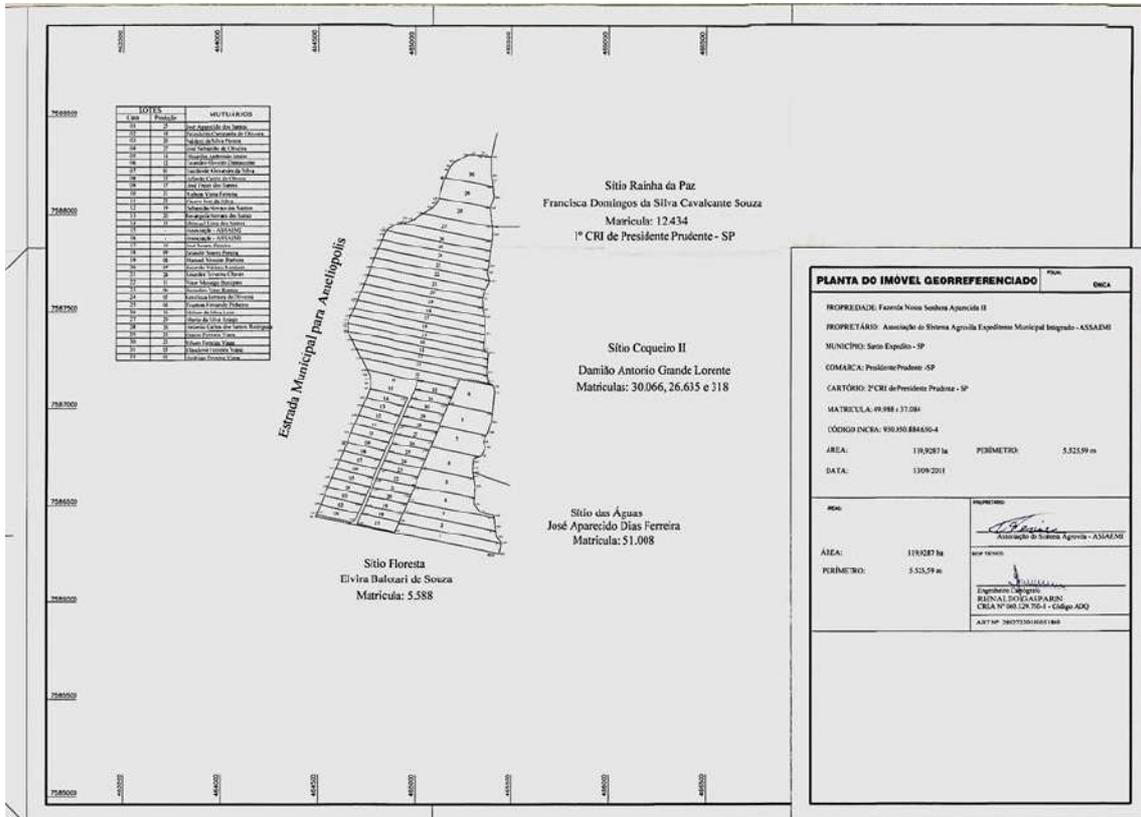
AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização: **GEOLUTAS TRAPP**

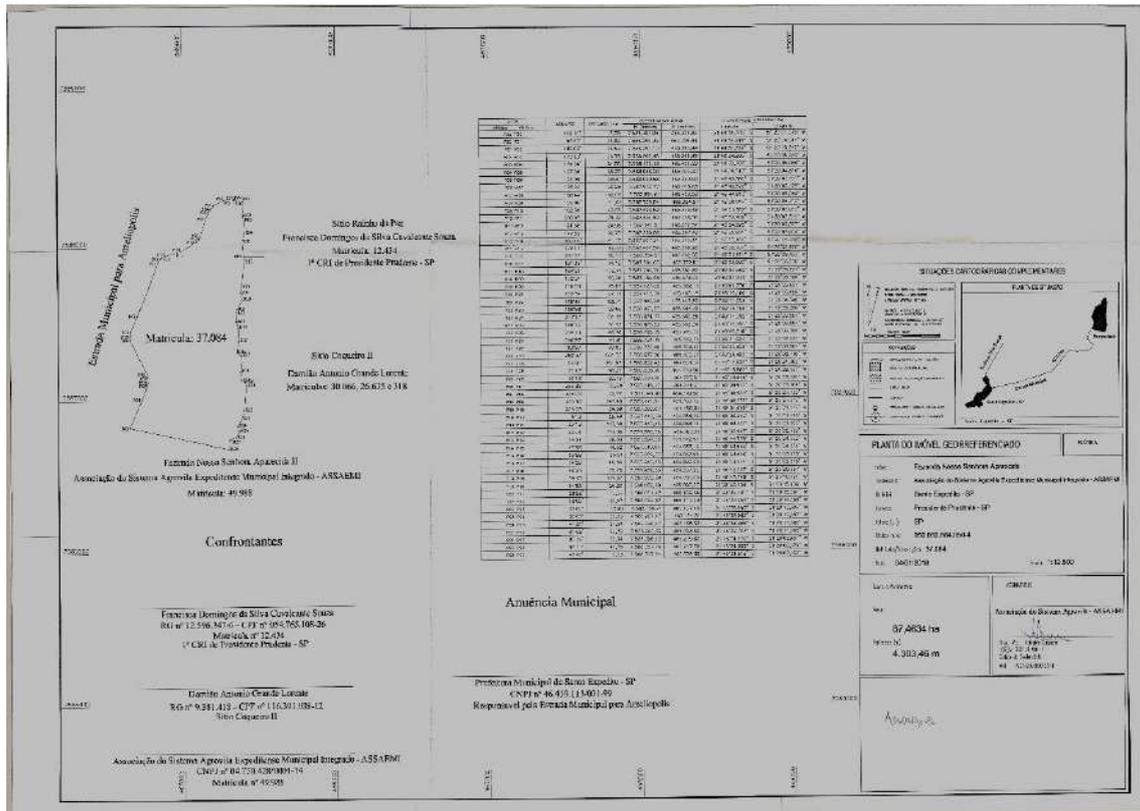
Expedito foi criado com 30 famílias e um valor inicial de R\$ 749.999,00 em uma área de 121,00 ha.

Mapa 01 - Divisão dos lotes no Projeto BT Município Santo Expedito



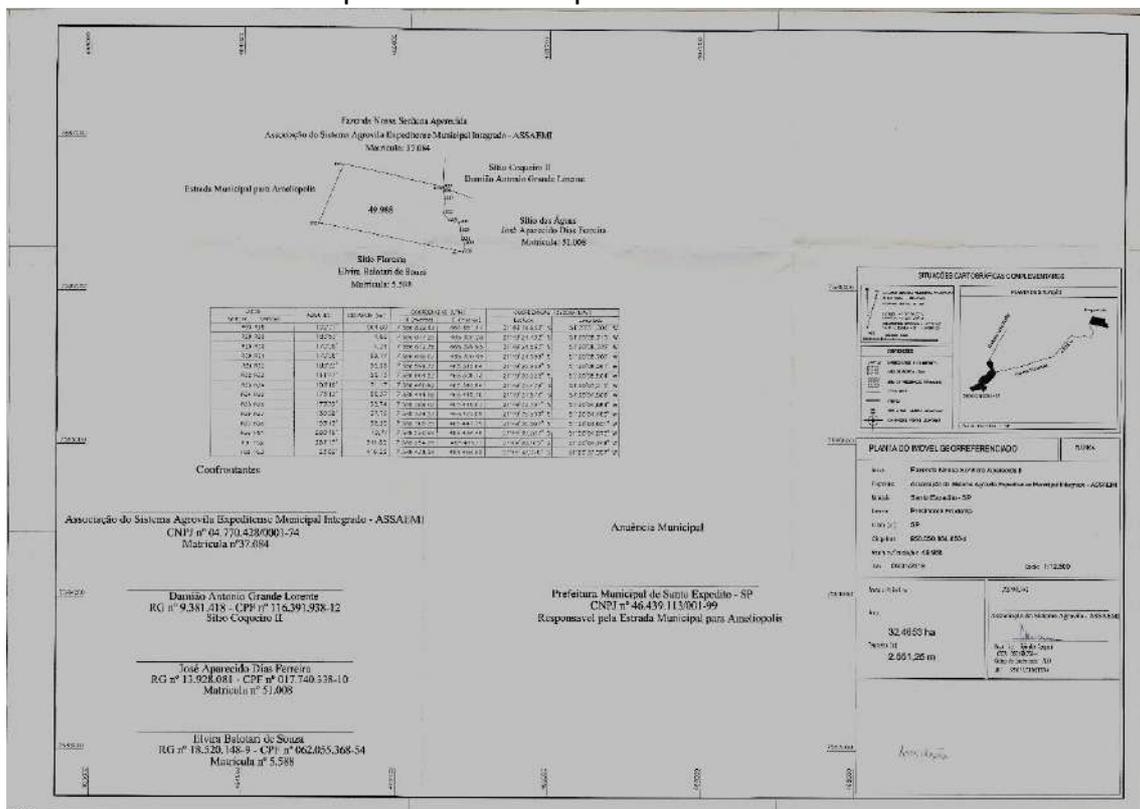
Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Mapa 02 – Área de produção do Projeto BT Município de Santo Expedito



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Mapa 03 – Continuação da área de produção e área de moradia do Projeto Banco da terra – Município de Santo Expedito



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Atualmente o BT segue com 22 famílias, localizado no bairro Oshiaia, esse valor de ha dividido por 30 famílias, dá em torno de 4 ha para cada uma, isso para moradia, e área de produção.

Na data de 15 de novembro de 2022, foi feito um trabalho de campo no BT de Santo Expedito/SP, e constitui na entrevista de três famílias residentes lá, duas que compraram a terra dos seus donos originais e uma que reside lá desde o início. A partir dessas entrevistas tiramos algumas conclusões, como:

A primeira família, que antes da aquisição eram cortadores de cana, e moradores do meio rural a vida toda, residentes desde a instauração do Banco da Terra nesse município relatou vários problemas, onde no geral se deu na instauração do projeto, foi relatado a falta de organização, instauração de atividades agrícolas dos superiores sobre os moradores, no geral a produção de leite, mas que pouquíssimos ali, onde foi relatado, tinha experiência e habilidades para trabalhar com vacas leiteiras. O Estatuto do Banco da Terra é feito pelos moradores, e o Presidente é eleito por eles, de início não se podia vender suas terras, mas o Presidente logo no ano seguinte vendeu a sua, e outros estatutos foram sendo criados desde então. Foi relatado pela matriarca da família também que, o nome correto seria, Associação do Sistema Agrovila Expeditense Municipal Integrado/ASSAEMI. E também várias informações sobre documentação e financeiro foram passadas, a escritura e o pagamento é feito de maneira conjunta, a documentação é uma só para todas as terras, e o pagamento é anual feito por todos de uma vez, se um não pagar, o pagamento não é efetivado, e o depósito é feito pelo Presidente atual da Associação, no Banco do Brasil.

A segunda família, foi a segunda dona daquela terra em questão, compra foi efetuada em 2016, o patriarca em questão entrevistado, era banqueiro antes de adquirir a terra e trabalhar com produção de leite. Os problemas relatados por ele foram quase que os mesmos da primeira família, e também disse haver a presença de muita corrupção, por aqueles que orquestraram o projeto e implantaram ele, além do espaço ser muito pequeno, foi dado algo em torno de dois há para cada família, a falta de suporte por parte das Secretarias e Instituições governamentais e municipais.

E por fim, a terceira família, comprou a terra do dono original há 16 anos atrás, uma coisa citada pela matriarca da família, foi que, a maioria de quem



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



trabalho dos indivíduos com a terra, numa análise crítica observamos aqui uma subalternidade dos trabalhadores rurais, que acabam por adquirir terras neste projeto, das oligarquias rurais dominantes.

“Não tem sido devidamente notado no debate corrente o seguinte: o que o BM denomina de modelo “tradicional” de reforma agrária não passa de uma caricatura, como tal inexistente no mundo real. Opera-se um raciocínio que sai da análise empírica e chega à idealização, porque constrói-se um “modelo” que concentra em si todas as características supostamente negativas das políticas de reforma agrária realizadas ao longo do século XX.” (PEREIRA, 2005, p. 624).

Por sua vez, um dos propósitos do Banco da Terra é financiar a compra de terras e a infraestrutura básica para trabalhadores rurais, visando a contribuir para a quebra do ciclo da exclusão social e gerar emprego e renda no campo, sendo um importante mecanismo para otimizar a melhoria das condições da produção rural, a modernização tecnológica, a fixação do homem no campo e a melhoria do seu bem-estar, porém observamos aqui que a pouca terra ofertada, a falta de investimentos públicos, ocasiona vendas das terras ofertadas para terceiros, várias famílias a usarem o espaço que elas adquiriram como meio de moradia apenas, e não para produção de alimentos.

Essa pesquisa, portanto, segue com o propósito de analisar agora criticamente os desdobramentos do que ocorreu no Banco da Terra de Santo Expedito-SP, desde sua implementação, listando e explicando quais foram as problemáticas e os problemas crônicos apresentados nesse Projeto, que por aqui já observado são frutos de um programa criado dentro das estruturas capitalistas fazendo com que não haja de fato uma verdadeira Reforma Agrária Popular que atenda às necessidades da população rural camponesa, não anda de acordo com o compromisso de produção de alimentos livres de agrotóxicos para sanar o problema crônico de desnutrição que ronda nosso país por anos.

Por isso é necessário pensarmos se realmente o CRAM é uma alternativa de para sanar o problema da Reforma Agrária do Brasil, pois como vemos aqui, só serviu para alastrar os problemas do sistema capitalista para o campo, levando famílias camponesas para o endividamento, desistências de suas propriedades adquiridas, arrendamento de suas terras de produção e até em alguns casos, uma possível formação de um novo latifúndio uma vez que



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



alguns membros das Associações com mais poder aquisitivo começa a comprar os lotes ao seu redor.



Referências utilizadas

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos, A Via Campesina Brasil e a avaliação da primeira década de impactos da reforma agrária do Banco Mundial, cadernos de geografia 16, 2007. issn: 0121215x. Bogotá, Colômbia. pp. 49-70.

HECK, F. M. Método, metodologia e sujeito na “leitura” Geográfica do Trabalho no século XXI. Sapiência, Iporá, v. 6, n. 2, p. 269-306, dez. 2017.

LIMA, Rodolfo de Souza; PAULA, Ricardo Pires de. Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP, Revista NERA, v. 24, n. 58, p. 146-167, mai-ago., 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA, José Márcio Mendes, A Disputa Político-Ideológica entre a Reforma Agrária Redistributiva e o Modelo de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial (1994 - 2005), Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 611-646, set. / dez. 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa. 1. ed. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Questão Agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma agrária e Reforma Agrária de mercado (2003 – 2006). 2008. 429 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SAUER, Sérgio. "Reforma agrária de mercado" no Brasil: um sonho que se tornou dívida. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 18, p. 98-126, 2010.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



CONFLITOS TERRITORIAIS CAUSADOS PELA EXPANSÃO DO MONOCULTIVO DA SOJA NO MATOPIBA: DA DEVASTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS ÀS (RE)EXISTÊNCIAS CAMPONESAS

Valéria Pereira Santos¹
Marcelo Rodrigues Mendonça²

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre os conflitos territoriais resultantes do processo de criação do Matopiba como uma região estratégica para o agronegócio sojicultor. O objetivo é compreender a dinâmica e os rebatimentos territoriais da hegemonização da soja como materialidade do capital na região do Matopiba, que transforma os territórios de vida em terras de negócios, bem como compreender as formas de (Re)Existências das Comunidades Tradicionais. O artigo se estrutura, metodologicamente, na pesquisa qualitativa e quantitativa com abordagem explicativa, tendo como base a análise crítica, que nos possibilita *desvelar* a modernização territorial que tem a soja como o “ouro do Cerrado”, destacando o reflexo das contradições desse processo espacializadas pelos conflitos territoriais.

Palavras-chave: Agronegócio da soja; Matopiba; Conflitos territoriais; Desmatamento; (Re)Existências camponesas.

Resumen

Este artículo presenta una discusión sobre los conflictos territoriales derivados del proceso de creación de Matopiba como región estratégica para el agronegocio de la soja. El objetivo es comprender las dinámicas y repercusiones territoriales de la hegemonización de la soja como materialidad de capital en la región de Matopiba, que transforma territorios vivos en tierras de negocios, así como comprender las formas de (Re)Existencia de las comunidades tradicionales. El artículo está estructurado metodológicamente por una investigación cualitativa y cuantitativa con un enfoque explicativo, basado en el análisis crítico, que permite develar la modernización agrícola que tiene a la soja como el “oro del Cerrado”, destacando el reflejo de las contradicciones de este proceso expresadas debido a conflictos territoriales.

Palabras-clave: Agronegocios de la soja; Matopiba; Conflictos territoriales; (Re)existencias campesinas.

Introdução

O sistema agroalimentar moderno, baseado nas cadeias globais de produção, processamento e distribuição, foi impulsionado pelo *boom das commodities* na virada do século XXI. Este momento marcou a ampliação da produção e comercialização de *commodities* brasileiras, que foram sendo, cada vez mais, negociadas em mercados globais, seguindo as regras do capital financeiro internacional. Com a orientação política e ideológica *neoextrativista*, consolidou-se um padrão de produção agropecuário que tem a terra, os

¹ Valéria Pereira Santos – Doutoranda do Curso de Pós-Graduação de Geografia/IESA da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: valeriapereira@discente.ufg.br

² Marcelo Rodrigues Mendonça – Professor Doutor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: marcelomendonca@ufg.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



tradicionalmente ocupadas, de uso comum, em terras de negócios, conforme exemplificado por Martins (1995).

Figura 01 - Área territorial de abrangência do Matopiba/Brasil



Fonte: IBGE (2023). Organizado por Oliveira (2023).

O Decreto nº. 8.447, de 6 de maio de 2015, consolidou essa região estratégica, criando o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA), gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e criando seu Comitê Gestor. No entanto, o Decreto em questão, em pouco mais de cinco anos, foi revogado, mas seu efeito incentivou investimentos políticos e financeiros públicos e privados, o que trouxe notoriedade para a região. No entanto, recentemente, em meio a uma alta taxa de desmatamento nos Estados que compõem o Matopiba, o governo Lula editou um novo documento, o Decreto n.º 11.767, de outubro de 2023, que estabeleceu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Industrial do Matopiba. Diferentemente do anterior, o novo plano inclui o desenvolvimento agroindustrial.

Dada a história geográfica da região, a fronteira agrícola do Matopiba tem se expandido desde a década de 1970, mesmo porque, naquela época, esses *sertões* já estavam atravessados por disputas territoriais sangrentas entre os grandes criadores de gado e as Comunidades Tradicionais e os Povos Originários (VELHO, 2009). Nos anos 1970 a 1990, as regiões de Xambioá e Bico do Papagaio, na época, extremo norte de Goiás, e a região do Sul do Maranhão foram palcos de graves conflitos pela disputa da terra.

A situação não era diferente no Oeste da Bahia e no Sul do Piauí. Para além das violências, os altos índices de pobreza devido ao *isolamento geográfico* e político em relação às capitais dos quatro Estados aparecia como



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



narrativa para assegurar os processos de ocupação da região a partir dos programas governamentais (Estado) associados às corporações capitalistas mundializadas. Neste período, os atores hegemônicos na região eram os criadores de gado, os produtores de arroz e, posteriormente, os gaúchos pioneiros da soja e os agentes estatais, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT).

A delimitação geográfica do Matopiba ocorreu a partir da nota técnica do Grupo de Inteligência Territorial (GITE/Embrapa) de dezembro de 2014, levantou o quadro agrário e fundiário da área, abrangendo 31 microrregiões geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), composta por mais de 73 milhões de hectares com características particulares favoráveis à expansão da fronteira agrícola brasileira.

De um total de 969 áreas legalmente atribuídas, 42 Unidades de Conservação ocupam uma extensa área de 8,8 milhões de hectares, além de 28 terras indígenas com 4,1 milhões de hectares, 865 assentamentos de reforma agrária com cerca de 3,7 milhões de hectares e 34 comunidades quilombolas em praticamente 250 mil hectares, num total de quase 17 milhões de hectares legalmente atribuídos (FONSECA; EVARISTO, 2014, p. 29).

Disso decorre transformações territoriais substanciais e, para tanto, há que se debruçar sobre os conflitos territoriais resultantes do processo de criação do Matopiba como uma região estratégica para o agronegócio sojicultor. O objetivo é compreender a dinâmica e os rebatimentos territoriais da hegemonização da soja como materialidade do capital na região do Matopiba, que transforma os territórios de vida em terras de negócios.

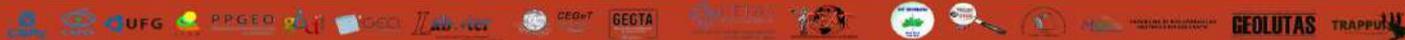
Metodologicamente, o artigo é composto por pesquisa qualitativa e quantitativa, e tem como base a leitura crítica dos conflitos territoriais, reflexos das contradições da região Matopiba, que tem a soja como o “ouro dos Cerrados” (MINAYO, 2002). Durante a pesquisa, levantamos bibliografias relacionadas a ontologia do trabalho e sua reificação no modo de produção capitalista (MARX, 2011; BRAVERMAN, 1987); a expansão do capitalismo no campo (MARTINS, 1995; THOMAZ JUNIOR, 2002); a natureza contraditória do agronegócio (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021; FERNANDES, 2015; SVAMPA, 2016) e as (Re)Existências (MENDONÇA, 2004).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Para falar sobre os conflitos territoriais, usamos dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, dos anos 2000 até 2022. Trata-se das ocorrências das violências e dos conflitos como formas de enfiamento e (Re)Existências, documentados pela Comissão Pastoral da Terra (CEDOC/CPT). Sobre as áreas destinadas ao cultivo de soja e a produção agrícola foram acessados dados divulgados na plataforma de Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, informações sobre o desmatamento por município foram sistematizadas por meio da plataforma Mapbiomas e Prodes-Terra Brasilis.

Na primeira parte do artigo, apresentamos uma análise do modo de produção capitalista, no qual a burguesia se apropria do trabalho humano concreto e dos recursos territoriais para produzir mercadorias. Sendo que, no campo, o agronegócio é a materialidade do capital que controla os meios de produção e as políticas de Estado. Na segunda parte, foram apresentadas a espacialização da soja em hectares, sua produção em toneladas e a relação do crescimento da produção com o acirramento dos conflitos territoriais, que tem como vetores o desmatamento e a violência contra a ocupação e a posse da terra de Comunidades Tradicionais no Matopiba.

A INVENÇÃO DO MATOPIBA: a transformação das terras comuns em terras de negócios

Com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil reconhece a diversidade das classes sociais que compõem a sociedade brasileira, garantindo direitos diferenciados para aqueles que, historicamente, foram excluídos da cidadania, inclusive, dos direitos territoriais. O Estado tem o dever constitucional de proteger a diversidade sociocultural, assegurando a integração étnico-racial nas políticas governamentais para promover um ordenamento territorial adequado.

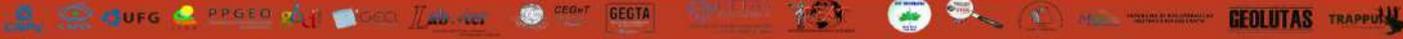
No entanto, a dívida histórica do país com negros e indígenas é anterior ao processo de colonização (invasão portuguesa) e concentração de terras, que remonta há séculos. Apesar de a abolição da escravidão, esses povos e Comunidades Tradicionais, historicamente (des)territorializados, continuaram



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



excluídos do acesso à terra ou em constante situação de conflitos territoriais relacionadas à luta pela permanência daqueles que (Re)Existem nos territórios.

Contudo, o Direito dos Povos³ da terra e o Direito Constitucional instituído pelo Estado brasileiro não foram suficientes para frear os efeitos da injustiça territorial nos Cerrados do Matopiba. A lógica predominante da expansão da agricultura moderna expropriou os camponeses da terra e dos seus meios de existência, deixando-os vulneráveis à exploração do capitalismo. Isso nos remete ao pensamento de K. Marx em relação a acumulação primitiva e às novas formas de acumulação de capital que surgiram com o desenvolvimento industrial nos séculos XVIII e XIX e que levaram a apropriação do trabalho e dos bens comuns pelo capitalismo agrário (MARX, 2011; BRAVERMAN, 1987).

Segundo Thomaz Junior (2002, p. 15), a globalização das relações capitalistas de produção do século XX expandiu o parque industrial, que só foi possível devido à (des)territorialização dos grupos sociais que ocupavam as terras. Ao expropriar os *trabalhadores da terra* das suas condições materiais e imateriais de Existência, esses camponeses ficam à mercê das formas produtivas tradicionais, necessitados material e espiritualmente e, com isso, subordinam a sua força de trabalho aos capitalistas. Acontece que uma das características estruturais do capitalismo, sobretudo, pós-reestruturação, é o desemprego em massa, resultado da expropriação e pauperização dos homens e mulheres do campo e da cidade.

Conforme Svampa (2016, p. 142), o *neoextrativismo*, termo que surgiu a partir da divisão territorial e global do trabalho nos anos 1990, conhecida como Consenso de Washington, apresentou recomendações para os países da América Latina, incluindo reformas fiscais, abertura comercial, política de privatização e redução fiscal do Estado. Além disso, os novos arranjos globais reforçaram, mais uma vez, o *modus operandi* da subordinação dos países do

³ Por Direito dos Povos, Marés (2021) entende os sistemas jurídicos próprios que organiza os grupos sociais a partir de suas instâncias, hierarquia, poderes, relações, obrigações, direitos e formas de solucionar os conflitos. Portanto, os Direitos dos Povos são definidas por regras criadas a partir dos costumes e convivências, na cosmovisão de cada povo, envolvendo a religião, conhecimentos e práticas. Esse direito é estendido para além dos humanos, é reconhecido o direito da natureza com seu conjunto de elementos.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Sul, para atender ao consumo de matérias-primas dos países do Norte. Desta feita, tanto a formação socioeconômica quanto a formação territorial dos países famigerados, considerados de economia atrasada ou terceiro mundistas, tornaram-se reflexos dos interesses imperialistas internacionais que ganharam legitimidade a partir de eventos políticos de abrangência planetária (SVAMPA, 2016; MÉSZÁROS, 2009).

O *boom das commodities*, de 2000 e 2014, caracterizou-se pelo aumento dos preços de matérias-primas, como petróleo, alimentos, metais e energia, devido ao aumento da demanda das economias emergentes, como a China (SVAMPA, 2016). Esse processo influenciou na espacialização de novas áreas agrícolas e no surgimento de investimentos das corporações nacionais e internacionais na compra de terras e na produção de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão no Matopiba.

Um desses exemplos é a constituição, em 2008, da empresa Radar Propriedades Agrícolas, tendo como principais acionistas a Cosan e a Mansilla, criada para especular com terras agrícolas. Dados de 2012 indicavam que a Radar controlava 151.468 hectares, avaliados em R\$ 2,35 bilhões. Em relação a 2011 a variação de seu portfólio foi de 93%, quando o preço das terras subiu em média 56%. Atualmente a Radar detém 555 propriedades, com aproximadamente 270 mil hectares de terras no valor declarado de 5,2 bilhões de reais (MENDONÇA, 2021, online).

Outras empresas que surgem neste cenário são a *Teachers Insurance and Annuity Association of America-College Retirement Equities Fund (TIAA)* e a sua subsidiária brasileira Mansilha que operam fundos de pensão público e privado. Ainda, a Cosan e as associadas Shell e Raízen, que atuam na produção de cana-de-açúcar e etanol. Nesse campo de negócios nacionais e internacionais, está a SLC Agrícola, que detém 581,8 mil hectares de terras. A companhia possui diversas propriedades rurais na Bahia, Piauí e Maranhão, e seu nome e o de sua terceirizada, a empresa Terra Santa, estão envolvidos em conflitos territoriais com comunidades indígenas e Comunidades Tradicionais no Matopiba (MENDONÇA, 2021; De Olho nos Ruralistas, 2021).

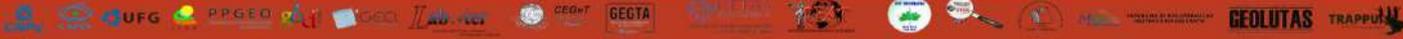
A terra, que era um bem comum, um instrumento de trabalho das Comunidades do Matopiba, passou a ser um ativo financeiro negociado na bolsa de valores. Os efeitos territoriais foram percebidos, principalmente a partir da crise do capital de 2008, quando colapsou o setor imobiliário dos Estados Unidos. A partir desse momento, as empresas passaram investir no mercado



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de terras no Brasil, especialmente, nas terras baratas do Matopiba. Esse movimento aumentou a especulação imobiliária e impulsionou a produção de grãos na região (MENDONÇA, 2021).

O agronegócio, também chamado de *agribusiness*, é o setor mais beneficiado com as novas formas de acumulação capitalista, a agroindustrialização e a financeirização das terras, que se articulou com as velhas formas do latifúndio da região (FERNANDES, 2015; MARTINS, 1995). De acordo com Mitidiero Júnior; Goldfarb (2021, p. 5), “[...] o agronegócio é um modelo de produção e gestão resultante da associação do capital agroindustrial nacional e internacional com a grande propriedade fundiária”. Portanto, a agricultura indígena e de base camponesa nunca poderá ser considerada um dos setores do agronegócio.

É importante salientar que o agronegócio no Cerrado, em específico no Matopiba, se fortaleceu devido à aliança profunda da burguesia industrial com as velhas oligarquias rurais que, juntas, controlam o Estado e o espaço agrário/agrícola. Isso fica evidente no poder da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), também conhecida como “Bancada Ruralista”, que aumenta o número de participantes a cada legislatura. Atualmente, a FPA é composta por 324 parlamentares, de um total de 513, e 50 de 81 senadores, respectivamente. As prioridades da Bancada Ruralista se relacionam com o controle da questão agrária, a flexibilidade do marco regulatório fundiário e ambiental, e a disputa pelo orçamento público para pagar as dívidas do setor⁴.

É importante lembrar que o agronegócio se estrutura a partir do latifúndio e da propriedade privada da terra, instituídas no Brasil pela Lei de Terras de 1850, o que impossibilitou o acesso à terra para os trabalhadores libertados da escravidão, indígenas e posseiros pobres. Outro evento geopolítico emblemático foram as políticas neocoloniais do pós-Segunda Guerra Mundial (1945), com o direcionamento de políticas agrícolas, comerciais e de controle tecnológico estadunidense sobre os países do Sul global. Nos anos de 1964 a 1985, os governos militares reprimiram as Ligas Camponesas e o ideal de uma Reforma Agrária, mas arquitetaram a

⁴ Ver mais informações no portal De Olho nos Ruralistas <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/04/26/pl-compoe-1-4-bancada-ruralista-na-camara-que-chega-a-300-deputados/>. Acesso: 14 dez. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



modernização capitalista do campo através da Revolução Verde, que resultou em mudanças na estrutura produtiva e espacial dos países do Sul, aumentando ainda mais a desigualdade no campo (FERNANDES, 2015).

Sob o pretexto de incentivar o desenvolvimento rural para aumentar o consumo interno, sob o regime militar, o Estado brasileiro tomou medidas governamentais e político-técnico-científicas para integrar e superar as diferenças regionais. Isso, sem considerar as dinâmicas socioespaciais e a necessidade de regularização da situação fundiária locais dos povos indígenas, quilombolas e camponeses, criou o Sistema Nacional de Crédito de 1995 (SNCR), o Plano Nacional de Desenvolvimento 1968 – 1973 (PND) e o segundo PND de 1975 – 1979. Com isso, incentivou a ampliação e a otimização de áreas produtivas, aumentando a produtividade agrícola dos ruralistas nas regiões Centro-Oeste e Norte. Os recursos financeiros, científicos e incentivos fiscais foram direcionados para a aquisição de insumos, capacitação técnica, logística e agroindústrias no campo.

As novas variedades de cultivo, como a soja, demandaram a exploração de áreas naturais de Cerrados, o que exigiu a importação de máquinas agrícolas, agrotóxicos e melhoramento. As tecnologias agrícolas foram direcionadas para uma agricultura intensiva e agroindustrializada, dependente de insumos externos negociados em dólar, aumentando os custos de produção, o que, por sua vez, mantém o setor em constantes crises financeiras e busca por financiamentos públicos e privados robustos (MITIDIERO JÚNIOR; GOLDFARB, 2021).

Os povos indígenas, quilombolas e camponeses (des)territorializados têm sido explorados pela força de trabalho assalariada nas fazendas e nas agroindústrias. Esse processo é conhecido como “coerção ideológica”, em que o trabalhador e a trabalhadora, expropriados de suas condições materiais, concordam e legitimam a exploração de sua força de trabalho em troca de um capital convertido em salário (BRAVERMAN, 1987). Logo, a expropriação do campesinato do Matopiba, além de liberar a terra para os agronegociantes, libera força de trabalho para as lavouras, sobretudo, a força de trabalho dos homens e dos jovens das Comunidades Tradicionais aos novos empreendimentos agroindustriais e financeiros mundializados.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

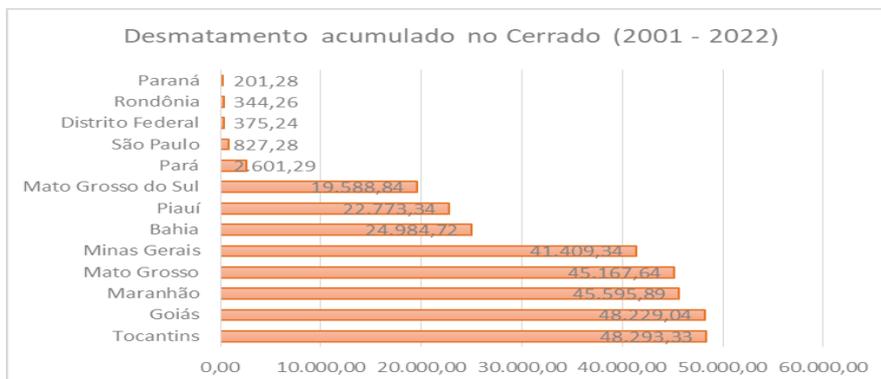
Realização:



Oeste Baiano e, em 21 anos, essa área quadruplicou para 1.461.510 hectares. No Maranhão, as áreas de soja cresceram nos anos 1990 na região de Balsas, com o desenvolvimento do Projeto Batavo, financiado pelo Prodecet II. No início da série, o Maranhão foi apontado como o segundo maior produtor de soja, com 178.716 ha/2000 e 892.589 ha/2021, mas foi superado pelo Tocantins nas safras de 2013, que ampliou suas áreas de 57.919 ha/2000 para 1.171.308 ha/2021. O Piauí começou o plantio da leguminosa mais tarde, mas ampliou as áreas cultivadas, chegando a 809.195 ha/2021.

A ampliação das áreas de soja no Matopiba, conforme indicado no Figura 03, além de ampliar a devastação da vegetação nativa da região, intensificou a grilagem de terras públicas, ocupadas por Comunidades Tradicionais Possseiras. No período entre 2001 a 2022, dos 14 Estados mais desmatados no Cerrado, os Estados de Tocantins, Maranhão, Bahia e Piauí ficaram entre oitos com maior perda de vegetação nativa.

Figura 03 - Desmatamento no Cerrado em km²



Fonte: Terra Brasilis/PRODES/Mapbiomas (2023).
Elaborado por Santos (2023).

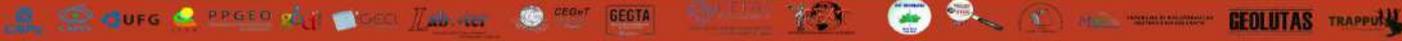
Os dados do Mapbiomas (2023), aponta que a área de terra utilizada para a produção agrícola e pecuária no Cerrado é de 26,2 milhões de hectares, representando 44,2% do território. No mesmo período, o Cerrado perdeu 19,8% de sua vegetação nativa, 26,5 milhões de hectares, correspondendo quase à mesma área destinada à agropecuária, 26,2 milhões no mesmo período. O tamanho da área de vegetação perdida é maior que o Estado do Piauí. Dessa forma, o Matopiba tem sido a região que mais tem convertido vegetação nativa em terras agrícolas nas últimas décadas.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

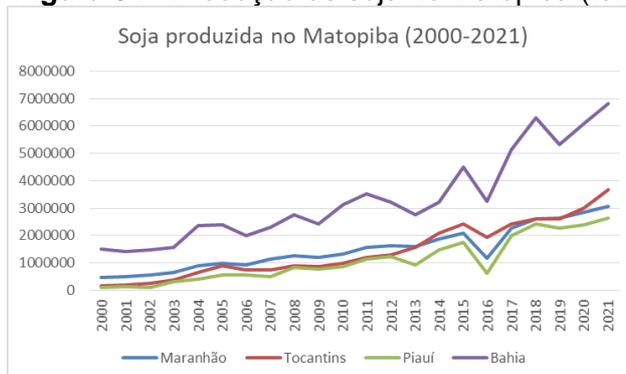


A abertura dessas áreas para o cultivo da soja representa a perda de milhares de espécies de árvores e gramíneas nativas, muitas delas em risco de extinção e que, além de fornecerem alimento e gerar renda para a população local, prestam serviços ecossistêmicos para o equilíbrio hídrico e climático da região. O desmatamento das chapadas põe em risco as nascentes de importantes rios do Cerrado, como Parnaíba, Itapecuru, Corrente, Grande, Gurguéia e muitos outros que abastecem os rios Tocantins e o Araguaia. De acordo com Salmona *et al.* (2023), se não houver nenhuma ação para conter o desmatamento, o Cerrado pode perder 34% da água dos rios até 2050. O desmatamento é responsável por 56% do *stress* hídrico nessa região, considerada o berço das águas do país.

Dos 337 municípios que formam a região do Matopiba, 128 estão com áreas de cultivo de soja (68 no Maranhão, 35 no Tocantins, 13 no Piauí e 12 na Bahia). No Maranhão, mais de 50% dos municípios que fazem parte do Matopiba estão produzindo soja. No Tocantins, os municípios que não produzem soja estão localizados no bioma Amazônico, localizados na região conhecida como Bico do Papagaio. Outra região do Estado ainda livre da soja é a região Leste, na área de conservação do Jalapão. Esta é uma área que possui algum nível de proteção legal-institucional, que configura um *território bloqueado a acumulação do capital* (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021).

O acumulado da produção de soja em toneladas cresceu de 2.208.221 milhões, em 2000, para 16.191.763 milhões em 2021. Vale destacar que, em 2000, a oleaginosa estava concentrada na Bahia e no Maranhão, mas depois de 2007, os outros Estados aumentaram a produção, resultando na maior distribuição da soja em 2022, conforme a Figura. 04.

Figura 04 - Produção de soja no Matopiba (toneladas)



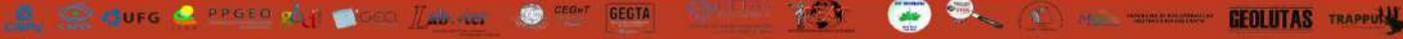
Fonte: SIDRA/IBGE/2023. Elaborado por Santos (2023).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Com o aumento das áreas de soja no Matopiba, o Brasil assumiu o primeiro lugar na produção e exportação da oleaginosa, incluindo o grão inteiro, farelos e óleos, além de carnes de aves e suínos alimentados com rações à base de soja. O Matopiba é responsável por 29% da produção brasileira de soja e 10% do total de grãos e fibras, como a soja, milho e algodão (IBGE, 2023). Contudo, o aumento das áreas exploradas pela agricultura nesta região tem um alto custo social e ambiental para os territórios camponeses. Especulação imobiliária, invasões de terras, desmatamento e violências contra as condições de vida dos povos estão entre os efeitos territoriais das ações das empresas rurais e dos latifundiários (fazendeiros) para desterritorializar as Comunidades.

A Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) estudou quatro territórios tradicionais no Matopiba que representam a situação emblemática das violências territoriais: Gleba Tauá, em Barra do Ouro, no Nordeste do Tocantins; Travessia do Mirador, no Sul do Maranhão; o Território Melancias, no Sul do Piauí; e os Fundos e Fechos de Pasto da bacia do Rio Grande, no Oeste da Bahia (AGUIAR; BONFIM, *at al*, 2021).

Os territórios tradicionais mencionados são compostos por 1.027.314 hectares de terras públicas “destinadas” às Comunidades e 492.820 hectares de áreas de uso comum, incluindo terras da União e terras devolutas, ainda não “destinadas”, mas que foram griladas por latifundiários e empresas de agronegócio. Outros 934.267 hectares das terras comunitárias estão sobrepostas com registros ambientais para grilagem verde⁵. Além disso, 278.783 hectares de terras foram destinados ilegalmente como reserva legal das fazendas do agro (AGUIAR; BONFIM, *at al*, 2021, p.161).

Dentre as corporações envolvidas nos conflitos territoriais relacionados à produção da soja, estão a Agrex do Brasil (AGB) e a Agrex Patrimonial e Agro Serra, no Maranhão; e o Grupo Binotto, no Tocantins. A Insolo Agroindustrial é

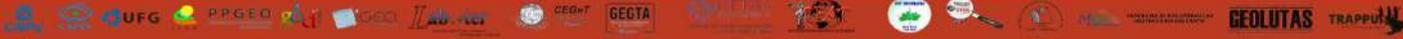
⁵ Grilagem verde é uma expressão usada para explicar o uso da questão ambiental contra as Comunidades Tradicionais. É a apropriação das terras de posse tradicional das Comunidades, onde encontram-se as maiores áreas de vegetação nativa conservada a partir do mecanismo da reserva legal extra propriedade que se sobrepõem às áreas, historicamente, usadas de forma comum pelas Populações Tradicionais.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

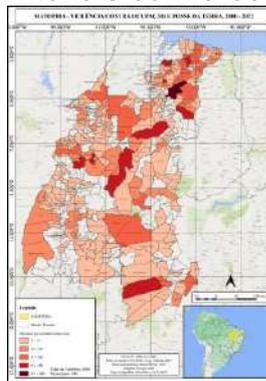


uma empresa do fundo HMC/Harvard, SLC Agrícolas e Bunge Alimentos, no Piauí. Na Bahia, estão as SLC Agrícola e a Agri Brasil Holding (AGUIAR; BONFIM, *at al*, 2021).

Essa situação gera intensa conflitividade na região, expondo as contradições da modernização territorial no Matopiba (Figura 05). No período de 2000 a 2022 foram registradas 2.960 ocorrências de violência contra a posse de terras e as condições de vida das Comunidades, sendo elas: 1914 no Maranhão; 718 no Tocantins; 247 na Bahia; e 135 no Piauí. Ao todo, dezenove Povos, historicamente, constitutivos do Cerrado e, portanto, Cerradeiros sofrem violências contra a posse da terra e suas condições de vida. Entre eles, estão posseiros, quilombolas, sem-terra, assentados, indígenas, camponeses, ribeirinhos e pequenos agricultores que, respectivamente, nessa ordem, são os mais atingidos pela violência contra os seus territórios (CEDOC/CPT, 2023).

Junto ao avanço da fronteira agrícola, cresceram os conflitos trabalhistas, que podem ser identificados com o registro de 1048 ocorrências. Destas, 67% são ocorrências de Trabalho Escravo e 32% é Superexploração (CEDOC/CPT, 2023). O Trabalho Escravo é a exploração da força de trabalho até a degradação do humano, transformado em objetos descartáveis.

Figura 05 - Conflitos territoriais contra ocupação e posse da terra



Fonte: CEDOC/CPT (2023).

Organizado por Santos (2023) e elaborado por Oliveira (2023)

Nos registros de conflitos por água, a região acumula 162 registros, como demonstrado na Figura 06. Durante 2016, ano do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e durante o primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro foram registrados 19 e 27 ocorrências de conflito, respectivamente.

Figura 06 - Conflitos pela água



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Comunidades de Fundo e Fechos de Pasto da Bahia, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Tais ações articulam-se com outros movimentos nacionais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), com organizações da igreja católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). No Matopiba, como diz o educador popular Altamiram (fala durante o I Seminário da Articulação de Enfrentamento ao Matopiba, 2023), da CPT do Piauí: “[...] antes da região do Matopiba ser um território de hegemonia do capital, é um território dos povos e comunidades tradicionais”.

Considerações finais

Os conflitos revelam a contradição da agricultura moderna, que sofisticou as técnicas, os instrumentos de produção, as operações financeiras e o discurso ideológico, mas mantém métodos, práticas de violências e cerceamento dos direitos territoriais do passado.

A instrumentalização política, econômica e ideológica a partir da fusão dos interesses do Estado com as corporações capitalistas, a exemplo da FPA, favorece a aprovação de políticas de financiamento e o desmantelamento dos Marcos Regulatórios (fundário, trabalhista, ambiental), dificultando, em contrapartida, a garantia da segurança da posse na terra para as Comunidades Tradicionais Posseiras e a luta pela reforma agrária para os trabalhadores rurais sem-terra.

Os efeitos territoriais desse processo são percebidos através da devastação de biomas/ecossistemas/territórios, compreendidos como espaços singulares de elementos da Natureza, porém, compreendidos, mediante os processos de apropriação do espaço e produção dos territórios a partir das classes sociais e suas diversas frações, constituindo o movimento territorial das classes na disputa territorial com as corporações capitalistas.

Além disso, a precarização do trabalho, a informalidade, o desemprego são parte da realidade geográfica, complexa e contraditória, do campo brasileiro. Soma-se a isso, a grilagem de terra, a expulsão de Comunidades



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Posseiras das terras públicas (uso comum) e a ruptura de modos de vida étnico-culturais. Isso resulta na perda de identidade territorial dos Povos e Comunidades Tradicionais que convivem e produzem as sociobiodiversidades do Cerrado. Nessa seara, não se pode esquecer da erosão da agrobiodiversidade e da falta de políticas públicas que atendam às necessidades dessas Comunidades que ainda Resistem e (Re)Existem em seus territórios.

A invasão pelas corporações capitalistas nacionais e internacionais implantam monoculturas exóticas e confinamento de animais em grandes empreendimentos que desconhecem, ignoram e, deliberadamente, visam destruir os regimes comunitários de convivência com as terras, águas e matas do Cerrado. A reiterada lógica expansiva do capitalismo, em nome do crescimento econômico, desenraiza costumes, transforma os moradores das Comunidades Tradicionais em intrusos, afugentados e cerceados do direito de (Re)Existir na sua integralidade.

Percebemos, enquanto perspectivas assumidas pelas Comunidades, a legítima luta e ação política/cultural/territorial dos processos de retomada e das autodemarcações dos territórios. A integração das prioridades sociais com agendas socioambientais, como a defesa do Cerrado como o berço das águas e território de Comunidades Tradicionais, a autoidentificação de povos, como os Akroá Gamella, do Sul do Piauí e a afirmação dos fundos e fechos de pasto, no Oeste Baiano, como identidades territoriais coletivas, evidenciam as (Re)Existências, tão necessárias e que necessitam ser fortalecidas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice; CORREIA, Mauricio. **Na fronteira da (i)legalidade: desmatamento e grilagem no Matopiba**. Salvador: AATR, 2022.

CEDOC – Centro de Documentação Dom Tomaz Balduino. Planilhas de Registro de Conflitos 2000 a 2022. Goiânia: CPT, 2023.

ALVES, Vicente Eudes. Agronegócio, reestruturação produtiva e o avanço da urbanização na fronteira agrícola do bioma cerrados do centro-norte do Brasil. In: **Simpósio Nacional da Geografia Urbana**, 14, 2019, Vitória. Anais [...]. Vitória: UFES, 2019. p. 3666-3685.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



MAPBIOMAS. Alertas. Disponível em:
<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org.br>. Acesso: 10 agos. 2023.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura Espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudoeste Goiano**. f. (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; PELÁ, Márcia. O Cerrado Goiano Numa Encruzilhada de tempos: Os Territórios em Disputa e as Novas Territorialidades do Conflito. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011. Costa Rica.

MENDONÇA, Maria Luisa. Avanço do Agro e a financeirização da terra no MATOPIBA. **Fundação Heinrich Böll**. Disponível em:<https://br.boell.org/pt-br/2021/11/18/avanco-do-agro-e-financeirizacao-da-terra-no-matopiba> . Acesso: 12 dez. 2023.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola e atores sociais nos Cerrados do sudoeste piauiense**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MANCHOLA, Joaquín Eduardo Cifuentes. **Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos - Tocantins**. 283 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse, manuscritos econômicos de 1857 – 1858**. Esboço da crítica da econômica política. São Paulo: Boitempo, 2011.

SVAMPA, Maristela. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais, um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas. In: DILGER, Gerard; LANG, Miriam; FLHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário, debate pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

VELHO, Guilherme Otávio. **Frente de expansão e estrutura agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso: 15 ago. 2023.

SALMONA, Yuri Botelho, *at al.* Um futuro preocupante para as vazões dos rios no Cerrado brasileiro, provocado pelo uso da terra e pelas mudanças climáticas. **Sustentabilidade 2023**, 15, 4251.

<https://doi.org/10.3390/su15054251>. Acesso em 12 dez. 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



MIGRAÇÃO DE RETORNO DE TRABALHADORES IMIGRANTES E A BARREIRA EM TEMPOS DE COVID-19 NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA-PERU: O CASO DOS HAITIANOS EM ASSIS BRASIL (AC)*

Dival Vieira de Araújo Neto¹

José Alves²

Resumo

O presente texto tem como objetivo analisar a migração de retorno de trabalhadores imigrantes haitianos que utilizaram/utilizam o Estado do Acre como corredor migratório, sobretudo a partir da rodovia Interoceânica e os efeitos diretos e indiretos aos imigrantes com o fechamento da fronteira na cidade de Assis Brasil (AC). A metodologia dessa investigação possui uma base teórica na Geografia do Trabalho, dispondo de uma abordagem qualitativa. Os procedimentos incorporam a pesquisa bibliográfica e documental de instituições públicas e da sociedade civil, bem como entrevistas e mapeamentos das rotas. Portanto, o caso dos haitianos em Assis Brasil, é colocado uma “barreira” para mobilidade dessa população e a xenofobia expressa através do discurso da culpabilidade de serem os possíveis transmissões de Covid-19, que intensificou a tensão e o pré-conceito com esses sujeitos. Além disso, esse caso da fronteira Brasil-Peru explana como é pensado e executado o controle das fronteiras para trabalhadores da periferia do capitalismo.

Palavras-chave: Assis Brasil, Migração, haitianos, barreira.

Introdução

A pandemia de Covid-19 mudou toda a dinâmica global, pois os países seguindo recomendação da Organização Mundial da Saúde adotaram medidas sanitárias para diminuir ou conter a circulação de pessoas e a propagação do vírus. Uma das restrições que afetaram de imediato os imigrantes foi o fechamento das fronteiras (terrestres, aéreas e fluviais).

Com essa perspectiva, a mobilidade transfronteiriça foi impactada, pois foram criadas barreiras nas fronteiras terrestres dos países para impedir o acesso ou saída de pessoas. Assim, temos o exemplo da cidade acreana de Assis Brasil, localizada na tríplice fronteira com a Bolívia e o Peru, que é um corredor migratório de imigrantes de distintas nacionalidades, como os imigrantes haitianos que estão em território brasileiro, desde 2010.

* O presente trabalho é resultado das reflexões desenvolvidas na dissertação de Mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre, ano de 2023.

¹ Graduado (Bacharelado e Licenciatura) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Acre. Membro do Centro de Estudos de Geografia do trabalho (CEGeT). divalnetto@hotmail.com

² Professor dos Cursos de Graduação e Mestrado em Geografia na Universidade Federal do Acre. Tutor do grupo PET Geografia/Ufac e Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). jose.alves@ufac.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



internacional como a Copa do Mundo de futebol realizado no ano de 2014, as Olimpíadas e Paraolimpíadas, no ano de 2016, além das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que executou milhares de obras pelo Brasil. Portanto, os investimentos estatais estavam em peso e gerou a necessidade de mão de obra operária.

Além de trabalharem nas grandes obras, os haitianos tiveram o labor nos frigoríficos e na agropecuária, mas as condições de trabalho eram/são insalubres e a remuneração baixa, comparada com o trabalhador nacional, que já estava em condição de precarização.

É nesse momento que o conceito de plasticidade do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2018) fundamenta a análise, pois os trabalhadores que são os sujeitos pertencentes a classe trabalhadora, que possuía outro tipo de laboração em seu país de origem, possuindo escolaridade acadêmica ou não, pelas conjunturas, vão trabalhar nas obras da construção civil e quando finalizam as construções, se tiverem oportunidades, podem retornar a sua práxis.

Outro elemento importante sobre a mobilidade haitiana foi que se tornou um negócio (lucrativo) para o mercado internacional de tráfico humano, pois, os coíotes, que assim são denominado os “agentes de viagens” clandestinos, que cobravam preços elevados para transportar até o Brasil e não ofereciam nenhuma garantia de segurança na viagem.

Mamed e Lima explana sobre esse “mercado”. Segundo as autoras:

[...] o movimento internacional de trabalhadores haitianos, oriundos da periferia do capitalismo mundial, que em circunstâncias de clandestinidade, aliciados por redes de tráfico de pessoas, aportam na região da Amazônia Sul-Occidental, e posteriormente são recrutados para integrar a linha de produção das empresas capitalistas do Centro Sul do país. (Mamed; Lima, 2015, p. 35).

A Amazônia Sul Occidental é o principal corredor da migração haitiana para o ingresso em território brasileiro, bem como este é o grupo que mais teve passagem no Estado do Acre, pois segundo dados disponibilizados do governo do Acre, de 2010 a 2022, o estado notificou a passagem de 45 mil imigrantes de diversas nacionalidades. O destaque desse fluxo foi para os haitianos, pois alcançaram o quantitativo de 37.613 imigrantes (Acre, 2022). O pico da mobilidade dos haitianos foi de 2010 a 2016, e, após o ano de 2016; esses trabalhadores seguiram para cidades



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



da região Centro-sul nacional e foram inseridos no precário mercado de trabalho brasileiro.

Os haitianos “inauguram” o corredor migratório internacional do estado do Acre através da rodovia interoceânica no ano de 2010. Essa estrada foi essencial para o desenvolvimento do fluxo, pois ligava o Acre aos demais estados do Brasil, como também serve de rota não só para a entrada de imigrantes por essa região, mas também de saída do país. Esses fatores foram fundamentais para a logística desses imigrantes e o foco principal de destino de tais imigrantes era o Centro-sul do Brasil, portanto, foi a partir desse contexto que o estado se integra às migrações Sul-sul, como uma das portas de entrada.

Essa rodovia foi iniciada em 2005 no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo concluída em 2011, mas já no final de 2010 começam a chegar ao estado do Acre os primeiros fluxos de imigrantes africanos e caribenhos. Com o passar dos anos a mobilidade haitiana foi intensificando, pois conforme Cavalcante (2015) destaca que há um fluxo migratório na rodovia. Assim:

[...] foi possível observar nas cidades de Assis Brasil e Eitaciolândia, Estado do Acre, intenso fluxo migratório, principalmente de haitianos e africanos (em sua maioria, senegaleses e ganeses), em decorrência da construção da Rodovia Interoceânica. (CAVALCANTE, 2015, p.106).

Por causa do contingente de haitianos e africanos, a microrregião de Brasileia, formada pelos municípios de Assis Brasil, Brasileia e Eitaciolândia, teve um forte impacto na assistência social, em função do quantitativo expressivo de imigrantes, e, portanto, esses municípios fronteiriços tiveram funções importantes nesse fluxo haitiano.

Nesse contexto a cidade de Assis Brasil esteve com o papel de porta de entrada e que direcionava para os municípios vizinhos, no caso, as cidades gêmeas de Brasileia e Eitaciolândia, onde foram criados três abrigos e por conta da lotação, foram criados mais dois na capital Rio Branco. Posteriormente, esse fluxo de migrantes era direcionada para outros estados do Brasil.

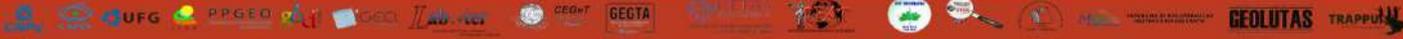
Mesmo a rota do Acre sendo a principal porta de entrada dos haitianos no Brasil, esses imigrantes tentaram acessar o território brasileiro por outras rotas, como pelo estado do Amazonas, através de Tabatinga, que é uma cidade da tríplice fronteira



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Brasil/Colômbia/Peru, mas por conta da questão geográfica, pela distância da capital Manaus e por falta de equipamentos de assistência social, fizeram com que esse corredor migratório não se consolidasse.

Outra rota foi realizada pela Bolívia, na qual, os haitianos saem do Peru através da *carretera interoceânica* e ingressam no território boliviano e utilizando as rodovias, seguem pelas principais cidades como La Paz, Cochabamba, Santa Cruz e chegam na fronteira com Brasil, através de Corumbá, Mato Grosso do Sul e depois continuam sua trajetória para as cidades onde necessitavam de mão-de-obra, todavia, esses trajetos não obtiveram tanto êxito semelhante ao “corredor acreano”.

Outra característica sobre a mobilidade haitiana é que foi uma das responsáveis por transformar o perfil do imigrante trabalhador em território brasileiro, pois “A década de 2010 (2011-2020) pode ser caracterizada como uma das décadas mais dinâmicas e multifacetadas no contexto migratório do Brasil. Observa-se que essa série histórica trouxe mudanças significativas ao cenário das migrações e refúgio no país”. (CAVALCANTI, 2021, p. 8).

Dessa maneira, o relatório Anual (2021) do Observatório das Migrações internacionais (Obmigra), apresenta dados sobre trabalho no mercado formal, refúgio, benefícios sociais, educação demonstra que o fluxo de trabalhadores imigrantes a partir de 2010 está relacionado com caribenhos, latinos e africanos, com destaque para haitianos e venezuelanos, que lideram os principais itens pesquisados, com destaque para o recebimento das piores remunerações e menores escolaridades.

Ainda sobre o relatório aborda o início da pandemia, no ano de 2020, constatou que foram essas nacionalidades, assim como trabalhador brasileiro, tiveram um forte impacto no desemprego, solicitação de auxílios emergenciais, mas que não foram suficientes para atender uma quantidade significativa e por causa desse cenário desanimador e com a perspectiva de abertura da fronteira dos Estados Unidos, milhares de haitianos decidem realizar a migração de retorno e utilizam novamente o estado do Acre como corredor migratório..

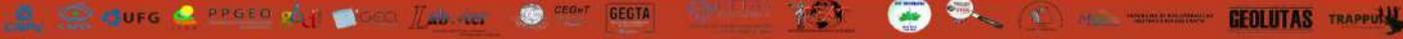
Todavia, os países começaram a fechar suas fronteiras, e no caso do estado do Acre, que faz fronteira com a Bolívia e o Peru, através da cidade de Assis Brasil, isso também aconteceu. Assim, a crise humanitária ficou na fronteira Brasil-Peru, em função da localização da rodovia Interoceânica, uma das rotas terrestres usadas pelos imigrantes.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Resultados e discussões

A restrição de mobilidade dos imigrantes ocorreu no Peru, criando uma barreira transfronteiriça no dia 16 de março de 2020, e, no dia seguinte, iniciou a crise humanitária na ponte que liga os dois países. Com o passar dos dias o quantitativo que era impedido pela barreira sanitária estava aumentando em níveis alarmantes.

A cidade de Assis Brasil possui relações mais articuladas com o Peru, através da cidade de Iñapari, pois estão mais próximos geograficamente, culturalmente e na circulação de bens e serviços do que com a cidade boliviana de Bolpebra. Deste modo a crise humanitária esteve no foco da relação entre essas cidades e obviamente com os dois países.

Com essa conjuntura humanitária, forçou o prefeito municipal de Assis Brasil a promulgar calamidade pública em decorrência da situação do contingente de imigrantes, através do Decreto nº 044, de 31 de março de 2020.

Com o fechamento da fronteira terrestre com o Peru gerou uma nova dinâmica migratória e de acolhimento para Assis Brasil, pois, na mobilidade de haitianos e africanos no período de 2010 a 2016, a cidade ficou na posição porta de entrada e rota de passagem para os municípios vizinhos, Brasileia e Epitaciolândia que realizaram o acolhimento institucional inicial a partir de abrigos públicos. Já no contexto da pandemia, a partir de 2020, o município se tornou local do atendimento humanitário preliminar e de caráter emergencial e, assim, teve que ser criado abrigos públicos.

Isso foi um desafio para os governos das três instâncias, mais principalmente para a municipal, pois, a gestão havia assumido a poucos meses e a administração ainda estava se estruturando, recebeu esse desafio de acolher imigrantes em tempos de pandemia de Covid-19.

Em 2020 tivemos seis pontos de abrigamento para imigrantes na cidade de Assis Brasil, sendo a Ponte Binacional (local do estopim da crise humanitária e que posteriormente teve que se criar emergencialmente os demais abrigos, por causa da quantidade de pessoas queriam passar para o país peruano ou continuar sua mobilidade para os demais estados brasileiros, conforme espacializado no mapa 01.

Mapa 01: Localização dos abrigos na cidade de Assis Brasil (AC) em 2020



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Fonte: Org. pelos autores (2023)

Essa estrutura de acolhimento gerou um custo muito alto para um município que possui um orçamento modesto, dessa forma teve que acionar os governos do estado e federal para amparar economicamente o município, mas o suporte veio por conta da calamidade e por meio de pressões de instituições como Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e além de entidades da sociedade civil como Cáritas e Pastoral do Migrante ligadas a Igreja Católica.

E o suporte das entidades da sociedade civil como a Cáritas e Pastoral do Migrante foi fundamental no acolhimento desses imigrantes, pois, ofereceram apoio humano, alimentos, mantimentos e espaços que serviram de abrigos temporários, como os espaços oferecidos pela igreja Católica

E como a fronteira continuou fechada, teve que ser criado um programa emergencial de interiorização, dessa forma, foram criados abrigos nas cidades de Brasileia e Epitaciolândia, subsequente para a capital Rio Branco foram criados abrigos temporários para acolher esse contingente.

Outro aspecto é sobre o perfil dos imigrantes “barrados” na cidade de Assis Brasil, e, segundo dados do governo do Estado do Acre (2021) e entrevistas com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



lideranças de entidades da sociedade civil, no momento que a fronteira com o Peru estava fechada, existiam três principais grupos “barrados” na cidade de Assis Brasil: os venezuelanos, que desejavam ingressar no Brasil; haitianos e africanos, que desejavam sair do Brasil e seguir para os países do Norte global.

Realizamos uma entrevista com a coordenadora da Cáritas da paróquia Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, e, que por ser moradora da cidade de Assis Brasil e voluntária da pastoral social atua com a temática migratória desde 2010, com o ingresso dos haitianos em território acreano. Ela é uma liderança juntamente com seu esposo e demais voluntários no acolhimento de imigrantes das diversas nacionalidades que perpassam pelo município e necessitam de acolhimento emergencial.

Ela aborda sobre o perfil dos imigrantes “barrados” e o acolhimento humanitário na cidade de Assis Brasil (AC) para esses imigrantes, após o fechamento da fronteira Brasil-Peru. Segundo a entrevistada:

Os Venezuelanos estavam vindo da Venezuela buscando entrar no Brasil. Agora os haitianos e africanos estavam tentando ir para outros países, porque eles gostam de trabalhar mais com dólar e eles acharam que o país nosso não estavam dando mais resultado. **Os haitianos que estavam vindo [para a cidade de Assis Brasil], era do tempo de 2010, e aí, eles estavam retornando, porque o Brasil não estavam fornecendo para eles trabalho, a economia estava fraca e assim eles estavam voltando**, e os estados que estavam vindo eram de São Paulo, muitos de São Paulo, também de Santa Catarina, Cuiabá, Curitiba, Recife, mas a maioria que eu conversei estavam vindo de São Paulo. Agora os venezuelanos estavam vindo da Venezuelana e querendo ir [entrar] para o Brasil, e não tinha venezuelano querendo voltar para o seu país. Estavam vindo pelo Peru, para entrar no Brasil, e muitos sofreram muita humilhação, muitas coisas no Peru, eles falavam muito mal do Peru, porque sofreram muita discriminação, tinha sido jogado na rua. [...] Então lá no Peru foi muito forte esse negócio de não poder estar na rua, então eles expulsavam mesmo, e assim o caminho que os venezuelanos encontraram foi o Brasil. E foi muito pouco venezuelanos que estavam no Brasil e queriam sair, foi um ou outro, praticamente, quase 100% que queriam entrar no Brasil. (Coordenadora da Cáritas de Assis Brasil. Informação Verbal).³

E por conta do grande quantitativo de imigrantes após o fechamento da fronteira e pelo próprio medo da contaminação em massa, a população da cidade ficou

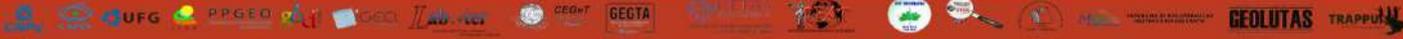
³ Entrevista realizada no dia 26 de setembro de 2022, na cidade de Assis Brasil/AC.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



receosa pela conjuntura humanitária que estava acontecendo com o fechamento da fronteira, e tanto os voluntários da Cáritas, quanto a equipe da assistência social do município, tentou através de diálogos com os munícipes amenizar a situação de xenofobia.

Segundo a entrevistada possuiu casos de alguns moradores realizaram denúncias por conta que os migrantes estavam circulando pela cidade, conforme ela explica:

Olhar...foi um pouco difícil, né, porque a comunidade tinha até medo dos imigrantes pelo fato deles estavam vindo de outros países, ocorreu a discriminação em si, porque eles [população] achavam no começo que seriam eles [imigrantes] que iriam trazer a pandemia aqui para o município. Então nós que estamos aqui na frente [acolhimento], tivemos que ter muita sabedoria e pedir até a Deus que não partir-se de nenhum deles [imigrantes] e graças a Deus, a pandemia não partiu dos migrantes, alguns pegaram, mas foi muito pouco, a comunidade [população] aqui pegou e teve até muito, mas em relação aos migrantes, não. E teve até vizinho que chamava a polícia, porque nós [Cáritas] colocava na igreja e na sala de catequese, mas os padres e as irmãs estavam sabendo, né. Muitas vezes, colocamos os imigrantes na igreja, eu mais o Júnior e também colocava os migrantes na sala de catequese e a gente comunicava ao padre e as irmãs e eles sempre davam o 'ok' e a nossa vizinhança estavam com medo e a comunidade [população] ficaram apavorados, achando que seriam os haitianos, africanos, venezuelanos e muitos outros países que esteve aqui...iriam 'acabar' com o município em termo de pandemia. Então teve essa discriminação, e eles [imigrantes], chegavam no mercado, as pessoas se afastavam, ficavam de longe, e eles sentiam isso, né, mas a gente ia conversando [com os comerciantes], a prefeitura trabalhando, nós trabalhando com eles, e graças a Deus, por que não aconteceu o que as pessoas [munícipes assis-brasilienses] pensavam, começou a gente da comunidade pegar a Covid e não eles [imigrantes], pois utilizavam um processo de muito chá e acho que foi isso que ajudou, tomavam umas ervas ou se foi a mão de Deus...Não foi fácil, porque tinha momentos que eles [imigrantes] estavam no pátio da igreja jogando alguma coisa e a polícia chegava e eu tive que várias vezes mais o Júnior explicar o porquê que eles estavam no pátio da igreja, porque estavam na igreja, na sala de catequese...teve momento que meu filho gritar e me chamar: 'mãe a polícia chegou', e aí, eu ia lá e conversava com os policiais e assim eles [imigrantes] foram discriminados nessa época. (Coordenadora da Cáritas de Assis Brasil. Informação Verbal).

Em relação ao quantitativo de imigrantes que foram atendidos pelo poder público no município de Assis Brasil durante a crise humanitária gerada a partir do fechamento da fronteira com o Peru, foi feito diálogo com a prefeitura, através de uma visita de campo realizada em setembro de 2022, na qual a administração municipal



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



nos informou que foram perdidos a maioria dos dados e que restou somente alguns relatórios. Essa perda se deu em função da troca de gestão, e de não possuir um servidor ou uma equipe técnica que atue na sistematização do fluxo estatístico da migração no município.

Com essa perspectiva de déficit de dados quantitativos dificulta a esquematização mais aprofundado do perfil do migrante que transita pelo município e dentre outras características que possam fundamentar os estudos técnicos e assim oferecer suporte para as políticas públicas com o enfoque migratório, principalmente o município sendo corredor migratório de diversas nacionalidades e que tem destaque a partir de 2010, com o “início” da mobilidade haitiana pela “rota acreana” e na pandemia foi centro de uma crise humanitária.

Temos que ressaltar que mesmo com os poucos dados, a própria catalogação era difícil. A Defensoria Pública da União/DPU explana alguns motivos da dificuldade da quantificação dos migrantes no município. Segundo o relatório da DPU:

A única contagem obtida foi a da Prefeitura, já mencionada, de 670 pessoas com distinção entre homens, mulheres e crianças, e após isso apenas projeções visuais. Além da falta de recursos humanos, percebeu-se que não havia por parte dos grupos [de imigrantes] o ânimo de fornecer quaisquer informações pessoais (nome, nacionalidade, idade, composição familiar etc.), e tampouco capacidade para a gestão dos espaços como abrigos. Além disso, durante todo o período foi evidente a circulação entre pessoas acampadas na Ponte e abrigadas nas escolas, sendo bastante comum reencontrar as mesmas pessoas em dois ou até mesmo três locais no mesmo dia de visitas. (BRASIL/DPU, 2021, p. 19).

Por conseguinte, o que sustenta para gerar o perfil e as rotas dos migrantes “barrados” são as informações qualitativas e quantitativas obtidas através de entrevistas obtidas em trabalho de campo realizado na cidade de Assis Brasil. Já os dados disponibilizados do poder público, somente tivemos acesso as informações da prefeitura de Assis Brasil que possuía apenas seis relatórios que abordava tais elementos, que sendo: um do mês de dezembro de 2020, três do mês de novembro de 2020 e dois do mês de abril de 2021 e assim conseguimos espacializar as rotas de retorno dos haitianos no mapa 02.

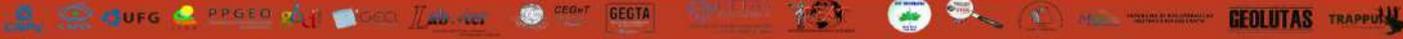
Mapa 02: Últimos endereços e destinos informados pelos haitianos em Assis Brasil/AC entre 2020 e 2021



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



se desencadene un grave conflicto social⁴”, que no qual, solicita as autoridades peruanas uma solução imediata para essa questão humanitária.

Segundo a nota, afirma que “[...] *En los últimos dos días, escenario de emergencia social y humanitaria tras la llegada de más de trescientos migrantes de diferentes nacionalidades, la mayor parte naturales de Haití⁵*”. (Vicariato Apostólico de Puerto Maldonado, 2021, p. 1). E nesse momento que os imigrantes era de maioria haitiana, o racismo que era forte, pois houve “muito racismo e xenofobia do Estado peruano dirigido contra pessoas haitianas e nacionais de países da África Subsaariana, que seriam devolvidas ou deportadas em maior número que imigrantes de outras nacionalidades, como sul-americanos e cubanos” (Brasil/DPU, 2021, p. 10).

O comunicado do Vicariato de Puerto Maldonado aborda a situação da fronteira e os migrantes que estavam na ponte e desejavam ingressar no Peru, principalmente para seguir para outros destinos, ou seja, o Peru era apenas o país de trânsito. Segundo o comunicado:

Nuestros agentes de pastoral en la frontera Brasil-Perú reportan que en este momento hay unos 380 migrantes, en su mayoría haitianos, pero también de Senegal, Burkina Faso, Pakistán, Bangladesh e India, que necesitan ingresar a Perú para viajar hasta la región Tumbes, en la frontera con Ecuador, y desde allí llegar a sus respectivos destinos [...]. Entre los migrantes hay mujeres embarazadas, menores de edad y mujeres lactantes con sus criaturas. De hecho, ayer domingo desde el municipio brasileño de Assis [Brasil] se envió a un equipo médico que constató en la frontera el estado de salud de los más vulnerables y atendió los casos que lo precisaban.⁶ (Vicariato Apostólico de Puerto Maldonado, 2021, p. 1).

O comunicado continua abordando sobre a manifestação dos migrantes que estavam na ponte, e informam que os migrantes, mesmo em situação de vulnerabilidade social, somente queriam acessar o Peru para chegar a outros destinos e que pagariam se fosse oferecido ajuda nesse sentido de poder acessar o país.

⁴ “Dada a chegada de centenas de migrantes na fronteira Brasil-Peru, pedimos uma solução imediata e evite o desencadeamento de um grave conflito social”. (Tradução Livre)

⁵ “Nos últimos dois dias, palco de uma emergência social e humanitária após a chegada de mais de trezentos migrantes de diferentes nacionalidades, a maioria do Haiti”. (Tradução Livre).

⁶ Nossos agentes pastorais na fronteira Brasil-Peru informam que neste momento existem cerca de 380 migrantes, a maioria haitianos, mas também do Senegal, Burkina Faso, Paquistão, Bangladesh e Índia, que precisam entrar no Peru para viajar para a região de Tumbes. na fronteira com o Equador, e de lá chegarem aos seus respectivos destinos [...]. Entre os migrantes estão grávidas, menores de idade e lactantes com seus filhos. De fato, ontem domingo, do município brasileiro de Assis [Brasil], uma equipe médica foi enviada para verificar o estado de saúde dos mais vulneráveis na fronteira e atender os casos que o exigiam. (Tradução Livre).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Los y las migrantes no demandan, de nuestro país, asistencia social. Por el contrario, cuando se les ofrece ayuda la vienen rechazando, pues se muestran enfadados con el Perú por el cierre de fronteras. Manifiestan que solo quieren tener permiso para transitar por nuestro país, rumbo a Tumbes y continuar hacia sus destinos. Indican, incluso que, si el Gobierno Peruano les facilita el tránsito y los medios de transporte, ellos mismos pagarán por este servicio⁷. (Vicariato Apostólico de Puerto Maldonado, 2021, p. 1).

E no dia de 16 de fevereiro de 2021, por conta da tensão ocasionada na ponte a Defensoria Pública da União criou *cards* em português e *creolo* e divulgou nas redes sociais e em grupos de *WhatsApp* da comunidade haitiana sobre a situação de Assis Brasil, para os migrantes que tivesse interesse em sair do Brasil através do estado do Acre, informando de como estava a conjuntura naquele momento, conforme na figura 01.

Figura 01: Cards de Comunicação da DPU em fevereiro de 2021.



Fonte: Adaptado de Brasil/DPU (2021).⁸

⁷ Os migrantes não exigem assistência social do nosso país. Pelo contrário, quando lhes oferecem ajuda, eles a rejeitam, porque estão zangados com o Peru pelo fechamento das fronteiras. Afirmam que querem apenas ter autorização para transitar pelo nosso país, com destino a Tumbes e seguir para os seus destinos. Inclusive indicam que se o governo peruano lhes fornecer o trânsito e os meios de transporte, eles mesmos pagarão por esse serviço.

⁸ Tradução do Creolo para o Português:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Já com o avanço da vacinação pelo país e pelo mundo as restrições foram sendo reduzidas e, deste modo, o Peru reabriu as suas fronteiras no dia 14 de fevereiro de 2022. O Prefeito de Assis Brasil revogou os decretos de calamidade pública em função das crises migratórias, a partir do Decreto Nº 089/2022/, 18 de março de 2022.

Ainda em relação a abertura da fronteira e com a casa de passagem, a coordenadora da Cáritas, aborda que:

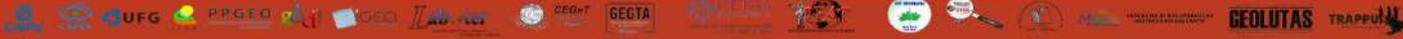
Após a abertura da ponte ficou melhor, porque ai surgiu a casa de passagem, né, ai eles já vão direto pra lá, a gente[Cáritas], ficou até mais tranquilo, vem 20, 22 [imigrantes] de outros países, mas a maioria é venezuelanos, teve alguns atritos na casa de passagem, teve, casais do mesmo país, casais de países diferentes, também já teve interferência da polícia, mas no momento tá tranquilo, tá recebendo de 12, 15 [imigrantes], mas como ta aberto [a fronteira Brasil/Peru] tanto para um lado, quanto para outro, as meninas [servidoras do abrigo] fazem a documentação, a assistência social é uma das que fazem e ai já vai direito para a polícia federal, as vezes dar uma demorada para sair do município, uns quatro, cinco, seis dias, as vezes até mais, porque eles [servidores] esperarem que os migrantes façam uma viagem só[para atingir um número de migrantes para fazer o deslocamento para demais cidades Brasília, Epitaciolândia e Rio Branco], e agora, acredito que irá melhorar muito mais com a casa de passagem de Brasília, espero né, que a gente possa mandar para lá e eles vão atendendo e Rio Branco possa atender. E assim a gente fazer esse intercâmbio e essa linha de passagem para eles. Porque de primeiro, a gente mandava direto para Rio Branco, e os abrigos estavam super carregados [lotados], então, o que acontecendo é que eles já chegam [em Assis Brasil] e já procuram a casa de passagem, pois já sabem que existe. A gente ajuda da forma que é possível e as meninas que estão lá, as coordenadoras dão conta, só mesmo se não conseguir alguma coisa, é que elas nos buscam. Tem dificuldade? Tem! A casa de passagem não é o melhor lugar, porque é quente, a gente conseguiu pela igreja ventiladores, porque na casa tinha muitos poucos, e aí gente conseguiu até uma demanda de ventiladores até meio grande, ai já não está funcionando todos. Os colchões, pra mim trocava tudo, porque são desde as primeiras turmas que chegaram aqui, são uns colchões muitos rodados, foi trocado alguns colchões, os piores. Na época que foi criado o abrigo, só tinha um fogão de quatro bocas e a igreja doou um fogão industrial. A OIM doou geladeira, impressora, notebook, as camas, teve até algumas coisas que não me recordo, mas a OIM que doou junto com a ACNUR. Ainda precisa melhorar, estão tentando melhorar, já fizeram um balcão que não tinha, porque nas fiscalizações tanto da Cáritas, como da Pastoral do Migrante, do Ministério Público. Ainda ta faltando espaços para as crianças, para os adolescentes, mas estão tentando melhorar o local. Os migrantes chegam lá [no abrigo] e procura a equipe, e eu acho que



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



a equipe precisa fazer alguns cursos de relações humanas para cada dia saber tratar eles, para tratar da melhor forma possível, e eu não estou dizendo que eles tratam os migrantes, mas você tem que tá se reciclando, procurando entender o ser humano a cada dia mais. (Coordenadora da Cáritas de Assis Brasil, Informação Verbal).

Portanto, a mobilidade de retorno de haitianos e africanos e a mobilidade de ingresso de diversas nacionalidades em território brasileiro, através da fronteira acreana, o Estado do Acre entra novamente em cena, como local de crise humanitária em decorrência do cenário econômico, falta de benefícios, xenofobia gerada para trabalhadores imigrantes oriundos da migração sul-sul. Essa situação de calamidade humanitária ficou marcado como mais um período da história desse corredor internacional da mobilidade humana no século XXI.

Considerações finais

A experiência de campo e as pontuais reflexões de pesquisa aqui sintetizadas buscaram apresentar os contornos gerais da mobilidade de retorno de trabalhadores haitianos para seu país de origem, via a Amazônia Sul Ocidental, em período de pandemia de Covid-19. No caso dos haitianos em Assis Brasil, é colocado uma “barreira” para mobilidade dessa população e a xenofobia expressa através do discurso da culpabilidade de serem os possíveis transmissões de Covid-19, que intensificou a tensão e o pré-conceito com esses sujeitos. Além disso, esse caso da fronteira Brasil-Peru explana como é pensado e executado o controle das fronteiras para trabalhadores da periferia do capitalismo.

Portanto, a pandemia corroborou com a intensificação dos controles das fronteiras amazônicas, e assim, tornou mais excludente e violento as ações militares para haitianos e demais trabalhadores do Sul Global que desejavam entrar ou sair do território brasileiro, através do Estado do Acre.

Assim, antes da pandemia, o cenário econômico já era uma “barreira”, pois afetava a permanência dos haitianos em território brasileiro, com a precarização, o desemprego, a falta de benefícios sociais que se potencializaram no período pandêmico e essa perspectiva fortaleceu a mobilidade de retorno dos haitianos e demais trabalhadores do sul-global que desejavam sair ou ingressar em território brasileiro.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Portanto, conclui-se também que o estado do Acre continua como “corredor da mobilidade humana”, sendo local de passagem ou estado que conecta para os demais estados brasileiros ou países da América. Dessa forma, os haitianos já conhecem a rota e a possibilidade de obter acolhimento seja do poder público ou da sociedade civil, todavia, o próprio acolhimento é uma barreira, pois, a política institucional se executa de forma emergencial e em período de crise humanitária, principalmente pela pressão de instituições da sociedade civil organizada e em período pandêmico não foi diferente.

Referências

ACRE (Estado). **Relatório de entrada de Imigrantes**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres, Divisão de Proteção a Vida. Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados, Abril de 2022.

ACRE. Prefeitura Municipal de Assis Brasil. **Relatório parcial de acolhimento a imigrantes**. Assis Brasil: Secretaria Municipal de Assistência Social, Outubro de 2020.

ACRE. Prefeitura Municipal de Assis Brasil. **Relatório parcial de acolhimento a imigrantes**. Assis Brasil: Secretaria Municipal de Assistência Social, Novembro de 2020.

ACRE. Prefeitura Municipal de Assis Brasil. **Relatório parcial de acolhimento a imigrantes**. Assis Brasil: Secretaria Municipal de Assistência Social, Abril de 2021.

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, da UNESP/Presidente Prudente, 2014.

AGÊNCIA AC. **No aniversário de Assis Brasil, Gladson Cameli é homenageado e anuncia investimentos no município**. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/no-aniversario-de-assis-brasil-gladson-cameli-e-homenageado-e-anuncia-investimentos-no-municipio/> Acesso em 05. Set. 2021

ARAÚJO NETO, Dival Vieira de. **Migração venezuelana em tempos de pandemia de covid-19 na Amazônia Sul Ocidental:** O caso dos imigrantes indígenas Warao na cidade de Rio Branco (AC). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2023.

BRASIL. Defensoria Pública da União (DPU). **Informe Defensorial:** Pessoas migrantes retidas na fronteira entre Brasil e Peru. Março, 2021. 26pp.

BRASIL. Inquérito Civil Público, **Recomendação Conjunta DPU/MPF/DPE/MPAC n° 01/2019** de 19 de dezembro de 2019.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



BRASIL. Inquérito Civil Público. RECOMENDAÇÃO N° 01/2021/5° OFÍCIO/DPU/AC 18 de junho de 2021.

CAVALCANTE, Osmundo de Araujo. **A Integração Rodoviária brasileira com a América do Sul**: O caso da Estrada do Pacífico Brasil-Peru. 145 p., 297 mm, (UnB-IH/GEA, Mestre, Gestão Ambiental e Territorial, 2015). Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas /Departamento de Geografia.

CAVALCANTI, Leonardo. A década de 2010 (2011-2020): Dinamismo e mudanças significativas no panorama migratório e de refúgio No Brasil. *In*: CAVALCANTI, L; Oliveira, T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional e Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: Obmigra, 2021.

MAMED, Leticia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos cadernos NAEA**, Campinas - SP, v.18, n.1, p.33- 64, janeiro a junho.2015

VICARIATO APOSTÓLICO DE PUERTO MALDONALDO. **Comunicado**: Ante la llegada de cientos de migrantes a la frontera Brasil-Perú, exhortamos a una solución inmediata y evitar que se desencadene un grave conflicto social. Fevereiro, 2021, 1pp.

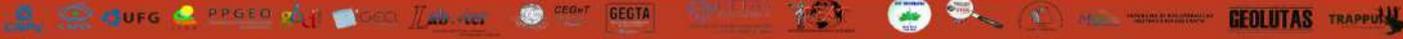
THOMAR JUNIOR. Antonio. Geografia do Trabalho por Inteiro. **Revista Pegada**, v. 19. n.2. p.06-56, 2018.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



movimentos migratórios entre os países e regiões foi o recorte da pesquisa para a tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru. O trabalho de campo e o diálogo com imigrantes tem ocorrido em Rio Branco (AC) e na região de fronteira, nas cidades de Brasília e Assis Brasil (AC).

Na fronteira a pesquisa de campo aconteceu nos dias 27 e 28 de novembro de 2023, tendo a participação dos alunos e alunas bolsistas do grupo Pet Geografia, mais a participação de duas orientandas do Mestrado em Geografia do Programa de Pós-graduação que contribuíram com a aplicação das entrevistas nos diálogos com os alunos e imigrantes. O transporte para a realização da pesquisa de campo foi custeado com recursos da Pró-Reitoria de Graduação da Ufac, por intermédio de edital de atividade de campo, o que exigiu a articulação da referida atividade com a disciplina de Geografia da América Latina (Curso de Geografia Bacharelado) para que pudessemos envolver alunos da graduação, do Pet e mestrandas do PPGeo. O custeio do Pet 2023 foi utilizado para o pagamento de diárias para os bolsistas custearem a hospedagem e a alimentação nos dois dias da pesquisa empírica.

Desenvolvimento

Para Ianni (2014, p. 143-144), nos movimentos migratórios os migrantes "atravessam fronteiras geográficas e políticas, muitos se desterritorializam-se, em busca de novos espaços e horizontes, onde reterritorializam aquém e além do fim do mundo". E neste contexto, esses homens e mulheres enfrentam uma série de violências como os atos de xenofobia e racismo. Assim: "Os fluxos migratórios expressam boa parte do funcionamento do mercado mundial da força de trabalho, do exército industrial de trabalhadores ativos e de reserva. Esse é o âmbito das multiplicidades, diversidades, desigualdades e tensões envolvendo raça, sexo e idade" (Ianni, 2014, p. 143-144).

Para além das reflexões sobre o conceito de território, destacamos os conceitos de mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977) e plasticidade do trabalho (Thomaz Junior, 2009). O primeiro versa sobre o uso que o capital faz da força de trabalho para o seu processo de acumulação e reprodução ampliada. A mobilidade do trabalho permite compreender o uso do trabalho na lógica de valorização do valor, além da transformação do trabalho em força de trabalho e o uso dessas mobilidades do trabalho, tanto na dimensão espacial, temporal e social de cada contexto de acumulação (Gaudemar, 1977, p. 391).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O conceito de plasticidade do trabalho (Thomaz Junior, 2009) permite analisar as identidades do trabalho expressas territorialmente pelas existências e práxis nos espaços de labor e de vida. Plasticidade do trabalho busca entender o movimento dessas identidades que demarcam a mobilidade do trabalho expressa pelo território (rural-urbano-cidade-campo). Envolve redefinições de profissões, deslocamentos/migrações, pois nessas dinâmicas são redefinidos os espaços de relações e da territorialidade da luta de classes no contexto do capital.

O artigo "Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil - 1991/2010", de Soares, Lobo e Matos (2015) debatem a questão das diferentes nacionalidades dos imigrantes estrangeiros residentes no Brasil e analisam as diferenças na mobilidade espacial interna desses mesmos estrangeiros no período em questão. Assim, ao contrário dos antigos fluxos mais direcionados para os EUA e Japão, os autores demonstram que no período de 1991 a 2010 houve uma expressiva expansão do número de estrangeiros dos países latino-americanos em território nacional, especialmente de países vizinhos do cone sul, sendo o destaque para a mobilidade espacial interna dos paraguaios e dos bolivianos.

Abordam, que ao contrário da migração internacional no contexto da substituição da mão de obra escrava para a mão de obra dita livre, com imigrantes europeus, como portugueses, italianos, alemães e japoneses no contexto do ciclo da cafeicultura, no período de 1940-1980 houve uma redução dessa imigração e uma migração interna devido ao processo de industrialização, urbanização e tecnificação da agricultura brasileira. No contexto da crise dos anos 1980 "ganhou densidade a emigração internacional de brasileiros". Já em 2002, a estimativa do Depto de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores era de 1.964.498 brasileiros residindo no exterior, e em 2007 esse total correspondia a 3.044.762, elevação de 55%. Já na segunda metade da década de 2000 constata-se "um incremento dos fluxos internacionais de entrada", pois comparando os dados dos Censos Demográficos de 2000 a 2010, houve um aumento de 87% do número de imigrantes internacionais em território brasileiro "no quinquênio 1995/2000, o Brasil recebeu 43.644 imigrantes e, no quinquênio 2005/2010, 268.295 " (Soares; Lobo; Matos, 2015, p. 194).

Uma breve caracterização da dinâmica migratória nos permite compreender que comparando o ano de 2010 a 1991, quanto a migração acumulada,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



houve uma queda de 22,8% de naturalizados e estrangeiros, que em 1991 somavam 767.781, correspondiam, em 2010, a 592.570 (Soares; Lobo; Matos, p. 195, 2015).

Os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, demonstram o crescimento relativo da população de estrangeiros naturalizados, que em 2010, representavam 27,2% do total de não brasileiros residentes no território nacional; em 1991 essa proporção era de 21%. Ao comparar o período entre 1982-1991, que registrou 68.549 estrangeiros que fixaram residência no país, entre 2001 e 2010 ocorreu uma elevação de quase duas vezes e meia, com 164.420 imigrantes com fixação de residência no Brasil (Soares; Lobo; Matos, 2015, p. 195).

Quando visto os imigrantes residentes no Brasil (imigração acumulada), verifica-se a predominância dos portugueses 23,3% em 2010 e de 34,3% em 2010; japoneses, respondiam a 8,28% da imigração acumulada no Brasil em 2010, em os da Itália, Espanha e Alemanha, respondiam, respectivamente, 6,27%, 5,19% e 2,74%.

Quando comparada a imigração acumulada para os imigrantes latino-americanos em 1991, 2000 e 2010 não se constata dados expressivos. Mas quando se avalia a migração da década, há prevalência dos imigrantes oriundos de países da América Latina, em especial, paraguaios e dos bolivianos, com distribuição, respectiva, de 13,46% e 12,14% dos estrangeiros residentes no Brasil em 2010, embora em 1991 também já tinha percentuais consideráveis, 8,74% e 10,06% na mesma ordem (Soares; Lobo; Matos, 2015).

Soares, Lobo e Matos (2015), concluem que:

O migrante sul-americano que passa a residir no Brasil concentra-se, como antes, nas zonas de fronteira, sobretudo na porção brasileira da bacia hidrográfica Paraguai/Paraná, ainda que outras regiões do País, como as áreas metropolitanas, recebam também relevante porção desses migrantes. Essa concentração é resultado, em boa medida, da centralidade regional exercida pelo núcleo e as circunvizinhanças de Foz do Iguaçu e da atração da agroindústria localizada no Sul e no Centro-Oeste brasileiro, responsáveis pela crescente recepção de imigrantes procedentes do Paraguai. Em menor volume, é também notável a presença de imigrantes na região do litoral sul, sobretudo na Região Metropolitana de Curitiba e de Porto Alegre, bem como no Sul de Mato Grosso do Sul e nos estados de Mato Grosso e de Rondônia (Soares; Lobo; Matos, 2015, 203).

Jakob (2015) analisa a imigração na Amazônia brasileira a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, de modo que podemos destacar os seguintes pontos:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



- A revisão sobre migração nas UF da Amazônia, permitiu ao autor compreender que entre 1991-2000 apenas seis capitais brasileiras apresentaram crescimento populacional médio anual superior a 3%, sendo 5 delas na Amazônia Legal: Manaus, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e Palmas;
- As localidades situadas junto às áreas de fronteira internacional possuíam uma expressiva mobilidade populacional, bem como uma significativa migração internacional entre os países limítrofes;
- A Amazônia, no período de 2005-2010, recebeu 21 mil pessoas de outros países, valor que está incluso também brasileiros retornados;
- Com base na metodologia de microdados do Censo, registrou-se que dos dados gerais da população, 9.853 eram migrantes estrangeiros (naturais de outros países) em 2010;
- O Censo Demográfico em 2010 informava que a Amazônia Legal possuía 33.241 pessoas não naturais do Brasil, sendo que a Bolívia foi o país que mais enviou migrantes acumulados para a Amazônia Legal, 16% do total, em números absolutos 5.314 migrantes; o Peru foi o segundo com 15,4%, em números absolutos de 5.102; o Paraguai com 8,6%, equivalente a 2.873 imigrantes; Japão e Portugal, pouco mais de 7% cada, respectivamente, 2.469 e 2.412 imigrantes;
- Em relação ao recorte de imigrantes estrangeiros da Amazonia em 2010, segundo local de nascimento, com recorte de 10 anos (2000-2010), os dados demonstram que: Os imigrantes oriundos do Peru ficaram no topo da lista, com 17,2% ou 3.093 pessoas, os da Bolívia em segunda posição com 14,1% ou 2.522 imigrantes; em terceiro lugar ficam os nacionais do Paraguai com 9,0% ou 1.618. Em quarto lugar ainda está mais um país sul-americano, os nacionais da Colômbia com 7,3% ou 1.306 pessoas. Posteriormente, destacam-se os EUA, Portugal, Japão e Espanha, com percentuais, respectivamente, de 6,6%, 4,8%, 4,2% e 3,9% dos imigrantes.

Em suma, os dados analisados pelo autor permitem compreender a redução de importância de países desenvolvidos como Portugal e Japão, e o aumento da migração internacional para a Amazônia Legal que tem se tornado cada vez mais de curta distância, com aumento da importância de países da América do Sul em detrimento daqueles transoceânicos da Europa e Ásia.

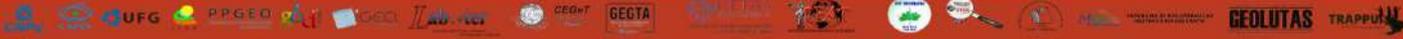
Assim, segundo Jakob (2015) a migração recente de estrangeiros para a Amazônia possui caráter regional forte, sendo:



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



- Que entre 1995-2000 os seis primeiros colocados possuíam limites com a Amazônia (Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Guiana, com 65,5%);
- No período entre 2005-2010 os EUA, o Japão e Portugal ganharam participação, e para o autor a relação pode estar no papel da crise econômica de 2000 e a maior visibilidade do Brasil no cenário internacional com os eventos esportivos realizados como os Jogos Pan-Americanos do Rio, Copa das Confederações, Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas no Rio em 2016;
- Os três países fronteiriços com a Amazônia, Peru, Bolívia e Colômbia apresentaram no Censo de 2010 uma importância crescente da migração recente para a região, o que indicaria uma "possibilidade de um aumento da circularidade destes migrantes na região".
- O Peru enviou o total de 5.102 migrantes para a Amazônia, 3.093 no período anterior de 10 anos (60%) e 1.201 no quinquênio 2005-2010;
- A Bolívia apresentou situação distinta do Peru, pois somente 47% chegaram no Norte na década de 2000, os demais antes de 2000, e 42% desses migrantes dos anos 2000 chegaram diretamente da Bolívia para o município no período de 2005-2010;
- Da Colômbia, 58% dos imigrantes desse país chegaram na Amazônia nos 10 anos antes do levantamento do Censo de 2010, e 53% vieram diretamente do seu país no quinquênio 2005-2010;
- Já para os EUA, o destaque foi que 82% dos imigrantes desse país chegaram nos anos 2000, e boa parte no quinquênio 2005-2010, o que revela a importância da sua participação na migração para a região.

Conforme dados mais recentes do Portal de Imigração (2020) o número de registro de imigrantes de longo termo/residentes, por ano de entrada no Brasil, segundo os principais países para o período de 2010 a 2019, foram em um total de 17.188 em 2010, 64.061 em 2013, 75.412 em 2014, que praticamente se manteve em 2015, 2016 e 2017, mas aumentou significativamente em 2018 para 108.049 imigrantes e 117.0237 em 2019.

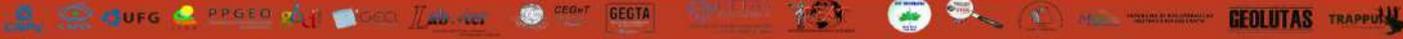
O destaque para os países de nascimento desses imigrantes foram: Bolívia, com variação de 4.493 migrantes em 2010, 7.156 em 2013, 7.741 em 2018 e 4.661 em 2019. Os nacionais do Haiti também tiveram destaque no período, pois em 2010 os dados absolutos eram de 483 imigrantes, com aumento para 1.940 em 2012, 2.473 em 2013, 3.312 em 2014, 4.248 em 2015, chegando a 5.528 em 2017, 16.943



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



infraestrutura da Estado do Pacífico que se destina até o Oceano Pacífico, cruzando os andes peruano.

Nesta área de fronteira não há postos de trabalho para toda essa mão de obra migrante que chega em Assis Brasil. Foi relatado que dos imigrantes que estavam no abrigo naquele momento, cerca de 7 homens estavam trabalhando em obras de construção civil na cidade, com o objetivo de arrumar algum dinheiro para poder seguir viagem até a capital Rio Branco ou outras capitais do Centro-Sul do País.

Neste abrigo foi constatado que os imigrantes e as crianças não têm atendimento educacional, de lazer ou de saúde, ficam desocupados durante todo o período que aguardam a documentação ou recursos para acesso ao transporte para seguir viagem.

Na pesquisa de campo também realizamos três visitas, sendo uma na Casa de Passagem São Francisco de Assis em Brasileira (Fotografia 2), bem como no Escritório da Cáritas e Pastoral do Migrante (Fotografia 3) da mesma cidade. O último local visitado foi a Casa de Passagem na cidade de Eptaciolândia (Fotografia 4), ambiente com poucas semanas de uso, onde funcionava o Hotel Kador.

Fotografia 02: Casa de Passagem São Francisco de Assis no município de Brasileira



Fonte: O autor, trabalho de campo. Data: 28 de novembro de 2023.

Fotografia 03: Escritório da Cáritas e Pastoral do Migrante em Brasileira



Fonte: O autor, trabalho de campo. Data: 28 de novembro de 2023.

Legenda: Alunas e alunos do grupo Pet Geografia e do PPGeo em visita ao escritório da Cáritas e Pastoral do Migrante em Brasileira.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Na Casa de Passagem em Brasileia não fomos recebidos pela coordenação, mas por um monitor, o jovem Welligton da Costa. A casa abrigava naquele momento 50 pessoas, embora tenha capacidade para 90. Assim como constatado em Assis Brasil, na casa os imigrantes predominantes eram venezuelanos e colombianos. Em Assis Brasil havia uma família de argentinos. Ao contrário da casa de Assis Brasil onde tem uma cozinheira que é a responsável pela preparação da alimentação dos imigrantes (café da manhã, almoço e jantar), em Brasileia os cuidados com o preparo da comida era feito pelos próprios imigrantes, o que também ocorre em Etitaciolândia. Isso, segundo relatos, tem gerado muitos conflitos, pois nem todos gostam do cardápio e do preparo feito pelos colegas. Outra crítica foi sobre a segurança do abrigo que fica distante uns 5 quilômetros do centro de Brasileia, e durante a noite não havia segurança no local.

Ainda em Brasileia fomos recebidos pela equipe da Cáritas Brasileira e da Pastoral do Imigrante do Acre. Foi nos apresentados pela equipe o Projeto Orinoco, com suas ações de acolhida dos imigrantes em trânsito, como para tomar banho ou receber orientação de como proceder para a regularização da documentação em território brasileiro para poderem seguir viagem. Nesse espaço cedido pela Paróquia de Brasileira não é permitido o abrigo para pouso, como ocorre nas casas de passagens.



Fotografia 04: Cozinha na Casa de Passagem no município de Etitaciolândia (AC)

Fonte: O autor, trabalho de campo. Data: 28 de novembro de 2023.

Legenda: Imigrantes voluntários preparando o almoço na casa de passagem na cidade de Etitaciolândia. Divulgação autorizada.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



SOARES, Weber; LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil - 1991/2010. **REMHU - Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana**, Brasília, Na XXIII, n. 44, p. 191-205, jan./jun. 2015.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009a. 499f. Tese. (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



PRECARIZAÇÃO, DESEMPREGO E DIÁSPORA: A GEOGRAFIA DO TRABALHO NOS CINCO PRINCIPAIS MUNICÍPIOS SOJICULTORES DO RS

Henrique Rudolfo Hettwer¹

Resumo

Este estudo discute a hegemonização do Pampa gaúcho pelo modelo sojicultor transgênico oligopolista. Ao contrário do que propugnam seus defensores, a sojicultura transgênica vem impactando negativamente o trabalho nos territórios em que se expande no Pampa gaúcho, com destaque aos municípios de Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito, líderes em área produzida. Ao analisarem-se indicadores econômicos e sociais, em comparação com outros municípios, de outra primazia econômica, industrial, evidencia-se a fragilidade retórica do modelo. A geração de emprego e renda é menor nos municípios sojicultores, bem como são mais elevadas a concentração de renda e a vulnerabilidade social das populações residentes. Esta realidade social vai gerar a diáspora, com a deserção de pessoas que, em busca de melhores condições de vida e oportunidades, migram.

Palavras-chave: sojicultura; oligopólio; trabalho; desemprego; diáspora.

Introdução

A sojicultura alcançou grande e controversa relevância no país. Em 2022, foram comercializadas 78,9 milhões de toneladas, que renderam U\$ 46.664.300.000 (Ministério da Economia, 2022). Ao se impor, o agronegócio estabelece uma narrativa potente que quer exigir a concordância da sociedade de que o seu *modus operandi* é vital para o país. A sojicultura, sob o modelo hegemônico, oligopolizado, de cultivo transgênico, contribui para agravar um processo neoliberal de reprimarização, desnacionalização e desindustrialização (Mitidiero Jr. e Goldfarb, 2021).

Os municípios sojicultores vêm concentrando bastante riqueza com a oleaginosa e os tempos favoráveis no mercado exterior, de alta valorização da *commodity*. Os principais municípios sojicultores brasileiros, impactados pela concentração de capital, impulsionado pela elevada alta de preços das *commodities* nos últimos anos, vêm apresentando relativos picos de geração de empregos, baseados na terciarização econômica. Porém, a experiência “exitosa” em alguns municípios, como Sorriso-MT, por um lado, quer transmitir a pujança de um modelo sojicultor baseado na transgenia, na grande propriedade rural, no uso acentuado de fertilizantes e agrotóxicos, com a geração de riqueza de um oligopólio, de grandes corporações nacionais e estrangeiras.

¹Doutorando em Geografia, UFSM-RS, Brasil. Contato: henriquehettwer@gmail.com



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Por outro lado, mascara o custo deste processo, que não é considerado em análises parciais e patrocinadas, de preocupante vulnerabilidade ideológica, como o desmatamento, a degradação dos solos, a intoxicação do meio ambiente e de comunidades, a precarização do trabalho, o desemprego estrutural, a dependência estrangeira econômica e tecnológica, a redistribuição e o empobrecimento de entes federativos, e a vulnerabilidade social gerada pela perda arrecadatória.

Nesse sentido, este artigo busca problematizar algumas das consequências econômicas e sociais que vêm provocando nos territórios em que consolida sua primazia, especialmente sobre o trabalho e as condições de vida nos cinco principais municípios sojicultores gaúchos em área produzida – Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito.

Metodologia

Este estudo integra ampla pesquisa sobre a cadeia produtiva da soja, especialmente nos territórios do Pampa gaúcho. A partir de considerável referencial bibliográfico, este trabalho analisa a geografia do trabalho e seus impactos nestes territórios, valendo-se de dados oficiais, adotando o método materialista, histórico e dialético. Discutem-se impactos dos hegemonismos sobre a geografia do trabalho, em análises comparadas, utilizando-se também o método comparativo, inaugurado por Edward Burnett Tylor.

Os principais municípios sojicultores em área colhida são: Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito. (Ibge, 2017) Para uma análise dialética, far-se-á a contraposição a outros municípios, de matriz industrial. A escolha destes observou a prevalência do VAB industrial e a similaridade populacional, a partir de dados do PIB municipal, medido pelo Ibge (Ibge, 2020), e do Censo Demográfico (Ibge, 2022), sendo escolhidos: Horizontina, Venâncio Aires, Não-Me-Toque, Farroupilha e Carlos Barbosa, sempre elencados nesta ordem para compará-los a seus assemelhados.

Desenvolvimento



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

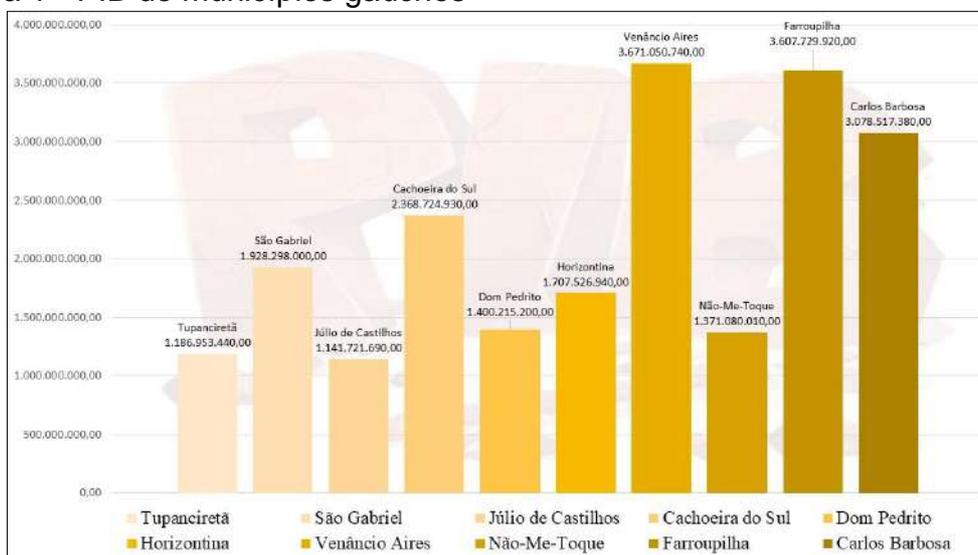
Realização:



A maioria dos agricultores e das agricultoras brasileiros são despossuídos, em ampla e crescente segregação social. Para analisar a realidade social e os impactos da sojicultura nos principais municípios produtores em área do Rio Grande do Sul, pode-se analisar diversos indicadores econômicos e sociais. O Ibge fornece estimativas do PIB dos municípios, a preços correntes, e do VAB bruto da Agropecuária, da Indústria, dos Serviços e da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes, compatível com as metodologias das Contas Regionais e Nacionais do Brasil. Estas estimativas obtidas podem ser comparáveis entre os municípios sojicultores e os municípios de maior primazia industrial.

Na metodologia utilizada, o PIB municipal consiste na soma do VAB (Valor Adicionado Bruto dos quatro segmentos econômicos) e a arrecadação de impostos, (líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes), em que os municípios sojicultores são comparados a municípios de elevado VAB industrial, como ilustra a Figura 1. Em comparação com os municípios de VAB industrial, os municípios sojicultores detêm um PIB menor.

Figura 1 - PIB de municípios gaúchos



Fonte: IBGE, 2020. Org.: Hettwer, 2023.

A Figura 2 apresenta o PIB per capita dos municípios analisados, em comparação com os demais municípios gaúchos. Este indicador possibilita perceber que há a geração de riqueza nos municípios sojicultores, ainda que a média de R\$ 41.028,03 seja menor que a verificada nos demais municípios, de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A desigualdade social pode ser melhor mensurada por outros indicadores, especialmente o Índice de Gini². Com a disposição dos coeficientes dos municípios sojicultores e dos demais, nota-se que há maior desigualdade social no primeiro grupo, de primazia agroexportadora, como ilustra a Figura 3.

A geração de empregos em municípios sojicultores gaúchos é menor que nos municípios de VAB industrial. Entre 2020 e 2021, nos municípios analisados, de acordo com a Tabela 1, evidencia-se que a variação média de geração de empregos nos municípios sojicultores, de 3,72%, foi menor que a dos demais municípios, com variação média de 9,21%.

Tabela 1 - Estoque de empregos formais por segmento econômico e evolução comparativa total de municípios 2020/2021

Município	Agro. 2021	Indústria 2021	Construção 2021	Comércio 2021	Serviços 2021	Total 2020	Total 2021	Varição % 2020/2021
Tupanciretã	975	109	31	1.379	1.196	3.534	3.690	4,41
São Gabriel	1.405	1.766	121	2.770	3.686	9.845	9.748	-0,99
Júlio de Castilhos	570	109	86	1.220	1.361	3.300	3.346	1,39
Cachoeira do Sul	1.153	3.380	359	4.093	6.253	13.829	15.238	10,19
Dom Pedrito	1.896	512	37	1.860	2.569	6.636	6.874	3,59
Horizontina	45	2.899	87	1.132	2.101	5.466	6.264	14,60
Venâncio Aires	56	8.699	372	3.494	5.173	16.402	17.794	8,49
Não-Me-Toque	245	5.051	272	1.676	1.845	8.011	9.089	13,46
Farroupilha	1.070	11.801	566	6.668	6.649	25.166	26.754	6,31
Carlos Barbosa	54	8.567	582	1.543	3.127	12.587	13.873	10,22

Fonte: Ministério do Trabalho. Rais anos anteriores, 2022. Org.: Hettwer, 2023.

Tabela 2 - Evolução histórica de empregos formais no segmento agropecuária em municípios sojicultores 2010/2019

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Tupanciretã	43	64	17	49	16	25	-26	-20	65	46	279
São Gabriel	-26	5	-10	41	90	-29	-51	17	-81	-8	-52
Júlio de Castilhos	36	38	-18	-5	-6	74	-41	-35	-9	24	58
Cachoeira do Sul	-71	12	15	32	0	40	2	-31	-48	-28	-77
Dom Pedrito	93	-25	113	87	-34	118	29	-21	-49	-16	295
Total	75	94	117	204	66	228	-87	-90	-122	18	503

Fonte: Ministério do Trabalho. Rais anos anteriores, 2022. Org.: Hettwer, 2023.

Segundo a série histórica 2010/2019, sistematizada pelo Caged (Ministério do Trabalho, 2019), os cinco municípios sojicultores, no total, neste período de dez anos, resultaram num saldo de 503 empregos formais gerados no segmento agropecuária. Ou seja, a partir do estoque x de empregos existente

² O índice de Gini, chamado também de coeficiente de Gini, é um indicador que mensura a distribuição de renda em um território. Por meio dele, é possível determinar a desigualdade social e a concentração de renda em diferentes níveis territoriais, além de estabelecer comparativos entre eles. Os valores do coeficiente de Gini variam entre 0 e 1, e, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição de renda entre a população.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



em 2009, conforme a Tabela 2, houve o saldo positivo deste número final de empregos criados.

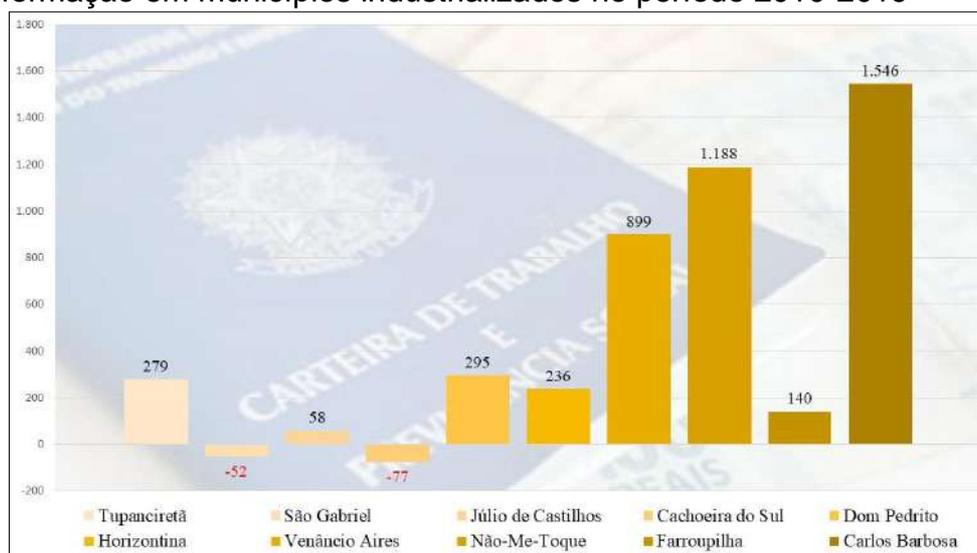
De outra parte, nos municípios de VAB industrial preponderante, apesar de toda sorte de descaso com o segmento no Brasil nas últimas décadas, de desenfreada desindustrialização, de ausência de políticas públicas satisfatórias, a indústria de transformação gerou cerca de oito vezes mais empregos nos municípios de VAB industrial que a agropecuária nos principais municípios sojicultores, mesmo com suas inúmeras vantagens competitivas e fiscais. A Tabela 3 demonstra o saldo de empregos formais industriais criados no período 2010-2019 nos municípios de maior VAB industrial.

Tabela 3 - Evolução histórica de empregos formais em municípios industrializados no período 2010/2019 no segmento indústria de transformação

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Horizontina	608	-247	-181	338	-336	-203	168	23	179	-113	236
Venâncio Aires	320	200	435	149	-170	-269	170	55	-116	125	899
Não-Me-Toque	395	700	439	649	-571	-362	-363	-84	273	112	1188
Farroupilha	623	369	28	313	-120	-527	-514	139	-102	-69	140
Carlos Barbosa	659	436	47	219	188	-58	-73	405	60	-337	1546
Total	2605	1458	768	1668	-1009	-1419	-612	538	294	-282	4009

Fonte: Ministério do Trabalho. Rais anos anteriores, 2022. Org.: Hettwer, 2023.

Figura 4 - Comparativo de geração de saldo de empregos formais da agropecuária em municípios sojicultores e empregos formais da indústria de transformação em municípios industrializados no período 2010-2019



Fonte: Ministério do Trabalho. Rais anos anteriores, 2022. Org.: Hettwer, 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:

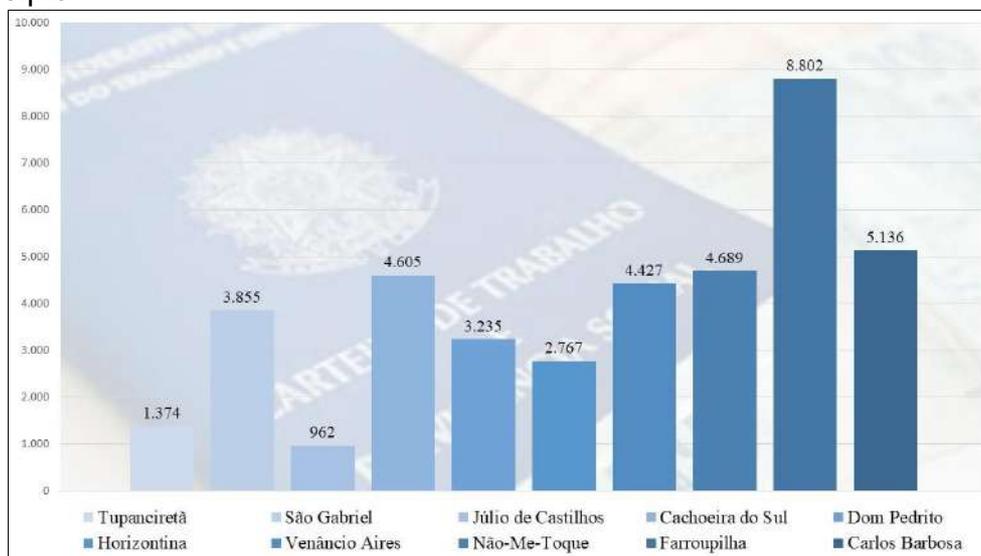


A Figura 4 ilustra o contraste entre empregos formais gerados na agropecuária nos municípios sojicultores, diante dos empregos formais gerados nos municípios industrializados no segmento indústria de transformação.

Numa análise mais ampla do Caged (Ministério do Trabalho, 2019), de 2002 a 2019, analisando-se o saldo de todos os empregos formais gerados nos municípios no período, notabiliza-se a influência da matriz produtiva prevalecente na dinamização econômica destes, e pode-se concluir que a prevalência industrial tem impacto superior que a primariedade sojicultora.

No período, os cinco municípios sojicultores geraram o saldo de 14.301 empregos formais; ao passo que, os demais, de matrizes industriais, geraram o saldo de 25.821 empregos, conforme ilustra a Figura 5. Ou seja, o saldo de empregos formais gerados no período nos municípios de primazia industrial superou em 80,5% o saldo de empregos formais gerados nos municípios sojicultores gaúchos. Notadamente, a matriz industrial prevalecente dinamiza mais a economia de seus municípios que a primazia agroexportadora dos municípios sojicultores.

Figura 5 - Saldo de empregos formais gerado no período 2002/2019 por município



Fonte: Ministério do Trabalho. Rais anos anteriores, 2022. Org.: Hettwer, 2023.

Segundo a Rais (Ministério do Trabalho, 2022), o estado do Rio Grande do Sul apresenta um salário médio de empregos formais de R\$ 3.454,36. Contudo, o emprego formal da agropecuária, dentre os demais segmentos, ao



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

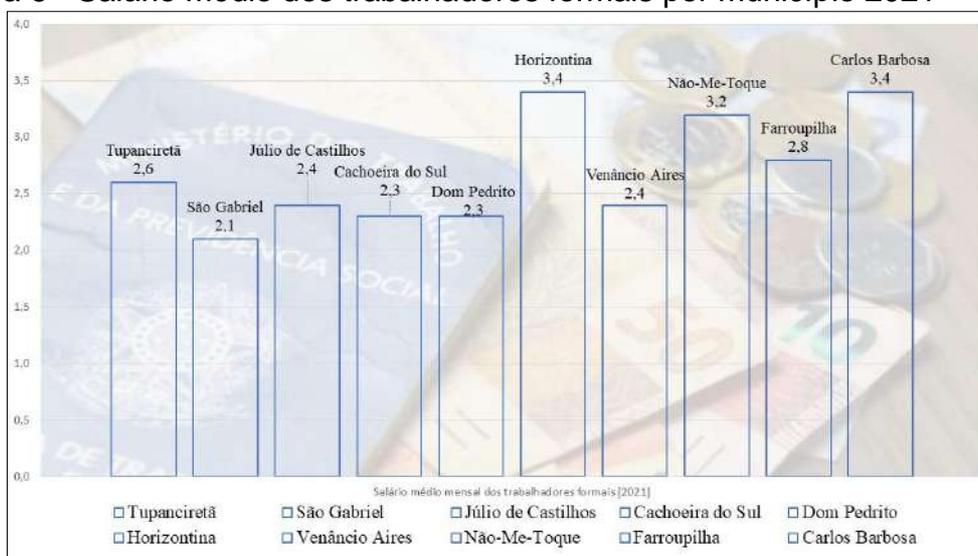
Realização:



analisar-se a remuneração média por segmento no Brasil, é o que menos remunera na média nacional, com um valor de R\$ 2.165,87.

Assim, com uma massa maior de trabalhadores rurais, a média municipal tende a ser menor, como analisado na Figura 6, que demonstra que a média de salários-mínimos de trabalhadores formais dos municípios sojicultores é de 2,34, ao passo que, nos demais municípios comparados, a média é de 3,04 salários-mínimos.

Figura 6 - Salário médio dos trabalhadores formais por município 2021



Fonte: Ministério do Trabalho. Rais anos anteriores, 2022. Org.: Hettwer, 2023.

Tabela 4 - Média salarial de empregos formais por atividade econômica e total por município em 31/12/2021

Atividade econômica	Tupanciretã	São Gabriel	Julio de Castilhos	Cachoeira do Sul	Dom Pedrito	Horizontina	Venâncio Aires	Não-Me-Toque	Farroupilha	Carlos Barbosa
Extração mineral	*	4.522,80	*	3.154,86	2.321,49	2.511,85	2.620,42	*	3.902,52	5.558,42
Indústria de transformação	2.316,47	2.396,73	1.629,11	2.669,02	2.773,77	4.439,49	2.931,18	4.466,24	3.541,99	4.360,60
Serviços industriais de utilidade pública	2.822,88	2.430,65	4.558,94	4.670,65	6.635,87	4.618,14	5.743,97	11.428,15	4.127,26	6.044,35
Construção civil	1.778,99	2.416,64	1.641,19	2.110,32	1.953,05	2.172,34	2.224,49	2.360,03	2.854,39	2.725,48
Comércio	2.813,27	2.179,25	2.363,41	2.184,85	2.402,46	2.610,09	2.484,49	3.617,26	2.953,88	2.722,89
Serviços	2.604,08	2.495,83	2.517,38	2.698,73	2.511,01	2.805,43	2.599,92	2.613,63	3.173,29	3.367,12
Administração pública	3.613,16	3.701,75	4.170,95	3.166,02	2.969,76	4.667,13	6.601,99	4.036,54	4.104,79	5.488,65
Agropecuária	2.008,99	2.083,21	1.816,99	2.292,03	1.985,84	1.818,05	2.431,68	2.846,04	2.153,87	2.357,08
Total	2.698,96	2.533,10	2.679,29	2.631,49	2.462,68	3.728,89	3.096,52	3.939,13	3.285,82	3.977,17

Fonte: Ministério do Trabalho. Isper: dados por município, 2022. Org.: Hettwer, 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

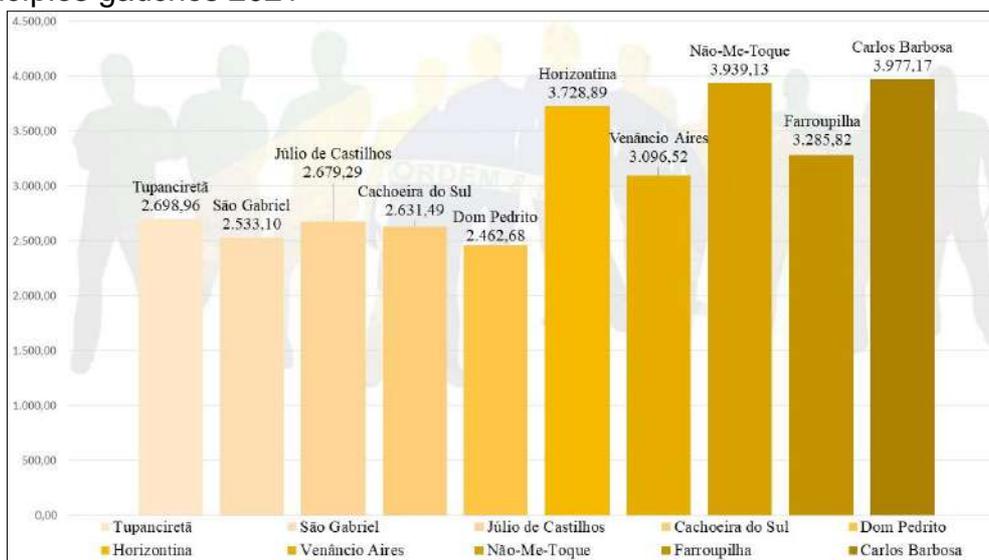
Realização:



Este contexto de menor valorização da mão de obra nos municípios sojicultores está pormenorizado na Tabela 4, que traz, amiúde, a partir de categorias usadas pelo Ibge, que referenciam a consolidação de números da Rais. O valor expresso em cada atividade econômica já é produto de uma média ponderada remuneratória e quantificada de homens e mulheres em empregos formais. A totalização trazida pela tabela também já observa o número de trabalhadores e trabalhadoras por atividade econômica para então produzir uma média ponderada do valor médio remuneratório por município. A tabela demonstra que, nos municípios sojicultores, há a maior exploração da mão de obra que nos demais municípios, em todas as atividades econômicas.

A remuneração média em municípios sojicultores é de R\$ 2.601,10, ao passo que, nos municípios de primazia industrial, a média salarial de empregos formais é de R\$ 3.605,50. Até mesmo na agropecuária, a remuneração média é de R\$ 2.037,41 em municípios sojicultores e R\$ 2.321,34 nos demais municípios, de dinâmica industrial. Ou seja, o trabalho rural, em municípios de maior VAB industrial, inclusive de outra estrutura fundiária, é mais valorizado que o trabalho rural em municípios sojicultores.

Figura 7 - Média mensal ponderada de remuneração salarial formal em municípios gaúchos 2021



Fonte: Ministério do Trabalho. Ispet: dados por município, 2022. Org.: Hettwer, 2023.

A Figura 7 ilustra esta inferioridade salarial média dos municípios sojicultores, que pode ser atribuída à ausência de diversidade, de agregação de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

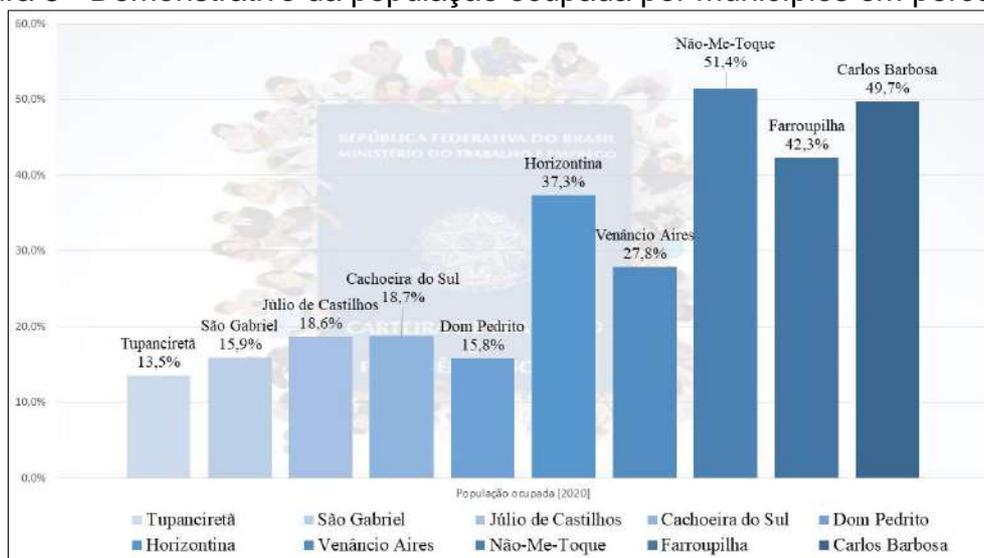
Realização:



valor aos produtos primários e ao não encadeamento em arranjos produtivos que possam se potencializar mutuamente. À medida que o capital se concentra e não se reproduz mais plenamente nas demais atividades econômicas, gera dificuldades a esta integração socioeconômica. Assim, as atividades dependentes da matriz produtiva – serviços, comércio e administração pública, fragilizam-se concretamente, traduzindo-se na inferioridade numérica percebida na Tabela 4.

Porém, essa inferioridade remuneratória de trabalhadores formais é apenas parte da problemática. Segundo o Ibge (2020), a população ocupada nos municípios sojicultores é consideravelmente baixa, se comparada aos demais municípios, o que demonstra a controversa reprodução do capital no município, conforme ilustra a Figura 8. O caso de Tupanciretã, maior produtor de soja em área colhida e em produção é emblemático, com apenas 13,5% da população ocupada. Há um grave caso de desemprego estrutural, gerado pela mecanização (estrangeira) do campo e a ausência de políticas públicas reparatórias de geração de empregos. Os demais não alcançam 20% de suas populações ocupadas.

Figura 8 - Demonstrativo da população ocupada por municípios em percentual



Fonte: Ibge, 2020. Org.: Hettwer, 2023.

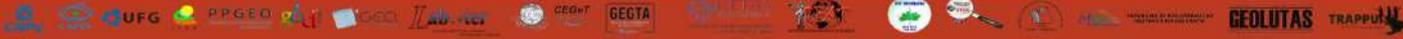
A desassistência econômica vai gerar outro problema social, com dados apresentados pelo Ibge (2010): o percentual da população que ganha até meio salário-mínimo. Quanto maior o índice percentual, pior é a situação do



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



O capital cresce subvertendo o modo de vida dos homens, à base da dissolução das relações existentes para as reconstruir dependentes do mundo mercantil. Assim, alienada, a existência humana reproduz-se ao ritmo da reprodução do capital. O comportamento humano individualiza-se e a individualização atinge os homens nas classes onde o parasitismo do capital mais se encontra mergulhado. Nessas classes sociais o indivíduo sente-se sob um isolamento crescente entre os outros indivíduos. E a unidade dos homens rebenta no justo momento em que as aglomerações urbanas praticamente extinguiram as distâncias físicas e em que o aprofundamento da divisão de trabalho torna-os cada vez mais interdependentes. (MOREIRA, 1994, p. 106)

Em linhas gerais, a concentração e a reprodução do capital é um polo de atração dos fluxos migratórios, pois, à medida que ele explora a periferia buscando a centralidade de recursos e riqueza, também retira desta periferia as condições elementares de sustentação das populações. Porém, o modelo hegemônico no campo blinda esta concentração de riqueza para um grupo restrito de pessoas. O dinamismo industrial, por sua vez, absorve as populações.

Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. (LEFEBVRE, 2008, p. 15)

Segundo o Ibge, em 1960, o Brasil tinha 32.004.817 pessoas morando nas cidades e 38.987.526 morando na zona rural, totalizando 70.992.343 brasileiros. Ou seja, cerca de 45% da população residindo na zona urbana e 55% na zona rural. Portanto, o Brasil, viveu uma urbanização tardia, se comparada a outros países, devido ao processo tardio de industrialização do país. Anos mais tarde, em 2010, o Brasil apresentava mais de 84% da população vivendo nos aglomerados urbanos.

Essa migração gigantesca e acelerada, portanto, foi resultado das transformações proporcionadas pela troca da matriz agrícola pela industrialização e da capacidade de atração de capitais para a cidade, onde a indústria se instalou inaugurando postos de trabalho, projetos de moradia popular, e promessas de melhoria das condições de vida, de acesso à educação e saúde. Ao mesmo tempo, o campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura, capitalizada com a mundialização agrícola, ocorrida



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Segundo Pochmann (2009), há um fenômeno populacional imposto pelo capital monopolista que concentra empregos e até mesmo formalidade e direitos trabalhistas nos espaços metropolitanos, em contraste com os não metropolitanos.

Se considerado somente o contingente de indivíduos com rendimento per capita de até meio salário-mínimo mensal, estimado em 55,8 milhões de pessoas na condição de pobreza absoluta, nota-se que 21% residem nos centros metropolitanos e 79% nas áreas não metropolitanas em pleno ano de 2005 (IBGE). Quando se relaciona o total de pobres com o conjunto da população, chega-se à taxa de pobreza absoluta que se diferencia segundo a área geográfica. A partir desse cenário de desigualdade em termos de condições de vida e trabalho por área geográfica, não se pode deixar de mencionar a intensa mobilidade territorial que marca a dinâmica do Brasil. Em função disso, o país possui zonas de expulsão e atração populacional que afetam consideravelmente a condição de vida e trabalho das pessoas, especialmente aquelas na condição de pobreza. (POCHMANN, 2009, p. 60)

Esse espaço do capital, que atrai os fluxos migratórios não é fruto da abstração involuntária, é determinado por agentes.

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supra orgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2011, p. 43)

Para Sorre (1967), “o impulso migratório raramente é um fato simples; resume-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças”.

Na verdade, nos países desenvolvidos, dezenas de milhões de trabalhadores excluídos da agricultura desde o início do século (XX) foram – exceto nos períodos de crise dos anos 1930 e 1975 – absorvidos progressivamente pelo desenvolvimento da indústria e dos serviços, sem com isso diminuir a capacidade de produção da agricultura, cada vez mais eficaz. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, não são dezenas, mas centenas de milhões de camponeses pobres que, em apenas algumas décadas, foram condenadas ao êxodo. Como podemos constatar, na maioria desses países, o êxodo maciço não foi compensado por ganhos de produtividade agrícola, e os investimentos vindos do mundo inteiro não foram suficientes e não o serão, seja de quanto for, para absorver esta maré ininterrupta de rurais pobres à procura de um novo meio de subsistência. (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 521)

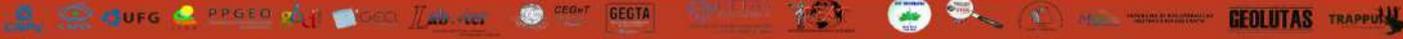
Nesse sentido, há regiões ecúmenas, que atraem movimentos migratórios, e as anecúmenas, que repelem as pessoas. No Rio Grande do Sul,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

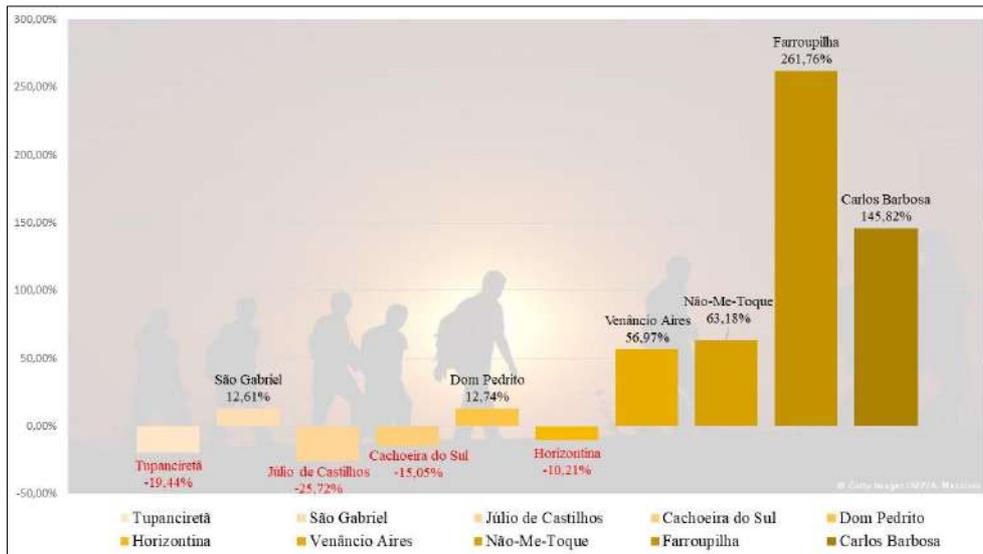
Realização:



as condicionantes econômicas, as oportunidades de estudos e melhores condições de vida, são as determinantes principais para a migração contemporânea. Em 1970, o Brasil apresentava a população de 93.134.846 pessoas, que evoluiu para 203.062.512, em 2022. Houve uma evolução populacional de 118% no período. O Rio Grande do Sul, em 1970, detinha uma população de 6.664.841 habitantes, que oscilou para 10.880.506 em 2022, aumento de 63,25%. (Ibge, 2023)

Ao analisar os resultados do Censo do Ibge de 2022, o professor de economia da Universidade Federal de Rondônia, Otacílio Moreira, e a perda populacional em muitos municípios, relacionou o fenômeno à expansão do agronegócio, que gera impactos econômicos. O estado de Rondônia teve perda populacional em 75% dos municípios; Alagoas - 68%; Rio Grande do Sul - 56%; Bahia - 56%; e Tocantins - 53%. No caso de Rondônia, o professor relacionou a concentração fundiária para as culturas de soja, milho e algodão, com a aquisição de terras de pequenos e médios produtores que, ao venderem suas propriedades, se deslocam para outras regiões do estado. Assim, aqueles municípios com a primazia do modelo vigente repulsam contingentes populacionais para outros municípios, para outros polos urbanos. (G1, 2023)

Figura 10 - Evolução percentual da população de municípios no período 1970/2022



Fonte: Ibge, 2023. Org.: Hettwer, 2023.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



configuram-se em anecúmenos, ao passo que os demais municípios analisados, exemplificam a atração e retenção de pessoas, com outros arranjos produtivos no espaço geográfico, ainda que com notórias insuficiências.

Considerações finais

Este estudo traz alguns aspectos que demonstram ser necessária a discussão acerca da prevalência do hegemonismo do modelo vigente agroexportador de *commodities*. Contrariamente ao que se propugna, a oligopolização no campo não apresenta resultados vistosos na geração de emprego e renda. Se, de um lado, concentram-se riqueza e terras em poucas mãos, de outro lado, geram-se a despossessão e a precarização de milhares de pessoas no Pampa gaúcho.

Nos municípios sojicultores gaúchos, notam-se significativa vulnerabilidade social, baixos índices de geração de emprego formal, elevado número de famílias em situação de pobreza, saldos elevados de pessoas desempregadas e baixas remunerações salariais. Com a precarização econômica e social, a população emigra, numa crescente diáspora. Os resultados deste processo agravam a precariedade de outras regiões, com a crescente favelização e problemas urbanos, em cidades incapazes de acolher devidamente este contingente de migrantes despossuídos.

Diante disso, requerem-se políticas públicas que favoreçam estas trabalhadoras e estes trabalhadores, especialmente aqueles voltados à agricultura familiar. Para tanto, o Estado brasileiro e seus entes federados, aprisionados pela pressão política de representantes de oligopólios nacionais e estrangeiros, sustentados por grave vulnerabilidade ideológica, precisa modificar paradigmas para a geração de emprego e renda nos territórios hegemônicos. Este quadro eleva a concentração de renda em poucas mãos e agrava a segregação socioespacial, gerando a desproteção social.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO TOCANTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Maida da Silva Conceição¹

Cleilton Sampaio de Farias²

RESUMO

Este artigo que versa sobre a precarização do professor de Geografia na educação inclusiva. Nele fizemos um recorte bibliográfico sobre a educação especial inclusiva, e como o professor do ensino regular de geografia está sendo preparado, ou não, para realizar o processo de ensino e aprendizagem no âmbito da educação inclusiva. Levando em consideração que a inclusão do aluno com deficiência na sala de aula regular está amparada por lei e, portanto, é obrigatório receber adaptação de acordo com sua necessidade específica, a formação desses professores que trabalham com o público-alvo da educação inclusiva é precária e muito desvalorizada. A pesquisa é de base qualitativa e bibliográfica e os resultados indicaram que a precarização ocorre desde a contratação para a prestação de serviços temporários até quando podem ser desligados, sem nenhum aviso prévio, passando por jornadas de trabalho excessivas, e tendo que lidar com os agrupamentos feito pela secretaria de educação.

Palavras-chaves: Precarização; Professor de Geografia; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um direito fundamental de todos os alunos, independente de suas diferenças e necessidades individuais. No entanto, no que tange a precarização do trabalho docente em geografia, podemos obter um obstáculo significativo para implementação da educação inclusiva de qualidade, pois não dispomos de recursos pedagógicos e materiais apropriados para atender esses sujeitos. Neste artigo, examinaremos os principais desafios enfrentados pelo professor regular, especificamente o que trabalha com o componente curricular de geografia. Uma ideia que veio a partir de discussões na disciplina de Geografia do trabalho e conflitos amazônicos. Teremos como foco primordial a discursão do papel desse docente e sua importância no ensino de geografia para alunos com alguma necessidade de adaptação educacional na sala de aula regular, bem como, compreenderemos o que

¹Mestranda em geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal do Acre/UFAC. maida.conceicao@sou.ufac.br

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Acre, docente do Instituto Federal do Acre. cleilton.farias@ifac.edu.br



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



de fato é a educação inclusiva no ambiente escolar. Logo, abordamos a complexa relação entre trabalho docente em geografia e a promoção da educação inclusiva.

De acordo com Vaz (2020 p. 10), o trabalho dos profissionais da educação foi modificado, pois antigamente, esses profissionais tinham mais autonomia e estabilidade para realização de suas funções laborais. Atualmente, esses professores são obrigados a se portar de forma mais flexibilizada, e sem o apego das tecnologias tradicionais, e ao mesmo tempo, fazer uso de tecnologias assistivas.

Já Cavalcanti (2013, p. 16) traz a geografia como a “tarefa de entender o espaço geográfico num contexto bastante complexo”. Onde dialogando com os demais teóricos, percebemos que essa complexidade de entender o papel do profissional da geografia para tratar de educação inclusiva perpassa o avanço do uso de tecnologias tradicionais e a inclusão de novos aportes que ajudem a incluir esses sujeitos nas salas de aula regulares.

Ainda com relação ao ensino de geografia, Cavalcanti (2013) coloca que:

No contexto dessas transformações gerais da sociedade e de sua dinâmica espacial, inseri-se o ensino de Geografia. A história da Geografia como disciplina escolar tem início no século passado, quando foi introduzida nas escolas com o objetivo de contribuir para a formação dos cidadãos a partir da difusão da ideologia do nacionalismo patriótico. (Cavalcanti, 2013, p. 18)

Percebe-se que o ensino de geografia estava voltado para as transformações gerais da sociedade e a dinâmica que esta possuía, e ainda, com o foco de contribuir para a formação de cidadãos. Nesse caso, esse mesmo ensino de geografia do século passado não prevê em suas entrelinhas um ensino de forma inclusiva, mas sim, um ensino exclusivo com base em ideologia patriota.

Neste íterim, percebemos que a educação inclusiva de alunos com deficiências, seja qual for, no componente de geografia, não está preparado para lidar com as especificidades da proposta de ensino inclusivo no panorama local, nacional, e quem sabe, global.

Assim, este artigo, tem por finalidade, analisar bibliografias que versam sobre a inclusão de alunos com deficiências e a precarização dos professores de sala de aula de ensino regular que atuam com esses sujeitos e que são motivados pelo sistema público de ensino a organizar e preparar subsídios que possam fazer com que os alunos com deficiências possam compreender o foco do componente de geografia.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



METODOLOGIA

Neste artigo será adotado uma metodologia baseada em uma pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2020), a pesquisa bibliográfica é “realizada com base em fontes disponíveis, como documentos impressos, artigos científicos, livros, teses, dissertações[...]”. Vamos falar sobre a educação inclusiva, o ensino de geografia e a precarização do professor regente de salas de aula regulares. Os autores que serão utilizados para embasamento teórico serão: Antunes, 2000, 2011; Callai, 2013; Cavalcanti, 2013; Marconi e Lakatos, 2020; Mendes, 2010; Mittler, 2013; Moreira, 2016.

Para tanto, o presente artigo propõe ainda uma pesquisa de natureza qualitativa e do tipo bibliográfica e exploratória, que, segundo Fonseca (2002), é:

[...] feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Ao mesmo tempo em que analisamos o aporte bibliográfico já realizamos o aporte qualitativo, pois fazemos comparações do que cada autor traz com relação a precarização de trabalho desse profissional, e ainda, a educação precária que o aluno com necessidade educacional recebe em salas de aula regulares por falta de investimento do poder público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação inclusiva e alguns apontamentos

Uma questão de relevante importância para os profissionais que atuam com educação inclusiva ou ainda os professores de salas de aula regulares é saber como se constituiu a educação especial no Brasil.

Segundo Mendes, 1995, “no Brasil, a educação especial passou por vários momentos desde a exclusão das pessoas com algum tipo de deficiência até propostas



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



e ações inclusivas que diminuem a exclusão e o descaso com os tais indivíduos”. (Mendes, 1995).

Estudando um pouco sobre o processo histórico brasileiro no que concerne à educação inclusiva é possível verificar que a forma como a sociedade relaciona-se com as pessoas com necessidades especiais, e percebemos que ela está vinculada às conquistas dessa mesma sociedade. Mendes, 1995, relata ainda, que várias foram as concepções de deficiência que permearam o debate sobre as pessoas com necessidades especiais dentro da sociedade e, principalmente, seu acesso à educação, sendo que as atitudes sociais estão atreladas aos conceitos e atributos da saúde, da doença e da deficiência.

O período colonial é marcado não somente pelo descaso da educação para com a pessoa com deficiência, mas também é marcado pela falta de investimento na educação popular. No império (1822 a 1889), para atender os casos mais graves, os quais apresentavam maior visibilidade na sociedade, algumas instituições foram criadas, como: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (1856). Mendes, 2010, fala sobre o surgimento do O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, posteriormente chamados Instituto Benjamin Constant (IBC), tem sua origem ligada ao cego brasileiro José Álvares de Azevedo, que estudou em Paris, no Instituto dos jovens cegos fundados no século XVIII, por Valentin Haüy (Januzzi, 2004).

O Imperial Instituto dos surdos-mudos foi criado com a finalidade oferecer educação intelectual, moral e religiosa aos surdos, que eram diagnosticados com retardo mental, após ser inaugurada em primeiro de janeiro de 1856, como instituição de caráter privado teve seu nome alterado para Instituto nacional da educação de surdos, em 1957 (Brasil, 1957). Estes dois institutos são duas instituições federais especializadas são referências no processo de escolarização de pessoas surdas e cegas. Realizam ações formativas, com o objetivo de capacitar diversas profissionais para atuarem com pessoas surdas e com deficiência visual respectivamente.

A criação dessas instituições especializadas modificou, mesmo que parcialmente, a percepção de exclusão que as pessoas com deficiência vivenciavam um ponto, entretanto, ainda estava distante uma concepção de educação que inclui todos os estudantes. A escola pública voltada para esses grupos de alunos vai começar a se destacar, somente na segunda metade do século passado, com a integração dessas pessoas na escola regular representando o avanço no



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



posicionamento da sociedade, uma vez que indicava a aceitação da diversidade no interior das instituições escolares. Neste contexto a inclusão apresenta as escolas uma nova postura a ser adotada e o referencial, agora, é o estudante, e a instituição educacional e a comunidade escolar precisa criar meios de acessibilidade para receber e atender a cada indivíduo que encontre barreiras no contexto escolar.

Ainda no que se refere à direitos de pessoas com deficiência, a Declaração de Salamanca diz:

O princípio fundamental desta linha de ação é o de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem na rua e que trabalham; crianças de população em distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. (Unesco, 1994).

Com a melhoria das políticas públicas e a pressão feita pelos grupos sociais o estado civil obrigado a modificar seus projetos educacionais, para incluir a educação inclusiva em especial no meio escolar trazendo uma diversidade maior na forma de ensinar respeitando a individualidade e as especificidades de cada criança, referente a isso Mittler (2003) afirma que:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas ia mudar as escolas [...] diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças [...] e não apenas a aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais” (Mittler, 2003, p. 16).

A implantação da educação inclusiva, no entanto, não vem tendo tanta facilidade, dentre vários motivos, para isto, temos a falta de qualidade na formação dos professores das classes regulares, onde eles não têm qualificação necessária para lidar com as diferenças existentes entre seus alunos, público alvo da educação especial, a falta de infraestrutura das escolas a falta de material adequada que possa facilitar o ensino-aprendizagem dessa criança.

Tal contexto traz uma situação inédita e desafiadora para as escolas brasileiras de ensino regular, pois, ao mesmo tempo em que devem acolher a todos os alunos, precisam oferecer-lhes um aprendizado de qualidade real, diz Freitas (2006):



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



A educação das necessidades educacionais especiais, no contexto do ensino regular, permite, tanto aos professores já atuantes quanto aos que estão em formação, rever os referenciais teórico-metodológicos que se alicerçaram na distinção entre educação especial e geral, uma vez que [...] a educação dos alunos com necessidades educacionais tem os mesmos objetivos da educação de qualquer cidadão. [...] Incluir e garantir uma educação de qualidade para todos é, hoje, o fator mais importante na redefinição dos currículos escolares, desafiando a coragem das escolas em assumir um sistema educacional 'especial' para todos os alunos. (Freitas, 2006, p. 166).

A escola inclusiva deve ser uma escola que recebe e inclui a todos os alunos sem discriminar cor, raça, etnia, gênero, orientação sexual e/ou qualquer condição física e psicológica.

Neste mesmo viés a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) deixa claro que formação adequada e contínua dos professores determina o grau de inclusão que cada espaço escolar vai ter, deixa ressaltado a importância de termos professores que entendam a metodologia de ensino que se deve ser aplicada a cada aluno para que seu aprendizado seja adequado. A Portaria nº 1793/1994 recomenda a inclusão de disciplinas de educação inclusiva nos cursos de licenciaturas e nos demais cursos de graduações, porém poucos são os cursos que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação dos Deficientes (Brasil, 1994).

A formação docente voltada para a inclusão está sendo cada vez mais discutida, mas também é bastante preocupante pois os cursos de licenciatura não estão conseguindo com suas disciplinas abarcar todo o conteúdo para que a educação seja mais inclusiva. Quando falamos do currículo no caso específico dos cursos de licenciatura em geografia pode ser observar uma escassez de disciplinas voltadas para educação inclusiva, o que está na contramão do que o artigo 24 do Decreto n. 3.298, de 27 de dezembro de 1994, e à recomendação da Portaria n. 1.793/94, que sugere as instituições de nível superior que ofereçam ao curso de licenciatura à inclusão da disciplina Aspecto Ético – Político – Educacionais da normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais. Além disto a própria Lei de Diretrizes e Bases n. 5.692/96 estabeleceu que os sistemas de ensino formassem professores para atuar no atendimento especializado e em classes inclusivas, com professores capacitados com alunos diversificados, entretanto poucas instituições de ensino superior (IES) adequaram suas grades curriculares dos cursos de formação de professores. (Antunes & Glat, 2011; Gatti & Nunes, 2009).

Na perspectiva de tudo que vimos até aqui percebemos a importância da formação adequada para professores, sempre levando em consideração que a



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



inclusão da pessoa com deficiência é de fundamental importância para termos uma sociedade mais igualitária.

O papel do professor no processo de educação inclusiva

Ensinar não é uma tarefa fácil, vai além do que o livro didático consegue descrever, e o ensino de geografia é muito mais do que conhecer municípios e pintar mapas, ser professor requer dedicação, e tempo, um professor precisa estar sempre se especializando ter formações continuadas para melhorar o seu trabalho em sala de aula, e quando colocamos este professor em uma sala de aula onde há alunos com algum tipo de deficiência o grau de dificuldade do que ele tem que ensinar aumenta muito, pois ensinar envolve também o recorte da vivência pessoal do aluno e o meio que ele está inserido, segundo Callai (2013):

A primeira questão apresentada quando se envolve o contexto escolar é importante diz respeito a que não se deveria ensinar apenas de acordo com aquilo que o aluno vive, mas sim colocá-lo de desafios que o estimulem a superar a sua própria condição social o contexto cultural a sua situação de vivência, e a questão econômica principalmente. (Callai, 2013, p.84).

Portanto ensinar geografia é ensinar o seu aluno a ver se eu entorno com outras possibilidades como a firma Callai (2013):

Nesse sentido a importância de se ensinar geografia deve-se pela possibilidade de que a disciplina trás em seu conteúdo, que é discutir questões do mundo da vida. Pra ir além de um simples ensinar, a educação geográfica considera importante conhecer o mundo e obter e organizar os conhecimentos para entender a lógica do que acontece. (Callei, 2013, p.44).

A geografia e os conhecimentos geográficos são de fundamental importância na vida dos alunos, fazendo com que eles tenham a capacidade de compreender o espaço em que vivem como a firma Cavalcanti:

Um ponto de partida relevante para se refletir sobre a construção de conhecimentos geográficos, na escola, parece ser o papel e a importância da geografia para a vida dos alunos. A um certo consenso entre os estudiosos da prática de ensino que esse papel é o de prover base meio de desenvolvimento e ampliação da capacidade dos alunos de apreensão da realidade do ponto de vista da espacialidade, ou seja, de compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e destas na configuração do espaço. (Cavalcanti, 2003, p.11).



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



Na sala de aula ensinar esses conceitos básicos como território região lugar espaço para os alunos é de inteira responsabilidade do professor, tendo ele que além de se adequar as normas da escola sobre como ensinar os seus alunos, ter a sensibilidade de adequar materiais para crianças com especificidades diferentes, os gestores da escola e o governo muitas vezes são falhos na missão de preparar este professor para as intercorrências que aconteceram em suas aulas, um professor mesmo com a sua aula pronta definido o material que vai ser dado, e os apontamentos que vão ser feitos sempre terá que lidar com situações adversas com seus alunos, sabemos que ser professor não é fácil mas ser um professor da educação inclusiva é muito mais trabalhoso. Sobre essa construção do conhecimento, Cavalcanti (2003), afirma que:

Embora haja um significativo desenvolvimento da pesquisa da produção científica sobre a prática de ensino e no âmbito específico do ensino de geografia, é sabido que os avanços teóricos obtidos têm chegado muito lentamente a prática escolar, que permanecem boa parte respaldada em concepções teóricas tradicionais tanto no sentido quanto da geografia. Por outro lado, os professores têm insistido na procura de respostas a questões relacionadas com as dificuldades de aprendizagem dos alunos. (Cavalcanti, 2003, p. 11).

Apesar de todas as dificuldades pessoais, institucionais e até mesmo sociais enfrentadas pelos professores da educação inclusiva e especial se torna de fundamental importância fazer com que o ensino-aprendizagem do seu aluno seja feita de forma satisfatória e que o seu desenvolvimento esteja dentro ou acima do esperado buscando desenvolver habilidades nos mesmos.

A Lei nº 9.394/96 define, no artigo 59, inciso III, que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (Brasil. 1996).

A realidade vivida pelos professores em sua sala de aula é bem diferentes do que mandar as legislação, temos professores sobrecarregados, que não conseguem oferecer o seu melhor para seu aluno, que trabalham em disciplinas diferentes de sua formação não tendo capacidade plena de repassar os conteúdos e tendo que se adequar muitas vezes e se limitar ao que o livro didático vem trazendo,



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



o professor em sua sala de aula não pode ver seu aluno que tem algum tipo de deficiência como uma pessoa separada da turma, que merece uma educação paralela aquela que usa outros alunos da turma estão recebendo e sim, eles têm que estar inclusos nas práticas escolares de forma permanente e efetiva sabendo que cada aluno tem seu ritmo e seu modo próprio de aprendizagem é de um fundamental importância para que o professor adequa suas práticas na sala de aula para que o aluno, além de aprender melhor, se sinta parte ativa e incluído na sua sala de aula regular.

Ter um planejamento flexível nas aulas traz ao aluno da educação inclusiva o suporte de ser inserido e respeitando em seu ritmo de aprendizagem, além de ensinar, o papel do professor vai muito além. Ele é responsável propiciar um ambiente mais saudável de respeito cooperação entre os alunos, ter uma sala de aula que preza pela boa relação entre seus alunos é de extrema importância não só para o aluno com deficiência mas para os alunos que não tem deficiência, buscar a cooperação e a inclusão entre eles é uma forma de incentivar a cooperação e o respeito, explicar que as limitações são normais e que o respeito pelo outro aluno é importante é uma forma de trabalhar a inclusão em sala de aula.

Outro ponto muito importante é ter ciência de que ao despertar em seus alunos um processo de conscientização ou sensibilização, vai surgir cidadãos menos preconceituosos e que se preocuparão em aceitar os diferentes, e entender desde cedo que as diferenças são normais e que cada pessoa é de um jeito, sendo uma forma de conscientização para se ter cidadãos mais respeitosos. A escola pode, por sua vez, promover a inclusão e não só de alunos para alunos, mas também das famílias desses sujeitos, promovendo eventos que possam trazer uma socialização entre estes.

Precarização do trabalho docente do professor de geografia

Para adentrarmos neste assunto sobre a precarização do trabalho dos professores de geografia, vamos primeiro deixar explícito o que o termo trabalho significa e segundo Moreira (2016):

O trabalho no sentido geral é a troca de metabólica que homem e natureza estabelece entre si no processo da produção, no intercâmbio de energia e matéria corpórea que Marx assim resume: antes de tudo, o trabalho é um



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



processo de quem participam o homem e a natureza, processo em que o homem impulsiona, regula e controla com sua própria ação seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar dos recursos naturais, imprimindo-lhe força útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modificando sua própria natureza. (Moreira, 2016 p. 53 – 54).

Ainda segundo Moreira (2016), o trabalho é a forma mais marcante que o homem tem de sobrevivência e da sobrevivência de sua família, no mundo capitalista que vivemos onde as mais diversas formas de trabalho estão em evidência percebe-se que além de necessário precisar trabalhar faz com que a sociedade trabalhadora e precarizada no nosso país aceite vagas de trabalho muito abaixo do ideal situação degradantes são passadas por essa classe trabalhadora que além de trabalharem situações insalubres e próprias tem que se sentir agradecido pela oportunidade de estar nessa vaga quanto a uma multidão que precisa e está ali como banco de reserva, segundo Antunes (2011):

Dado o enorme contingente de força de trabalho sobrando e, o processo de reestruturação em nosso continente a presença um traço particular, proveniente da superexploração da força de trabalho e dos reduzidos níveis salariais articulados em alguns Ramos produtivos. (Antunes, 2011 p. 39).

Estamos vivendo um processo gradual, mas ao mesmo tempo rápido da precarização do trabalho do professor e é preocupante o cenário que nos tem sido apresentado, o professor na sua maioria está sendo um prestador de serviços não tendo garantias mínimas dignidade no trabalho, não podemos esquecer de tudo que um professor de escola pública enfrenta.

Estes professores entram nas salas de aula através de processo seletivos temporários com duração média de 10 meses assinando contratos que deixam a desejar deixando já evidente o quão complicado vai ser o serviço do professor, este professor pode ser desligado a qualquer momento assim a secretaria de educação deseje e ao adentrar em sala de aula ele percebe ter alunos com as mais diferentes especificidades desde autistas de grau leve até aqueles que dependem do professor para muitas de suas atividades em sala de aula.

O professor tem que se adequar para que suas aulas possam ser mais didáticas sendo que muitas vezes a escola não dá suporte com material de trabalho, o professor tendo que tirar do seu próprio bolso para realizar atividades mais lúdicas ou adequadas para cada tipo de aluno, os agrupamentos feitos pela secretaria de



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



educação são um dos quesitos com mais dificuldades para o professor em sala de aula, que tem que cuidar de cinco ou mais crianças com deficiências mistas e que não aceitam o papel do professor de primeira, tendo este que ganhar a confiança e muitas vezes o amor do seu aluno para poder lhe dar um ensino de qualidade e conseguir que o ensino aprendido dele seja adequado.

Nós temos um processo grande de várias formas e institucional dentro de uma sociedade que garante a instabilidade do trabalho, e está relacionado a maneira como o trabalho tem se tornado no século XXI, mas estável, mais frágil, onde a garantia de trabalho está relacionada a perda de direitos trabalhistas, essa fragmentação dessas relações de trabalho está ligada a própria dinâmica do capitalismo, esse processo de precarização do trabalho ocorre por conta de que? Está ligada diretamente ao aumento da mão de obra de reserva, ou seja, pessoas que não tem garantia de emprego e estão sobrevivendo de bicos, ou trabalhos informais, que ao precisarem ganhar o dinheiro para sua sobrevivência se submetem aos mais diversos tipos de Trabalho, Antunes (2011) afirma que:

Privatização, desregulamentação livre de capitais financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho com um processo de tal intensidade poucas as consequências né fáceis para classe trabalhadora que sofreu inúmeras mutações e metamorfoses. (Antunes, 2011 p. 39).

Para esses trabalhadores que não tem vínculo empregatício fixo, ou seja, não tem a garantia básica que todo trabalhador legalizado tem, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), seguro-desemprego, carteira assinada, esses trabalhadores precários que advém da sua grande maioria da classe trabalhadora jovem e sem experiência vão sendo contratados em manadas e sem preparo para as salas de aula na maior parte das vezes com vínculo com a prefeitura e com o estado contratual, sem ter garantias que já foram mencionadas acima.

A grande maioria dos docentes brasileiros, não são terceirizados, mais, o trabalho temporário é utilizado como mecanismo permanente e constitucional, e por isso, permitido, sendo utilizado para não realização de concursos públicos e somente os tão conhecidos processos seletivos, que muitas vezes se dão por análises de currículo, o que compromete a lisura deste processo, pois sempre quem será convocado para assumir as primeiras vagas são os conhecidos de funcionários das



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



secretarias de educação dos estados e seus municípios, o que faz com que a profissão se torna cada vez mais precarizada e desvalorizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização deste trabalho, podemos notar a rápida necessidade de estudar sobre o trabalho do professor de geografia no tocante à educação especial e inclusiva, em uma época de tantas transformações do currículo educacional, devemos ter um olhar mais atento ao que realmente acontece e ao que o professor passa na sua sala de aula. Discutir a precarização do trabalho docente é de fundamental importância pois é um dos grandes problemas que se apresentam para a educação pública brasileira, para quem se coloca no campo de defesa da escola pública, gratuita e de qualidade é necessário ser discutir os principais problemas dessa escola pública, e um deles é sem dúvida a precarização e a desvalorização dos trabalhadores de educação em geral e mais ainda, do professor responsável por uma turma de alunos com algum tipo de deficiência.

Percebemos que a legislação garante a formação destes professores para que eles trabalhem com o público-alvo da Educação inclusiva, e estejam preparados para transmitir os conhecimentos necessários para o aprendizado destes, promovendo uma mudança gradual no contexto educacional e social dos seus alunos, ter um professor que entende o seu aluno sabe o que ele está passando e acima de tudo está preparado para ajudá-lo com suas necessidades de forma intervir de maneira positiva na sua vida no seu dia a dia deveria ser a prioridade das instituições educacionais, e só uma formação continuada capacita os professores a estarem aptos a desenvolverem nos seus alunos uma consciência crítica e a autonomia dos mesmos, o professor deve adequar qualquer modelo de ensino de forma a melhorar e se enquadrar ao grau ou a deficiência do seu aluno, as intervenções pedagógicas feitas para este público na maioria das vezes se da de forma que possam usar momentos de brincadeiras e ludicidade para também ensinar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do Trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2000.p. 19-27.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



ANTUNES, Ricardo (org.). **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, K. C. V.; GLAT, R. **Formação de professores na perspectiva da educação Inclusiva**: os cursos de pedagogia em foco. In: PLETSCH, M. D.; DAMASCENO, A. (Orgs.). Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Rio de Janeiro: Editora da UFFRJ, 2011.

BRASIL. **Lei n. 3.198, de 6 de julho de 1957**. Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3198.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394/96. **Diretrizes e Bases da Educacional Nacional**, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

CALLAI, Helena Capetti. **A formação do profissional de geografia**: o professor. Ed. Unijui, Ijuí – Sc: 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREITAS, S. N. A formação de professores na Educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 161- 181.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Pesquisa bibliográfica. In: _____. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, tese de doutorado, dissertação de mestrado, trabalho de conclusão de curso. 8. Ed. [4º reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2020.p. 31-70.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Deficiência Mental**: A construção científica de um conceito e a realidade. Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995.

MENDES, E. G. Observatório nacional de educação especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns. **Projeto de Pesquisa**, 2010.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Editora: Arame, São Paulo, 2003.

MOREIRA, Ruy. A sociedade do trabalho. In: _____. **A geografia do espaço mundo**: Conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. P. 53-60.



AS PRÁXIS NO/DO MUNDO DO TRABALHO:

ESPOLIAÇÃO DA NATUREZA, TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E ECO(ETNO)GENOCÍDIOS NO BRASIL

Realização:



UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, 1994, p.16. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca>. Acesso em 29 ago. 2023.

VAZ, Barbara Regina Gonçalves. **O processo de trabalho docente no contexto das políticas públicas educacionais para formação docente em educação à distância: precarização**. Anais VI Encontro Humanístico Multidisciplinar – EHM e V Congresso Latino Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares – CLAEHM. Novembro, 2020, online.